UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião

CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA, PRÁTICAS PENTECOSTAIS E NEOPENTECOSTAIS:

A presença da Assembléia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006)

por

Saulo de Tarso Cerqueira Baptista

Orientador

Professor Doutor Leonildo Silveira Campos

São Bernardo do Campo, março, 2007.

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião

CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA, PRÁTICAS PENTECOSTAIS E NEOPENTECOSTAIS:

A presença da Assembléia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006)

por

Saulo de Tarso Cerqueira Baptista

Orientador:
Professor Doutor Leonildo Silveira Campos

Tese apresentada em cumprimento parcial às exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, como requisito para obtenção do grau de Doutor.

São Bernardo do Campo, março, 2007.

FICHA CATALOGRÁFICA

Baptista, Saulo de Tarso Cerqueira

Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: a presença da Assembléia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006) / Saulo de Tarso Cerqueira Baptista. São Bernardo do Campo, 2007.
562p.

Tese (Doutorado) – Universidade Metodista de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião.
Orientador : Leonildo Silveira Campos

1. Brasil – Política e governo, 1999-2006 **2**. Política e religião **3**. Assembléia de Deus – Estudo de caso **4**. Igreja Universal do Reino de Deus **5**. Pentecostalismo **6**. Sociologia e religião **7**. Cultura e política **I**. Título

CDD 261.70981

BANCA EXAMINADORA

Presidente _____

Prof. Dr. *Leonildo Silveira Campos*

1º Examinador _____

Prof. Dr. *Dario Paulo Barrera Rivera*

2º Examinador _____

Prof. Dr. *Décio Azevedo Marques de Saes*

3º Examinador _____

Prof. Dr. *Paul Charles Freston*

4º Examinador _____

Prof. Dr. *Joanildo Albuquerque Burity*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que me ajudaram durante as pesquisas e elaboração desta tese. Seria muito difícil registrar nomes de todos os parlamentares, professores, amigos, familiares e outras pessoas, algumas até omitidas intencionalmente, visto que estavam correndo risco ao fornecerem informações sensíveis sobre bastidores do poder, tanto no âmbito do Congresso Nacional como em suas igrejas. Assim, faço aqui um agradecimento a essa extraordinária rede de colaboradores.

Da mesma forma quero nomear e agradecer as seguintes instituições e pessoas que estiveram diretamente ligadas a este trabalho científico: Universidade Metodista de São Paulo; Instituto Ecumênico de Pós Graduação em Ciências da Religião; Comunidade Ecumênica Halden (Suíça); The United Methodist Church: General Board of Global Ministries (EUA); Igreja Metodista da Pedreira (Belém – PA); Professor Leonildo Silveira Campos, orientador e amigo; Professora Sandra Duarte Souza; Professor Paulo Barrera; Professor James Reaves Farris; Professor Décio Saes; Professor Paul Freston; Professor Joanildo Burity; Professor Alexandre Brasil Fonseca; Professor Paulo Bessa; Professor Paulo Garcia; Margarida Francesquini; Professor Pedro Paulo Maneschy; Professor Helmut Renders; Professor Geoval Jacinto da Silva; Bispo João Alves de Oliveira Filho; Reverendo Natanael Marques; Edson D'Ávila; Jessé Pereira da Silva; Emily Linden Moses; Eluzinete Pereira Garcia; Géter Borges de Sousa; Kléber Torres Soares Filho; Marcos Padilha; Izídio Oliveira; Andreas Nufer; Raimundo Gonzaga (in memoriam); Euza Gonzaga; Professor Raimundo Jorge; Professor Daniel Chaves de Brito; Aucilene Brito; Professor Mauro Barreto; Professor Marcelo Galvão Baptista e Leonete Mota Sales.

Um agradecimento à minha família, cujos membros são: Teresa, Mara Ruth, Ana Marta, Débora, Lia Raquel, Ester, Pablo, Tárik, Caio Felipe, Saulo Neto, Raki Mohamad, Marcos Henrique, Larissa, Letícia, Jami Kelly, Sávio, Eduardo, Davi, Kenzo, Sachie, Akemi, Cláudio Raki, Reginaldo, Lívia e Margarida.

Entendo que a qualidade da produção científica é conseqüência do pensar e agir segundo suas teorias e práticas. As ciências não podem ser contaminadas por cosmovisões religiosas. No fazer científico sou, portanto, agnóstico. Não trabalho com hipóteses que transcendam a natureza e os processos sociais, ou que imponham concepções apriorísticas de história e sociedade. Reconheço, porém, a ação de Deus em minha vida e, como cristão, sou grato a Ele pela concretização deste projeto acadêmico.

BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. **Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais**: a presença da Assembléia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006). 2007. 562p. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

RESUMO

Esta tese apresenta uma análise das práticas políticas de parlamentares pentecostais e neopentecostais da Assembléia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso da República do Brasil, de 1999 a 2006. Compara essas práticas pentecostais e neopentecostais com padrões de comportamento da cultura política brasileira e as ações correspondentes do Estado nacional como preservador dessa mesma cultura. São estudados os agentes religiosos citados desde a investida que suas igrejas fizeram na política nacional, a partir da Constituinte de 1987-1988, mas o corte temporal são as duas legislaturas, de 1999 até 2006. O foco principal da análise é a Frente Parlamentar Evangélica constituída em 2003. O envolvimento de pentecostais e neopentecostais em casos de corrupção e apropriação de recursos públicos, conhecidos como "mensalão" e "máfia dos sanguessugas", é amplamente abordado no último capítulo deste trabalho.

Palavras-chave: Estado nacional, cultura política brasileira, pentecostalismo, neopentecostalismo, Assembléia de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus, Frente Parlamentar Evangélica, corrupção.

BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. **Brazilian political culture, Pentecostal and Neopentecostal practices: the presence of the Assembly of God and the Universal Church of the Kingdom of God in the National Congress (1999-2006).** 2007. 562p. Doctoral Thesis (Doctorate in Religious Sciences) – The Methodist University of São Paulo, São Bernardo do Campo.

ABSTRACT

This thesis presents an analysis of the political practices of Pentecostal and Neopentecostal congressional representatives of the Assembly of God and the Universal Church of the Kingdom of God in the Congress of the Republic of Brazil, from 1999 to 2006. It compares the practices of Pentecostals and Neopentecostals with the standards of behavior of Brazilian political culture and actions related to the National State as preserver of culture. The religious agents of the referred to Churches are studied based on the investment of their Churches in national politics, in relation to Constitutional Amendments of 1987-1988, but the time frame of the research refers to two legislative periods, from 1999 to 2006. The main focus of the analysis is the Evangelical Parliamentary Front founded in 2003. The involvement of Pentecostals and Neopentecostals in cases of corruption and the appropriation of public resources, known as “mensalão” and “mafia dos sanguessugas”, is given special attention in the last chapter of the research.

Key-words: National state, Brazilian political culture, Pentecostalism, Neopentecostalism, Assembly of God, Universal Church of the Kingdom of God, Evangelical Parliamentary Front, corruption.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS..... 11

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS..... 12

INTRODUÇÃO..... 16

Idéia geral da pesquisa..... 21
Hipóteses..... .24
Importância e justificativa da pesquisa..... 26
Metodologia..... 28
Tipos ideais..... 31
Itinerário da pesquisa..... 34
Conteúdo dos capítulos..... 42

CAPÍTULO 1
CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA E PENTECOSTALISMO..... 44

Introdução..... 44
1.1 – Colonização, nação brasileira e comparações..... 46
1.2 – Modernização elitista e cultura política brasileira..... 52
1.2.1 – Etapas da "modernização conservadora"..... 53
1.2.2 – O golpe de Estado em 1964..... 61
1.2.3 – Uma elite contra-reformista..... 69
1.2.4 – Evangélicos na política: avaliação (1960)..... 75
1.2.5 – Pentecostais e condição social..... 77
1.2.6 – Evangélicos e clientelismo..... 79
1.3 – Padrões e vícios da cultura política brasileira..... 80
1.3.1 – Espaço público..... 80
1.3.2 – Evangélicos e espaço público..... 83
1.3.3 – Espaço público e identidades coletivas..... 87
1.3.4 – Autoritarismo..... 89
1.3.5 – Patrimonialismo..... 95
1.3.6 – Gregarismo..... 98
1.3.7 – Futurismo..... 101
1.4 – Religiosidade e cultura política brasileira..... 109
1.5 – Sociedade civil, novas identidades coletivas e pentecostalismos..... 111
Conclusão..... 123

CAPÍTULO 2
O ESTADO BRASILEIRO E O PENTECOSTALISMO..... 125

Introdução..... 125
2.1 – Entre nacionalismo e dependência externa 128
2.2 – O Estado do golpe militar de 1964..... 133

2.3 – Os evangélicos e a ditadura do golpe de 1964..... 136
2.4 – Um Estado empreendedor-burguês..... 142
2.5 – Estado e capitalismo de periferia..... 143
2.6 – Estado, cidadania e anticidadania..... 145
2.7 – Estado e sociabilidade pouco cordial..... 152
2.8 – Estado e populismo..... 156
2.8.1 – A ditadura de 1964 e as massas..... 167
2.8.2 – As esquerdas e a política de massas..... 172
2.8.3 – Uma situação instável..... 174
2.9 – Os pentecostais no contexto do Estado brasileiro..... 180
Conclusão..... 187

CAPÍTULO 3
PENTECOSTAIS E NEOPENTECOSTAIS NA POLÍTICA BRASILEIRA..... 190

Introdução..... 190
3.1 – Participação política pentecostal: mobilização estratégica..... 193
3.2 – Pentecostais, ascensão e queda de Fernando Collor..... 208
3.3 – Mídia, mobilização de recursos e capitalização política..... 213
3.3.1 – Mídia..... 213
3.3.2 – Mobilização de recursos..... 218
3.3.3 – Capitalização política..... 223
3.4 – Mentalidade e valores éticos em comportamentos pentecostais..... 226
3.4.1 – Mentalidade e ética..... 226
3.4.2 – Moralismo e intolerância..... 229
3.4.3 – Pragmatismo e conservadorismo..... 232
3.5 – Estratégias eleitorais e atuação de parlamentares..... 237
3.5.1 – Currais eleitorais..... 237
3.5.2 – Religiosidade total iurdiana..... 247
3.5.3 – Bancada..... 250
3.5.4 – Escolha e troca de partido..... 255
3.6 – Corrupção entre políticos pentecostais: mais joio do que trigo..... 259
3.7 – Avaliações de desempenho dos políticos pentecostais..... 265
Conclusão..... 267

CAPÍTULO 4
O POLÍTICO PENTECOSTAL..... 270

Introdução..... 270
4.1 – O “candidato oficial”..... 271
4.2 – A questão do partido..... 286
4.2.1 – Situação ou oposição..... 288
4.2.2 – Pequenos partidos. Legendas de aluguel..... 290
4.2.3 – Partidos de esquerda..... 295
4.2.4 – Troca de partido..... 298
4.2.5 – Partido evangélico: iniciativas pentecostais..... 301
4.3 – A campanha do político pentecostal..... 308
4.3.1 – Preparação dos candidatos: orientações..... 309
4.3.2 – Princípios e valores..... 313

4.3.3 – Perguntas e respostas..... 315
4.3.4 – Outros apoios aos candidatos..... 317
4.3.5 – Estratégias de campanha..... 318
4.3.6 – Finanças..... 321
4.3.7 – Desempenho eleitoral..... 325
4.3.8 – Curral eleitoral..... 327
4.4 – A atuação do político pentecostal..... 337
4.4.1 – Propostas para a sociedade..... 347
Conclusão..... 351

CAPÍTULO 5
FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA: AVANÇOS E TROPEÇOS..... 354

Introdução..... 354
5.1 – Origem, organização e objetivos da FPE..... 358
5.1.1 – GAPE..... 360
5.1.2 – Expansão..... 362
5.2 – Cultos, conferências e outras programações..... 363
5.3 – Atuação da FPE: relacionamentos internos e externos..... 365
5.3.1 – Estatuto do Desarmamento..... 367
5.3.2 – Lei de Biossegurança..... 368
5.3.3 – Criacionismo..... 368
5.3.4 – Reforma Política..... 369
5.3.5 – Emenda ao Código Civil..... 370
5.3.6 – Relação com Israel..... 373
5.4 – Escândalos e corrupção..... 374
5.4.1 – O *ethos* pentecostal..... 375
5.4.2 – Escândalos na 52ª legislatura..... 380
5.4.3 – Esquema dos "Sanguessugas"..... 395
5.4.4 – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito..... 401
5.4.5 – Lino Rossi..... 406
5.4.6 – Nilton Capixaba..... 408
5.4.7 – Bispo Rodrigues..... 410
5.4.8 – Neuton Lima..... 411
5.4.9 – Outras informações..... 413
5.4.10 – Encaminhamentos da CPMI..... 421
5.4.11 – Breve comentário..... 423
5.5 – Parlamentares evangélicos (1999-2007): avaliações..... 424
DIAP..... 426
Auto-avaliações: FPE e GAPE..... 437
Conclusão..... 440

CONCLUSÃO..... 444

REFERÊNCIAS..... 459

ANEXOS..... 473

Anexo 1 Roteiro de entrevista – Identificação e questões..... 474

Anexo 2 Decálogo evangélico do voto ético..... 482

Anexo 3 Senadores evangélicos (1999-2007)..... 484

Anexo 4 Deputados evangélicos / Mandatos até 2007 / Classificação por nome..... 485

Anexo 5 Deputados evangélicos (1999 - 2003) / Classificação por nome..... 491

Anexo 6 Deputados evangélicos (2003 - 2007) / Classificação por nome..... 494

Anexo 7 Deputados evangélicos (2007 - 2011) / Classificação por nome..... 498

Anexo 8 Deputados evangélicos / Mandatos até 2007 / Classificação por igreja..... 501

Anexo 9 Deputados evangélicos (1999 - 2003) / Classificação por igreja..... 507

Anexo 10 Deputados evangélicos (2003 - 2007) / Classificação por igreja..... 510

Anexo 11 Deputados evangélicos (2007 - 2011) / Classificação por igreja..... 514

Anexo 12 Deputados evangélicos / Mandatos até 2007 / Classificação por estado.... 517

Anexo 13 Deputados evangélicos (1999 - 2003) / Classificação por estado..... 523

Anexo 14 Deputados evangélicos (2003 - 2007) / Classificação por estado..... 526

Anexo 15 Deputados evangélicos (2007 - 2011) / Classificação por estado..... 530

Anexo 16 Deputados evangélicos / Mandatos até 2007 / Classificação por partido.... 533

Anexo 17 Deputados evangélicos (1999 - 2003) / Classificação por partido..... 539

Anexo 18 Deputados evangélicos (2003 - 2007) / Classificação por partido..... 542

Anexo 19 Deputados evangélicos (2007 - 2011) / Classificação por partido..... 546

Anexo 20 Votação obtida pelos deputados federais da Assembléia de Deus em 2002 e 2006..... 549

Anexo 21 Votação obtida pelos deputados federais da Igreja Universal do Reino de Deus em 2002 e 2006..... 550

Anexo 22 Frentes Parlamentares (52ª legislatura: 2003 – 2007)..... 551

Anexo 23 Cidadania AD Brasil: Projeto político da CGADB..... 556

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Representantes da Assembléia de Deus e da Igreja Universal no Congresso Nacional (1987-2004). **19**

Tabela 2 – Números absolutos, percentuais em relação à população e taxa de crescimento dos católicos, evangélicos tradicionais, pentecostais e outros (1980 – 2000). **21**

Tabela 3 – Parlamentares federais evangélicos (titulares e suplentes que assumiram) e mandatos exercidos, 1933-1992. **185**

Tabela 4 – Parlamentares por denominação, quantidade de membros e índice de representação por milhão de fiéis (legislatura 2003 – 2007). **221**

Tabela 5 – Transformações nos subcampos pentecostal e neopentecostal e emergência dos seus agentes no campo político (1964-2006). **453**

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC	Associação Beneficente Cristã (da Igreja Universal do Reino de Deus).
ABC	Região industrial paulista, formada, principalmente, pelos municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano.
ABUB	Aliança Bíblica Universitária do Brasil.
AD	Assembléia de Deus.
ADESG	Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra.
ADHONEP	Associação dos Homens de Negócio do Evangelho Pleno.
AEVB	Associação Evangélica Brasileira.
ALERJ	Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.
ARENA	Aliança Renovadora Nacional.
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, mais conhecido como Banco Mundial.
BNDE	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.
BPC	Igreja Pentecostal “O Brasil para Cristo”.
CCB	Congregação Cristã no Brasil.
CEB	Comunidade Eclesial de Base.
CEB	Confederação Evangélica Brasileira.
CEPAL	Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina.
CGADB	Convenção Geral das Assembléias de Deus do Brasil, também conhecida como Convenção das Assembléias de Deus da Missão.
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
CNPB	Conselho Nacional de Pastores do Brasil.
CONAMAD	Convenção Nacional das Assembléias de Deus do Brasil, também conhecida como Assembléia de Deus do Ministério Madureira.

CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito.
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.
DENTEL	Departamento Nacional de Telecomunicações.
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.
ESG	Escola Superior de Guerra.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
FMI	Fundo Monetário Internacional.
FP	Frente Parlamentar.
FPE	Frente Parlamentar Evangélica.
FTLA	Fraternidade Teológica Latino Americana.
GAPE	Grupo de Assessoria aos Parlamentares Evangélicos.
GI	Grupo de Interesse.
GTME	Grupo de Trabalho Missionário Evangélico.
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática.
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IEQ	Igreja do Evangelho Quadrangular.
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social.
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais.
ISER	Instituto de Estudos de Religião.
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus.
LBA	Legião Brasileira de Assistência.
LOTERJ	Loteria do Estado do Rio de Janeiro.
MDB	Movimento Democrático Brasileiro.
MEP	Movimento Evangélico Progressista.
MPN	Movimento Pentecostal e Neopentecostal.

MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.
OMC	Organização Mundial de Comércio.
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
PC do B	Partido Comunista do Brasil.
PCB	Partido Comunista Brasileiro.
PCO	Partido da Causa Operária.
PDS	Partido Democrático Social.
PDT	Partido Democrático Trabalhista.
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima.
PFL	Partido da Frente Liberal.
PHS	Partido Humanista da Solidariedade.
PIB	Primeira Igreja Batista (do Pará).
PL	Partido Liberal.
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
PMR	Partido Municipalista Republicano.
PP	Partido Progressista.
PPB	Partido Progressista Brasileiro.
PPS	Partido Popular Socialista.
PR	Partido Republicano.
PRB	Partido Republicano doBrasil.
PRD	Protestantismo da Reta Doutrina.
PSB	Partido Socialista Brasileiro.
PSC	Partido Social Cristão.
PSD	Partido Social Democrático.
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira.

PSL	Partido Social Liberal.
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade.
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil.
PT	Partido dos Trabalhadores.
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro.
PTC	Partido Trabalhista Cristão.
PUC	Pontifícia Universidade Católica (de São Paulo).
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.
SUDEPE	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca.
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito.
TSE	Tribunal Superior Eleitoral.
UDN	União Democrática Nacional.
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora.
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais.
UFPA	Universidade Federal do Pará.
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro.
UMESP	Universidade Metodista de São Paulo.
UnB	Universidade de Brasília.
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas.
UNIMEP	Universidade Metodista de Piracicaba.
USF	Universidade São Francisco.
USP	Universidade de São Paulo.

INTRODUÇÃO

O pentecostalismo brasileiro, nascido em 1910-11[1], portanto, com menos de um século de existência, não se constituiu em elemento formador da democracia liberal, nem se impregnou dela, em sua prática interna, de modo que, neste particular, ele não tem afinidade com o protestantismo chamado histórico. Além disto, por ter surgido nos Estados Unidos da América, no final do século XIX, o pentecostalismo também não conviveu com os movimentos sociais europeus, que desembocaram em experiências do chamado socialismo real, apesar de ter convivido de perto com as mazelas da industrialização no norte da América, fazendo ressoar clamores dos oprimidos da sociedade daquela região.

Passando, portanto, ao largo dos movimentos políticos de esquerda, o movimento pentecostal encontrou melhor afinidade com a tradição autoritária, componente da cultura latino-americana e brasileira. É importante destacar que, para isto, contribuiu a ideologia fundamentalista, autoritária e intolerante em sua essência, trazida dos Estados Unidos da América no bojo da proposta pentecostal[2]. Esse amálgama criou um tipo de ator político-religioso, o povo pentecostal, disciplinado e controlado pelas oligarquias estabelecidas dentro do próprio movimento.

No caso brasileiro, os partidos e grupos ansiosos por conquistar o poder perceberam há duas ou três décadas a facilidade com que lideranças pentecostais[3] eram seduzidas a cooptação, através de acordos fisiológicos e clientelistas. Perceberam, também, o potencial eleitoral que resultava dessas adesões, em termos de quantidade de votos, porque as congregações pentecostais, em geral, se comportavam como currais eleitorais.

A pesquisa que resultou nesta tese focalizou a participação dos pentecostais na política nacional, privilegiando o comportamento de suas elites, como formuladoras de estratégias para eleição de "candidatos oficiais" das igrejas e negociadoras de acordos com

---

[1] As referências neste caso são, evidentemente, os trabalhos pioneiros de evangelização de Luigi Francescon, Daniel Berg e Gunnar Vingren, o primeiro, fundando a Congregação Cristã no Brasil (em São Paulo, 1910), e os dois outros, a Assembléia de Deus do Brasil (em Belém, 1911).

[2] Este assunto foi abordado em dissertação de mestrado: BAPTISTA, Saulo. **"Fora do mundo", dentro da política:** Identidade e "missão parlamentar" da Assembléia de Deus em Belém. 2002, 166 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Pará, Belém.

[3] Por conveniência, doravante será usado o termo pentecostal ou pentecostalismo para o conjunto dos pentecostais e neopentecostais, com seus respectivos movimentos e igrejas, salvo em situações específicas, elucidáveis em cada caso.

diversos atores do quadro político, mas também como *lobbies* que patrocinam a apresentação ou modificação de projetos de leis de interesse dos seus segmentos religiosos, indo até além da condição de simples grupos de pressão, pois têm conseguido a proeza de controlar algumas siglas partidárias, como PSC, PRB e parte do PL[4]. A atuação mais visível da Assembléia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus vem ocorrendo dentro e a partir da chamada Frente Parlamentar Evangélica, na qual seus deputados e senadores somaram mais de dois terços dos parlamentares, no caso da legislatura 2003-2007.

A capacidade de controle dessas duas igrejas sobre o comportamento político dos seus adeptos provou ser superior à dos partidos sobre seus respectivos filiados, pois as igrejas demonstraram, na prática, que são capazes de garantir a fidelidade da maioria dos membros, nos momentos das votações, por exemplo, o que lhes confere uma posição ímpar no cenário eleitoral.

A pesquisa teve a intenção, também, de trazer subsídios sobre os impactos da participação pentecostal para o processo de construção da democracia brasileira, mediante consulta ao que foi publicado pela grande imprensa, através de discursos das igrejas, editados em seus jornais internos, mas, sobretudo, através de entrevistas com atores diretamente envolvidos na cena política, ou seja, parlamentares e líderes religiosos. Ainda que apenas de forma implícita, tentou-se apresentar o pensamento de lideranças pentecostais e neopentecostais sobre categorias básicas de um regime democrático, tais como: público e privado, partidos e órgãos de representação da sociedade civil, gestão e controle da *res publica*, direitos humanos, cidadania, pluralismo e multiculturalismo.[5]

Os pentecostais, até três ou quatro décadas atrás, anos 50 e 60, eram desprezados pela fatia mais influente da sociedade brasileira, especificamente a parcela conhecida como formadora de opinião. Esse pouco interesse que eles despertavam se registrava, também, no meio acadêmico. Quase não havia cientistas sociais interessados em estudar o pentecostalismo, enquanto era fácil encontrar diversos pesquisadores que se dedicavam ao

[4] As siglas PSC, PRB e PL correspondem, respectivamente, ao Partido Social Cristão, Partido Republicano do Brasil e Partido Liberal.
[5] Cf. o roteiro geral de entrevistas, em anexo específico.

estudo de religiões afrobrasileiras. Esse descaso ainda perdurava, quando surgiu o chamado neopentecostalismo, em meados dos anos 70.

Dos anos de 1980 em diante, passou-se a registrar uma presença maior do tema **religião** na imprensa. Junto com este despertar, assinalava-se realização de pesquisas, desde simples coletas de informações até elaboração de teses acadêmicas sobre mutações no campo religioso brasileiro, parte delas dedicadas aos pentecostais e neopentecostais. É possível supor que este interesse se deva, entre outros motivos, à presença de suas respectivas igrejas no cenário político, um fato reconhecidamente novo, e, também, ao chamado "avanço" relativo dos pentecostais na composição da sociedade brasileira.

A mobilização de segmentos organizados da população para se fazerem representar no Congresso Nacional eleito em 1986, neste caso um parlamento investido de poderes para elaborar a nova Constituição da República do Brasil, contagiou, também, a maior igreja pentecostal do País, a Assembléia de Deus, que decidiu fazer sua entrada oficial e estratégica naquele espaço do poder legislativo.[6] Conseguiu eleger 13 deputados. Na legislatura anterior, essa igreja elegera um representante, apenas.[7]

A presença política de assembleianos e iurdianos cresceu nos anos mais recentes, como se observa na tabela 1, a seguir:

---

[6] Em reunião de janeiro de 1985, da Convenção Geral das Assembléias de Deus do Brasil, realizada em Anápolis (GO), foram convidados a falar políticos evangélicos de outras denominações, como Íris Rezende e Daso Coimbra. Eles apelaram para que a maior denominação pentecostal brasileira (a AD, evidentemente) se envolvesse no Congresso Constituinte. Em abril do mesmo ano, a Convenção Geral convocou os presidentes de convenções estaduais para um encontro em Brasília. Após esse encontro, a Assembléia de Deus de quatorze estados apresentou candidatos oficiais de seus próprios quadros e, em quatro estados, resolveu apoiar outros candidatos pentecostais ou carismáticos. Desses dezoito, foram eleitos treze e um suplente assumiu o mandato após o Congresso Constituinte. Na legislatura anterior, essa igreja tivera apenas um deputado. (FRESTON, Paul. **Evangélicos na política brasileira**: história ambígua e desafio ético. Curitiba: Encontrão, 1994 p. 42-3 e 45).

[7] A presença de pentecostais no Congresso brasileiro aconteceu, pela primeira vez, entre 1963-67, com a eleição de um ex-metodista, Levy Tavares, graças ao apoio do líder da Igreja Evangélica Pentecostal *O Brasil para Cristo*, pastor Manoel de Mello. Tavares foi reeleito para um segundo mandato. Passaram-se dois mandatos sem presença de parlamentares pentecostais (1971-75 e 1975-79). Nos dois mandatos seguintes (1979-83 e 1983-87), a AD manteve um deputado (José Fernandes, pelo Amazonas), enquanto a Igreja do Evangelho Quadrangular elegia seu primeiro representante nesse último período (Mário de Oliveira, por Minas Gerais). (FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil**: da Constituinte ao *impeachment*. Tese de doutorado em Sociologia. Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1993: p. 164).

Tabela 1 – Representantes da Assembléia de Deus e da Igreja Universal no Congresso Nacional (1987-2004)

	Quantidade de Parlamentares por Legislatura(*)				
Denominações	*1987-90*	*1991-94*	*1995-98*	*1999-2002*	*2003-04(**)*
Assembléia de Deus	13	13	10	12	22
Igreja Universal do Reino de Deus	1	3	6	16	18

Fontes: FONSECA, Alexandre Brasil e Frente Parlamentar Evangélica.[8]

(*) Essas quantidades costumam variar em cada legislatura, porque ocorrem arranjos políticos, como, por exemplo, nomeação de parlamentar para algum ministério ou secretaria de governo. O suplente que assume dificilmente coincide de ser outro membro da igreja do titular.

(**) Quantidades de parlamentares observadas até junho de 2004.

De fato, a Assembléia de Deus apresentou um desempenho eleitoral extraordinário ao fazer crescer sua bancada[9] de um para 13 deputados, na comparação entre a legislatura anterior ao Congresso Constituinte e este. Em seguida, praticamente manteve essa presença no parlamento, com pequenas variações nas três legislaturas seguintes, surpreendendo, novamente, na última legislatura considerada (iniciada em 2003), quando cresceu em 83% a quantidade de seus parlamentares, em relação à legislatura anterior.

No tocante à Igreja Universal, seu crescimento alcançou marcas impressionantes, nas três legislaturas que sucederam ao Congresso Constituinte. Ou seja, acrescentou à

[8] Cf. FONSECA, Alexandre Brasil Carvalho da. **Secularização, pluralismo religioso e democracia no Brasil**: um estudo sobre evangélicos na política nos anos 90. Tese de doutorado em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002, p. 127. Sobre a última legislatura os dados foram fornecidos pela Frente Parlamentar Evangélica, em Brasília, junho de 2004.

[9] Bancada, tecnicamente, é um termo para ser utilizado no caso de partidos e de coligações, porque pressupõe unidade em torno de programa ou de projeto e exige a constituição formal de uma liderança que representa todos os parlamentares em algumas ocasiões, fala e vota em nome deles, como conjunto coeso. A bancada pode "fechar questão", ou seja, pode decidir pelo voto em bloco dos seus membros, em torno de um tema. Para o caso dos parlamentares evangélicos, como para o caso de alguns agrupamentos temáticos, ou *lobbies*, como o grupo dos ruralistas, da saúde, educação etc., é mais apropriado classificá-los como frente parlamentar, como, de fato, se constituíram, desde 2003, os evangélicos, que elaboraram estatutos e se organizaram na chamada Frente Parlamentar Evangélica. Cabe destacar aqui, que se percebe, na maneira de atuar dos parlamentares da Igreja Universal, dentro do parlamento, uma disciplina de bancada. Já no caso das Assembléias de Deus, há um grau de liberdade maior, embora seus parlamentares também votem em bloco, em algumas questões. Neste texto, será aplicado o termo bancada, em sentido lato, salvo uma ou outra exceção, auto-identificável.

quantidade de parlamentares, respectivamente, mais 200%, 100% e 167%, em relação a cada período anterior. Já na última legislatura, a bancada iurdiana cresceu apenas 12,5%, mantendo, porém, uma super-representação (18 parlamentares), em relação à bancada das Assembléias de Deus, visto que a IURD se trata de uma igreja com uma quantidade de membros bem inferior à das Assembléias, no território brasileiro.[10]

O outro aspecto mencionado, ou seja, o chamado "avanço pentecostal"[11] na composição da sociedade brasileira fica bem caracterizado pela análise dos números dos três últimos censos demográficos, apresentado na tabela 2 (da página seguinte).

A tabela 2 não oferece uma distinção precisa entre pentecostal e neopentecostal, mas para o objetivo de identificar o crescimento destes agregados populacionais pode-se tomar como base a linha dos "evangélicos pentecostais". Do censo de 1980 ao de 2000, eles praticamente triplicaram sua participação no conjunto da sociedade brasileira. Seu crescimento somou mais de 200%, no mesmo período, e sua participação é superior a 10 % da população. Em contrapartida, nesse jogo de soma zero, os católicos romanos reduziram suas participação relativa de quase 89% para menos de 74%, uma perda de mais de 15 pontos percentuais, nesses vinte anos considerados. A tabela oferece outros dados importantes, como o enorme crescimento dos "sem religião", que não serão comentados, por estarem fora do escopo deste trabalho.

[10] Comparações entre quantidade de membros das igrejas AD e IURD só podem ser feitas com base em estimativas, devido, pelo menos, a duas razões: (1ª) os pentecostais e neopentecostais costumam inflacionar seus números, em comparação com os coletados nos recenseamentos do IBGE e, (2ª) a IURD não tem rol de membros, de modo que seus adeptos são estimados pela quantidade de freqüentadores que lotam os enormes templos. Um bispo da Universal em Belém do Pará informou que é costume fazer uma ficha de cadastro das pessoas que se submetem ao batismo. Contudo, não foi possível verificar se esta prática é generalizada.

[11] Título de livro do antropólogo Ari Pedro Oro (ORO, A. P. **Avanço pentecostal e reação católica**. Petrópolis: Vozes, 1996) e expressão recorrente, principalmente, entre estudiosos do fenômeno pentecostal, de vertente católica.

Tabela 2 – Números absolutos, percentuais em relação à população e taxa de crescimento dos católicos, evangélicos tradicionais, pentecostais e outros (1980 – 2000)

Religião	*1980*		*1991*			*2000*		
	N	*Part.(%)*	*N*	*Part.(%)*	*Cresc.(%)*	*N*	*Part.(%)*	*Cresc.(%)*
Católica romana	105.861.113	88,95	121.812.771	82,97	15,07	124.976.912	73,60	2,60
Evangélica tradicional	4.022.343	3,38	4.388.284	2,99	9,10	7.159.383	4,22	63,15
Evangélica pentecostal	3.863.503	3,25	8.179.708	5,57	111,72	17.689.862	10,42	116,27
Outras cristãs	_	-	2.050.466	1,40	-	2.699.171	1,59	12,12
Mediúnicas	1.538.230	1,29	2.292.830	1,56	49,06	2.908.761	1,71	26,86
Outras religiões	1.473.081	1,24	549.550	0,37	(62,69)	1.265.080	0,74	130,20
Sem religião	1.953.096	1,64	6.946.221	4,73	255,65	12.330.101	7,27	77,51
Sem declaração	299.686	0,25	595.979	0,41	98,87	382.489	0,23	(35,82)
Não classificada(*)	_	-	_	-	-	387.411	0,23	-
TOTAL	119.011.052	100,00	146.815.818	100,00	23,36	169.799.170	100,00	15,65

Fonte: IBGE
(*) Significa um contingente da população que não foi enquadrada nos itens anteriores.

Idéia geral da pesquisa

A motivação da pesquisa que deu origem a esta tese encontra-se além da constatação do crescimento numérico dos pentecostais e neopentecostais e do que eles possam significar no campo religioso. Transcendeu, também, à verificação das conquistas de espaço desse movimento no disputado campo político. O interesse investigativo focalizou-se na relação entre os padrões da cultura política brasileira e a contribuição do pentecostalismo como novo componente que já participava ativamente da sociedade, desde os anos de 1910, mas estava quase ausente do jogo político nacional até 1986.

Visando delimitar o campo de estudo, foram enfocadas duas denominações representativas dos pentecostais e neopentecostais: a Assembléia de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus. As escolhas não foram aleatórias[12], pois estas são as denominações que têm atuado estrategicamente e de forma mais visível nas relações com o campo político, além de comporem mais de dois terços dos membros da bancada evangélica na Câmara Federal atual (legislatura 2003-2007)[13].

Este projeto de pesquisa compreendeu a análise do comportamento político de lideranças e parlamentares da Assembléia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus e algumas implicações dessa participação no processo de construção da democracia brasileira, segundo a visão de dirigentes e parlamentares das próprias igrejas.[14] Também foi estudada a atuação política de líderes e parlamentares pentecostais, relacionando-a com valores tradicionais da cultura brasileira, como: autoritarismo, clientelismo, corporativismo, fisiologismo, nepotismo e correlatos. As políticas que essas igrejas praticam intramuros também foram examinadas, para completar uma visão mais abrangente acerca do comportamento político desses atores sociais, em que pesem as dificuldades inerentes a este tipo de investigação.

A questão que se buscou abordar na pesquisa foi:

Qual tem sido a prática política dos pentecostais e neopentecostais dentro de suas igrejas e no campo político-partidário brasileiro, nos últimos sete anos (1999-2006) e como essa prática política se relaciona com a cultura política brasileira?

---

[12] "A *escolha do nível empírico de investigação* deve, antes de tudo, ser tornada explícita pelos pesquisadores. O indivíduo, o grupo, a sociedade, a organização global são patamares de pertinência que convém, antes de tudo, isolar analiticamente, para preparar mais tarde 'passagens' para a articulação desses diferentes níveis entre si." (BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**: os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991, p. 53, com grifo no original).

[13] A Frente Parlamentar Evangélica identifica cerca de sessenta e um parlamentares declaradamente pertencentes a confissões religiosas protestantes e pentecostais, dos quais quarenta e quatro são membros da Assembléia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus. Esta informação foi obtida em junho de 2004, podendo esses números variar, para mais ou para menos, em quantidade que não tem ultrapassado 5%, durante o mandato, devido a acomodações partidárias, como a nomeação de um ou outro para uma Secretaria de Governo Estadual, a fim de abrir espaço para a efetivação de suplentes, que, em geral, não são evangélicos.

[14] As observações referem-se ao período posterior ao Congresso Constituinte (ou seja, a partir de 1989), mas concentraram-se na última legislatura, que teve início em 2003, devido à possibilidade de entrevistar parlamentares em pleno exercício de seus mandatos.

No desenvolvimento do trabalho investigativo, tentou-se responder a algumas questões auxiliares, como corolárias da principal, tais como: Que qualidade de política as elites brasileiras praticam, coonestadas pela própria sociedade? Dentro deste conjunto maior de práticas e jogos de poder, que qualidade de política tem sido praticada pelos novos atores pentecostais e neopentecostais, seja nas relações que estabelecem externamente com outros grupos, por exemplo, na Câmara e Senado Federal, e que qualidade de política interna eles praticam, como parte constituinte de suas subculturas religiosas? O jeito pentecostal[15] de fazer política é caudatário do modelo maior da sociedade política brasileira? Ou se trata de um modelo peculiar, com afinidades e contrastes em relação a esse modelo? Esse modo pentecostal de atuar na política reproduz os vícios e as virtudes da cultura política brasileira ou traz aportes inovadores a ela?

Afinal, tendo em conta que segmentos bem representativos da base da pirâmide sócio-econômica da sociedade nacional integram as igrejas pentecostais – e, neste sentido, o pentecostalismo consegue organizar referidos segmentos como nenhuma outra associação tem conseguido fazê-lo – foi relevante indagar: as formas de organização das igrejas pentecostais, bem como a política praticada dentro delas, promovem um associativismo emancipador, ou produzem subserviência, resignação, dominação, exclusão seletiva e obediência acrítica? Em outras palavras: o pentecostalismo cria aparelhos ideológicos de sustentação do *status quo*, cada vez mais importantes na conservação do modelo hierárquico-autoritário-excludente da sociedade brasileira, ou ele se comporta como uma cunha que abre brechas e ocupa lacunas capazes de fragilizar e, paulatinamente, contribuir para a superação dessa pirâmide de desigualdades sociais que é a sociedade brasileira?

Hipóteses

As hipóteses que nortearam o trabalho foram elaboradas a partir da experiência do pesquisador no mestrado em Sociologia, quando teve oportunidade de observar o comportamento político e eleitoral de vereadores e entrevistar alguns líderes e membros da

[15] Os termos **pentecostal** e **pentecostalismo** (empregados também no plural), ocorrerão, freqüentemente, neste texto, para significar, de forma genérica e abrangente, tudo que se refere a pentecostalismo e neopentecostalismo, inclusive movimentos e instituições desse subcampo religioso. Isto não impedirá que, em algumas situações, sejam feitas referências separadas, para dar destaque aos respectivos entes sociais.

Assembléia de Deus, em Belém do Pará[16]. Posteriormente, já no doutorado, mas antes de apresentar o projeto de qualificação, foi possível entrevistar o coordenador da bancada federal da Assembléia de Deus, em Brasília, pastor e deputado federal Pedro Ribeiro (PL-CE). No tocante à Igreja Universal do Reino de Deus, no mesmo contexto, foram entrevistados o deputado federal Carlos Rodrigues (PL-RJ), ex-bispo e ex-coordenador da bancada federal dessa Igreja, um assessor do deputado Vieira Reis (PMDB-RJ) e, também, um assessor do deputado Wanderval dos Santos (PL-SP).[17]

Segundo Bruyne, Herman e Schoutheete, "fatos estabelecidos (evidências provisórias) servem de conteúdo para as hipóteses cujas implicações testáveis acarretarão a descoberta de outros fatos que confirmarão ou infirmarão as hipóteses iniciais."[18] Nessa linha de trabalho foram escolhidas três hipóteses.

Hipótese 1

A prática política dos pentecostais, dentro das igrejas, tem sido autoritária, manipuladora e intolerante com os rebeldes.

Hipótese 2

A prática política dos pentecostais, nos campos partidário e parlamentar e em relacionamentos com governos, tem sido fisiológica, clientelista e corporativa. Lideranças e políticos pentecostais são cooptáveis e cooptadores, ou seja, fazem o jogo da cooptação, portanto, essas práticas reforçam vícios da cultura política brasileira, em aspectos como autoritarismo, clientelismo, corporativismo, fisiologismo e nepotismo.

Hipótese 3

As práticas pentecostais contribuem para integrar, na condição de cidadania, segmentos marginalizados pela sociedade, contribuindo, deste modo, para o desenvolvimento do processo democrático brasileiro.

---

[16] Cf. BAPTISTA, 2002.

[17] As entrevistas com deputados da AD e IURD, bem como de assessores parlamentares, foram realizadas na terceira semana de junho de 2004, em Brasília, e tiveram caráter exploratório, para construção do objeto de pesquisa deste projeto.

[18] BRUYNE, HERMAN e SCHOUTHEETE, *op. cit.,* p. 123.

Examinado segundo pesquisas antropológicas e sociológicas, **o movimento pentecostal é ambíguo em sua natureza**: Trata-se de um movimento carismático, com lideranças autoritárias, centralizadoras, que manobram os liderados, mas é, ao mesmo tempo, um movimento que consegue incluir marginalizados sociais e elevar a auto-estima de milhões de seguidores, os quais participam com entusiasmo da edificação de suas comunidades religiosas.

O pentecostalismo continua a promover inclusão social, pois é um movimento de cunho participativo e está em expansão. Não obstante, por constituir associações hierárquicas, verticais, de caráter autoritário, pode configurar uma ameaça à democracia, na medida em que o poder emana de suas lideranças e não das bases. De fato, igrejas, em geral, não são democráticas em suas práticas internas, mas as pentecostais revelam-se menos tolerantes quanto à liberdade de consciência e expressão e têm dificuldade em aceitar o diferente. Registre-se, porém, que também são vítimas freqüentes de preconceitos e discriminações, principalmente por parte da mídia. Feitas as devidas ponderações, pode-se afirmar que, por um lado, **o movimento pentecostal tende a dificultar o processo de radicalização da democracia brasileira**. Não obstante, **a capacidade mobilizadora do pentecostalismo, como religião que estimula todos os membros a participarem de atividades sociais e celebrações diversas, tanto nos templos como nos próprios lares, é, neste sentido, forte indicadora de práticas democráticas**.

As igrejas pentecostais contribuem, ainda, para recuperar e restaurar pessoas, afastando-as de vícios e formando corpos disciplinados para atuarem na sociedade. Isto serve para incluí-las no, cada vez mais limitado, mercado de trabalho, melhorando a condição de vida de uma parcela da população empobrecida e marginalizada, devido ao modelo de capitalismo praticado no Brasil. Partidos políticos e outras organizações não têm sabido lidar com esses contingentes de destituídos da condição de cidadania. No entanto, igrejas pentecostais, em sua maioria, demonstraram competência e efetividade ao incluí-los no processo de (res)socialização, elevando-lhes a auto-estima, libertando-os de vícios e dando-lhes apoio em conquistas como saúde, emprego, geração de renda, ainda que nos limites da economia informal, garantindo, assim, algum traço de cidadania, inalcançável de outra forma, tais as condições de exclusão de contingentes enormes na sociedade brasileira atual.

Importância e justificativa da pesquisa

A escolha do tema *Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais*, está relacionada com a vivência pessoal do autor no mundo religioso, por mais de cinco décadas, e em militância de partido político, durante mais de dez anos. Essas experiências ensejaram-lhe reflexões, durante a graduação em Ciências Sociais (1995-1999) e no mestrado em Sociologia (2001-2002), quando pesquisou práticas de poder político dentro do campo religioso pentecostal, assim como relações deste com a sociedade política, no Estado do Pará.[19] Além desses trabalhos, produziu texto durante especialização em Filosofia (pós-graduação *lato sensu*, em 2001), quando discutiu a difícil conciliação da religião do indivíduo com a religião civil em Rousseau, bem como apresentou diversas comunicações em eventos científicos, além de artigos, os quais corroboram seu vínculo acadêmico com esta área de pesquisa.

A produção científica sobre os pentecostais na política brasileira é ainda relativamente escassa, para o conjunto da produção acadêmica em Ciências Sociais, embora venha crescendo, desde os anos 90. Podem ser destacados aqui três exemplos de produção nesta área específica: Paul Freston, que pesquisou a atuação dos evangélicos no Congresso Constituinte de 1987-88, além de obras mais recentes.[20] Alexandre Brasil Fonseca, que também estudou os evangélicos na política e na mídia (anos 90), atendo-se ao contexto do Rio de Janeiro[21], e Joanildo Burity, cujos trabalhos se referem a identidade religiosa e comportamento político, com ênfase nos evangélicos, mas contemplando também o ambiente católico[22]. Esses estudos versaram sobre pentecostais, mas não trataram especificamente dos pentecostais na política. Há, também, estudos sobre os neopentecostais, dos quais se destaca o de Leonildo Silveira Campos, referente à Igreja

---

[19] Como Trabalho de Conclusão de Curso, na graduação, foi apresentado o texto **Fundamentalismo como ideologia**: a Igreja Batista Regular no Brasil. 2000, 136 p. Trabalho de conclusão de curso. (Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém. No mestrado foi produzida a dissertação sobre a AD na política, já citada (BAPTISTA, 2002).

[20] Cf. FRESTON, 1993; _____. **Evangelicals and Politics in Asia, Africa and America Latina**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2001.

[21] Cf. FONSECA, Alexandre Brasil. **Evangélicos e mídia no Brasil**. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado em sociologia, IFCS-UFRJ, 1997. _____. **Secularização, pluralismo religioso e democracia no Brasil**: um estudo sobre evangélicos na política nos anos 90. Tese de doutorado em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002.

[22] Cf. BURITY, Joanildo A. **Identidade e política no campo religioso**: estudos sobre cultura, pluralismo e o novo ativismo eclesial. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997. _____. (Org.). **Cultura e identidade**: perspectivas interdisciplinares. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Universal do Reino de Deus[23], e o de Ricardo Mariano, sobre as igrejas Nova Vida, Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo e Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra[24]. Esses substanciosos trabalhos, embora se tenham dedicado a atores religiosos desta pesquisa, não se propuseram a discutir, especificamente, o papel deles como agentes políticos. Há também artigos e comunicações em congressos sobre pentecostais na política, mas não se tinha registrado, ainda, uma pesquisa mais extensa, acerca do comportamento pentecostal no ambiente partidário e parlamentar, com enfoque na cultura política brasileira, como se tentou fazer neste caso.

Procurou-se analisar ingredientes do *ethos* pentecostal, relevantes para a compreensão dessa face religiosa e política da sociedade brasileira. Por exemplo, a Igreja Universal e a Assembléia de Deus praticam estratégias eficazes de conquista de votos em suas campanhas eleitorais, mediante criação de verdadeiros "distritos eleitorais" para seus candidatos e instrumentalização de partidos políticos para atenderem objetivos corporativos, inclusive através do controle de "siglas de aluguel"[25]. Como resultado, alcançaram expressiva presença em parlamentos municipais, estaduais e no nacional, tudo compondo uma verdadeira engenharia política, que supera, em algumas circunstâncias, a capacidade de mobilização e conquista de votos de agremiações partidárias experientes do cenário político brasileiro.

A pesquisa serviu, também, para trazer algumas características da cultura política brasileira, com as quais o pentecostalismo tem revelado afinidades, como clientelismo, fisiologismo, nepotismo e autoritarismo. Por exemplo, no âmbito federal, a cobertura da imprensa revelou episódios de negociação de votos de parlamentares pentecostais, em troca de concessões de emissoras de rádio e outros favorecimentos, durante o governo do Presidente Sarney.[26] O autoritarismo pentecostal se manifestou, entre outros casos, no

---

[23] Cf. CAMPOS, Leonildo Silveira. **Teatro, templo e mercado:** organização e marketing de um empreendimento neopentecostal. Petrópolis, Vozes, São Paulo, Simpósio e Umesp, 1999, 504 p

[24] Cf. MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo, Loyola, 1999, 246 p.

[25] Siglas ou legendas de aluguel são formas comuns de se denominar partido político que não tem representação social. No Brasil este tipo de partido funciona para receber cota partidária e se beneficiar do horário eleitoral gratuito no rádio e televisão. Com estes recursos, assegurados na legislação partidária, seus dirigentes dispõem de trunfos para negociarem com os grandes partidos possíveis composições de coligação. Nas relações com governos, os dirigentes dessas pequenas agremiações podem negociar votos, dentro dos parlamentos, em troca de vantagens financeiras e ocupação de cargos públicos.

[26] Antônio Flávio Pierucci registra episódios noticiados pelos jornais Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil e O Estado de S. Paulo, entre 1987 e 1988, como doações de verbas do Ministério do Planejamento e da Legião Brasileira de Assistência para a Confederação Evangélica Brasileira, dirigida por pentecostais, a título de retribuição pela atuação destes no Congresso

"voto de cabresto" e na imposição da vontade de alguns pastores sobre suas congregações. A liberdade de consciência também tem sido violada, através de mecanismos de coação psicológica, como "profecias e revelações", para que o membro ou freqüentador da igreja siga a orientação do seu dirigente.

Do ponto de vista científico, esta pesquisa pretende ser uma singela, porém nova, contribuição aos estudos do pentecostalismo e da política brasileira, ao relacionar valores e procedimentos desta com a prática de um ator político emergente, ainda pouco estudado pelos cientistas políticos, que é esse segmento religioso. O trabalho contribuiu para elucidar aspectos da relação entre pentecostalismo, cultura política brasileira e democracia, examinando como esses experimentos importantes se combinam e interagem no âmbito da sociedade nacional.

Metodologia

Nesta seção são oferecidos breves subsídios teóricos que serviram para problematizar a presença dos pentecostais e neopentecostais na política brasileira, conforme perspectivas da Ciência Política e da Sociologia. Em seguida, apresenta-se uma abordagem mais extensa do percurso metodológico em que se constituiu a própria investigação para culminar nesta tese.

O que impulsiona a criação de teorias e hipóteses são problemas concretos extraídos da realidade. A problematização é a interrogação sistematizada de algum aspecto dessa realidade. As tentativas de resolução de problemas e os fracassos decorrentes fornecem um acúmulo de experiências que se tornam matérias-primas para a geração de conhecimento científico. Segundo Bruyne, Herman e Schoutheete:

> A problemática é a visão global do próprio objeto da pesquisa e do domínio no qual ela se desenrola. É o que faz o pesquisador dizer diante dos fatos ou das hipóteses: "é importante" ou "é interessante", ela opera a partir da seleção dos temas de reflexão e de pesquisa até o mínimo detalhe da investigação empírica.[27]

Constituinte, de acordo com os interesses do Executivo. Informa também sobre a campanha encabeçada pelo deputado Matheus Iensen para prorrogar o mandato do Presidente Sarney de quatro para cinco anos. O deputado Iensen recebeu, logo depois, a concessão de uma terceira emissora de rádio, para sua família explorar em Curitiba. (PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. In: PIERUCCI, Antônio Flávio, PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil.** São Paulo, Hucitec, 1996, p.163-191).

[27] BRUYNE, HERMAN e SCHOUTHEETE, *op. cit.,* p. 57-8.

A escolha do problema a ser investigado tem vínculo com a chamada *relação com os valores*, enunciada por Max Weber. Problemática, conceitos e teoria são encaminhados e estruturados na construção do objeto científico a partir dessa condição sociológica do pesquisador. Julien Freund interpreta este aspecto da visão weberiana da seguinte maneira:

> A relação com os valores constitui a base das perguntas que formulamos à realidade. [...] Esta [relação] exprime, pois, o momento arbitrário que se acha no ponto de partida de toda reflexão e de todo trabalho científico [...] É apenas nos limites desta seleção que o sábio aplica os processos ordinários da investigação científica: observação precisa, crítica dos textos, dos inquéritos ou dos documentos, determinação das relações da causalidade, comparações etc.[28]

A intuição tem, também, seu papel como método gerador de conhecimento, no espaço da problematização. Bruyne, Herman e Schoutheete resumem três regras bergsonianas alusivas a esta questão[29]: A primeira é a "crítica dos falsos problemas e invenção dos verdadeiros, [...] os falsos problemas ou são inexistentes, ou são mal colocados (aspecto problematizante)." A segunda é a "luta contra a ilusão, busca das verdadeiras diferenças de natureza, das articulações do real [...] (aspecto diferenciador)." A terceira é a "posição e resolução dos problemas em função do tempo, da duração, mais do que do espaço (aspecto temporalizante)."

Tendo em conta o que foi apresentado na seção anterior desta Introdução e os aspectos teóricos mencionados neste tópico, repete-se aqui a questão que orientou o trabalho investigativo:

> **Qual tem sido a prática política dos pentecostais e neopentecostais dentro de suas igrejas e no campo político-partidário brasileiro, nos últimos sete anos (1999-2006) e como essa prática política se relaciona com a cultura política brasileira?**

A partir desta questão-chave, o presente estudo é uma continuação ampliada do que foi realizado durante o mestrado em Sociologia.[30] Naquela investigação procurou-se entender por que a Assembléia de Deus havia mudado, radicalmente, quanto a sua visão e

---

[28] FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 42-3.
[29] BRUYNE, HERMAN e SCHOUTHEETE, *op. cit.,* p. 57, citando DELEUZE, G. **Le bergsonisme**. Paris: Presses Universitaires de France, 1968, p. 1-28, e, BERGSON, H. **La pensée et le mouvant**. Paris: Presses Universitaires de France, 1934, p. 25-98.
[30] Cf. BAPTISTA, 2002.

prática, acerca da participação de lideranças religiosas na política. Antes do Congresso Constituinte de 1987-8, o pensamento hegemônico dos dirigentes assembleianos era que o crente não deveria envolver-se com partido, sindicato e associações congêneres. Neste sentido, a Igreja dissuadia-o de ser candidato ou mesmo militante em qualquer movimento social, que não fosse a própria Igreja. No Congresso Constituinte, a Assembléia de Deus agiu estrategicamente e conquistou várias cadeiras do Congresso Nacional. Nos anos seguintes, pôde-se verificar um "efeito cascata", pois foram eleitos vereadores e deputados estaduais indicados pela mesma denominação evangélica, em diversos Estados da Federação. Realizou-se uma pesquisa qualitativa, com entrevistas de parlamentares, pastores e outros membros da AD em Belém, para captar, de diferentes perspectivas, o que estava acontecendo e que rumos essa instituição estava tomando, na área pública.

A pesquisa prosseguiu no doutorado que desemboca nesta tese, incluindo as duas agremiações evangélicas mais representadas no Congresso Nacional: Assembléia de Deus e Igreja Universal. Foram escolhidas duas para permitir fazer comparações entre seus objetivos e estratégias e relacionar a atuação de organizações tão díspares do pentecostalismo com a cultura política da sociedade brasileira. A linha metodológica foi, basicamente, a mesma adotada no mestrado, porém acatando a seguinte ponderação: "toda pesquisa tem o propósito de resolver um problema específico que, em aspectos importantes, não é parecido com nenhum outro problema, e [se] deve fazê-lo dentro de um ambiente específico diferente de todos os que existiram antes".[31]. Por esta razão, foram adotadas abordagens apropriadas para a situação, sem descartar improvisações, pois, como orienta o mesmo autor: "o sociólogo ativo não somente pode como deve improvisar as soluções que funcionam onde *ele* está e resolve os problemas que *ele* quer resolver".[32] Afinal, como ensinam Quivy e Campenhoudt, "os métodos não são mais do que formalizações particulares do procedimento, percursos diferentes concebidos para estarem mais adaptados aos fenómenos ou domínios estudados".[33]

Antônio Carlos Gil denomina esse tipo de investigação de "pesquisa explicativa", pois "... têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que

---

[31] BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 13.
[32] Ibidem, com grifos.
[33] QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998, p. 25, grafia de Portugal.

contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas".[34] De fato, adotando essa abordagem na pesquisa de mestrado, descobriu-se que a AD de Belém do Pará estava em busca de reconhecimento público, obtenção de verbas e apoios para seus projetos corporativos, queria enfrentar as concorrências da Universal e da Quadrangular, no terreno da política, como também procurava atender anseios de uma nova safra de pastores. Quanto a estratégias, a AD buscava utilizar partidos da situação, mas mantinha diálogo com os de oposição. Para a membresia da Igreja, seus parlamentares eram apresentados pela cúpula como "missionários na política", a fim de justificar essa nova linha de conduta pública, com o argumento de que "não estar na política era pecado de omissão". Além disto, seus vereadores se auto-afirmavam como padrões de boa conduta para outros parlamentares, avaliação que não se conseguiu comprovar na consulta a outras fontes.[35]

Tipos ideais

Discutir pentecostalismos e neopentecostalismos obriga o estudioso a elaborar "tipos ideais" e a recorrer a generalizações, mesmo quando se delimita o objeto de observação a duas agremiações específicas, como ocorreu neste caso. Justifica-se, portanto, um breve destaque sobre a construção de "tipos ideais":

A utilização deste recurso está ligada à necessidade de rigor conceitual no labor científico. Conceitos como classe, massa, capitalismo, feudalismo, freqüentes na análise sociológica, dependem do contexto histórico em que estão sendo considerados. Para estabelecer rigorosamente o sentido de cada conceito com que se pretende trabalhar na perspectiva weberiana, o cientista deve construir um "tipo ideal". De acordo com a orientação de Weber,

> ... obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento. Torna-se impossível encontrar

[34] GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª edição, São Paulo: Atlas, 2002, p. 42.
[35] Cf. BAPTISTA, *op.cit*, p. 137-43.

> empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma utopia..[36]

Verifica-se que a elaboração de um *tipo ideal* está ligada à *relação com os valores* do cientista. Tem base em aspectos da realidade, selecionados em consonância com as hipóteses que nortearão a pesquisa. Este *a priori* hipotético é ponto de partida necessário para a reflexão científica. O *tipo ideal* é sempre uma racionalização utópica, idealizada pela acentuação de singularidades da realidade em estudo. O tipo ideal é uma ferramenta artificial, um modelo para o confronto com o aspecto da realidade que se está analisando. É ideal não no sentido moral ou ético, nem expressa aspiração de um devir. É apenas uma construção teórica útil para se adentrar na realidade caótica, visando interpretá-la. Tem caráter de ordenamento lógico e não valorativo. O cientista deve ter em mente o caráter instrumental do *tipo ideal* e deve abandoná-lo, caso não se preste para o propósito da pesquisa. Neste caso, convém rever suas hipóteses e elaborar outro tipo ideal, procedendo assim tantas vezes quantas se mostrarem necessárias.

Para ser mais preciso, no caso desta pesquisa, analisar, por exemplo, as Assembléias de Deus no Brasil é estar diante de um grande "guarda-chuva" de comunidades pentecostais, distribuídas nos chamados "ministérios" e convenções, e que desenvolvem uma variedade enorme de pentecostalismos, desde os que primam por uma formação teológica razoável até alguns que se opõem à educação formal, desde os modelos mais autoritários até poucas experiências de governo congregacional efetivo. Há pentecostais conservadores, no sentido de acharem que estão zelando pela preservação das suas marcas de origem, mas há aqueles que se julgam até pós-modernos, em que pese a confusão que este conceito encerra. No caso do chamado neopentecostalismo, a confusão de conceitos é maior, mesmo restringindo sua aplicação, no caso desta pesquisa, à monolítica Igreja Universal do Reino de Deus. Sem dúvida, trata-se de uma igreja modelar na aplicação da disciplina e hierarquia inquestionáveis, debaixo da "liderança papal" do bispo Edir Macedo, primeiro e único, até a conclusão deste trabalho, em março de 2007. A Universal é uma organização com estratégias bem definidas e agilidade ímpar na disseminação de diretrizes e ordens de comando que emanam da cúpula. Nela os carismas de bispos, pastores, ex-mães

---

[36] WEBER, Max. A "objetividade" do conhecimento nas Ciencias Sociais. In: COHN, Gabriel (org.). **Weber**. São Paulo: Ática, 1991, p. 106.

e pais de santo e demais obreiros, são instrumentos intensamente empregados para que os objetivos e metas da grande corporação sejam cumpridos. O emprego confuso de conceitos ocorre, porque a Igreja Universal não é, a rigor, uma atualização do pentecostalismo, ou seja, não se trata de um novo pentecostalismo. Talvez seja melhor compreendê-la como uma igreja pós-pentecostal, que extrapola imensamente o paradigma da designação que lhe é aplicada, tal é o conjunto de empréstimos que ela faz do imaginário católico popular, de religiões afro-brasileiras, do protestantismo histórico e evangelical, transformando todos esses aportes numa nova síntese com dinamismo próprio, gerador de uma profusão de produtos simbólicos para consumo da sua clientela. Uma verdadeira geradora de bens intangíveis que opera na dimensão dos desejos e já é, em si, marca singular dessa nova forma de fazer religião.

A propósito dessas novas constituições de identidades coletivas – e as igrejas chamadas neopentecostais são exemplos evidentes disto – Stuart Hall escreve:

> em toda parte, estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em *transição*, entre diferentes posições; que retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais; e que são produto desses complicados cruzamentos e misturas que são cada vez mais comuns num mundo globalizado.[37]

A *tradição* se apresenta como movimento de retorno, que tenta recuperar raízes e quer purificar práticas do grupo, segundo padrões que estavam negligenciados, embora se questione tal possibilidade, enquanto que a *tradução* atravessa fronteiras de diversas tradições e procura produzir uma cultura compósita, híbrida, sincrética, negociada, impura e, por isso mesmo, dificilmente assimilada no contexto em que tenta alojar-se. A Igreja Universal é reconhecidamente bem sucedida nessa forma agressiva de construir uma nova identidade religiosa.

Criar tipos ideais da cultura política brasileira também implica no risco de produzir generalizações questionáveis. Entretanto, pelo menos aqui, a tradição ensaística é bem mais antiga e consolidada, posto que bem alicerçada em clássicos como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Victor Nunes Leal, Raymundo Faoro e outros,

---

[37] HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 88, com grifo no original.

com farta reflexão de continuadores e críticos, aos quais se recorreu para identificar padrões culturais produzidos, reproduzidos e atualizados, permanentemente, pela sociedade brasileira.

Itinerário da pesquisa

A pesquisa para o doutorado começou com visitas a templos da Igreja Universal, nos bairros de Rudge Ramos (em São Bernardo) e Santo Amaro (São Paulo). O objetivo era "sentir o clima" das celebrações, obter jornais e outras publicações da Igreja e tentar aproximação com pastores e leigos. Da mesma forma, foram visitados templos da Assembléia de Deus nos bairros Belém e Bom Retiro (em São Paulo), com o intuito adicional de entrevistar seus líderes, pastores José Wellington Bezerra da Costa e Jabes Alencar. Essas tentativas de entrevistas foram frustradas e suspensas, obrigando o pesquisador a concentrar esforços em outras fontes. A experiência tem ensinado que alguns líderes se cercam de barreiras, de tal modo que o acesso a eles, por parte de pesquisadores, exige a descoberta de canais especiais, como pessoas que privam de confiança e intimidade, em grau bastante elevado. Como as informações para a pesquisa não dependiam, fundamentalmente, dessas entrevistas, procurou-se obtê-las em outras fontes.

O projeto de pesquisa começou a tomar forma quando se resolveu examinar o que a imprensa paulistana e depois a carioca registravam acerca dos políticos pentecostais e neopentecostais, entre 1989 e 2004. Durante o 2º semestre de 2003, foram obtidos textos de cobertura jornalística, desde o Congresso Constituinte até 2002, dos parlamentares evangélicos no Congresso Nacional, realizada pelos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*. A consulta foi feita com auxílio dos sistemas de busca eletrônica dos citados veículos. A intenção era captar a visão da grande imprensa paulistana acerca dos evangélicos, e, em particular, dos pentecostais na política: quais os parlamentares em maior evidência na mídia escrita, como a atuação deles era repassada para os leitores, e questões afins. A coleta serviu como matéria-prima para um colóquio no programa de doutorado em Ciências da Religião da Universidade Metodista. Cabe salientar que a intenção era começar pela visão dos "de fora", acerca de políticos pentecostais, a partir da qual se faria uma seleção de personalidades que seria recomendável entrevistar, compondo, desta forma, a lista inicial de possíveis fontes. De fato, a partir dessas referências, foram feitas entrevistas,

em Brasília, no mês de junho de 2004. O material jornalístico referido também serviu para a elaboração de um texto que se presumia viria a constar como capítulo desta tese, mas que foi finalmente descartado, porque não combinava com o conjunto. Não obstante, sua elaboração foi útil para sugerir, inicialmente, o percurso da pesquisa, e dar pistas para o trabalho de análise.

Em geral, a mídia reproduziu estudos relevantes de alguns pesquisadores do campo religioso, salvo poucas exceções, quando resvalou para comentários de senso comum, preconceitos, estereótipos e discriminações. A partir dessas análises foi possível definir o projeto de qualificação, sua abrangência, o que seria viável pesquisar ou não. Por exemplo, a intenção original era descobrir acordos que as lideranças pentecostais teriam "fechado" com os candidatos à presidência da República, desde 1989 até 2002. A investigação preliminar, com apoio em informações da mídia e entrevistas de parlamentares, indicou que essa linha de pesquisa seria infrutífera. Os jornais afirmavam que houve acordos, negociações e negociatas, mas os parlamentares da Assembléia de Deus e da Igreja Universal negavam a existência desses acordos, ou eram lacônicos quanto ao que se passara nos bastidores das campanhas eleitorais. A partir dessa constatação, optou-se pela realização de uma pesquisa mais ampla, enfocando a relação entre pentecostalismo e cultura política brasileira.

No mesmo mês da visita a Brasília, junho de 2004, compareceu-se ao I Fórum de Políticos da Assembléia de Deus do Estado de São Paulo, realizado no Hilton Hotel da capital paulista. Foi um encontro de candidatos a prefeito e vereadores de todo o Estado, que congrega cerca de 600 municípios. O evento teve o patrocínio do ex-governador Anthony Garotinho, do Rio de Janeiro, e contou com lideranças paulistas do PSDB e PTB. Durante o fórum, foram dadas orientações de campanha aos candidatos, pelos coordenadores nacional e estadual de ação política da AD, bem como fornecidos materiais impressos, para auxiliá-los em suas estratégias eleitorais. Conseguiu-se gravar grande parte dos pronunciamentos, dos quais foram extraídos trechos relevantes, aplicados nesta tese.

Visitou-se o Congresso Nacional, onde foram gravadas entrevistas de deputados federais pentecostais e assessores parlamentares, conforme mencionado nos parágrafos anteriores. Além destes registros, foram obtidos depoimentos, em São Bernardo do Campo,

de um ex-pastor da Assembléia de Deus Madureira, que estudava Teologia na Universidade Metodista, e de uma ex-esposa de pastor da Igreja Universal. Para colher informações oficiais, continuou-se "visitando", ocasionalmente, as *home pages* das igrejas-objeto desta pesquisa na rede de computadores Internet.

Esta investigação científica compreendeu leituras de parte do que tem sido elaborado no mundo acadêmico, seja sobre pentecostalismo e neopentecostalismo, seja sobre cultura política brasileira. As leituras, ainda assim, não atingiram o volume e qualidade que se almejava, mas abrangeram o que era possível, no período de quatro anos de doutorado, dos quais pelo menos dois estiveram voltados para outros textos referentes ao fenômeno religioso, nem sempre diretamente aplicáveis à pesquisa e raramente focalizados na especificidade do tema desta tese.

O trabalho de campo concentrou-se mais em longas entrevistas com parlamentares e lideranças das duas grandes organizações eclesiais, a Assembléia de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus. Foram feitas cerca de 20 entrevistas com parlamentares federais das várias regiões geográficas do Brasil e gravados encontros, cultos e outros eventos, perfazendo um total de, aproximadamente, 30 horas de gravação. Em duas ocasiões, foram feitas entrevistas coletivas, de forma interativa, com lideranças intermediárias da Assembléia de Deus. Adotou-se esta técnica, a fim de estimular o debate e manifestação de pontos de vista diferentes sobre política interna e atuação pública da mesma denominação. O convívio com o cotidiano das duas igrejas pesquisadas se intensificou, mediante visitas a alguns templos e participação em suas celebrações.

Fragilidades metodológicas podem ser apontadas, como, por exemplo, a aplicação de critérios pouco rigorosos para a escolha das fontes de informação. Nem sempre se podia ouvir aquela que seria a fonte mais indicada, mas aquela que se colocava à disposição para responder aos questionamentos. No caso de parlamentares, foram ouvidos todos o que aquiesceram às insistentes solicitações do pesquisador, no limite dos dias que era possível permanecer em Brasília e nos espaços de agenda escassos de um parlamentar.[38] Neste sentido, foi mais difícil encontrar deputados da Igreja Universal solícitos ao apelo para

[38] Como não havia bolsa para a pesquisa, a permanência em Brasília foi relativamente curta; cerca de 12 dias úteis, repartidos em duas oportunidades, nos meses de junho de 2004 e novembro de 2005. Posteriormente, obteve-se uma doação que permitiu apenas saldar dívidas de mensalidades do doutorado.

serem entrevistados. Quanto a lideranças e pessoas da base das duas igrejas, as escolhas também dependeram de boa vontade para colaborarem com a pesquisa.

Observa-se um "ar de desconfiança" muito acentuado contra jornalistas e pesquisadores na Igreja Universal. Em algumas situações, para se colher um pouco do muito que se buscava era inevitável suspender o uso de instrumentos de pesquisa, como o gravador de som e até mesmo o caderno de anotações. No caso da Assembléia de Deus, o comportamento era muito variado, mas sempre mais aberto. Durante a pesquisa, o autor foi convidado para proferir palestras sobre história do pentecostalismo brasileiro, características atuais do movimento e participação política das igrejas pentecostais e neopentecostais, em quatro comunidades de Assembléias de Deus de linhas bem diferentes: uma vez foi em São Paulo e três vezes em Belém do Pará. Também foi convidado pela CNBB – Norte 2, da Amazônia Oriental, para ministrar os mesmos temas em simpósio para capacitação de agentes de pastoral da Igreja Católica na referida região. Nessas ocasiões efetivaram-se debates e exercício bem aberto de crítica e autocrítica por parte de membros, dirigentes leigos, padres, pastores e religiosos. Foi realizada uma entrevista coletiva com pastores e líderes da Convenção das Assembléias de Deus do Estado do Pará, na sede da própria entidade. Neste caso, verificou-se constrangimento dos pastores, quando o assunto era a luta por hegemonia regional, que vem sendo travada, há alguns anos, entre alas lideradas, respectivamente, pelos pastores Gilberto Marques e Samuel Câmara. O primeiro comanda a convenção estadual do Pará, enquanto o segundo domina a região metropolitana de Belém e controla a Rede Boas Novas, um complexo de rádio e televisão, com emissoras no Brasil e em outros países. Outra entrevista interativa foi gravada com auxiliares de congregações das AD do distrito de Icoaraci, situado na região metropolitana de Belém. Os participantes dessa entrevista foram bastante autocríticos e generosos, a ponto de fornecerem informações sobre os bastidores da política interna da Assembléia de Deus paraense.

Muito do que foi realizado em campo aconteceu porque existia e ainda existe uma rede de amigos e colaboradores de igrejas pentecostais – AD e IEQ, principalmente – os quais acreditaram na relevância do trabalho e "conspiraram" para que fosse possível entrevistar líderes e representantes políticos. Houve, também, fontes que revelaram

problemas de política interna das igrejas focalizadas. Nestes casos, para evitar riscos de uma exposição indevida, seus nomes e dados sociográficos foram omitidos. A existência da Frente Parlamentar Evangélica, desde 2003, cujos assessores são os mesmos dos parlamentares, foi canal decisivo para o progresso das pesquisas em Brasília. A participação do pesquisador em atividades do Movimento Evangélico Progressista (MEP) abriu portas para contatos tanto em Brasília, como São Paulo e Belém, os quais resultaram em algumas das entrevistas mencionadas.

Este tipo de pesquisa, na perspectiva de Ada de Freitas Dencker e Sarah Chucid Da Viá, tem caráter etnográfico. Segundo estas autoras, uma abordagem deste tipo "busca significados culturais de um determinado grupo", combinando vários métodos de coleta de dados. O enfoque etnográfico tem fundamento em duas hipóteses: a primeira, "o comportamento humano é influenciado pelo contexto em que se situa" e a segunda, "é impossível entender o comportamento humano sem tentar entender o quadro referencial dentro do qual os indivíduos interpretam seus pensamentos, sentimentos e ações".[39] Procurou-se observar os estágios de pesquisa que essas autoras sugerem, ou seja: primeiro estágio, exploração, seleção e definição do problema; segundo, "busca sistemática dos dados selecionados"; e, terceiro, "exploração da realidade" em contexto mais amplo.[40] É evidente que o trabalho não teve uma seqüência linear tão regular, exposta, aliás, com finalidade didática, pois, como se sabe, o labor empírico exige idas e vindas, avanços e recuos, tentativas e erros, ao longo da investigação, produzindo uma trajetória sinuosa e quase caótica, visto que é impossível aprofundar uma pesquisa sem reconsiderar hipóteses, rever aspectos aparentemente assentados, descobrir novas perspectivas e passar por circunstâncias imprevisíveis, mas que podem trazer resultados compensadores. A dúvida metódica alimenta o avanço da investigação e mantém esta aberta para novas descobertas e realizações.

Foram feitos, também, estudos e observações diretas da atuação de lideranças e parlamentares das duas igrejas escolhidas. "Basicamente, a pesquisa [foi] desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com

[39] DENCKER, Ada de Freitas Maneti; DA VIÁ, Sarah Chucid. **Pesquisa empírica em ciências humanas** (com ênfase em comunicação). São Paulo: Futura, 2001, p. 187.
[40] Idem, p. 188.

informantes para captar suas explicações e interpretações do que [ocorreu] no grupo", conforme recomenda Antonio Gil.[41]

Houve preparação prévia de uma série de perguntas para servir como roteiro, durante as sessões de entrevista (cf. anexo específico). Contudo, a experiência ensinou que devia ser feito um número reduzido de perguntas, corroborando assim com recomendação de Quivy e Campenhoudt.[42] Na prática, pedia-se que cada entrevistado falasse de sua trajetória política e religiosa, inserindo aqui e ali, algumas perguntas do roteiro. No início da entrevista, procurava-se apresentar com clareza os objetivos do trabalho. Em seguida, a palavra era franqueada ao depoente, que ficava à vontade para discorrer sobre os aspectos que lhe tocavam mais de perto. Não obstante, faziam-se intervenções breves, para conseguir "arrancar" informações relevantes, às vezes evitadas ou esquecidas. Deste modo, utilizou-se o que Quivy e Campenhoudt denominam "empurrões", manifestos em frases do tipo: "*O que o senhor quer dizer exatamente com isto? Que outros aspectos poderiam ser considerados? Fale um pouco mais sobre este ponto*". Em resumo, foram acatadas as seguintes recomendações:

- Fazer o mínimo de perguntas possível;
- Intervir da forma mais aberta possível;
- Abster-se de se implicar a si mesmo no conteúdo;
- Procurar que a entrevista se desenrole num ambiente e num contexto adequados;
- Gravar as entrevistas.[43]

O contexto desta pesquisa sobre a participação das lideranças pentecostais na política brasileira partiu do novo ordenamento democrático, estabelecido pelo Congresso Constituinte de 1987-88, estendendo-se até a atual legislatura, mas foram feitas remissões ao passado para compor uma perspectiva histórica razoável. Contudo, o corte temporal limitou-se às duas legislaturas recentes, 51ª e 52ª, e mais precisamente ao período compreendido pelos anos de 1999 a 2006, com ênfase nos últimos quatro anos. O foco da tese foram os parlamentares pertencentes à Assembléia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus.

---

[41] GIL, *op. cit.*, p. 53.
[42] QUIVY; CAMPENHOUDT, *op.cit.*, p. 74.
[43] Idem, p. 77.

Desenvolveu-se uma reflexão teórica sobre padrões da cultura política brasileira e o desenvolvimento da democracia em face do componente religioso pentecostal e neopentecostal, cada vez mais presente no cenário nacional. A ênfase concentrou-se, portanto, nessa reflexão, ou seja, no estudo do comportamento político de lideranças e políticos dos subcampos religiosos citados, como parte da cultura política nacional, e que implicações a presença deles traz para a vida democrática do País. A extensão do trabalho empírico esteve relacionada com o objetivo de obter caracterizações sobre **qual cultura política, qual democracia e qual pentecostalismo,** têm estado atuantes na realidade brasileira passada e recente. O resultado obtido, a partir dessas indagações, permitiu formar *tipos ideais*, com o propósito de examinar as práticas políticas dos agentes religiosos escolhidos.[44]

Sobre cultura política e democracia, a pesquisa teve como base obras citadas nos capítulos 1 e 2 desta tese. As fontes sobre pentecostalismo foram entrevistas com líderes, pastores e políticos dessas igrejas focalizadas, a literatura científica, bem como jornais, livros e outras publicações oficiais das duas denominações religiosas, além de matérias veiculadas na imprensa secular.

A pesquisa constou de dois tipos principais de levantamento:

Tipo A – Gravações de depoimentos de deputados das bancadas federais da AD e IURD, e coordenadores políticos, em âmbito nacional e estadual, no caso da primeira.[45] Além dessas fontes, com atuação de maior destaque em processos eleitorais, foram ouvidos, também, assessores parlamentares das duas igrejas.

Tipo B – Informações sobre a atuação dos parlamentares em publicações do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) e em páginas da Internet, disponibilizadas pela Câmara de Deputados e pelo Senado Federal.

As entrevistas foram *focalizadas* e *parcialmente estruturadas*, como explica Gil: "*focalizada* quando, embora livre, enfoca tema bem específico, cabendo ao entrevistador esforçar-se para que o entrevistado retorne ao assunto após alguma digressão; (...)

[44] O "tipo ideal" mais explícito desta tese está no capítulo 4. Trata-se exatamente do político pentecostal.

[45] No caso do coordenador da bancada da IURD, deputado Marcos de Jesus (PL-CE), foram infrutíferas reiteradas tentativas para entrevistá-lo (mais de meia dúzia de vezes). Em que pese esta lacuna, conseguiu-se entrevistar, em junho de 2004, o ex-coordenador, na época ainda deputado Carlos Rodrigues, figura carismática e um dos cem parlamentares mais influentes no Congresso, segundo classificações do DIAP.

parcialmente estruturada, quando é guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso".[46] Cuidados foram adotados para não induzir respostas, provocar resistências, antagonismos e ressentimentos. Também se buscou clareza quanto aos termos empregados e formato das perguntas.

A escolha dos informantes recaiu naqueles que detinham informações sobre estratégias e bastidores políticos das igrejas. Buscou-se dar ampla liberdade para cada informante discorrer sobre os modos interno e externo de fazer política de sua igreja. Sabia-se, de antemão, dos limites desse tipo de abordagem (levantamento Tipo A), pois o que se consegue captar, normalmente, são opiniões, pontos de vista, explicações, críticas e discursos apologéticos, embora também, com menor freqüência, dados objetivos. Para garantir a qualidade de interpretação dessas informações, efetuou-se cuidadosa análise dos conteúdos. Além disto, vale lembrar, novamente, que essas entrevistas foram coadjuvadas por outras abordagens de coleta de informações (levantamento Tipo B). Procurou-se levar em consideração o conselho de Quivy e Campenhoudt:

> O método da entrevista, seguida de uma análise de conteúdo, é seguramente o que mais se utiliza em paralelo com os métodos de observação. A sua complementaridade permite, com efeito, efectuar um trabalho de investigação aprofundado, que, quando conduzido com a lucidez e as precauções necessárias, apresenta um grau de validade satisfatório.[47]

O trabalho de análise foi precedido de categorização dos dados, ou seja, do estabelecimento de um conjunto de categorias descritivas, fundamentadas no referencial teórico da pesquisa. Conforme explicação de Gil, em "pesquisas qualitativas, o conjunto inicial de categorias em geral é reexaminado e modificado sucessivamente, com vista em obter ideais mais abrangentes e significativos".[48] Neste sentido, foi dada atenção não somente aos conteúdos explícitos dos levantamentos, mas também aos "conteúdos implícitos, dimensões contraditórias e mesmo aspectos silenciados"[49].

---

[46] GIL, *op.cit.*, p. 117, com grifos no original.
[47] QUIVY; CAMPENHOUDT, *op.cit.*, p. 2000.
[48] GIL, op.cit., p. 134.
[49] GIL, *op. cit.*, p. 134, citando LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

Conteúdo dos capítulos

Para finalizar esta parte introdutória, é feita, nos parágrafos seguintes, uma apresentação breve de cada capítulo da tese.

O **capítulo 1** trata de padrões da cultura política brasileira no contexto da sua formação histórica e das relações sociais que a constituíram. A presença pentecostal, inicialmente esporádica no espaço público, e a neopentecostal, mais recente, são discutidas nas relações que mantêm com esses padrões culturais.

O **capítulo 2** privilegia a abordagem do Estado como estruturador da ordem econômica inserida no contexto mundial, seu papel como mediador das oligarquias e burguesias, e, principalmente, a ação deste mesmo Estado como tutor das massas trabalhadoras e despossuídas, através de uma política populista que abrangeu, inclusive, os pentecostais. Há exemplos da relação destes atores religiosos com movimentos sociais e com instâncias do poder, mas o destaque maior é dado para a não-participação pentecostal em lutas travadas na sociedade.

O **capítulo 3** apresenta a incursão dos pentecostais na política brasileira, a partir de meados dos anos de 1980, com destaque para a forma peculiar como atuaram e o estranhamento que provocaram em outros agentes da sociedade política. Paralelamente, porém, o texto revela afinidades do mesmo grupo religioso com a *real politik* praticada no Brasil.

O **capítulo 4** se concentra na elaboração de um "tipo ideal", o político pentecostal, com base nas articulações que produzem, a figura emergente do "candidato oficial" de igreja, a forma como este político escolhe e troca de partido, estratégias de campanha eleitoral e atuação do mesmo político como representante da corporação que o elegeu.

Finalmente, o **capítulo 5** trata da constituição da Frente Parlamentar Evangélica, principais questões que ela privilegiou no debate político, envolvimento de metade dos parlamentares evangélicos nos escândalos que abalaram o Congresso, durante a legislatura de 2003-2007, e algumas avaliações sobre a atuação dessa mesma Frente Parlamentar.

Em resumo, o estudo da literatura científica produzida sobre pentecostais e neopentecostais, a leitura de textos jornalísticos e literatura oficial das igrejas, referentes

aos políticos pentecostais, mas, sobretudo, a pesquisa de campo, com análise das respostas dos entrevistados, somada a observações diretas de celebrações e outras atividades dos grupos pesquisados, formaram um conjunto de informações capaz de permitir uma interpretação da presença desses atores religiosos no cenário político brasileiro, com base em instrumentos teóricos das Ciências Sociais, especificamente os que se referem a cultura política, democracia e pentecostalismo. Desse conjunto de informações nasceu o texto desta tese, que ora se oferece para julgamento do leitor.

Capítulo 1

Cultura política brasileira e pentecostalismo

Introdução

A abordagem que aqui se procede não é histórica nem linear, porém recorre à história social, com realce para aspectos da origem e estabelecimento do sentido de nação. Também se recorreu ao método comparativo, para elucidar semelhanças e singularidades entre a sociedade brasileira e outras congêneres. Inevitavelmente, este é um exercício de utilização de *tipos ideais* no sentido weberiano. *Cultura política* e *pentecostalismo* brasileiros são tipos ideais desenvolvidos nos parágrafos seguintes. As relações entre ambos completam a trama do capítulo. Recorre-se, de passagem, aos primórdios da sociedade brasileira e as marcas deixadas por essa empresa colonial, para logo prosseguir com aportes sobre as fases do império e república, sempre na busca de identificar a cultura política que aqui foi gerada.

Estudiosos da realidade brasileira, tais como Bernardo Sorj, Joanildo Burity, Marcelo Baquero e Paulo Henrique Martins, têm concordado que não é possível acercar-se

de uma sociedade tão complexa como a nossa, com o intuito de compreendê-la, elegendo um ou outro fator estruturante, como fundamento explicativo. Segundo Sorj,[50], explicações sociológicas que privilegiavam *uma causa* para entender a organização da sociedade e suas contradições não se mostraram satisfatórias. Uma variante dessa abordagem, o pensamento estruturalista, por exemplo, reduz o social a dicotomias, em sacrifício da rica variedade de fatores que o constituem.[51]

O emprego de paradigmas simplistas e as abordagens monocausais alimentam a ilusão de um mundo social coerente, racional, que funciona consoante lógica única. Ciência social construída nestes moldes contribui para produzir visões intolerantes da sociedade. Segundo uma perspectiva pluralista, a realidade brasileira requer a busca de fatores múltiplos que permitam dar inteligibilidade a seus processos de desenvolvimento. Neste sentido, Sorj elege sete *instituições*, complementares e conflituosas, para mapear a sociedade contemporânea, as quais são: "o patrimonialismo, o Estado como agente racionalizador voltado para o crescimento econômico, o capitalismo, a desigualdade e heterogeneidade sociais, os padrões culturais de sociabilidade, a lógica institucional e a cidadania".[52]

Neste capítulo sobre os pentecostais e a cultura política nacional busca-se, em primeiro lugar, arrolar padrões culturais da formação histórico-social brasileira. Em seguida, procede-se à identificação de práticas sociais e políticas dos pentecostais, na literatura existente, a fim de comparar este microcosmo religioso com o contexto de sociedade no qual está inscrito. Pode-se afirmar que o pentecostalismo quase não teve contato com o jogo da democracia na primeira metade do século XX. O mundo pentecostal se formou radicalmente dualista, opondo igreja e mundo, bem e mal, céu e terra, espírito e matéria e assim por diante. A participação política era vista como algo mau. Este *ethos*

---

[50] SORJ, Bernardo. **A nova sociedade brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 11-12.

[51] Segundo o paradigma estruturalista, há duas classes de estruturas: visíveis e ocultas. O estruturalismo seria um movimento que busca na realidade visível estruturas dinâmicas e ocultas ou inconscientes. Uma estrutura se caracteriza por apresentar atributos de totalidade, transformabilidade e auto-regulação. Pensadores dessa corrente reinterpretam uma chave anterior de leitura da realidade. Por exemplo: Claude Lévi-Strauss estudou parentescos e mitos em tribos da Amazônia e Mato Grosso, a partir de releituras da psicanálise e do marxismo. A proibição do incesto (realidade visível) ocultava a função de intercâmbio entre famílias para formação da sociedade. Os mitos ocultam regras de sobrevivência no ambiente hostil da floresta. Outro caso foi Louis Althusser, que releu Marx, descobrindo um duplo: o jovem Marx, do marxismo ideológico, e o Marx maduro, do marxismo científico. Entre um e outro teria ocorrido uma "ruptura epistemológica". Para leituras sobre essa corrente de pensamento sugere-se a coletânea – **Estruturalismo**: antologia de textos teóricos. Lisboa: Portugália; Martins, 1965, 417p. (Problemas, 24) – que contém textos de Foucault, Derrida, Lévi-Strauss, Godelier, Althusser, Lacan, Sartre, Barthes, Sebag e outros.

[52] SORJ, op.cit., p. 12.

religioso não era uma escola de participação democrática, no sentido de formar consciências críticas, deixar as pessoas pensarem, permitir que elas persuadissem outras e se articulassem, visando promover experimentos novos na sociedade. Estava longe, também, de ser uma escola de liberalismo político. Neste sentido, ficava difícil considerar a contribuição pentecostal como facilitadora do processo de construção da democracia, caso esta seja vista pelo viés liberal.

Não obstante, esse segmento religioso não estava incólume aos processos maiores que ocorriam na sociedade. Só a título de exemplo, conforme análise de Christian Lalive D'Épinay, sobre o pentecostalismo do Chile, nos anos 1960, verificava-se a incorporação de massas do campesinato e do subproletariado urbano ao processo de democratização daquele país, com ênfase na reforma agrária e no movimento pela moradia. Portanto, os movimentos sociais aconteciam envolvendo o mesmo público que era atingido pelo pentecostalismo.[53]

1.1 – Colonização, nação brasileira e comparações

A constituição da cidadania tem sido um grande desafio para a sociedade brasileira. José Murilo de Carvalho aponta requisito fundamental: construir uma sociedade que combine liberdade, participação e justiça social.[54] No Brasil conquistou-se a primeira; há registros de alguma participação; todavia o fato mais evidente é a existência generalizada de injustiças sociais. Do ato fundador, a conquista portuguesa em 1500, até o marco da revolução de 1930, quando o país começa a experimentar grandes transformações, o autor identifica "grande continuidade na economia, na composição das classes e grupos sociais e nas relações sociais", exceção feita apenas a uma mudança importante, a abolição do regime escravo, em 1888.[55] Grosso modo, trata-se de uma interpretação muito ampla: o período escravista como uma espécie de *idade das trevas* e a revolução de 30 como contribuição das classes médias burguesas para a modernização do País.[56]

---

[53] D'ÉPINAY, Christian Lalive. **O refúgio das massas**: estudo sociológico do protestantismo chileno. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

[54] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

[55]. CARVALHO, José Murilo de. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (orgs.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Unesp, 2004b, p. 21.

[56] Acerca do papel das classes médias na República brasileira recomenda-se a obra: SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T.A.Queiroz, 1985.

No início os jesuítas monopolizaram o ensino e instituíram um sistema de educação, mas o balanço dessa obra inclui destruição de culturas indígenas e imposição do catolicismo ibérico. Quando foram expulsos, em 1759, a situação piorou, porque o Estado não conseguia atender minimamente as demandas da nova sociedade. Os escravos eram analfabetos, exceto uns poucos de cultura muçulmana. O patriarcalismo impedia a educação das mulheres. No primeiro recenseamento, em 1872, havia somente 16% de alfabetizados e, em 1920, ainda eram apenas 24%. Essa condição educacional reforçava o quadro de desigualdades sociais. A Coroa portuguesa, em contraste com a espanhola, não permitia a criação de universidades. Na época da independência, o Brasil contava com 1.242 formados pela Universidade de Coimbra, enquanto as colônias espanholas da América Latina tinham cerca de 150 mil formados em suas 23 universidades.[57]

A empresa colonial lusitana no Brasil fazia parte do sistema mundial de circulação de mercadorias, que incluía o comércio escravista com a África e o de especiarias do Oriente. "Colonizar significava 'produzir para o mercado europeu'", lembra Carvalho.[58] Desta forma, foi construída na América Portuguesa uma sociedade agrário-exportadora para atender demandas de produtos primários da economia mundial, em regime de exploração que empobrecia a colônia e gerava acumulação ampliada de capitais no continente europeu. A emancipação política do Brasil em 1822 não alterou a natureza exploratório-dependente dessa relação centro-periferia.

A mundialização, associada à urbanização, no século XX, trouxeram impactos no que concerne à construção de cidadania, formulação de estratégias políticas e criação de novos hábitos de consumo. As nações se tornaram mais suscetíveis a esses impactos, embora persistam em manter suas tradições. A estrutura de centro e periferia se reforçou no cenário mundial. Formou-se um modelo cultural de civilização híbrida. No caso brasileiro, subjazem marcas indeléveis da origem e colonização subsequente, que sempre resistirão a tentativas de repúdio ou superação desta herança.

Nesta linha de identificação e rejeição das marcas de origem, Paulo Henrique Martins cita como os fundadores dos Estados Unidos repeliam a cultura aristocrática da

[57] CARVALHO, 2004b, p. 25.
[58] Idem, p. 21.

pátria-mãe inglesa e favoreciam a liberdade burguesa, conforme o grande relato de Alexis de Tocqueville, em *Democracia na América*.[59] O mesmo Martins lembra que, no sentido de rejeição do genitor, Sigmund Freud, em *Totem e tabu*, revelava a pulsão dos filhos para assassinarem o pai, a fim de viabilizarem uma nova ordem social[60]. Segundo o entendimento de Martins, esses enfoques permitem relativizar algumas teorias de desenvolvimento econômico e valorizar a dinâmica cultural. Deste modo, afirma ele, concordando com Cornelius Castoriadis, que "toda sociedade se funda de modo mais ou menos autônomo (ou heterônomo), criando suas próprias instituições ao combinar os materiais que ela herdou de sua própria história – o instituído –, com a fabricação original e criativa de novas significações – o instituinte – a partir de seu imaginário radical".[61].

A configuração atual dos estados-nação no mundo aponta para relações de interdependência, mas revela, sobretudo, uma estrutura de desigualdades econômicas, domínio tecnológico e influência política e cultural, que permite classificar os países em centrais e periféricos, conforme Karl Deutsch.[62] Os países centrais tiveram um processo de formação em que múltiplas identidades forjaram uma identidade global do Estado, de modo que este e a sociedade guardam simetria. Nos países periféricos, cuja origem tenha sido a colonização, a identidade se formou de fora para dentro, constituindo "culturas de fronteiras", nas quais o Estado não promoveu uma cultura nacional, síntese das identidades regionais. No contexto atual é importante reconhecer essa estrutura de centro e periferia e "entender como a globalização atinge desigualmente as sociedades centrais e periféricas, promovendo exclusão social crescente para uns, e concentração de riquezas para outros".[63]

A formação política do Brasil esteve marcada por duas características: a primeira foi o caráter estatal da empresa colonial; a segunda teve relação com a escassez de pessoas para ocupar a colônia. A segurança, no interior do Brasil, ficou a cargo de ordenanças, nome antigo dado a um corpo de tropas sob o comando de ricos fazendeiros. A coleta de impostos era feita por contratadores, que exploravam a população e recebiam da Coroa uma

---

[59] Cf. TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracia na América.** São Paulo: Edusp, 1969.
[60] Cf. FREUD, Sigmund. **Totem e tabu**: alguns pontos de concordância entre a vida mental dos selvagens e dos neuróticos. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
[61] MARTINS, Paulo Henrique. Cultura autoritária e aventura da brasilidade. In: BURITY, Joanildo A. (org.) **Cultura e identidade**: perspectivas interdisciplinares. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 84-5.
[62] Cf. DEUTSCH, Karl. **Análise das relações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 283-306.
[63] MARTINS, *op.cit.*, p. 86.

comissão pelo serviço realizado. Ao mesmo tempo era-lhes exigido o cumprimento de metas, nem sempre alcançáveis, motivo que ocasionou a Inconfidência Mineira, pois a queda da produção do ouro agravou esse quadro. As duas características da empresa colonial permitiram um conluio entre a esfera estatal e a esfera privada. Conforme esclarece Carvalho: "Essa mistura leva o nome de patrimonialismo, pois significa que o Estado distribui seu patrimônio – terras, empregos, títulos de nobreza e honoríficos – a particulares em troca de cooperação e lealdade".[64] Em tal sistema não há cidadania. Há favorecimento de um lado e lealdade do outro. Nesse terreno, proliferam relações clientelistas de favorecimentos, privilégios e subserviência, daí a conclusão de Carvalho: "O clientelismo é um resíduo do patrimonialismo".[65]

A propósito, pode-se mencionar o caráter ambíguo do pentecostalismo que veio a se instalar em sociedades latino-americanas, no início do século XX. Lalive D'Épinay destaca que, se de certo modo o fiel teve acesso a instâncias de poder da igreja, pois as estruturas de participação favoreceram este acesso, esse poder sempre foi exercido pela hierarquia, que reproduziu o caráter autoritário tradicional do contexto social maior. D'Épinay encontrou semelhança das relações estabelecidas no meio pentecostal com as verificadas entre patrão e agregados de uma fazenda, na sociedade tradicional chilena. De fato, ao ingressar na comunidade de fé, o crente renuncia a sua individualidade e passa a se comportar dentro de padrões da subcultura pentecostal que ele abraçou, caracterizada por forte controle social de seus membros. Esta situação não é algo opcional, porque se trata de uma marca de identidade, ou melhor, da própria natureza das comunidades pentecostais que se estabeleceram no continente, salvo possíveis exceções, que se confessa desconhecer. Para D´Épinay, o pentecostalismo é uma "continuidade descontínua" da sociedade tradicional. Melhor seria, talvez, falar de "continuidade com rupturas". Ele absorve o tempo livre quase total da pessoa, inviabilizando sua militância nos espaços que promovem o jogo democrático: partidos, sindicatos, associações civis etc. A militância pentecostal exclui ativismo em qualquer outro espaço social. Trata-se de um movimento que reconstrói

[64] CARVALHO, 2004b: p. 27.
[65] Ibidem.

simbolicamente a sociedade tradicional em crise, superando a anomia decorrente da falência desse velho modelo.[66]

Na análise da sociedade brasileira, Martins descarta a idéia de uma "comunidade nacional", nascida de um processo integrativo das culturas locais, e propõe a busca de compreensão da nossa cultura autoritária em três fontes: no pacto fundador, no imaginário dos clãs do patriarcalismo colonial e no lugar do social que se formou a partir do imaginário de poder criado.[67] Na Europa, o pacto fundador encontrou sua síntese quando Estado e Indivíduo se firmaram como instituições centrais, ao longo de um processo que durou do século XV ao XIX:

> No seio da polarização entre Indivíduo e Estado, constituiu-se a rede cultural e lingüística da comunidade nacional, forjaram-se as esferas públicas e privadas e a sociedade civil, todos esses planos de circulação sendo animados por atores diversos – a aristocracia, a burguesia comerciante, a pequena burguesia, o campesinato, o proletariado urbano, entre outros –, que disputavam a construção de significações simbólicas e materiais da modernidade ocidental.[68]

Houve aí uma ruptura entre poder político e poder religioso em favor da autonomia dos atores e instituições. A saga fundadora das colônias norte-americanas teve nos puritanos colonizadores um padrão libertário contra a sociedade que reprimia um projeto político-religioso radical e, de igual modo, um exemplo de arrojo para abrir fronteiras à revelia dos habitantes da nova terra, que afinal foram exterminados. Não houve pacto com os aborígenes, entre outros motivos, porque o paradigma da modernidade era incompatível com as culturas locais. Os fundadores trouxeram o modelo bipolar Estado-Indivíduo, radicalizando a prioridade do segundo termo na nova sociedade.

Na América Latina não houve pacto civilizatório entre indivíduos. Como já foi mencionado, o que houve foi a implantação de uma empresa colonial. Ao Brasil foi trazida a tradição patrimonialista de Portugal, associada com a tradição tomista-aristotélica que procurava harmonizar o mundo divino com o mundo humano. Realizou-se um assalto religioso-militar sobre os indígenas, representado pelo binômio cruz e espada. Começou-se,

---

[66] D'ÉPINAY, *op.cit.*, p. 344-5.
[67] MARTINS, *op.cit.,* p. 86.
[68] Idem, p. 87.

portanto, com uma "estratégia autoritária: a de impor o domínio do imaginário cristão medieval e da ordem política patrimonial, de que Portugal era herdeiro legítimo, sobre a cultura local com vistas não à implantação de um sistema comunitário e multicultural, mas a uma empresa exploradora com fins utilitários explícitos".[69] Estabeleceu-se um pacto entre as elites colonizadoras e a Igreja Católica que resultou na absorção destruidora das populações indígenas e escravização de milhões de africanos e na construção de uma sociedade hierárquica. A lei que garantia a ocupação da terra possibilitou a essas mesmas elites a usurpação de glebas e sesmarias, origem dos latifúndios e da privação desse recurso de raiz para a maioria da população.[70] A lógica da empresa colonial era a de saquear a colônia para equilibrar as finanças da metrópole. No aspecto cultural, posteriormente, a moda foi mimetizar modelos das cortes inglesa e francesa, a fim de constituir uma *inteligentzia* colonizada.[71]

Durante o século XIX, Portugal era vassalo da Inglaterra. O Brasil ficou debaixo de duas dominações, até 1822, quando Dom Pedro I proclamou a independência. Este ato decretou o fim do domínio político direto exercido por Portugal, mas não alterou a condição de dependência econômica do Brasil ao império britânico. A insatisfação e o imaginário que essa posição subalterna alimentava foram transformados em valorização de costumes e princípios que vinham de fora, uma espécie de baixa estima que promove o descentramento, a cosmopolitização e a carnavalização do que é nosso. A cultura brasileira resultante de tal sentimento de inferioridade tem, de fato, estas características. Na Europa e Estados Unidos a burguesia construiu seu Estado moderno. No Brasil este papel foi cumprido pela oligarquia colonial. Lá prevaleceu a lógica econômica e de mercado. Aqui, "dominou a lógica da dádiva patrimonial, da construção vertical de vínculos de solidariedades pessoais, prática medieval preservada intacta nos países ibéricos que não conheceram os ventos da reforma religiosa e da revolução burguesa".[72] A figura típica da colonização norte-americana era a família de colonos. No Brasil, foi o clã agrário patriarcal escravista. Recorrendo à imagem freudiana, o colonizador do Brasil foi um incestuoso que

---

[69] Idem, p. 90.
[70] Cf. HOLSTON, James. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: Anpocs, n. 21, 1993.
[71] Sobre essa valorização do que vem de fora cf. SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidade, identidade e cultura de fronteira. In: _____. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.
[72] MARTINS, 2002: p. 93.

se livrou da castração paterna para satisfazer suas taras na mãe terra, violentando tanto os habitantes tradicionais como os escravos que arrancou de outra mãe, a África.[73]

1.2 – Modernização elitista e cultura política brasileira

Em 1831, foi instituído o modelo de Guarda Nacional para substituir as ordenanças da Colônia. O comandante dessa Guarda era o coronel, geralmente um proprietário rural rico, que logo se tornou o chefe político regional. Com o advento da República e a introdução do federalismo, as eleições de governadores passavam pelo apoio dessa estrutura de coronéis. Em contrapartida, a distribuição de cargos públicos passava pela indicação desses chefes políticos locais.

> Formou-se uma pirâmide de poder: o coronel apoiava o governador, que apoiava o presidente da República, que apoiava o governador, que apoiava o coronel. No melhor estilo patrimonialista, o poder do Estado se aliava ao poder privado dos proprietários, sustentando-se os dois mutuamente, em detrimento da massa dos cidadãos do campo e das cidades que ficava à margem da política.[74]

A dimensão da exclusão social no Brasil foi identificada pelo censo de 1920: havia 30,6 milhões de habitantes e apenas 180 mil eram médios e grandes proprietários, ou seja, menos de 0,6% da população. Nesse topo da pirâmide social estavam os "coronéis" da República.

O braço escravo africano sustentou a economia do Brasil durante quase quatro séculos. O principal acontecimento social do Império foi a abolição do tráfico humano em 1850 e do regime escravista em 1888. A condição escrava criou um cancro social que perdura na cultura brasileira. Ao negar a condição de ser humano ao escravo, o senhor estava criando uma relação promíscua e inviabilizando a instituição da cidadania. A perda de valores foi tamanha que havia escravo perseguindo seu semelhante e adquirindo escravo tão logo obtinha sua alforria. Conforme escreveu Joaquim Nabuco, acerca da escravidão:

---

[73] Idem, p. 94.
[74] CARVALHO, 2004b: p. 27.

> O que esse regímen representa, já o sabemos. Moralmente é a destruição de todos os princípios e fundamentos da moralidade religiosa ou positiva – a família, a propriedade, a solidariedade social, a aspiração humanitária: politicamente, é o servilismo, a desagregação do povo, a doença do funcionalismo, o enfraquecimento do amor da pátria, a divisão do interior em feudos, cada um com o seu regímen penal, o seu sistema de provas, a sua inviolabilidade perante a polícia e a justiça; econômica e socialmente, é o bem-estar transitório de uma classe única, e essa decadente e sempre renovada, [...] a desmoralização da autoridade desde a mais alta até à mais baixa ... [75]

Somente abolida essa aberração social pôde-se começar, efetivamente, a reconstrução de uma nação brasileira. Todavia as seqüelas continuaram indelevelmente presentes, ao longo da história social brasileira. Exemplos dessas marcas estão nas discriminações veladas e sutis que se praticam contra populações mestiças, pobres, mulheres, e outras situações do gênero.

1.2.1 – Etapas da "modernização conservadora"

As etapas do desenvolvimento econômico, social e político do Brasil, entre a Primeira Guerra Mundial (1914-19) e o Golpe de Estado de 1964, foram analisadas por Octavio Ianni da seguinte forma:

> a época da transição para uma economia industrial no Brasil, assinalando essa etapa crucial do desenvolvimento, pode ser simbolizada pela *política de massas*, como padrão de organização política e sustentação do novo estilo de poder. A política de massas – portanto, diferente da política de partidos – é o fundamento da *democracia populista*, que se organizou paulatinamente nas décadas que antecederam a mudança repentina a ocorrida a partir do Golpe de Estado de 1964.[76]

O padrão populista respondia à inserção de novos contingentes populacionais nas cidades, em decorrência dos processos de urbanização e industrialização, mas também serviu às populações rurais, em fase posterior, principalmente no início dos anos 60, com a integração da agricultura ao modo capitalista de produção.

---

[75] NABUCO, Joaquim. O abolicionismo. In: SANTIAGO, Silviano (org.) **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, p. 148-9 (Biblioteca Luso-Brasileira, Série Brasileira).

[76] IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988: p. 19, com grifos no original.

Emilio Willems considera os processos de industrialização e urbanização, emergentes no Brasil e no Chile, como preparatórios para um avanço do protestantismo sobre o catolicismo tradicional.[77] Um protestantismo popular, com ética de frugalidade, disciplina para o trabalho e cooperação, deu "sobrevivência de valores" à classe urbana mais baixa, como instrumento para melhorar suas condições de vida e mobilidade social. Na adesão à nova fé evangélica, Willems percebeu uma paradoxal continuidade: o camponês mantinha laços frágeis de submissão ao catolicismo tradicional, devido a alguns fatores, como: incipiente evangelização, carência de padres para lhe dar assistência espiritual e distância da hierarquia da igreja em relação a sua base rural, motivada pelos envolvimentos com a classe dominante, o que fazia a elite católica indiferente aos pobres. Nesse ambiente, vicejou um catolicismo popular permeável à adesão ao pentecostalismo, posto que as ênfases deste em experiências místicas, como o batismo do Espírito Santo e o dom de línguas, e a prática da "cura divina", associavam-se bem ao mundo miraculoso da religiosidade popular católica. [78]

O afluxo de populações egressas da zona rural para as cidades ampliou a importância política destas no cenário nacional. Nesse novo contexto, setores das classes médias urbanas se apresentam como agentes que reivindicam mudanças. Convém, todavia, atentar para a tese de Décio Saes sobre a forma dessa participação:

> A intervenção da classe média urbana na cena política, ao longo dos sucessivos períodos (oligárquico, populista, autocrático-militar), não se faz sob forma *unitária*, e sim sob forma *fracionária*. Mais ainda: a classe média urbana não é, ao longo dos períodos mencionados, um bloco político monolítico, alinhado com a "classe dominante", mas um agregado de frações politicamente divididas entre a velha classe dominante e a nova classe dominante, ou entre o bloco das classes dominantes e as classes populares.[79]

---

[77] Cf. WILLEMS, Emilio. **Followers of the new faith**: culture change and the rise of protestantism in Brazil and Chile. Nashville, Tennessee: Vanderbilt University Press, 1967.

[78] Segundo Thales de Azevedo, o catolicismo popular reúne elementos das crenças indígenas e africanas, no sentido de manipular o sobrenatural para proveito do devoto carente. Os meios utilizados para alcançar as graças almejadas são ladainhas, rezas e rudimentos do catecismo. Os devotos recorrem a benzedeiras e benzedores para se protegerem ou se livrarem dos males, mas há forte presença de conformismo para suportar os males do corpo e da alma, atribuídos a causas sobrenaturais. "Nessa religiosidade largamente sincrética, faz-se apelo em determinadas circunstâncias aos orixás do animismo de origem africana, aos espíritos dos panteons aborígenes e às almas desencarnadas do espiritismo; também se recorre a 'santos' vivos, isto é, a sacerdotes e leigos aos quais se atribui a capacidade de fazer 'milagres' ou de aliviar o mal por meio de bênçãos, rezas, invocações". (AZEVEDO, Thales de. Catolicismo no Brasil. **Revista Vozes**, Petrópolis, ano 63, n.2, fev. 1969, p. 123.)

[79] SAES, 1984, p. IX, com grifos no original.

A partir dos movimentos de camadas médias da população urbana, entre estas os militares, profissionais liberais, e parte da burguesia, dos anos de 1920, que desembocariam na chamada Revolução de 30, cresceram atividades políticas e no campo das artes, estabelecendo uma cultura urbana de maior alcance nacional. As organizações de esquerda tiveram participação ativa nesse contexto.

> A liquidação do padrão getuliano ou populista de desenvolvimento econômico social iniciou-se no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-60), que associou de forma eficaz a política de massas e os compromissos crescentes com o capital externo. Em conseqüência, instaurou-se, de modo agudo, o antagonismo entre o padrão getuliano e também nacionalista de desenvolvimento, por um lado, e o padrão de desenvolvimento associado e dependente, por outro. Portanto, é à época do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira que se criam as condições mais importantes para a futura liquidação do desenvolvimento nacionalista.[80]

Até 1930, aproximadamente, a economia brasileira funcionava sob a égide do modelo de exportação de produtos primários e importação de manufaturas. Nas três décadas seguintes, o Estado comandou políticas de incentivo e financiamento para estabelecer um parque industrial brasileiro que fosse capaz de substituir a importação de produtos manufaturados.

> Até 1945, os acontecimentos políticos estão abertamente vinculados à necessidade de reduzir o poder político e econômico dos setores agrário-exportadores e importadores. Na base destes interesses está a cafeicultura, como atividade econômica preponderante. Assim, por um lado, estabelece-se o conflito entre as oligarquias tradicionais e os setores urbanos nascentes, tais como a classe média, a burocracia civil e militar, os incipientes grupos de empresários industriais e o proletariado nascente. Por outro lado, as lutas políticas estão relacionadas com o confronto entre os diferentes projetos de modernização, democratização e desenvolvimento econômico. Na base desses confrontos estão, no entanto, as contradições entre a economia agrário-exportadora e a economia industrial em formação. Esses confrontos são o fulcro dos acontecimentos até 1945.[81]

O *tenentismo* é a expressão mais representativa dos conflitos dessa fase da vida nacional. Tratava-se de um movimento reformista pequeno-burguês, comandado por jovens

[80] IANNI, 1988: p. 19.
[81] Idem, p. 25.

oficiais militares, em oposição ao governo de Artur Bernardes. Defendiam idéias liberais, voto secreto, restauração da honra militar e um Judiciário independente; e combatiam as mazelas da Velha República, como a corrupção eleitoral e o poder concentrado nas velhas oligarquias.[82] O "tenentismo" era o movimento predominante nesse quadro renovador composto pelas classes médias. Não se mostrava simpático com "políticos", todavia seus integrantes não conseguiram construir alianças amplas na sociedade, de forma que, em sua fase final, tiveram que compor com líderes de partidos tradicionais. Nas insurreições dos anos 20 e na Coluna Prestes, apresentavam um radicalismo romântico incapaz de repercutir em mudanças do sistema político vigente.[83] Depois de recorrerem ao exílio, remanescentes dessa coluna se aliaram a frações das oligarquias para enfrentar os que detinham o poder, com exceção de Luís Carlos Prestes, que se filiou ao Partido Comunista. Segundo Ianni:

> O tenentismo formou-se com base nas seguintes condições e fatores: urbanização; crescimento da classe média; "revolução nas expectativas" da classe média, paralela ao seu crescimento quantitativo, o que provoca o conflito entre a propensão a consumir e os rendimentos exíguos; contradições entre as estruturas nascentes, resultantes das transformações econômico-sociais e as estruturas vigentes, em geral rígidas; desdobramento novo da prática habitual e tradicional de militarização das decisões e ações políticas; incapacidade de os governantes e grupos dominantes modificarem as instituições, ampliando o debate e a participação dos grupos sociais em formação e conservando o mando ou o controle da situação; necessidade de transformar o liberalismo formal inerente à "democracia patrimonial", em liberalismo efetivo. Em suma, as lutas políticas travadas a partir de 1922 estão relacionadas com a necessidade de constituir-se um sistema cultural e institucional adequado às exigências da sociedade urbano-industrial em formação.[84]

No final da década de 30 foi formada a Aliança Liberal, uma composição de forças político-oligárquicas de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba, em oposição ao Presidente Washington Luiz (1927-30), que havia rompido a chamada "política do café-com-leite", quando preteriu o candidato da vez, o mineiro Antônio Carlos, em favor do paulista Júlio Prestes. Essa aliança acolheu algumas reivindicações dos movimentos tenentista e operário,

---

[82] Há várias obras sobre o assunto, como, por exemplo: CARONE, Edgar. **O tenentismo**. São Paulo: Difel, 1975; SANTA ROSA, Virgínio. **O sentido do tenentismo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, e FORJAZ, Maria Cecília S. **Tenentismo e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
[83] Sobre Coluna Prestes, cf. MEIRELLES, Domingos. **As noites das grandes fogueiras**: uma história da Coluna Prestes. Rio de Janeiro: Record, 1995; PRESTES, Anita L. **A Coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
[84] IANNI, 1988: p. 25.

a fim de angariar apoios na sociedade.[85] Um dos chefes da Aliança Liberal, Antônio Carlos de Andrada, costumava dizer: "Façamos a revolução antes que o povo a faça".[86] Com este espírito, cooptava as massas e procurava neutralizar qualquer tentativa de participação popular na política. Segundo Saes: "A Aliança Liberal consagrava [...] o respeito oligárquico pelas instituições democráticas nacionais, já que as disputas eleitorais e a conciliação eram os únicos métodos de ação política admitidos ao nível da luta entre as oligarquias regionais pela conquista da hegemonia política".[87]

A Revolução de 30 consistiu, de fato, numa transformação das estruturas de poder, mas esta foi operada de cima para baixo.[88] A presença das camadas subalternas neste cenário também foi uma iniciativa promovida pelas camadas "do alto". São esses componentes que permitem explicar o caráter populista dos regimes e da política nacional nos anos subseqüentes.

No plano internacional, ao término dos anos 20, os Estados Unidos rivalizavam-se com a Inglaterra no movimento de compra e venda de mercadorias brasileiras, embora os britânicos ainda dominassem o transporte marítimo e os investimentos. A Alemanha era a segunda maior transportadora de carga marítima em 1926, mas detinha pouco mais de metade da tonelagem inglesa, apesar de ser a sua concorrente mais próxima. No campo militar, "a substituição das missões inglesas pelas missões norte-americanas a partir de 1942, assinala o fim da hegemonia britânica nas relações econômicas externas do Brasil. Simultaneamente, os norte-americanos empenham-se em ampliar a sua participação nos programas econômicos brasileiros".[89]

O período de 1945 a 64 é marcado por maior presença de movimentos operários, organizações de esquerda e setores organizados da população rural, nas questões sociais. Conforme descreveu Ianni:

---

[85] Cf. ALENCAR, Francisco; RAMALHO, Lúcia Carpi; RIBEIRO, Marcus Venício Toledo. **História da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985, p. 234.
[86] Idem, p. 236.
[87] SAES, *op.cit.*, p.80.
[88] O tema *Revolução de 30* não será desenvolvido nesta tese. Há substanciosa bibliografia sobre o assunto. Sugere-se: FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. São Paulo: Brasiliense, 1970; MEIRELLES, Domingos. **1930: os órfãos da Revolução**. Rio de Janeiro: 2005.
[89] IANNI, 1988: p. 29.

> Entre 1945 e 1964 entram em cena, em escala bem maior que antes, as massas assalariadas em geral. A partir do Golpe de Estado contra Getúlio Vargas e o Estado Novo, em 29 de outubro de 1945, o processo político brasileiro abrange amplamente os operários, os setores médios da sociedade e os grupos de trabalhadores agrícolas. Isto significa que entram em jogo as aspirações de bem-estar social de um proletariado cada vez mais numeroso, ao lado de uma classe-média numericamente crescente. Além disso, colocam-se de modo jamais conhecido antes as reivindicações dos trabalhadores agrícolas, em várias regiões do país. É ainda nesse período que se multiplicam os grupos políticos de esquerda; e a juventude universitária impõe-se ainda mais, como força política ativa e organizada.[90]

Relacionado a esse contexto, Francisco Cartaxo Rolim traça um paralelo entre a história do movimento operário-sindical brasileiro e a história do pentecostalismo, assinalando como esse movimento religioso contribuiu para afastar seus membros daquele, mediante pregação de uma obediência quase irrestrita às autoridades, respeito aos patrões e à lei.[91] A adesão à fé pentecostal, em todo o Brasil, foi facilitada pela ausência de práticas de mobilização e greves. A Igreja Católica fomentava esse estado de apatia da classe trabalhadora, visto que a doutrina social do Vaticano e práticas da Ação Católica eram opostas ao anarco-sindicalismo.[92] A decretação do Estado Novo (1937-45) por Getúlio Vargas abortou de vez a possibilidade de greves e mobilização dos operários. O regime controlou de forma paternalista, com legislação outorgada, o movimento sindical. A legislação obreira pregava harmonia entre patrões e empregados, coincidente com a ética pentecostal.[93] Essa tutela do Estado sobre os operários gerou um clima de calmaria que veio a favorecer a expansão pentecostal.[94]

O Estado do período de 1930 a 1943 resultava de uma composição heterogênea de forças: de um lado, um grupo reformista, anti-oligárquico, com a vertente nacionalista do

---

[90] IANNI, *op.cit.*, p. 26.
[91] Cf. ROLIM, Francisco Cartaxo. **O que é pentecostalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 50-60.
[92] Idem, p. 63-4
[93] ROLIM, Francisco Cartaxo. **Pentecostais no Brasil**: uma interpretação sócio-religiosa. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 80-1.
[94] Idem, 1987: p. 65.

tenentismo liderando as insatisfações dos setores que repudiavam a política regionalista dos coronéis; de outro lado, oligarquias dissidentes, mas praticantes do mesmo modelo de política coronelista, que não tinham interesse na modernização proposta pela burguesia industrial ainda incipiente. Em quadro com essa complexidade, estabeleceu-se um "Estado de compromisso", como explica Francisco Weffort: "Estamos perante um *Estado de compromisso* entre interesses diferentes e às vezes contraditórios, onde nenhum dos grupos dominantes tem a capacidade de propor-se, à luz do debate político, como seu eixo de equilíbrio".[95] A "questão operária" deixa de ser "um caso de polícia", como havia sido tratada no passado e se torna uma questão de Estado: "isso representa a absorção da classe operária nascente nas suas estruturas pela via da legislação do trabalho e do 'sindicalismo de Estado'".[96] Deste modo, um marco importante da política populista foi a promulgação da *Consolidação das Leis do Trabalho*, em 1943, que beneficiou, principalmente, o operariado industrial. Mais tarde, também sob a égide do populismo, no governo do presidente João Goulart, foi aprovado o *Estatuto do Trabalhador Rural* (1963). Ambos os diplomas legais estavam moldados no modelo de relações capital-trabalho vigentes desde a era de Getúlio Vargas.[97]

A estrutura de concentração da terra em poder de poucos compelia multidões a se retirarem do campo, mesmo que não fosse esta sua aspiração. A população rural confrontada com o sistema capitalista aspirava garantir instrumentos e recursos para sua reprodução local, sem que fosse desarraigada. Havia consciência, nos mais esclarecidos, que as oportunidades surgidas com a industrialização não podiam absorver todos os expulsos da atividade agrícola. Nas ligas camponesas, organizadas no início dos anos de 1960, o advogado-militante Francisco Julião conseguiu arregimentar pentecostais. Ele denunciava a influência conservadora do catolicismo, que favorecia latifundiários e coronéis, em contraste com o exemplo bíblico dos profetas que condenavam os opressores. Cartaxo Rolim destaca, também, iniciativas de mobilização popular feitas por pentecostais, em Pindaré-Mirim (MA) e Parati (RJ), no início dos anos 60[98].

---

[95] WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 135.
[96] SAES, 1984, p. 88.
[97] ROLIM, 1987, p. 46.
[98] JULIÃO, Francisco. **Pasquim**, nº 497, 05.11.1979. Entrevista.

A luta pela reforma agrária pretendia criar um enorme contingente de pequenos proprietários, cujo papel, como agentes de transformação social, era assim avaliado por Ianni:

> No primeiro momento, eles são "revolucionários" em suas lutas pela posse da terra e o enfraquecimento do poder econômico e político dos latifundiários. Mas no segundo momento serão inevitavelmente conservadores, devido à relação de propriedade que substitui a anterior. A posse da terra esgotará as motivações políticas anteriores. Trata-se de uma proposição típica do socialismo reformista.[99]

Já em 1959, Celso Furtado trouxe uma análise das possibilidades e limitações da caatinga e do agreste, mostrando como os modelos indiscriminados de reforma agrária propostos seriam desastrosos, caso não fossem pensados especificamente para as condições ecológicas, culturais e de estrutura sócio-econômicas ali já postas. Na caatinga, escrevia ele, a divisão da terra seria prejudicial tanto para a agricultura como para a pecuária, podendo provocar o despovoamento da região, devido à pobreza do solo e escassez de água. Já no agreste, havia necessidade de aglutinar terras extremamente subdivididas. Desta maneira, Furtado defendia unidades produtivas de, pelo menos, 25 e 20 hectares, respectivamente, para essas regiões, a fim de torná-las viáveis, economicamente [100].

Acerca do quadro partidário da época, pode-se afirmar que refletia essas características de mescla entre a velha sociedade oligárquica e a nova conformação urbano-industrial.

> A Constituição de 1946 estabeleceu o regime dos partidos nacionais. Entretanto, em larga escala, eles funcionaram segundo os interesses locais e regionais. Em muitos casos, as oligarquias continuaram seu predomínio, ainda que formulando os seus compromissos e criando novas técnicas de atuação. O exame das coligações entre partidos, realizadas nas várias eleições havidas depois de 1945, revela a multiplicidade das combinações possíveis. Os programas jamais são obstáculos intransponíveis. Tanto assim que os partidos chegam a ser definidos como sendo de *direita* ou *esquerda*, conforme a região ou estado do país, e independentemente da sua definição no plano federal.[101]

---

[99] IANNI, 1988: p.47.
[100] FURTADO, Celso. **A Operação Nordeste**. Rio de Janeiro: ISEB, 1959, p. 57 e 59-60, *apud* Ianni, 1988: p.49.
[101] IANNI, 1988: p.60, grifado originalmente.

A política de massas produziu rupturas parciais entre a sociedade tradicional e a sociedade urbano-industrial. Devido ao seu conteúdo nacionalista, de autonomia no plano internacional, também acirrou ânimos de representantes da burguesia que pretendiam associar o projeto desenvolvimentista aos capitais externos. Em 1954, o antagonismo entre nacionalistas e defensores da integração internacional do País, via dependência de capitais externos atingiu o auge. As pressões contra o governo de Getúlio Vargas e seu suicídio evidenciam a vitória dos defensores do projeto internacionalista. Cumprida a transição, Juscelino Kubitschek assume, tendo que conciliar os interesses de uma política integrada ao capital externo com a herança da política de massas deixada pela era Vargas.

1.2.2 – O golpe de Estado em 1964

As soluções autoritárias para os problemas históricos da sociedade brasileira foram viabilizadas mediante manobras que aliciaram as classes médias. Segundo Ianni:

> A classe média revelou-se a massa mais dócil às soluções autoritárias. Desde os momentos áureos da política de massas, ela já vinha sendo preparada para aderir ao autoritarismo. Em boa parte, o ademarismo, o janismo e o lacerdismo são as manifestações da política de massas no seio da classe média: são amplamente aceitos nesse meio social.[102]

A queda do governo de João Goulart foi antecedida de sucessivas mobilizações nas principais metrópoles, que apelavam para valores tradicionais, como família, religião e pátria: exemplo disto foram as chamadas "Marchas da Família com Deus, pela Liberdade". Elegeram-se como inimigos o comunismo e a corrupção. Nos bastidores dessas mobilizações estavam interesses geopolíticos dos Estados Unidos da América e uma operação político-militar, cujo fim último era a construção de um novo modelo econômico, integrado ao capital internacional. Para Ianni:

> Em boa parte, essas são as massas do ademarismo, janismo e lacerdismo. Ambicionam a ascensão social a qualquer preço. O seu universo cultural e mental está impregnado dos valores e padrões da classe dominante, os quais se difundem nos programas de televisão e cinema, nas revistas e jornais. Por isso, vê nas lutas e reivindicações do proletariado um perigo para as suas ambições. A massa operária atemoriza a massa da classe média. Em conseqüência, esta se apega mais facilmente às soluções autoritárias, que alguns

[102] Idem, p. 115.

> setores da classe dominante lhe apresentam. Para amplos segmentos da classe média, o jogo democrático (particularmente a existência e o funcionamento do Congresso Nacional, das Assembléias Estaduais e mesmo das Câmaras Municipais) é encarado em termos dos seus custos financeiros. Ao menos, aceitam essa argumentação. Por isso, também, anseiam por esquemas ditatoriais. Por esse modo colocam-se freios às ambições da massa operária, ou aos seus porta-vozes.[103]

A sensibilização da classe média decorria de suas aspirações não correspondidas pela capacidade de atendimento do sistema.[104] A escolarização e participação política tornava esses setores mais exigentes, sem que desfrutassem de uma partilha melhor das riquezas produzidas no país. Com essa classe estavam os militares que se sentiam preteridos nos ajustes salariais, desde a época de Vargas, pois este lhes concedera aumento de 230,5%, em 1951, mas não conseguira repetir a dose, quando Goulart era seu Ministro do Trabalho, visto que aumentou seus soldos em "apenas" 93,5%.

Enquanto militares e demais segmentos médios se uniam e marchavam, o governo populista de João Goulart acompanhava e apoiava as mobilizações do proletariado urbano. Em 13 de março de 1964 foi realizado um comício na praça da (Estrada de Ferro) Central do Brasil, no Rio de Janeiro, com a presença do próprio presidente da República, seus ministros de Estado, lideranças sindicais e de outros movimentos. A tônica do evento foi a defesa das chamadas reformas de base.

Essa presença freqüente das forças armadas, tão atuantes na vida política brasileira, foi sempre um fator de desestabilização das instituições democráticas, mas era considerado como algo normal pelos setores conservadores e reacionários:

> A militarização da política é um fato normal na vida política brasileira. Por ocasião de acontecimentos históricos importantes, os militares surgem como forças decisivas, ao encaminhar, apressar, controlar ou obstar o desenrolar dos acontecimentos. Os movimentos, as revoltas, as revoluções e os golpes que assinalam a época posterior à Primeira Guerra

---

[103] Idem, p. 117.

[104] Fábio Wanderley Reis chama a atenção para este tipo de "ingovernabilidade de sobrecarga", quando as demandas sociais se tornam crescentes e ultrapassam a capacidade de resposta dos aparelhos de governo. (Cf. REIS, F. W. Dilemas da democracia no Brasil. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (orgs.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Unesp, 2004, p. 391-409).

> Mundial não podem ser compreendidos se não se explica como as forças militares participam dos acontecimentos.[105]

Os detentores das armas são sempre lembrados pelos que estão no poder e pelos que o aspiram, em sociedades onde valores e práticas democráticas não estão fortemente estabelecidos. Se os partidos políticos não têm ampla representatividade, a opinião pública é induzida a acolher soluções golpistas. No Brasil, houve golpes de Estado sucessivos, em 1937, 1945, 1955, 1961 e 1964, sob a égide de militares. No entanto, esta explicação de que os golpes acontecem porque as instituições políticas não estão consolidadas é insuficiente. O golpe de 1964 conjugou objetivos estratégicos de agentes do capital financeiro-industrial transnacional com agentes locais do capital dependente-associado a preocupações da elite militar com a manutenção da ordem e a necessidade de, na lógica dessa elite, subordinar a questão social aos objetivos nacionais. Dizendo de forma específica, os militares tratavam a questão social sob a égide da "doutrina da segurança nacional". Eles entendiam que as "reformas de base" propostas pelo governo de João Goulart, a serem implantadas "na lei ou na marra" como proclamavam vozes mais exaltadas dos movimentos populares, abririam a sociedade brasileira para o movimento de expansão do comunismo soviético. A agência de inteligência dos Estados Unidos (CIA) também compartilhava desse tipo de preocupação geopolítica e contribuiu com seus serviços para o desencadeamento do golpe.[106]

Os militares não formavam um bloco coeso do ponto de vista ideológico. Havia os que defendiam uma política econômica nacionalista, com ênfase na substituição de importações e na constituição de empresas estatais para setores estratégicos como petróleo, siderurgia, energia elétrica, etc. Havia, também, os que eram simpáticos à associação com o capital internacional, visando acomodar os diferentes interesses em jogo. A corrente

---

[105] IANNI, 1988: p. 119.
[106] Cf. DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

vitoriosa em 1964 foi esta última, que conduziu o golpe como forma de harmonizar interesses econômicos, empresariais e políticos rumo à consecução de um modelo de desenvolvimento integrado à economia global. Para os militares, era inconcebível permitir que o Brasil enveredasse numa guerra revolucionária, com vistas a implantar uma república sindicalista. Seria uma forma de democracia populista trazendo desdobramentos inesperados e intoleráveis para a classe dominante do País.

Na administração norte-americana, o interesse pela consolidação das democracias latino-americanas perdia força diante da suposta ameaça de propagação de novas experiências políticas com ampla participação popular, como a que ocorreu em Cuba (1959) e as que se realizaram posteriores ao golpe militar brasileiro, no Chile (1972) e Nicarágua (1979). A prioridade dos Estados Unidos era manter seu controle político, militar e econômico, sobre toda a América Latina, mesmo que isto significasse sacrificar sistemas democráticos e promover ditaduras sanguinárias. O período que abrange Primeira e Segunda Guerra Mundial experimentou a mudança do centro do sistema capitalista da Inglaterra para os Estados Unidos. O golpe de 1964 estaria no final desse longo processo de passagem do Brasil do campo de influência da libra esterlina para o espaço de controle do dólar. Aquele momento histórico correspondia ao esgotamento do ciclo industrial de substituição de importações, ciclo econômico este que incluía uma política externa independente e que teve como seu grande mentor Getúlio Vargas, amplamente apoiado pela massa trabalhadora.

A dependência da economia brasileira aos capitais internacionais, de forma vantajosa para estes, começou no curto período da gestão Café Filho, após o suicídio do presidente Vargas, mas ganhou força no governo de Juscelino Kubitschek, que o sucedeu.[107] A guerra fria levou os EUA a formular políticas de ajuda e monitoramento das nações latino-americanas sob a égide da "Aliança para o Progresso". URSS e EUA haviam estabelecido um novo "Tratado de Tordesilhas", ao repartirem o planeta em duas áreas de influência para cada um.

[107] "Em 1955 o governo de Café Filho apresentou a famosa Instrução 113, da Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC, permitindo que corporações multinacionais importassem equipamento por um preço 45% abaixo das taxas e isentando-as da 'cobertura cambial' necessária à importação de maquinário, benefício este não desfrutado por firmas brasileiras". (DREIFUSS, 1981, p. 33).

Segundo Ianni, o golpe de 1964 foi uma operação político-militar destinada a cumprir os seguintes objetivos:

> a) Afastar o risco da tomada do poder pela esquerda; ou por grupos de nacionalistas exaltados, adeptos da política externa independente e da doutrina do "Brasil Potência".
>
> b) Controlar as conseqüências negativas da inflação, restaurando o seu caráter de técnica de poupança monetária forçada (inflação de rendimentos) e liquidando os mecanismos (política de massas) que a fazem funcionar como inflação de custos.
>
> c) Reintegrar o Brasil no sistema capitalista mundial (a "Civilização Ocidental"), segundo as determinações da estratégia baseada na geopolítica, formulada com fundamento no predomínio dos Estados Unidos e na hipótese de futura guerra total.
>
> d) Finalmente (e em síntese), restaurar a integridade e a integração dos poderes político e econômico, parcialmente dissociados nos últimos anos de vigilância da democracia populista.[108]

Desde 1930, o país passara por diversas mudanças. O fato que mais influiu para estabelecer esse marco foi a grande crise da bolsa de Nova York, em 1929, responsável por atingir a exportação de café e abalar o modelo agrário-exportador-oligárquico até então prevalecente no país. A Segunda Guerra Mundial, uma década depois, contribuiu para acelerar o esforço industrial com vistas à substituição de importações. Nos anos de 1950, este esforço acelerou-se, com a implantação da indústria automobilística e, nos 70, com a indústria pesada, petroquímica e outras.

Emilio Willems trata do comportamento político de protestantes e pentecostais, comparando Brasil e Chile, no período aproximado de 1935 a 1965.[109] Em ambos os países, a união da Igreja Católica com o Estado colocava as minorias evangélicas na marginalidade. No Chile, esses vínculos eram mais fortes e perduraram até 1925, cerca de 35 anos depois de terem sido revistos na constituição republicana brasileira. A presença insignificante de protestantes nessas sociedades dissuadia-os de participarem da vida pública, reforçada pela má reputação que o senso comum atribuía à prática dos atores políticos. Deste modo, a abstenção neste campo social era consistente com sua retirada das atividades "mundanas". Segundo Willems, nas décadas analisadas, essa atitude absenteísta

[108] IANNI, 1988: p. 132
[109] WILLEMS, 1967.

mudou, em função dos processos de democratização gradual e da abertura para grupos minoritários se protegerem contra a discriminação, situações que ocorreram em compassos e dinâmicas diferentes nos dois países.

Willems compara as instituições partidárias, percebendo-as mais centralizadas no Chile e mais regionalizadas no Brasil, mais ideológicas no primeiro e mais fluidas no segundo. No Brasil, a participação poderia ter sido mais efetiva, contudo o interregno totalitário de 1937 a 1945 impediu essa atividade, que passou a ser exercida nos anos seguintes. Mesmo assim, nas décadas mencionadas (1935-65), verificou-se um crescimento da população protestante brasileira e um reconhecimento desta como força a ser levada em conta nos embates eleitorais.

Quando Willems realizou seu trabalho, o pentecostalismo ainda era um subgrupo marginal. A participação pentecostal era acanhada, comparada com sua presença de maioria entre os evangélicos em geral e os parlamentares evangélicos, por exemplo, na Câmara Federal e em muitos parlamentos estaduais e municipais, espalhados pelo Brasil, a partir do final dos anos de 1980. Não havia, ainda, nos anos 60, o movimento neopentecostal e seus agentes políticos, que surgiram em meados dos anos 70 e se tornaram um grande segmento nos anos seguintes.

Sobre essa presença insignificante, transformada em ocupação estratégica, no curso de apenas três ou quatro décadas, acrescenta-se a seguir o que escreveram pesquisadores mais recentes. Campos, Freston e Mariano[110] indicam que o precursor das investidas pentecostais na política foi Manuel de Mello, fundador da Igreja Pentecostal "O Brasil para Cristo", quando, no final dos anos 60, conseguiu eleger Geraldino dos Santos e Levy Tavares, deputado estadual e federal, respectivamente. Lembra Campos que o neopentecostalismo qualifica seus atores no cenário público com o rótulo "de Cristo": há os "atletas de Cristo", os "artistas de Cristo" e, também, "os políticos de Cristo", além de outros, não necessariamente com o mesmo dístico, porém com o mesmo sentido.

[110] Cf. CAMPOS, Leonildo S. De "políticos evangélicos" a "políticos de Cristo": la trayectoria de las acciones y mentalidad política de los evangélicos brasileños en el paso del siglo XX al siglo XXI. In: **Ciencias Sociales y Religión.** Porto Alegre, n. 7, p.157-86, set. 2005; FRESTON, 1993, p. 164 e 171; MARIANO, 1999, e o próprio WILLEMS, 1967.

Segundo Mariano, exemplos da presença evangélica com predominância pentecostal e neopentecostal são registrados na política, nos esportes e na mídia.[111] No caso da Assembléia de Deus, representada por seus dois ramos principais (Missão e Madureira)[112], Mariano considera os respectivos esforços para acompanhar mudanças no campo pentecostal e na sociedade da seguinte maneira: "Seu recente e deliberado ingresso na política partidária e na TV, em busca de poder, visibilidade pública e respeitabilidade social, ao lado de outras transformações internas, sinaliza de modo irrefutável sua tendência à acomodação social, à dessectarização".[113] Mariano dedica um capítulo de sua obra à Igreja Universal do Reino de Deus e registra o envolvimento dela na política, desde 1986, quando Roberto Augusto Lopes, um dos fundadores, foi eleito deputado federal constituinte, pelo PTB, com a maior votação alcançada no Rio de Janeiro (54.332 votos), naquele ano.

O crescimento da população pentecostal e sua participação como reduto eleitoral se fizeram presentes numa sociedade já urbanizada, visto que população brasileira se urbanizou, desde a metade do século XX, de modo que, em 2000, cerca de 80% dos brasileiros estavam concentrados em cidades. Cresceu o eleitorado, tanto em termos absolutos como relativos: em 1960, votaram 18% de brasileiros; em 1980, foram 47% os votantes. A Constituição de 1988 restaurou o voto dos analfabetos, mais de cem anos depois de terem sido expropriados desse direito. A idade mínima para o exercício do direito de votar recuou para os 16 anos. Em 2004, o eleitorado abrangia quase 70% de todos os brasileiros. O processo democrático sofreu interrupções nos períodos de 1937-45 e 1964-85, marcados pelas ditaduras do Estado Novo e dos militares, respectivamente.

No que tange às relações entre esfera pública e esfera religiosa, a Igreja Católica, após o golpe de 64, passou a exercer papel crítico importante, contribuindo tanto para a conscientização de seus fiéis como para a mobilização de alguns, através, principalmente, das comunidades eclesiais de base, que tiveram papel destacado para a retomada da democracia, pós-regime militar. Segundo Campos:

---

[111] MARIANO, *op.cit.*, p. 15-7.
[112] A Assembléia de Deus da Missão se refere às igrejas da Convenção Geral das Assembléias de Deus do Brasil (CGADB) e a Assembléia de Deus Madureira identifica as igrejas da Convenção Nacional de Assembléias de Deus do Brasil (CONAMAD).
[113] MARIANO, 1999, p. 30.

> Após 1968, iniciou-se um distanciamento da Igreja Católica brasileira daquele papel que tradicionalmente lhe cabia na legitimação da ordem político-econômica estabelecida. A "opção preferencial pelos pobres" fez com que essa Igreja assumisse posturas contrárias aos regimes militares na maioria dos Países latino-americanos. Enquanto isso, os demais grupos religiosos, especialmente os evangélicos, optavam pelo silêncio ou, quando não, em alguns casos, pelo apoio simpático, aberto e ostensivo aos regimes militares vigentes.[114]

Robinson Cavalcanti sugere que os evangélicos foram atraídos pela possibilidade de ocuparem o vazio deixado pela retirada dos católicos do espaço palaciano, mas que houve, também, cooptação através de práticas clientelistas:

> Encantados com o "desenvolvimento" e a "segurança", bem como com a "liberdade religiosa", os evangélicos vão se tornando, a partir da década dos 70 (juntamente com os maçons e os kardecistas) em sustentáculos civis do regime. Compreendendo a perda dos "passageiros" católicos-romanos progressistas, o regime procura investir ao máximo nos protestantes: visitas de cortesia, empregos, convênios, nomeações para cargos importantes, convite para pastores cursar a ESG, etc. [...] Os evangélicos, sempre no passado uma maioria (sic) discriminada, que por tanto tempo orara pelo livramento, saúda de bom grado a nova situação, uma verdadeira "bênção", e seguem inexoráveis no caminho da constantinização.[115]

A análise desse comportamento adesista continua, abrangendo diversos ingredientes, desde a condição de marginalizados, a suposta ingenuidade e falta de conhecimento dos evangélicos acerca das lides políticas, até uma particular interpretação bíblica dos acontecimentos, alimentada por preconceitos das igrejas contra o comunismo ateu. Nas palavras de Cavalcanti tem-se a seguinte avaliação:

> A ingenuidade, o baixo nível de instrução, a reduzida experiência política, a credulidade, tornam os evangélicos presas fáceis, cordeiros nas mãos de lobos. Nem todos eram assim inocentes, e muitos vão perdendo a inocência no caminho, maculados por benesses e mordomias, co-autores de delito, manipuladores de seus irmãos. O anti-politicismo vai, aos poucos, sendo substituído pelo adesismo. Participar da política é válido, desde que seja a favor do Governo. Rapidamente Romanos 13, com sua original interpretação, é promovido a "texto áureo" dos evangélicos da ARENA-PDS. Votar na Oposição passou a se constituir

---

[114] CAMPOS, Leonildo Silveira. Protestantes na primeira fase do regime militar brasileiro – atos e retórica da Igreja Presbiteriana Independente (1964-1969). **Estudos de Religião**, São Bernardo do Campo (SP), Ano XVI, n. 23, p. 83-140, jul./dez. 2002, p. 106.

[115] CAVALCANTI, Robinson. **Cristianismo e política**: teoria bíblica e prática histórica. São Paulo: Nascente, 1985, p. 215.

> em um pecado. Uma visão maniqueísta passou a ver a Oposição constituída de "maus": os comunistas. Na maioria das igrejas, quem não pensasse assim seria perseguido ou posto "no gelo". O protestantismo, ex-arauto da democracia e do progresso, veste a roupa do integrismo e da Contra-Reforma. Um Protestantismo Tridentino, por *sui generis* que pareça, foi o que passamos a conhecer.[116]

1.2.3 – Uma elite contra-reformista

Na perspectiva de Bernardo Sorj, a história brasileira revela duas características em seu sistema institucional: primeira, a fragilidade e obsolescência de suas instituições pela falta de recursos materiais e políticos e pelo uso patrimonialista que a elas é dado, e, segunda, a disposição e flexibilidade para criar novas instituições, sem, necessariamente, substituir de forma total as mais antigas.[117] Há uma aparência de flexibilidade e mudança, mas o que prevalece é a persistente acomodação de interesses das elites com o propósito de perpetuar seus privilégios.

Os pentecostais reproduzem este comportamento elitista, como se pode apreender da análise de Paul Freston[118], apresentada em forma de resumo a seguir:

A partir da campanha para o Congresso Constituinte (1986), os pentecostais vêm elegendo candidatos oficiais: de 1987 a 1995, a Assembléia de Deus e a Igreja Universal elegeram cerca de 40 parlamentares ao Congresso Nacional. A maioria deles tem vínculo com a mídia, alguns são concessionários e outros apresentadores de programas evangélicos. Os candidatos pentecostais são assim tipificados por Freston: "... são: homens proeminentes na igreja como evangelistas, cantores ou apresentadores de programas; filhos ou genros de pastores-presidentes; e empresários pentecostais que fazem acordos com seus líderes eclesiásticos".[119] Os beneficiários dessa presença na política são as cúpulas eclesiásticas. Fortalece-se o poder familiar, o *status* público e as posições intra-eclesiásticas.

---

[116] Idem, p. 216.
[117] SORJ, 2001: p. 23.
[118] Cf. FRESTON, Paul. Entre o pentecostalismo e o declínio do denominacionalismo: o futuro das igrejas históricas no Brasil. In: CAMPOS, Leonildo Silveira; GUTIÉRREZ, Benjamin F. (org.). **Na força do Espírito: os pentecostais na América Latina**: um desafio às igrejas históricas. São Paulo: AIPRAL/ Pendão Real, 1996, p. 257-75.
[119] FRESTON, 1996, p. 261.

Os pastores pentecostais são donos de fato do poder político nas denominações religiosas, não obstante o discurso igualitário e anticlerical que utilizam. Ainda que, neste particular, guardem semelhança com outros políticos populistas, sofrem marginalização por parte da sociedade. "A conexão pública ajuda a estruturação interna, fortalecendo posições e organizações. A política também facilita o acesso à mídia, outro forte elemento de estruturação de lideranças no mundo evangélico".[120] A presença na política contribui, adicionalmente, para ter acesso a recursos que servem de reforço em benefício desse campo religioso popular.

Como alternativa a esta análise é interessante examinar outra perspectiva de conduta política, desta vez focada em grupos neopentecostais, segundo o olhar do antropólogo Luiz Eduardo Soares[121]. Este autor escreveu algumas reflexões sob impacto dos resultados do *Censo Institucional Evangélico* de 1992,[122] realizado pelo Núcleo de Pesquisa do ISER, que registrou um espetacular crescimento das igrejas pentecostais na região do Grande Rio. No texto há uma abordagem das práticas agressivas do neopentecostalismo contra as religiões afro-brasileiras, cujo exorcismo teatral e exibicionista se posiciona contra as entidades dos terreiros, de modo que "atualiza uma integração orgânica com o antagonista, orquestrando uma espécie de harmonia contrapontística".[123] Essa forma de "orar com o inimigo" indica o reconhecimento das entidades espirituais que integram o panteão dos credos afro-brasileiros, por parte dos neopentecostais. Ao desencadear essa guerra espiritual, o neopentecostalismo coloca o inimigo em relação igualitária, ainda que o classificando nas hostes demoníacas. A tradição religiosa brasileira, na vertente majoritária católica, embora tivesse seu ritual discreto e especializado para lidar com possessões satânicas, tratava com desprezo e arrogância esses cultos considerados inferiores.

Os protestantes tradicionais consideravam as manifestações pentecostais produtos do obscurantismo e indício da condição pré-moderna de seus irmãos "menos esclarecidos"

---

[120] Ibidem.
[121] Cf. SOARES, Luiz Eduardo. Dimensões democráticas do conflito religioso no Brasil: a guerra dos pentecostais contra o afro-brasileiro. In: _____. **Os dois corpos do presidente e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993, p. 203-216.
[122] Em 1992, o ISER realizou o Censo Institucional Evangélico, quando constatou a existência de 4 mil instituições evangélicas na área metropolitana do Rio de Janeiro. Nos três anos anteriores haviam sido publicados no *Diário Oficial* registros de fundação de 710 novas igrejas, das quais 91,26% eram pentecostais e 80% delas situavam-se em áreas carentes. Em 1994, foi feita nova pesquisa, durante as eleições presidenciais, com visitas a 40.172 domicílios e realização de 1332 entrevistas. (FERNANDES, op.cit., p. 9-10).
[123] SOARES, 1993, p. 204.

numa sociedade que não se modernizou completamente. Em tempos mais recentes, com o advento de estudos acadêmicos sobre as religiões afro-brasileiras, passou-se a tratá-las como objetos exóticos e ricos em simbologia, sinais da resistência de etnias e culturas oprimidas. Esses aportes teóricos, em contexto de uma nova sociedade que reconhece sua composição complexa, incentivaram atitudes de tolerância dos agentes religiosos estabelecidos em classes superiores, o que já apontou um avanço, pois, até pouco tempo, as elites, religiosas ou seculares, tratavam as religiões afro-brasileiras como caso de polícia, haja vista a exigência de licença da autoridade policial para que os terreiros funcionassem, requisito não considerado para outras religiões. Sobre esta mudança, Soares tece o seguinte comentário:

> Lembrando Tocqueville e Dumont, não seria impróprio sugerir que a tolerância dos que não sentem a própria superioridade ameaçada expressa relações típicas de uma ordem sócio-cultural de corte hierárquico, enquanto a disputa palmo a palmo, corpo a corpo, sem tergiversações ou concessões, com o recurso a um estoque comum de idiomas rituais, formas expressivas e linguagens religiosas (como é o caso da guerra religiosa popular urbana, no Brasil contemporâneo), representa a emergência contundente de uma nova configuração sociológica, de orientação igualitária, em cenário político-cultural que se democratiza.[124]

O reordenamento do campo religioso brasileiro nessas duas últimas décadas (aproximadamente de 1985 a 2005) privilegia o "encontro de iguais". Isto pode corresponder ao abandono, de parcela da população, do paradigma hierárquico de relações, da integração vertical, indispensável "para a preservação do poder das elites, para sua moderada renovação sob tutela (ou por recrutamento do tipo paretiano) e para a limitação à mobilidade ascendente".[125] É fato notório que essa relação igualitária ocorre entre membros das classes subalternas, "a guerra religiosa no interior das camadas populares é o maior sinal de que, no Brasil pós-ditadura, as classes subalternas se aproximam e se ligam entre si, organicamente, através, mais uma vez, da principal de suas linguagens, a religiosidade".[126] Ou seja, há muito em comum nesses grupos que se encontram: são, em sua maioria, pessoas excluídas do campo político, seja pela informação negada ou distorcida, seja pelo desinteresse ou revolta contra os atores dessa atividade; são excluídos

[124] SOARES, 1993, p. 206
[125] Ibidem.
[126] Idem, p. 207.

do consumo, devido ao desemprego, subemprego e condições desumanas de vida, e, em conseqüência de tudo isto, terminam excluídos da cidadania.

A nova integração conflituosa com os pentecostais obriga adeptos das religiões afro-brasileiras a saírem da confortável subserviência ao branco protetor e a entrarem no vale-tudo da competição religiosa. Soares identifica uma crise de hegemonia católica, composta de dois movimentos: (1) Deslocamento progressivo do imaginário e da linguagem católicos para o universo de imagens e vocabulário pentecostal. Antes o afro-brasileiro se protegia sob o manto do sincretismo. Agora, frente ao militante pentecostal, ele é interpelado a defender suas crenças, valores e práticas, com armas do confronto verbal e simbólico, sem aquele guarda-chuva da tolerância, dos intelectuais e religiosos. Não se pode esquecer que o próprio catolicismo também está sendo interpelado pela nova "avalanche pentecostal". (2) Deslocamento do catolicismo como centro articulador do universo dos pobres. Soares conclui com uma questão instigante, que poderá, futuramente, ser transformada em proposta de pesquisa:

> Lutando contra seus próprios pares, do ponto de vista da estrutura de classes, vivem seus desígnios e identificações com ardor inusitado, tomando-se mutuamente como referência e invertendo a ordem brasileira multi-secular: o igualitarismo segmentar popular substitui o patrimonialismo e a verticalidade estamental. As implicações políticas deste processo não devem ser subestimadas. Quando elites deixam de dirigir a cultura, correm o risco de ceder o comando político.[127]

Em sua tese de doutorado, acerca do sentido contra-reformista da elite brasileira, Elenise Scherer[128] começa fazendo alusão ao debate de 1898, entre Eduardo Bernstein e Rosa de Luxemburgo, sobre *reforma* versus *revolução*, como processos alternativos para o encaminhamento de mudanças numa sociedade. Scherer concorda que a primeira alternativa, o reformismo, se tornou hegemônica no movimento operário ocidental, através da social-democracia, mas também assinala que essa via não permite um salto do capitalismo para o socialismo, embora seja capaz de trazer melhorias sociais, nada desprezíveis, para os trabalhadores, além de favorecer alguns avanços democráticos.

---

[127] Idem, p. 214.
[128] A tese resultou na publicação do livro: SCHERER, Elenise. **Tempo de contra-reforma**. Manaus: Valer, 2000.

Não obstante, tomando-se em conta os acontecimentos das décadas de redemocratização da América Latina, anos 80 em diante, ocorreu uma transfiguração do sentido de reforma, caracterizado por políticas monetaristas de liberação financeira e comercial, privatização de empresas estatais, controle da economia por agentes de regulação externa, notadamente Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial de Comércio, e fortalecimento do Executivo, que passou a governar com "medidas provisórias", uma forma de decreto que, praticamente, impõe fatos consumados sobre o Legislativo, reduzindo sua margem de manobra e tolhendo seu papel no Estado democrático. Este foi o preço pago pelos países subdesenvolvidos para se integrarem ao novo desenho da economia global. Essas ditas "reformas estruturais" faziam parte do receituário do FMI e Banco Mundial (BIRD), para conformar o Estado ao paradigma de "Estado mínimo". No caso brasileiro, as reformas previdenciária e fiscal foram anunciadas de forma radical, mas não foram completadas, devido ao jogo de acomodação de interesses das frações burguesas em disputa. Neste contexto, políticas sociais de caráter populista antigas deram lugar a políticas focalizadas em públicos-alvos específicos (de gênero, etnias etc.) ou em segmentos mais pobres (através de programas como o *Comunidade Solidária* e o *Fome Zero*), com investimentos irrisórios, se forem comparados com os serviços das dívidas interna e externa pagos à banca nacional e internacional.

O cenário de "reformas" apontou retrocesso no movimento dos trabalhadores, com perda de conquistas históricas. No âmbito mais geral, produziu enfraquecimento do sistema democrático, pois debilitou algumas forças sociais no conjunto que determina a condução política do País. Em breve retrospecto, Scherer reconhece que as classes dominantes do Brasil nunca tiveram vocação reformista, no sentido clássico do termo. "As reformas realizadas, na formação social brasileira, foram feitas pelo 'alto', sendo, portanto, incompletas"[129] O discurso de Scherer se sustenta em correntes marxistas do pensamento sociológico brasileiro, pois utiliza conceitos como "contra-revolução burguesa" (Octavio Ianni), "revoluções interrompidas" e "democracia restrita" (Florestan Fernandes), "conciliação pelo 'alto'" (Carlos Nelson Coutinho), para apontar a estratégia de modernização conservadora, que Lênin denominava "via prussiana", pois se tratava de

[129] SCHERER, *op.cit.*, p. 13-17.

(re)arranjos sociais conduzidos por frações burguesas, sem participação ativa de camadas subalternas da população, à semelhança do que aconteceu na Alemanha em final do século XIX.

Scherer discorre, brevemente, sobre a revolução populista passiva da era Vargas, os desdobramentos políticos posteriores, o regime militar de 1964, a retomada do processo democrático e a elaboração da Carta Constitucional de 1988, na qual Florestan Fernandes reconhecia avanços sociais, mas declarava que estes não desembocariam numa *sociedade civil civilizada*, porque não se instalara a convivência de classes antagônicas e o consenso acerca de problemas de interesse comum. Após esTa reflexão, Scherer conclui que as elites econômicas brasileiras são "destituídas de cultura cívica, razão por que tendem a colocar seus interesses e privilégios particularistas acima de tudo".[130] São feitas revisões constitucionais para manter a estabilidade política, mas cada constituição já nasce atrasada, porque, o que se verifica "é a reposição do velho e tradicional padrão oligárquico e patrimonialista da gestão da coisa pública".[131]

Estabelecido esse quadro de interpretação, Scherer se propõe a investigar

> *algumas particularidades – sem perder a perspectiva de totalidade – da formação social brasileira, ou seja, os processos sociais que obstaculizam as reformas, na sua historicidade: a contratualidade (in)conclusa; as estratégias de conciliação e as (contra)reformas; a indistinção entre o público e o privado como óbice para a construção da esfera pública, na trama das relações sociais que a determinam*.[132]

Interessa nesta tese confrontar o comportamento de parlamentares e líderes pentecostais com aspectos da cultura política brasileira, mencionados por Scherer. Segundo ela, "os arranjos políticos pelo 'alto' tornaram-se (...) uma estratégia que faz parte da nossa cultura política", ou seja, "os donos do poder consolidaram padrões de dominação, face aos

---

[130] SCHERER, 2000, p. 24.
[131] Idem, p. 23.
[132] Idem, p. 27, grifado no original.

setores da classe subalterna".[133] Mais adiante Scherer explica como funciona essa dominação, através do clientelismo. Também menciona que "os donos do poder recorrem à conciliação em momentos em que as estruturas de poder encontram-se em risco", como ocorreu no golpe militar de 1964, na articulação do Colégio Eleitoral para a escolha de Tancredo Neves e José Sarney (Presidente da República e Vice), como forma de esvaziamento da campanha popular pelas eleições diretas, na ampliação do mandato de José Sarney para cinco anos e na "coalizão partidária de 1994, que elegeu o quarto governo da transição democrática".[134]

1.2.4 – Evangélicos na política: avaliação (1960)

Antes de focar a prática recente dos pentecostais, convém lembrar a conduta de parlamentares evangélicos, levantada por Emilio Willems, no início dos anos 1960: O autor entrevistou 36 pastores da Igreja Presbiteriana do Brasil, sobre participação política, direitos civis, escolha de partidos e presença de evangélicos nos parlamentos. Destaque foi dado à atuação política do fundador da Igreja Pentecostal O Brasil para Cristo, pastor Manoel de Mello, porque este apoiou, decisivamente, a eleição de um deputado federal, um deputado estadual e 72 vereadores, todos do Estado de São Paulo. Essa militância de um líder pentecostal foi contrastada com a "greve social" da Congregação Cristã no Brasil, que sempre proíbiu seus membros de participarem como candidatos a eleições.

A avaliação dos pastores acerca do comportamento dos parlamentares evangélicos foi bastante positiva, registrando-se, apenas, uma resposta divergente. No conjunto, 35 pastores concordaram virtualmente que os legisladores protestantes: "não defendiam interesses pessoais"; eram "não sectários" no exercício de seu mandato; "defendiam a liberdade de consciência"; tinham "mais respeito para com os direitos humanos"; estavam dispostos a assumir "mais responsabilidade moral"; trabalhavam por uma "administração honesta"; "trabalhavam mais"; "estavam mais interessados em resolver problemas sociais"; "exibiam convicção mais forte"; tinham "mais idealismo"; apresentavam "uma influência moralizadora sobre as câmaras municipais"; mostravam "mais responsabilidade em gastar o dinheiro dos contribuintes"; mostravam "maior interesse no bem-estar público"; tinham

[133] Idem, p. 111.
[134] Ibidem.

"mais coragem moral"; eram" mais progressistas" e " mais democráticos." Foram também realizadas pesquisas entre estudantes de teologia das denominações metodista e presbiteriana, acerca de participação política. A obra de Willems (1967) traz pesquisas semelhantes que contemplam a realidade chilena. Está evidenciada pelas respostas uma mentalidade triunfalista e carregada de complexo de superioridade, por parte dos pastores, que julgaram os políticos evangélicos melhores do que seus pares não-evangélicos.

Willems ainda compara as condições do protestantismo histórico e do pentecostalismo, a partir de uma análise de classes sociais:

> As seitas pentecostais do Chile e do Brasil são organizações de classe, enquanto as históricas não o são. Do mesmo modo como a maioria das seitas, as pentecostais rejeitam aceitar os símbolos tradicionais, porque eles são símbolos das classes superiores. As seitas pentecostais constituem-se em movimentos de protesto contra a estrutura de classes existente, enquanto as igrejas históricas, devido à quantidade significativa de membros das classes média e alta em seus quadros, claramente aceitam esses valores tradicionais como realização educacional e profissional, saúde, poder político e semelhantes. Com efeito, elas se esforçam por conciliar tensões e antagonismos de classe em suas próprias estruturas. Essa atitude de acomodação torna-as sem atrativo para aqueles que procuram redenção dos males de uma ordem social percebida como injusta. [135]

Percebe-se que Willems comete uma confusão conceitual, quando afirma que os pentecostais constituíam "organizações de classe", na época de sua pesquisa. Mesmo que essas igrejas fossem compostas exclusivamente de pessoas pobres, isto não caracterizaria classe, no sentido marxista do termo. A classe deve estar referida a um modo de produção e ao controle de meios para o funcionamento deste. O que Willems observou foi uma formação marcadamente popular, uma "comunidade imaginada", no sentido empregado por Benedict Anderson[136].

---

[135] No original: "The Pentecostal sects of Chile and Brazil are class organizations, the historical churches are not. Like most sects, the Pentecostalists refuse to accept the traditional symbols because these are symbols of the upper classes. The Pentecostal sects are protest movements against the existing class structure, while the historical churches, to clearly accept such traditional values as educational and occupational achievements, wealth, political power positions, and the like. In fact, they attempt to reconcile class tensions and antagonisms in their own structures. Their accomodative attitude makes them less attractive to those who seek redemption from the evils of a social order which is felt to be unjust." (WILLEMS, 1967, p.218, tradução: STCB).

[136] Cf. ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Lisboa: Edições 70, 2005.

1.2.5 – Pentecostais e condição social

A forte presença do movimento pentecostal entre camadas pobres da população induziu Cartaxo Rolim a supor que foi assim desde a origem. Este aspecto precisa ser relativizado, porque na obra *Pentecostalismo: Brasil e América Latina,* [137] Rolim faz uma imediata associação da clientela dos missionários suecos, membros da Primeira Igreja Batista do Pará (PIB), com a periferia urbana de Belém, habitada por "moradores pobres e semi-analfabetos".[138] Em seguida, contrasta-a com a parte urbana central "baluarte da fé e dos outros católicos, [... onde se situam] a imponente catedral, a residência episcopal, espaçosas e douradas igrejas, grandes conventos de religiosos com suas largas capelas".[139] A história e a localização da Primeira Igreja Batista do Pará (PIB), em 1910-11, contradiz Rolim. Essa igreja se reunia na rua João Balbi, a poucas dezenas de metros da Basílica de Nazaré e do Colégio Gentil, onde fica guardada a imagem da santa, em perímetro habitado por camadas médias da população de Belém. Havia pequenos comerciantes[140] e, inclusive, pessoas que falavam fluentemente a língua inglesa, entre os membros dessa Igreja Batista. Um deles, Adriano Nobre, ajudou os suecos a se comunicarem com a congregação.[141]

Outro equívoco: Rolim entende que os suecos conquistaram aqueles batistas, porque na igreja "só o pastor era dono da palavra", enquanto na nova proposta pentecostal todos podiam falar e ser ouvidos pelos irmãos. Ora, a PIB do Pará, desde sua origem em 1887, até a chegada dos suecos, em novembro de 1910, permaneceu longos períodos sob liderança de leigos, devido a sucessivas ausências do missionário fundador, Eurico Nelson, e à falta de

---

137 ROLIM, F. C. **Pentecostalismo:** Brasil e América Latina. Petrópolis: Vozes, 1994.
138 ROLIM, 1994: p. 29.
139 Idem, p. 28-9, 34.
140 O próprio diácono, pregador leigo, tesoureiro e moderador da igreja, José Batista de Carvalho, de nacionalidade portuguesa, comerciante, aderiu às doutrinas pentecostais, indo organizar a Assembléia de Deus (cujo nome ainda não era este), em 1911. Cf. ALMEIDA, Antônio Batista de. **80 anos construindo para a glória de Deus**. Belém, <s. n.>, ca 1981.
141 Belém era o porto escoador de toda a produção de borracha, o ouro negro, importantíssimo item da pauta de exportações do Brasil. A congregação batista, que foi apropriada pelos adeptos da nova doutrina, situava-se na Cidade Velha, bairro tradicional e bem diferente da periferia pobre imaginada por Rolim. O senador Manuel Barata, autor da *Formação Histórica do Pará*, contemporâneo dos acontecimentos, mencionava a existência de um jornal da igreja, "O Arauto Baptista", quinzenal, que circulava na cidade em 1905. Em 1910, a igreja contava com outro jornal, "O Radiante", cujo redator, Manuel de Paula Barros, também se tornou pentecostal. Estas informações e as do parágrafo seguinte estão na obra ALMEIDA, 1981, já referida, escrita com base nas atas da Primeira Igreja Batista do Pará e em depoimentos de testemunhas dos acontecimentos aqui relatados. Antonio Almeida, com quem o autor desta tese conviveu entre 1971 e 1981, foi membro da PIB do Pará, desde os anos de 1920, e seu diácono, durante muitas décadas.

pastores para substituí-lo.[142] Rolim, nessa obra (1994), desenvolve teses relacionando o pentecostalismo com a pobreza e a laicidade. Não se pretende contestá-las, mas provar que elas não correspondem aos fatos na origem da Assembléia de Deus, em Belém. Ele estende o que aconteceu em outro contexto e época, a Baixada Fluminense dos anos 50 aos 80, conforme dados que utilizou, para um espaço-tempo que não guarda qualquer relação com essa realidade. Exercício de indução e anacronismo sem dúvida estranhos.

No Estado do Rio Grande do Sul, Ari Pedro Oro, por sua vez, formula a hipótese da proximidade religiosa entre os catolicismos tradicional-popular e de imigração com o pentecostalismo gaúcho, confirmada pela maior presença deste em regiões onde predominavam os referidos catolicismos.[143] Ao reconhecer o perfil social dos evangélicos, Oro sugere que existe "uma 'afinidade eletiva' entre igrejas históricas e camadas médias e igrejas pentecostais e camadas populares da sociedade". Entretanto, ele aponta um quadro mais complexo com a expansão dessas igrejas em sentidos opostos, nas mesmas camadas sociais.

A obra de Oro apresenta aspectos comuns e diferenciadores do pentecostalismo em relação ao neopentecostalismo. Como traços comuns ele identifica: a vocação para alcançar os desfavorecidos; caráter exclusivista, anti-ecumenicidade e hostililidade para com os cultos mediúnicos; apelo generalizado à manifestação das emoções e espiritualização dos problemas sociais.[144] As características diferenciadoras do neopentecostalismo seriam as seguintes: trata-se de um movimento de líderes fortes, que chegam a ser venerados; é um pentecostalismo que liberalizou costumes e formas de vestir dos seus adeptos.[145] Porém, como características mais importantes ele registrou: a ênfase na cura divina, um grande destaque para as ações de demônios; práticas de exorcismos e ataques a entidades dos cultos afro-brasileiros, e, como marca bem visível, o uso intenso da mídia eletrônica.

---

[142] Eurico Nelson foi, de fato, o fundador e organizador da Primeira Igreja Batista do Pará. Porém, como, em 2 de fevereiro de 1897, ainda não era pastor ordenado, trouxe de Recife o missionário e pastor Salomão Ginsburg para realizar batismo dos convertidos e, no mesmo dia, presidir o ato solene de organização da referida igreja (cf. ALMEIDA, op.cit., p.23-4).
[143] Cf. ORO, 1996, p. 31.
[144] Idem, p. 49-53.
[145] Idem, p. 53-6.

1.2.6 – Evangélicos e clientelismo

Outra marca da cultura política a ser examinada é a prática de clientelismo na conduta da bancada pentecostal e das lideranças das igrejas. A questão que se levanta, especificamente, é a seguinte: os atores pentecostais reforçam essa conciliação pelo 'alto' ou fazem valer a condição subalterna da maioria dos seus seguidores, organizando-os para alcançarem conquistas no quadro da cidadania?

Antônio Flavio Pierucci elaborou um texto sobre a bancada evangélica no Congresso Constituinte de 1987-88[146], como parte de uma pesquisa para identificar "bolsões de conservadorismo (...) entre as camadas populares" do Brasil.[147] Tratada como bancada suprapartidária pelo presidente José Sarney, que assim a recebeu em audiência, sua dimensão a colocava atrás, apenas, das bancadas dos três maiores partidos da época (PMDB, PFL e PDS). Entretanto, a composição desse grupo não era homogênea, pois, entre seus 33 integrantes, havia meia dúzia de perfil ideológico de esquerda, identificada com teses progressistas populares, e um número bem maior que acompanhava o modo clientelista-conservador de fazer política predominante naquela legislatura (1987-90). Segundo Pierucci, os evangélicos "não se mostram capazes de separar as esferas da política e da moralidade privada".[148] Embora minoria, eles discursavam como maioria, porque alegavam que a população, majoritariamente, tem sua crença em Deus. A plataforma evangélica concentrou-se em temas da moralidade, em defesa de preceitos bíblicos interpretados de modo a censurar costumes pouco aceitos ou aceitos com reservas na sociedade. Para o autor, ali estavam constituídos uma nova direita e um novo populismo. Este segundo aspecto era afirmado porque: "a direita religiosa, bíblico-fundamentalista e moralista, tem a vantagem de fazer contatos mais imediatos, mais profundos e mais persuasivos com as massas inseguras e assustadas do que outras formações ou linhagens de direita mais secularizadas".[149] O autor destacou, também, "o insaciável apetite dos crentes

[146] Cf. PIERUCCI, 1996, p. 163-91.
[147] Idem, p. 165.
[148] Idem, p. 166.
[149] Idem, p. 180.

conservadores por benesses, verbas, cargos e concessões de emissoras de rádio e canais de TV: para suas igrejas, sim, mas também para si próprios".[150]

1.3 – Padrões e vícios da cultura política brasileira

Nesta parte do capítulo será feita uma reflexão sobre a condição do espaço público na sociedade brasileira, a emergência de identidades coletivas, em particular os evangélicos, completando-se a abordagem com referências ao autoritarismo, patrimonialismo, gregarismo e futurismo, como características da cultura política nacional.

1.3.1 – Espaço público

"Nas sociedades democráticas, a esfera pública é o espaço político em que se dá a passagem da vontade individual à vontade coletiva, o lugar onde os indivíduos negociam seus interesses pessoais e suas representações do bem comum".[151]. O problema é que a sociedade brasileira, desde a origem e em sua forma histórica de desenvolvimento, tem feito a autofagia do que é público mediante alargamento do espaço privado.

O *ethos* público, segundo Gabriel Cohn, que prefacia o livro de Adrián Gurza Lavalle, é "um modo de orientação das condutas, das percepções, dos modos de pensar e agir enfim, [referenciado] ao complexo de valores que regem a conduta no mundo social e político nas suas relações com o mundo privado". [152] Como a tese de Gurza, pesquisador mexicano, trata de vicissitudes na constituição do espaço público no Brasil moderno, é interessante acompanhá-lo em considerações que faz acerca desse *ethos* como chave explicativa da vida e espaço públicos na sociedade brasileira. Assim, Gurza define *ethos* público como um núcleo "de determinações culturais e psicológicas profundas (familismo, cordialidade, privatismo ou incivilidade, por exemplo), que além de constituírem o âmago da identidade nacional, transbordam-na fundando e modelando o espaço público".[153] Gurza não está tratando de uma mitológica "identidade nacional", mas de uma "manifestação do

---

[150] Idem, p. 189.
[151] SORJ, Bernardo. **A democracia inesperada**: cidadania, direitos humanos e desigualdade social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 24.
[152] GURZA LAVALLE, Adrián. **Vida pública e identidade nacional**: leituras brasileiras. São Paulo: Globo, 2004, p.12.
[153] Idem, p. 63-4.

ímpeto do privado e de sua obra edificadora que, indiretamente, rarefaz o espaço vital do público condenando-o à exigüidade".[154]

Uma síntese dos estudos sobre brasilidade que fizeram época no pensamento social-político da primeira metade do século XX, com críticas de autores mais recentes neste referencial, resultou na proposta de "leitura do espaço público", como forma de traduzir a "idiossincrasia da sociabilidade nacional – essencialmente privatista, patrimonialista, personalista, rural, familiar, agnatista ou patriarcal – (...) para um terreno menor: o da vida pública".[155] Em seguida, Gurza explica como essa interpretação pela ótica do *ethos* público funciona:

> Nessa leitura, tudo se passa como se um mundo, cuja nota distintiva é sua organização integral sob égide do privado, tivesse produzido a subsunção do público, tornando-o uma projeção do privado: a cidade um mero apêndice da fazenda, a vida pública uma simples transposição da sociabilidade familiar; e a política uma ferramenta de açambarcagem na mão dos poderes patriarcais.[156]

Os estudos de "identidade nacional" foram perdendo relevância na comunidade intelectual, acusados de terem um caráter mistificador, por trazerem expressões ideológicas do nacional e não darem conta das contradições efetivas da sociedade de classes e sua condição dependente no contexto global.[157] Não obstante e de forma surpreendente, observa Gurza Lavalle, o *ethos* público se emancipou de seus referentes originários da afirmação de brasilidade e passou a denominar o conjunto de "empecilhos que obstam a constituição do espaço público moderno no Brasil".[158] Roberto DaMatta é um caso específico de autor que utiliza de forma ampla e explícita essa abordagem cultural, sem

---

[154] Idem, p. 99.
[155] Idem, p. 100.
[156] Ibidem.
[157] Cf., por exemplo, LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro** – História de uma ideologia. São Paulo: Ática, 1992; MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira** (1933-1974). São Paulo: Ática, 1977; e, mais recentemente, CHAUÍ, Marilena. **Brasil** – Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
[158] O autor identifica essa presença atualizada do *ethos* público, de diferentes modos, em textos de: Teresa Sales, "Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 25, ANPOCS, junho de 1994, p. 26-37; Vera da Silva Telles, "**A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza** – Um estudo sobre o trabalho e a família na Grande São Paulo. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia, USP, 1992; Marilena Chauí, **Conformismo e resistência** – Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1996; José de Souza Martins, **A sociedade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000; Guillermo O'Donell, "Situações – Microcenas da privatização do público em São Paulo". **Novos Estudos**, nº 22, CEBRAP, outubro 1988, p. 45-52; e outros. (GURZA LAVALLE, 2004, p. 133).

nenhum constrangimento de voltar às tentativas de definir uma identidade brasileira[159]. O problema, segundo Gurza, é que "a introdução do *ethos* na análise da vida pública induz interpretações de causalidade circular, obliterando aspectos relevantes da realidade".[160] Isto acontece porque a ambigüidade e flexibilidade incorporadas em sua definição permitem que se possa utilizá-lo como explicação em um conjunto enorme de problemas, de sorte que "propõem-se como razões explicativas um conjunto de predicados que, na realidade, formam parte dos atributos pressupostos na definição do sujeito – *o ethos* –, pelo que o raciocínio discorre de maneira circular".[161]

A utilização indiscriminada do *ethos* pode adquirir caráter prescritivo-normativo, em vez de servir como categoria problematizadora ou pelo menos explicativa. A lógica do *ethos* aderiu a representações amplamente disseminadas de aspectos presentes na vida pública do Brasil. Ou seja, ela atende a uma necessidade humana de conferir sentido ao meio em que se vive. Como se trata de explicação generalizante, o *ethos* é de difícil contestação, mas também não contribui, significativamente, para gerar conhecimento sobre a realidade social e política brasileira. Sua aplicação traz implícita uma assimilação de conceitos idealizados para uma sociedade moderna, os quais estão ausentes na sociedade brasileira; portanto, temos a partir daí uma forma enviesada de apresentar um modelo cívico republicano, pela afirmação de sua ausência. Tal qualificação do *ethos*, como forma ambígua de pensar a realidade brasileira, não deve resultar em abandono da análise nessa dimensão cultural do espaço público, mas deve servir como balizador da sua contribuição relativa, junto com outras contribuições que se procurou agregar nesta pesquisa.

---

[159] Lívia Barbosa dedicou-se à análise da obra de DaMatta, em tese publicada sob o título: **O jeitinho brasileiro** – A arte de ser mais igual que os outros. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
[160] GURZA LAVALLE, *op.cit.*,p.136.
[161] Idem, p. 157.

1.3.2 – Evangélicos e espaço público

Pesquisas de Freston[162] indicam a crescente inserção dos pentecostais na política brasileira e a capacidade de organização e mobilização que acumularam para defender, principalmente, seus interesses corporativos. Revelam, além disto, os diferentes matizes da atuação dos evangélicos em geral nesse mesmo contexto. Em tese de doutorado (1993), Freston lida com a imagem pública dos pentecostais, inclusive preconceitos alimentados pelo senso comum, refletidos na imprensa. Sua abordagem teve "um enfoque *nacional*, *institucional* e *parlamentar*", ou seja, uma abordagem em dimensão macroscópica.[163] Freston destaca a Assembléia de Deus como a única igreja evangélica com extensão e distribuição equilibrada no território brasileiro, de modo que, com essa presença expressiva e estratégia de atuação na Câmara Federal, deveria merecer melhor atenção de pesquisadores.

Freston envereda pela análise das tipologias do protestantismo e pentecostalismo e faz uma análise institucional das denominações, com ênfase na cultura e estratégia políticas. Também procede a comparações entre elas nos mesmos aspectos. Segundo ele, o neopentecostalismo tem cosmovisão aguerrida, que se expressa, também, na política.

> A 'guerra espiritual', contrapartida protestante do reencantamento do mundo ocidental, inova sobre o demoníaco a nível político e recomenda o exorcismo social. Reflete critérios ideológicos (anti-PT) e a ambição de espaço na religião civil. A lacuna programática é às vezes preenchida por alguma versão do reconstrucionismo, teologia política norte-americana fortemente neoliberal e teocrática.[164]

A observação acima refletia a postura da Igreja Universal no período entre o Congresso Constituinte e a eleição de Fernando Collor (1986-89). As bandeiras políticas dos parlamentares pentecostais eram a defesa das liberdades religiosas e a proteção da família tradicional, completadas com a politização de questões morais.

Joanildo Burity fez pesquisa sobre a cultura política de candidatos evangélicos na fala de entrevistados, não encontrando muita diferença de valores entre estes e outros

---

[162] FRESTON, Paul**.** Evangélicos na política brasileira. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro: ISER, nº 16/1-2, 1992, e as obras citadas de 1993 e 1994, por exemplo.
[163] FRESTON, 1993, p. 278, grifos no original.
[164] Idem, p. 281.

postulantes que defendem a democracia liberal, a tradição cívico-republicana e se sensibilizam diante de injustiças sociais.[165] Em capítulo da mesma obra, sobre pentecostais, cultura e política, Burity discutiu ativismo religioso frente ao ideal de se construir uma democracia, a partir das seguintes questões:

> Como se cruzam valores religiosos e valores democráticos no contexto do novo ativismo religioso? As práticas comunitárias (cotidianas) religiosas definem outros lugares de experimentação democrática, além da esfera político-institucional? Como relacionar o pluralismo de lógicas de ação implicado numa tal configuração e o pressuposto consensualista da problemática da cultura política?[166].

Em seguida Burity trata de aspectos do cenário religioso brasileiro em 1995, sob impacto do "chute na santa" e, nesse contexto, analisa a relação entre religião e esfera pública, com destaque para a liberdade religiosa. Sobre "as incursões pentecostais e a reestruturação do campo religioso", Burity escreve que o campo religioso está em processo de rearrumação e o classifica como um campo agonístico[167] em que atores coletivos lutam por reconhecimento. Diante da forma pentecostal aguerrida de afirmar a fé e, também, em face dos exemplos de intolerância fora dos padrões que eles consideram bíblicos, Burity percebe que "o pentecostalismo ainda carece de uma performance ou estratégia intelectual consistente para enfrentar a complexidade das questões que vêm se colocando para a sociedade brasileira neste fim de século".[168]

Antes de passar a outros autores, convém registrar a pergunta de Gurza Lavalle, no marco desta abordagem, levadas em conta as ressalvas acima: "que tipo de vida pública é gerada sob os efeitos da terrível heterogeneidade e desigualdade social – transformadas mas não superadas pelos processos de modernização vividos pelo país ao longo do século

---

[165] Cf. BURITY, Joanildo A. **Identidade e política no campo religios***o*: estudos sobre cultura, pluralismo e o novo ativismo eclesial. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997.
[166] BURITY, 1997, p. 63-4.
[167] Nota de Burity: "Entendo por campo agonístico um feixe de relações em que a existência de dois ou mais grupos numa mesma região do social não pode ser experienciada de forma neutra ou relaxada. A presença de um face ao(s) outro(s) é, em si, motivo de disputa por ascendência, influência, controle ou domínio. Tal disputa pode se fundar no pressuposto de que a identidade de cada grupo é a única forma verdadeira e, portanto, admissível, de se postar/portar diante do mundo. Neste caso, a relação agonística visa tomar o lugar de, tomar posse de ou destruir o adversário e encerra um notável potencial de intolerância. Outra possibilidade é de que, apesar de se vivenciar a própria identidade de forma arraigada, admita-se a contingência em si próprio, e não apenas no adversário. Neste caso, a relação agonística implica em conflito, disputa, concorrência, mas guarda respeito ao adversário que se expressa, no mínimo, numa atitude de 'live and let live'. Para uma sólida reflexão sobre a relação entre agonismo e identidade, cf. Connoly, 1992:166-67, 178-79, 191-93." (BURITY, 1997, nota 2, p. 66) CONNOLLY, William E. **Identity/Difference**. Democratic negotiations of political paradox. Ithaca/London, Cornell University, 1992.
[168] BURITY, *op.cit.*, p. 67.

XX?"[169] Por que essa sociedade convive com formas de sociabilidade que negam a universalidade do direito (mesmo cientes dos seus limites numa democracia liberal) para uma parcela tão grande da população brasileira? Essa convivência contraditória de sociabilidades certamente alimenta a representação de um espaço público vazio de qualquer sentido para o exército de marginalizados da formação social brasileira.

O ingresso de pentecostais na política tem permitido, de alguma forma, atenuar essa aberração social. André Corten, em seu livro *Os pobres e o Espírito Santo: o pentecostalismo no Brasil*, procede a uma análise de discurso daqueles que não são reconhecidos pelo domínio do *logos*, mas que se manifestam, sobretudo, através dos arroubos da emoção. Por sua ética e estética, os pentecostais tendem a chocar os espíritos mais requintados daqueles que hoje são chamados "os politicamente corretos". Quando buscam ter representantes na política, fazem-no para garantirem um espaço na sociedade, obterem algum tipo de reconhecimento e manterem seu estilo de culto. Mas, sem dúvida nenhuma, os assembleianos já ocuparam "o espaço público e é a este nível que eles são rejeitados. Eles são julgados inaceitáveis, mas eles não se retiram do 'mundo'. Eles travam, ao contrário, uma 'guerra santa' neste mundo".[170]

A glossolalia é encontrável tanto no pentecostalismo como nos movimentos carismáticos das igrejas protestantes históricas e na Renovação Carismática Católica. Nesses contextos, os cânticos são usados para criar o clima emocional intenso que leva os participantes das reuniões ao êxtase. "O 'falar em línguas' é uma prece que não obedece a nenhum tipo preestabelecido de prece nem formular pedidos (em voz alta ou em seu foro íntimo), nem recitar fórmulas prontas ou inspirar-se nelas na improvisação de salmos, nem adorar – quer dizer, rezar sem a utilização (mesmo mental) de linguagem".[171] Para o pentecostal, esse é um dom de Deus, é uma língua divina, que comprova sua ligação direta com o sagrado, independentemente de qualquer mediação. Trata-se de uma dupla ruptura: com o mundo social e com o mundo clerical, embora seja um fenômeno que se manifesta, geralmente, em ambiente coletivo.

---

[169] GURZA LAVALLE, 2004, p. 166.
[170] Cf. CORTEN, André. **Os pobres e o Espírito Santo:** o pentecostalismo no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1996, p. 10.
[171] Idem, p. 56.

> O pentecostalismo é um "anti-*establishment* do protestantismo".[172] [...] A tese é que o caráter "inaceitável" destas manifestações religiosas é o indício de novas categorias políticas ainda incapazes de formar uma língua política. [...] O "falar em línguas" é uma forma extraordinária e arcaica de palavras que entra numa cadeia de discursos. [...] A louvação é um enunciado que poderia ser político, mas que hoje é inaceitável para a língua política.[173]

Apoiados no texto de Corten, faz-se possível questionar fundamentos do sistema político ocidental, cujo "enunciado primeiro" é o contrato que se estabelece entre partes: deve haver alguém para autorizar (pode fazer) e outro para obedecer (deve fazer). Em regimes do tipo paternalista prevalece outro "enunciado primeiro": o do pedido. Em ambos os casos, tanto no Estado liberal burguês como no Estado paternalista, a ação se dá através de verbos performativos. O pedir é também uma ação, porque exige um retorno de aceitação ou recusa. Já o tipo de "enunciado primeiro" da louvação aproxima-se de um panegírico ou elogio. Não é um panegírico, porque este tem a intenção de *fazer* alguma coisa – narrar o poder. Logo, tem o *poder de narração*, enquanto que "a louvação não faz nada, não dá nenhum poder".

Para Corten, o político gera uma língua que define o que é e o que não é aceitável socialmente. "O pentecostalismo na glossolalia ou no seu modo de recorrer ao fundamentalismo é julgado inaceitável: indício de que ele carrega categorias não fora de toda política, mas fora da língua política existente".[174] A glossolalia não é uma língua, no sentido convencional. Ela não preenche os requisitos de aceitabilidade, como um consenso gramatical e uma performance lógica, porém, se inscreve, na comunidade que louva, como uma forma lingüística que se caracteriza pelo seu excesso. O indizível é dito pela extrapolação da língua convencional. Na "polis" pentecostal, a glossolalia é aceita, como língua por excelência. Seus falantes desfrutam de prestígio político. Como "língua política" da comunidade pentecostal, ela é sua marca distintiva.

Na sociedade liberal burguesa, os pentecostais não são "politicamente corretos", não recebem o beneplácito dos que controlam a "opinião pública", embora se perceba que eles

---

[172]CORTEN, *op.cit.,* p. 57, fazendo referência a Brandt-Bessire e Anderson. (Brandt-Bessire, Daniel. **Aux sources de la spiritualité pentecôtiste.** Prefácio de Walter J. Hollenweger. Genève: Labor/Fides, 1986. Anderson, M. Robert. **Vision of the disinherited:** the making of American Pentecostalism. Oxford: Oxford University Press, 1979).
[173] CORTEN, 1996, p. 118.
[174] Idem, p. 131.

aspiram esse reconhecimento social, como ficou demonstrado pelos projetos de dias especiais e praças da Bíblia obtidos do poder público, em centenas de cidades brasileiras. "É porque os enunciados pentecostais não são politicamente aceitáveis que na opinião pública não se acredita em milagres. Ao mesmo tempo, esta crença forma uma força anônima e popular, uma força protopolítica".[175] Essa barreira à aceitabilidade também se passa com relação à "cura divina", que não é reconhecida pela autoridade técnica do mundo desencantado.

O texto de Corten é ferramenta sugestiva para analisar a emergência de um movimento que não fala o código dominante, mas que encontrou espaço nos interstícios da sociedade burguesa, por não fazer contestação explícita, mas sublimá-la em formas de culto, de louvação e outros tipos de celebração do sagrado. Diante de uma sociedade que se lhes apresenta hostil, os pentecostais criam a sua sociedade, onde a língua política é a glossolalia. Isto se dá num contexto sectário, porque "a seita é a forma social que toma a recusa do compromisso com o 'mundo social', inclusive o das Igrejas. Ela é utopia, ela é o 'inaceitável', o lugar – próximo ainda das fundações originais – em que o pobre vive o religioso como o político, como o 'seu' político, como um 'antipolítico'".[176]

1.3.3 – Espaço público e identidades coletivas

Em sua tese, Scherer constatou que o espaço público está a encolher, simultaneamente com o alargamento do espaço privado. Isto dificulta "a constituição de uma esfera pública, entre nós, já que as mediações políticas e sociais não conseguem firmar-se".[177] A ausência de uma esfera pública consolidada traz como conseqüência danos maiores para as classes subalternas, que deixam de participar do jogo democrático e são privadas de seus direitos mais elementares.

Em contrapartida, esse enfraquecimento da esfera pública permite uma outra leitura, inspirada na emergência de novas identidades coletivas, embora os efeitos sejam igualmente danosos para a democracia. Cada vez mais, grupos específicos dentro da sociedade – mulheres, negros, homossexuais, emigrantes, sem-terra, sem-teto – concentram

[175] Idem, p. 150.
[176] Idem, p. 162.
[177] SCHERER, 2000: p. 145.

esforços em organização e divulgação de suas bandeiras, ao mesmo tempo em que pressionam diversas instâncias do Estado para conquistarem reconhecimento e recursos públicos em benefício do grupo, como forma de compensação por terem sido historicamente excluídos ou discriminados. Suas reivindicações podem ser justas, mas, neste caso, "o problema distributivo passa a ser avaliado em termos do que 'meu grupo' recebe na 'distribuição do bolo'", conforme observa Sorj, que, em seguida, acrescenta:

> A demanda de direitos realizada pelas novas identidades coletivas, quando associada a reivindicações distributivas, apresenta o risco da despolitização e da erosão do espaço público, pois essas identidades questionam a política como produção de uma utopia comum e transformam o sistema de representação em um processo de agregação de interesses de fragmentos sociais... [178]

Essa delimitação rígida de espaços por parte de atores sociais que constituíram novas identidades coletivas vai minando a existência do espaço público, na medida em que essencializam suas diferenças. A crença de que o diálogo no espaço público, com base em valores compartilhados, é o fundamento da *res publica*, tende a desaparecer num tipo de sociedade onde os interesses particularistas de grupos são promovidos à categoria substantiva da construção democrática. É o que está acontecendo em novas formações societárias inspiradas no multiculturalismo. Como explica Sorj: "O individualismo e a crescente fragmentação simbólica causada pela valorização de culturas étnicas e/ou religiosas que consideram suas lealdades e seus valores pessoais e/ou grupais prioritários e não-negociáveis colocam em xeque a noção republicana de espaço público e bem comum".[179]

Nesta pesquisa examinou-se a prática de agentes pentecostais, questionando se os parlamentares pentecostais estão fazendo mediação entre seus representados e o poder público, a fim de ampliar e consolidar o espaço público e reforçar a democracia. Ou, se essa mediação se dá através de trocas de favor. Ou se tenta superar o componente autoritário, substituindo o clientelismo pela luta por reconhecimento dos sujeitos coletivos pentecostais. – Vale lembrar que o patrimonialismo depende da preservação de práticas personalistas de concessões, trocas de apoio por benesses, favores e privilégios, pois "a

[178] SORJ, 2004, p.57-8.
[179] Idem, p. 108.

dominação patrimonial é incompatível com a igualdade jurídica e as garantias institucionais contra o arbítrio".[180] Outra questão se refere a práticas de fisiologismo. A política deveria ser conduzida por valores, mas o realismo político opera através de negociações para atender interesses corporativos e um mínimo de interesse público. Pergunta-se: Que papel os políticos pentecostais têm desempenhado nesse jogo? E mais: sob o enfoque de constituição de novas identidades coletivas, os pentecostais constituem um grupo específico empenhado na conquista de reconhecimento e na transferência de recursos públicos para usufruto de suas corporações? Este capítulo já oferece elementos para discussão destas questões. Mas convém prosseguir, examinando outros caracteres culturais da formação social brasileira.

1.3.4 – Autoritarismo

A aventura da brasilidade está marcada por uma cultura autoritária. Martins introduz o conceito de *cultura autoritária*, para apresentar o *autoritarismo* em perspectiva histórica, a partir de um pacto fundador do social, consoante diferentes momentos em que ele permanece no imaginário e nas práticas de poder da sociedade brasileira. [181] Em seu texto, são indicadas algumas abordagens referentes à cultura e civilização, segundo autores e escolas do pensamento europeu. No caso brasileiro, Martins identifica estudos que exageram acerca da influência da cultura global, quase negando uma especificidade da cultura nacional (caso de obras de Octavio Ianni e Ricardo Antunes). Por outro lado, há, também, autores que afirmam a singularidade brasileira (como, por exemplo, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Hollanda), alvos de análises críticas, mas sem dúvida merecedores de ocupar o panteão dos clássicos do pensamento social brasileiro.

É importante analisar os regimes autocráticos impostos ao Brasil, particularmente o *Estado Novo* de Getúlio Vargas (entre 1937 e 1945) e a ditadura dos militares (de 1964 a 1985). Porém, mais importante é identificar os componentes que fazem esta sociedade ter caráter autoritário. Martins procurou fazer essa identificação em seu texto sobre brasilidade. Nessa abordagem de cunho cultural, o autoritarismo é tratado como "um conjunto secular

[180] Idem, p. 153.
[181] MARTINS, 2002, p. 65-104.

de representações, crenças, valores e normas que impregnou, historicamente, por dentro e molecularmente, as instituições públicas e privadas no Brasil"[182] Esse autoritarismo, acrescenta Martins, "constitui um campo de forças que fornece a centralidade simbólica e inspira tradicionalmente a organização das instituições do poder e da política no Brasil".[183] A brasilidade produziu um autoritarismo que mescla componentes da gênese e dominação lusitanas com uma modernidade mutilada e desenvolvida pela sociedade brasileira.

No processo social de atualização do autoritarismo, são identificáveis dois componentes: o primeiro se apresenta em forma de dominação hierárquica e oligárquica, que estabelece o lugar de cada indivíduo, mediante critérios de origem familiar, cor, condição econômica e relacionamentos sociais; o segundo tem o caráter de exclusão social, que associa o comportamento resistente de uma elite perpetuada no poder com o processo de seleção darwiniana do próprio capitalismo. Para Martins, o importante é compreender o "autoritarismo como uma exigência cultural específica do modo de instituição do poder e da sociedade entre nós".[184]

O pesquisador norte-americano Andrew Chesnut percebeu, na experiência pentecostal brasileira do batismo com o Espírito Santo, uma semelhança com relações clientelistas da cultura.[185] O Espírito Santo funciona como uma espécie de patrão divino, oferecendo proteção em troca de serviço e lealdade.[186] Mais adiante, Chesnut alerta para a sacerdotalização dos dons em igrejas pentecostais mais recentes. Essa abundância de dons nas mãos dos pastores e escassez para os membros da comunidade cria uma relação de dependência, na qual o fiel se submete passivamente aos ditames dos seus líderes.

Chesnut denomina a organização da Assembléia de Deus de "autoritária participatória" (ou participativa), sendo, assim, uma forma modificada de clientelismo. O poder decisório da instituição é concentrado no pastor-presidente, coadjuvado por uma elite de pastores, que lhe é absolutamente fiel. No nível intermediário da pirâmide de poder estão

---

[182] Idem, p. 65.
[183] Ibidem.
[184] Idem, p.67.
[185] Cf. dissertação, transformada em livro: CHESNUT, R. Andrew. **Born again in Brazil**: the pentecostal boom and the pathogens of poverty. New Jersey: Rutgers University Press, 1997.
[186] Idem, p. 96-7.

os dirigentes das congregações. A pirâmide desse modelo se completa com uma ampla base de

> membros comuns que se envolvem nas atividades diárias da igreja, através de uma extensa rede de cargos e posições de baixo nível. Uma enorme "massa" de membros se sente como parte integrante da instituição, ainda que esteja excluída de participar no processo de tomada de decisões e exercício do poder eclesiástico, porque está ativamente engajada na pletora de atividades das organizações internas da igreja.[187]

Chesnut acrescenta que essa forma de clientelismo "preserva os privilégios do patrão-pastor, enquanto incrementa o *status* do cliente-congregante. O poder eclesiástico é extremamente concentrado no cargo de pastor-presidente, mas os crentes do sexo masculino que sabem ler e que demonstram lealdade e alguma medida de carisma podem aspirar ao prestigioso ofício ministerial".[188]

Martins discute os temas *autoritarismo e autoridade* e *cultura e poder* como pré-requisitos ao objetivo de elucidar "a natureza, origem e reprodução de uma certa lógica de dominação que se legitima pela negação de uma esfera pública aberta à participação igualitária de todos os atores sociais". Já se reconheceu que o sistema hierárquico brasileiro nega para a maioria das pessoas "o 'direito a ter direitos'".[189] O autoritarismo como degeneração do princípio de autoridade ocorre onde o poder é usurpado, imposto à revelia dos subordinados e à custa da liberdade destes.

Walter Hollenweger associa a prática autoritária pentecostal com raízes religiosas bem antigas, existentes no continente latino-americano antes da conquista pelos europeus. Ele compara o poder dos pastores sobre a comunidade com uma relação xamânica: "El pastor articula los temores latentes, a veces inconscientes y también las esperanzas de su comunidad. (…) A pesar de su actitud aparentemente autoritaria, su poder depende

---

[187] Texto original: "common members involve themselves in the daily activities of the church through a wide range of low-level offices and positions. Though excluded from participation in the decision-making process and the exercise of ecclesiastical power, a critical mass of members feel as though they are an integral part of the church through active engagement in the plethora of church activities and organizations" (CHESNUT, 1997: p. 130, tradução: STCB).

[188] No original: "preserves the privileges of the pastor-patron while increasing the status of the congregant-client. Ecclesiastical power is extremely concentrated in the office of pastor-president, but literate male crentes who demonstrate loyalty and a measure of charisma can aspire to prestigious ministerial office" (CHESNUT, 1997, p. 171, tradução STCB).

[189] MARTINS, 2002: p. 76.

totalmente de la forma en que lo recibe la comunidad".[190] De fato, quase sempre é possível verificar uma relação de absoluta confiança entre "ovelha" e pastor.

Cartaxo Rolim destacou que o poder é fortemente concentrado no pastor ou grupo de pastores pentecostais. Ao redor deles se forma uma corte de presbíteros, enquanto para a imensa base de crentes resta apenas obedecer "as determinações que vêm de cima".[191] Isto se repete, também, nos estudos bíblicos preparados para a escola dominical, os quais já vêm elaborados pela comissão de pastores nomeados pela instância de poder nacional. A interpretação "ortodoxa" é sempre aquela que os pastores formularam para os crentes consumirem.[192]

As instituições públicas e privadas na América Latina passaram por processos de modernização conservadora, com as elites conseguindo atualizar o regime patrimonialista para usufruto das gerações seguintes. Isto aconteceu com pesados ônus para a sociedade, pois se abdicou da racionalidade em favor de relações clientelistas e se sacrificou a liberdade de consciência e opinião das classes subalternas. As igrejas pentecostais acompanharam este tipo de modernização conservadora e autoritária. Por exemplo, a Assembléia de Deus (CGADB) fez grandes investimentos para implantar sua rede de televisão, criou uma logomarca nacional, vem estimulando pastores a fazerem cursos de graduação e pós-graduação em áreas do conhecimento que não questionem seus fundamentos e não hesita em agir politicamente para beneficiar a corporação. A Igreja Universal já nasceu como uma organização empreendedora, equiparada, neste particular, a outras mega-corporações do mercado globalizado. Bem cedo a Universal se envolveu em vários ramos de negócio e adotou estruturas independentes para gerir cada uma das empresas, todas, porém, sob o comando único, efetivo e eficaz do seu líder mundial, o bispo Edir Macedo. Os parlamentares dessas igrejas negociam, ativamente, em favor de suas corporações, seja no Congresso Nacional seja em outras assembléias de nível estadual e local, praticando clientelismo semelhante a seus pares não ligados ao campo religioso.

A lógica clânica perdura em práticas oligárquicas que fazem a apropriação privada de recursos públicos. Autoritarismo e nepotismo são instrumentos dessa lógica. A

---

[190] Cf. HOLLENWEGER, Walter. **El pentecostalismo**: historia y doctrinas. Buenos Aires: La Aurora, 1976, p. 464.
[191] Cf. ROLIM, 1987, p. 41.
[192] Idem, p. 44-5.

burguesia que se formou no Brasil é filha das oligarquias e convive perfeitamente com essa cultura. Temos uma sociedade fechada e vertical constituída de espaços de privilégio para os que dominam e obrigações para os dominados. Os atores que ocupam o topo dessa pirâmide são: banqueiros, industriais e dirigentes de grupos econômicos, grandes proprietários rurais e donos de agro-negócios. Eles definem e decidem o jogo político, mantendo uma "democracia" capenga, e acionam os militares para recomporem o ordenamento patrimonial, sempre que julgam haver necessidade (pelo menos foi assim até passado recente).

A organização pentecostal tem um governo piramidal hierárquico que não é escolhido pela base, embora esta o sustente legal e financeiramente e forneça os elementos que preencherão seus quadros de diáconos, presbíteros e pastores, exemplo de submissão, legitimado por uma interpretação fundamentalista de textos bíblicos. O pentecostalismo reproduz a relação de dominação presente na sociedade capitalista. Rolim atribui a falta de engajamento social a esse exercício permanente de submissão e obediência imposto aos fiéis.[193]

O conceito de cultura autoritária serve para oferecer uma compreensão das relações de poder, de como funcionam as instituições e como se criam as representações, dentro de um modelo hierárquico, no qual há um lugar distinto para cada segmento, segundo critérios étnicos, econômicos, de apadrinhamento e prestígio social e político, ainda que seja permitida alguma mobilidade social, em circunstâncias excepcionais, pois não se trata aqui, evidentemente, de uma sociedade de castas. É nessa cultura que medra um "autoritarismo congênito". Nas palavras de Martins, "o autoritarismo nas instituições brasileiras é congênito no sentido de que ele está no cerne de uma estrutura que aprisiona e submete a lógica individualista a um jogo conspirativo regrado por uma lógica holística, hierárquica e racista, boicotando as práticas autonomizantes que produzem a cidadania moderna".[194]

Conforme escreveu Sorj, *"a sociedade brasileira contemporânea é autoritária, exibindo profundas desigualdades sociais, mas pouco hierárquica"*.[195] As desigualdades

[193] Cf. p. ex., ROLIM, 1985, e outros textos já citados do mesmo pesquisador.
[194] MARTINS, 2002, p. 99.
[195] SORJ, 2001, p. 33, grifado no original.

sociais não se reproduzem numa estratificação hierárquica rígida, devido ao forte componente de informalidade da cultura brasileira. Todavia, como quase não existe uma convivência em ambiente escolar, que alimente a socialização num ambiente simbólico igualitário, a desigualdade é aceita naturalmente. Por exemplo, é generalizada a disponibilidade de mão-de-obra barata para serviços domésticos e informais. Há uma falta de proteção do Estado para as faixas mais pobres, facilitando o paternalismo dos abastados e práticas demagógicas de políticos sobre a população carente.

Enquanto as elites se reciclam dentro dessa cultura, os movimentos sociais ainda não conseguiram conceber um projeto popular de hegemonia, mobilização e coordenação competentes para gerar uma contracultura democrática. Referindo-se a relações de desigualdade e dominação sobre índios, negros e mestiços na América Latina, Marcello Baquero registra que se estabeleceram três tipos de culturas da desigualdade:

1. desigualdade ligada à origem: o outro é inferior e deve ser explorado porque veio de outra etnia;
2. desigualdade ligada ao padrão clientelístico-patrimonialista: direitos que deveriam ser universais foram transformados em privilégios para os ocupantes do poder, de modo que não se construiu uma comunidade nacional; por conseguinte, a sociedade assim fragilizada manteve-se tutelada pelos "donos do poder";
3. cultura da desigualdade estabelecida pela concepção neoliberal, na qual o Estado se torna refém dos agentes do grande capital; neste contexto, cidadão é tão somente aquele que é consumidor.[196]

[196] BAQUERO, Marcello (org.). **Reinventando a sociedade na América Latina**: cultura política, gênero, exclusão e capital social. Porto Alegre/Brasília: UFRGS/Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), 2001, p. 65-6.

1.3.5 – Patrimonialismo

Os estudos sobre patrimonialismo se referem à apropriação privada de bens públicos, seja por políticos, funcionários, empresários ou quaisquer outros segmentos da sociedade. Para Sorj, essa idéia "contrapõe-se a um tipo ideal de sociedade liberal ou moderna na qual o Estado está separado do mercado, em que as burocracias funcionam de acordo com regras universais e o governo expressa os projetos das representações políticas constituídas a partir da sociedade civil".[197] O patrimonialismo latino-americano é, freqüentemente, associado a tradições das sociedades ibérica e mediterrânea. Para Weber o patrimonialismo existe em sociedades feudais e arcaicas, relacionado à dominação do tipo tradicional. Em geral, onde houver minorias que controlam e concentram poder e riqueza, aí haverá patrimonialismo, variando de intensidade conforme a situação histórica específica.[198]

O patrimonialismo moderno se apresenta como prática de grupos sociais se apropriarem de recursos econômicos e estratégicos, sem, necessariamente, estarem legitimados por uma tradição. A vertente brasileira tem origem na colonização portuguesa, que impôs um Estado tutor e explorador da sociedade. No final do século XIX, o sistema político brasileiro era composto de poderes locais de grandes proprietários de terra, que se reportavam a um poder central, herdado da colônia e do império, árbitro perante interesses regionais e de grupos sociais.

O patrimonialismo brasileiro opera, hoje, em uma sociedade urbana, com instituições liberais. Essa condição, contraposta a reivindicações de cidadania que incluem ampliação de políticas sociais, permite considerá-lo fonte primeira dos problemas sociais e "uma agressão aos valores da justiça, da igualdade e da convivência democrática".[199] De fato, com a acelerada urbanização da segunda metade do século XX, desenvolveu-se um novo patrimonialismo de base urbana, no qual grupos dominantes dilapidam o Estado em prol de seus interesses e usam seus aparatos repressores e jurídicos contra as camadas empobrecidas da população.

---

[197] SORJ, 2001, p. 13.
[198] Cf. WEBER, Max. **Economía y sociedad**: esbozo de sociología compreensiva. México: FCE, 1999, p. 753-847.
[199] SORJ, 2001, p.14.

O autor sugere um desdobramento dos tipos de patrimonialismo, da seguinte maneira:

- *patrimonialismo dos políticos*: com utilização de cargos públicos para auferir vantagens econômicas, fazer concessões ao setor privado e praticar o nepotismo;
- *patrimonialismo dos funcionários públicos*: pelo uso do cargo para receber propinas, comissões, e extorquir setores marginalizados da população:
- *patrimonialismo privado*: através de práticas da burguesia fornecedora ou prestadora de serviços para o Estado, a qual manipula licitações, financia partidos com recursos excedentes de contratos superfaturados e obtém créditos subsidiados, bem como liberação para consumo de produtos e serviços de baixa qualidade, via omissão ou relaxamento da atuação de órgãos fiscalizadores;
- *patrimonialismo fiscal, repressivo e jurídico:* mediante uso dos aparelhos correspondentes para garantir favorecimentos e impunidade, em vez da aplicação da lei; a outra face deste tipo de patrimonialismo é a violência contra grupos marginalizados, favelados, pobres, negros, índios etc.[200]

Em tese de doutorado, Freston (1993) destaca a recriação utilitária da Confederação Evangélica do Brasil, durante o Congresso Constituinte de 1987-8, como instrumento para negociar votos em troca de verbas.[201] Em particular, Freston analisa a lógica corporativa da Assembléia de Deus, tanto na forma de fazer política interna como externa: "A política corporativa fortalece os líderes de classe média ou média-baixa nas igrejas-sedes (sic) sobre a clientela pobre das congregações".[202]

Freston reflete sobre o significado do pentecostalismo na política, perante o desafio do fortalecimento da democracia. Embora a bancada pentecostal assuma atitudes que a aproximam da nova direita brasileira, ela se distancia desta quando repudia a pena de morte e representa comunidades com expressiva presença de nordestinos, negros e mulatos. Segundo ele, "não parece haver mais corruptos entre os evangélicos do que entre a

[200] Idem, p. 15-6.
[201] FRESTON, 1993, p. 230-32.
[202] Idem, p. 284.

generalidade, mas certamente há mais fisiológicos".[203] Este fisiologismo é fomentado pela condição sectária: "é a apropriação da nação pela *seita*".[204] O caráter fragmentário dos evangélicos brasileiros, para Freston, faz bem à democracia, porque amplia o caráter plural da sociedade. No caso pentecostal, há uma ascensão de segmentos pobres que, pela via religiosa e política, estão conquistando espaços na esfera pública.

Em capítulo denominado "Da prática política", na obra *Pentecostalismo: Brasil e América Latina*, Rolim escreve sobre algumas incursões pentecostais nas eleições de 1982 a 1990.[205] Ele cita duas pesquisas: uma de Sandra J. Stoll, referente ao município de Embu (SP), em 1982, e outra de G. U. Kliewer, sobre eleições em município (não especificado) de Mato Grosso. Em ambos os casos os pesquisadores chegaram à mesma conclusão: os interesses particulares dos pentecostais sobrepujam os interesses coletivos da sociedade. Uma frase de um pentecostal, citada por Rolim, exemplifica bem isto: "Votar em evangélicos e em candidatos do partido do governo é contar com recursos para nós".[206] De forma mais explícita, a estratégia é formar bancada da denominação, que deve fazer campanha em dobradinha com candidato majoritário da situação, para depois cobrar este serviço eleitoral na forma de benefícios materiais para a igreja.

No caso da Igreja Universal do Reino de Deus, Mariano descreve situações que violentam a liberdade dos seus pastores, como planejamento familiar e vasectomia, ditados pelos superiores da organização.[207] A instância máxima de comando da IURD é o Conselho Mundial de Bispos, sucedido pelos Conselhos Nacionais e, mais abaixo, pelo Conselho de Pastores, mas, na prática, quem decide sempre é o bispo primaz, Edir Macedo. Segundo Roberto Augusto Lopes, na Universal não havia, de fato, assembléia-geral do presbitério: Macedo tomava decisões, mandava redigir uma ata e a diretoria assinava, juntamente com alguns pastores. Mesmo assim, o sucesso dessa denominação não se explica apenas pela qualidade da sua liderança carismática. Mariano menciona o tipo de público atendido, o uso eficiente dos meios de comunicação, uma certa padronização em seus produtos simbólicos,

---

[203] Idem, p. 285.
[204] Idem, p. 286, com grifo no original.
[205] ROLIM, 1994, p. 72-6.
[206] Idem, 1994, p. 74.
[207] Cf. MARIANO, 1999, p. 60-2. É importante assinalar que este tipo de disciplina causa espécie a quem está habituado a olhar o pentecostalismo segundo a perspectiva do individualismo liberal protestante, ou segundo pressupostos da autonomia do indivíduo na modernidade. Entretanto, há exemplos de disciplina mais rígida do que a exigida na Igreja Universal, por parte de congregações masculinas e femininas da Igreja Católica.

como ênfases de campanhas e até temas de pregação semanal, aliados à adequação dos métodos de trabalho da Igreja a cada ambiente onde atua, como fatores importantes para explicar esse sucesso.[208]

Há, também, no texto de Mariano, uma ampla abordagem sobre o tratamento que a mídia aplica à Universal, com destaque para ações e palavras de seu líder. O pesquisador analisa versões de fatos e aponta preconceitos registrados na cobertura jornalística. Quanto à participação da Universal na política, Mariano assinala a competência da Igreja para lidar neste campo, que inclui ingredientes como: formas realistas, pragmáticas e utilitaristas de praticar o jogo do poder, aplicação de clientelismo nas relações com as autoridades do executivo e postura antiesquerda.[209] Seu engajamento na disputa por espaço político tem objetivado defender interesses do conglomerado de empresas da Igreja, em contraposição a fiscalizações da Receita Federal, Previdência Social e outras instâncias públicas. À semelhança de outros políticos evangélicos e daqueles que seguem a linha oficial da Igreja Católica, os parlamentares da Universal também se opõem à liberalização de costumes, no que concerne à união civil entre homossexuais, legalização do aborto, descriminalização do uso de drogas e causas afins.

---

[208] Idem, p. 63-9.

[209] Esta postura foi mudando já no final do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, quando o jornal oficial da Igreja, a *Folha Universal*, e seus parlamentares, faziam críticas ao caráter neoliberal do governo. A mudança de lado adotada pela IURD culminou com o apoio dado, através do Partido Liberal, ao candidato do PT à presidência, em 2002, no segundo turno da eleição. No primeiro turno, a Igreja demonstrou apoiar Anthony Garotinho, candidato assumidamente evangélico, concorrente filiado ao PSB, naquele ano. A pesquisa de Ricardo Mariano foi anterior a estes acontecimentos, pois ele defendeu sua dissertação de mestrado em 1995. (MARIANO, 1999, p. 91-8).

1.3.6 – Gregarismo

"A sociabilidade brasileira é gregária, fundada na inserção em redes e, por extensão, na valorização dos contatos pessoais", segundo Sorj.[210] Enquanto as relações de produção no campo e na cidade não se tornam eminentemente capitalistas, "permanecem valores e padrões comunitários e patrimoniais", que impedem a luta política dos trabalhadores como *classe para si*.[211] Ianni assim discorre sobre este tema:

> Em condições de existência marcadas pela situação comunitária e patrimonial tradicional, impera o voto de cabresto, a política de campanário, o coronelismo, a tocaia, as técnicas do engano, o misticismo, o mutirão, as relações de compadrio, inclusive com os proprietários das terras e dos instrumentos de produção. Nesse universo, as tensões sociais desdobram-se no misticismo ou na violência individualizada e anárquica. Nessa situação, o trabalhador não dispõe de recursos culturais e intelectuais para definir o proprietário ou o capataz como *outro*. Todos participam do mesmo *nós*. E quando ele pensa o proprietário das terras como "outro", não o toma como categoria política, mas apenas como categoria social, bafejada pela tradição, a sorte e os laços de família.[212]

Devido a essas condições, que limitavam a ação político-ideológica nas zonas rurais do Nordeste, pode-se entender porque Ligas Camponesas e sindicatos rurais não avançaram na radicalização pela reforma agrária ou em projeto mais arrojado, que seria uma revolução popular, a partir do campo, no início dos anos 60:

> Francisco Julião, que simbolizava a liderança radical de esquerda no ambiente rural brasileiro – em especial no Nordeste – sabia que os trabalhadores agrícolas que estavam formando ligas, associações e sindicatos não dispunham de experiência propriamente política para avançar no sentido da revolução. Ele sabia que a "foice" nas mãos do trabalhador era ainda um instrumento de violência anárquica e não de violência revolucionária. A consciência que o trabalhador possuía da própria situação não lhe permitia

---

[210] SORJ, 2001: p. 31, grifado no original.

[211] A mudança do comportamento de massa para ações orientadas por interesses de classes, identificada na luta social como passagem da condição de *classe em si* para a de *classe para si*, foi objeto de discussões entre autores marxistas. Confrontar, por exemplo: LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**. Porto: Escorpião; São Paulo: Martins Fontes, 1974; POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978 e MARCUSE, Herbert. **Ideologia da sociedade industrial.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

[212] IANNI, 1988, p. 71, com grifos.

> distinguir claramente entre a liga e o sindicato, o pelego e o líder, o padre e o misticismo, Julião e Jango (João Goulart).[213]

Os sindicatos rurais naquela época foram organizados com o mesmo caráter assistencial e recreativo dos seus congêneres nas cidades. A Igreja Católica cumpria seu papel conservador, de apoio e perpetuação da estrutura fundiária, protegendo os latifundiários e usineiros do Nordeste, através da atuação do padre Melo[214], que, para tranqüilidade desses grandes proprietários, aproveitava a ignorância dos camponeses, como obstáculo à sua conscientização política.

Em 1979, Regina Reyes Novaes apresentou dissertação de mestrado em Antropologia Social, ao Museu Nacional, UFRJ, resultante de pesquisa sobre "o significado e as repercussões da filiação religiosa de camponeses a uma Congregação da Assembléia de Deus" no agreste pernambucano.[215] Em outras palavras, o objetivo de Novaes foi pensar as repercussões da opção religiosa pentecostal na prática social de seus adeptos.[216] Era um caso de aplicação do paradigma weberiano da ética, neste caso, uma ética pentecostal, como forma de analisar relações sociais de uma comunidade rural brasileira.

Em seu estudo, Novaes observa condições de pertença e redes de relacionamento no interior da comunidade pentecostal, mas trata, também, das relações de seus adeptos com a sociedade rural envolvente e até de aspectos da migração deles para o mundo urbano. O significado de "ser crente" numa região de catolicismo tradicional e popular foi estudado em suas implicações identitárias, bem como o comportamento de seita do movimento, o controle social sobre os fiéis e as defecções de alguns. O conjunto forma um quadro do objeto em sua época e lugar.

---

[213] Idem, p.77.

[214] Padre Melo foi um dos dirigentes do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), entidade ligada à Igreja Católica e encarregada de organizar trabalhadores rurais em cooperativas e sindicatos. O padre Melo usava um discurso inflamado, mas suas práticas eram conservadores. Ele tinha vínculos com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), órgão financiado pela Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos da América (CIA). Sobre o assunto, conferir: ANDRADE, Manoel Correia de. **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1989; AZEVEDO, Fernando. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; PAGE, Joseph. **A revolução que nunca houve**: O Nordeste do Brasil 1955-1964. Rio de Janeiro: Record, 1972; ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **O sindicalismo rural em Pernambuco**. http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_pernambuco_01.pdf. Acesso em 20 de janeiro de 2007.

[215] A dissertação foi publicada como: NOVAES, Regina Reyes**. Os escolhidos de Deus**: pentecostais, trabalhadores e cidadania. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p. 9.

[216] Idem, p. 24.

Novaes verificou que o comportamento dos "crentes" se regia pela ética da submissão às autoridades. Em função disto, eram intransigentes na cobrança de seus direitos trabalhistas, porque tinham bem assentado que competia aos patrões e governantes zelarem pelo cumprimento da lei. O fato de se tratarem como irmãos levava-os a uma relação horizontal intensa e facilitava o surgimento de líderes na comunidade, com efetivos ganhos em aprendizado político. De certa maneira, o discurso religioso tinha ressonância nas práticas sociais do grupo que foi objeto da pesquisa.[217]

Toda sociedade, por mais individualista que se apresente, organiza-se em redes e laços de solidariedade. No caso brasileiro, a existência dessas redes é reforçada pelo patrimonialismo e pelo corporativismo. É difícil a prática da sinceridade e da crítica, porque ninguém conhece os relacionamentos de seus pares e não sabe quando vai necessitar de outra pessoa, num tipo de sociedade em que vale mais a informalidade, a boa vontade e o favorecimento do que a racionalidade burocrática.

Sorj escreve que *"a sociedade brasileira é lúdica"*.[218] Admite-se que esta condição esteja agregada à informalidade e flexibilidade com que se é capaz de enfrentar as mais diversas situações. A sociedade brasileira, quer por sua composição étnica e miscigenação quer pelas condições históricas de sua formação, não sucumbiu a níveis profundos de disciplina dos corpos humanos que foi atingido por outras sociedades capitalistas. A desvalorização do passado pode tê-la deixado livre de traumas, remorsos e culpas. Em geral, são valorizados relacionamentos afetivos, o que favorece a sociabilidade, mas também é um fator que colabora para a sobrevivência de práticas patrimonialistas.

1.3.7 – Futurismo

Na percepção de Sorj, *"a sociedade brasileira está voltada para o futuro"*.[219] Existia um mito no século XIX, trazido da Europa e alimentado até recentemente, de que o branqueamento da sociedade brasileira, pela miscigenação com os migrantes e a superação do que havia de ruim em nossas três "raças" constitutivas (português, índio e negro),

[217] Cf. NOVAES, 1985, p. 126-46.
[218] SORJ, 2001, p. 35, grifo no original.
[219] SORJ, 2001, p. 33, grifado.

permitiria o pleno aproveitamento das potencialidades naturais do Brasil, de modo a permitir o desenvolvimento, neste território, de uma grande e vitoriosa sociedade. Todavia, isto só iria acontecer no futuro, quando o predomínio da raça branca se tornasse realidade, ou se estabilizasse uma nova raça, sem as impurezas e fraquezas das freqüentes misturas.

Implicações desse mito perduram na atitude aberta para com estrangeiros em paralelo com uma desvalorização das raízes nacionais. Também a idéia de país pobre que deveria prosperar permite o convívio pacífico de populações exploradas com uma elite rica e poderosa, verdadeiro bolsão de plutocratas, rodeados de multidões privadas de bens materiais e direitos de cidadania, sem que manifestem ressentimentos e promovam mobilizações contra essas iniqüidades sociais.

A invenção deste País foi alicerçada no mito do "Brasil grande", o paraíso do Eldorado[220], apequenado por uma sociedade com auto-estima bem reduzida ao se contemplar no espelho de nações poderosas do hemisfério norte, principalmente.

Esforços de reversão para elevar a auto-estima brasileira foram realizados, como: a *Semana de Arte Moderna* em 1922, a disseminação da ideologia do nacional-desenvolvimentismo, nos anos de 1940 a 60, a construção de Brasília, com conseqüente esforço de interiorização e modernização do País, e os mega-projetos da ditadura militar, acompanhados de propaganda ufanista, cujo tema era o Brasil como potência emergente, que ninguém seria capaz de segurar.[221] Entretanto, como lembra Carlos Lessa:

> A apropriação do país do futuro pelo autoritarismo obrigou a oposição a dizer o quanto essa visão era mentirosa. Se o Brasil Grande afirmava que não havia preconceito, a oposição tinha que mostrar os preconceitos existentes. Se o discurso do Brasil Grande afirmava-o capaz de prodígios, era preciso dizer que para cada feito havia um desastre adicional

[220] Sobre o Eldorado, tratava-se de um lago, supostamente localizado na fronteira de Venezuela, Colômbia e Brasil, com muito ouro acumulado em seu leito. Foram organizadas algumas expedições de europeus, principalmente espanhóis e alemães, que rumaram em busca desse lugar. O fundamento do Eldorado era uma lenda sobre o ritual de coroação de certa tribo indígena, cujo novo rei era besuntado de resina e todo o seu corpo coberto de ouro em pó (*el hombre dorado*). Durante a cerimônia, esse rei mergulhava no lago e retirava o ouro da sua pele, enquanto a corte acompanhante lançava às águas jóias e outros artefatos preciosos. Cf. LEY, Willy; CAMP, Spragna de. **Da Atlântida ao Eldorado**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961, p. 199-220.

[221] No governo militar de Garrastazu Médici, eram propagados slogans, tais como, "Ninguém segura este país!" e "Brasil: ame-o ou deixe-o!", ou a letra da música da conquista do campeonato mundial de futebol: "A taça do mundo é nossa, com brasileiro não há quem possa!".

> associado. Enfim, o discurso da demolição desqualificava tudo o que o governo autoritário fizesse ou dissesse. Com isso, jogou-se fora a água do banho, mas com a criança dentro...[222]

Essas tensões entre projetos de grandeza e realidades frustrantes não apagaram a esperança do povo por dias melhores. A fé num "salvador da pátria", a irromper como o messias do sebastianismo brasileiro, com a grande tarefa de refundar a nação, reaparece cada vez que se mergulha numa crise ou se instala um novo ciclo eleitoral.[223] Não obstante, é preciso reconhecer que a imagem do político está em baixa, principalmente depois dos escândalos de corrupção e conseqüente instalação de algumas comissões parlamentares de inquérito, durante o primeiro governo Lula (2002-6). No mesmo período, eram dissipadas expectativas de mudança econômica e política, exigidas pelo eleitorado que votou no candidato do Partido dos Trabalhadores, com base em seu discurso de oposição. Isto também trouxe enfraquecimento a movimentos sociais e provocou reformulações partidárias no campo das esquerdas. Avaliações sobre o panorama político deste governo e respectiva legislatura somente poderão ser realizadas, de forma menos apaixonada, daqui a alguns anos.

As formas de ver o mundo, nos ambientes pentecostal e neopentecostal, acalentam expectativas de um futuro melhor, seja no além seja aqui e agora, como se procura explicar a seguir. Isto desempenha papel ativo como fator de influência na mentalidade popular brasileira e apresenta implicações também na política.

Segundo Josildeth Consorte, "a mentalidade messiânica se apresenta sempre com as mesmas características básicas, nas quais a crença na interferência do sobrenatural nas transformações a serem operadas no mundo ocupa uma posição central", adicionada à crença "de que esta interferência se manifestará através do envio de um salvador", o que

---

[222] LESSA, Carlos. **Auto-estima e desenvolvimento social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000, p. 46.

[223] O sebastianismo é uma construção do imaginário da cultura brasileira, cuja origem está no mito do desaparecimento de D. Sebastião, rei de Portugal morto aos 24 anos de idade na batalha de Alcácer-Kibir (África). Ele está presente em movimentos messiânicos, em caracteres místicos gerais e modos de vida de populações rurais, nas diversas regiões do país, mas também é encontrado em aspectos da cultura urbana e da mentalidade política brasileiras. O sebastianismo deve ser tratado como um elemento de interpretação de práticas políticas do nosso País. Leituras sobre o assunto: HERMANN, Jacqueline , **No reino do desejado** - A construção do sebastianismo em Portugal (séculos XVI e XVII), São Paulo: 1998; PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **Movimentos messiânicos no Brasil e no mundo**. São Paulo: Dominus/USP, 1965; CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1936; e obras em geral sobre messianismo no Brasil.

possibilitará o desencadear de um movimento com características messiânicas. O grupo que assim crê também alimentará outras convicções, como:

> a crença numa igualdade fundamental entre todos os seres humanos e num destino também comum – o encontro com o criador depois da morte; [...] uma crença em que o fim dos tempos será precedido de sinais que só o enviado divino será capaz de perceber e decodificar; uma crença em que só partilharão do reino da eterna felicidade os eleitos do Senhor, ou seja, aqueles que ouvindo o messias alcançarão a salvação. [224]

Esses ingredientes podem ser encontrados no objeto de pesquisa, tanto no pentecostalismo clássico, tipo Assembléia de Deus, como no neopentecostalismo, tipo Igreja Universal do Reino de Deus, para delimitá-los aqui em apenas dois exemplos. Entretanto, em nenhum desses casos houve uma sublevação da ordem, formação de guetos e conseqüente arregimentação das forças do Estado contra eles. É bem verdade que também não foram movimentos acolhidos com cordialidade pela sociedade brasileira. Muito pelo contrário, sua assimilação ainda guarda reservas, que se revelam aqui e ali, dependendo de circunstâncias, como nas festas religiosas do catolicismo popular, quando se acentuam diferenças entre "os crentes" e a maioria católica. De todo modo, entende-se que, apesar das dificuldades apontadas, pode-se enfocar os movimentos pentecostais como expressões messiânicas-milenaristas no contexto religioso brasileiro.

O pentecostalismo clássico, tipo Assembléia de Deus, oferece um modelo de messianismo-milenarismo **transcendente** e **futuro**, no qual o messias Jesus Cristo implantará um governo milenial, regido por ele, próximo do final dos tempos. Sua fonte inspiradora principal é o *dispensacionalismo*, disseminado pelo advogado Cyrus Ingersol Scofield.[225] Há uma riqueza de ingredientes nesta ideologia, que se pretende expor aqui, resumidamente.

---

[224] CONSORTE, Josildeth Gomes. Mentalidade messiânica. In: VV. AA. **A vida em meio à morte em um país do terceiro mundo**. São Paulo: Paulinas; São Bernardo do Campo: IMS, 1983, p.44.

[225] Obra de referência principal sobre dispensacionalismo é a "Bíblia de Scofield": **THE SCOFIELD REFERENCE BIBLE.** New York: Oxford University Press, 1945. Existe tradução em português: **BÍBLIA SAGRADA** com anotações do Dr. Scofield. São Paulo: Imprensa Batista Regular, 1983. Cf. também o portal: http://www.ipcb.org.br/Publicacoes/o_dispensacionalismo.htm. (acesso realizado em 12/09/2006).

Robson Guimarães, ao estudar o movimento pentecostal em Belo Horizonte (MG), nas três últimas décadas do século XX, identificou a profecia de Joel, citada pelo apóstolo Pedro[226], como fundamental para a teologia da Assembléia de Deus. Segundo Guimarães:

> [Essa profecia] relaciona diversos acontecimentos que apontariam para a chegada do "fim dos tempos": o derramamento do Espírito, a manifestação de dons espirituais miraculosos – profecias, visões, sonhos – uma natureza transtornada e a extensão da salvação a todos os povos. Em primeiro lugar, a promessa do batismo do Espírito se insere dentro da emergência dos "últimos dias"; em segundo lugar, a pregação do Evangelho em todo o mundo também será um acontecimento desencadeador da "consumação do século"; e, em terceiro lugar, as manifestações de cura divina e de milagres dar-se-ão neste tempo escatológico. Segundo a hermenêutica pentecostal, no decorrer da história da igreja cristã, a partir da corrupção do cristianismo pelo catolicismo romano, este tempo que desembocaria no fim de todas as coisas ficou em suspenso. Somente com a Reforma Protestante do século XVI é que o cristianismo recuperaria parte do seu vigor original, atingindo, porém, novamente a sua plenitude somente com o advento do movimento pentecostal. Por isso, ser pentecostal desencadeia novamente o restabelecimento do processo dos últimos dias ou do "fim dos tempos", parado desde a "constantinização" da Igreja.[227]

De acordo com esta interpretação, o pentecostalismo clássico é de fato uma crença inspirada em acontecimentos escatológicos. E, neste caso, cabe a observação de Guimarães sobre a centralidade da expectativa da segunda vinda de Cristo na experiência religiosa dos assembleianos.

> Na cosmovisão dos pentecostais da Assembléia de Deus, a crença na volta iminente de Cristo desempenha um papel central. Ou seja, para a compreensão do pentecostalismo, neste período [1970-2000], a crença na segunda vinda de Cristo não pode ser considerada marginal, porque estes são tempos apocalípticos. [...] Esta crença reforça e fortalece tanto a dimensão da

[226] Cf. em qualquer exemplar da Bíblia o texto de Atos 2: 14-21.
[227] GUIMARÃES, Robson Franco. **Os últimos dias**: crenças, sentimentos e atitudes dos pentecostais da igreja Assembléia de Deus diante da volta de Cristo. Monografia apresentada em cumprimento parcial às exigências da disciplina *História Social da Religião* do programa de pós-graduação em Ciências da Religião – Mestrado. São Bernardo do Campo: Umesp, julho/2003, p.4-5. (Inédita).

> conversão quanto da experiência do batismo com o Espírito Santo e do exercício dos dons espirituais.[228]

Até aqui considerou-se uma face da questão: os messianismos-milenarismos desenvolvidos em expressões tradicionais do movimento pentecostal. Tem sido comum associar pentecostalismo com população pobre. Muitos estudos acadêmicos insistiram neste enfoque[229]. Para tal tipo de pentecostalismo, a ética de rejeição ao mundo e a realização do reino milenial fora da história se harmonizavam perfeitamente.[230]

Ocorre que a partir dos anos 1970, acentuou-se um processo de mobilidade social ascendente no campo pentecostal, com surgimento de novas igrejas e reformulação das existentes, nas quais a tônica passava a ser um "basta" na miséria e sofrimento, através de uma teologia que proclamava a condição superior do crente na Terra. Paulo Siepierski assim se manifestou sobre este novo fenômeno:

> Como em uma situação de rápidas transformações sociais quanto mais ajustada uma resposta está em um determinado momento mais desajustada ela estará no próximo, a mensagem pentecostal se tornou anacrônica. A esperança de um reino futuro já não é atraente. O que seduz agora é um reino de Deus presente, universal, cujo desfrute está acessível a todos. Ademais, o arrefecimento do fluxo migratório, agora direcionado do sul para o noroeste, diminui substancialmente o público recém-urbanizado, tradicional celeiro de pentecostais. Isso forçará o pentecostalismo a buscar conversos nas outras religiões urbanas, principalmente na umbanda. Nessa nova realidade surge o pós-pentecostalismo, que se diferencia tanto do pentecostalismo clássico como do protestantismo tradicional. [231]

Este modo de buscar solução para os problemas da vida se expressa em cultos e reuniões das igrejas neopentecostais. A Universal e a Internacional da Graça de Deus passaram a fazer reuniões temáticas para tratar de pessoas com crises nos negócios, com problemas familiares e emocionais, vítimas de maldições e "encostos", desempregados, enfermos e portadores de outras necessidades.

---

[228] Idem, p. 5.
[229] A associação do pentecostalismo com camadas pobres da população está presente em estudos de MARIZ (1994), MACHADO (1996), ROLIM (1980), CHESNUT (1997), dentre outros.
[230] Sobre este assunto, cf. WEBER, Max. Rejeições religiosas do mundo e suas direções. In: COHN, Gabriel (org.). **Weber**. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Coleção Os Economistas), p. 155-189.
[231] SIEPIERSKI, Paulo Donizéti. Mutações no protestantismo brasileiro: o surgimento do pós-pentecostalismo. In: DREHER, Martim N. (org). **500 anos de Brasil e igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST/Cehila, 2002, p. 414-5.

O modelo de messianismo-milenarismo, expresso no neopentecostalismo ou pós-pentecostalismo, como prefere Siepierski, é **imanente** e **presente**, manifesto de duas formas diferentes: a primeira, através da *ética da prosperidade*, pregada, principalmente, pela Igreja Internacional, do missionário Romildo R. Soares, porém comum a outras igrejas que pregam essa "confissão positiva", e a segunda, através de um projeto concreto, a Fazenda Canaã, vinculada à figura do bispo Marcelo Bezerra Crivella, da Igreja Universal do Reino de Deus e atual senador pelo Estado do Rio de Janeiro (2003-10). Este milenarismo realizado aqui e agora não se limitou às sessões de desafio à fé, onde esta é testada pela entrega de ofertas cujo valor deve demonstrar o risco assumido pelo contribuinte, ao depositar tudo o que tem sobre o altar, provando, assim, que aceitou o desafio de fazer um trato com Deus. Ele se efetivou, também, através de amplas campanhas de solidariedade pelo "povo sofrido do Nordeste", a fim de arrecadar fundos para implantar a referida fazenda, no estilo dos *kibutz* de Israel.

O poder aquisitivo e o padrão de vida da classe média brasileira vieram decaindo ao longo das últimas três décadas, período que coincide com o nascimento e ascensão da Igreja Universal do Reino de Deus. Esta igreja e outras que compõem o chamado neopentecostalismo quebraram a tradição protestante e pentecostal clássica de ênfase na disciplina, proibição de hábitos considerados mundanos e ascese de negação do presente século. Essas novas igrejas e movimentos carismáticos que proliferaram igualmente em igrejas tradicionais, no mesmo período e com mesma inspiração, trouxeram uma proposta de prosperidade, vitória, saúde, sucesso nos negócios, segurança na profissão, enfim, de fruição de riquezas que já estão preparadas por Deus para aqueles que acreditam e tomam posse delas.

Ora, este discurso e o ambiente de exaltação emocional que ele provoca são muito semelhantes aos surtos milenaristas dos *cargo cults*, principalmente no aspecto de resultados, prometidos pelos clérigos. Os cultos *cargo*, ou "cargueiros", constituíam um conjunto de movimentos messiânicos surgidos na Oceania, em decorrência da chegada de carregamentos de provisões, destinados quase exclusivamente aos brancos. Induzidos pelos xamãs, os indígenas passaram a acreditar que esses carregamentos eram dádivas de seus ancestrais, interceptadas e sequestradas pelos colonizadores europeus. A partir desta

concepção, os nativos repudiaram a religião dos missionários e reforçaram o culto aos ancestrais, com expectativas milenaristas de prosperidade e restauração de suas culturas[232]. Campos observa que:

> são os indivíduos em trânsito, marginalizados, situados nas fronteiras de ordenamentos sociais diversos, socialmente localizados nos pontos intermediários de "províncias de significados", ou em fase de "alternação", que se entregam a sonhos que implicam na negação do passado e do presente, e na aceitação de uma teodicéia, que lhes garanta ser possível a mudança de vida, de uma forma imediata e global.[233]

Essa forma de "compensação", ainda que meramente simbólica, face as perdas de qualidade de vida na classe média e negação do essencial na população empobrecida, realizada através de promessas de prosperidade, tem tido tanto apelo popular que, na falta de alternativa, levou setores politizados, como o Partido dos Trabalhadores, a se aliar com o Partido Liberal, espaço onde estavam sendo executadas importantes estratégias do projeto político da Igreja Universal do Reino de Deus. Ou seja, o maior segmento da esquerda brasileira resolveu coonestar as ilusões do discurso "cargo" da Igreja mais atuante do campo neopentecostal brasileiro.

Seria capitulação, oportunismo político, ou reconhecimento de impotência para virar o jogo político, face à improvável capacidade de criar uma alternativa ao projeto neoliberal em curso? Somente o desenrolar da história, em média ou longa duração, trará resposta a esta pergunta. O fato é que, "o sucesso da pregação neopentecostal é o melhor exemplo da falência de um projeto religioso modernizante, que provocou a cisão entre o desejo e religião, imaginário e ritual, culto e lazer, corpo e alma"[234]

A solução *kibutz*, trazida pelo bispo Crivella, é ideal para quem não quer enfrentar questões como a perversa estrutura fundiária brasileira e a acumulação de riquezas, concentradas pelos plutocratas do nosso País. Quem sabe, o que tem sido bom para os capitais judeu-norte-americanos que se estabeleceram em Israel, deverá ser bom para os nordestinos miseráveis do Brasil!...

---

[232] Conferir o verbete *Cargo cults*. In: DESROCHE, Henri. **Dicionário de messianismos e milenarismos**. São Bernardo do Campo: Umesp, 2000, p. 140.
[233] Cf. CAMPOS, 1999, p. 436.
[234] CAMPOS, 1999, p. 438.

Esse projeto não é apenas um efeito-demonstração de competência da Igreja Universal, como se estivesse a proclamar: "Mesmo não tendo a máquina do governo nas mãos, provamos que somos capazes de resolver os problemas do Nordeste. Deleguem o poder a nossa corporação, que transformaremos o Brasil na nova Jerusalém celestial". De forma bem realista, a Fazenda Nova Canaã foi e continuará sendo um cabo eleitoral eficaz na trajetória de ocupação dos reinos desta terra pela Igreja Universal do Reino de Deus.

Eles conseguiram estabelecer uma sintonia entre os sonhos dos oprimidos e a realidade "intocável" dos "donos do poder". Lembrando o que disse Campos, o milênio da Igreja Universal já está presente e ocupa as 24 horas do dia.[235] Trata-se de uma nova forma religiosa de populismo. A política praticada por esta Igreja se ajusta ao ideal que as forças conservadoras tanto alimentam, inspiradas em Lampedusa, ou seja, prometem mudar tudo a fim de não mudar nada.[236]

1.4 – Religiosidade e cultura política brasileira

"A sociedade brasileira é religiosa".[237] Sorj considera a religiosidade brasileira "a principal fonte de esperança, resignação e confiança no futuro da quase totalidade do povo".[238] Ele aponta a influência das religiões afro-brasileiras e evangélicas, embora reconheça a tradição católica predominante. Além disto, constata, também, que há um certo "pragmatismo" dos protagonistas religiosos, caracterizado pelo trânsito religioso e o sincretismo.

Religiosidade e modernização política não estão dissociadas. Para Sorj, a formação de instituições políticas modernas no Brasil não esteve integrada nem contraposta ao discurso religioso[239], mas este é apenas um aspecto da realidade, porque é possível perceber que a religiosidade brasileira tem sido o substrato cultural do discurso econômico,

---

[235] Idem, p. 439.
[236] Esta idéia aparece como "solução" para os nobres latifundiários do sul da Itália manterem seus privilégios, conforme frase de um personagem do romance "O leopardo" de Lampedusa: "se queremos que tudo fique como está, é preciso mudar tudo". Há edições em português. Cf. DI LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi. **O gattopardo**. Rio de Janeiro: Record, 2000; _____. **O leopardo**. São Paulo: DIFEL, 1960; e _____. **O leopardo**. Barcarena, Portugal: Presença, 1997.
[237] SORJ, 2001: p. 31, grifo no original.
[238] Ibidem.
[239] Idem, p. 31.

moralidade e todo o imaginário político que se manifestou (e costuma se manifestar) em messianismos do advento de um "salvador da pátria". Trata-se de sentimento que emerge com facilidade (e com a mesma facilidade se frustra), como ocorreu durante a ascensão e queda de Fernando Collor de Mello à presidência da República (1989-1991) ou na mais recente eleição de Luís Inácio Lula da Silva e seu governo, que já na campanha era condicionado pelos humores dos agentes do capital financeiro, e posteriormente conturbado por diversos episódios de corrupção e investigações no âmbito parlamentar. [240]

Essa religiosidade esteve presente em ações que culminaram no golpe militar de 1964. O Presidente João Goulart escreveu, de Montevidéu, minuta de uma entrevista para o jornal *Correio da Manhã*. Em certo trecho do manuscrito, ele confere importância à manipulação do sentimento religioso do povo brasileiro, como fator que pesou em sua deposição. Foram realizadas as *Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade*, de cunho anticomunista, atiçadas por setores conservadores do catolicismo. Sobre elas, Jango escreveu o seguinte: "nas grandes passeatas os cartazes não eram dirigidos contra a pessoa do Presidente ou contra as reformas de base por ele preconizadas. Todos visavam a atingir o sentimento profundamente religioso do povo e mostrar o perigo iminente da tomada do poder pelos comunistas".[241]

A religiosidade também está presente no otimismo com o futuro, em grandes projetos, como foi a construção de Brasília por Juscelino Kubitschek, e em obras faraônicas da ditadura militar, causadoras de grande parte da dívida brasileira aos bancos internacionais. Alguns destes projetos estão inacabados e abandonados: são ruínas que comprovam a insanidade de quem governa contra os cidadãos. O mito de que "Deus é brasileiro" é outra forma de manifestar esse otimismo. Está presente no futebol, em festas em geral e no carnaval em particular, e, mais ainda, na celebração de uma natureza exuberante, que de fato habilita o território do País como espaço ideal para a implantação de inúmeros empreendimentos.

---

[240] Haja vista a "Carta ao povo brasileiro", divulgada na campanha de 2002, na qual o candidato Lula assegurava compromisso com a continuidade da política financeira do seu antecessor. (Cf., por exemplo: BETTO, Frei. **A mosca azul**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006).

[241] Cf. BANDEIRA, Moniz**. O governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil (1961-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977: p. 166.

Segundo interpreta Sorj, tanto as características das religiões afro, com ênfase em sentimentos e relações interpessoais, como as do catolicismo, no que tange à resignação e esperança em milagres, reforçaram a cultura patrimonialista, embora ele reconheça que inexistem pesquisas históricas neste campo, capazes de fundamentar sua opinião.[242]

1.5 – Sociedade civil, novas identidades coletivas e pentecostalismos

A sociedade brasileira vem apresentando transformações substantivas, no contexto da redemocratização do país, a partir do Congresso Constituinte de 1987-88. Desde aquele tempo, as instituições políticas estão em processo de consolidação, enquanto que a sociedade civil tem-se ampliado, seja pelo surgimento de novas organizações ou fortalecimento das já existentes, seja pela tomada de consciência e inclusão de novos atores e novas identidades coletivas, no jogo das forças sociais que compõem o espaço democrático.

A teoria sociológica recente indica uma condição de fluidez para as identidades coletivas da sociedade, construídas em relações sociais que variam para atender necessidades dos atores envolvidos.[243] Entretanto, como isto se dá num campo de forças em disputa, é inevitável que uns ganhem e outros percam. Essa mesma teoria aponta para o caráter fragmentado, impuro e híbrido das novas identidades. E indicam que elas são construídas pela mescla de diferentes tradições, segundo um processo de tradução que permite a essa nova cultura híbrida resultante conviver em diferentes contextos. O quadro brasileiro registra a existência e atuação de segmentos religiosos, de composição complexa, agrupados nas categorias *pentecostalismo* e *neopentecostalismo*, cujo crescimento e atuação marcam presença de forma singular na sociedade civil e no cenário político do País.[244]

---

[242] SORJ, 2001, p. 32.

[243] Cf., por exemplo, HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001; MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Petrópolis: Vozes, 2001.

[244] Uma visão geral desses segmentos religiosos e suas igrejas encontra-se, respectivamente, nas obras: CAMPOS; GUTIÉRREZ, 1996; e MARIANO, 1999.

A propósito do conceito *sociedade civil*, justifica-se um pequeno excurso. Esta concepção tem percorrido a teoria política desde Aristóteles, passando por Rousseau, Gramsci e outros, até chegar a um conjunto de teóricos atuais de diferentes convicções. No caso desta tese, toma-se como ponto de partida a concepção de Charles Taylor, que trata sociedade civil como "uma rede de associações autônomas e independentes do Estado, as quais agrupam os cidadãos em torno de interesses comuns e que através de sua mera existência ou atividade podem desencadear efeitos sobre a política".[245] Para melhor entendimento, acrescenta-se o seguinte: a sociedade civil abrange todo tipo de iniciativa que promove espírito cívico de participação conjunta na construção de uma sociedade. Neste sentido, ela é promotora de uma radicalização da democracia, mas, pela mesma razão, gera um campo bastante heterogêneo e conflitivo de disputa de interesses e de demandas, nas relações que mantém com os agentes econômicos (mercado) e com a sociedade política ou o Estado. A sociedade civil também não é um agregado puro de agentes da democracia. Há nela componentes que negam compromisso com esta forma de governo, como grupos fundamentalistas de diversos tipos. Por conseguinte, deve-se evitar o uso indiscriminado, acrítico, e apologético do conceito sociedade civil. Não obstante, pode-se reconhecê-lo como mais um instrumento para ajudar a entender as sociedades complexas que compõem a atual civilização.

Dependendo do enfoque a ser dado à questão da *identidade evangélica*, os protestantes históricos, protestantes de missão, pentecostais e neopentecostais, estariam enfrentando uma tremenda crise de identidade, um prolongado mal-estar, na interface com a sociedade maior, mas também em relações internas do campo a que pertencem.

Verifica-se que a mídia secular, ao reproduzir o que pensa grande parte da população brasileira, trata todos os pentecostais e protestantes, de forma confusa, dentro da mesma categoria, ou seja – *os evangélicos* – como se só existisse uma identidade evangélica. Um dos textos de Freston, publicado em 1996, traz análise do que vem ocorrendo no campo religioso protestante-pentecostal. "Históricos" e "pentecostais" são tipos ideais extremos de um *continuum* muito dinâmico, onde está acontecendo a

---

[245] *Apud* COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília**: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 45.

pentecostalização do protestantismo histórico e a historicização do pentecostalismo.[246] Há mobilidade social neste processo, percebido, principalmente, por uma ascensão do pentecostalismo rumo às classes médias.

As mudanças ocorridas no campo religioso brasileiro, nos anos 50 e 60, são apresentadas por Campos, com destaque para tensões entre protestantes e pentecostais, perdas de espaço para aqueles e conquistas para estes, respectivamente. Nos anos 70, vem o pentecostalismo com nova roupagem. É a era do "marketing do sagrado", alcançando novos nichos de consumidores de produtos religiosos. Neste contexto quem passa a ditar a mensagem é a necessidade do consumidor, que vai receber "mercadorias simbólicas", preparadas sob medida para aliviar suas aflições.[247]

Na abordagem de Pierre Bourdieu, sobre campo religioso, lê-se a seguinte passagem:

> A força material ou simbólica que as diferentes instâncias (agentes ou instituições) podem mobilizar na luta pelo monopólio do exercício legítimo do poder religioso depende, em cada estágio do campo, de sua *posição na estrutura objetiva das relações de autoridade propriamente religiosa*, isto é, da autoridade e da força que conquistarem no decorrer da luta. [248]

Campos utiliza este princípio, para analisar mudanças no mundo religioso protestante brasileiro, com a chegada dos neopentecostais.[249] O ingresso de atores num campo social promove o deslocamento dos já estabelecidos. Os novos costumam se apresentar como portadores de algo revolucionário. No caso do campo religioso, os egressos anunciam-se como "profetas", restauradores da verdadeira fé, em detrimento dos estabelecidos, velhos "sacerdotes" ou "feiticeiros". Religiões são impactadas por esses movimentos. No caso do contexto urbano instala-se uma "situação de mercado", que ameaça a "situação de monopólio"[250].

---

[246] Cf. FRESTON, Paul. Entre o pentecostalismo e o declínio do denominacionalismo: o futuro das igrejas históricas no Brasil. In: CAMPOS; GUTIÉRREZ, 1996, p. 257-75 e 269.
[247] CAMPOS, 1996, p. 97.
[248] Cf. BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 90, grifado no original
[249] CAMPOS, 1996: p.96 e nota 43, às p. 117-8.
[250] Cf. BERGER, Peter. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. S. Paulo: Paulinas, 1985.

Ao apreciar essas relações entre agentes do protestantismo histórico e agentes do pentecostalismo, pode-se perceber a dinâmica de mutação do próprio campo e dentro deste, de posições relativas dos seus respectivos representantes institucionais e mesmo dos adeptos que fazem o cotidiano das denominações religiosas. Mudou a correlação de forças, transferindo sua resultante do subcampo protestante para o pentecostal, se forem tomados como critérios a população de adeptos, visibilidade social e presença nos parlamentos municipais, estaduais e federal.

Para Campos, "o pentecostalismo no Brasil é tanto um movimento dinâmico como também uma mentalidade", porque: tem uma visão de mundo; adota práticas sincréticas, misturando catolicismo popular, imaginário medieval e protestantismo evangelical; e assim se manifesta como uma bricolagem religiosa. O pentecostalismo traduziu piedade e utopia para a alma brasileira de modo não alcançável pelo protestantismo. O neopentecostalismo acrescentou a esse imaginário popular a mentalidade de mercado, comunicação telemática e organização empresarial. Isto provocou mudanças tanto na teologia como na eclesiologia dos pentecostais. O culto passou a ser um espetáculo, um circo, um momento de magia, dança, êxtase e discurso autoritário.[251]

A divindade passou a ser alvo de barganhas, acionada pelo pastor-ator, a serviço do crédulo doador. Tudo foi monetarizado. A "teologia da prosperidade" matou, na prática, a escatologia apocalíptica. Cadeiras energizadas, com alusões ao que aconteceu no monte Sinai e ao manto sagrado de Cristo. Fotografias, roupas, sabonetes, levados ao templo para serem transfigurados em favor dos seus usuários. São práticas de curandeirismo, também presentes em outras religiões brasileiras.[252]

Afirmações de identidade lidam com aspectos de memória e permanência, em meio a mudanças, e com construção de unidade, dentro da diversidade. Protestantes e pentecostais pleiteiam o *status* de evangélicos, entre outros motivos, porque têm em comum tradições da Reforma Protestante, e, no caso brasileiro, apresentam traços fortes da obra missionária pietista e evangelical de agências oriundas, principalmente, dos Estados Unidos da América.

---

[251] CAMPOS, 1996: p. 98 e 102.
[252] Idem, p.103.

Mariano também aponta mudanças no campo das chamadas religiões do Espírito, que configuraram este novo subcampo neopentecostal. Como exemplos, ele assinala aburguesamento parcial da membresia, institucionalização de denominações com rotinização do carisma, busca de reconhecimento social e poder político pela nova geração de pastores.[253] O neopentecostalismo trouxe como novidade a ênfase em sinais imediatos de bênçãos, que os fiéis podem desfrutar aqui e agora e que substituiu o ascetismo de rejeição ao mundo pelo sacrifício financeiro.

A Igreja Universal do Reino de Deus defende de forma aguerrida sua identidade no espaço de influência que consegue alcançar. Ela está inventando uma tradição[254], quando, por exemplo, todo ano faz um programa especial, no mês de julho, pela rede de televisão *Record* e o canal *Mulher*, no qual procura recuperar a saga histórica que a originou, tendo, porém, o cuidado de omitir o papel determinante exercido na origem e durante os primeiros três anos por Romildo Ribeiro Soares, como líder e principal pregador do movimento, segundo informação de Roberto Augusto Lopes [255], outro líder também esquecido, que se retirou daquela igreja em 1987, dez anos depois de sua fundação. R. R. Soares saiu da Igreja Universal em 1980 e fundou, no mesmo ano, a Igreja Internacional da Graça de Deus, onde continua como líder absoluto, até a presente data (2006).

A prática da Igreja Universal indica sua necessidade de ganhar *status* histórico e político no contexto da sociedade brasileira e perante outras parceiras eclesiais, recorrendo, contudo, a uma falsificação da história, para atender sua necessidade beligerante de marcar espaço dentro do já bastante congestionado subcampo neopentecostal, cuja dimensão se agiganta, a cada dia, a ponto de ofuscar a presença de outros subcampos menos agressivos, uma vez que estão menos avançados no uso de tecnologias mercadológicas e, sobretudo, midiáticas.[256]

---

[253] MARIANO, 1999, p.8.

[254] Confira HOBSBAUM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

[255] Informação publicada no Jornal da Tarde, em 09 de abril de 1991.

[256] Quanto a essa prática de falsificação ou manipulação da história, lembramos que Horkheimer e Benjamin trocaram correspondência, em 1937, sobre o assunto. Registra-se, aqui, uma parte do que foi resumido por Flávio R. Kothe: Segundo Walter Benjamin, "a história é uma ciência *e* uma rememoração: aquilo que a ciência 'verifica' pode ser retificado pela rememoração. Isto não no sentido de uma mera manipulação dos dados históricos, mas no sentido de que esses 'dados' já são produtos da manipulação da história segundo os interesses de classe subjacentes à historiografia oficial..." Daí, porque, cabe ao historiador "desconfiar de todos os dados que lhe são fornecidos como dados históricos, já que estes tendem a uma visão apologética do

No sentido lato do termo, evangélico é um termo que identifica o cristianismo, como movimento que se apresentou (e continua a se apresentar) portador da "boa notícia" da salvação divina, tanto para judeus quanto para gentios.[257] Neste sentido, todas as interpretações do cristianismo se autodenominam evangélicas.

No caso brasileiro, adotando uma tipologia em uso [258] – *protestantismo de imigração, protestantismo de missão* e *pentecostalismo* – examina-se essa afirmação de identidade nos dois últimos casos, porque são estes os que se envolvem em conflitos mais evidentes e, também, os que se encontram mais espalhados em todo o território brasileiro.

A definição de evangélico no protestantismo de missão foi revigorada, a partir dos anos 70, pelo Pacto de Lausanne e por movimentos como a Fraternidade Teológica Latino-Americana e a Aliança Bíblica Universitária do Brasil, com uma atuação oposta aos movimentos e instituições ligados ao ecumenismo do Conselho Mundial de Igrejas. Freston, que colaborou com a ABUB, apresenta uma definição operacional, a mesma adotada por David Bebbington, após considerar amplo debate sobre o assunto na literatura sociológica britânica. Segundo esses autores, a categoria **evangélico** é definida mediante quatro características: **conversionismo** ou ênfase na mudança de vida, **ativismo** ou ênfase no compromisso com a evangelização e esforço missionário, **biblicismo** ou importância dada ao lugar especial da Bíblia na alimentação da fé, e, **crucicentrismo** ou ênfase na centralidade do sacrifício de Cristo na cruz. Os que professam a fé com estes ingredientes são evangélicos; logo, não está em jogo, neste caso, a questão institucional.[259]

O problema dessa aguerrida disputa pela identidade evangélica persiste, quando se percebe que evangélico passou a ser uma categoria guarda-chuva, adotada pelos "de fora",

---

passado ou, no máximo, apontam problemas do passado para louvar as soluções do bom presente." KOTHE, Flávio R. Introdução. In: _____ (org.) **Walter Benjamin**. São Paulo: Ática, 1991, p. 17. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

[257] Ênfase presente em todo o Novo Testamento, mas principalmente nas cartas paulinas. Por exemplo: Mt. 4:23; Mc. 16:15-16; Rm. 1:16; I Co. 9; Ef. 1: 13; Fl. 1: 27-8.

[258] Cf. a classificação de protestantes e pentecostais em: MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELASQUES Filho, Prócoro. **Introdução ao protestantismo no Brasil**; SOUZA, Beatriz M. de; GOUVEIA, Eliane H.; JARDILINO, José Rubens L. (Orgs.).**Sociologia da Religião no Brasil:** revisitando metodologias, classificações e técnicas de pesquisa. São Paulo, PUC-UMESP, 1998.

[259] No original, escreveu Freston: "Bebbington's (1989) quadrilateral, used to study British evangelicalism from the 1730s to the 1980s, has found considerable acceptance as a working definition. It consists of four constant characteristics: conversionism (emphasis on the need for change of life), activism (emphasis on evangelistic and missionary efforts), Biblicism (a special importance attributed to the Bible, though not necessarily the fundamentalist shibboleth of 'inerrancy') and crucicentrism (emphasis on the centrality of Christ's sacrifice on the cross)." Em: FRESTON, Paul. **Evangelicals and Politics in Asia, Africa and America Latina**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2001, p.2. (Tradução: STCB).

para designar indistintamente protestantes e pentecostais. Este procedimento costuma ser adotado, também, pelos grandes meios de comunicação, repercutindo, desta forma, o senso comum prevalecente na sociedade. Para os que se incomodam com essa generalização, é mais grave constatar que evangélico, cada vez mais, está servindo para designar os seguidores de apóstolos, bispos, missionários e pastores, peritos em curas, em exorcismos espetaculares e em fazer promessas de prosperidade. Esse segmento da população lota templos e aparece, diariamente, como massa informe, em alguns canais abertos da televisão brasileira.

Adeptos dos pentecostalismos mais antigos e intermediários, classificados nas chamadas primeira e segunda onda pentecostais[260], também se autodenominam evangélicos e se incomodam quando são confundidas com adeptos do neopentecostalismo. Além disto, muitos pastores aderiram ao estilo de seus colegas neopentecostais, de tal modo que está proliferando, no pentecostalismo mais antigo e intermediário, o surgimento de igrejas locais que adotaram a teologia da prosperidade e a confissão positiva, antes restritas às igrejas neopentecostais.[261]

Destacados esses aspectos da conturbada afirmação de identidade evangélica no Brasil, dispõe-se de elementos para tecer algumas considerações com base em *insights* teóricos de pensadores como Stuart Hall e Alberto Melucci, principalmente. Hall lembra que as velhas identidades entraram "em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado.[262] Ele adota a idéia de deslocamento ou "descentração" do sujeito. Pretende-se aplicá-la aqui para a crise de identidade que vem sendo vivida pelos protestantes de missão, principalmente. De fato, estes filhos da modernidade viviam dentro da fantasia de uma identidade unificada

---

[260] Resumidamente: a primeira onda se refere aos pioneiros (1910-11) que implantaram a Assembléia de Deus e a Congregação Cristã; a segunda, nos anos 50 e 60, é marcada pelo surgimento de igrejas pentecostais autóctones, como a Brasil para Cristo e a Deus é Amor, mas também inclui a Igreja do Evangelho Quadrangular; importada dos EUA; e a terceira, a partir de meados dos anos 70, é caracterizada pelo surgimento das chamadas igrejas neopentecostais, com a Universal do Reino de Deus em destaque. (Cf. FRESTON, 1996, p. 257-275.).

[261] Sobre teologia da prosperidade e confissão positiva, podem ser lidos os livros de Kenneth Hagin, seu mais conhecido autor, publicado, no Brasil, pela editora Graça Editorial, de São Paulo, pertencente à Igreja Internacional da Graça de Deus. Visões críticas a essa teologia são encontradas, por exemplo, em FONSECA, Alexandre Brasil. **Evangélicos e mídia no Brasil**. Bragança Paulista: Edusf; Curitiba: Ifan, 2003, e em ROMEIRO, Paulo. **Super crentes**: o evangelho segundo Kenneth Hagin, Valnice Milhomens e os profetas da prosperidade, S. Paulo: Mundo Cristão, 1993.

[262] HALL, 2001, p. 7.

pelas certezas da "fé [...] uma vez por todas entregue aos santos"[263]. Seus sistemas doutrinários e instituições sacralizadas eram tão celebrados intramuros que não admitiam questionamentos. Rubem Alves até criou um tipo ideal inspirado nessa ideologia denominacional – o Protestantismo da Reta Doutrina (PRD).[264] Pois foi exatamente nesse mundo de certezas que eclodiram, desde os anos 60, mas se ampliando em anos subseqüentes, o movimento de "renovação espiritual", a revolução musical pela onda *gospel* e, depois do advento da confissão positiva e da neurolinguística, a fragmentação de congregações em células, com experiências cada vez mais exóticas, indicando que houve um liberar de emoções, onde predominavam formas de repressão em nome da fé.

Por outro lado, a afirmação da identidade evangélica, travada no campo da luta pela produção e consumo de bens simbólicos, é uma questão que se revolve no campo das relações sociais. Para Melucci:

> A identidade coletiva é [...] uma definição construída e negociada pela ativação das relações sociais entre os atores. Implica na presença de quadros cognitivos, de densas interações e também das dimensões afetivas e emocionais. Aquilo que une os indivíduos em um "nós" nunca é inteiramente traduzível na lógica do cálculo meios-fins ou na forma da racionalidade política, mas comporta sempre margens de não negociabilidade das "razões" e dos modos de viver em conjunto. [265]

Não existe uma identidade estável mantida por definição doutrinária, protegida por estruturas institucionais ou por normas de comportamento. Talvez nunca tenha existido, mas os processos históricos de "longa duração" podem ter permitido a grupos sociais alimentarem essa concepção rígida de identidade coletiva. Ainda Melucci afirma que:

> A identidade não se apresenta mais como um "dado" da natureza, nem simplesmente como o conteúdo de uma tradição na qual os indivíduos se identificam. Ela não é mais fundada unicamente sobre o pertencimento a "associações reguladas normativamente" (estados, partidos, organizações). Os indivíduos e os grupos participam com a sua ação na formação

[263] BÍBLIA SAGRADA, Judas 3.
[264] Cf. ALVES, Rubem. **Protestantismo e repressão**. São Paulo: Ática, 1979.
[265] MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 158.

> de sua identidade, que é o resultado de decisões e de projetos, além de condicionamentos e de vínculos.[266]

Há um outro aspecto do descentramento do sujeito, aplicável ao contexto da Igreja Universal e de outras que copiam seu modelo. Quem entra para assistir um culto na IURD percebe, sem muito esforço, que está dentro de um espaço vigiado por dezenas de olhos de auxiliares do serviço religioso. Hall trata esta característica como o exercício da regulação e da vigilância: "O poder disciplinar está preocupado, em primeiro lugar, com a regulação, a vigilância é o governo da espécie humana ou de populações inteiras e, em segundo lugar, do indivíduo e do corpo." E, mais adiante, "quanto mais coletiva e organizada [é] a natureza das instituições da modernidade tardia, maior o isolamento, a vigilância e a individualização do sujeito individual.[267]

Primeiramente, o sistema da Universal regula a vida de pastores e bispos, conforme modelo praticado por empresas transnacionais. Não existe área da vida que permaneça fora do controle da corporação. Esse profissional não deve permanecer muito tempo à frente de uma mesma comunidade local, porque é proibido criar laços afetivos com sua clientela. Há controle sobre a vida da esposa, sobre o relacionamento do casal, sobre o planejamento familiar, limitação do número de filhos e coisas do gênero, conforme metas estabelecidas por instâncias superiores da organização. Essa regulação se estende, em seguida, sobre a vida do próprio membro. Ele é controlado, através de mecanismos mais sutis de persuasão, em suas decisões financeiras e até no exercício do voto, quando terá que aceitar o candidato indicado pela igreja. É claro que essa coação se dá de forma emocional, pois ninguém poderá impedir o membro de votar em qualquer candidato, mas os resultados de inúmeras eleições mostram um alto índice de conformidade às determinações da igreja.

Movimentos sociais acontecem induzidos por diversos motivos. Quando há descompasso entre as expectativas e as recompensas, é possível que um grupo se organize para a mobilização, a fim de lutar por mudança. Mas quando o acúmulo de problemas é de dimensão a desencorajar as pessoas ou estas não conseguem ligar suas insatisfações em projetos convergentes, elas acabam se sentindo impotentes ou incapazes de promover a

---

[266] Idem, p. 89.
[267] HALL, 2001, p. 42-3.

mudança. Talvez nem cheguem a elaborar, conscientemente, esses raciocínios. Nestes casos, uma saída que se verifica com alguma freqüência é a "sublimação" dos quadros da vida. Segundo Melucci, "o grupo se transforma rapidamente em uma seita ou em uma igreja, elabora ou reconhece alguns textos sagrados, cria rituais, funções sacerdotais e assim por diante".[268]

Na realidade brasileira destes últimos trinta anos, as igrejas estabelecidas não estavam respondendo as expectativas de segmentos sofridos da população, que foram encontrar em novos movimentos religiosos uma resposta sublimada à crise desta sociedade tão profundamente injusta. Surgiram então novas propostas de religiosidade e novas igrejas, bem mais articuladas do que as existentes, nessa linha de "sublimação". E eis que estão aí. São elas que prometem prosperidade para aqueles que acreditam em suas receitas mágicas. Elas substituem o adversário social pelo adversário sobrenatural. Em seus referenciais de interpretação, não é o sistema econômico e seu arcabouço político e cultural a verdadeira fonte das desgraças, mas os "encostos", o "olho gordo", as divindades do panteão das religiões afro-brasileiras, os grandes causadores da miséria social em que vive este País. É a solução do "tá amarrado" para os problemas da pobreza, da miséria e da violência, em todos os graus e manifestações. Conforme explica Melucci:

> A ação não se dirige contra o adversário social presente no sistema de referência do grupo, mas contra um adversário simbólico que não tem nenhuma relação concreta com a experiência do ator. Isto não comporta, portanto, nenhuma redefinição do campo de ação e não produz efeitos em tal campo. A existência de um adversário distante e inalcançável não provoca ação coletiva de tipo conflitual, e sim a produção de ideologia, de mitos, de ritos.[269]

Esta é a receita da Igreja Universal para o grande público, embora ela mantenha concessões de rádio e televisão e escale seus quadros para ocuparem cadeiras nos parlamentos municipais, estaduais e federal, indicando claramente que não há ingenuidade em seu projeto institucional de conquista de poder. Pelo contrário, há um elevado grau de racionalidade instrumental na conquista dos objetivos que tem traçado como mega-corporação transnacional já constituída pelo mundo afora.

---

[268] MELUCCI, 2001, p. 59.
[269] MELUCCI, 2001, p. 60.

O neopentecostalismo entrou forte no mercado simbólico da tradição protestante e pentecostal. Ele não estava interessado em reproduzir suas tradições. Ele veio para inovar, lançar novos produtos, conquistar novos mercados e tomar fatias significativas dos velhos mercados ocupados pelas igrejas do protestantismo histórico e do pentecostalismo, se não pela migração direta dos seus membros, pelo menos pela influência provocadora de metamorfose em suas surradas práticas. De fato, está em curso acelerado, há algumas décadas, a pentecostalização das igrejas protestantes. E, nos anos mais recentes, verifica-se o fenômeno da neopentecostalização tanto destas como das igrejas pentecostais da primeira e segunda ondas.

À falta de um novo código lingüístico, o neopentecostalismo teve que se valer de parte da velha linguagem protestante e pentecostal clássica. É por esta razão que os herdeiros de tradições mais antigas se incomodam tanto, porque ouvem e vêem os pregadores da nova fé se comunicando com os mesmos códigos, tão afetivamente acalentados em suas experiências religiosas. Também, é por semelhante razão que a sociedade e a imprensa confundem todos numa única e ampla identidade evangélica. Segundo Melucci:

> Como sempre acontece na história dos movimentos, os novos atores falam sempre velhas linguagens porque não têm ainda uma linguagem própria. Enquanto se formam, utilizando a herança dos movimentos que os precederam, se enraízam na memória e nos símbolos do passado. Essa situação cria toda a ambigüidade e a dificuldade de um momento de passagem. Mas não se deve esquecer que estamos diante de fenômenos que têm pouco em comum com a tradição categorial e lingüística que utilizam para definir-se.[270]

A beligerância é inerente à conquista de espaço, mas é também necessária para consolidar posições já conquistadas. Melucci explica que "as novas elites em formação utilizam o canal do conflito para conquistar ou consolidar a própria posição".[271] A Igreja Universal, aqui representando paradigmaticamente o subcampo neopentecostal, usa a linguagem da persuasão e da comparação com outras propostas religiosas oferecidas no mercado, mas o faz de modo agressivo, mostrando sempre que é a melhor. Ela utiliza seus bispos e pastores, que se apresentam na mídia com indumentária de executivos de

[270] MELUCCI, 2001, p. 60.
[271] Idem, p. 24.

empresas, na função de comunicadores e profissionais de marketing, para conquistarem novos clientes.

Sem entrar no mérito da interpretação dos textos bíblicos de Atos e de Coríntios, que não cabe fazer nesta pesquisa, o pentecostalismo nasceu como movimento cuja intenção era resgatar o batismo com o Espírito Santo evidenciado pelo falar em línguas estranhas (glossolalia), acenando que esta experiência era para os dias atuais, do mesmo modo como teria sido para os apóstolos e outros cristãos do primeiro século da era cristã. O neopentecostalismo não dá ênfase a esta tradição. Ele tem trazido em seu bojo muito mais o enfoque da *tradução*, em detrimento do cultivo à *tradição*. Hall escreve que

> em toda parte, estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em *transição*, entre diferentes posições; que retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais; e que são produto desses complicados cruzamentos e misturas que são cada vez mais comuns num mundo globalizado.[272]

A *tradição* se apresenta como movimento de retorno, que tenta recuperar raízes, quer purificar as práticas do grupo, segundo padrões que estavam negligenciados, embora se questione esta possibilidade, enquanto que a *tradução* atravessa fronteiras de diversas tradições e procura produzir uma cultura compósita, híbrida, sincrética, negociada, impura e, por isto mesmo, dificilmente assimilada no contexto em que tenta se alojar.

Esse hibridismo o pentecostalismo fez e continua fazendo, quando nasceu nos arraiais protestantes e quando prossegue na obra de pentecostalizar o mesmo protestantismo. Já o neopentecostalismo está fazendo muito mais, quando provoca mudanças nos subcampos do protestantismo e do pentecostalismo, obrigando-os a mimetizarem seu estilo mercadológico agressivo e sua teologia de sucesso e prosperidade.

Constata-se o mal-estar reinante no protestantismo de missão, por causa do deslocamento da "sua" identidade evangélica para os neopentecostais. Considera-se, também, que a sociedade em geral e a mídia percebem como evangélicos os que se destacam por práticas mercadológicas e midiáticas. Finalmente, pela funcionalidade e habilidade em responder novos desafios, entende-se que a identidade evangélica foi

[272] HALL, 2001, p. 88.

inelutavelmente conquistada pelo neopentecostalismo. Prova disto é a reação mimética que se vem alastrando por segmentos consideráveis de antigas igrejas protestantes e pentecostais, como estratégia de sobrevivência e de manutenção no cada vez mais disputado mercado religioso.

Conclusão

Procurou-se neste capítulo oferecer abordagens da sociedade brasileira por meio da identificação de padrões de sua cultura política. Ao mesmo tempo, foram feitas incursões nas etapas de formação econômica e política do País para apresentar o berço do nascimento dessa brasilidade.

A empresa colonial portuguesa, o regime de escravidão, as relações internacionais entre centro e periferia, o poder político local dos "coronéis", a modernização conservadora, a associação entre capitais internacionais e seus subalternos locais, constituíram cenário para que se pudesse examinar como a sociedade, constituída na interação de todos esses processos, produziu padrões de autoritarismo, populismo, patrimonialismo, clientelismo, nepotismo, gregarismo e correlatos.

No mesmo contexto, examinou-se a presença relativamente recente do movimento pentecostal e sua inserção como agente que assimilou essa brasilidade e ajudou a produzi-la, na medida em que gerou uma religiosidade adequada à própria reprodução e expansão como grupo, mas também capaz de dar sentido às massas humanas, tornando-as atores coletivos adaptados ao conjunto da realidade brasileira.

Os pentecostais e neopentecostais avançam a passos largos em duas décadas de participação no jogo da política, principalmente nos parlamentos de todos os níveis da Federação. Eles souberam tirar proveito do modelo de organização autoritária para canalizarem votos e ocuparem espaços no Estado, como estratégia para obterem benefícios para suas corporações religiosas.

A prática dos políticos pentecostais, ressalvadas poucas exceções, é patrimonialista. Porém só o fato de estarem presentes no espaço público obriga outros agentes a reconhecerem o contingente de brasileiros que eles representam. Ou seja, há uma inclusão precária, trata-se de um pequeno porém persistente e progressivo avanço na conquista de cidadania para este segmento organizado em nome da fé.

A religiosidade pentecostal é poderoso fator de gregarização. Eles reforçam e atualizam um traço antigo da cultura brasileira: as redes de compadrio. Na nova sociedade urbana, pertencer à irmandade de fé é participar de uma rede de solidariedade para orar, cantar, ouvir sermões, profetizar, evangelizar, falar línguas, expulsar demônios, fazer curas divinas e, eventualmente, socorrer necessitados, principalmente "os domésticos da fé". A mesma religiosidade alimenta uma dimensão da cultura brasileira voltada para o futuro. Se o Brasil é o país do futuro, o pentecostal "espera o reino que há de vir", enquanto afirma que "o Brasil é do Senhor Jesus". O neopentecostal, por sua vez, já trouxe o futuro para o presente, com as confissões positivas de tomada de posse da prosperidade, porque ele é filho do "Senhor da prata e do ouro" e nasceu para "ser cabeça e não cauda".

Os pentecostais e neopentecostais reviraram a identidade evangélica. Fizeram uma composição dinâmica com elementos da tradição protestante, catolicismo popular e religiões afrobrasileiras, compondo experimentos religiosos que se desenvolvem e se expandem por toda a sociedade brasileira, mas funcionam também como produtos de exportação. A presença desses agentes na política nacional é fruto do crescimento numérico e, principalmente, da constituição, reforço e produção criativa de novas identidades coletivas, nascidas em meio à enorme variedade de crenças da sociedade brasileira.

Capítulo 2

O Estado brasileiro e o pentecostalismo

Introdução

O entendimento da cultura política brasileira requer uma análise do Estado que se constituiu no País, em perspectiva histórica de suas relações com a sociedade nacional. Durante os séculos XVI a XIX, o Brasil incrementou uma economia agrícola para exportação de produtos primários. Seu ponto culminante correspondeu à fase do café, no final do século XIX e limiar do XX. A cultura cafeeira foi o grande "fiador" do capitalismo agrícola e serviu de plataforma de lançamento do novo capitalismo industrial nascente. As mudanças no panorama econômico, devido a Primeira Guerra Mundial, quebra da bolsa de Nova York e Segunda Guerra, somadas aos anseios internos por modernização do País, induziram o poder público a desenvolver uma política de "substituição de importações", que foi adotada por Getúlio Vargas, desde os anos 30, estendendo-se até a queda de João Goulart, em 1964.

Desde o governo de Juscelino Kubitschek, mas com maior determinação a partir do golpe de 1964, o País ingressou num modelo econômico dependente do capital internacional, com integração militar, política e industrial subordinada aos Estados Unidos da América. Esses modelos de desenvolvimento, praticados com marcante presença do Estado, se inserem nos dois pólos da chamada "revolução brasileira", quais sejam: "a) o

nacionalismo reformista, com base na democracia populista; b) a ditadura 'tecnocrata', com base na associação ampla com os setores externos".[273] Sobre essa "revolução", ainda em vigor, Ianni esclarece que se trata de

> um processo que compreende a luta por uma participação cada vez maior da população nacional no debate e nas decisões políticas e econômicas. O florescimento da cultura nacional, ocorrido em especial nas décadas de vinte a cinqüenta, indica a criação de novas modalidades da consciência nacional. Nesse quadro é que se inserem os golpes, as revoluções e os movimentos que assinalam os fluxos e refluxos na vida política nacional.[274]

Essa etapa da industrialização, caracterizada pela "substituição de importações" (1930-64), foi estudada, codificada e estimulada pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), entre 1948 e 1956, com base no que estava acontecendo principalmente em México, Argentina e Brasil.[275] A presença do Estado brasileiro foi decisiva nessa etapa, e ficou patente em iniciativas como: a criação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, da empresa estatal Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima (PETROBRÁS), 1953, e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959. Nos anos 40, Getúlio havia criado a Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia do Vale do Rio Doce, Superintendência do Plano para Valorização Econômica da Amazônia e Banco de Crédito da Borracha. Segundo Ianni, a adoção desse padrão de desenvolvimento industrial

> envolve a reformulação dos vínculos externos e com a sociedade tradicional. Com base na política de massas e no dirigismo estatal, estabelece gradações nas rupturas estruturais indispensáveis à sua execução. Fundamenta a política externa independente e implica uma doutrina do Brasil como potência autônoma. Os elementos fundamentais desse padrão político-econômico estão consubstanciados na democracia populista desenvolvida depois de 1945. Esse é o modelo getuliano.[276]

---

[273] IANNI, 1988, p. 21.
[274] Ibidem.
[275] Desenvolveu-se na época a chamada corrente de *pensamento cepalino*, elaborada por economistas e outros cientistas sociais associados à Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina (CEPAL). Raúl Prebisch, da Argentina, e Celso Furtado, do Brasil, eram expoentes dessa escola. (Para mais informações, conferir, por exemplo, CHILCOTE, Ronald H. **Teorias de política comparativa**: a busca de um paradigma reconsiderado. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 304-466).
[276] IANNI, *op.cit.*, p. 54.

A era Juscelino inaugura um novo momento do capitalismo industrial, que se consolida e se expande com o Golpe de 1964: trata-se do capitalismo dependente, associado aos capitais internacionais. Para Ianni:

> Em certa medida, o modelo internacionalista – ou de associação ampla – é um dos resultados inevitáveis do confronto e das contradições entre os dois anteriores. Em certo sentido, é a restauração do modelo inicial – como padrão colonial – em termos novos. [...] Sua implantação exige a liquidação da democracia populista, como estrutura política nacional, tanto quanto a destruição da ideologia e prática da doutrina de independência econômica e política. É uma combinação nova entre os setores agrário e industrial, no âmbito da reprodução ampliada do capital.[277]

Ianni conclui sua análise destas fases da industrialização ocorrida no Brasil, afirmando que houve:

> a. A ruptura parcial e a recomposição (sucessiva e alternadamente) das relações políticas e econômicas com a sociedade tradicional e com os sistemas externos.
> b. A frustração das tentativas de implantação de um modelo de desenvolvimento econômico autônomo.
> c. A combinação dos modelos exportador, substituição e associado, ou internacionalista, num sistema econômico heterogêneo e contraditório.
> d. A participação crescente do Estado no comando do processo econômico.
> e. A transformação da região Centro-Sul (com centros nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte) em núcleo dominante na economia nacional.
> f. A formação dos movimentos de massas com estruturas políticas e ideológicas de sustentação do poder político orientado para o desenvolvimento industrial.[278]

Entre 1949 e 1962, a agricultura brasileira cresceu 77%, sendo que a exportação cresceu 27%, enquanto a produção para o consumo interno ampliou-se em 90%. A população brasileira, entre 1950 e 60, cresceu 40%, e entre 1940 e 60 teve incremento de quase 80%.[279]

Os indicadores econômicos do início da década de 60 apontavam para o esgotamento do modelo populista. Enquanto o produto nacional crescia a quase 7% ao ano,

---

[277] IANNI, 1988, p. 54-5.
[278] Idem, p. 39.
[279] Idem, p. 41.

entre 1957 e 61, superando os 7% neste ano, declinou para 5,4% em 1962, com previsão para 1,4%, em 1963, conforme registrava o *Programa de Ação Econômica do Governo*, de 1964-66, publicado em novembro de 1964.[280] Na política, o período era marcado por sucessivas crises, desde a renúncia de Jânio Quadros, a conturbada posse de João Goulart e sua permanência no poder, sob cerrada oposição de setores que não admitiam as anunciadas "reformas de base"[281]. Essas crises desembocaram no golpe militar de 31 de março e 1º de abril de 1964.

2.1 – Entre nacionalismo e dependência externa

O modelo de substituição de importações e a política externa independente conduzidos pelo governo Vargas, não foram suficientes para consolidar uma posição do Brasil como nação economicamente autônoma. Relações de troca entre nossos produtos, com baixo valor agregado, e produtos importados, com maior agregação tecnológica, sofriam deterioração ao longo do tempo, ou seja, exportava-se cada vez maior quantidade de produtos primários para comprar a mesma quantidade de produtos industriais. A apropriação de tecnologia requeria reversão na política externa de favorecimento a empresas transnacionais. Esta seria a forma de fazer avançar e tornar independente nosso parque industrial. Persistir no modelo autóctone, de longa maturação, exigiria grandes investimentos em educação e pesquisa. Contudo, não havia organização social e política capaz de sustentar este tipo de política emancipatória, em que pese a opinião otimista de Ianni, com a qual não se compartilha:

> A entrada no estágio da industrialização abriu perspectivas a um desenvolvimento capitalista autônomo. Entretanto, para que esse projeto se efetivasse, era necessária a reformulação drástica dos vínculos estruturais internos e externos. E essa reformulação teria sido possível em várias ocasiões críticas, no período entre 1914 e 1964. Os movimentos armados, os golpes e as revoluções ocorridos nessa época são indicativos da possibilidade

[280] A*pud* IANNI, 1988, p. 110.
[281] As principais reformas – agrária, constitucional, política e universitária – constavam da *Mensagem* que o Presidente remeteria ao Congresso em 1964. A *Mensagem* previa a realização de consultas à população, através de plebiscitos, com vistas a obter o referendum popular para essas transformações. (BANDEIRA, 1977, p. 38-9 e 164-5).

> de ampliar e consolidar a autonomia. Aliás, os movimentos de massas, a democracia populista, o nacionalismo e o dirigismo estatal foram elementos concretos e, às vezes, efetivos nessa direção. O modelo getuliano de desenvolvimento envolvia o aprofundamento das rupturas estruturais. Além disso, nesses anos os sistemas políticos e econômicos dominantes estavam em crise. As contradições internas do capitalismo mundial levaram ao esfacelamento do predomínio da Inglaterra, Alemanha e França. Passo a passo, cresceu e consolidou-se a preponderância dos Estados Unidos, no campo capitalista, e da União Soviética, no campo socialista. Essa consolidação só se verificou depois da Segunda Guerra Mundial. Em verdade, a guerra foi um acontecimento importante para a efetivação da liderança econômica, política, militar e cultural dessas duas potências.[282]

A Inglaterra perdeu sua influência econômica no Brasil ao longo das três primeiras décadas do século XX. A Grande Depressão iniciada com a quebra da bolsa de Nova York, em 1929, a crise do setor cafeeiro, os movimentos sociais e a revolução de 1930, favoreceram a ampliação da presença de capitais norte-americanos na economia brasileira. "Em 1950 os Estados Unidos já [detinham] mais de 70 por cento dos capitais estrangeiros aplicados em empresas no Brasil".[283] Essa troca de hegemonia britânica pela norte-americana estava acontecendo em todo o Ocidente. No caso brasileiro, ela assumia a forma de oligopólios.

Desde os anos de 1940, alguns setores da economia nacional estavam vinculados a grupos externos, detentores do poder de decisão.[284] O governo Café Filho tornou possível a entrada em ampla escala de capitais estrangeiros, com permissão, inclusive, para ingresso de equipamentos usados, antigos e, às vezes, superados, sem cobertura cambial, quando instituiu a Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), em 17 de janeiro de 1955. Isto veio a prejudicar diversos grupos nacionais, que eram obrigados a comprar Promessas de Venda de Cambiais pagando taxas de mercado, enquanto seus concorrentes estrangeiros desfrutavam das facilidades mencionadas. Sobre o assunto se manifestou o jornal *O Estado de S. Paulo*, em editorial de 13/01/1961:

---

[282] IANNI, 1988: p. 135.
[283] Idem, p. 136.
[284] Idem, p. 137.

> Conviria estudar a influência da Instrução 113 da "SUMOC" na *desnacionalização* de algumas indústrias nossas, desnacionalização que temos por contrária aos interesses do País. Nestes últimos anos, várias firmas brasileiras viram-se forçadas a aceitar o controle de grupos estrangeiros por não poderem suportar a concorrência dos mesmos no capítulo de reequipamento. A única forma de sobreviver foi aceitarem a colocação do capital estrangeiro sob a forma de importação, bens de equipamento, muitas vezes em caráter majoritário.[285]

Em que pese o sucesso dessa presença para os grupos estrangeiros na América Latina, não houve tratamento preferencial dos países centrais em favor deste continente, pois, a título de exemplo, a Iugoslávia, sozinha, recebeu mais dinheiro dos Estados Unidos, entre 1945 e 1960, do que todos os países latino-americanos, juntos.[286]

Embora não caiba aqui analisar a fundo o estabelecimento da ditadura de Getúlio Vargas, implantada com o nome de *Estado Novo*, é possível afirmar que o estado de golpe, que o precedeu, já estava em preparação desde 1935, mediante promulgação de uma Lei de Segurança Nacional, fechamento da Aliança Nacional Libertadora e prisão de seus líderes, principalmente Luís Carlos Prestes. O pretexto para esses atos foi encontrado na "ameaça comunista" e nos levantes armados de militares simpatizantes dessa ideologia, em Natal, Recife e Rio de Janeiro, no mesmo ano. Em 1936, o Congresso consentiu que Vargas governasse sob estado de sítio, durante vários meses, e prendesse um senador e quatro deputados. A Constituição de 1934 havia reconhecido Vargas como presidente do Brasil, mas impedira sua reeleição. Candidatos para a eleição de 1938 se apresentaram, como Armando de Sales Oliveira e Plínio Salgado, ambos provenientes do Estado de São Paulo, e José Américo de Almeida, da Paraíba, porém Vargas se recusava a apoiá-los e não dava sinais de compromisso com uma sucessão democrática. Lutas de rua entre os *camisas-verdes* (integralistas) e facções de esquerda alimentavam a sensação de crise social, criando clima favorável ao golpe. Os generais Góes Monteiro e Eurico Dutra queriam um "Exército

---

[285] A presença do capital estrangeiro no Brasil, com implicações também no poder político, foi estudada por Maurício Vinhas de Queiroz. Cf., QUEIROZ, M.V. **Os Grupos Multibilionários**, em Revista do Instituto de Ciências Sociais, v. 2, n. 1, Rio de Janeiro, 1965, p. 47-77.

[286] IANNI, 1988, p. 142.

forte dentro de um Estado forte". Este conjunto de ameaças e anseios, forjados ou não, convergiu para o ato golpista de Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937.[287]

A ditadura do *Estado Novo,* nos últimos anos de sua vigência, estruturou, através de legislação, toda a área sindical e previdenciária, exercendo tutela sobre a classe trabalhadora, de acordo com uma ideologia trabalhista teorizada por Alexandre Marcondes Filho, ministro do Trabalho à época. O tripé institucional de controle do operariado era completado pelo Partido Trabalhista Brasileiro, "baseado na coalizão dos sindicatos dominados pelo governo e das forças 'progressistas', que Vargas esperava liderar, adotando programas de industrialização, nacionalismo econômico e previdência social".[288] O Estado exercia controle de fato e de direito sobre os sindicatos, através da infiltração de pelegos em suas diretorias, exigência de cadastro, concessão de licença para funcionamento e arrecadação compulsória do imposto sindical, recurso este que se constituía em garantia de sustentação financeira para a maioria deles.

O golpe de 1964, cujas sementes de concepção encontram-se nas décadas anteriores, assinalou um novo patamar nas relações dos Estados Unidos com os países da América Latina. Foi uma investida vitoriosa contra a democracia populista que vinha sendo incentivada a partir da era Vargas. Desde 1945, as forças principais estavam divididas entre o empresariado e os proletários. Nesse ano, o "movimento queremista" propunha uma Assembléia Nacional Constituinte, com Getúlio Vargas na presidência da República, para instaurar um modelo de desenvolvimento com democracia populista. As oligarquias e detentores do poder econômico, no campo e na cidade, conseguiram neutralizar o movimento e depor Vargas, no dia 29 de outubro de 1945. Não se descarta, nessa operação, a participação de agentes dos capitais externos.

---

[287] Uma análise detalhada desse período pode ser lida em SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**, 1930-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 42-89.
[288] SKIDMORE, 1982, p. 63.

O novo presidente eleito, Marechal Eurico Gaspar Dutra (1946-50), dissipa reservas do Tesouro Nacional em moeda estrangeira acumuladas durante a Segunda Guerra, ao liberar, indiscriminadamente, a importação de produtos, muitos deles supérfluos. Paralelamente ao governo de Dutra, o caudilho gaúcho Getúlio Vargas conseguia preservar suas bases políticas, organizadas no Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). No primeiro, congregavam-se latifundiários e burgueses e, no segundo, proletários e alguns segmentos urbanos. Funcionários públicos se distribuíam entre os dois partidos. Este conjunto de dirigentes políticos e eleitores formava a base que elegeria o chamado "pai dos pobres", para o período seguinte de governo (1951-55). Na manhã do dia 24 de agosto de 1954, Getúlio Vargas cometeu suicídio, em meio a uma crise que envolvia denúncias de corrupção contra seu irmão, agravada por um atentado contra Carlos Lacerda, supostamente planejado pelo guarda-costas do próprio presidente, Gregório Fortunato, conforme acusou a oposição ao governo, na época. Naquele momento, cessava a vida de um ser humano, porém permaneceria sua presença como símbolo maior do populismo brasileiro, além de outros predicados, como os de herói e estadista, que constituem parte do imaginário político brasileiro.

Após as interinidades que completaram o mandato anterior, Juscelino Kubitschek de Oliveira foi eleito pelas mesmas forças agrupadas em torno de Getúlio Vargas. Todavia, o governo de JK abandonou o modelo econômico endógeno, tendo, porém, a perspicácia de recorrer ao habitual populismo. Ianni assim o descreve:

> ... essa evolução da economia, como modificação na orientação da política econômica, foi realizada nos quadros da democracia populista. Houve uma conciliação engenhosa da política econômica internacionalista com a política de massas, de base nacionalista. Por isso, os anos posteriores foram anos críticos. Como o governo Kubitschek não realizou a liquidação da democracia populista, estabeleceu-se e cresceu o divórcio entre as tendências da estrutura econômica e as tendências da estrutura de poder. Em especial, a democracia populista tornou-se um obstáculo cada vez mais insuportável ou inconveniente. A dissociação entre o poder político e o poder econômico acentuava-se..[289]

O contexto internacional era marcado pela guerra fria, de modo que os Estados Unidos tratavam a América Latina como área de interesse para sua segurança. A

[289] IANNI, 1988: p. 144.

documentação produzida por instituições e agentes oficiais do governo norte-americano deixa bem clara essa perspectiva.[290] Cuba se tornou um mau exemplo de presença estranha, apoiada pelo bloco soviético, exemplo que os Estados Unidos não admitia viesse a ser repetido no continente latino-americano. Para tanto, não vacilou em estender apoio aos golpes e ditaduras que conseguiram sufocar iniciativas populares de ampliação das democracias em diferentes países dessa região.

No caso brasileiro, o regime de 1964 era de interesse estratégico para os Estados Unidos, não somente no aspecto político-militar, mas também no econômico:

> Em confronto com o modelo do desenvolvimento econômico autônomo e da política externa independente, o governo do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco põe em prática o padrão da interdependência. Trata-se de negar o modelo getuliano, em sua prática e como ideologia. Por essa razão o acordo sobre a garantia de investimentos privados, assinado por representantes dos governos do Brasil e dos Estados Unidos, em fevereiro de 1965, é um documento fundamental e simbólico. Trata-se de um desenvolvimento lógico do espírito da Aliança para o Progresso.[291]

Em alguns casos, era melhor negócio para empresas norte-americanas atuar no Brasil do que em sua pátria de origem, pois lá existiam legislação e controles antitrustes bem mais severos do que os similares brasileiros. Patentes militares mais altas justificavam essa benevolência com capitais externos sob o argumento de que a preservação da nossa independência requeria a aplicação de um certo grau de interdependência nas áreas militar, econômica e política.[292]

2.2 – O Estado do golpe militar de 1964

A política econômica dos militares seguia a *ideologia da modernização*, em substituição à *ideologia do desenvolvimento*. O novo programa incluía uma *reversão de*

---

[290] Cf. CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina** : velhos e novos paradigmas. Brasília: Instituto de Relações Internacionais (IBRI), Universidade de Brasília, 2001.
[291] IANNI, 1988, p. 148.
[292] Para demonstrar essa opção militar por um capitalismo dependente, Ianni transcreve parte de discurso do Presidente Marechal Castello Branco, pronunciado no Itamarati, como orientação do regime recém-instaurado para a política externa brasileira. (Cf. IANNI, *op.cit.,* p. 149).

expectativas, contra o discurso e ação de sindicatos proletários e outros grupos que se mobilizavam, durante os governos populistas anteriores. Junto a essa orientação, somava-se a doutrina da *interdependência*.

A ordem instaurada pelo novo regime resultava do incômodo que a política de massas e o nacionalismo de inspiração esquerdista provocavam na classe dominante do Brasil. Era uma resposta que dava continuidade histórica a outras ações dos "donos do poder". Para Ianni: "Com o governo Castello Branco inicia-se um programa completo de reformulação das instituições vigentes, de modo a ajustar as expectativas e ideologias das diferentes classes sociais ao *status quo*. Com esse alvo, alteram-se progressivamente as instituições econômicas e financeiras, políticas e educacionais".[293] O Marechal Presidente referia-se à ação militar de tomada do poder como iniciativa para corrigir as deformações do processo de desenvolvimento brasileiro e efetivar uma "política de reconstrução nacional", na qual se priorizava a "restauração da ordem, em todas as áreas, e da autoridade, segundo o princípio constitucional".[294] Essa guerra ideológica para justificar a agressão ao processo democrático era reforçada por pronunciamentos do ministro Roberto de Oliveira Campos, que não se constrangia, como intelectual, de recorrer a Max Weber, citando-o fora de contexto e sem respeito às convicções democráticas do pensador alemão, com o objetivo de "desmascarar" o que ele denominava de mitos da condução econômica e política que vigera até a chegada dos militares. Segundo Ianni, o ministro Campos "combate o nacionalismo, a política de massas, as experiências do dirigismo estatal, o papel do protecionismo alfandegário, etc. como se esses fatos fossem acontecimentos episódicos ou mesmo fabulações".[295]

A *reversão de expectativas* era a contrapartida complementar da política da interdependência no plano interno. Os militares não titubeavam em aplicar medidas econômicas prejudiciais às pequenas e médias empresas brasileiras, visto que seu modelo de modernização era, em si, concentrador e integrado a agentes externos.

---

[293] IANNI, 1988, p. 153.
[294] Parte de aula inaugural da Escola Superior de Guerra, proferida em março de 1965, conforme jornal **O Estado de S. Paulo**, de 17/3/1965. (*Apud* IANNI, 1988, p. 154).
[295] IANNI, *op.cit.*: p. 156. Os pronunciamentos de Roberto Campos foram registrados pelo **O Estado de S. Paulo** em edições de 25/04/1965, p. 38, e de 03/09/1964, p. 20.

> Por isso, a cooperação e a competição externas passam a ser variáveis naturais e desejadas na política econômica governamental. Em outros termos, o "sacrifício" de empresas brasileiras é encarado pelos governantes como um resultado inevitável do confronto entre diferentes mentalidades empresariais e capacidades técnicas das organizações.[296]

Na concepção de Roberto Campos, "esses fatos, bem como a desnacionalização, são conseqüências inevitáveis da 'mudança de escala de produção, maior exigência de capitais e rápido surto tecnológico'".[297]

A tecnocracia estava imperando com toda sua truculência. Ianni faz contundente análise desse modo de pensar e agir que levou a sociedade brasileira a sacrificar uma geração, excluindo-a do processo de formação democrática. O regime militar optava preferencialmente pela gestão externa na configuração da nova economia brasileira:

> No pensamento do governo, em especial no pensamento de Roberto Campos, a realidade nacional é reduzida arbitrariamente a uma totalidade sincrônica, em que se manipulam os comportamentos, as instituições e as técnicas sociais como se se tratasse de um conglomerado aritmético. Em essência, o pensamento e o programa governamentais – particularmente na forma que lhes dá Roberto Campos – são inadequados lógica e historicamente. Não correspondem à contemporaneidade da sociedade brasileira, em seus processos econômicos políticos e culturais. Representam a realidade nacional segundo modelo que não é historicamente constituído no País. Toma as categorias lógicas e teóricas de um universo significativo alheio à história nacional. É mais uma experiência teórica e prática de reificação, fato comum nas nações dependentes. Ao jogar com as teorias e os mitos, o economista substituiu uns pelos outros, sem atentar para a sua natureza histórica e as suas implicações culturais.[298]

Constatava-se a consagração de esquemas teóricos aplicados por economistas que se capacitaram em centros universitários de países do primeiro mundo, sem guardarem a mínima relação com a complexidade das formações sociais de onde eram originários. Os militares brasileiros apoiaram-se nesses ideólogos, em geral ávidos por encontrarem espaço para suas experimentações, de preferência onde inexistissem freios e contrapesos, ignorando que estes são necessários para o bem de qualquer sociedade, os quais somente

---

[296] Idem, p. 157.
[297] OESP, 25/12/1966, p. 36, *apud* IANNI, 1988, p. 158, nota 11.
[298] IANNI, 1988, p. 159.

vicejam e se mantêm dentro de processos democráticos amadurecidos na própria prática social.

2.3 – Os evangélicos e a ditadura do golpe de 1964

O relacionamento dos evangélicos com a ditadura militar não pode ser descrito, simplesmente, pelo alinhamento e adesão, embora no conjunto tenham predominado estas posturas. Como a categoria *evangélico* abriga diferentes tradições, esta pluralidade também se manifestou na interface com o regime. Houve opositores conscientes, principalmente a minoria ligada ao movimento ecumênico e aos debates teológicos inspirados no pensamento europeu do após-guerra, bem como na teologia latino-americana, cuja vertente mais conhecida era a *teologia da libertação*. Não obstante, prevaleceu a influência poderosa da ideologia conservadora-fundamentalista e anticomunista, conforme descreveu Lyndon Santos:

> As igrejas evangélicas passaram a receber um tipo de pregação mais conservador e fundamentalista, oriundo das altas lideranças que apoiavam o regime. O ambiente eclesiástico reproduziu o que a sociedade vivia sob símbolos e discursos religiosos. Os evangélicos tornaram-se mais intolerantes com relação às diferenças, contradizendo sua herança de tolerância. Ser evangélico era possuir uma ética pessoal exemplar, estar preocupado com o comportamento e com a transmissão da experiência religiosa para os "perdidos".[299]

A "herança de tolerância" a que se refere Santos sempre esteve mais na idealização do que na realidade das denominações. As igrejas, que já antes não formavam cidadãos para os movimentos sociais, embora nos anos 60 houvesse discursos de incentivo ao engajamento em partidos e sindicatos [300], criaram um tipo de militância religiosa interna, a

---

[299] SANTOS, Lyndon de Araújo. O púlpito, a praça e o palanque: os evangélicos e o regime militar brasileiro. In: FREIXO, Adriano de; MUNTEAL Filho, Oswaldo (org.). **A ditadura em debate:** estado e sociedade nos anos do autoritarismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p. 159.

[300] Quando a conjuntura política parecia favorável às forças reformistas e de esquerda, ligadas ao governo de João Goulart, igrejas conservadoras deram espaço para manifestações compatíveis com o momento. "Em setembro de 1962, o Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) aprovou o 'Pronunciamento social', documento de clara inspiração progressista. Dentre outros compromissos, a IPB deveria 'incentivar seus membros a assumirem uma cidadania responsável, como testemunhas de Cristo, nos sindicatos, nos partidos políticos, nos diretórios acadêmicos, nas fábricas, nos escritórios, nas cátedras, nas eleições e nos corpos administrativos e judiciários do país'" (SANTOS, 2005, p. 172). "Em 1963, foi divulgado o 'Manifesto dos pastores batistas do Brasil', que, dentre outros aspectos, defendia a Constituição de 1946, a Carta das Nações Unidas e a Declaração dos Direitos

fim de prender os fiéis ao sagrado, reduzindo ao mínimo suas incursões no mundo social. Neste mesmo ambiente interno, tradições eclesiais de democracia formal eram mantidas: democracia direta, no caso das igrejas de organização congregacional, e indireta, nas igrejas governadas por presbitérios e similares. Estas práticas serviram, ainda que timidamente, para a capacitação política de evangélicos que se lançaram na vida pública, antes, durante e após o regime militar.

Santos sintetiza, simbolicamente, em três espaços, a trajetória política dos evangélicos, durante o regime militar: púlpito, praça e palanque. Do púlpito se afirmava, nos anos 70, que "crente deve votar no governo" e "crente não se mete em política". A ênfase estava colocada na obediência às autoridades, conforme Romanos 13, e na frase de Jesus: "Dai, pois, a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus" (Mateus 22:21), com a intenção de separar as esferas do político e do religioso. Para Santos: "Se quisermos encontrar alguns dos principais porta-vozes do regime militar no espaço e no tempo cotidianos do período pós-64, busquemos os milhares de pregadores dominicais".[301] E mais: "Não somente as prédicas noturnas, mas o ensino regular e sistematizado nas escolas dominicais e nos seminários teológicos, onde se formavam lideranças eclesiásticas, foi um dos instrumentos de reprodução de valores e idéias do regime".[302] O bipartidarismo imposto pelos militares calhava bem na mentalidade maniqueísta da maioria evangélica. Era fácil demonizar a oposição, agrupada no MDB (Movimento Democrático Brasileiro), e associar a prática da vontade divina aos que se organizavam na Arena (Aliança Renovadora Nacional), braço do governo militar.

Os evangélicos podiam ocupar a praça com desenvoltura, a fim de fazerem proselitismo, porque seus discursos religiosos favoreciam ao regime, mesmo quando não era esta a intenção. O uso de alto-falantes e a entrada em cena de novas emissoras de rádio-difusão, com espaços de programação para igrejas evangélicas, marcaram o período. Em

---

Humanos. Apelavam para que seus princípios fossem 'universalmente aplicados, de sorte a serem banidos da face da Terra a *exploração do homem pelo homem ou pelo Estado*, em qualquer das suas formas, e os *totalitarismos de toda espécie*, assegurando-se a prática da verdadeira democracia'. O manifesto estimulava os membros das igrejas à participação efetiva na vida política do país, integrando-se nas organizações de classe. Preconizava a urgência das reformas agrária, eleitoral, administrativa e da Previdência Social, como meios de combater as injustiças sociais, o cerceamento das 'liberdades essenciais', além de outras reivindicações" (SANTOS, *op.cit.*, p. 172-3). Como no sistema batista cada comunidade local é autônoma, este manifesto dos pastores não podia representar a vontade da denominação. Contudo, ambos os documentos serviram, pelo menos formalmente, para colocar as respectivas igrejas dentro da discussão dos grandes temas sociais e "reformas de base" propostas pelo governo de Jango.

[301] SANTOS, *op.cit.*, p. 162.

[302] Ibidem.

décadas seguintes, com a pentecostalização de parte do protestantismo e o surgimento do neopentecostalismo, ocorreu o avanço para a mídia televisiva. Este era um caminho de evolução previsível. O uso destes meios poderosos de propaganda da fé contribuiu para a popularização de líderes evangélicos, facilitando o ingresso de alguns deles no campo político-eleitoral.

A presença no palanque resultou em representação no Congresso. Entre 1950 e 1964, foram eleitos de nove a treze parlamentares evangélicos, quase todos de igrejas históricas não-pentecostais. Em 1964, havia dez deles no Congresso, sendo cinco presbiterianos, dois batistas, dois congregacionais e um pentecostal. Representavam eleitores de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Suas campanhas não tinham caráter corporativo, pois não contavam com apoio oficial das denominações a que eram filiados.

Leonildo Campos compara o modo de participar na política dos antigos candidatos de tradição protestante histórica com o novo modo corporativo de conquistar espaços públicos praticado principalmente por denominações pentecostais e neopentecostais.[303] Campos desenvolve dois "tipos ideais" de políticos: os *políticos evangélicos* e os *políticos de Cristo*. Os primeiros inspiravam-se em idéias liberais dos norte-americanos e não eram, a rigor, portadores de uma utopia transformadora da sociedade. Estavam motivados por valores como liberdade de consciência e separação Igreja e Estado, bandeiras cuja defesa era necessária, por causa da influência muito forte da Igreja Católica no espaço público apesar da condição laica da República. Esses políticos, que surgiram principalmente a partir dos anos 1930, não representavam projetos corporativos de suas igrejas. Eram resultantes de iniciativas individuais e buscavam votos no público evangélico, apenas por pertencerem a esse ambiente. De fato, havia resistências, por parte das igrejas evangélicas, de se envolverem com política, seja partidária, sindical ou nos movimentos sociais em geral. Campos analisa as razões históricas e sociológicas dessa fuga às "coisas do mundo", fruto de uma "teologia cansada de guerra", que veio com a obra missionária norte-americana.

---

[303] CAMPOS, Leonildo Silveira. Os *políticos de Cristo* – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: BURITY, Joanildo A. e MACHADO, Maria das Dores C. (org.). **Os votos de Deus**: evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006, p. 29-89. Essa abordagem de tipos ideais foi originalmente apresentada pelo autor no GT Religião e Sociedade, durante a XXVI reunião da ANPOCS, em Caxambu (MG), outubro de 2002, com o título: **Os "políticos de Cristo" -** as mutações do comportamento político de protestantes históricos e de pentecostais no Brasil.

O outro tipo ideal, proposto por Campos, é o "político de Cristo", cuja prática, "ao contrário da forma de atuar de muitos dos antigos 'políticos evangélicos', não passa pela valorização do sistema partidário, nem pela defesa de ideologias políticas, propriamente ditas.".[304] A atuação deste novo agente, que iria se consolidar a partir do Congresso Constituinte de 1987-88, é pautada por demandas corporativas da denominação. São os objetivos da igreja, a serem alcançados no jogo de relações dentro dos aparelhos do Estado, que irão determinar definição de candidatos, escolha de partidos e estratégias eleitorais, para garantir a conquista da fatia desejada de poder, geralmente nos parlamentos, embora também não esteja descartada a disputa para cargos majoritários. Os candidatos podem estar distribuídos em diferentes partidos, pois é feita uma rigorosa análise das chances eleitorais, a partir de cálculos de quociente eleitoral. Portanto, a questão não é ideológica. Como destaca Campos:

> Os partidos ou programas não [...] fazem diferença alguma [para os candidatos], porque o essencial para eles é a manutenção do apoio da Igreja que o elegeu. Sem essa Igreja, ele nada é; perde a função de locutor, pois o discurso não lhe pertence; não passa de um mero ator coadjuvante, que participa de uma dramaturgia que não dirige; e recebe da instituição que o escolheu um *script* pronto para uma atuação fundamentada na plena, total e irrestrita obediência às autoridades religiosas. O "político de Cristo" é uma figura vazada, que somente a instituição, as massas ou as circunstâncias, podem preencher.[305]

Durante o regime militar, houve repressão interna nas igrejas presbiterianas (do Brasil e Independente, ou seja, IPB e IPI) e nas igrejas da Convenção Batista Brasileira. Alguns membros foram delatados e entregues aos torturadores por seus próprios irmãos de fé. Pastores se tornaram alunos da Escola Superior de Guerra, como foram os casos de Nílson do Amaral Fanini, da convenção batista citada, e Firmino da Anunciação Gouveia presidente da Assembléia de Deus no Pará, para ficar em apenas dois exemplos, dentre muitos que constam nos arquivos da ESG e das ADESG [306]. Em dissertação de mestrado [307] foram registrados alguns fatos que indicaram a convivência amistosa da Assembléia com o regime.

---

[304] CAMPOS, 2006, p.85.
[305] Idem, p. 85-6.
[306] Sigla da Associação de Diplomados na Escola Superior de Guerra, existente em cada unidade da federação brasileira, unidades estas responsáveis, também, pela disseminação da ideologia militar entre lideranças da sociedade, no período da ditadura (1964-85).
[307] BAPTISTA, 2002, p.130-1.

> A conquista do poder pelos militares foi festejada pela Assembléia de Deus como manifestação da providência de Deus, para evitar que o Brasil caísse nas garras do comunismo, comparado a um monstro que subjugava 900 milhões de pessoas no mundo, segundo o jornal *Estandarte*, de março-abril de 1964.[308]
>
> Enquanto a Assembléia de Deus adquiria visibilidade e se credenciava como organização confiável para os militares no poder, as duas regionais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) na Amazônia eram motivos de preocupação para essas autoridades castrenses, em razão das posturas críticas assumidas pelos bispos, diante do regime autoritário.
>
> A partir da gestão do Coronel Jarbas Passarinho no Ministério da Educação, a Assembléia de Deus voltou a receber subvenção do Estado, destinada à construção do seu instituto teológico. No período de 1970 a 1974, foram US$ 28,035.00 de doações dessa fonte, conforme atas administrativas da Igreja, do mesmo período.[309]
>
> Com o trabalho do deputado estadual Antônio Teixeira[310] e do federal Gabriel Hermes Filho, o Seminário Teológico da Assembléia de Deus, em Belém, foi considerado de utilidade pública, obtendo, assim, isenção de impostos.[311]
>
> Enquanto a igreja recebia essas benesses e verbas do Estado, o jornal *Estandarte,* de fevereiro de 1970, verberava um editorial contra os pastores que se engajassem na política.
>
> Em 1982, foi a vez da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) ajudar o Abrigo de Idosos "Etelvina Bloise", com a quantia de US$ 2,913.00, a pedido do então senador Jarbas Passarinho.[312]
>
> Em 1985, durante quatro meses, o pastor Firmino Gouveia participou de um curso na Escola Superior de Guerra, juntamente com outros líderes nacionais de denominações evangélicas brasileiras.

Algumas denominações tradicionais realizaram "limpezas" nos quadros docentes de suas instituições formadoras de pastores e, em situações extremas, decidiram fechar as portas das próprias instituições. Conforme relata Santos:

> As intervenções nas instituições teológicas funcionaram para expurgar lideranças que passaram a ser vistas como semeadoras de idéias modernistas, ecumênicas e comunistas. Foram também um meio de tornar seus ensinos afeitos aos interesses dos novos dirigentes denominacionais alinhados ao regime instaurado. A perseguição, a censura e o cerceamento

---

[308] Este registro foi citado por CHESNUT, 1997, p.148.
[309] Idem, p. 150.
[310] Português de nascimento, o deputado Antônio Teixeira era membro da Assembléia de Deus. Exerceu diversos mandatos e ocupou a presidência da Assembléia Legislativa do Pará. Era também ligado aos panificadores do mesmo estado.
[311] CHESNUT, p. 150-151.
[312] Idem, p. 152-153.

> da liberdade dos artistas e intelectuais, promovidos pelo regime ditatorial, tiveram seu equivalente nas instituições religiosas por iniciativa das 'novas' cúpulas de dirigentes eclesiásticos concordantes com o poder.[313]

A tradição liberal de governo interno dessas igrejas do protestantismo histórico, que, a rigor, não era tão cultivada no dia a dia, ficou mais fragilizada, ao incorporar práticas autoritárias do regime. Jornais denominacionais ampliaram a censura ideológica que já praticavam, houve concentração de poder em lideranças intolerantes, além dos já citados episódios de fechamento de seminários e delação de líderes para os aparelhos de repressão. A coisa funcionou como se houvesse um caldo de cultura autoritário à espera de que se manifestasse um regime de mesma natureza para que fosse instaurada a intolerância, sem constrangimento e de modo ostensivo, nessas igrejas.

No sentido quantitativo, o regime fez bem a esse segmento religioso. Em 1970, os evangélicos totalizavam 4.833.106 de pessoas, ou 5,2 % da população brasileira. Em 1980, eram 7.885.650, correspondendo a 6,6 % do total, e em 1991, somavam 13.157.094, ou seja, 9,0 % da população. No caso dos pentecostais, o censo demográfico somente passou a dar tratamento específico a partir de 1980, quando foram registrados 3.863.320, portanto 3,2 % da população. Em 1991, eles alcançaram a marca de 8.768.929, equivalendo a 6,0 % do total de habitantes do País.[314]

Pode-se afirmar que o campo religioso evangélico passou por mudanças irreversíveis ao conviver pacificamente com o regime militar. Santos considera que:

> A visibilidade numérica e a presença mais evidente na paisagem das cidades, a utilização de meios de comunicação como televisão e rádio, o potencial de votos nas eleições, a presença de políticos evangélicos nas instâncias do poder político, a força institucional das denominações e a ampliação de seus patrimônios – tudo isso produziu posições outrora não adotadas por parte dos evangélicos.[315]

---

[313] SANTOS, 2005, p. 178.
[314] JACOB, César Romero *et alli*. **Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: PUC; São Paulo: Loyola, 2003, p. 34.
[315] SANTOS, *op.cit*., p. 180.

2.4 – Um Estado empreendedor-burguês

O Estado brasileiro não se caracteriza apenas como espaço de práticas patrimonialistas. Ele vai além, como viabilizador da ordem capitalista. De 1930 a 1980, marcou forte presença como ente organizador da economia e produtor, através de políticas e empresas públicas, fazendo que o Brasil alcançasse um crescimento econômico com elevadas taxas no contexto mundial. Esse Estado já trazia uma vocação centralizadora e empreendedora, desde o período colonial, face sua característica de poder externo e acima da sociedade, que pairava sobre as oligarquias locais, como árbitro e legitimador de privilégios dessas mesmas forças. Também se verificou uma continuidade da atuação unificadora do Estado, em aspectos como: expansão e manutenção do território, atuação diplomática, implantação de infra-estrutura e qualificação burocrática dos funcionários.[316]

A relação desse Estado-empresário frente aos interesses emergentes da sociedade foi marcada por dificuldades que podem ser pontuadas da seguinte maneira, seguindo, em linhas gerais um resumo de Sorj:

- a face autoritária, tecnocrática e elitista do Estado se opôs à crescente mobilização da sociedade em busca da democracia e da justiça social;

- o Estado sempre se manteve como espaço de práticas patrimonialistas, em benefício de políticos e empresários, aqueles pelo fomento ao clientelismo, a fim de se manterem no poder, e estes realizando a acumulação capitalista de variadas formas;

- partes representativas do operariado e da classe média não foram cooptados pelo Estado; os sindicatos de funcionários se tornaram focos de resistência ao regime autoritário[317], principalmente a partir do sindicalismo praticado na região do ABC paulista, em final dos anos 70 e início dos 80;

---

316 Cf. SORJ, 2001, p. 16-7.

317 Embora Sorj não mencione, é preciso registrar o fato de que desde a era Vargas houve cooptação dos trabalhadores, através de uma política sindical tutelada pelo Estado, junto com a criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Enquanto Getúlio Vargas se tornava líder dos "trabalhadores do Brasil" e conquistava a massa de despossuídos como o "pai dos pobres", ele ajudava a organizar as velhas oligarquias e outros grupos conservadores dentro do Partido Social Democrático (PSD).

- nos anos de 1970, o Estado criou uma reserva de mercado em informática que resultou no atraso tecnológico dessa área, com conseqüências para outros setores;

- a persistência no modelo de crescimento, via empresa estatal, perdeu força; enquanto isto acontecia, o endividamento externo e posterior serviço dessa dívida debilitaram a capacidade de investimento do mesmo Estado;

- nos anos de 1980, a burguesia já não dava sustentação ao regime; a sindicalização de trabalhadores no ABC e de funcionários dos serviços públicos e estatais, em todo o Brasil, potencializou segmentos bem organizados da população; a sociedade exigia democratização, que veio na segunda metade da mesma década, simbolizada, principalmente, pelos trabalhos do Congresso Constituinte, entre 1987 e 1988.[318]

2.5 – Estado e capitalismo de periferia

A forte presença do Estado como formulador de políticas industriais e organizador da produção caracteriza-o como indutor de um capitalismo dependente. De fato, as relações e o modo de produção da sociedade brasileira são, predominantemente, capitalistas. Não obstante, como se tem observado, persistem na sociedade brasileira instituições sociais que não têm relação necessária com a dinâmica do capitalismo de mercado, tais como: o patrimonialismo, uma acentuada desigualdade social contrabalançada por vigorosa sociabilidade, e o Estado racionalizador, com forte presença na economia. Também cabe reconhecer que essas instituições foram influenciadas e remodeladas pelo processo de acumulação material, gigantesco e, sobretudo, concentrador, para benefício de poucos grupos que dominam a economia do País.

O *pensamento cepalino* interpretava o capitalismo latino-americano como "incompleto" e em processo de "transição". Nos anos de 1970, passou a dominar uma lógica econômica de acumulação capitalista que ignorava a condição dependente desse sistema econômico. "A globalização e, em especial, os problemas criados pela dívida

[318] SORJ, 2001, p. 18-9.

externa colocaram a problemática do desenvolvimento brasileiro dentro de uma análise de fluxos econômicos globais, na qual o país parecia haver perdido sua autonomia".[319] O patrimonialismo, neste contexto, teria duas leituras: a dos liberais, para quem esse componente cultural seria produto da insuficiente aplicação das regras de mercado, e a da esquerda, para quem a prática patrimonialista seria apenas uma das formas de exploração exercida pela classe dominante. Sorj observa que tem havido certa inibição na análise crítica do patrimonialismo, seja porque intelectuais de esquerda consideram o fato de alguém se ocupar com o tema da corrupção uma forma de tergiversar típica da direita, a fim de não encarar a questão estrutural da exploração capitalista, seja porque esses mesmos intelectuais usufruem, em grande medida, de privilégios corporativos intrínsecos às bases sociais do campo acadêmico brasileiro.[320]

Na interpretação de Sorj, a crença de que certas instituições da sociedade brasileira sejam funcionais ao capitalismo carrega dois equívocos: o primeiro é a suposição de que o capitalismo tenha características essenciais, dissociadas do processo histórico no qual se desenvolveu; o segundo é acreditar que o capitalismo se apresenta como um todo coerente, independente dos condicionamentos culturais presentes antes e durante o desenvolvimento deste modo de produção. Para Sorj, enquanto os economistas brasileiros acreditavam na "pureza" do capitalismo, cientistas sociais de outros países aplicavam-se ao estudo das influências de tradições, redes sociais e valores religiosos, de modo a reconhecerem uma diversidade de capitalismos afinados com suas respectivas instituições locais.[321]

Neste sentido, considera-se pertinente estudar o papel do pentecostalismo na realidade brasileira, porque se trata de uma das muitas criações (ou recriações) nativas "através das quais os brasileiros enfrentam seus problemas materiais e emocionais imediatos e fazem renascer o sentido e a esperança em suas vidas", conforme destacou Regina Novaes em um de seus textos sobre pentecostalismo no ambiente urbano.[322]

---

[319] Idem, p. 20.
[320] Ibidem.
[321] SORJ, 2001, p. 20. Exemplo desse exercício intelectual são estudos sobre o desenvolvimento de *capital social* em comunidades pobres que emergiram para uma condição sócio-econômica melhor, realizados por ideólogos do Banco Mundial e outros sem vínculo com essa instituição. Uma obra reconhecida no campo acadêmico é PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
[322] NOVAES, Regina. Pentecostalismo, política, mídia e favela. In: VALLA, Victor Vincent (org.). **Religião e cultura popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 41-74.

2.6 – Estado, cidadania e anticidadania.

Serão feitas, preliminarmente, breves considerações sobre este tema de capital importância na história política. Para os gregos, ser cidadão era participar ativamente da vida da *polis*; para os romanos, era gozar de determinados privilégios políticos e jurídicos; para os anglo-saxões, estava na igualdade perante a lei e no usufruto da propriedade e liberdade individuais. Nas experiências revolucionárias, francesa em 1789 e russa em 1917, cumulativamente a todo o conjunto citado de requisitos, somava-se a exigência de justiça social como valor substantivo para o pleno exercício da cidadania. Todavia, ser cidadão é sempre uma forma particular de pertença a uma comunidade e acesso aos direitos e responsabilidades que esta garante. A cidadania moderna, segundo Sorj, resulta de uma bricolagem histórica, onde entram ingredientes normativo-utópicos e analítico-descritivos de diversas tradições.[323]

Ainda Sorj se refere ao estudo de Roberto Schwarz, sobre as "idéias fora do lugar"[324], resultado da confrontação entre liberalismo e práticas sociais brasileiras. Todavia, para Sorj, esta tese tem que ser relativizada, pois pode minimizar a importância das instituições em conquistas recentes da cidadania e também porque ela pode induzir o leitor a acreditar que em outras sociedades há coerência entre o sistema jurídico formal e as práticas sociais, o que não passa de uma idealização.[325]

A ineficácia dos aparelhos jurídicos e repressivos no Brasil deixa toda a população ameaçada, mesmo aquela parcela que goza de privilégios negados à maioria dos brasileiros. Como não faz sentido haver subcidadãos e supercidadãos, Sorj admite que todos os brasileiros se enquadram na condição de não-cidadãos.[326] Por esta razão, a cidadania continua sendo referência de algo almejado, porém não conquistado, haja vista as pesquisas de opinião, que Sorj consultou, terem apresentado como principais problemas da sociedade brasileira a falta de justiça social e a impunidade dos poderosos. Nessas sondagens mesclaram-se valores democráticos e religiosos, com experiências de luta contra o regime

---

[323] SORJ, 2001, p. 25.
[324] Esse estudo constitui o primeiro capítulo da obra: SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000, (Coleção Espírito Crítico).
[325] SORJ, 2001, p. 25-6.
[326] Idem, p. 25.

militar, mobilizações pelas "diretas-já" em 1984, deposição do presidente Collor em 1992, além de discursos ambíguos da mídia. Outros sinais de que a população desenvolveu uma visão crítica contra o *status quo* e aspira mudanças, para que se torne realidade o exercício de valores democráticos e de plena cidadania, são as suspeitas levantadas, sistematicamente, contra políticos, e insatisfações contra a impunidade e inoperância das instituições, no que tange à punição de corruptos e fraudadores.[327] Sem acesso igual a bens coletivos, como emprego, educação, saúde, moradia e previdência, a cidadania continuará sendo uma quimera distante dos brasileiros.

Sociedades capitalistas criam instituições para administrar conflitos gerados pela inevitável distribuição desigual de riquezas, dentro da ordem liberal. No caso europeu, destacam-se sindicatos e partidos; nos Estados Unidos, verifica-se uma grande fragmentação social, configurada pela atuação de grupos de interesse e manifestações de mero individualismo. No caso do Brasil, a organização e minimização do conflito social estão atrasadas, porque os donos do poder, as elites, têm subestimado a capacidade de demandar da população carente e conservam os esquemas de negação da cidadania. Faltam investimentos em educação, não há interesse em desenvolver valores da nacionalidade, reconhecer a diversidade cultural e potencializá-la, estimular o papel ético e agregador das religiões e tornar o Estado brasileiro um verdadeiro servidor da sociedade. Falta, principalmente, ampliar e radicalizar a democracia, sobretudo na dimensão econômica da redução das disparidades sociais e regionais.

Segundo Sorj, as elites brasileiras têm controlado o conflito social "pelo alto", através de benesses e distribuição de cargos públicos. Foram cooptadas lideranças sindicais com o imposto obrigatório e uma legislação que as favorecia. Os grupos no comando do Estado instituíram empréstimos e financiamentos subsidiados, benefícios fiscais e favorecimentos aduaneiros, como formas de retribuição aos agentes econômicos que financiam suas eleições, ou como forma de legislarem corporativamente, visto que não é incomum empresários ocupando lugares no parlamento e nos executivos, a fim de praticarem mais eficazmente o patrimonialismo em causa própria.[328]

---

[327] Idem, p. 26.
[328] SORJ, 2001, p. 26-7.

A prática política brasileira se apóia em uma disciplina frouxa que suporta trocas de siglas partidárias numa mesma legislatura, o que obriga o executivo a negociar cada voto, em cada matéria, individualmente, para obter maiorias *ad hoc*. O vínculo do eleitor ao seu representante é também problemático, pois é difícil e trabalhoso o acompanhamento do desempenho do parlamentar e, no caso do eleito não estar correspondendo às expectativas dos eleitores, é quase impossível a estes retirarem o mandato que outorgaram ao político relapso. O sistema de governo presidencialista, com a instituição das "medidas provisórias", tornou mais remoto o ideal do equilíbrio de poderes. No sistema vigente, o parlamentar é muito mais um lobista de interesses de grupos privados do que um representante popular de um projeto de sociedade.

O regime militar de 1964 destruiu o antigo sistema partidário e substituiu-o por um sistema com duas frentes de composições bem heterogêneas: de um lado, os que apoiavam o regime, cooptados mediante concessões de emissoras de rádio, cargos no governo e recursos em prol de "fundações" dos próprios parlamentares; de outro, todos os que se opunham ao regime, a partir de ideologias diversas, desde liberais convictos até esquerdistas radicais. Desde o Congresso Constituinte de 1988, quando foi superada a vigência dessa camisa de força imposta pela ditadura militar (1964-85), tem sido difícil consolidar o sistema partidário, devido a diversos fatores, com destaque para a legislação, tendo-se em conta que ela favorece a criação de legendas de aluguel e facilita práticas patrimonialistas, corporativistas e clientelistas. Tanto direita como esquerda fazem uso do patrimonialismo e do corporativismo. O Partido dos Trabalhadores, por exemplo, construiu parte de sua base no funcionalismo público, que tem defendido seus interesses de forma corporativa, resistindo a uma reforma do Estado e a transformações no sistema produtivo e tecnológico, de que o País tanto necessita.[329] Como um representante bem estruturado da direita, o Partido da Frente Liberal congrega banqueiros e oligarcas rurais, além de políticos que sustentaram a ditadura militar, todos bastante experimentados no jogo que os garante perpetuarem-se no poder. A competência destes grupos esteve sendo demonstrada na forma hábil como se reciclaram para aliar práticas patrimonialistas com discurso "atualizado" de privatizações, liberalização da economia e projetos de responsabilidade social.

[329] SORJ, 2001, p. 27.

A construção de um projeto de sociedade é complicada, diante de um cenário político caracterizado por partidos frágeis, organizações mediadoras, como sindicatos e outras associações, fragmentadas em seus objetivos, classes médias distribuídas em grupos divergentes e uma grande massa de pessoas excluídas das condições básicas de sobrevivência. Há um distanciamento, ou até antagonismo, entre essa sociedade e o Estado que dela se serve, pois este permanece sob controle de minorias que manobram instâncias de poder como instrumentos para fazerem apropriação de riquezas produzidas coletivamente.

O modo como esta concentração de bens foi feita pode ser percebido pela estratificação e discriminação que o mesmo Estado faz na partilha de serviços públicos. De fato, o Estado disponibiliza, de forma seletiva, o acesso a serviços de água, eletricidade, esgoto, transporte, telefone, segurança, moradia, coleta de lixo, saúde e educação, para populações integradas na economia formal, com privilégios para as mais abastadas e prejuízo para as populações pobres que moram em periferias e lugares insalubres da rede de cidades brasileiras. A generalização é cabível, pois, embora haja exceções, não se vislumbra reversão deste quadro. Por esta razão, Sorj assegura que *"o acesso diferenciado a bens de consumo coletivo é um elemento central na composição da desigualdade social no Brasil"*.[330]

Sorj também constata que *"a desigualdade social tem forte componente espacial"* no Brasil.[331] Existe uma concentração maior de pobres nas regiões Nordeste e Norte, assim como nas zonas rurais. É consensual a crítica à modernização conservadora na agricultura, responsável pela expulsão de milhões de pessoas do campo, desde os anos 60, mas essa crítica carece de aprofundamento quanto aos aspectos positivos e negativos da migração. Por exemplo, houve concentração de populações nas cidades e aumento de sua capacidade de mobilização. Também se registraram variações nas taxas de natalidade, com conseqüências para a distribuição espacial da pobreza entre as regiões geográficas e entre campo e cidade. Segundo Sorj: "A distribuição espacial desigual da pobreza cria tensões para o sistema político na medida em que exige políticas regionais compensatórias, tarefa

[330] SORJ,2001, p. 21, grifos no original.
[331] Idem, p. 22, idem.

árdua pela dificuldade de transferir recursos para regiões com baixa capacidade de gestão autônoma, e onde os altos níveis de desigualdade favorecem práticas patrimonialistas".[332]

Não é só no aspecto econômico e espacial que se verifica a discriminação, pois *"a desigualdade social no Brasil tem um forte componente racial e de gênero"*.[333] Os negros são os mais atingidos por práticas de preconceito no mercado de trabalho, como, também, pela ação da polícia e sistema judiciário, seja no acesso a empregos e remuneração, seja pela suspeição e rigor na apuração de delitos e crimes. Ações afirmativas pouco prosperaram e geraram mais polêmica do que bons resultados, como alternativa para romper o imenso quadro de desigualdades, embora se reconheça que houve avanços, principalmente na tomada de consciência do problema. Face à ampla miscigenação, fica difícil definir quem é negro na sociedade brasileira. O problema é muito complexo, pois, como ressalta Sorj:

> ... frente ao modelo americano, de formação de identidades políticas através do associativismo e da afirmação dos direitos cívicos de minorias, ou do modelo europeu, no qual a legitimidade de uma minoria passa por sua relação com e contraposição à ideologia do que seja nacional, a cultura brasileira se constituiu [...] em torno da abertura para o novo e a absorção da diversidade dentro de um sincretismo religioso e cultural, em grande parte à margem da relação com o Estado.[334]

Deste modo, a adoção de políticas de reconhecimento, importadas do hemisfério norte, em vez de trazer solução adiciona novos componentes à já complicada dinâmica de discriminação brasileira. Trata-se de um remendo estranho para o roto tecido social brasileiro, embora convenha que sejam apreciados esses esforços, enquanto se tenta adequá-los à realidade local, já que melhores propostas não têm sido apresentadas. As mulheres também são discriminadas, apesar de constituírem mais de um terço da força de trabalho. Há uma tendência à elevação do nível educacional feminino, o que sinaliza para possíveis melhorias de sua condição profissional, inclusive em postos de chefia, desde que superados preconceitos de gênero.

Já foi mencionada a relação entre região e lugar de moradia e o acesso aos serviços básicos para a população. Quanto a condições de emprego e proteção social, que

---

[332] Ibidem.
[333] Ibidem.
[334] SORJ, 2001, p. 22-3.

possibilitam ou dificultam o acesso a bens de consumo, tem-se, simplificadamente, três categorias:

a) funcionários públicos, com faixa salarial bem variada, mas com estabilidade e regras de aposentadoria mais favoráveis do que as do setor privado;

b) assalariados do setor privado, inscritos na previdência social, com formas diversas de relações de trabalho e ampla variação de salários;

c) trabalhadores sem proteção social, constituindo a maior parte da força de trabalho, desde empreendedores até ambulantes, serviçais domésticas e assemelhados.

Se em todas as sociedades o Estado tem papel na diferenciação e manutenção da estrutura de classes, no Brasil este papel é mais relevante, porque sua presença é mais marcante aqui.[335] Assim, é possível considerar o Estado a serviço das elites muito mais um vilão do que um grande pai, como procuravam aparentar os agentes do populismo, sobretudo durante a era Vargas, mas constituindo-se, realmente, em retórica comum e atualizada de governantes brasileiros. O fato é que grande parte da população perdeu a proteção paternalista e caiu na marginalidade de órfãos de pai vivo desse mesmo Estado.[336]

O pentecostalismo ajuda a reforçar esse quadro de anticidadania, segundo a perspectiva de Cartaxo Rolim. Em *Pentecostais no Brasil* (1985), ele destaca que a vertente branca norte-americana do pentecostalismo trouxe para a sociedade brasileira uma religião "marcada pela nítida separação entre o religioso e o social".[337] Não era apenas uma questão de omissão, mas de recusa ao compromisso sócio-político, uma forma radical de afastar os crentes da atividade sindical e partidária. Segundo Rolim, a nova ordem do *Estado Novo,* de 1937 a 45, que reprimia os sindicatos, instalou condições favoráveis para a expansão do pentecostalismo. Reduzidos os canais de solidariedade sindical, restou à religião pentecostal preencher esse espaço, junto às camadas pobres da população urbano-industrial.

---

[335] SORJ, 2001: p. 24.
[336] O objetivo não é meramente criticar programas sociais como *Fome Zero*, do governo Lula (2003-6), ou *Comunidade Solidária*, do anterior (FHC, 1994-2002), mas o que se pretende é evidenciar que estes esforços constituem medidas pontuais e paliativas, sem qualquer tipo de empenho para alterar a estrutura social estratificada da sociedade brasileira.
[337] ROLIM, 1985, p. 41 e 71.

A legislação obreira pregava harmonia entre patrões e empregados, coincidente com a ética religiosa mencionada.[338]

Rolim levanta uma questão com fundamento teórico em Weber, Marx, Gramsci e Poulantzas, para interpretar o fenômeno pentecostal na formação social brasileira: de que modo os agentes da religião se relacionam com as forças produtivas e como o pentecostalismo se situa no plano ideológico-político da sociedade? Uma possível resposta é: a mensagem pentecostal remete ou transfigura a solução dos males sociais para a esfera do poder de Deus.[339]

A organização pentecostal tem um modelo piramidal hierárquico cujo governo não é escolhido pela base, embora esta o sustente, legal e financeiramente, e forneça elementos que preencherão seus quadros de diáconos, presbíteros e pastores: exemplo extremo de submissão, legitimado por uma interpretação fundamentalista de textos bíblicos. De fato, o pentecostalismo reproduz a relação de dominação que caracteriza a sociedade capitalista. Rolim atribui a falta de engajamento social a este exercício permanente de submissão e obediência imposto ao crente, no dia a dia da vida das comunidades pentecostais.[340]

Conforme análise feita por Novaes, o comportamento dos pentecostais não seria tão dócil à dominação, como se costuma propagar de forma até estereotipada. O último capítulo de sua obra, "Os escolhidos de Deus", é denominado *O apartamento das "coisas do mundo" e as formas de participação política dos agricultores.*[341] Nesse texto, a autora indica que as eleições intensificavam os contatos dos "ricos" com os "pobres", porém de uma forma utilitarista, com troca de votos por favores. Novaes verificou que "os crentes" levavam para a política aspectos de sua pertença religiosa, como intransigência na busca de direitos trabalhistas e submissão ao veredicto da autoridade: "Os *crentes* contaminam a luta pelos direitos com suas convicções e determinações".[342] A condição de "irmãos" levava-os a uma "convivência mais intensa entre iguais", fomentava surgimento de líderes e capacitava-os politicamente. Para Novaes, "ao dar realidade a determinados traços, o *crente* transforma o que antes era modelo idealizado em uma ética. Ética no sentido mais

[338] Idem, p. 80-1.
[339] Idem, p. 179-81.
[340] Ibidem.
[341] NOVAES, 1985, p. 126-38.
[342] Idem, p. 143.

profundo: em um motor de vida que pressupõe militância",[343] ou seja, estavam ali as exigências da fé traduzidas como prática social.

2.7 – Estado e sociabilidade pouco cordial

Nos anos 50, o Brasil ingressou num processo de industrialização que atraiu populações para as cidades, ampliou o mercado de consumo e enfraqueceu costumes tradicionais. As transformações sociais favoreceram uma ascensão do individualismo, associada à ampliação das incertezas, enfraquecimento da autoridade tradicional e surgimento de novas identidades coletivas.

Segundo Sorj, embora a literatura acadêmica negligencie o papel da sociedade nacional no processo de individualização, os "valores, gostos e atitudes compartilhados" continuam relacionados ao modo de ser de cada nacionalidade.[344] Há um mapeamento cognitivo-afetivo-social mais amplo, no qual se insere um *habitus*, entendido este como um "sentido genérico de interiorização e corporificação de atitudes e conhecimentos da classe e grupo social específico" a que pertencem os indivíduos.[345] Portanto, cabe ao sociólogo tentar identificar esse conjunto, que funciona como substrato de comportamento para o "saber viver" numa dada sociedade. É bom lembrar, porém, que nenhum sistema social tem um caráter coerente de valores. Há uma infinidade de condutas possíveis e inimagináveis, em cada formação humana, junto com princípios compartilhados, sem que, todavia, estejam direcionadas para superação das desigualdades sociais. Como alerta Sorj:

> Supor a existência de um código comum de sociabilidade não implica que estejamos introduzindo um conceito de caráter nacional que homogeneíza e iguala tudo nem que inexistam importantes subculturas e diferenças entre as classes sociais. Formas compartilhadas de sociabilidade são mecanismos necessários, inclusive para reproduzir as diferenças sociais.[346]

---

[343] Idem: p. 146.
[344] SORJ, 2001, p. 28.
[345] Ibidem.
[346] Idem, p. 29.

Pode-se afirmar que a sociedade brasileira oferece um quadro de sociabilidade com características desenvolvidas em processos de longa duração, das quais Sorj destaca algumas, enunciadas em itálico, que serão apresentadas e comentadas a partir deste ponto:

1) "A sociabilidade brasileira tem frágeis componentes cívicos, isto é, uma baixa identificação com os símbolos políticos do Estado e a noção de interesse público".[347]

Há uma distância entre o "ser brasileiro" e os símbolos políticos e cívicos. Não há uma formação cívica e se houvesse seria dificultada pela desconfiança que a sociedade tem em relação ao Estado, devido a este se comportar, historicamente, como espaço de privilégios. Diferente do que se observa na Europa e até na América Latina, em países do Cone Sul, o Estado brasileiro não tem sido capaz de utilizar a educação como instrumento de propagação de uma ideologia nacional. Patrimonialismo, clientelismo e impunidade contribuíram para esse descredenciamento do Estado como formador de valores cívicos. Sorj acrescenta: "A partir de uma baixa estima pelo Estado se desenvolve uma cultura de falta de respeito e burla generalizada à lei. Assim, a cultura brasileira e a formação de identidades funcionam em certa medida de forma independente do sistema político".[348] Há um lado positivo nisto: não se desenvolveu no Brasil uma cultura xenófoba e intolerante, como ocorreu em países da Europa, por exemplo.

O patrimonialismo, como era de se esperar, disseminou relacionamentos promíscuos entre o público e o privado, dificultando mesmo a percepção de fronteiras entre esses espaços. O público é percebido como "terra de ninguém", a impunidade incentiva o desacato à lei e os costumes tendem a alimentar uma cultura de transgressão, como a burla às leis de trânsito, às normas de segurança, etc. "No Brasil, o costume é não levar as leis a sério".[349]

2) "A sociedade brasileira apresenta práticas racistas, apesar de ser ideologicamente contrária ao racismo".[350]

---

[347] Idem, p. 30.
[348] Ibidem.
[349] Ibidem. Magalhães Barata, interventor no Pará, durante o *Estado Novo*, costumava dizer mais ou menos assim: "lei é potoca: para os amigos os privilégios, para os inimigos os rigores da lei". Este dístico baratista é citado no Pará sempre que se evoca a figura daquele que foi seu mais notável caudilho. Pela condição de liderança que ele e outros exerceram e exercem, o mau exemplo deles tem feito escola até os tempos atuais. Infelizmente, este pouco caso para com os deveres cívicos e com as leis em geral não é uma questão regional; trata-se de problema nacional.
[350] SORJ, 2001, p. 31.

Considerando a presença negra tão marcante na cultura brasileira e as discriminações que seus integrantes sofrem, por que o movimento negro não é forte e amplamente disseminado? Respostas sugeridas por integrantes do próprio movimento e por pesquisadores fundamentam-se em argumentos, tais como: a existência de um racismo interiorizado, traumas da opressão que já sofreram, falta de conscientização e deficiências em nossa cultura democrática. Sorj concorda com estas idéias, mas prefere considerar a especificidade da cultura o fator explicativo da fragilidade do movimento negro, quando criou "uma dinâmica de tolerância, sincretismo e absorção da diferença, sem eliminar o preconceito na prática". Essa cultura dócil e mesmo submissa vicejou à margem do Estado nacional. Diferentemente do que ocorreu em outros países, no Brasil não surgiu uma ideologia sistematizada de racismo, que, de modo ostensivo, discriminasse o negro, a ponto de induzi-lo a reforçar sua identidade. A pouca importância dada à memória contribui, também, para um esquecimento dos horrores da escravidão.[351]

Deve-se lembrar, porém, que houve disseminação de ideologias racistas no Brasil, entre 1870 e 1914, inspiradas em idéias de autores como Gobineau, Renan, Gustave Le Bon, Lapouge e Gumplowicz. No geral, eles faziam uma apologia da "raça branca" em detrimento de outras. Alguns escritores brasileiros, como Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Capistrano de Abreu e Nina Rodrigues, discutiram a mestiçagem como "problema" na formação do homem brasileiro. Nossa sociedade estaria ameaçada a ter um lugar medíocre no conjunto das nações, a menos que houvesse um "branqueamento" da população, através do ingresso de europeus e outros povos brancos, ou mediante desenvolvimento de uma "raça histórica" autóctone, a se constituir em processo de longa maturação. Estes seriam caminhos possíveis para fugir do perverso determinismo a que estava condenada a nação brasileira. Segundo Carlos Lessa:

> Gumplowicz afirmava que se as fronteiras ficassem fechadas por um longo período, a mestiçagem, estabilizada, daria origem a uma raça histórica homogeneizada e capaz de realizar um processo civilizatório. Euclides da Cunha acreditou que o sertanejo nordestino e o caboclo amazônico seriam

[351] SORJ, *op.cit.*, p. 31-3.

> protótipos da raça histórica brasileira e sujeitos possíveis da nossa civilização.[352]

Cabe lembrar aqui que o pentecostalismo brasileiro teve origem na vertente branca do movimento pentecostal norte-americano, trazido pelos suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren, e pelo italiano Luigi Francescon, pioneiros da Assembléia de Deus e da Congregação Cristã no Brasil, respectivamente. Por suas iniciativas foram plantadas sementes que floresceram e frutificaram em igrejas verdadeiramente populares, mas que nem por isso deixaram de reforçar a ideologia do branqueamento, pois a mentalidade era "salvar" os brasileiros dos vícios implantados pelo catolicismo português, mas também das maldições trazidas pelas religiões de matrizes africanas e indígenas. Ou seja, a mentalidade pentecostal era a mentalidade do branco norte-americano, com raízes italianas, suecas e anglo-saxãs.

3) "A sociedade brasileira é violenta".[353]

Mesmo quando aparenta ser uma sociedade cordial e lúdica várias evidências indicam que há uma guerra civil deflagrada na sociedade brasileira. São quadrilhas de traficantes de drogas em associação com setores da polícia controlando favelas, gangues de rua, torcidas organizadas, pessoas exploradas como escravas em fazendas, prisioneiros em condições desumanas superlotando celas de prisões, crianças e adolescentes sobrevivendo em ruas de grandes cidades, ou, também, superlotando dependências de casas de "recuperação". A condução irresponsável de veículos no trânsito ainda é uma das maiores causas de morte no Brasil. Essas situações exemplificam a omissão do Estado, o que estimula a perpetuação da violência em grau superlativo.[354]

Enquanto em outros processos civilizadores a sociedade inventou o Estado, no Brasil aconteceu o inverso, o Estado foi construído pelo colonizador e elites locais, como instrumento fundador e autoritário acima da sociedade nacional. A herança patrimonialista

---

[352] LESSA, 2000, p. 39-40.
[353] SORJ, 2001, p. 34.
[354] Ibidem.

portuguesa, num mundo mercantilista dominado pelos ingleses, desembocou suas contradições aqui. A mentalidade lusitana privilegiava a ostentação perdulária, o poder e a glória; o mercantilismo anglo-saxão exaltava a poupança e o investimento. Assim, estabeleceu-se no Brasil uma cultura híbrida, porém mais inclinada ao modelo lusitano, e, ao mesmo tempo, admiradora do sucesso material inglês e do êxito intelectual francês. Nessa sociedade elitista foi negada a cidadania para o pobre livre e para todos os que se situavam na periferia do modelo econômico. A esse pobre restava agregar-se a algum poderoso para obter concessões e ser tratado como beneficiário de uma falsa cordialidade paternalista. "Essa cidadania concedida foi reproduzida graças a uma 'cultura política da dádiva' que se sustenta num certo fetiche da igualdade e de encurtamento das distâncias pessoais, que tem justamente a finalidade de esconder as desigualdades sociais".[355]

Um indivíduo carente e acuado não pode expressar-se livremente, portanto não é cidadão. Instituições representativas não se desenvolvem onde o indivíduo é cerceado pela ação de grupos clânicos, corporativos, patrimonialistas e hierárquicos. Enquanto não houver quebra dessas estruturas, a esfera pública estará atrofiada e o Estado será refém de grupos privados. Em tal "modelo de cidadania de poucos" a cultura autoritária continuará a impulsionar um tipo de "modernização" conservadora.

2.8 – Estado e populismo

O populismo é um fenômeno presente na sociedade brasileira, desde a configuração política estabelecida pela Revolução de 1930. Trata-se de um estilo de governar sensível às pressões populares, que procura conduzir as massas, através da manipulação de suas aspirações. Costuma-se considerá-lo uma tentativa de resposta das oligarquias à crise de comando político, devido à sua incapacidade para manter hegemonia, no quadro de forças redesenhado com a emergência de novos atores sociais. Também é uma forma de desviar o foco do liberalismo, cujas promessas modernizantes estão sempre presentes nos discursos, mas ausentes na prática. O populismo veio com a era de Getúlio Vargas (1937-45) e

[355] MARTINS, 2002, p.98.

continuou sendo praticado como paternalismo carismático de outros governantes, após a Segunda Guerra, entre 1945 e 1964.

Sobre algumas interpretações do populismo, Ianni faz os seguintes destaques:

> o populismo foi uma deformação demagógica, carismática, do processo democrático que se estava ensaiando; teria sido um produto da atuação da esquerda brasileira, renegando seu compromisso com o socialismo e a revolução; foi responsável por desacertos governamentais e de partidos políticos, justificando o golpe de estado de 1964; compreendeu lutas e mudanças durante as quais o país ensaiou a formação do capitalismo nacional; foi uma época de crise de hegemonia, quando classes sociais antagônicas fizeram e refizeram acordos; seria a primeira experiência da social democracia brasileira; um período crítico da história da sociedade brasileira, quando as contradições da revolução burguesa poderiam desdobrar-se na revolução socialista.[356]

A política de massas era componente fundamental no projeto de Getúlio Vargas, que pretendia imprimir reformas na sociedade brasileira. Ianni a descreve como

> a combinação de interesses econômicos e políticos do proletariado, classe média e burguesia industrial [... com vistas] a favorecer a criação e expansão do setor industrial, tanto quanto do setor de serviços. Em concomitância, criam-se instituições democráticas, destinadas a garantir o acesso dos assalariados a uma parcela do poder.[357]

Essa engenharia política visava romper os vínculos com a "sociedade tradicional" e conduzir o País a um patamar de modernização sem provocar rupturas. Para Ianni, a composição do proletariado urbano, com a presença cada vez mais numerosa de egressos do mundo rural, explicava a inexperiência política da classe:

> Com as migrações internas, no sentido das cidades e dos centros industriais – particularmente intensas a partir de 1945 – aumenta bastante e rapidamente o contingente relativo dos trabalhadores sem qualquer tradição política. O seu horizonte cultural está profundamente marcado pelos valores e padrões do mundo rural. Neste, predominam formas patrimoniais ou comunitárias de organização do poder, de liderança e submissão, etc. Em particular, o universo social e cultural do trabalhador agrícola (sitiante, parceiro, colono, camarada, agregado, peão, volante, etc.) está delimitado pela religião, a violência e o

[356] IANNI, 1988, p. 10.
[357] Idem, p.55-6.

> conformismo, como soluções tradicionais. Esse horizonte cultural modifica-se na cidade, na indústria, mas de modo lento, parcial e contraditório.[358]

A prática populista revela a debilidade dos grupos dominantes urbanos, que não conseguiram substituir plenamente as velhas oligarquias agrárias no domínio da política, até porque eles trouxeram em sua companhia frações descontentes dessas oligarquias para o cenário do movimento de "modernização pelo alto", iniciado pelos tenentes, nos anos 20, mas somente instalado no poder quando Getúlio Vargas assumiu a presidência, em 1930, ao impedir a posse do candidato eleito, Júlio Prestes, ligado às elites paulistas.

Esse novo bloco no poder admitiu no cenário político a emergência de massas populares envolvidas no processo de urbanização e industrialização, porém o fez aliciando-as por meio de legislação paternalista, que as impedia de se descobrirem e se organizarem na condição de "classe para si".

A liderança da Revolução de 1930 coube a chefes caudilhos, como Getúlio Vargas, e algumas figuras de classe média. Embora o sistema oligárquico tivesse entrado em crise, por ser excludente e servir, quase com exclusividade, aos agentes da economia agrária exportadora, principalmente cafeeira, as classes médias e os setores industriais em formação não conseguiam aglutinar forças, nem gerar lideranças, para retirarem as funções do Estado do comando das velhas oligarquias agrárias. Com o desenrolar do movimento de 1930, houve uma ampliação das bases sociais da República. Neste contexto, a liderança da Revolução resolveu manobrar as massas para consolidar sua posição de controladora do Estado.

A *débâcle* econômica do café, após a quebra da bolsa de Nova York, foi socializada, ou seja, a sociedade foi forçada a pagar a política de sustentação de preços do produto no mercado. Os industriais faziam pressões sobre o Estado, exigiam benesses e medidas protecionistas, tirando proveito como classe econômica, embora não controlassem diretamente o sistema político. As classes médias, constituídas, principalmente, por funcionários públicos, militares e profissionais liberais, arregimentaram-se como forças importantes nas lutas contra as oligarquias, desde os anos 20, com destaque para as

[358] Idem, p.57.

insurgências militares de 1922, 24 e 26, acolhidas com simpatia pela população urbana. Idéias liberais, consagradas desde a Constituição de 1891, moralização dos sufrágios e dos costumes políticos em geral, eram bandeiras dessas frações da sociedade. Em que pesem todas essas iniciativas, as classes médias não tiveram, naquela conjuntura, capacidade para conquistar o poder e concentrar em seus quadros a hegemonia do movimento modernizador, com vistas a imprimir o sentido liberal-democrático que defendiam. A falta de lastro econômico obrigava-as a acompanharem líderes políticos pertencentes ao padrão da grande propriedade rural. Sob este particular, apresentavam enorme diferença em relação às classes médias norte-americanas, formadas de pequenos proprietários independentes.[359]

A Revolução de 30 foi uma transformação das estruturas de poder operada de cima para baixo. A presença das camadas subalternas neste cenário também era uma iniciativa promovida pelas camadas "do alto". São estes componentes que permitem explicar o caráter populista dos regimes e da política nacional nos anos subseqüentes. A aparente ausência das classes subalternas no processo revolucionário tem explicação que não se traduz como uma hipotética indiferença. As oligarquias se dividiram em dois blocos: de um lado, grupos ligados ao poder central, latifundiários e exportadores de café, principalmente; de outro lado, os que se agrupavam na oposição, como o industrial Antônio Carlos, de Juiz de Fora, o caudilho Getúlio Vargas, do Rio Grande do Sul, e outros líderes regionais, explorando descontentamentos diversos. Estes formaram a Aliança Liberal, requentando o velho liberalismo democrático de setores urbanos e segmentos de classe média, como os militares, enquanto instrumentalizavam camadas mais pobres. As propostas do grupo se limitavam à ampliação do voto e alguns progressos menores no campo político. Getúlio foi escolhido candidato à Presidência da República para suceder Washington Luiz. Era uma candidatura com o objetivo de atrair o máximo de votos, em todas as classes e por todos os meios. Conforme descreveu Virgínio Santa Rosa, crítico da época:

> a plataforma, pela força imperiosa das circunstâncias, devia ser anódina, descolorida, sem caracterizações fortes... A Aliança Liberal apresentava-se como um remanso acolhedor para todos os descontentamentos e todas as esperanças. O pobre, o milionário, o operário, o

[359] Sobre as classes médias como atores políticos desse período examinar SAES, 1984.

> funcionário, o comunista, a feminista, todos podiam confiar na serenidade de ação do candidato por ela indicado[360].

Vargas indicava que seu governo seria de apoio aos capitalistas, mas, também, de proteção ao trabalhador. Inegavelmente, tratava-se de um avanço, ao ser comparado com o anterior, que considerava a questão social como apenas um caso de polícia. As massas populares, portanto, mesmo não organizadas, representavam um fator de preocupação para ambos os lados das oligarquias em disputa, agrário e industrial.

A república das oligarquias, derrotada em 1930, não tinha espaço para as classes populares. Mesmo com a ascensão dos novos dirigentes, a participação continuou ínfima. O eleitorado inscrito era de 3,5% da população brasileira em 1933, aumentando para 6,5% em 1934, quase 22% em 1950 e 22,2% em 1960. Não obstante, após 1930, a presença popular se torna fator importante no processo político, visto que representantes da oligarquia dissidente e de classes médias no governo não formavam um bloco de sustentação sólido para a nova composição de poder. Essa condição de equilíbrio instável foi desembocar no golpe que instaurou a ditadura do *Estado Novo* em 1937. Ainda que essa configuração política fosse nova, em comparação com a da Velha República, permanecia, porém, a dependência à economia exportadora do café, o que obrigaria o governo a lidar com interesses contraditórios entre diferentes atores do jogo político. Isto permitiu ao governo assumir função de árbitro e, conforme análise de Francisco Weffort,[361] fez surgir condições para a prática do populismo, quais sejam: "*a personalização do poder, a imagem (meio real e meio mítica) da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade e a necessidade da participação das massas populares urbanas*".[362] Sem classe hegemônica e sem base social de poder, a ditadura Vargas recorre às massas populares urbanas, das quais se torna protetora. A propaganda oficial faz o ditador se tornar conhecido como "o pai dos pobres".

O fim da ditadura encerrou o monopólio de Vargas na política de massas, mas não encerrou a tradição populista que prosseguiu em outras circunstâncias nos governos subseqüentes. Da era Vargas o sistema político herdou uma estrutura de partidos, com o

---

[360] SANTA ROSA, Virgínio. **O sentido do tenentismo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 51-2. A primeira edição foi publicada em 1933 e a segunda em 1964.
[361] Cf. WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. In: FURTADO, Celso. **Brasil**: tempos modernos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 49-75.
[362] Idem, p. 61, grifado no original.

PSD (Partido Social Democrático) agrupando setores conservadores da atividade agrária, e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), como sigla dos trabalhadores reconhecidos ao seu fundador, o próprio Vargas. Estes dois partidos compunham uma aliança funcional para conquista e manutenção do poder com ingredientes de conservadorismo e populismo. Na oposição, grande parte das classes médias urbanas se agrupava na UDN (União Democrática Nacional), que se caracterizou, desde cedo, como uma agremiação de direita, envolvida em golpes. Foi assim na posse de Vargas, em 1950, na crise que o levou ao suicídio, em 1954, na posse de Juscelino Kubitscheck, em 1955, e na preparação do golpe militar de 1964.

O presidente Jânio Quadros, sucessor de JK, renunciou em 1961, desencadeando um período de crises, que se prolongou da posse do vice João Goulart, rejeitado pelas forças políticas mais conservadoras, até sua queda, em 1964. O programa de "reformas de base", anunciado pelo governo Jango, estimulou mobilizações no campo e na cidade. A reação veio logo, unindo setores das classes médias, grandes proprietários, burguesia industrial, banqueiros, capitalistas estrangeiros e, principalmente, militares. O populismo de Jango, sem ter lastro na composição com as forças dos grupos dominantes, desequilibrou o sistema institucionalizado de desigualdades e permitiu a destruição do frágil processo democrático em curso desde 1945. Esse populismo não tinha estrutura de sustentação para sobreviver à mobilização golpista dos setores conservadores mencionados, os quais se sentiram ameaçados com o despertar de forças populares urbanas, mas também rurais; estas representadas, principalmente, pelas Ligas Camponesas do Nordeste do País.

O populismo é um fenômeno com diversas facetas. No período de 1945 a 1964, marcou presença no comportamento político de três presidentes e de alguns governadores, em forma de estilos personalistas de liderança e conteúdos ideológicos confusos, mas tendo em comum o constante esforço para manipular aspirações populares, conter suas manifestações e garantir seus votos. Este fenômeno, entretanto, não pode ser reduzido à mera passionalidade das massas conduzidas, de forma oportunista, por líderes carentes de princípios e valores éticos, como se fosse uma espécie de aberração social. Afinal, ele marcou regimes políticos e formas de governar em vários decênios de história do Brasil, estendendo-se até governos mais recentes, posteriores à Constituição de 1988.

A complexidade do populismo se revela em duas faces: como instrumento estruturante para as elites se assegurarem de seu comando sobre as massas e como forma destas populações carentes extravasarem insatisfações e manifestarem seus anseios legítimos de mudança social. Neste particular, a participação crescente das massas traz latentes indicações, mesmo que tímidas, de que o poder dos grupos dominantes permanece sob ameaça. Como fenômeno complexo, há que se buscar, portanto, as raízes do populismo na história da república brasileira.

É fato incontestável que não se produziu, no seio do proletariado, uma consciência de classe. A *democracia populista* favoreceu "a conciliação de interesses em benefício da industrialização e em nome do desenvolvimento nacionalista".[363] Para ficar clara esta questão, é necessário estabelecer distinção entre luta popular-democrática e luta de classes.[364] A luta popular-democrática ocorre entre o povo e o bloco no poder. A luta de classes compreende os conflitos no âmbito das relações de produção de uma sociedade. A luta entre o povo e o bloco no poder não é luta de classes, mas é luta pela radicalização da democracia. Esta era a luta desencadeada por setores urbanos da classe média nos anos 30. A classe dominante teve que cooptar aspirações populares para transformar ideologias de classes dominadas em ideologias corporativas, praticando o populismo.[365] Isto foi feito no movimento sindical, quando seus agentes coletivos foram reduzidos a grupos de pressão corporativos, sob controle do Estado. Através de medidas reformistas, o bloco composto de oligarquias rurais e burguesia urbana neutralizava o discurso da classe operária. Setores das classes médias, no desejo de ampliar a democracia, mas sem possuírem uma ideologia de classe específica, oscilavam entre o discurso burguês e a ideologia do proletariado. Segundo Laclau, uma classe tem capacidade articulatória para exercer hegemonia quando

---

363 IANNI, 1988: p.59.

364 Adota-se aqui a abordagem de LACLAU, Ernesto. **Política e ideologia na teoria marxista**: capitalismo, fascismo e populismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

365 O fundamento analógico do populismo é o *povo*. Analógico no sentido aristotélico, que admite sentidos diferentes, mas encontra referência em um elemento comum. O apelo populista passa por cima das divisões em classes e mantém ambigüidades, porque *povo* é um conceito ambíguo que carece de *status* teórico definido. "O populismo surge historicamente ligado a uma crise do discurso ideológico dominante", que é parte de uma crise social mais geral. "O povo nunca consegue ser totalmente absorvido por nenhum discurso de classe, porque o campo ideológico sempre apresenta uma certa abertura e sua estruturação nunca é completa" "O populismo não é, em conseqüência, expressão do atraso ideológico de uma classe dominada, mas, ao contrário, uma expressão do momento em que o poder articulatório desta classe se impõe hegemonicamente sobre o resto da sociedade. Este é o primeiro movimento da dialética entre povo e classes: *As classes não podem afirmar sua hegemonia sem articular o povo a seu discurso; e a forma específica desta articulação, no caso de uma classe que, para afirmar sua hegemonia, tem que entrar em confronto com o bloco de poder em seu conjunto, será o populismo*". (LACLAU, *op.cit.,* p. 171, 182 e 201, grifado no original).

participa das relações de produção. Como as classes médias têm participação secundária nas relações de produção capitalistas, elas

> ressentir-se-ão da ausência de um princípio articulatório próprio e a unificação de sua ideologia dependerá das outras classes. Em conseqüência, nunca terão condições de se constituírem em classes hegemônicas. [...] Se a hegemonia de uma classe consiste em articular a seu próprio discurso as interpelações não classistas, e se as classes só existem, aos níveis político e ideológico, como princípios articulatórios, segue-se que uma classe só existe como tal, a estes níveis, na medida em que lutar por sua hegemonia.[366]

Como a organização proletária era fraca, as interpelações das classes médias tendiam a serem absorvidas pelo discurso dominante do chefe político, que em sua estratégia populista se apresentava como o "pai dos pobres". Este não era apenas um rótulo, porque o regime se dirigia aos "trabalhadores do Brasil" e neutralizava a luta destes com aplicação de clientelismo, ou seja, atendendo demandas pontuais, para desarticular a organização de classe.[367]

O quadro partidário reflete essas mesmas características de mescla entre a velha sociedade oligárquica e a nova conformação urbano-industrial. A Carta Magna de 1946 estabelecia uma estrutura de partidos nacionais. Esta configuração, entretanto, não se verificava na prática, pois prevaleciam as condições bem sedimentadas de poder local e regional, controlado por suas respectivas oligarquias. O que estas lideranças faziam, para simular adaptação ao novo quadro, era formar uma rede de compromissos com seus pares, enquanto apoiavam uma liderança nacional, cuja ação dependia, necessariamente dessa rede. Segundo Ianni:

> O exame das coligações entre partidos, realizadas nas várias eleições havidas depois de 1945, revela a multiplicidade das combinações possíveis. Os programas jamais são obstáculos intransponíveis. Tanto assim que os partidos chegam a ser definidos como sendo de *direita* ou *esquerda*, conforme a região ou estado do país, e independentemente da sua definição no plano federal.[368]

---

[366] Idem, p. 170.
[367] Corporativismo e clientelismo são formas de neutralizar a luta política da classe operária, através da cisão entre luta popular e luta socialista. No corporativismo a luta de classes é negada. Povo e classe estão separados. Não é a classe operária que representa os interesses históricos da nação, mas o bloco de poder.
[368] IANNI, 1988, p. 60, itálicos no original.

A política de massas teve base no nacionalismo desenvolvimentista, núcleo ideológico em que se engajaram setores das classes médias "civis e militares, liberais e esquerdistas, assalariados e estudantes universitários". O Estado era peça indutora do processo, na criação de instituições, formulação e implementação de políticas. "É nesse contexto que se situam as conquistas das classes assalariadas, em especial do proletariado", concretizadas no salário mínimo, *Consolidação das Leis do Trabalho* e *Estatuto do Trabalhador Rural*, este importante para fazer o populismo chegar ao campo.[369] O sindicalismo, subvencionado pelo *imposto sindical,* funcionava debaixo do controle do Estado, como parte necessária dessa política de massas. A debilidade de um Estado que recorre ao populismo se manifesta, portanto, nessas relações de compromisso com os grupos dominantes, embora fracionado, e na manipulação das massas populares, com o intuito de mantê-las desorganizadas e sob controle.

A análise feita até aqui seria parcial e tendenciosa caso viesse a omitir ou colocar em plano secundário o papel importante da iniciativa das camadas subalternas. O Estado em si não inventa uma força social. Embora heterogêneas, as massas urbanas estavam presentes e evidentemente mobilizadas a requererem ações do poder público. As relações que se estabeleceram entre setores dominantes e subalternos tinham caráter de manobra de massa e mascaramento das classes sociais. A era Vargas promoveu a "dádiva" de uma legislação trabalhista limitada à massa urbana, para não conflitar com interesses dos grandes proprietários rurais. Não obstante, ao promover esses direitos, mesmo sob os limites de uma relação populista, o mesmo Estado estabeleceu mecanismos de regulação da cidadania.

Ao adotar medida seletiva em favor da população urbana o governo estimulou a migração campo-cidade, com conseqüências na dinâmica de promoção social e política das populações mobilizadas. Segundo Weffort:

> As massas de imigrantes rurais que conquistam a grande cidade, e que atingem os novos empregos criados pelo desenvolvimento urbano-industrial, dão o primeiro passo para a conquista de sua cidadania social e política. O ingresso do migrante na vida urbana é o primeiro passo para sua conversão em cidadão social e politicamente ativo e para a

[369] Idem, p. 56.

> dissolução dos vínculos tradicionais de lealdade e de submissão aos potentados rurais ou aos chefes políticos dos pequenos municípios.[370]

A ação populista permitiu de fato alguma ascensão social, embora seja temerário generalizar, pois muitos que ingressaram na cidade apenas foram engrossar os bolsões de miséria das periferias. Contudo, naquele contexto, o populismo significou possibilidade de participação política que, mesmo manipulada, era um avanço para camadas sociais antes excluídas de qualquer protagonismo nas relações de poder. O ingresso na cidade significava pressão em busca de emprego e consumo, demandas mínimas de uma pré-cidadania.

Segundo Laclau, "a revolução brasileira de 1930 expressou um acúmulo de contradições".[371] Enquanto na Argentina e Uruguai, os conflitos entre setores agrário e industrial, sob o modelo de uma democratização liberal, ocorreram ao longo de décadas, o mesmo tipo de embate se acumulou, em prazo mais curto, no Brasil, potencializado por lutas inter-regionais, vindo a eclodir no movimento de 1930. Devido à "extrema regionalização do país", as classes médias brasileiras não conseguiram organizar um partido político que se impusesse às oligarquias regionais. Houve algum esforço neste sentido, em 1910, quando Rui Barbosa postulou a presidência. Outra iniciativa liberal-democrática frustrada foi a criação do Partido Democrático de São Paulo. Os *tenentes* mais radicais do Exército "tentaram levar a cabo um programa democrático e de modernização do país, através de uma ruptura completa com o sistema político oligárquico e com o Estado liberal. É nestes setores que se pode encontrar os primeiros traços de uma ideologia populista".[372]

Somente com a instauração do *Estado Novo*, em 1937, Vargas impôs seu domínio. Mesmo assim, jamais conseguiu ter "um movimento unificado e homogêneo". Como acrescenta Laclau:

> [Ele teve que ser] um articulador de forças heterogêneas, sobre as quais estabelece seu controle político através de um complicado sistema de alianças. Se nas zonas mais

[370] WEFFORT, 1979, p. 68.
[371] LACLAU, 1978, p. 197.
[372] Ibidem.

> industrializadas do país consegue implantar sólidas bases de apoio independente, na classe operária e em vastos setores da classe média, nas regiões do interior tinha de procurar apoio nas máquinas políticas tradicionais. Esta fragmentação de seu suporte político reflete-se na impossibilidade de constituir um partido político unificado: as forças que o apóiam se organizam em dois partidos. O Partido Social Democrático (PSD) agrupava as forças conservadoras da coalizão; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) baseia-se nos setores urbanos, especialmente operários, e tenta, a partir deles, desenvolver um jacobinismo populista.[373]

O getulismo carregou, permanentemente, uma dupla face: um populismo fragmentário, sem abrangência nacional, e um conservadorismo subordinado aos humores das elites. Citando Laclau:

> O Getulismo nunca foi genuinamente populista. Pelo contrário, oscilou em um movimento pendular: nos momentos de estabilidade, sua linguagem tende a ser paternalista e conservadora; nos momentos de crise, quando os elementos conservadores da coalizão desertam, lança-se, resolutamente, na via do populismo – isto é, do desenvolvimento do antagonismo latente nas interpelações democráticas. Porém, nestes momentos, uma lógica política elementar se impunha: as bases sociais a que se dirige o discurso populista foram até agora, no Brasil, insuficientes para assegurar o poder político. Isto ficaria demonstrado pelo destino de Vargas, em 1945, em 1954 e finalmente pela queda de Goulart, em 1964.[374]

Uma mudança de rumos no populismo teria duas alternativas: a socialista ou a afirmação capitalista plena. A primeira, ensaiada em várias tentativas de mobilização e

---

[373] LACLAU, 1978, p. 198.
[374] Ibidem.

alianças foi abortada pela segunda, que teve no Golpe de 1964 seu avanço vitorioso[375], pois já começara, alguns anos antes, no Programa de Metas de Juscelino Kubitschek, que abrira a economia brasileira, de forma a beneficiar investidores estrangeiros. Militares passaram a dialogar estreitamente com a burguesia financeira e industrial para harmonizar objetivos e estratégias de consecução de um projeto integrado ao capital internacional. A derrocada do governo Goulart foi o fim da política de massas. Nas palavras de Ianni:

> O comício [de 13 de março de 1964, na Central do Brasil], em que se reuniram o Presidente da República, Ministros de Estado e líderes nacionalistas e de esquerda, é o clímax e o fim da política de massas: como técnica de sustentação do poder político e como expressão fundamental da democracia populista.[376]

2.8.1 – A ditadura de 1964 e as massas

As elites exigiam a substituição da democracia populista por um sistema que harmonizasse o econômico e político na linha dos seus interesses. Segundo Ianni:

> nesse quadro, o poder civil e o poder militar confundem-se num só poder. Trata-se de "depurar" o sistema institucional, de modo a torná-lo congruente com as exigências dos novos compromissos assumidos pela sociedade nacional: consigo mesma e com os centros externos de decisão.[377]

Naquele momento, lutar contra o populismo significava excluir as massas do cenário político e impor um novo tipo de liderança. Significava, também, substituir o nacionalismo e as bandeiras de esquerda por novas definições de modernização dependente, que os militares preferiam denominar "interdependente". De imediato, apresentava-se um problema: os novos atores no poder careciam de carisma e aceitação popular. A visão racionalista e tecnocrática dos militares junto com seus parceiros civis ignorava ou negava este aspecto da dinâmica social. Entendiam eles que a ideologia da segurança nacional e o alinhamento estratégico para tornar o Brasil uma potência, harmonizada com a geopolítica norte-americana, seria suficiente para impor o novo ordenamento a toda a sociedade, sem

[375] O Golpe de 1964 foi "uma operação político-militar destinada a limpar o terreno para a execução mais ampla e eficaz – isto é, ortodoxa – do modelo internacionalista" (IANNI, 1988, p. 110-1).
[376] IANNI, *op.cit.*, p. 108.
[377] Idem, p. 161.

necessidade de ouvi-la. Eles eram os intérpretes dos anseios do povo brasileiro, pelo menos assim acreditavam, e bastava isto. Ianni faz um diagnóstico deste modo de lidar com a sociedade:

> Qualquer governante pode desconhecer as leis fundamentais das relações sociais e da história, mas ninguém pode governar contra essas leis. Por isso, o novo estilo de liderança não ganha nem pode ganhar a opinião pública. É muito difícil que uma coletividade se movimente, como um todo e decididamente, com uma ideologia de cuja elaboração ela não participou; e de cujas transformações ela não participa. Os grupos e classes sociais – ou as massas – precisam ser levados a identificar-se de algum modo na ideologia dominante, caso contrário o divórcio entre governantes e governados será crescente. Nesse sentido, se é verdade que os governantes (desde 1964) se esforçam por reintegrar os poderes econômico e político, é também verdade que o governo e o povo se dissociam em escala progressiva. O povo se sente governado, mas não se sente participante do governo. O poder estruturou-se unilateralmente, negando principalmente as experiências históricas posteriores a 1945.[378]

Até mesmo o engajamento de empresários e de setores civis conservadores era difícil, embora houvesse coincidência de interesses com o novo poder político instaurado pela força militar. Não eram poucos os esforços para garantir esse tipo de participação, que já vinha sendo preparada através do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), organizações civis que contribuíram ideologicamente para a eclosão do golpe militar. O primeiro fora organizado por empresários paulistas e o segundo recebera apoio financeiro da embaixada dos Estados Unidos, ambos tendo, na prática, como objetivo, a desestabilização do governo de João Goulart.[379]

Esse alinhamento econômico-político-militar, apoiado na doutrina geopolítica de uma "Civilização Ocidental", sob liderança dos Estados Unidos da América, tão cara aos estrategistas da caserna, como o General Golbery do Couto e Silva, teve desdobramentos

[378] IANNI, 1988, p. 163.
[379] Farta documentação e análise sobre as atividades do IBAD e IPES estão na obra: DREIFUSS, 1981. Cf., também, ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1985, p. 304.

futuros e indicava afinidade com o que hoje se conhece como "pensamento único" do modelo neoliberal de economia e política, visto que este também é uma construção elaborada à revelia dos interesses sociais e econômicos da maioria da população. "Tratava-se, então, de opor de fato – e tão definitivamente quanto possível – uma barreira à democracia populista. Buscava-se recompor as estruturas de dominação e apropriação, parcialmente dissociadas na época da vigência do modelo getuliano".[380]

Mesmo reconhecendo este aparente desprezo dos líderes da "redentora" de 1964 pela massa, é necessário chamar atenção para alguns matizes do quadro da época. O regime militar, desde cedo, apelou para discursos populistas, como, por exemplo, quando justificou a unificação da previdência social num único instituto, apresentado como solução para oferecer um serviço melhor distribuído socialmente, visto que o modelo até então vigente sustentava grupos privilegiados. Também fez propaganda do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que acabava com a estabilidade no emprego, como se este novo modelo fosse melhor para as massas trabalhadoras. O populismo dos militares esteve evidente na utilização de *slogans* como "ninguém segura este País", "ame-o ou deixe-o", e, mais ainda, na política de "pão e circo", adotada durante a campanha para que a seleção de futebol conquistasse o tricampeonato mundial em 1970. Uma das músicas reproduzidas constantemente proclamava que: "vencendo o mundo inteiro" [...] "com brasileiro não há quem possa".

No campo estratégico, as relações entre indústria nacional e os militares apresentavam afinidades. Até então, as Forças Armadas eram equipadas com armamentos e outros implementos importados. Além de serem, em grande parte, obsoletos, esses materiais bélicos exigiam grandes gastos para sua manutenção. No contexto do novo regime, estreitaram-se os laços entre o empresariado e as Forças Armadas para que estas tratassem de padronizar suas demandas de equipamentos enquanto a indústria brasileira se capacitava, a fim de atender as novas exigências de suprimento. Na concretização desses acordos, ganhavam os dois lados. Ianni destaca o valor da aliança proposta:

> Deste modo inicia-se a institucionalização do complexo industrial-militar no Brasil. A nova concepção de "segurança nacional" – redefinindo e ampliando a noção de "defesa

[380] IANNI, 1988, p. 165-6.

> nacional" – exige a reformulação das relações entre as Forças Armadas e a Indústria. A eficácia do poder militar depende da forma pela qual ele se relaciona ao setor industrial. Por esse motivo procura-se estabelecer um "parque industrial-militar" adequado às perspectivas que se abrem ao País.[381]

A classe empresarial se tornava aliada das Forças Armadas, reforçando politicamente o novo regime. Estavam estabelecidas novas composições entre poder econômico, político e militar. "Em verdade, é o 'poder político' dos grupos dominantes que adquire novas dimensões, ao criar-se o 'parque industrial-militar'".[382] As demandas da sociedade são induzidas a se subordinarem a esse projeto de "grandeza nacional", no qual a "segurança" é um pré-requisito interno e externo. Em lugar das propostas de mudança estrutural do antigo governo, que repercutia anseios de alguns segmentos e organizações da sociedade, o novo regime impunha-se pelo princípio da estabilidade. "Assim, recomenda-se que os trabalhadores em geral aceitem o 'novo trabalhismo', isto é, uma nova imagem dos seus interesses de classe, em harmonia com os interesses das outras classes".[383] Ianni enuncia os pontos centrais da nova política definida pelo regime militar para a classe trabalhadora:

> a) Acabar com a participação das classes assalariadas – particularmente o proletariado – nas decisões políticas em geral [...].
>
> b) Controlar (ou anular) a capacidade dos grupos burgueses de oposição à política econômica inaugurada em 1964 (associação aberta e ampla com capitais e organizações internacionais) apoiarem-se nas classes assalariadas, ou funcionarem como os seus porta-vozes. Em realidade, enfraquecer as bases políticas dos setores nacionalistas identificados com o modelo nacionalista de desenvolvimento.
>
> c) Em conseqüência, restaurar o controle da classe dominante sobre o "comportamento" do fator fundamental da produção, manipulando-se tão completamente quanto possível o custo relativo da força de trabalho, a sua eficácia produtiva, etc. Por isso, o princípio da "estabilidade" dos assalariados (após dez anos de atividade na empresa) é transformado em "seguro-desemprego", libertando a empresa de um encargo fixo e permanente. Em outros termos, restaura-se o "confisco salarial", por meio do controle rígido e centralizado da política de salários e dos movimentos sindicais.

---

[381] IANNI, 1988, p. 167.
[382] Ibidem.
[383] IANNI, *op.cit.,* p. 168.

> d) Em suma, liquidar com a política de massas, enquanto técnica de sustentação do poder político e enquanto manifestação essencial da democracia populista. Com esta finalidade, altera-se a lei sobre a greve, controlando-se rigorosamente as possibilidades de sua utilização, como técnica de reivindicação econômica ou política.[384]

Ianni conclui que "as relações de classe são reformuladas, jurídica e politicamente, em termos bastante claros e diversos da definição vigente antes de 1964. As modificações da legislação sobre partidos, sindicalização, greve, previdência social, etc. revelam a estrutura básica da 'nova imagem do trabalhismo' no Brasil".[385] O direito de greve foi restringido de tal maneira que perdeu a condição de instrumento político de pressão dos trabalhadores. Fazer greve passou a ser um ato encarado como atentado contra a "segurança nacional".

A questão central não era eliminar a "demagogia" e a forma "carismática" de manipular as massas. O que era almejado pelo regime e seus aliados civis era a condução da sociedade segundo o interesse dos grandes capitalistas e em prol de projetos do Brasil potência, concebido pela elite militar. Nos pronunciamentos oficiais, entretanto, o governo se apresentava como intérprete da opinião pública, que não desejava agitações, mas, ao contrário, almejava a ordem, a disciplina, o soerguimento do País. Enquanto proclamava essa ideologia, o regime extinguia as agremiações partidárias e promovia a cassação de políticos, intelectuais, professores, lideranças sindicais e estudantis, e militantes de movimentos populares. No conjunto, as medidas autoritárias visavam varrer da sociedade o que esta mesma havia construído durante a vigência de um experimento democrático, que havia durado quase duas décadas, de 1945 a 1964. Para Ianni:

> Os Atos Institucionais, a Constituição imposta por meio do Legislativo submisso em 1967, a reforma da legislação trabalhista, a depuração da estrutura partidária, a reforma universitária, o controle das organizações sindicais e estudantis são fatos encadeados. Correspondem à intenção de reaglutinar os poderes políticos e econômicos em nova direção. Destinam-se a derrotar o modelo nacionalista de desenvolvimento, enquanto estrutura de poder e política econômica. Simultaneamente, derrotam-se as classes assalariadas e parte do empresariado nacional.[386]

---

[384] Idem, p.171.
[385] Ibidem.
[386] IANNI, 1988, p. 174.

2.8.2 – As esquerdas e a política de massas

Diante dos grandes projetos historicamente estabelecidos pelas elites – o agrário-exportador, de substituição das importações e o associado ao capital internacional – as esquerdas não foram capazes de formular e disseminar um projeto socialista que conquistasse corações e mentes. Nas palavras de Ianni, o dilema da esquerda, entre 1922 e 45 pode ser assim enunciado:

> Oscilou entre a teoria marxista-leninista da revolução, como posição teórica, e o tenentismo, como linha política efetiva; entre uma teoria revolucionária e o 'putschismo'[387] posto em prática no levante de 1935. Além disso, foi obrigada a desenvolver uma luta persistente e muitas vezes difícil contra o integralismo, a ditadura do Estado Novo, o nazismo, pela anistia aos presos políticos (Luís Carlos Prestes, Agildo Barata e outros, líderes ou não) detidos durante todo o período do Estado Novo. Desde a sua fundação, por um grupo de operários e intelectuais, em 1922, até o final da Segunda Guerra Mundial, o Partido Comunista preparou quadros partidários e auxiliares e acumulou experiências, procurando conformar a teoria da revolução a uma sociedade que está ingressando na época industrial. O dilema consistia em encontrar as correspondências práticas das contradições formuladas teoricamente.[388]

Depois de 1945, os comunistas optaram pelo reformismo, como tática para solapar os interesses de latifundiários, burguesia comercial e americanófilos. Assim, trabalharam em apoio à construção de uma frente ampla, unindo operários, setores da classe média, estudantes, intelectuais, lideranças populistas, militares e segmentos da burguesia industrial. Por questão tática, a esquerda apoiou o modelo "substituição de importações", como "etapa necessária no processo revolucionário brasileiro". No bojo dessa opção, aceitou a política de massas, sem, contudo, ser capaz de tomá-la como ponto de partida para alcançar a classe trabalhadora, conscientizar esta e promover a "luta de classes". Ou seja, as esquerdas acompanharam os setores de vanguarda da classe dominante, ora apoiando o tenentismo, ora defendendo reformas institucionais de interesse da burguesia industrial com aval da classe média.

---

[387] "**Putsch** s. m. (pal. Al.) Sublevação de um grupo político armado." (HOUAISS, Antônio (Dir.) **Pequeno Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse**. Rio de Janeiro: Larousse do Brasil, 1979).
[388] IANNI, 1988, p. 82.

Resumindo o panorama apresentado, Ianni escreve:

> Essa é uma síntese da política populista com a linha política da esquerda, envolvendo proletariado, burguesia nacional e outros setores da sociedade. É uma combinação do padrão de substituição de importações com as reformas de base, em nome do desenvolvimento nacionalista. Essa é a essência da democracia populista, como modelo político de desenvolvimento.[389]

A adesão à política de massas foi uma estratégia seguida por outros partidos, movimentos e agremiações da sociedade civil. Para estas forças, isto significava uma forma realista de fazer política. Para os comunistas era uma aliança tática, mesmo que implicasse em sacrifício, no curto prazo, da teoria marxista-leninista da revolução. Feito um balanço, ficou evidente que a eficácia do populismo foi mais poderosa do que a força e o talento do conjunto das esquerdas. Há que se reconhecer habilidade no populismo de vertente getulista em "atrair e absorver políticos e intelectuais formados nos movimentos de esquerda".[390] Sobre esta forma de jogar com interesses conflitantes e fazer acomodações, Ianni faz o seguinte diagnóstico:

> Em verdade, o modelo getuliano nunca foi um projeto global. Não chegou a ser formulado de modo sistemático. Como modelo político de desenvolvimento, singularizado no populismo, estrutura-se ao acaso dos acontecimentos, das vitórias e dos obstáculos. Alguns grupos e líderes perceberam as suas virtualidades, mas não conseguiram formular um projeto globalizador. Era uma mescla de empirismo e inteligência, audácia e manobra. Foi o resultado histórico das ações e interesses de diferentes grupos e classes sociais. Ele se produziu no jogo dos antagonismos internos e externos que singularizam essa etapa da história nacional.[391]

2.8.3 – Uma situação instável

[389] IANNI, 1988, p. 83.
[390] Idem, p. 103.
[391] Idem, p. 107.

Em sua obra *O colapso do populismo*, Ianni tentou "reconstruir o que ocorreu nos principais momentos da história social brasileira na época do populismo".[392] Assim, ele procurou explicar possibilidades e limites do desenvolvimento político-social brasileiro nas condições estabelecidas desde a época de Vargas até a vigência do regime militar de 1964-85, com atenção especial para a política de massas praticada e reprimida durante o mesmo período. Em primeiro lugar, examinou "o desenrolar das rupturas estruturais verificadas" e, simultaneamente, "as relações entre os processos políticos e os processos econômicos, no âmbito das transformações da estrutura social global".[393] Essa análise colocou-o perante o imperialismo e a atuação da burguesia nacional. Neste sentido, "as relações de classes surgiram em suas manifestações concretas; obscuras ou claras, de antagonismo ou acomodação. E o populismo, em suas diferentes modalidades (getulismo, trabalhismo, populismo de esquerda, etc.) foi caracterizado e interpretado, no contexto social e econômico em que realmente surgiu".[394] A obra tratou, portanto, da formação, ascensão, apogeu e declínio da política de massas. O populismo brasileiro foi percebido a partir de Vargas e seus aliados. Depois de 1930, ele se configurou como movimento político, com o crescimento de um proletariado urbano, que criava seu imaginário e instituições. Os governantes passaram a atender parte das demandas das massas e instrumentalizar suas mobilizações para legitimarem projetos elitistas de poder.

> Assim, pode-se afirmar que *a entrada das massas no quadro das estruturas de poder é legitimada por intermédio dos movimentos populistas.* Inicialmente, esse populismo é exclusivamente getulista. Depois, adquire outras conotações e, também, denominações. Borghismo, queremismo, juscelinismo, janguismo e trabalhismo são algumas das modulações do populismo brasileiro.[395]

Essa política de massas é componente das transformações econômico-sociais e políticas que marcam a própria sociedade brasileira e essa política

> está em relação dinâmica com a urbanização e os desenvolvimentos do setor terciário da economia brasileira. Mais ainda, o populismo está relacionado tanto com o consumo em

[392] Idem, p. 175.
[393] Idem, p. 176.
[394] Ibidem.
[395] Idem, p. 176, itálicos no original.

> massa como com o aparecimento da cultura de massa. Em poucas palavras, *o populismo brasileiro é a forma política assumida pela sociedade de massas no país*.[396]

Nessas manobras sobre as massas estavam presentes estratégias de setores da burguesia e das esquerdas. Os burgueses, com maior acesso ao poder, tinham comando mais efetivo das ações, "controlavam os aparelhos burocráticos dos partidos e organizações comprometidas com a política de massas. Em geral, eles eram os demagogos mais bem sucedidos junto às massas. Alguns alcançaram a categoria de personalidades carismáticas".[397]

A decadência do populismo é notória, a partir do governo de Juscelino Kubitschek. Aliás, essa política de massas sobreviveu sempre em continuadas crises, porque nos marcos de uma sociedade burguesa, os trabalhadores convivem com dificuldades, sempre que almejam ocupar espaços de participação nas instâncias de poder. Ianni identifica "duas ordens de pressões" nessa relação burguesia-massa. Em primeiro lugar, a intolerância dos mais reacionários e conservadores contra a ascensão das massas no jogo político. Eles temiam nesse processo a própria destruição da hegemonia burguesa. Também se incomodavam com o jogo que a burguesia industrial praticava, usando as massas para reforçar seu poder de barganha no mercado interno e externo. Em segundo lugar, a burguesia mais próxima do populismo se apresentava dividida e exibia comportamento ambíguo devido incertezas quanto aos limites do seu jogo com as massas. E, de fato, o populismo, apesar do seu alcance limitado, sempre foi um instrumento de politização das massas. A participação dos trabalhadores nas campanhas eleitorais, em todos os níveis, e em campanhas específicas, como "o petróleo é nosso", nos debates pelas "reformas de base" do governo de Goulart e em movimentos sociais, possibilitou, sobremaneira, a politização da classe trabalhadora.

As esquerdas estiveram, também, bastante envolvidas com o populismo. Uma das formas de estar presente nas massas populares, para os partidos e organizações de esquerda, era através da infiltração de militantes. Outra era através de alianças e participação em

---

[396] Idem, p. 177, com grifos.
[397] Ibidem.

campanhas. Às vezes, as próprias lideranças de esquerda abriam mão de sua ética ideológica e se convertiam em convictas lideranças populistas.

Neste quadro, pode-se compreender o que Ianni denomina de "colapso do populismo", em 1964. Trata-se de um fenômeno que se manifesta em ambiente de antagonismo de classes. Conforme ele explica:

> Como política de aliança de classes, é uma política de aliança de contrários. Ao mesmo tempo, a sua posição no contexto político de uma sociedade de tipo capitalista criava novas condições de crise. Em épocas de 'normalidade' a aliança sempre funcionava, em algum grau. Mas em ocasiões críticas, surgiam necessariamente os antagonismos.[398]

O Brasil apresentava queda no desempenho econômico desde 1962. No período que antecedeu o golpe de 1964, eram crescentes as reivindicações dos trabalhadores por recuperação salarial e mudanças radicais. Os trabalhadores mantinham-se em estado de mobilização e greves freqüentes. Suas organizações se fortaleciam, enquanto o movimento sindical fazia alianças com partidos populistas e de esquerda. A politização acontecia de forma crescente. Em outra frente social, as organizações burguesas se sentiam ameaçadas pela mobilização das massas. A situação política caracterizava-se por sucessivas crises, desde a renúncia de Jânio Quadros, em 1961. A posse do vice, João Goulart, foi efetivada em meio a pressões golpistas dos conservadores. Escreve Ianni: "Os golpistas que aplicaram um golpe sobre o golpe de Jânio (este sob o artifício da renúncia) não puderam resistir às pressões da opinião pública e aos indícios de organização de milícias populares. Entregaram o governo do país ao Vice-Presidente João Goulart".[399] Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, liderou a chamada "rede da legalidade" para garantir a posse do conterrâneo e correligionário.

Goulart era um líder populista formado na tradição de Vargas. Governava sob pressão e alimentava os antagonismos. Isto contribuiu para que as forças burguesas, sentindo-se ameaçadas em seus privilégios, reforçassem laços internos, e promovessem a união de conservadores, liberais, empresários do setor interno e seus pares dependentes do capital externo. Para Ianni, "a verdade é que a política de massas estava indo muito longe,

---

[398] IANNI, 1988, p. 177.
[399] Idem, p. 178.

numa época de enfraquecimento do poder político da burguesia".[400] A situação se agravava para os donos do poder, à proporção que o populismo avançava também dentro da sociedade agrária, em organizações como as Ligas Camponesas. A articulação política envolvia o Partido Trabalhista (PTB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e era apoiada na sociedade civil por movimentos sociais e igrejas, com destaque para o setor progressista da Igreja Católica.

A reação não se fez esperar, com a burguesia agrária unindo-se à industrial, comercial e financeira. O quadro permitia vislumbrar possibilidade de desfecho revolucionário ou de golpe dos setores conservadores. Prevaleceu este último. Havia, também, e até de forma mais evidente, a possibilidade de uma saída reformista, com apoio nos capitalistas nacionais, que aprovavam a "política externa independente", originária da era Vargas. Segundo Ianni: "A contrapartida da política externa independente seria necessariamente o capitalismo nacional. Isto é, um sistema capitalista disposto de centros políticos de decisão efetivamente nacionais. Esta virtualidade estava implícita no Plano Trienal, que Goulart não conseguiu pôr em prática".[401] Nesse embate de forças tão díspares, o que prevaleceu foi o setor aliado ao capital internacional e às inclinações das Forças Armadas americanófilas, lembrando, aqui, que soldados brasileiros haviam lutado sob comando das forças dos Estados Unidos, na Segunda Guerra, e continuavam mantendo laços estreitos, através de treinamentos e estratégias, com o complexo militar daquele "grande irmão do Norte". Ianni afirma: "*No conjunto das opções amadurecidas durante o período crítico da democracia populista, a que se impôs foi a ditadura da burguesia*".[402] Sob o manto protetor do governo norte-americano, "instaurou-se a 'doutrina da interdependência', como orientação política, econômica, militar e cultural".[403] Os governos dos Estados Unidos não tinham afinidades com Getúlio nem com seu afilhado Jango, porque consideravam que o populismo desses líderes poderia levar o Brasil a constituir uma "ditadura sindicalista", com risco de evoluir para uma "guerra revolucionária".

---

[400] Idem, p. 179.
[401] Idem, p. 180.
[402] Ibidem, com itálicos.
[403] Ibidem.

"Apoiados numa concepção defasada de sistemas geopolíticos mundiais, os golpistas de 1964 puseram em prática uma ditadura totalmente comprometida com o governo norte-americano".[404] Concepção defasada de geopolítica, porque já estava em franco declínio a fase da Guerra Fria, sob a bipolaridade Washington-Moscou e suas respectivas zonas de influência. A "interdependência" era um eufemismo para mascarar a *dependência estrutural* e o subdesenvolvimento. "Conforme sugere Hélio Jaguaribe, em 1964 inaugurou-se um regime colonial-fascista no Brasil", subordinado à perspectiva geopolítica de Washington.[405] A dependência estrutural mencionada vinha desde as medidas econômicas de Juscelino Kubitschek, que deram continuidade à abertura do setor industrial brasileiro ao capital internacional iniciada por Café Filho, em condições desfavoráveis para capitalistas nacionais não associados aos de fora.

Ao assumirem o poder, os golpistas perseguiram dois objetivos: aprofundar laços de dependência externa, defendidos como a "doutrina da interdependência", e combater violentamente a política de massas. A legislação autoritária objetivava destruir o movimento sindical, as organizações populares e o sistema partidário. Com isto golpistas visavam "afastar o perigo" do comunismo e enfraquecer a burguesia nacionalista. Ainda no tempo do regime militar, Ianni escrevia:

> Em nome da "purificação" (ou modernização) do sistema político-econômico brasileiro, cria-se uma *cultura do fascismo*. Vítimas do maniqueísmo inerente à sua concepção do processo político, os governantes e os grupos econômicos que eles servem estão criando instituições, símbolos e atitudes fascistas. Esse é o preço que o povo brasileiro está pagando à aberta militarização do poder político. Aliás, a tendência para o fascismo é outra característica essencial da dependência estrutural".[406]

---

[404] Ibidem.
[405] *Apud* IANNI, *op.cit.:* p. 181.
[406] IANNI, *op.cit.,* p. 182, com itálicos no original.

A radicalização da direita produziu um retrocesso político com perdas irreparáveis para as gerações diretamente atingidas, mas também com conseqüências difíceis de prever para as gerações que sucederam o período do regime militar (1964-85). Essa "decadência política", nas palavras de Ianni, atingiu não só os inimigos daquele regime, mas a todos, particularmente burguesia e classe média. A "pacificação" mencionada nos discursos dos golpistas não veio e não virá, enquanto forem ignorados os agentes sociais que formam a maioria do povo brasileiro, e dentro desta, os mais prejudicados, ou seja, os reduzidos à condição de miséria. Haverá insatisfação e poderão surgir tensões revolucionárias sempre que o comando político se mantiver divorciado da massa assalariada e das populações pobres e miseráveis. Neste modo de governar, o mesmo de sempre, as elites ampliam e agravam os dilemas da sociedade brasileira. Todos os segmentos, porém, vão, gradualmente, aperfeiçoando suas formas de estarem presentes nas lutas políticas. Em palavras conclusivas de Ianni:

> Assim, as relações entre as classes sociais adquirem contornos cada vez mais nítidos. À medida que se asfixiam os movimentos das massas (no proletariado urbano e rural), surgem novas manifestações da luta de classes. *O populismo terá sido apenas uma etapa na história das relações entre as classes sociais.* Nesse sentido é que se pode dizer que no limite do populismo está a luta de classes. Da mesma forma, no limite da ditadura de vocação fascista pode estar a sociedade socialista.[407]

Uma ressalva, apenas, à conclusão do mestre Ianni: o populismo pode ter sofrido um golpe mortal, em 1964, mas, no bojo das contradições sociais brasileiras, ele tem saído de seu estado quase terminal e retornado, como forma de contribuir para um equilíbrio precário da sociedade, desde a retomada do Estado de Direito, pós-regime militar. Esse populismo permite que as ações das elites, no afã de ampliar seus capitais, não rompam de todo com o tecido social formado por massas trabalhadoras e descamisadas em suas relações com o todo da sociedade. O controle das massas destituídas de bens é feito, por exemplo, através de políticas assistencialistas e movimentos sociais que mantêm o povo com alguma chama de esperança. Nestes movimentos estão inseridos inúmeros movimentos religiosos e igrejas que propõem "soluções" espirituais para problemas materiais. Todavia, o mesmo populismo que ilude de igual modo contribui para promover,

[407] IANNI, *op.cit.,* p. 177, com itálicos no original.

bem ou mal, mais cedo ou mais tarde, a politização de uma parcela considerável da população de deserdados. Sem dúvida, há virtude no populismo, como há virtualidades no contexto histórico em que ele se manifesta. Não desapareceram as utopias. Elas também podem estar sublimadas em formas de religiosidade, mas esta é outra face da questão.

2.9 – Os pentecostais no contexto do Estado brasileiro

Desde a instalação da República do Brasil e promulgação de sua Carta Constitucional, em 1891, estava estabelecida oficialmente a separação entre o Estado e a Igreja Católica.[408] Entretanto, fatores como o sufrágio restrito, a estrutura política sob controle das oligarquias rurais e a presença reduzida, ou quase nula, de protestantes, explicam o porquê da permanência hegemônica do catolicismo no espaço social e institucional da República recém-nascida.

Há registro de um médico piauiense, Joaquim Paranaguá, abolicionista e republicano, deputado constituinte em 1891, e senador até 1906, o qual, ao deixar o senado, se torna batista. Em 1920, ele liderou a organização do Instituto Industrial Batista de Corrente, no Piauí. Seu irmão, Benjamin, fundou três igrejas batistas.[409] Os luteranos eram monarquistas e se isolaram do novo regime republicano, recolhendo-se em sua cultura germânica.[410]

A chegada dos pentecostais ao Brasil somente é registrada a partir de 1910, com o italiano Luigi Francescon, em São Paulo e Santo Antônio da Platina (Paraná), e em 1911, com os suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren, em Belém do Pará, todos imigrantes provenientes dos Estados Unidos da América. O italiano dedicou-se à formação da Congregação Cristã no Brasil e os suecos promoveram o movimento pentecostal na Primeira Igreja Batista do Pará, de onde saiu um grupo para constituir a Missão Apostólica,

---

[408] A separação entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica foi estabelecida, legalmente, em 7 de janeiro de 1890, pelo decreto 119 A, do novo governo republicano recém-instalado.
[409] Cf. LÉONARD, Émile. **O protestantismo brasileiro**. São Paulo: ASTE, 1963, p. 98-9; CRABTREE, A. R. **História dos baptistas do Brasil até o anno de 1906**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Baptista, 1937, p. 217; FRESTON, 1994, p. 19-20.
[410] Sobre o assunto, recomenda-se a leitura de: DREHER, Martin. **Igreja e germanidade**. São Leopoldo: Sinodal, 1984, p. 41-3.

posteriormente denominada Assembléia de Deus. Essas iniciativas pentecostais tinham um sentido sectário e avesso ao envolvimento na política.

Mesmo os poucos protestantes que marcaram presença na política tiveram dificuldades para convencerem os membros de suas igrejas acerca da importância de ocuparem esse espaço público. Basta observar que houve apenas um constituinte evangélico, em 1933-34 e em 1946, o pastor metodista Guaracy Silveira. Em relatório para as igrejas evangélicas, ele escrevia: "Dois grandes erros o protestantismo tem cometido no Brasil: fugirem os crentes... dos sindicatos de trabalhadores, e fugirem dos partidos políticos populares...".[411]

O Estado de Pernambuco teve um governador interino saído dos quadros da Assembléia de Deus, embora esta igreja não tenha registrado fato tão relevante em sua história oficial. O governador Antonio Torres Galvão foi um dos fundadores da Assembléia de Deus em Abreu e Lima e líder sindical no mesmo distrito, pertencente ao município de Paulista, cidade situada na região metropolitana de Recife. Foi eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Paulista. Esteve presente na fundação do Partido Social Democrático (PSD) em Pernambuco e foi eleito constituinte estadual em 1947. Reeleito em 1950, escolheram-no presidente da Assembléia Legislativa. Quando o governador Agamenon Magalhães faleceu em 1952, Galvão assumiu o governo durante quatro meses, convocou eleições e entregou o cargo ao eleito.

O distrito de Abreu e Lima reaparece no cenário da política assembleiana, nos anos de 1980, com o deputado federal constituinte Salatiel Carvalho, pertencente à Assembléia de Deus de Abreu e Lima, filho de um pastor do Piauí e genro de um pastor-presidente em Pernambuco. Salatiel ascendeu na política, ligado ao senador Marco Maciel e filiado ao PFL, mas durante o Congresso Constituinte não seguiu orientações do partido em algumas votações, afirmando que adotava esta estratégia para escapar da baixa avaliação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). De fato, alcançou nota 8,5, muito acima da média de 4,61, obtida pelo conjunto de evangélicos. Pragmático, ganhou concessão de rádio em Jaboatão, em troca do seu voto a favor da prorrogação do mandato

[411] *Apud* FRESTON, 1994: p. 24.

de Sarney. Ele afirmou que: “Se o presidente quisesse cem anos para trocar cem rádios, eu trocava mesmo. Se fosse para divulgar o evangelho, eu trocava”. Eis aí um argumento típico do clientelismo pentecostal, que defende a apropriação de recursos públicos para o proselitismo, sem respeitar a ética e valores republicanos. Na eleição de 1989, Salatiel tornou-se o coordenador da campanha de Fernando Collor de Mello entre os evangélicos. Passada a eleição, com a vitória de Collor, Salatiel passou a queixar-se que o presidente não nomeara nenhum dos seus indicados para cargos no novo governo. [412]

Entre os anos de 1946 e 1987, 50 evangélicos estiveram exercendo 108 mandatos no Congresso Nacional. Menos de 5% destes mandatos foram exercidos por pentecostais. Nos anos de 1950, começa a participação pentecostal, através da Igreja Pentecostal O Brasil para Cristo (BPC), cujo fundador e líder, Manoel de Mello, apoiou Adhemar de Barros como candidato a prefeito de São Paulo e ganhou um terreno, onde conseguiu construir um templo de alumínio, depois demolido por ordem do próprio Adhemar, já prefeito, que neste episódio cedeu às pressões do clero paulistano.[413] Manoel de Mello decide, então, adotar outra estratégia de participação política: investir na eleição de parlamentares de sua confiança e submetidos ao seu controle. Em 1962 ele lança e elege um deputado federal pelo PSD, o ex-metodista Levy Tavares. Em 1966, este é reeleito pelo MDB, em dobradinha com Geraldino dos Santos, que vence a disputa para deputado estadual, pela mesma legenda. Com o advento da ditadura militar, ambos se transferem para a Arena. A iniciativa de Mello viria a ser seguida, duas décadas depois, pelas igrejas objeto desta pesquisa: Assembléia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus. À semelhança da Brasil para Cristo, submissa ao braço forte de Manoel de Mello, a Igreja Universal tem um déspota, o bispo-presidente Edir Macedo. A BPC inaugurou, portanto, a política de lançar candidatos da corporação, precursora da que hoje é adotada pela Igreja do Evangelho Quadrangular, Assembléia de Deus e Igreja Universal.

No início dos anos 60, o quadro de mobilizações populares e o perfil populista do governo do presidente João Goulart assustavam a maioria dos evangélicos e em grau superlativo os pentecostais. A origem norte-americana de muitos missionários, formados

[412] Idem, p. 52.
[413] Idem, p. 30.

dentro de uma ideologia anti-soviética e anticomunista, marcou a mentalidade dos membros das igrejas do protestantismo histórico e do pentecostalismo. Para eles, os grandes inimigos eram o catolicismo romano e o comunismo ateu. Durante o período do governo de João Goulart, pastores e igrejas mobilizaram seus fiéis em vigílias de oração, a fim de livrar o Brasil da "ameaça comunista".

Os evangélicos foram além deste apoio ao regime militar. Alguns pastores, inclusive da Assembléia de Deus, fizeram cursos na Escola Superior de Guerra (ESG) e na Associação de Diplomados desta, a ADESG. Um deputado federal e maçom da Igreja Congregacional, Daso Coimbra, com longa história no parlamento, onde permaneceu durante sete mandatos, era intermediador das indicações de pastores para os cursos da ESG. Ele tinha essa prerrogativa em virtude do seu alinhamento ideológico com o regime militar e, provavelmente, também, por ser irmão de um almirante.[414]

A tímida presença pentecostal no Congresso experimenta uma mudança abrupta nas eleições de 1986. A Assembléia de Deus, principalmente, mas também a Igreja Quadrangular e a Universal, resolvem investir na eleição de representantes para o Congresso Constituinte. De modo bem pentecostal, afirmava um candidato naquela ocasião: "É tempo de agir, pois esta pode ser a última Constituição, antes da volta de Cristo".[415]

Esta nova atenção dada à política pelos pentecostais começara nas unidades da federação, em 1978, com candidaturas às Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores. As práticas de persuasão, legitimação e justificativa, para que os membros aceitassem a participação corporativa de sua igreja na política, incluíam *slogans* do tipo:

> "Crente vota em crente"
>
> "Irmão vota em irmão"[416]
>
> "Trabalhador pentecostal vota em trabalhador pentecostal"

---

[414] Idem, p. 59.
[415] O candidato era João de Deus Antunes, *apud* FRESTON, 1994: p. 39.
[416] Título de um livro de autor pentecostal, que havia trabalhado como assessor no Congresso Nacional, mas cuja visão não tinha nada de republicana: SYLVESTRE, Josué. **Irmão vota em irmão**: os evangélicos, a Constituinte e a Bíblia. Brasília: Pergaminho, 1986.

"Evangélico vota em evangélico".[417]

Entretanto, nesse final dos anos de 1970, não estava inaugurada, ainda, a era das candidaturas planejadas e lançadas pelas corporações pentecostais. Mesmo assim, foram eleitos dois deputados federais em 1982: Mário de Oliveira, pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular em Minas Gerais, e José Fernandes, leigo da Assembléia de Deus no Amazonas. O *Mensageiro da Paz*, em maio de 1981, ainda anunciava que era vedado aos ministros do Evangelho serem candidatos, salvo se pedissem licença de suas atividades pastorais.

A expectativa da sociedade brasileira sobre o Congresso Constituinte de 1987-88 contagiou a Assembléia de Deus, mas na fase preparatória, quando foi criada a Comissão de Estudos Constitucionais, conhecida como "Comissão de Notáveis", presidida pelo jurista Afonso Arinos, os pentecostais não mostravam, ainda, suficiente articulação para conseguirem bancar um representante, embora já tivessem o maior contingente de população evangélica. Na ocasião, como tem sido recorrente, não havia um órgão de representação dos evangélicos para funcionar como interlocutor institucional perante o Estado. As autoridades do governo federal resolveram acatar uma indicação da Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil (OMEB), que escolhera o pastor presbiteriano Guilhermino Cunha, formado em direito, mestre em teologia e ex-aluno da ESG, para integrá-lo à referida comissão.

Iniciando sua arregimentação com vistas a formar uma bancada no Congresso Constituinte, a Convenção Geral das Assembléia de Deus no Brasil, reunida em Anápolis, em janeiro de 1985, convidou os políticos Íris Rezende e Daso Coimbra, para falarem aos convencionais, a fim de sensibilizá-los acerca da importância do momento político e convencê-los da necessidade de se envolverem, como líderes da maior força evangélica do País, na ocupação de espaços públicos. Em abril do mesmo ano, a Convenção Geral reuniu os presidentes das convenções estaduais em Brasília para prepararem suas bases na escolha de candidatos ao Congresso Constituinte. Enquanto isto, o *Mensageiro da Paz* exercia um papel conscientizador, veiculando matérias sobre a importância da participação da Igreja na política do Brasil. Em 18 Estados a Assembléia de Deus lançou candidatos a deputado

[417] Os *slogans* citados estão no livro de FRESTON, 1994, p. 40, 43 e 57.

federal. A colheita desta semeadura foi surpreendente: de apenas um deputado a Igreja passou a contar com 13 parlamentares no Congresso Nacional, além de suplentes. Freston apresenta a seguinte tabela, que revela o novo interesse dos pentecostais no espaço parlamentar:

Tabela 3 - Parlamentares Federais Evangélicos (Titulares e Suplentes que Assumiram) e Mandatos Exercidos, 1933-1992

	Parlamentares			Mandatos exercidos		
Períodos	Total	Históricos	Pentecostais	Total	Históricos	Pentecostais
1933-1987	50	47 (94%)	3 (6%)	109	104 (95%)	5 (5%)
1987-1992	49	22 (45%)	27 (55%)	67	29 (43%)	38 (57%)
1933-1992	88*	60 (68%)	28 (32%)	176	133 (76%)	43 (24%)

* O total é de apenas 88 e não 99 (50+49), porque 11 parlamentares atuaram antes e depois de 1987, sendo nove protestantes históricos e dois pentecostais.

Fonte: FRESTON, 1994: p. 46.

Em apenas cinco anos (1987-92), os pentecostais tiveram nove vezes mais parlamentares do que em 54 anos anteriores (1933-87). Esta participação saltou de 6% para 55% nos períodos referidos. Ou de 5% para 57%, se forem considerados os mandatos exercidos.

As igrejas que passaram a ter este comportamento de lançar candidatos foram Assembléia de Deus, Evangelho Quadrangular e Igreja Universal. Outras grandes denominações pentecostais, como a Congregação Cristã no Brasil (CCB), Brasil para Cristo e Igreja Pentecostal Deus é Amor, não acompanharam esta prática. Mas é oportuno assinalar que este tipo de absenteísmo nem sempre é respeitado, por parte de membros isolados dessas igrejas.

Quase metade dos parlamentares evangélicos no Congresso Nacional, entre 1987 e 1992, estava vinculada a veículos de comunicação, sendo que dois haviam dirigido o Dentel (Departamento Nacional de Telecomunicações). O comunicador evangélico leva vantagem sobre seu concorrente que não tem um público tão específico. Há forte

identificação entre o emissor e o receptor. Ambos comungam da mesma fé e da mesma paixão: a "salvação dos pecadores".[418]

A agilidade das igrejas pentecostais ocuparem espaços na política, em contraste com a apatia das protestantes históricas, pode ser interpretada com o auxílio de chaves hermenêuticas da própria política e da teologia. As denominações pentecostais têm comando autoritário, exigem consenso teológico e exercem maior controle sobre o cotidiano dos membros. Parte deste consenso e controle está na ideologia de que o crente vive na luz, enquanto o incrédulo vive nas trevas. Logo, "é melhor votar num crente do que escolher um ímpio". As igrejas do protestantismo histórico tanto influenciaram como receberam influência do liberalismo clássico. Sabe-se que, nesta concepção, a escolha política é assunto do indivíduo no pleno exercício de sua liberdade, ou, em outras palavras, trata-se de um assunto de foro íntimo: a escolha de candidato deve passar pela consciência de cada um. Também concorre para isto a idéia, ainda vigente, de que religião trata de coisas espirituais, enquanto política lida com questões materiais. Ambas não devem ser misturadas, segundo esta forma de pensar, pois o sagrado não deve ser contaminado pelo profano. Os pentecostais também adotam esta dicotomia, mas a contornam quando tratam seus candidatos como missionários incumbidos de levar o testemunho do evangelho ao meio político.

Freston observa que a presença massiva da Assembléia de Deus na política, com seu eleitorado espalhado em todo o País, alterou a composição da representação evangélica, reforçando os quadros provenientes do Nordeste, Centro Oeste e Norte. A presença pentecostal também permitiu o ingresso de líderes com mais baixa escolaridade, embora pertencentes às elites das igrejas. Alguns desses parlamentares são, a propósito, empresários. Na questão étnica, os eleitos pelo voto pentecostal trouxeram significativo reforço para a presença de negros, mulatos e mestiços, no parlamento brasileiro.

Em função do vínculo primordial com a igreja que o elegeu, o político pentecostal pratica o nomadismo partidário, sempre que isto seja necessário.

---

[418] FRESTON, 1994, p. 55-6.

Os candidatos da Assembléia de Deus são geralmente detentores de capital familiar, pois são pastores ou pertencem ao clã dos pastores, na condição de genros ou filhos de pastores-presidentes. Quando não se trata de capital familiar, prevalece o capital econômico mesmo do candidato empresário, que geralmente ajuda a igreja com seu dízimo ou ofertas. Outros são portadores de carismas, como cantores e pregadores-evangelistas, ou reúnem algumas dessas características em diferentes graus. Em todos os casos, têm que cultivar relacionamentos e fazer acordos com o colegiado de pastores, para se tornarem "candidatos oficiais" da igreja.

Conforme mencionado, a Assembléia de Deus prestigia e premia, com indicação para ser seu candidato, o leigo empresário que ajuda a igreja com bens materiais. Muitos deles fazem parte da Associação dos Homens de Negócio do Evangelho Pleno (Adhonep). São pequenos comerciantes e empresários de porte econômico variado, funcionários públicos e profissionais liberais. Em que pese a Assembléia ter muitos pobres em seu meio e contar com alguns poucos na militância em sindicatos e movimentos populares, não considera esta prática um requisito desejável para a escolha dos seus "candidatos oficiais". Para a liderança da igreja, é preferível que seus escolhidos não tenham tal tipo de envolvimento, porque consideram que o compromisso com outras organizações da sociedade civil pode inviabilizar a fidelidade aos interesses corporativos da denominação.

Os poucos fatos comentados trataram da presença pentecostal na política brasileira, até meados dos anos de 1990. No capitulo seguinte, será feita abordagem mais substanciosa tanto da Assembléia de Deus, como da Igreja Universal, com remissão ao período já tratado, mas com ênfase maior nos anos recentes, até 2006, quando, também, se ampliou a ação dos agentes políticos destas denominações no espaço público.

Conclusão

O Estado brasileiro tem sido, ao longo da história da República, espaço de lutas por hegemonia das oligarquias agrárias e burguesias comercial, industrial e financeira. A grande massa de trabalhadores entrou nessa luta para defender seus interesses, em momentos quando vigorou a democracia, contudo sem obter ganhos significativos na

partilha das riquezas. Junto aos produtores estava a massa pobre da população como ator coadjuvante, "organizada" pelo próprio Estado populista.

A ascensão das camadas médias da população, potencializadas pela ação do movimento tenentista, gerou pressões sobre o Estado oligárquico, enquanto já se verificava um processo de urbanização, durante os anos de 1920. A República Velha daquele período mostrou-se incapaz de abrigar esses novos agentes da política no bloco de poder das oligarquias, de modo que foi superada pela composição de forças gerada pela própria Revolução de 30. Contudo, o poder das oligarquias não desapareceu, pois o Estado da nova ordem que emergiu em 1930 foi um "Estado de compromisso" entre antigos e novos detentores do poder econômico, sob a liderança de Getúlio Vargas. Nessa conciliação "pelo alto" o Estado assumiu a tarefa de manobrar as massas de trabalhadores e marginalizados, por meio de legislação, políticas paternalistas e propaganda. O movimento sindical ficou debaixo da tutela do Estado. A Igreja Católica, com sua doutrina social e organizações correspondentes, contribuiu para que não fossem assimiladas pelos trabalhadores as experiências socialistas em voga na Europa.

A política populista de Vargas era sinal de que as elites governavam, mas precisavam conter as pressões populares para que não houvesse avanço na organização dos trabalhadores. Nesse jogo de forças, o equilíbrio era instável, de tal modo que o próprio Vargas sucumbiu sob os golpes dos grupos conservadores.

Os pentecostais faziam parte da imensa massa manobrada pelo populismo. Adotavam uma postura política de não-participação, porque haviam aprendido que "o reino de Deus não é deste mundo" e o mundo da política pertencia ao reino das trevas. Na seqüência do raciocínio, concluía-se que o crente não deveria envolver-se com partido, sindicato, associações e movimentos similares. O pentecostalismo havia herdado uma teologia da matriz evangélica norte-americana, que favorecia a obediência acrítica a toda autoridade. Desde que esta garantisse a liberdade de culto e se apresentasse como Estado leigo, conforme prescreviam constituições republicanas, a autoridade devia ser respeitada e apoiada como agente divino, segundo essa teologia.

Os pentecostais tinham pavor do comunismo e o consideravam inimigo mortal, que poderia extingui-los se conquistasse o poder. Os evangélicos em geral associavam mobilizações dos trabalhadores, como passeatas, comícios e greves, com estratégias dos comunistas para solapar a ordem constituída. Havia exceções a essa auto-exclusão da política, que foram identificadas neste capítulo, mas o quadro geral caracterizava as igrejas pentecostais como forças desmobilizadoras dos seus fiéis no que se refere às lutas sociais.

Durante o regime militar de 1964 a 1985, lideranças pentecostais foram, de fato, cooptadas. Igrejas se reuniam em vigílias de oração, pedindo para Deus livrar o Brasil do comunismo. O golpe militar foi saudado pela maioria dessas igrejas como ação divina contra os que estavam levando o País ao caos. Os militares levaram alguns pastores mais influentes para receberem doutrinação na Escola Superior de Guerra.

O modelo de organização pentecostal assimilou o padrão autoritário latino-americano. “Pastores” devem cuidar de “rebanhos”. Os fiéis são “ovelhas”, massa de multidões manobrada pelo líder cuja autoridade não pode ser contestada, pois fazê-lo é insurgir-se contra o “ungido” do Senhor. Um Estado populista encontrou massas pentecostais que já estavam disciplinadas para viverem sob tutela.

Em resumo: a ideologia pentecostal conduziu os fiéis para o absenteísmo social, manteve-os submissos de forma acrítica às autoridades públicas e colaborou para que as práticas populistas do Estado tivessem nessa religião uma fiel aliada para dificultar a conscientização e mobilização da classe trabalhadora.

Capítulo 3

Pentecostais e neopentecostais na política brasileira

Introdução

A ideologia protestante norte-americana transplantada para o Brasil formou um protestantismo predominantemente escapista e sectário. A solução dos problemas sociais era apresentada de forma simplista na fórmula da salvação individual: se todas as pessoas se converterem ao evangelho, pregado nos moldes trazidos pelos missionários, o Brasil será transformado num país justo, acreditavam os adeptos desse tipo de protestantismo. As vertentes mais comprometidas com o social ofereciam, no melhor dos casos, uma proposta educacional de cunho liberal e, portanto, também individualista, o que não deixava de ser uma contribuição importante, longe de ser subestimada, num país onde o setor público relegava a educação para um lugar marginal.[419]

Este era o quadro predominante, mas havia matizes que o tornavam mais complexo. Primeiro, porque a evangelização não se dava num vazio de cultura. A complexa sociedade

[419] Sobre o assunto, há diversos estudos, tais como: MESQUIDA, Peri. **Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil**: um estudo de caso. Juiz de Fora: EDUFJF; São Bernardo do Campo: EDITEO, 1994. HACK, Osvaldo H. **Protestantismo e educação brasileira**: presbiterianismo e seu relacionamento com o sistema pedagógico. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1985. WARDE, Mirian. **Americanismo e educação**: a fabricação do homem novo. São Paulo, PUC, 2000 (Projeto de Pesquisa do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade). VIEIRA, Cesar Romero Amaral. Política e educação na primeira República: influências, utopias e ideologias liberais norte americanas na Reforma da Instrução Pública Paulista de 1890. **Anais do III Simpósio de Dissertações e Teses**. Piracicaba: PPGE/UNIMEP, 2003, p. 37-41.

brasileira traduziu as contribuições norte-americanas em formas locais de denominações evangélicas, dentro de um processo de amálgama entre culturas de origem anglo-saxã e lusitano-afro-indígena, com ingresso de religiosidades protestantes plantadas em terreno de catolicismos sincréticos, estes por sua vez constituídos de transplantes e *traduções* culturais, envolvendo o catolicismo português e as religiões da África e dos povos indígenas da terra brasileira conquistada e colonizada. Em segundo lugar, os próprios missionários provinham de embates religiosos que envolviam puritanos, pietistas, igrejas de "santidade", do "evangelho social", conservadores e fundamentalistas, para citar as principais correntes do protestantismo, que lutavam por hegemonia nas diversas denominações da sociedade norte-americana. O protestantismo que nasceu neste contexto e se propagou no final do século XIX e início do XX era avesso a compromisso social e participação política. Como conseqüência direta, o movimento das "religiões do Espírito" que eclodiu nesse protestantismo, também se apresentou refratário à questão social. Segundo Leonildo Campos:

> O Pentecostalismo, que se tornou público em Los Angeles a partir de 1906, era filho dileto de todo esse background que a mística protestante puritano-metodista havia gerado nos EUA no decorrer dos séculos XVIII e XIX. Como resultado dessas influências, a ação e as lutas políticas se tornariam desde então, para muitos evangélicos brasileiros, um espaço "sujo" e "indigno" dos "verdadeiros crentes", os quais não deveriam oferecer "pérolas aos porcos".[420]

Mesmo sem um projeto político institucional, houve protestantes presentes na política brasileira, principalmente a partir da década de 1930. Documentos marcantes foram produzidos por pastores e líderes do Rio de Janeiro e São Paulo, pertencentes a denominações evangélicas, ao ensejo das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte em 1933.[421] A preocupação de minoria religiosa em sociedade de tradição fortemente católica levava-os a assumirem a bandeira da liberdade de culto para todas as religiões e a da separação entre Igreja e Estado. Muitos desses protestantes estavam na política tangidos por interesses de classe. Segundo Campos, "muitos deles refletiam interesses dos

[420] CAMPOS, 2006, p. 35.
[421] Cf. CAMPOS, 2006, p. 38-42, e REILY, Duncan Alexander. **História documental do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Aste, 1993, p.228-9, sobre divórcio, e nota 82, p. 311. Idem p. 277 e seguintes.

proprietários de terras e das classes urbanas vinculadas pelo republicanismo, maçonaria e anticlericalismo católico-romano".[422]

Os pentecostais, devido ao caráter de seita, optaram, desde a chegada ao Brasil e durante décadas, a não participarem de movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos. Os episódios esparsos, referentes a mobilizações em ligas camponesas, ou casos isolados de líderes políticos, como o governador interino de Pernambuco, Antônio Torres Galvão, este em 1952, foram exceções a confirmar a regra do absenteísmo social dos pentecostais. Quando muito, as denominações toleravam a presença de leigos nessas atividades, mas alertando-os e orientando os crentes em geral para os perigos da contaminação com o mundo.

Em que pese essa orientação, houve pentecostais no parlamento federal e em alguns estaduais, principalmente a partir dos anos de 1960. Em São Paulo, a Igreja Pentecostal "O Brasil para Cristo", elegeu o deputado federal Levy Tavares e o estadual Geraldino dos Santos. Em Minas Gerais, a Assembléia de Deus tinha um estadual, João Gomes Moreira. No Pará, havia o deputado estadual Antônio Teixeira e o vereador Sebastião Bronze, ambos da chamada igreja-mãe da Assembléia de Deus. No Maranhão, apresentava-se Costa Ferreira, hoje um veterano dos parlamentos, o membro que ostenta a maior quantidade de mandatos na Frente Parlamentar Evangélica, em Brasília. Todavia, estes exemplos não podiam ser enquadrados como uma presença planejada pelas respectivas denominações, a não ser no caso da Igreja O Brasil para Cristo, pois seu fundador, Manoel de Mello, era um grande articulador, não só interno, mas, sobretudo, para fora da igreja, tanto em relações inter-eclesiais como políticas. Ele promoveu importante atividade de incentivo a candidaturas também no interior do Estado do Rio de Janeiro, em apoio a seus candidatos, ligados ao PDT de Brizola.

Uma nova investida dos pentecostais para a política teve lugar em algumas unidades da Federação, no final dos anos de 1970, com candidaturas aos legislativos estaduais e municipais. Todavia, não estava inaugurada, ainda, a era das "candidaturas oficiais", que veio predominar, somente, a partir de meados dos anos de 1980. A expectativa da

[422] CAMPOS, *op.cit.,* p.33, nota 6.

sociedade brasileira para a realização de uma Assembléia Nacional Constituinte[423] provocou enorme mobilização entre as lideranças da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil.

3.1 –Participação política pentecostal: mobilização estratégica

O quadro de omissão política pentecostal muda, radicalmente, a partir de 1986, mediante construção de projetos corporativos com vistas a exercerem influência na elaboração da nova Carta Constitucional. Neste sentido, foram mobilizadas as lideranças mais expressivas da Assembléia de Deus, Evangelho Quadrangular e Universal do Reino de Deus. Esta última compreendeu, nos primeiros anos de sua existência, a importância de participar do jogo político, tão logo alcançou uma escala expressiva para competir no campo eleitoral. Ao contrário da Assembléia de Deus, a Igreja Universal não produziu uma cultura antipolítica entre seus membros, que a dificultasse na conquista de espaços nesse terreno. O bispo-presidente Edir Macedo comandou seus quadros, logo que isto foi possível, para conquistarem cadeiras em parlamentos estaduais e em Brasília. Começando com um deputado federal em 1986, elegeu, sucessivamente, três em 1990, seis em 94, 17 em 98 e 18 em 2002, além de uma quantidade muito maior de deputados estaduais e vereadores, garantindo representação em quase todas as unidades da federação. Os discursos da Assembléia e da Universal, para convencerem seus fiéis da necessidade de elegerem pessoas de confiança, ou seja, quadros da própria Igreja, incluíam críticas aos "políticos tradicionais", porque, segundo eles, eram pessoas que estavam no espaço público "para defenderem interesses particulares". Não obstante, a ênfase maior da mobilização pentecostal na política tem sido a denúncia de questões que solapam a sociedade e evidenciam uma influência diabólica no mundo, conforme a teologia própria do grupo, tais como: liberação do aborto, união civil de pessoas do mesmo sexo, imoralidade na televisão e assuntos, em geral, ligados a costumes.

Freston afirma que a participação corporativa de pentecostais na política não se deveu a mudanças teológicas.[424] De fato, eles não abandonaram a doutrina da iminente

[423] A Assembléia Nacional Constituinte, almejada por muitos brasileiros, foi reduzida a um Congresso Constituinte, devido à imposição das forças conservadoras que dominavam a política brasileira no momento da sua convocação (meados dos anos de 1980). O conservadorismo que se manifestou na ocasião tem raízes profundas e parece capaz de se manter indefinidamente na política brasileira, como se pode induzir do que foi relatado nos capítulos 1 e 2 desta tese.

volta de Cristo precedida da ampliação da maldade no mundo, mas, por outro lado, verifica-se que tem havido um arrefecimento do lugar central dessas crenças, concomitante com uma nova ênfase no aqui e agora, seja devido ao consumismo, seja em imitação aos que pregam a chamada confissão positiva e a teologia da prosperidade, seja, ainda, em alguns casos, pelo despertar para maiores responsabilidades nas questões sociais, como dimensão importante da fé cristã, aspecto este outrora negado ou negligenciado.

Mesmo assim, o envolvimento na política se deveu a outros fatores, como defesa de interesses institucionais, mobilização de recursos para garantirem condição mais vantajosa no jogo competitivo do mercado religioso, emulação entre corporações do mesmo sub-campo pentecostal e necessidade de maior inserção no espaço público, para exercerem influência direta em questões que os incomodam, ligadas à preservação da família tradicional, costumes, sexualidade e liberdade de culto, no estilo pentecostal, evidentemente. Em seus discursos teológicos, os pentecostais ainda desprezam o mundo, mas na prática política fazem questão de receber reconhecimento, títulos honoríficos, exposição favorável na mídia e valorização dos símbolos do movimento, em ruas e praças, por exemplo. Ou seja, continuam a "desprezar o mundo" mas fazem questão das homenagens mundanas.

A arregimentação dos pentecostais para o Congresso Constituinte esteve também relacionada com a idéia do advento de um novo pacto nacional. A elaboração da Carta Constitucional seria o momento de refundação da sociedade brasileira, no que tange ao estabelecimento de novas relações, quando minorias organizadas teriam a chance de garantirem direitos e exigirem a efetivação de um sistema democrático mais inclusivo, identificado com as demandas sociais. Durante o Congresso Constituinte, os pentecostais apelaram para "a fé do povo brasileiro", sempre que este mito ajudou como argumento para garantir a presença pública de símbolos caros aos evangélicos: foi deste modo que conseguiram aprovar a aposição permanente de uma Bíblia aberta sobre a mesa do Congresso e a referência a Deus na nova Constituição.[425] Tais fatos foram comemorados no

---

[424] FRESTON, 1994, p. 62 e seguintes.

[425] É pertinente destacar que este uso da Bíblia como fetiche ou amuleto não é aceito por amplíssima parcela dos protestantes históricos e nem mesmo por muitos pentecostais. O uso do nome de Deus em espaços republicanos também é encarado com restrições por protestantes que defendem o Estado como expressão laica de uma sociedade pluralista. É possível interpretar que

Mensageiro da Paz (novembro de 1987) como "amarga derrota para os ateístas". Freston teceu o seguinte comentário, a propósito do assunto:

> Não foi a única vez que a AD invocou o sentimento da maioria em favor de suas posições. A "fé do povo brasileiro", geralmente rejeitada como um paganismo disfarçado, agora torna-se arma estratégica na luta por espaço na religião civil. Quando líderes pentecostais abandonam o apoliticismo, dão grande importância à colocação de símbolos e rituais evangélicos na esfera pública.[426]

Algumas questões merecem ser enunciadas: estaria a Assembléia de Deus em posição contrária à tradição protestante republicana de um Estado laico e agnóstico? Ou seria apenas uma forma oportunista de se manifestar, visto que "a fé do povo brasileiro" sempre foi rejeitada pelos pentecostais, devido à intolerância quanto à opção majoritária da população pelo catolicismo? O fato é que os parlamentares pentecostais só resolveram exaltar a religiosidade do povo brasileiro, quando esta serviu como argumento para abrirem espaços públicos aos seus símbolos religiosos, sinal de que o poder secular deveria estar subordinado ao sagrado, ou, na hipótese mais provável, com o objetivo de demarcar o território público como "propriedade do Senhor Jesus", e assim exorcizá-lo de presenças demoníacas, conforme recomendam as estratégias de "batalha espiritual", adotadas, principalmente, pelos neopentecostais.

O ingresso institucional da Assembléia de Deus para formar bancada no Congresso Constituinte explorou o sentimento de medo dos seus fiéis. O presidente da Convenção Geral das Assembléias de Deus do Brasil (CGADB), José Wellington Bezerra da Costa, afirmou em entrevista a Freston que "a CNBB estava com um esquema armado para estabelecer a religião católica como a única religião oficial".[427] Em Recife, houve distribuição de um folheto com o título: "Por que a AD lançou candidatos em todo o Brasil?". No texto, constava suposta declaração de um padre que afirmara a pastores evangélicos que a futura Constituição iria proibir reuniões religiosas em logradouros públicos.[428] Estes boatos indicaram quão vulnerável era o público assembleiano à guerra da

---

este uso do livro fundamental dos evangélicos (a Bíblia: "única regra de fé e prática") sobre a mesa dos parlamentos seja apenas um símbolo e não um fetiche.

[426] FRESTON, 1994, p. 80.

[427] Idem, p. 65.

[428] Ibidem.

contra-informação, pois de outro modo suas lideranças não teriam arriscado disseminar coisas tão absurdas.

O *Mensageiro da Paz* de março de 85 insinuava que muitas desgraças do Brasil, como inflação, imposições do Fundo Monetário Internacional, enfartes em ministros, tremores de terra no Ceará, naufrágios no Amazonas, secas no Nordeste, eram provocadas pela idolatria dos brasileiros, reforçada com a instituição do feriado nacional de 12 de outubro, em homenagem a Aparecida, a padroeira católica do Brasil. O combate dos pentecostais à hegemonia católica, o desejo de eleger um presidente evangélico, a repetição recorrente da frase bíblica – "o Senhor te porá por cabeça e não por cauda" – o *slogan* sempre usado em adesivos e proclamado em celebrações – "o Brasil é do Senhor Jesus" – são exemplos de que esses movimentos religiosos combatem a Igreja Católica, porque querem competir por mais espaços tanto no campo material como no imaginário religioso da sociedade brasileira. Nessas investidas há algo de aspiração constantiniana que revela distância da idéia leiga de república, pois mesmo a separação Igreja – Estado, matéria defendida pelos pentecostais, não o é como tese, mas como arma contra os privilégios da Igreja Católica na América Latina. Neste sentido, pentecostais e neopentecostais estão bem distantes de protestantes, embora estes também sempre tenham combatido a hegemonia católica, porque entendiam que os vícios da política brasileira não teriam existido, pelo menos com as características que apresenta, caso nossa colonização tivesse recebido a influência anglo-saxã, em lugar da portuguesa, convicção que os motivou a investirem na implantação de instituições educacionais, desde a segunda metade do século XIX.[429]

Argumentos mais fortes do que boatos de conspirações contra a liberdade religiosa foram os que alertavam para o reconhecimento legal de novos costumes, que, na ótica evangélica e também católica, ameaçavam a instituição familiar. Lideranças da Assembléia de Deus lembravam que a nova constituição poderia acolher a legalização do aborto, o casamento de homossexuais e a liberação das drogas.[430]

---

[429] Para uma apreciação sobre os empreendimentos protestantes na educação brasileira, remete-se o leitor às referências bibliográficas citadas na nota 1 deste capítulo.
[430] FRESTON, 1994, p. 67.

A conscientização para o ingresso na política também explorou o argumento da partilha de recursos. Segundo o escritor Josué Sylvestre, líder leigo da Assembléia de Deus, o crente colabora para "financiar a idolatria e a feitiçaria", pois, ao pagar os impostos, uma parte é alocada como verba do Orçamento da União, a ser aplicada conforme o desígnio de cada parlamentar. E continua Sylvestre, com o seguinte argumento de cunho corporativo: "vejam que volume fabuloso de recursos poderia estar ajudando nossas organizações no setor social e educacional".[431]

As aspirações pentecostais no sentido de ter um espaço garantido na religião civil brasileira[432] e de partilhar recursos públicos da mesma forma que outros grupos religiosos têm feito é compreensível. Afinal, o Brasil já tem uma população plural no aspecto religioso e os grupos evangélicos somam aproximadamente 15% desta composição, conforme o censo de 2000 (IBGE). Com a diferença que esta minoria evangélica, em contraste com a maioria, é, quase toda, bem atuante em seus compromissos religiosos, enquanto que os católicos, em torno de 70% dos brasileiros, não têm o mesmo tipo de engajamento em sua igreja.

Após preparar o público interno, foi fácil para a Assembléia de Deus obter a chancela dos partidos que serviriam para o propósito de eleger representantes pentecostais na maioria das unidades da Federação. A estrutura partidária brasileira é sabidamente fraca. A ausência de voto distrital puro ou misto, com lista preparada pelo partido, deixa aberta a possibilidade para agremiações mais organizadas da sociedade civil fazerem uso da sigla partidária meramente como instrumento eleitoral, sem assumirem de fato compromisso ideológico com o programa do partido. Há exceções, por exemplo, nos poucos partidos cuja doutrina é aplicada com rigor, como os que praticam o chamado "centralismo democrático".[433] Nestes, não há lugar para invasões de grupos religiosos coesos. Sendo a

---

[431] SYLVESTRE, 1986, p. 62-4.

[432] O conceito de *religião civil*, segundo Robert Bellah, refere-se ao conjunto de crenças, símbolos e rituais que exercem papel decisivo no desenvolvimento das instituições de um Estado-nação e se torna um instrumento de auto-compreensão compartilhado pela sociedade como um todo. (Cf. BELLAH, R. Civil religion in America, DAEDALUS 96, winter 1967. BELLAH, R. et al. **Habits of heart**. Individualism and commitment in American life. Berkeley: University of California Press, 1985).

[433] Nos partidos comunistas leninistas, chama-se **centralismo democrático** a um sistema de organização interno no qual, diante de uma determinada questão programática, as bases do partido tem direito à discussão livre da mesma questão, eventualmente podendo até mesmo constituir facções em torno das teses (este direito de facção foi abolido no Partido Comunista Russo em 1920, mas adotado de novo por determinados grupos

marca "Assembléia de Deus" um guarda-chuva de denominações e "ministérios", com presença em praticamente todos os municípios brasileiros, essa estrutura partidária aberta e frouxa favoreceu a eleição dos candidatos pentecostais, cuja votação era bem distribuída no território de cada Estado.

O contexto do Congresso Constituinte se deu na chamada década perdida dos anos de 1980. A AD teve, durante o período, amplo contingente egresso do êxodo rural, ocupante das periferias nas grandes cidades. Mesmo assim, a igreja tem permanecido bem presente nos mais de 5 mil e 500 municípios brasileiros.[434] Apesar dos pentecostais terem, proporcionalmente a outros grupos cristãos, maior quantidade de membros em faixas mais pobres e miseráveis, eles não têm projetos que beneficiem essas populações. Não se destacam na formulação de políticas sociais e, muito menos, apresentam diagnósticos e projetos estruturais para a erradicação da pobreza. A iniciativa da Universal de implantar a Fazenda Canaã, em Irecê, na Bahia, por exemplo, foi muito mais uma vitrine para eleger o bispo Marcelo Crivella ao Senado, em 2002, pelo Rio de Janeiro, do que um projeto-modelo para ser replicado em outras localidades. De fato, a IURD não deu prioridade à ação social e, neste particular, aproxima-se de outras denominações pentecostais.

A presença crescente dos pentecostais na política brasileira trouxe uma dupla descontinuidade: ingresso de lideranças sem experiência nesse campo, portanto estranhos aos agentes tradicionais, e estabelecimento de uma outra linguagem, a da religião, no espaço da política.[435] Esta presença tem gerado mal-entendidos e mal-estares, por causa do caráter híbrido do modo de fazer política desses novos atores: por um lado, eles confessionalizam a política, enquanto na outra ponta de suas atuações politizam a fé.

---

trotskistas). Quem provocou a questão e produziu a tese tem direito de defendê-la e em seguida é feita uma votação sobre o que foi debatido. Determinadas teses são submetidas democraticamente ao julgamento da assembléia, tanto no que se refere a assuntos (teses) como para eleições à direção partidária, até o momento em que se chegue a uma definição temática ou escolha de dirigente. A partir daí, todos os militantes do partido passam a defender e implementar as posições e teses adotadas pela maioria. O que se deve levar em conta é o resultado final, de modo que a decisão da maioria será cumprida. Estejam os filiados de acordo ou não, todos aceitam categoricamente a posição vencedora. Resumindo: total liberdade na discussão **interna**, e total uniformidade na política a ser defendida **externamente** ao partido (a qual foi aprovada pela maioria). Informação baseada em texto de http://pt.wikipedia.org/wiki/Centralismo_democr%C3%A1tico, acesso em 05/09/2006.

[434] A quantidade de municípios em setembro de 2006 era de 5.561, conforme constava no site: http://www.municipionline.com.br/default.htm, acessado em 05/09/2006.

[435] Cf. BURITY, Joanildo A. Religião,voto e instituições políticas: notas sobre os evangélicos nas eleições 2002. In: _____, MACHADO (orgs.), 2006, p. 173-4.

Trazem turbulência, portanto, para campos controlados pelos estabelecidos há bastante tempo na religião e na política brasileiras. O mal-estar devido à presença dos pentecostais se apresenta tanto nas esquerdas como em setores conservadores e até mesmo no meio acadêmico. Às vezes parece que as reações buscam fundamento num viés iluminista, que não faz jus à cultura política, comportamentos coletivos e, muito menos, ao padrão de política de massas tão arraigado na trajetória social brasileira.

A participação pentecostal pós-1986 causou impacto, porque veio como uma operação planejada e executada pelas corporações eclesiais e revelou objetivos de clara instrumentalização do espaço político, com vistas a obter recursos e privilégios para as instituições religiosas, através de práticas clientelistas manifestas sem constrangimento. Esta nova forma de incursão também incomodou por se tratarem de grupos religiosos relativamente novos, menos de um século de vida para os mais antigos pentecostais e apenas três décadas para os neopentecostais, conhecidos ambos pelo comportamento sectário, proselitista, intransigente e autoritário, ou numa palavra, antiliberais, adentrando uma sociedade política onde as elites têm assumido o liberalismo como ideal desejado, embora não demonstrem compromisso maior com sua prática e saibam que seu discurso está fora de lugar.[436] Não obstante todas essas dificuldades, o projeto eleitoral dos pentecostais segue firme, porque tem votos garantidos para conquistar espaços nos parlamentos e quiçá em alguns governos municipais. Eles estão trazendo novos ingredientes para uma religião civil em processo de mutação, junto com produção de outras identidades grupais.

As eleições presidenciais de 2002 configuraram dois projetos nesse campo religioso: a candidatura Garotinho, com amplo apoio dos pentecostais e adesão menor de neopentecostais; e a candidatura Lula, com participação da Igreja Universal, através de sua posição bastante influente na executiva nacional do PL, o principal partido aliado do PT. Esses projetos revelaram, de um lado, aspirações constantinianas, e de outro, a pujança de uma minoria religiosa organizada. Para Burity, “essas modalidades refletem um

[436] Cf. SCHWARZ, 2000, p. 9-31.

pensamento estratégico sobre a contribuição evangélica à sociedade brasileira e sobre o peso da cultura evangélica na religião civil do país".[437]

Há que se reconhecer, adicionalmente, que a sociedade brasileira passa por processos de transformação, nos quais a religião joga um papel importante. Está havendo uma reconfiguração do quadro de forças religioso, dentro do qual não só pentecostais e neopentecostais crescem, mas também os sem-religião. Significa que a religião civil brasileira está em mutação, com uma riqueza de pluralidade capaz de favorecer a ampliação do processo democrático, caso sejam acolhidas todas as crenças religiosas e não-religiosas, e que estas se façam atuantes e influentes no espaço público, assim como já estão no espaço privado.

A ideologia dos pentecostais é muito influenciada pela *visão escatológica dispensacionalista*. Em outras palavras, eles interpretam alguns textos bíblicos como profecias sobre o final dos tempos, segundo uma leitura superficial e precária do quadro das relações internacionais. De acordo com essa ideologia, as *dispensações* são eras históricas classificadas dentro de uma economia divina, que rege toda a trajetória da humanidade. A *dispensação atual* começou com a ascensão de Jesus Cristo e vai terminar com sua segunda vinda, ou seja, esta é a *dispensação da igreja*. [438] A leitura pentecostal é dualista: entende que o poderio norte-americano e a consolidação do Estado de Israel são cumprimento de profecias relativas à vinda do Reino de Cristo.

A subserviência da política à lógica da concentração capitalista tem recebido oportuna ajuda de agentes das "religiões do espírito" antigas e novas, embora esta não seja consciente nem planejada, mas isto é pouco relevante para os resultados, na medida em que promovem a sublimação dos problemas sociais, tratando-os como questões espirituais, obra dos demônios da miséria, do desemprego, da inveja, do "encosto", "mau-olhado" e "olho gordo", demônios estes a serem exorcizados por profetas da "prosperidade", funcionários de corporações religiosas, algumas delas transnacionais. Criou-se, portanto, um mercado de bens simbólicos, que concentra bens materiais nessas empresas da fé. Uma enorme massa

---

[437] BURITY, *op.cit.*, 2006, p. 176-7.

[438]. Cf. BÍBLIA SAGRADA com anotações do Dr. Scofield 1983, e também o portal: http://www.ipcb.org.br/Publicacoes/o_dispensacionalismo.htm, acesso realizado em 12/09/2006.

de empobrecidos transfere seus parcos recursos de sobrevivência para milagreiros que prometem acionar os poderes divinos a fim de fazê-los prosperar. Desta forma, mobilizam um mercado de bens nada desprezível na economia das camadas sociais que atendem.

Não cabe aqui entrar nos pormenores das interpretações pentecostais, aliás, muito minuciosas, mas o que foi dito permite entender por que a ideologia desse movimento apóia o capitalismo e não tem lugar para o desenvolvimento de utopias igualitárias. A ascensão econômica do indivíduo é bem vista e festejada como sinal comprobatório da bênção divina, em forma de recompensa do Todo-poderoso à fidelidade do crente. A corporação pentecostal não tem projeto de sociedade, porque a ordem mundana "jaz no maligno", vai de mal a pior e não deve ser consertada, pois tal atitude seria uma rebeldia ao vindouro julgamento divino. A intervenção celeste há de ser um ato espetacular, quando os reinos do mundo serão extintos para darem lugar ao reino de Cristo. A implantação deste ocorrerá como uma catástrofe para os "ímpios". Os fiéis serão poupados porque haverá o arrebatamento da igreja e a derrota definitiva de Satã com seus seguidores, durante o milênio anunciado no livro de Apocalipse.[439] Somente nessa ocasião estará implantado o Reino divino, nos céus e na terra. Neste quadro, apresentado de forma sucinta, dá para perceber que não existe espaço para compromisso das instituições pentecostais com projetos de mudança social, seja pela via das reformas, seja por revolução, pois ambas as vias dependem do engenho humano, enquanto as *dispensações* constituem ações divinas inexoráveis e determinísticas sobre as civilizações humanas. Assim, compete ao político pentecostal apenas tirar partido das circunstâncias, em benefício da sua corporação, visto que ela é agência do reino divino que está para vir. O objetivo do representante pentecostal, dentro deste quadro, é reforçar a corporação que o elegeu.

Os pentecostais não são herdeiros de velhas elites políticas, não estão treinados em algum modo liberal de comportamento e formam um conjunto heterogêneo, no sentido ideológico. Aliás, nem sequer demonstram estarem interessados em questões desta natureza. O desconforto para os setores conservadores da política brasileira foi grande, desde as eleições de 2002, porque pentecostais e neopentecostais fizeram alianças inusitadas com candidatos de esquerda, como Lula e Garotinho. Nestes segmentos também

[439] Cf. qualquer edição da Bíblia Sagrada, livro de Apocalipse, cap. 20.

era difícil digerir essas alianças. A mobilização religiosa em espaços imprevisíveis veio reforçar a tese de crise, esvaziamento ou deslocamento da política dos ambientes tradicionais para os religiosos. Como consequência, a linguagem de alguns candidatos vem adquirindo novo estilo, com vistas a alcançar o segmento evangélico. Por outro lado, pode-se raciocinar no sentido oposto: o da expansão do político, enquanto os agentes religiosos reclamam por ética e transparência, ainda que seus enunciados se limitem a manifestar decepção com desmandos de agentes públicos ou só consigam atingir o diapasão de um discurso moralista. Este tipo de linguagem reforça, evidentemente, o lado conservador, o qual escamoteia a persistente dominação de classe, que se mantém inalterada, enquanto se processam atos retóricos de denúncia de escândalos ou defesa de "costumes tradicionais da família brasileira".

O pentecostalismo é um movimento fragmentado em milhares de igrejas, muitas delas agrupadas em denominações. É quase impossível que grupo tão heterogêneo e tão pulverizado seja capaz de constituir órgãos verdadeiramente representativos para dialogarem com o Estado. Nos diversos conselhos municipais, estaduais e federais, que requerem representantes da sociedade civil, o dilema da autoridade estatal é identificar um interlocutor legítimo desse segmento religioso, seja para ocupar assento, seja apenas para traduzir o pensamento do grupo. No Congresso Constituinte de 1987-88, um conjunto de evangélicos ligados ao Centrão[440] reativou de forma oportunista a Confederação Evangélica Brasileira e a apresentou ao governo Sarney como entidade legítima dos evangélicos para obtenção de verbas, cargos e favores, em troca de votos que garantiriam a prorrogação do mandato de quatro para cinco anos do próprio Sarney. Após esta manobra de "ressurreição" da CEB seus dirigentes se envolveram em atos de corrupção.

A liderança do bloco evangélico eleito para o Congresso Constituinte de 1987-88 foi ocupada, inicialmente, pelos protestantes históricos Daso Coimbra e Fausto Rocha. Pouco tempo depois, foram substituídos pelos deputados Gidel Dantas e Salatiel Carvalho, pentecostais com experiência em administração pública. Dantas e Carvalho eram menos conservadores e mais pragmáticos do que os líderes anteriores, além de serem mais

[440] O "Centrão" foi uma frente parlamentar de partidos e tendências de direita que se organizou durante o Congresso Constituinte de 1987-88, para barrar propostas transformadoras como reforma agrária, sindical, bancária, tributária etc. Um dos líderes desse segmento conservador era o deputado evangélico Daso Coimbra, do Rio de Janeiro.

representativos para um grupo cuja maioria era formada de pentecostais. Os novos comandantes trataram logo de reativar a Confederação Evangélica Brasileira (CEB), para usá-la como pessoa jurídica, habilitada a receber recursos do governo destinados a projetos sociais de entidades evangélicas. De fato, o que ocorreu foi uma apropriação de uma organização dos protestantes históricos, com uma trajetória em projetos cooperativos, defesa de minorias e compromisso social, por um grupo de parlamentares ávidos para transformá-la em balcão de negócios.

A CEB fora criada no contexto da Constituinte de 1934, para neutralizar tentativas dos católicos contra a liberdade de culto e pluralidade religiosa. Passada aquela Constituinte, a CEB dedicou-se à educação religiosa e projetos sociais, até ser sufocada pelo regime militar.[441] Embora não estivesse extinta, já não funcionava há duas décadas. Dos 13 cargos de diretoria dessa nova CEB, oito foram ocupados pela Assembléia de Deus, que também escolheu dois dos três membros do Conselho Fiscal.

A diretoria recém-empossada reivindicava para a CEB o mesmo *status* de reconhecimento público da CNBB, exigindo que o governo destinasse aos evangélicos o equivalente a 1/3 das verbas repassadas aos católicos, conforme noticiou o Correio Brasiliense de 7/8/1988. A Legião Brasileira de Assistência (LBA) e a Secretaria Especial de Ação Comunitária doaram, a fundo perdido, recursos para a CEB. Nas vésperas da votação para que fosse prorrogado o mandato do presidente Sarney, o Jornal do Brasil de 30/11/1987 denunciou repasse de cem milhões de cruzados da LBA para a CEB. Esta entidade tornou-se instrumento de captação clientelista de recursos, a serviço, principalmente, de deputados e líderes da Assembléia de Deus.

---

[441] Para se ter uma idéia da distância entre a CEB original e a reativada em 1987, leiam-se trechos de depoimento de um participante da primeira nos anos de 1960: "A Confederação Evangélica do Brasil (CEB) foi fundada em 1932. [...] Reunia [...] igrejas evangélicas para cooperação nas áreas de ação social, educação cristã, trabalhos de juventude e atividades diaconais. Enfim, era uma organização que, realmente, promovia a fraternidade e o trabalho conjunto entre as igrejas evangélicas. [...] Foi a primeira organização ecumênica organizada no Brasil. A CEB tinha um (...) Setor de Responsabilidade Social da Igreja. [...] Entre 1956 e 61, organizou três conferências que ficaram conhecidas como Conferências do Nordeste. O tema era *Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro* [...] Foi, provavelmente, a primeira vez no Brasil que cristãos e marxistas se encontraram." (Depoimento do sociólogo Anivaldo Padilha, ligado ao movimento ecumênico e à organização *Koinonia.* Cf. http://www.cese.org.br/Campanhas/juventude.doc.doc, acesso em 24/07/2006).

O presidente da CEB era Gidel Dantas, da Igreja de Cristo, uma tradicional denominação do pentecostalismo cearense. Foram abertos escritórios da Confederação em 17 Estados, além da sede nacional em Brasília. A imprensa denunciou o fisiologismo e avidez dos parlamentares evangélicos no Congresso Constituinte. Nessa ocasião, uma parte da diretoria pediu demissão, outras lideranças evangélicas exigiram auditoria externa, mas não foram atendidas. Durante três anos a CEB conseguiu sobreviver. As igrejas protestantes permaneceram omissas, durante todo o período de descaracterização dessa histórica entidade. Um líder presbiteriano, Guilhermino Cunha, ainda ocupou a secretaria geral, durante mais de um ano, e procurou defender a nova CEB. Os batistas, que haviam recusado participarem da Confederação, na fase pioneira, tiveram um diretor nessa nova fase, o deputado Fausto Rocha, porém ele logo se afastou do cargo. A denominação que mais apostou na CEB reativada e que mais se beneficiou dela foi a Assembléia de Deus. O próprio presidente da CGADB fez parte da diretoria, na fase terminal, com o intuito de salvar a organização.

Com o término das votações da Constituição de 1988, minguaram as verbas do governo federal para a CEB. Os escritórios foram fechados em 1989 e a sede nacional em 1990, ano em que também foi extinta a própria Confederação, o que veio a suscitar alguns problemas. O distrato foi negociado com o reverendo Izaías Maciel, proprietário de uma organização de assistência social conhecida pela sigla COBRASE. Os bens do espólio passaram para um filho do deputado Gidel Dantas, que instalou uma empresa no mesmo local onde funcionara a sede da Confederação, segundo notícia do Jornal do Brasil, em 8/4/1991.

Este não foi o único episódio que envolveu Gidel Dantas. O governo Sarney concedeu ao mesmo deputado o poder político de preencher os cargos de direção da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), inclusive coordenadorias regionais nos Estados. A Associação de Servidores da SUDEPE denunciou que estava havendo desvio de recursos, durante a gestão do grupo ligado a Gidel Dantas. A crise se instalou no órgão de pesca e o governo resolveu extingui-lo.[442] Esta foi uma estranha forma

[442] Cf. Jornal do Brasil, 7/8/1988.

da autoridade máxima do País "resolver" o problema: destruiu um órgão prestador de serviços e, ao mesmo tempo, poupou os corruptos.

A Assembléia de Deus é uma rede de poderosos grupos regionais ou supra-regionais chamados "ministérios", que guardam muito da tradição nortista-nordestina das oligarquias. Seus membros, embora não fazendo parte dessas oligarquias, reproduziram a organização social autoritária dos antigos coronéis de barranco e de roça da política brasileira.[443] Os suecos que trouxeram a fé pentecostal viviam uma condição de marginalizados. Na pátria de origem, a Suécia, não pertenciam à igreja oficial – a Luterana – e, nos Estados Unidos da América, faziam parte de um conjunto de emigrantes operários sem garantia do usufruto de direitos humanos básicos, no final do século XIX. Para muitos a comunicação era difícil, porque não haviam aprendido o inglês, o que dificultava a integração na nova sociedade. O batismo com o Espírito Santo e a glossolalia, praticada dentro do novo movimento, tornava-os diferentes e inassimiláveis nas denominações evangélicas tradicionais (batista, presbiteriana e metodista, principalmente). Mesmo assim, eram brancos e, como tais, compartilharam com brancos norte-americanos de práticas de discriminação racial contra negros, índios e mestiços. Não transportaram o racismo dos EUA para o Brasil, mas trouxeram a falta de compromisso com a justiça social, muito comum no mundo evangélico norte-americano, que temia o "Evangelho Social"[444] e movimentos radicais, de comunistas e sindicalistas.

Com todos estes ingredientes, formou-se uma denominação de oprimidos, sem consciência das estruturas que os marginalizavam. Acrescente-se a isto o fato de serem guiados por uma doutrina messiânica, milenarista e triunfalista, que os levava a se julgarem

---

[443] A análise desta categoria de poder político local, o coronel, está na clássica obra de LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

[444] Para uma noção bem sucinta, segundo Alderi Matos: "O 'evangelho social' foi um movimento de grande importância no protestantismo norte-americano por cerca de cinqüenta anos (1880-1930). Influenciado pelo liberalismo teológico, mas distinto do mesmo em vários aspectos, foi uma resposta à crise urbana ocasionada pelo crescimento econômico dos Estados Unidos após a Guerra Civil. Seus principais teóricos foram Washington Gladden, Josiah Strong e especialmente Walter Rauschenbusch (1861-1918), um pastor batista e professor de seminário cujo livro O Cristianismo e a Crise Social o tornou nacionalmente famoso em 1907. Outros livros seus foram Cristianizando a Ordem Social (1912) e Uma Teologia para o Evangelho Social (1917). O movimento pretendia dar uma resposta bíblica e cristã à situação de exploração e abandono experimentada pelos trabalhadores e imigrantes que viviam nos cortiços das grandes cidades. Insistia em conceitos como 'a implantação do reino de Deus na terra' e a importância de uma 'sociedade redimida'. (MATOS, Alderi Souza. "Fazei o bem a todos": os cristãos e a responsabilidade social. Página do MEP: http://www.mep.org.br/fazei_o_bem_a_todos.htm, acessada em 05/09/2006).

superiores e iluminados e a reproduzirem nas igrejas práticas autoritárias dos seus opressores. É verdade que o novo sistema religioso foi uma versão mitigada da estrutura vertical presente no contexto social brasileiro, pois o pentecostalismo tem sido, historicamente, mais aberto à ascensão dos que aprenderam a manejar seus códigos de poder do que a sociedade nacional. De fato, na Assembléia de Deus, o membro mais empobrecido da base pode chegar ao posto mais elevado da denominação, através de um aprendizado prático e, sobretudo, uma conduta de dedicação aos objetivos da Igreja, reforçada pela habilidade no trato com seus superiores.

A cultura assembleiana valoriza, também, a ascensão material, mas aquele que sobe socialmente e na hierarquia política nunca pode esquecer que é um "irmão", um parceiro da irmandade de servos de Cristo. Há uma permanente expectativa e cobrança de bom desempenho por parte do conjunto de fiéis que forma a base das congregações locais, embora a estrutura da denominação não ofereça bons mecanismos de fiscalização e controle dos que exercem autoridade em seu meio, facilitando, assim, que surjam déspotas.

Nesse contexto de mobilização estratégica dos pentecostais tradicionais para o Congresso Constituinte de 1987-88 veio situar-se um novo ator político: a Igreja Universal do Reino de Deus. Roberto Augusto Lopes foi o primeiro parlamentar da Igreja Universal no Congresso, como o mais votado deputado federal do PTB do Rio de Janeiro, em 1986. Atuou durante a legislatura do Congresso Constituinte (1987-90). Fundador da igreja, junto com outros três líderes, foi também Lopes quem abriu a sucursal em São Paulo e inaugurou a ordem episcopal na IURD, em 1981, junto com Edir Macedo. Há indícios de que sua capacidade de liderança, fortalecida pelo mandato parlamentar, tornaram ele uma figura incômoda para o caudilho Edir Macedo, pois na mesma legislatura foi compelido a se afastar da Igreja.

No período seguinte, 1991-94, a Universal optou por candidatos leigos e elegeu dois deputados federais no Rio de Janeiro e um em São Paulo. Posteriormente, a igreja viria a

mesclar sua representação com bispos, pastores, leigos e leigas. A bancada eleita em 2002, com 17 parlamentares, foi composta por cinco leigos, duas leigas e dez clérigos.[445]

A entrada da IURD em diversos setores empresariais, principalmente na mídia televisiva, com a aquisição da Rede Record em 1989, exigiu que ela investisse, desde cedo, na formação e ampliação de uma base de apoios políticos. A Universal não gastou energia e argumentos para convencer pastores e membros sobre a necessidade de ter parlamentares a seu serviço. Devido ao caráter de igreja com um bispo-primaz absoluto, uma espécie de papa, a decisão de investir na política foi tomada e acatada de forma tranqüila por todas as instâncias dessa denominação neopentecostal.

Além disto, cabe ressaltar que o freqüentador da IURD é um cliente. Como em qualquer relação cliente-fornecedor, o consumidor geralmente não se preocupa com o processo de produção, distribuição e comunicação mercadológica adotado para colocar os bens fabricados no mercado. O que lhe interessa, de fato, é conseguir um produto de qualidade a preço compatível. Se a Igreja esclarece esse cliente-fiel que precisa ter representantes nos parlamentos para continuar oferecendo-lhe os bens simbólicos de que necessita, ele prontamente vota nos candidatos apresentados, sem entrar no mérito da estratégia que originou esse novo ator político-religioso, desde que os bens que busca lhe sejam disponibilizados.

Em diversas oportunidades a IURD se apresentou como uma "igreja perseguida". Isto desenvolveu um sentimento entre os membros de que ali estava mais uma característica da autenticidade do cristianismo vivido e pregado por seus bispos e pastores, em semelhança ao que ocorreu com Jesus Cristo e discípulos, ao longo da história. As perseguições aumentaram a coesão e solidariedade entre os freqüentadores e, principalmente, destes para com pastores e bispos da Igreja.

Desta forma, explica-se porque o candidato iurdiano não precisa fazer grandes esforços de campanha. Quem faz isto é a rede de bispos e pastores, que orienta os fiéis em como deverão votar. Para que seja maximizado o resultado da votação, a Igreja distribui os

[445] A quantidade e condição eclesial dos parlamentares são próximas da apresentada. Como alguns pastores e bispos preferiram declarar outra profissão para os registros do Congresso Nacional, houve dificuldade em se obter, de modo exato, esta classificação.

candidatos em “distritos eclesiais”. Foi assim que aconteceu com Laprovita Vieira, um pastor-empresário, e Aldir Cabral, delegado da Polícia Federal, nas eleições de 1990, no Estado do Rio. Ao primeiro coube a maior parte da capital, Niterói, Campos e a região dos lagos. Ao segundo restou um pouco da capital, a Baixada Fluminense e quase todo o interior do Estado.[446]

A crise do desemprego e o empobrecimento da população poderiam ter favorecido o crescimento de partidos de massa como o PT (e de fato o fez), mas o consolo espiritual que as igrejas pentecostais e neopentecostais ofereceram dentro deste tipo de cenário de carências sociais surtiu mais efeito do que o proselitismo ideológico dos partidos, no esforço de conquistar adeptos para suas propostas de solução dos problemas da sociedade. Deste modo, a entrada das igrejas pentecostais na política, desde meados dos anos de 1980, preencheu um vazio que a conscientização ideológica e a militância em partidos, sindicatos e outros movimentos populares não foi capaz de fazer. Trata-se de populismo religioso, ou seja, um tipo de cooptação e domesticação de massas, com nicho social específico, que conta com representação significativa no Congresso Nacional, onde pentecostais e neopentecostais constituíram mais de 7 % dos parlamentares eleitos para o período 2003-2007.

3.2 – Pentecostais, ascensão e queda de Fernando Collor

Os grandes veículos da imprensa escrita do Rio de Janeiro e São Paulo registraram, em 1989, manifestações de líderes da Igreja Quadrangular, Assembléia de Deus e Igreja Universal, em favor da eleição de Fernando Collor de Mello. Freston reproduziu as seguintes declarações:

> “Votem em Collor, homem culto, honrado, patriota, estadista e de princípios cristãos” (Daniel Marins, deputado estadual da Igreja do Evangelho Quadrangular, em **O Estado de S. Paulo**, 3/12/1989).
>
> “Seu governo será marcado pela seriedade que o acompanha” (Pr. José Wellington, presidente da Convenção Geral das Assembléias de Deus, no **Jornal do Brasil**, 16/10/1989).

[446] FRESTON, 1964, p. 58-9.

> "Collor fará um excelente governo" (Bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, na revista **Veja**, 6/12/1989).[447]

Enquanto não contavam com um candidato de suas fileiras, os pentecostais apoiavam aquele que se colocava como inimigo das esquerdas, ou seja, dos "comunistas", conforme generalização adotada por lideranças pentecostais. Não obstante, nutriam esperanças em contar com a candidatura para a presidência do então Ministro da Agricultura no governo Sarney, Íris Rezende, originário da Igreja Cristã Evangélica de Goiás. Durante a gestão de Rezende no referido ministério, foram promovidos cultos de ações de graças em reconhecimento às safras recordes, consideradas por setores evangélicos como respostas às orações e resultados das sábias decisões de um "servo do Senhor", tal como aconteceu com José no Egito.[448] O presidente da Assembléia de Deus, ramo Madureira, durante um congresso nacional de sua igreja, registrado pela Folha de São Paulo (17/4/1989, p. A-5), "profetizou", na mesma época, que o Brasil teria um presidente evangélico.

Como a eleição de 1989 apresentou disputa maior entre Collor, Lula e Brizola e foi decidida no segundo turno, entre os dois primeiros, os pentecostais deram apoio massivo a Collor, enquanto eram orientados para negarem seus votos ao "marxista ateu" Lula.[449] A Igreja Universal apoiou Collor desde o primeiro turno, concedendo-lhe espaço em suas emissoras e distribuição de "santinhos" nos templos. Apesar deste apoio, a Universal não recebeu a contrapartida esperada do governo Collor. A Rede Record foi adquirida dias antes da eleição, mas Collor chegou a pressionar Edir Macedo para este repassá-la ao empresário José Carlos Martinez.[450]

No primeiro turno, o eleitorado da Assembléia de Deus estava dividido entre Maluf, Afif, Covas e Collor. Em São Paulo, na igreja-sede do Belenzinho, Maluf era o candidato preferido dos assembleianos. Não obstante, grupos minoritários organizaram comitês de apoio a Brizola e a Lula, nas diversas regiões do Brasil, em algumas comunidades dessa

---

[447] Cf. FRESTON, 1994, p. 85.
[448] A vida de José do Egito é narrada nos capítulos 37 a 50 do primeiro livro da Bíblia, Gênesis.
[449] Mais uma desinformação para confundir eleitores evangélicos: Lula tem vínculos com a religião católica e recebeu, sistematicamente, apoio de setores progressistas da respectiva igreja, tanto no movimento sindical da região do ABC, em São Paulo, como no próprio Partido dos Trabalhadores.
[450] OESP, 20/07/91.

igreja, à revelia de suas lideranças autoritárias. O Movimento Evangélico pró-Leonel (MEL) foi dirigido pelo empresário carioca Washington de Souza. Tratava-se de grupo bem eclético, presente no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pará, com assembleianos, evangelicais e ecumênicos. O apresentador de televisão Silas Malafaia ajudou este movimento. Brizola tinha a seu favor o fato de haver sido educado em ambiente metodista. O Movimento Evangélico pró-Lula conseguiu estar presente em 17 Estados, no primeiro turno, mas não obteve espaço em comícios e programas de televisão, exceto através de uma brevíssima aparição do bispo anglicano dom Robinson Cavalcanti no horário eleitoral gratuito. Esta falta de investimento no segmento evangélico se deveu à insensibilidade da Frente Brasil Popular, movimento-base da campanha de Lula, acerca da importância de elaborar mensagem apropriada para um público tão específico com é o evangélico. Os líderes da Frente optaram por investir num comitê inter-religioso, sem demonstrarem ter um mínimo de conhecimento do *ethos* evangélico e pentecostal.

No segundo turno, os dois grandes ramos da Assembléia de Deus, Missão e Madureira, se mobilizaram em favor de Collor, sob comando de seus respectivos presidentes, José Wellington e Manoel Ferreira. O deputado federal Salatiel Carvalho foi um dos líderes dessa campanha. No registro de Freston:

> A estratégia do Movimento Pró-Collor era voltada para líderes evangélicos eclesiásticos, políticos e empresariais. Basicamente pentecostal, dirigia-se, não ao membro comum, mas sim, aos pastores, para que estes orientassem seus rebanhos. Collor, dizia, combateria a corrupção, apoiaria Israel e governaria com a ajuda dos evangélicos. Além disso, era o único candidato capaz de derrotar a esquerda "atéia" que perseguiria as igrejas.[451]

Embora não se disponha de pesquisa da votação pentecostal no segundo turno, é possível que ela tenha contribuído com aproximadamente cinco milhões de votos para a eleição de Fernando Collor.[452] Bem cedo, no início do governo Collor, os líderes da Assembléia de Deus se frustraram, porque, segundo eles, o novo presidente não retribuiu, com cargos e outras benesses, o apoio que havia recebido. O próprio deputado Salatiel não pôde nomear o principal gestor da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf –

---

[451] FRESTON, 1994, p. 91.

[452] É importante registrar que a eleição de Collor se deu por uma diferença de 6% dos votos, cerca de quatro milhões de eleitores. Cf. NICOLAU, Jairo Marconi (org). (1998), **Dados eleitorais do Brasil *(1982-1996)*.** Rio de Janeiro: Iuperj/Revan, 1998.

conforme pretendia.[453] O comportamento dos líderes pentecostais foi objeto de avaliação de Freston:

> Por que várias hierarquias pentecostais apoiaram Collor? Pesaram sua pregação contra a corrupção (tema político de cunho moral, facilmente compreensível para o pentecostal despolitizado), a promessa de mudanças e a postura messiânica "antipolítica" (atraente para os segmentos sociais a que pertencem muitos pentecostais). Outro trunfo foi sua auto-apresentação como "temente a Deus", em contraste com o "ateu" Lula. Vários líderes e deputados pentecostais diziam que Lula perseguiria os evangélicos. A plausibilidade dessa idéia deve-se ao tratamento dado à religião nos países comunistas. A presença do símbolo comunista em bandeiras do PC do B nos comícios de Lula evocava essa história.[454]

Naquele momento, quando ainda pairava o "espectro do comunismo",[455] o candidato do PT era estigmatizado pelas igrejas pentecostais e neopentecostais. Muitos boatos contra Lula foram propagados nessas comunidades. Dizia-se que as administrações petistas impediriam cultos em espaços públicos, os templos iriam ser transformados em escolas, a bandeira do Brasil seria substituída pela bandeira vermelha dos comunistas e outras afirmações semelhantes. Alguns pentecostais reclamavam da aliança de setores católicos com comunistas, como ameaçadora aos interesses pentecostais.

O episódio do *impeachment* de Collor poderia ter sido uma oportunidade para os evangélicos melhorarem suas imagens tão desgastadas, principalmente devido ao desempenho fisiológico, durante o Congresso Constituinte. Todavia, houve muita vacilação e ambigüidade por parte dos parlamentares desse grupo. No final de agosto de 1992, 31% eram a favor do impedimento do presidente, mas um mês depois já eram 91%. No mesmo período, os indecisos, ausentes e que se abstiveram de votar, variaram de 62% para zero, enquanto os defensores de Collor mantiveram-se estáveis entre oito e nove por cento. As oscilações dos evangélicos foram maiores do que as da totalidade dos parlamentares.[456] Sobre este comportamento, a coluna de Jânio de Freitas na *Folha de S. Paulo* verberou

---

[453] Cf. Diário de Pernambuco, 19/5/90, p. A18.
[454] FRESTON, 1994: p. 92.
[455] O muro de Berlim, que separava a Alemanha em duas zonas de influência, uma comunista e outra capitalista, caiu em 9 de novembro de 1989. A União Soviética foi fragmentada em diversas repúblicas durante o ano de 1991. Estes dois eventos foram reveladores da decadência do chamado "socialismo real". Nos anos seguintes, a partir daí, perdeu força o argumento pentecostal sobre o perigo da "ameaça comunista", como forma de dissuasão para os fiéis evitarem contato com partidos de esquerda.
[456] FRESTON, 1994, p.97.

contra os evangélicos, chamando-os de "especialistas em venda" para os "especialistas em compra", do governo.[457]

No dia após a votação final do *impeachment*, Freitas escreveu: "O Planalto só notou que o impeachment passaria à 1 hora de ontem, quando soube que a bancada dos evangélicos fechara com a oposição".[458] O deputado José Felinto, da Assembléia de Deus do Paraná, propôs-se a subornar membros da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre corrupção no governo Collor, para isentá-lo das acusações. O parlamentar Felinto foi expulso do PST.[459] O deputado Orlando Pacheco manteve-se "indeciso" até receber dinheiro do vice-líder do governo para votar contra o *impeachment.*[460]

O jornal *Mensageiro da Paz*, mesmo depois do *impeachment,* colocou-se em posição defensiva, de modo evasivo, talvez para minimizar sua postura em favor de Collor. O argumento usado pelo órgão oficial dos assembleianos da CGADB foi uma frase bíblica: "atire a primeira pedra aquele que estiver sem pecado".[461] A AEVB foi a organização evangélica que esteve firme, durante todo o *impeachment*, fazendo pressão sobre os deputados e cobrando deles comportamento condizente com a ética cristã. [462]

Durante a realização do Congresso Latino Americano de Evangelização (Clade III), em Quito, no Equador, setembro de 1992, houve manifestação pública de repúdio ao presidente Collor, em frente à embaixada do Brasil. A delegação brasileira, com mais de cem evangélicos, acompanhou o processo, através de noticiários das televisões, e fez uma visita ao embaixador, a fim de expressar a indignação dos evangélicos contra o escândalo que estava acontecendo no Brasil, com o envolvimento direto do Presidente da República. Foram realizadas, também, vigílias de oração, durante o mesmo evento.

---

457 FSP, 5/9/1992, p. 1-5.
458 FSP, 30/9/1992: p. 1-4.
459 FRESTON, 1994, p. 98 e 163.
460 FSP, 21/9/1992, p. 1-5.
461 **Mensageiro da Paz**, out.1992.
462 Sobre a Associação Evangélica Brasileira (AEVB), sua origem, propósitos e organização, consultar: FRESTON, Paul. **Fé bíblica e crise brasileira**. São Paulo: ABU, 1992.

3.3 – Mídia, mobilização de recursos e capitalização política.

Quando as cúpulas das igrejas pentecostais desta pesquisa resolveram ingressar institucionalmente nas eleições do País, era óbvio que buscavam influir no jogo político, mas o tipo de influência só veio a ficar claro pela atuação dos seus parlamentares. Em vez de priorizarem mudanças no sistema normativo, preferiram obter recursos públicos para usufruto privado, enquadrando-se perfeitamente na tradição patrimonialista da política brasileira.

3.3.1 – Mídia

O interesse pentecostal quanto aos meios públicos de expressão se manifestou, principalmente, na conquista de concessões de canais de rádio e televisão. O governo Sarney utilizou estes veículos como moedas de troca para os constituintes votarem conforme sua orientação. A porcentagem de evangélicos que se beneficiou com este esquema equivaleu à que favoreceu o conjunto maior de parlamentares. Receberam estações de rádio, entre outros, os deputados João de Deus, Arolde de Oliveira, Mário de Oliveira e Matheus Iensen. Fausto Rocha ganhou um canal de televisão.[463]

Quase metade dos parlamentares evangélicos no Congresso Nacional, entre 1987 e 1992, estava vinculada a veículos de comunicação, sendo que dois haviam dirigido o Dentel (Departamento Nacional de Telecomunicações). Na utilização da mídia como instrumento para fazer campanhas políticas ou promover interesses corporativos, o comunicador evangélico leva vantagem sobre seu concorrente que não tem um público tão específico. Há forte identificação entre o emissor e o receptor. Ambos supostamente comungam da mesma fé e paixão: a "salvação dos pecadores".[464]

No Rio de Janeiro, o empresário Francisco Silva, com passagem pela indústria farmacêutica e proprietário de emissoras de rádio, se autodenominava membro da Congregação Cristã, embora a Igreja negasse sua filiação. O fato é que ele soube ocupar um vácuo institucional, pois a CCB sendo uma mega-igreja com discurso antipolítico, estava sujeita à ação de aproveitadores. Devido a sua distância dos meios de comunicação,

[463] FRESTON, 1994, p. 81.
[464] Idem, p. 55-6.

dificilmente essa Igreja viria a público desmentir a ação de oportunistas ou membros mais ousados, que empregassem o nome da instituição para angariar votos, conforme assinalou Freston.[465] Não obstante, esta passou a ser uma questão curiosa: como todo membro da CCB sabe que sua denominação não se envolve em política, qualquer candidato que se apresente em nome dela será considerado um impostor, logo, dificilmente conquistará votos neste reduto eleitoral. Porém, como não se pode subestimar a extraordinária perspicácia de Francisco Silva, é possível que tenha existido uma operação estratégica, cuja finalidade seria a implantação de um nicho de mídia especializada para a grande clientela evangélica. A filiação a alguma igreja era necessária, para credenciar Silva no campo evangélico como pessoa familiarizada e pertencente ao meio. Com o poder econômico que detinha (e detém) e os instrumentos de comunicação que vem disponibilizando, Silva vive cercado de lideranças de diversas igrejas. Ele pode negociar serviços, obter reconhecimento dessa clientela, atender interesses diversos e ampliar seu capital político pessoal e de seus pares; estes, ao contrário dele, ajustados ao âmbito das denominações evangélicas.[466]

A prorrogação do mandato de Sarney de quatro para cinco anos deveu-se a uma emenda do deputado Matheus Iensen, da AD, um dos beneficiados com concessão de emissora de rádio. Ele, curiosamente, reconhecia que a administração de Sarney era má, porém justificava esse mau desempenho com um argumento escatológico: "a crise [...] é de todos os países e confirma o que diz a Bíblia: o mundo irá de mal a pior quando estiver perto do fim".[467] Os evangélicos contribuíram muito para estender a permanência de Sarney no governo, com 76% dos votos a favor, enquanto, no total, o presidente conseguiu 59% dos votos do Congresso para manter-se no posto por mais um ano.

Durante o governo de Itamar Franco, outubro de 1992 a dezembro de 1994, houve diligências das autoridades fiscalizadoras nos negócios da Universal, a fim de apurarem prováveis irregularidades. Essas fiscalizações prosseguiram durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. A relação entre Igreja Universal e PSDB também passou por muitas dificuldades. Alguns trechos de reportagem da Folha de S. Paulo, em janeiro de 1996,

---

[465] Idem, p. 54-5.
[466] Para melhor entendimento da estratégia de Francisco Silva e dessa dinâmica de uso da mídia por políticos evangélicos, sugere-se o exame da obra: FONSECA, Alexandre Brasil. **Evangélicos e mídia no Brasil**. Bragança Paulista: Edusf; Curitiba: Ifan, 2003.
[467] Jornal do Brasil, 8/1/1988.

trazem reclamações de Carlos Rodrigues, deputado federal, bispo e coordenador político da Igreja, reforçadas por comentários dos apresentadores do programa 25ª Hora, da Rede Record, bispo Honorilton Gonçalves e pastor Ronaldo Didini no mesmo tom de indignação contra os tucanos, conforme transcrições a seguir:

> Segundo [Honorilton] Gonçalves, FHC procurou a Universal antes de começar a subir nas pesquisas de opinião. "Tivemos uma reunião na casa do pastor Didini, em que estavam Fernando Henrique e José Serra (ministro do Planejamento), além de mim, do dono da casa e de uma quinta pessoa de quem não me lembro". Rodrigues disse que os evangélicos votaram "em massa" em Fernando Henrique Cardoso porque acreditavam que, por ter sido perseguido, ele não permitiria que a liberdade religiosa fosse coibida. "E hoje estamos vendo aí um grupo que diz que quer ficar 20 anos no poder permitindo essa calhorda perseguição contra nós." A FHC e ao vice, Marco Maciel, Rodrigues perguntou como a Universal poderá defender, nas próximas eleições, "certas idéias liberais e de direita ou de centro" nas igrejas. "Uma de nossas bandeiras sempre foi que o socialismo iria nos perseguir, e, hoje, estamos vendo que a Rede Globo usa o poder instalado para nos perseguir". Didini foi mais direto em seu recado aos políticos. "A TV Globo ainda tem o poder de divulgação, mas nós temos o poder de mobilização. Senhores políticos, não venham bater às nossas portas à época das eleições porque vocês vão ganhar também um verdadeiro não" [...] Covas recebeu, de fato, o apoio da Universal no pleito de 1994 porque, eleito, iria "defender a Igreja Universal de perseguições injustas". A afirmação aparece na *Folha Universal* – jornal oficial da igreja – dias antes das eleições. Assim como o então candidato ao Senado pelo PSDB e hoje ministro do Planejamento, José Serra, Covas chegou a participar de uma reunião da Universal no parque Boa Vista, em São Paulo. Durante a cerimônia, ambos foram chamados ao púlpito pelo pastor Ronaldo Didini e apresentados como os candidatos da Igreja Universal.[468]

O que mais indignava os próceres da Universal era a postura rigorosa de órgãos de fiscalização do Governo contra a Record, bem diferente do modo tolerante e até omisso como tratava a rede Globo e outras emissoras, em situações semelhantes. Daí, segundo o bispo Rodrigues, a necessidade da IURD constituir uma bancada federal, para defender seus empreendimentos. O mesmo Rodrigues afirmou que a IURD elegia parlamentares para defendê-los de discriminação disfarçada, como as fiscalizações que sofriam da Receita Federal e da Previdência, cuja freqüência e rigor eram bem maiores que os praticados contra a Rede Globo. Esta, dizia ele, tem dívidas, mas é favorecida pelo governo federal,

[468] FSP, 04/01/1996.

através do BNDES, coisa que não acontece com a Record, que pode até atrasar recolhimentos, mas tem como pagar com recursos próprios e cumpre sempre seus compromissos. “Queremos isonomia de tratamento”, completava o bispo.

A presença neopentecostal em vários canais abertos da televisão brasileira, às vezes simultaneamente, ainda que em horários de menor custo, portanto de baixa quantidade relativa de telespectadores, tem propagado um modo de analisar e diagnosticar o cotidiano, caracterizado pela busca de soluções mágicas para problemas sociais. Mas, também, tem servido para elevar a auto-estima de multidões, cujos efeitos sociais mereceriam estudos específicos. Enquanto não se dispõe destes, pode-se afirmar que o modo neopentecostal de ver o mundo já gera demandas no campo da comunicação política. É sempre importante lembrar que o jogo eleitoral é um jogo de sedução. Assim sendo, a linguagem dos candidatos visa conquistar corações e mentes, mas muito mais os primeiros. Os candidatos evangélicos, principalmente os que disputam cargos proporcionais, falam uma linguagem que comunica para suas tribos e que, conseqüentemente, rende votos. A utilização desses códigos particulares não tem ficado restrita a candidatos de dentro do grupo. Desde os anos de 1990, cresce o número de políticos não-evangélicos que fazem discurso religioso e freqüentam templos em época eleitoral, o que serve para atestar não apenas o caráter oportunista e manipulador de suas campanhas, mas também confirmar o grande peso relativo do eleitor que decide seu voto levando em consideração a religiosidade do candidato.

Esta questão pode indicar, também, esvaziamento do político, no que tange ao escape para outra linguagem. Todavia, ao acompanhar discursos nos parlamentos, o panorama é outro. Os políticos evangélicos se despem do jargão religioso para falarem com desenvoltura no padrão esperado de retórica parlamentar. Aliás, lidar com essa arte não é problema para quem, semanalmente, arrebata corações em púlpitos de igrejas, com sermões emocionais, e ganha eleições em disputas internas pelo poder eclesiástico. A adaptação para realizar performances em tribunas parlamentares não é difícil, embora o mais importante esteja fora delas, que é o articular-se com os diversos grupos do poder, o fazer a política de bastidores e conquistar espaços junto a lideranças de partidos e em comissões estratégicas.

Também isto eles aprendem a fazer a partir da experiência que acumularam no comando de denominações religiosas, a principal escola de muitos deles.

A Igreja Universal tem feito sua incursão no mundo de forma complexa, mimetizada e segmentada. Estabeleceu empresas em diversos ramos de negócio, participa da *indústria cultural*, com jornal e emissoras de televisão e rádio, comunica-se na linguagem dos diversos públicos e recorre aos mesmos artifícios de marketing dos concorrentes em cada setor de negócios nos quais atua. Deste modo, reserva horários para o proselitismo religioso, com produção de qualidade compatível com o público que pretende atingir. Assim, consegue atrair espectadores e ouvintes, seduzir consumidores para seus produtos, obter retorno financeiro, gerar lucro, e ganhar adeptos para a Igreja. Ou seja, emprega um marketing agressivo, de acordo com o melhor figurino. Os recursos são canalizados, também, para o projeto de reino divino que ela concebeu, pois, como qualquer igreja, ela tem teologia e teodicéia próprias. Talvez esse projeto não seja tão divino na perspectiva dos seus críticos, devido à efetiva instrumentalização de meios materiais, que a IURD mobiliza em sua estratégia de crescimento e conquista de mercados.

A Universal é uma igreja que apresenta imensa plasticidade de criação e ofertas para sua clientela. A cúpula da Igreja, em si mesma, funciona como vanguarda na produção de mercadorias simbólicas, tanto nos templos como na mídia, fazendo sintonia entre estes espaços, sempre que possível. Por exemplo, em junho de 2006, quando as congregações locais em todos os templos estavam em campanha evocando a epifania de Moisés no monte Sinai, relativa ao recebimento das tábuas da lei, a *Torá* dos judeus, na mesma ocasião o programa *Repórter Record* exibia programação especial rememorando a suposta trajetória dos hebreus pelo deserto da Arábia, desde a saída do cativeiro no Egito até a chegada ao referido monte, com produção esmerada de jornalismo cultural.

A Assembléia de Deus, que também tem emissoras de rádio e uma rede de televisão, reproduz linguagem e modo de ser intra-muros nos programas que propaga em mídia aberta. Ao contrário da IURD, a comunicação midiática da AD se apresenta apenas como instrumento para ampliar a propagação de cultos e outras atividades que acontecem nos templos, ou como uma alternativa de programação aos outros canais, a fim de que seus membros deixem de assistir e ouvir as televisões e rádios “dos ímpios”. Em resumo, os

assembleianos não desenvolveram faces distintas de interlocução com a sociedade, característica esta bastante forte em práticas da Universal.

Ao se credenciarem com seus trunfos no cenário político – potencial eleitoral e votos de "bancada" – as igrejas pentecostais têm conquistado concessões de rádio e televisão. No caso da AD, a situação é ambígua: um grupo de emissoras encontra-se sob comando da denominação, mas outra parte, a maioria, é controlada por famílias de líderes pentecostais. No caso da Igreja Universal, os interlocutores externos, seja governo, oposição ou qualquer outro, sabem que estão lidando com uma igreja que controla uma grande rede de televisão aberta, com cobertura nacional e internacional, a Record, além de outras menores, Rede Mulher (nacional) e Rede Família (no Estado de São Paulo).

3.3.2 – Mobilização de recursos

As lideranças pentecostais recorrem a motivações, apelos e estratégias para mobilizar pessoas e captar recursos em benefício de suas organizações. A política passou a ser um campo de ação fecundo para este exercício. Antes os pentecostais evitavam a política como coisa suja, espaço do "reino das trevas". Agora ocupam-na como lugar de recursos a serem resgatados para o "reino da luz", representado por suas denominações religiosas. A luta continua sendo espiritual, mas com efeitos bem materiais. O fato de estarem presentes na política não modificou para eles a natureza diabólica deste campo. A missão dos representantes pentecostais é, principalmente, resgatar recursos "das trevas" para o benefício de suas corporações. Na cultura política brasileira isto é apenas mais uma modalidade de patrimonialismo, com dimensão corporativa.

Apesar dessa vinculação à tradição patrimonialista brasileira, a participação das instituições pentecostais na política acontece de forma democrática, pois elas atuam respeitando as regras do jogo. Se os pentecostais têm sido apanhados em corrupção e outras práticas viciadas, este é um aspecto que os iguala a outros péssimos agentes da sociedade política, mas não os deslegitima, pelo contrário, os confirma, na condição de integrantes do sistema.

Exemplos da mobilização de recursos advindos dessa participação política são inúmeros, mas um é bastante expressivo. As cúpulas das igrejas Universal e Assembléia de Deus Madureira se uniram para formar, em julho de 1993, o Conselho Nacional dos Pastores do Brasil (CNPB), um órgão de ataque à Associação Evangélica Brasileira (AEVB), formada por evangélicos de centro-esquerda. O CNPB parecia querer se tornar um equivalente evangélico da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), voz pública dos bispos católicos romanos, embora fosse notória a incapacidade de seus mentores em alcançar clérigos fora das duas igrejas, ou seja, continuariam de fora pastores da maioria de igrejas e denominações evangélicas. Apostavam, talvez, na ignorância dos "de fora" do mundo evangélico, para se apresentarem como representação desse amplo segmento, onde houvesse chance de assim procederem.

A tendência a emprestar importância indevida ao Conselho de Pastores, fruto de indução promovida por seus próprios organizadores, pode ter dado certo, em algumas situações. O fato é que, seja ou não devido a isto, o governador Joaquim Roriz doou um terreno de 123.312 m2 no Setor de Mansões do Distrito Federal, para que o CNPB construísse sua sede nacional, um auditório para 15 mil pessoas, estúdios de rádio e televisão, editora e outras instalações. Na época, o deputado federal Benedito Domingos, da AD Madureira, escudeiro fiel do pastor Manoel Ferreira, era o presidente nacional do mesmo partido de Roriz, o PPB (Partido Progressista Brasileiro), sigla também de Paulo Maluf, Francisco Dornelles e Delfim Netto. [469]

Nos anos seguintes, esses órgãos de representação, AEVB e CNPB, perderam substância, o que permite a qualquer observador reafirmar a realidade fragmentada do universo evangélico, incapaz de formar sólidos instrumentos de representação. Além disto, a AEVB, porém muito mais o CNPB, expressava iniciativa personalíssima de líderes carismáticos, cujo interesse não era a construção de movimentos de base, para ajudar na

[469] Um assessor do Grupo de Assessoria aos Parlamentares Evangélicos informou no dia 16/10/2006 que o terreno não foi invadido e continua em poder da Assembléia de Deus Madureira. Existe, de fato, projeto técnico para construção. A mesma fonte acredita que "com a eleição do Senador Paulo Otávio a Vice-Governador e com a permanência do Benedito Domingos como [deputado] distrital, haverá condições de construção no local". E mais, com a eleição para deputado federal de Manoel Ferreira, bispo-presidente da AD referida, haverá "motivação maior para que as obras sejam logo iniciadas".

organização política do imenso contingente de pessoas abrigadas em igrejas pentecostais, neopentecostais e, em geral, evangélicas do Brasil.

Existem, também, órgãos como os Conselhos de Pastores e Ordens de Ministros Evangélicos em diversas unidades da Federação brasileira. São associações classistas, constituídas para servirem aos clérigos evangélicos, mas, na ausência de outras associações representativas do conjunto maior, vez por outra se tornam representantes *ad hoc* do universo evangélico, acionadas por autoridades públicas, embora careçam de legalidade e legitimidade para exercerem tal função. Segundo informa Campos, há "um Conselho Interdenominacional dos Ministros Evangélicos do Brasil, presidido por Silas Malafaia, [com] função pública em eventos de caráter eleitoreiro".[470]

Certamente é mais fácil lidar com uma instituição como a Igreja Católica, do que lidar com um campo tão pulverizado, como é o evangélico. Entretanto, independente disto, o fato é que os agentes da política precisam acostumar-se com a presença destes novos atores. Os desempenhos eleitorais da IURD e AD atestam que ambas são instituições bem sucedidas no campo da política. A mensagem eloqüente para políticos mais antigos é que precisam rever seus paradigmas em face desta nova variável eleitoral. A capacidade de mobilização dos pentecostais para eleger seus representantes, com vistas a atuarem, principalmente, em prol de interesses corporativos, pode ser avaliada na Tabela 4, que apresenta relações entre quantidade de parlamentares e contingente presumível de membros de cada denominação representada no Congresso:

[470] CAMPOS, 2006, p.54, nota 39.

Tabela 4 – Parlamentares por denominação, quantidade de membros e índice de representação por milhão de fiéis (legislatura 2003 – 2007) [471]

Denominação (*)	*Quantidade de parlamentares (A)*	*Quantidade de membros (milhões) (B)*	*Índice de representação (A/B)*
Assembléias de Deus	23	8, 4	2,7
Igreja Universal	17	2,1	8,1
Igrejas Batistas	10	3,1	3,2
Igreja Quadrangular	4	1,3	3,1
Outras (**)	10	11,3	0,9
TOTAL	64	26,2	2,4

Fonte: Congresso Nacional (em junho/2004) e Fundação IBGE (censo 2000).

(*) Foram discriminados os grupos evangélicos que elegeram maior número de parlamentares: representantes do pentecostalismo tradicional (AD), idem do pentecostalismo da segunda fase (IEQ), representantes do protestantismo de missão (IB) e uma denominação do neopentecostalismo (IURD)
(**) Inclui: Presbiteriana (2 parlamentares), Luterana (2), Sara Nossa Terra (2), Internacional da Graça (1), Adventista (1), Maranata (1) e Metodista (1).

A análise da tabela acima junto com a relação nominal de deputados evangélicos que permitiu sua construção (cf. anexos), permite que sejam feitas algumas observações:

- As Assembléias de Deus, maior grupo evangélico brasileiro, têm uma representação de 2,7 parlamentares federais para cada milhão de assembleianos, portanto apenas um pouco acima da média do conjunto de evangélicos brasileiros (2,4) e, relativamente, abaixo da representação com que contam os batistas (3,2). Considerando que as denominações batistas não fazem política corporativa, pois ainda predomina nessas igrejas o princípio da autonomia entre política e instituição religiosa, é possível que a grande presença registrada não resulte em benefícios

[471] A Tabela 4 foi elaborada com anacronismo, pois a quantidade de parlamentares se refere a junho de 2004 enquanto a população evangélica foi extraída do censo de 2000. Não foi possível obter números precisos sobre os parlamentares evangélicos em 2000, para comparar com populações do último censo, nem se dispôs de taxa de crescimento de cada grupo religioso, entre 2000 e 2004, para trabalhar com uma alternativa, que seria estimar a população para 2004, compatibilizando-a com a quantidade de parlamentares no mesmo ano. Apesar desta inconsistência, referida tabela permite que sejam comparados os índices de representação entre os grupos religiosos, conforme se deseja.

corporativos, diferentemente do que ocorre com a atuação de parlamentares assembleianos e respectivas corporações.

- Entre os nove deputados batistas: quatro pertencem ao PT, dois ao PL e outros são filiados ao PFL, PP, PDT, sendo um em cada partido. O único senador batista pertence também ao PL. A eleição desses parlamentares se deveu mais a esquemas eleitorais e apoios de bases alheias a projetos corporativos de igrejas, pois isto (ainda) não existe no mundo batista, embora a votação de alguns tenha um componente importante captado em congregações do grupo religioso em destaque.

- A Igreja do Evangelho Quadrangular tem projeto corporativo eleitoral. Neste sentido, a atuação dos 3,1 parlamentares para cada milhão de fiéis destina-se a gerar benefício efetivo para a denominação, o que não se pode afirmar no caso dos batistas, mesmo com um índice de representação um pouco maior (3,2). Sendo a Quadrangular uma igreja bem menor que as Assembléias de Deus, tem, contudo, a característica de ser uma corporação nacional mais coesa. Deste modo, pode contar com o grupo de parlamentares que elegeu quase da mesma forma como a Universal utiliza sua "bancada". A Quadrangular, porém, não tem uma estrutura tão concentrada num bispo como é o caso da IURD. As decisões nacionais da IEQ dependem de uma cúpula que leva em conta, em graus variáveis, o poder de lideranças regionais.

- A Igreja Universal se coloca à frente de todas as demais, como corporação super-representada no Congresso: 8,1 parlamentares para cada milhão de fiéis. Considerando o Congresso como um todo, com 594 parlamentares, e a população brasileira com 169,5 milhões de habitantes (IBGE, censo 2000), o índice de representação nacional seria de 3,5 parlamentares para cada milhão de habitantes. Neste caso, a população da Igreja Universal conta com mais do dobro de parlamentares que o cidadão brasileiro tem à sua disposição, (ou seja, 2,3 vezes a média brasileira). Portanto, em termos relativos, a "bancada" da IURD é o mais forte *lobby* a serviço de um grupo religioso, no parlamento do Brasil.

3.3.3 – Capitalização política

Os candidatos da Assembléia de Deus são geralmente detentores de capital familiar, pois são pastores ou pertencem a algum clã de pastores, na condição de genros ou filhos de pastores-presidentes. Quando não se trata de capital familiar, impera mesmo o capital econômico: a escolha recai sobre um candidato-empresário, que geralmente ajuda a igreja com seu dízimo ou ofertas. Outros são portadores de carismas, como cantores e pregadores-evangelistas, ou reúnem algumas dessas características em diferentes graus. Em todos os casos, têm que cultivar relacionamentos e fazer acordos com o colegiado de pastores, para se tornarem "candidatos oficiais" da igreja.

Conforme mencionado, a Assembléia de Deus prestigia e recompensa, com indicação para ser seu candidato, o leigo empresário que ajuda a igreja com bens materiais. Muitos deles fazem parte da Associação dos Homens de Negócio do Evangelho Pleno (Adhonep)[472]. São pequenos comerciantes e empresários de porte econômico variado, funcionários públicos e profissionais liberais. Em que pese a Assembléia ter muitos pobres em seu meio e contar com alguns poucos em militância sindical e movimentos populares, não considera a atuação política um requisito desejável para a escolha dos seus "candidatos oficiais". Para a liderança da igreja, é preferível que seus escolhidos não tenham tal tipo de envolvimento, porque consideram que o compromisso com outras organizações da sociedade civil pode inviabilizar a fidelidade aos interesses corporativos da denominação.

A Assembléia de Deus e a Igreja Universal têm transformado carisma eclesial em capital político. Vale dizer, o eleitor, membro ou freqüentador fiel, vota no "candidato da igreja", porque ele confia na instituição e quer ajudá-la, expandindo-a para o espaço político. O carisma do candidato e o partido têm pouco peso entre os fatores que decidem o voto. O que influi mais intensamente é o carisma da instituição. Em alguns casos, pode existir escolha entre dois ou mais nomes lançados pela denominação, mas até isto é difícil,

[472] A Adhonep "foi fundada nos EUA em 1952 por Demos Shakarian, um próspero empresário americano de ascendência armênia. Depois, o trabalho cresceu e se espalhou pelos cinco continentes. Atualmente a Associação está presente em mais de 120 países. Só no Brasil, a Adhonep conta com mais de 700 capítulos, nome dado às unidades associativas que a integram. Reunindo empresários, profissionais liberais e autoridades civis e militares, a Adhonep tem como objetivo permitir que amigos compartilhem vitórias, sucessos, oportunidades e experiências pessoais com outros amigos". (Extraído de http://www.evangelica.com.br/Artigos/artigos.painel.asp?tp=185&sg=52, acesso em 11/10/2006).

pois ao definir a estratégia eleitoral a coordenação política da igreja também decide em quais distritos cada candidato será destacado para angariar votos.

A estratégia de candidatura oficial, com escolha pela cúpula de bispos, no caso da IURD, ou mediante processo seletivo que envolve uma triagem dos pré-candidatos e votação por um colégio eleitoral de pastores, prática observada na Assembléia de Deus do Pará, em 2000, está consistente com a visão de mundo dessas igrejas e com a organização autoritária que sustentam. As cosmovisões pentecostal e neopentecostal interpretam o mundo como "reino das trevas", no qual a igreja deve fazer incursões para resgatar pessoas, bem como, também, seqüestrar recursos e oportunidades, os quais serão aplicados em projetos da própria instituição. O raciocínio é simples e pode ser resumido no seguinte argumento pentecostal: "Sabemos que 'o mundo jaz no maligno', logo todas as pessoas e bens que nossa igreja puder resgatar das mãos do inimigo serão usados no reino de Deus. Portanto, é melhor que esses recursos sejam gerenciados pelo povo escolhido do que pelos ímpios". A tese "irmão vota em irmão" é mais precisamente definida como: "irmão vota em irmão, desde que este seja um candidato da nossa igreja".

Uma constatação cada vez mais evidente é que os segmentos pentecostais e neopentecostais são hoje, no Brasil, de fundamental importância, capazes mesmo de decidirem uma eleição. Interessante que IURD e PT se aproximaram, nas eleições de 2002, com o discurso da "ética em governar". A essa bandeira, a Universal propagava, também, seu compromisso com os pobres, através de atividades da Associação Beneficente Cristã e Projeto Fazenda Canaã. No ocaso do primeiro governo Lula, em 2006, a IURD e o PT compartilharam, adicionalmente, a experiência comum de terem alguns de seus líderes envolvidos em escândalos.

Toda essa movimentação dos pentecostais e neopentecostais no cenário político brasileiro era previsível, a partir da constatação do seu crescimento.[473] Segundo Campos:

> A politização de uma Igreja é uma conseqüência natural da multiplicação dos espaços sociais ocupados por ela na sociedade, do aumento da concorrência no campo religioso e da

[473] De acordo com recenseamentos da Fundação IBGE, os católicos diminuíram, em termos relativos, de 95,2 % (em 1940) para 73,8 % (em 2000), enquanto os evangélicos aumentaram de 9,1 % (em 1991) para 15,5 % (em 2000). Este crescimento se verificou, principalmente nas duas últimas décadas, nos segmentos pentecostais e neopentecostais.

> multiplicação de seus interesses patrimoniais, financeiros e burocráticos, que inicialmente seriam considerados meramente mundanos pelos empreendedores iniciais ou seus fundadores.[474]

Um fato, talvez, menos previsível seria o envolvimento desses políticos em escândalos de corrupção, se forem considerados, apenas, os discursos deles, como justificativa para defenderem a presença de representantes evangélicos nos parlamentos. Todavia, ao ser feita uma análise à luz de características da cultura política brasileira, reproduzidas em práticas internas dessas igrejas, tais como a direção autoritária, o espírito corporativo em detrimento do interesse coletivo, e, principalmente, o nepotismo, um caso particular da lógica patrimonialista brasileira, tão comum no meio pentecostal, não surpreenderia ao observador a *afinidade eletiva*[475] desses políticos com esquemas de corrupção. E isto é comprovado pelo indiciamento de vários deles em CPIs. Alguns reconheceram a força das provas de seus delitos, quando renunciaram ao mandato, como foi o caso do ex-bispo Rodrigues, enquadrado no escândalo do "mensalão", pela Comissão de Ética da Câmara e na CPMI que investigou superfaturamento de ambulâncias adquiridas com verbas individuais de parlamentares.[476] Ao renunciar para fugir de uma possível condenação, o ex-bispo não contava com a possibilidade de vir a ser criada a CPMI dos sanguessugas, que o atingiu sem proteção da imunidade parlamentar. Deste modo, Carlos Rodrigues foi preso, para responder processo por envolvimento em quadrilha fraudadora dos cofres públicos. O tema da participação de parlamentares evangélicos em esquemas de corrupção é tratado no último capítulo deste trabalho.

---

[474] CAMPOS, 2006, p. 81.

[475] Sobre afinidade eletiva, escreve Löwy: "O itinerário desse termo é curioso: vai da alquimia à sociologia, passando pela literatura romanesca. Tem por padrinhos Alberto, o Grande (século XIII), Wolfgang Goethe e Max Weber. Em nossa utilização do conceito, tentamos integrar as diferentes acepções de que a expressão se impregnou ao longo dos séculos. Designamos por '*afinidade eletiva*' um tipo muito particular de relação dialética que se estabelece entre duas configurações sociais ou culturais não redutível à determinação causal direta ou 'influência' no sentido tradicional" (LÖWY, Michael. **Redenção e utopia**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p. 13, grifos no original).

[476] Esta CPMI do superfaturamento das ambulâncias instalou-se em junho de 2006 e tornou-se conhecida como a CPMI dos "sanguessugas". Há mais informações sobre essa CPMI no capítulo 5 desta tese.

3.4 – Mentalidade e valores éticos em comportamentos pentecostais.

A prática política dos pentecostais se apresenta em consonância com o que tem acontecido nas sociedades contemporâneas, onde identidades coletivas intermediam a relação Estado – Indivíduo, fato reconhecido por Norberto Bobbio, ao afirmar que "os grupos e não os indivíduos são os protagonistas da vida política numa sociedade democrática"[477].

3.4.1 – Mentalidade e ética

A agilidade das igrejas pentecostais para ocuparem espaços na política em contraste com a apatia das protestantes históricas pode ser interpretada com o auxílio de chaves hermenêuticas da própria política e da teologia. As denominações pentecostais adotam comando autoritário, exigem consenso teológico e exercem maior controle sobre a vida cotidiana dos membros. Parte deste consenso e controle está na ideologia de que "o crente vive na luz", enquanto "o incrédulo vive nas trevas". Como corolário deste raciocínio resulta para o fiel que "é melhor votar num crente do que escolher um ímpio".

Igrejas do protestantismo histórico receberam forte influência do liberalismo clássico, fenômeno que não se verificou com igrejas pentecostais, devido, principalmente, serem formadas de grandes contingentes populacionais à margem das benesses da sociedade. Sabe-se que, na concepção liberal, a escolha política é assunto do indivíduo como pleno exercício de sua liberdade, ou, em outras palavras, trata-se de assunto de foro íntimo, portanto, a escolha de candidato deve passar pela consciência de cada um. Também concorre para isto a idéia, ainda vigente, de que religião trata de coisas espirituais, enquanto política lida com questões materiais. Nesta perspectiva, é bom que ambas não se misturem, pois o sagrado não deve ser contaminado pelo profano. Os pentecostais também adotam esta dicotomia, mas a contornam, na medida em que tratam seus candidatos como "missionários" credenciados pela igreja para levarem o testemunho do evangelho ao meio político.

---

[477] Cf. BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 23.

A ética aplicada pelos políticos pentecostais não elabora adequadamente a relação entre o que é público e o que é privado. Em alguns casos, interesses menores se sobrepõem aos maiores. O autor da emenda para prorrogação do mandato de Sarney, Mateus Iensen, foi autor de outra emenda polêmica, sobre abolição de direito autoral para músicas com letra baseada em textos bíblicos. A ética pública da Assembléia de Deus pode ser avaliada nos dois casos: para a emenda dos cinco anos de Sarney não houve crítica, embora atingisse todo o povo brasileiro, visto que ela era apresentada em troca de uma emissora de rádio para a igreja. Já a emenda da abolição do direito autoral foi criticada severamente, porque feria interesses de alguns compositores evangélicos. Posteriormente, verificou-se que a emissora de rádio concedida nem sequer ficou sob controle da igreja, mas em poder da família do deputado, o que gerou reclamações de outros líderes da AD contra Iensen.[478]

É importante assinalar aqui a forma como a Igreja Universal se comporta em relação ao Estado, com variações de comportamento que oscilam em função de interesses patrimoniais e mercadológicos da corporação. A Universal aproximou-se de Fernando Collor, durante o período de aquisição da Rede Record. Este esforço, porém, não impediu que a emissora e demais empresas da Igreja fossem fiscalizadas pelas delegacias da Receita, Polícia Federal e outras agências do governo, por conta de suspeitas e denúncias de sonegação fiscal, crimes de colarinho branco e outros ilícitos. Seu líder máximo, bispo Edir Macedo, foi preso entre 24 de maio e 04 de junho de 1992. Na ocasião, recebeu solidariedade do pastor Nilson Fanini, conhecido líder batista.[479] Quando aconteceu o ocaso político do presidente Collor e o desfecho da sua aventura política na grande operação popular de *impeachment*, foi fácil para a IURD (e também para outros grupos pentecostais e neopentecostais) indicar "a causa" dessa derrota: Collor estava envolvido com "cultos

[478] Jornal do Brasil, 20/6/1988.

[479] Nílson Fanini foi presidente da Convenção Batista Brasileira e da Aliança Batista Mundial. No socorro ao bispo Edir Macedo ele provavelmente estava retribuindo um enorme favor que o bispo da Universal lhe fizera, ao livrá-lo das dívidas da falida TV Rio, na qual constava como proprietário. Bispo Edir Macedo adquiriu este canal de televisão, através de um "contrato de gaveta", em 1992, visto que a concessão em favor de Fanini ainda não havia expirado. Segundo reportagem da Folha de São Paulo em 18/07/1999, "A TV (que, na época, se chamava Rádio Difusão Ebenezer) pertencia ao bispo (sic) Nilson do Amaral Fanini, da Primeira Igreja Batista do Niterói (RJ), e ao empresário e ex-deputado federal Múcio Athayde. Certidões do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio mostram que a venda foi efetivada no dia 28 de fevereiro de 1992, embora a transferência do controle só tenha sido autorizada pelo Ministério das Comunicações em 1996. A compra foi feita em nome de Alba Maria Silva da Costa, Claudemir Mendonça de Andrade, José Fernando Passos Costa, José Antônio Alves Xavier, Márcio de Araújo Lima e João Monteiro de Castro dos Santos, que freqüentavam o templo do bairro da Abolição, na zona norte do Rio. De acordo com as certidões, eles se comprometerem em pagar Cr$ 18,8 milhões (cerca de US$ 11,7 milhões) em 15 parcelas mensais pela emissora e ainda assumiram dívidas da empresa. No total, a TV custou US$ 20 milhões, segundo confirma o superintendente da Rede Record, Dermeval Gonçalves. Xavier. Um dos seis sócios, disse à Folha que só emprestou seu nome para a operação".

satânicos" e "entidades das trevas". A Universal não só diagnosticava a derrocada de Collor, mas justificava sua mudança brusca de outrora aliada *collorida* para fervorosa participante da marcha nacional que gritava em coro o "fora Collor!".

No campo da política, a Universal, que havia sido sistematicamente a igreja mais agressiva contra o Partido dos Trabalhadores, nas eleições presidenciais de 1989 e 1994, operou uma autotransformação acelerada (e quase instantânea), que a qualificou para ser aliada do projeto petista de poder, vitorioso nas eleições de 2002.[480] Depoimento do ex-bispo e então deputado Carlos Rodrigues explica este processo de mudança tão radical. Devido a supostas perseguições do governo FHC à Igreja, a *Folha Universal* passou a fazer uma cobertura crítica do governo tucano e a não apoiar sua reeleição já em 1998. Todavia, a opção por Lula somente veio a ocorrer na campanha seguinte, em 2002. Mas a construção desta aliança tem uma história, assim relatada pelo referido líder da IURD:

> Há coisa de seis anos atrás, o Lula me procurou, junto com o Cristovam Buarque, e disse para mim... (O encontro foi no edifício aonde o PT tinha um escritório, aqui no centro da cidade, em Brasília)... junto com o Cristovam que era governador, na época. Me disseram o seguinte. O Lula me disse: "Você tem que me ajudar. Os evangélicos, a Igreja Universal, têm que me ajudar a mudar esse País. Tem que mudar essa Nação". Eu disse a ele – na época eu não era parlamentar, eu era bispo da Igreja Universal em Brasília – Eu disse a ele que nós... não estava na nossa hora. Ainda não era hora da gente fazer uma política partidária, mas que ele aguardasse. Eu me elegi deputado federal e fui oposição ao Fernando Henrique. Não ao Fernando Henrique, ao governo, é... ao governo que não mudou nada em nosso País, pelo contrário. Então, eu é... cheguei aqui [na Câmara] e comecei a fazer uma mudança. A levar muitos evangélicos para a oposição ao governo Fernando Henrique, mostrando que havia um preconceito, uma discriminação, contra o povo evangélico... O governo tinha um pacto com a elite do País, os pobres não tinham nenhum valor, mostrando que a maioria do povo evangélico gemia debaixo daquele governo, um governo que tinha uma clara aliança com o capital, com os poderosos, com a elite, com os grandes banqueiros, grandes empresários. É, porque o governo Fernando Henrique não era um governo que iria levar a nação à prosperidade, é, como um todo, exceto certos grupos que ficaram mais e mais ricos no nosso País, que é o que a gente está vendo hoje. Bom, levei, é, fiquei nesses quatro anos na oposição ao Fernando Henrique e comecei a crescer o Partido Liberal,

[480] Sobre o comportamento pentecostal e neopentecostal nas eleições de 1989 a 2002, cf. CAMPOS, 2006, p. 29-89.

> sempre nessa vertente de trabalhar para fazer uma aliança com os socialistas, com a esquerda.[481]

O discurso de políticos da IURD apela para a "guerra espiritual", como chave de interpretação da realidade. Corrupção, falcatruas, dificuldades na aprovação de projetos benéficos para a Igreja e mesmo para a sociedade como um todo, ou seja, quaisquer obstáculos para que prospere a obra, que eles interpretam como expressão da "vontade divina", constituem-se ações de espíritos malignos ligados à política. São sugestivas declarações de Carlos Rodrigues para a *Folha Universal,* em 18/01/1998, quando ele afirmou: "O diabo está alojado dentro do Congresso Nacional, criando leis injustas e erradas". O Jornal do Brasil, algum tempo depois (em 29/10/2001), registrou o seguinte: "Os espíritos que atuam na política, disse recentemente o Bispo Rodrigues, são os espíritos dominadores, os príncipes das trevas". Neste contexto de "guerra espiritual" torna-se lógico para os fiéis dessa igreja que votar num servo de Deus é estar contribuindo no combate contra os demônios que controlam a política do País. Portanto, mais do que um dever cívico, trata-se de oportunidade para defender o bem e destruir as forças do mal. A IURD produz uma re-significação do voto no âmbito cosmológico da guerra santa entre o divino e o demoníaco, conforme análise de Pablo Séman.[482]

3.4.2 – Moralismo e intolerância

A defesa da família tem sido a grande bandeira dos pentecostais nos parlamentos. Pesquisadores estrangeiros, como David Martin e David Stoll juntos com o próprio Freston, encontraram um componente revolucionário antimachista no pentecostalismo.[483] Neste particular, contrapondo-se à opinião de Pierucci, que identificou um sentido patriarcal de família entre os pentecostais[484], Freston escreveu: "a essência do conceito pentecostal de família não é o patriarcalismo, mas o antimachismo".[485]

---

[481] Entrevista do deputado Carlos Rodrigues em seu gabinete na Câmara Federal. Brasília, 17 de junho de 2004.
[482] Cf. SÉMAN, Pablo. A Igreja Universal do Reino de Deus: um ator e suas costuras da sociedade brasileira contemporânea. **Debates do NER**, nº 3, PPGAS/UFRGS, Porto Alegre, setembro/2001, p. 87-96.
[483] Cf. MARTIN, David. **Tongues of fire**: the explosion of protestantism in Latin American. Oxford: Blackwell, 1990, p. 181-2; STOLL, David. **Is Latin América turning protestant?** Berkeley: University of Califórnia Press, 1990, p.318-9; e FRESTON, 1994: p. 76.
[484] Cf. PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. In: PIERUCCI; PRANDI, 1996, p. 163-191.
[485] FRESTON, 1994: p. 76.

Trata-se de uma visão idílica desses grupos religiosos. Basta lembrar aqui alguns fatos, que contrariam a opinião otimista sobre questões de família e gênero, nesse grupo religioso: em primeiro lugar, a maior denominação pentecostal, a Assembléia de Deus, não admite o exercício pastoral para mulheres; segundo, não são tão raros os casos de assédio emocional e sexual que ocorrem no ambiente dessas igrejas, provocados por pastores, em alguns casos punidos com suspensão, transferência[486] ou afastamento, e em outros, simplesmente abafados; em terceiro lugar, há casos de agressão de mulheres pelos maridos, em lares pentecostais.[487] Portanto, não se pode afirmar que existe uma "revolução antimachista" entre os pentecostais. O que existe é um combate a costumes libertários, embora isto, também, esteja arrefecendo, pois as novas gerações já não aceitam o "caminho estreito" imposto pelas antigas, que consistia de inúmeras proibições quanto a vestuário, lazer, bebida, manifestações artísticas e uma lista infindável, denominada por alguns antigos assembleianos de um "conjunto de doutrinas" (sic). Por outro lado, há um reforço ao poder do macho como cabeça da família, "assim como Cristo é o cabeça da igreja"[488].

Na pauta dos parlamentares pentecostais, junto com a defesa da família, tem estado sempre em evidência o combate à legalização do aborto, ao reconhecimento da união civil entre homossexuais e à liberação das drogas. Esses legisladores também desejam coibir a pornografia, principalmente nos canais abertos de televisão. Sotero Cunha, da Assembléia de Deus, por exemplo, era intransigente no Congresso Constituinte quanto ao aborto legal, não o admitindo nem mesmo em caso de estupro. Freston[489] e Pierucci[490] registram um diálogo de Sotero com a senadora adventista Eunice Michiles:

> Sotero: - Está provado cientificamente que a mulher pode evitar o estupro.
>
> Eunice (rebatendo): - Mesmo com um revólver apontado para a cabeça?

---

[486] A transferência de pastor para outra congregação tem sido tratada, ironicamente, como medida disciplinar, quando deveria ser considerado um tipo de crime corporativo, pois o grupo que detém o poder acoberta, nestes casos, o infrator, isenta-o de punição e ainda põe em risco outras mulheres e famílias.

[487] Nas entrevistas realizadas em pesquisa de mestrado este problema aflorou, mesmo não estando previsto nas perguntas formuladas aos entrevistados (BAPTISTA, 2002).

[488] A frase citada pertence à epístola aos Efésios, atribuída a Paulo, cap. 5:22-23. Lá está escrito: "As mulheres sejam submissas ao seu próprio marido, como ao Senhor; porque o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da igreja, sendo este mesmo o salvador do corpo". (Cf. **BÍBLIA SAGRADA**. 2. ed. revista e atualizada. Tradução de João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993).

[489] FRESTON, 1994, p. 77.

[490] PIERUCCI, 1996, p. 185-6.

> Sotero: - Bem, pode perder a vida, mas evitar o estupro... [Deste modo] a mulher morrerá com honra.

Neste assunto o grupo pentecostal era mais alinhado com a orientação da CNBB do que os próprios católicos. A "defesa da vida desde a concepção" recebeu voto favorável de 93% dos pentecostais, 46 % dos protestantes e apenas 22 % de todos os parlamentares.[491] A exceção pentecostal era a deputada Benedita da Silva, filiada à Assembléia de Deus. Baseada em experiência própria, ela explicava que quando era empregada doméstica, optou por fazer um aborto "porque não tinha a menor condição de receber o [seu] filho naquela época".[492] Benedita defendia elevação de salários e implantação de creches, para melhorar a condição da mulher pobre, e reconhecia a gravidade social do aborto clandestino, bem como os fatores de miséria e pressão social que levavam a esse ato de desespero. Enquanto os pentecostais eram tão enfáticos nessas questões ligadas a costumes, eram omissos e insensíveis para os grandes problemas da injustiça social.

Neopentecostais e pentecostais, em geral, condenam a prática de homossexualismo e discriminam os que revelam essa orientação homoerótica. Algumas igrejas, como a Universal, atribuem tal comportamento à presença de "encostos". Logo, nestes casos, a solução é exorcizar os demônios que causam a suposta aberração. Alguns entendem que legislar contra a prática homossexual contribuirá para reduzir sua incidência. Uns poucos defenderam no Congresso Constituinte a igualdade de direitos para os homossexuais, como atitude cristã de respeito ao cidadão, inclusive com leis de combate à discriminação. Benedita da Silva, neste grupo minoritário, sofreu pressão de sua igreja, que na época ainda era a Assembléia de Deus.[493] O *Mensageiro da Paz,* em setembro de 1987, acusava-a de deixar "as determinações partidárias" falarem mais alto do que as convicções religiosas.

Para muitos pentecostais, incluir na legislação o combate ao aborto, homossexualismo, droga e outros vícios, como a bebida e o cigarro, constitui-se uma forma de afirmar que "o Brasil pertence ao Senhor Jesus", ou seja, o grupo religioso mencionado alimenta um sentido místico de resgatar a sociedade do "poder das trevas" para o "reino da luz", através do processo legislativo. Uma das contradições da atuação dos parlamentares

---

[491] FRESTON, 1994, p. 77.
[492] A*pud* FRESTON, idem.
[493] Algum tempo depois do mandato de 1987-90, Benedita da Silva se filiou a uma igreja presbiteriana.

pentecostais está no fato de alçarem a defesa da família como prioridade, mas, ao mesmo tempo, apoiarem políticas econômicas neoliberais que destroem essas mesmas famílias, na medida em que geram amplo desemprego, sucateamento dos equipamentos públicos, falta de verbas para educação, saúde e habitação e abandono das políticas sociais em geral.[494]

Será que a conduta pentecostal na política ameaça o processo democrático, visto que tende a estabelecer um corte religioso, onde a laicidade deveria ser defendida como valor republicano?[495] Pelo que já foi discutido anteriormente, não existe um alinhamento evangélico que justifique esse temor de que esteja em gestação uma guerra religiosa no Brasil. Escaramuças podem ocorrer, como já ocorreram, mas têm sido esporádicas e de pouco fôlego.

3.4.3 – Pragmatismo e conservadorismo

Os evangélicos e mesmo os pentecostais constituem uma pluralidade em vários sentidos. Pode-se reconhecer que há uma tendência a caminharem com forças governistas de ocasião, mas devido à alternância destas, os grupos referidos têm apostado em diferentes opções políticas. Tanto a AD como a IURD, fazem complexas avaliações, nas unidades federativas da república brasileira, para decidirem quem irão apoiar e quais partidos oferecerão melhores chances de vitória aos seus candidatos, isto a partir de cálculos de quociente eleitoral, associados a estimativas de concentrações de votos para outros concorrentes ao mesmo cargo do partido sob análise.

A Igreja Universal tem maior capacidade de aproveitamento do seu colégio eleitoral porque este apresenta tendência menos dispersiva e revela maior obediência à orientação emanada do comando religioso. Nas eleições para Presidente da República a IURD define claramente sua opção e orienta as bases. No plano regional e em eleições proporcionais, analisa cada caso e também orienta claramente seu eleitorado. Neste sentido, essa Igreja age como um grande partido, com enorme poder de mobilização. Não existe interesse da cúpula em discutir ideologicamente as motivações de suas escolhas, nem sequer entre seus pares, até porque essas deliberações ocorrem por razões corporativas, do pragmatismo

494 FRESTON, 1994: p.117.

495 Esta questão também é discutida por Joanildo Burity no texto que tem sido citado. (Cf. BURITY, 2006, p. 192-202).

ligado ao fortalecimento do complexo organizacional que constitui o grande conglomerado iurdiano.

Realmente, os dois grandes grupos religiosos, Assembléia e Universal, estão agindo dentro do jogo democrático, com fiel respeito às regras deste. Portanto, tendem a contribuir para a continuidade do processo. Não há sinais de desejarem criar qualquer projeto alternativo de regime de governo. Pelo contrário, reforçaram no passado, pela inércia, mas, a partir do Congresso Constituinte até o presente, por uma atuação bem estruturada, continuam a fortalecer um tipo de democracia perpetuadora de desigualdades sociais, a democracia que de fato se pratica no País. Neste sentido, assemelham-se ao padrão da maioria dos agentes políticos, guiados pelo senso comum: são agentes conservadores dentro da sociedade civil e da sociedade política brasileira, mesmo que não seja esta a intenção consciente de alguns deles.

Isto remete para uma constatação registrada por Freston, em palestra plenária do I Congresso da Associação Evangélica Brasileira: "A classe política evangélica se parece muito com a classe política em geral. Nossos políticos não são os grandes vilões da história, mas certamente também não são o sal da terra e a resposta para o Brasil".[496] Burity amplia este raciocínio, quando reconhece que a ética política de parlamentares e eleitores evangélicos não é diferente da praticada pelo conjunto da população.[497] Eles não constituem uma escola política, seja para formar quadros, seja para elaborar um projeto para o Brasil. Exercem pouca influência nos partidos em que atuam e são pouco influenciados pelas ideologias desses mesmos partidos, cujos programas funcionam mais como requisito para preencher exigências legais do que para nortear a prática dos seus filiados. São partidos gelatinosos, que se movem ao sabor das ondas dos oportunismos políticos. O próprio Partido Republicano Brasileiro (PRB), por exemplo, criado por iniciativa de próceres da Igreja Universal, não ostenta marcas distintivas que o aproxime de "partidos cristãos" de outros países.[498]

---

[496] Essa palestra foi proferida em Brasília, no dia 22/07/1994. Submetida a "ligeiras alterações", serviu como capítulo conclusivo do livro FRESTON, 1994, p. 135-148.
[497] BURITY, 2002, idem, 2006, p. 199.
[498] Cf. http://www.tse.gov.br/partidos/partidos_politicos/prb/estatuto_prb_alterado.doc para conhecer programa e estatuto do PRB.

Os parlamentares assembleianos e iurdianos não são dados a tomar posições radicais. Eles se portam de forma pragmática, cautelosa e conservadora, ao mesmo tempo em que apresentam avidez na obtenção de benesses para suas igrejas. Alianças e alinhamentos entre eles e outros atores políticos ocorrem por troca de cargos e diversas formas de retribuição que o governo possa oferecer. Circunstâncias locais e interesses políticos regionais, de fora do meio evangélico, determinam algumas composições de políticos pentecostais e neopentecostais com os caciques da política brasileira. Eles se orientam pelo princípio maquiavélico de conquistar, manter e ampliar o poder, mesmo que, talvez, não tenham lido *O Príncipe.*[499] Neste sentido, guardam semelhança com outros políticos tradicionais, cujo padrão de fazer política é o patrimonialismo. Em suma, não existe um voto qualificado evangélico no parlamento brasileiro, salvo exceções: nestes casos, provêm de parlamentares ligados a partidos de esquerda, a maioria deles membros de igrejas protestantes históricas. As poucas questões que unem os integrantes da Frente Parlamentar Evaangélica são compartilhadas com outros grupos, inclusive o de parlamentares organicamente católicos. Em geral, os políticos evangélicos são de pouca expressão, motivo por que quase não figuram na relação dos mais influentes líderes do parlamento brasileiro.

É possível afirmar que há correlação entre crença religiossa e comportamento político. Se o processo de secularização avançou ou não no Brasil, trata-se de uma boa discussão a ser feita; mas independente disto pode-se perceber que existe um senso comum religioso capaz de influenciar a escolha do candidato, em algumas situações. Exemplo bem conhecido foi a derrota de Fernando Henrique Cardoso para Jânio Quadros, na disputa ao cargo de prefeito de São Paulo, em 1985. Na véspera da eleição o candidato-sociólogo titubeou ao ser inquirido, pelo jornalista Boris Casoy, se acreditava ou não em Deus.[500]

---

[499] Existem diversas edições em português desta obra clássica do florentino. Cf. MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. São Paulo: Nova Cultural, 1987 (Os pensadores); São Paulo: Martins Fontes, 1995; idem, Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1965; idem, Rio de Janeiro: Vecchi, 1955.

[500] O jornalista Carlos Lima descreveu a derrota inesperada de FHC da seguinte maneira: "Certo da vitória, FHC cometera, na ocasião, três erros básicos e imperdoáveis. Em entrevista ao jornalista Boris Casoy, FHC disse não acreditar em Deus e admitiu que já tinha experimentado o cigarrinho do capeta, a maconha. O terceiro e principal erro do ex-presidente foi a prepotência de sentar-se na cadeira do prefeito para ser fotografado e divulgar na mídia. Janistas nem precisaram aproveitar o fato, limitaram à divulgação de panfletos com uma cruz e a inscrição 'Cristão vota em Jânio' e se encarregaram de propalarem a preocupação da 'possibilidade da maconha ser misturada à merenda escolar'. Não deu outra, São Paulo

O próprio Fernando Henrique, em entrevista a Cristovam Buarque, conta sua versão:

> CRISTOVAM: Pois é... Mas então, nessa sua idade o que é que preocupa mais?
> FHC: Esqueçam que eu li... (Risos) O curioso é que a minha resposta sobre esse negócio de Deus foi correta. Foi o Boris Casoy que perguntou a pedido da Folha. E ele fez a pergunta correta. E eu disse: Olha, Bóris, eu fiz uma besteira... Porque eu tinha almoçado na Folha e o Otavinho [Otávio Frias Filho, diretor editorial do jornal Folha de São Paulo] me disse: e se lhe perguntassem se acredita em Deus? E eu disse: .Ninguém vai me perguntar isso. Então ele mandou perguntar. Então quando o Bóris perguntou, eu disse: mas isso não tava no combinado! dando a impressão de que havia uma combinação, mas não havia. Porque eu tinha tido um almoço com eles lá. Então não havia combinação nenhuma. Então ele perguntou e eu disse: Olha aqui, isso não é pergunta que se deva fazer a um candidato. Não tem que perguntar ao candidato qual é a convicção dele, porque isso é uma coisa pessoal. Eu não seria arrogante de dizer que não existe Deus, ou uma coisa desse tipo assim... O que você tem que perguntar é se eu respeito as religiões. Porque o que o prefeito tem é que respeitar todas as religiões e os que não tem religião. Essa foi a minha resposta. E isso foi lido como se eu tivesse dito que não acreditava em Deus. Que eu era ateu. Mais grave que o ateu, foi a maconha. Porque eu tinha dado uma entrevista para a Miriam Leitão na *Playboy* e me perguntaram muitas coisas, inclusive sobre maconha. E eu disse: Olha, uma vez eu estava em Nova York, num bar famoso que tem lá, em um banquete com meus primos, primas e tal e alguém deve ter acendido um negócio de maconha, passou aquilo e eu achei horrível... Um cheiro horroroso. Pronto, daí tiraram que eu era maconheiro. E o Jânio usou isso... não ele, mas mandou usar, e distribuíram panfletos dizendo... Uma vez eu fui à cidade de Tiradentes, na periferia de São Paulo, quase uma favela, e a mulher disse: Você vai distribuir maconha no lanche das crianças? Na merenda das crianças? Isso foi terrível... [501]

No caso das igrejas objeto desta pesquisa, tem-se um número significativo de eleitores que votam segundo a orientação dos seus líderes religiosos: em maior percentagem na Igreja Universal e em menor na Assembléia de Deus.[502] Existe, evidentemente, o eleitor autônomo, que formula sua escolha a partir de diversas variáveis.

---

dormiu FHC e acordou Jânio Quadros. Eu estava lá. Não votei no Jânio, mas o Jânio ganhou e, dessa vez, não renunciou. Fez sim, desinfetar a cadeira que FHC tinha sentado." (LIMA, Carlos Alberto de. http://www.diarionews.com.br/exibenoticia.php?id=15184, em 26/10/2004, acesso em 15/08/2006).

[501] Entrevista realizada em Providence, EUA, em 7/11/2004. Este trecho foi extraído de http://www.cebela.org.br/imagens/Materia/195-216%20entrevista%20fhc.pdf, acesso em 15/08/2006.

[502] Não se tem conhecimento de pesquisa específica sobre este assunto, mas as quantidades de freqüentadores da IURD e da AD comparada com a quantidade de parlamentares eleitos para a legislatura federal em 2003-2007 permite que se faça esta afirmação. A Universal, com apenas um quarto da quantidade de participantes da segunda, elegeu 18 deputados federais e um senador, enquanto a Assembléia de Deus elegeu apenas 22 deputados e, também, uma senadora.

Esta menor obediência relativa dos assembleianos aos seus líderes foi motivo de queixa do deputado Francisco Olímpio, pastor da Assembléia de Deus em Pernambuco:

> A nossa igreja não tem ainda aquela conscientização política de eleger representantes de sua própria igreja, de seu segmento, isso é uma falha que com o tempo a gente vai corrigindo. [- *Mas o senhor foi votado*...] – Fui votado em todos os municípios do Estado de Pernambuco. Nós tivemos 10%, apenas 10% [dos votos de assembleianos], por essa falta de conscientização. Nossa igreja, hoje, tem 700 mil membros [em Pernambuco]. É uma das maiores igrejas do Brasil em termos de convenção. Porque lá só tem uma convenção. A convenção da Missão. Hoje nós temos mais de 600 mil membros, a minha votação foi isso: 60 mil votos. Agora, provavelmente, terá, diante do trabalho, provavelmente a igreja agora nos dará mais votos. [- *Tem diferença entre campanha da Assembléia e da Universal?* – Eu acho que tem. Eu acho que tem o seguinte. Eu acho que a igreja evangélica Universal partiu na frente e tem uma consciência política mais acurada hoje. Existem as exceções, existem certas exceções. Mas você candidato de outra igreja, você não chega nem na porta da igreja Universal, porque eles não aceitam. Já a nossa Assembléia de Deus: "Oh! Você veio nos visitar?" – coloca até a oportunidade... Alguns, né? Por exemplo, na Assembléia de Deus, eu tenho uma igreja que tem o quê? 700 mil membros. Digamos que eu tenha 20%, certo? Se eu tiver 20% de 700 mil, eu tenho 140 mil votos. Correto? A minha Universal tem 90 mil membros. O candidato teve 90 mil votos. (É o Marcos de Jesus, lá de Pernambuco.) Certo, certo? Quer dizer, eles estão mais... eles perdem junto com um só. Já o meu não, o meu, eu tenho 20%. Saiu 80, 80 para quem é empregado da prefeitura, 80 de quem quer votar pra não sei o quê (...) Mas é diferente da Igreja Universal. Elas fazem o comércio mesmo, fechado: "Não entra ninguém aqui". Nem na porta da igreja você distribui o material de outro. Se for distribuir lá fora, o pessoal do Marcos de Jesus não aceita. Jamais vai chegar ali e distribuir. É questão da cultura e da conscientização política.[503]

A revista *IstoÉ* divulgou uma pesquisa, em 2002, que revelava pouca influência da orientação do líder religioso na escolha do candidato pelo eleitor: apenas um em cada quatro eleitores aceitava a indicação do seu líder eclesiástico na hora de votar.[504] Certamente esta proporção se eleva na IURD e, com percentual menor, na AD, mas em nenhum caso isto vai determinar uma confessionalização do voto na sociedade brasileira. Voto é escolha complexa que se dá segundo uma conjunção de fatores, muitos deles emergentes no momento da eleição. A religião comparece entre estes fatores, com maior ou

[503] Entrevista com o deputado Francisco Olímpio, realizada em seu gabinete da Câmara Federal, em Brasília, 21/11/2005. Na campanha de 2006, o pastor Francisco Olímpio foi candidato, mas não conseguiu ser reeleito.
[504] *Apud* BURITY, 2006, p.200.

menor peso, conforme a trajetória de cada indivíduo. De qualquer maneira, os políticos da Universal e da Assembléia sabem que devem respeitar os espaços sagrados, principalmente se fazem uso deles em campanhas eleitorais. Convém manter a coesão da "comunidade dos santos". A palavra "santos", empregada aqui, no sentido bíblico de separados ou comprometidos com o serviço divino, ou seja, refere-se aos próprios membros de igrejas evangélicas, conforme eles assim entendem.

3.5 – Estratégias eleitorais e atuação de parlamentares

Pelo que foi tratado a pouco, justifica-se fazer uma análise mais ampla do tipo de eleitorado nessas igrejas. Mais precisamente, elas podem ser caracterizadas como reduto garantido de votos, sob manobra de seus líderes. São "currais eleitorais"? E quanto à atuação dos parlamentares, eles constituem bancadas, no sentido rigoroso do termo, ou seja, votam da forma que determinam suas igrejas?

3.5.1 – Currais eleitorais

Tanto a Assembléia de Deus como a Igreja Universal, demarcam territórios eleitorais como reserva de mercado do voto em favor da corporação. Os candidatos são investidos pela cúpula da igreja para cumprirem uma "missão" nos parlamentos ou em cargos executivos, nestes com menor freqüência. A demarcação de território tem os seguintes significados: nos distritos previamente definidos pela liderança da igreja, candidatos escolhidos fazem jus a uma divulgação ostensiva ou sutil, mas sempre assegurada pelos dirigentes do culto; enquanto que candidatos membros da igreja, mas que se lançaram de forma independente ou à revelia da cúpula, são ignorados quando adentram nos templos, ou, na melhor das hipóteses, são apresentados como simples membros, sem que seja feita referência a sua condição eleitoral. No caso de candidato não reconhecido que faz propaganda nos arredores do templo, ele é considerado invasor de território e duramente tratado como rebelde e oportunista.

Na Igreja Universal é quase impossível um candidato, sem "unção" da cúpula, ser aceito pelos fiéis, pois a grande maioria destes acata de forma acrítica as determinações dos bispos e pastores. Já na Assembléia de Deus aparecem, de vez em quando, bolsões de

resistência.[505] Segundo Machado, nas eleições de 2002, no Rio de Janeiro, a Universal preferiu recrutar seus candidatos entre os membros da hierarquia religiosa e o processo de escolha se deu por decisão do Conselho de Bispos.[506]

No caso da Assembléia de Deus, o processo de escolha das candidaturas é feito da seguinte maneira. Os interessados apresentam seus nomes ao Conselho Político, formado de pastores da absoluta confiança do presidente da igreja. Este Conselho, que faz uma triagem dos pré-candidatos, elimina grande parte deles e leva os remanescentes para a cúpula da igreja autorizar a realização de um escrutínio no colégio eleitoral de pastores. Os critérios usados na triagem incluem viabilidade eleitoral, mas, principalmente, a afinidade do candidato com o grupo que detém o poder na igreja. Paralelamente, esse Conselho define a quantidade de candidatos que vai lançar e examina os partidos que a igreja poderá utilizar, com base em chances de cada legenda face ao quociente eleitoral para aquela eleição.

Alguns aspirantes a candidato, que foram excluídos nessa triagem, se rebelam e se lançam na campanha eleitoral, à revelia do Conselho Político da Igreja. Em casos específicos, fazem isto porque representam anseios de dissidentes ou opositores do grupo no poder. Outros, simplesmente, porque têm aspiração política e acreditam em seu potencial de votos, geralmente insignificante. Esses tipos de candidatos acabam por se constituírem um problema para o projeto corporativo da igreja. Exemplo disto foi a eleição de 2002, para a Câmara Municipal, em Porto Alegre, quando a AD lançou dois candidatos oficiais, mas teve dois outros oficiosos, e não conseguiu eleger nenhum. Oro escreveu a propósito: "Os próprios líderes religiosos da Assembléia de Deus reconhecem que a dificuldade de eleger os candidatos 'oficiais' deve-se ao fato de que outros membros da Igreja também se lançam candidatos, dividindo, conseqüentemente, os votos dos *irmãos*".[507]

---

[505] Em Belém do Pará, nas eleições de 2000, ouviu-se relatos de formação de comitês eleitorais em prol de "candidatos rebeldes". Esses comitês eram formados por membros da AD que não acatavam recomendações da coordenação política da igreja. Em alguns casos o "candidato rebelde" era preferido porque financiava a instalação do comitê nas residências, enquanto o "candidato oficial" não dispunha de verba para essa finalidade.

[506] MACHADO, Maria das Dores Campos. Evangélicos e as eleições de 2002 no Rio de Janeiro: as disputas pelo poder legislativo em perspectiva. In: BURITY; _____ (orgs.), 2006, p. 108.

[507] ORO, Ari Pedro. A Igreja Universal e a política. In: BURITY; CAMPOS (org.), 2006, p.132, grifo no original.

Os pretendentes escolhidos na seleção prévia, mas derrotados no colégio de pastores, costumam ser mais dóceis, porque não foram rejeitados pelo núcleo poderoso da igreja. De qualquer maneira, candidato não credenciado, que insiste em disputar eleição, é repelido, quando tenta "invadir" territórios, conforme já foi explicado. Em geral, os candidatos da igreja não devem fazer campanha ostensiva dentro dos templos. É suficiente, prudente e de bom tom, comparecer às reuniões, pois os dirigentes de cultos irão anunciar "a presença do nosso candidato" e convidá-lo para orar, fazer uma leitura de texto bíblico, ou, apenas, para "dar uma palavrinha de saudação aos irmãos". Fazer propaganda convencional ou pedir voto no templo e no púlpito pode prejudicar o candidato, porque se tratam de locais sagrados. Os que cometem este equívoco tendem a serem rejeitados pelo eleitorado assembleiano.

Burity levanta questionamentos que são traduzidos aqui como relativização da influência do carisma institucional sobre decisões políticas dos indivíduos pentecostais.[508] Será que a autoridade da igreja é tão eficaz a ponto de neutralizar outras influências? Trata-se de uma força de comando sobre os fiéis ou existem outras vozes na babel evangélica, ou no campo político como um todo, que também concorrem para a formação de opinião no caso desses eleitores? De todo modo, diferentes comportamentos institucionais estão presentes neste campo religioso, como ressalta Burity:

> há igrejas pentecostais que não se envolvem com a política em nenhum sentido comparável à IURD (ex. Deus é Amor, Congregação Cristã no Brasil), embora sejam clientelistas, como há igrejas com grande sucesso eleitoral que são muito mais divididas em suas escolhas, ou somente se unificam após trabalhosos processos de consulta e deliberação (como a Assembléia de Deus). Ao mesmo tempo são igrejas que exercem forte controle sobre sua membresia e conseguem traduzi-lo em formas majoritárias de comportamento político. Neste sentido, o carisma institucional é importante, característico de grupos com tradição de minoria ainda arraigada e organizacionalmente ainda muito próximos de uma estrutura sectária, mas seus efeitos na política não são unidirecionais. [509]

As igrejas pentecostais brasileiras atuam numa sociedade aberta, mas conseguem exercer quase um monopólio do tempo livre dos fiéis, através de cultos, atividades em organizações internas da igreja, estudos de escola dominical, leituras de boletins e diversas

[508] BURITY, 2006, p. 193-4.
[509] BURITY, 2006, p.194-5.

publicações (inclusive *Mensageiro da Paz* e *Folha Universal*), visitas a membros enfermos e ou com outro tipo de problema e atividades afins. A influência das denominações pentecostais sobre a vida do fiel é realmente gigantesca. Contudo, têm-se registrado iniciativas de grupos minoritários na contramão dessa hegemonia da cúpula da igreja, principalmente na AD, durante os certames eleitorais. Dissidentes conseguem promover debates, formar comitês, produzir materiais de campanha e realizar panfletagem, em favor de partidos de esquerda e candidatos rejeitados pelo corpo diretivo da denominação.[510]

A conduta política de pentecostais e neopentecostais depende dos fatores já mencionados, mas tem relação, também, com a possibilidade de novas e melhores oportunidades de conquista, visto que a presença no espaço público habilita-os a participarem dos jogos de poder, onde terão acesso a recursos aplicáveis na competição religiosa. Neste campo, porém com menor peso, continuam a atuar evangélicos de diferentes matizes (evangelicais, ecumênicos e protestantes diversos), formadores de opinião, que também contribuem para diversificar o quadro dos comportamentos religiosos na política.

Uma estratégia de discurso utilizada freqüentemente por candidatos novatos, ou recém-egressos no jogo eleitoral, é a de desqualificar a chamada "classe política". Tem sido assim, por causa dos escândalos de corrupção que a sociedade brasileira vem assistindo, desde tempos bem recuados, mas principalmente a partir de 1992, com o processo que levou o presidente Collor ao *impeachment*. Embora muitos candidatos evangélicos tenham estado no rol dos envolvidos em escândalos, como foi no Congresso Constituinte de 1987-88 e no caso dos "anões do Orçamento"[511], a propaganda antipolítica vinha sendo usada por

---

[510] Foram acompanhadas iniciativas do gênero, em Belém (PA), de 1989 a 2002. Muitos assembleianos atuaram (e atuam) no Movimento Evangélico Progressista (MEP) e se envolveram em sindicatos e partidos de esquerda, com significativa conquista de espaço no âmbito interno das congregações da AD, principalmente no distrito de Icoaraci, região metropolitana da capital paraense.

[511] Entre 1989 e 1993, o Orçamento Geral da União era manipulado no Congresso por um esquema de corrupção que incluía governadores, ministros, senadores e deputados. Havia distribuição de comissões para favorecer empreiteiras e recursos eram desviados, também, para entidades beneficentes fictícias. No período considerado, cerca de 50 milhões de dólares foram destinados a essas instituições. As denúncias do técnico em orçamento e operador do esquema, José Carlos Alves dos Santos, levaram à instalação de uma CPI. Alguns integrantes da quadrilha eram parlamentares de pequena estatura, daí o caso ter sido denominado "escândalo dos anões do Orçamento". No relatório final, a CPI pediu a cassação de dezessete deputados e um senador e recomendou a continuação de investigações sobre doze outros congressistas, além de não-parlamentares, encaminhados ao Ministério Público. A rede de corrupção envolvia doze construtoras. Segundo *site* do grupo Abril: "Dos dezoito parlamentares acusados pela CPI do Orçamento, seis foram

candidatos da Igreja Universal. Campos registra alguns exemplos, que são transcritos aqui.[512] Paulo De Velasco, um profissional do ramo financeiro, eleito deputado federal nos anos de 1990, posteriormente descartado pela igreja, entendia o espaço político como território para cumprir uma missão, no sentido místico-religioso. Ele declarou à *Folha Universal*, em 21/8/1994, quando era candidato à reeleição, o seguinte:

> Mais uma vez respondemos "presente" a um chamado da Igreja. Um dia quando ainda era obreiro, entrei no Estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, durante a reunião da IURD, em oração entreguei o meu tempo a Deus, dizendo: "Senhor, gasta a minha vida na tua obra". Ele me ouviu [...] Fui chamado para cumprir uma missão e tenho, nestes quase quatro anos, tentado desempenhá-la na extensão total de nossa capacidade e na clássica, dinâmica e ilimitada capacidade do Senhor dos Impossíveis...

Jorge Wilson, candidato da IURD a deputado federal, expressou-se da seguinte maneira, no mesmo veículo de comunicação oficial da citada igreja:

> Os evangélicos estão escolhendo seus candidatos a cargos públicos dentro de seu próprio povo, para evitar as traições tão comuns nesta atividade. Eu não sou candidato por vaidade ou interesse pessoal. Sou candidato como homem de Deus, escolhido pelo povo de Deus... não é o cargo que importa, e sim a questão primordial de dar continuidade à Obra do Senhor [...] exercerei o mandato em consonância com a orientação espiritual dada pelas Palavras Sagradas [...] quem tem Deus no coração não pode votar em quem está nas trevas. Nosso lema é fé para mudar... o povo está saturado. Ninguém agüenta mais a forma da política feita no Brasil. Os políticos agem como se tivessem currais eleitorais, com votos encabrestados.[513]

A autoridade pentecostal, para usar o discurso antipolítico, provavelmente ficará enfraquecida depois dos envolvimentos de parlamentares pentecostais e neopentecostais nos casos conhecidos como "mensalão" e "máfia dos sanguessugas". O primeiro, denunciado pelo deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ) e que deu origem a uma

---

cassados, quatro renunciaram antes do julgamento e oito acabaram absolvidos na Câmara. O Ministério Público Federal deu seqüência às investigações e conseguiu abrir ações contra todos os envolvidos. Os casos já estavam no Supremo Tribunal Federal, mas uma mudança nas regras processuais, em agosto de 1999, fez os processos voltarem à primeira instância. Assim, os anões ganharam. O dinheiro roubado não foi devolvido aos cofres públicos." (Cf. http://veja.abril.uol.com.br/idade/corrupcao/orcamento/resultado.html, acessado em 30/09/2006).

[512] CAMPOS, Leonildo S. Os políticos de Cristo – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: BURITY; MACHADO (orgs.), 2006, p. 57-8.

[513] *Folha Universal*, 28/8/94, p. 2B.

comissão parlamentar de inquérito, consistia numa contribuição de agentes governamentais para deputados da chamada "base de apoio" ao governo Lula, a fim de persuadi-los a votarem em favor deste nos assuntos em tramitação no Congresso. O caso foi batizado de "mensalão", porque citadas doações ocorriam às vésperas de votações importantes, e tinham, portanto, periodicidade, de acordo com a agenda parlamentar. Foram indiciados deputados como o ex-bispo Carlos Rodrigues e o ex-bispo Wanderval dos Santos, ambos da Igreja Universal. O segundo escândalo, também objeto de CPI, correspondeu à apuração de compras superfaturadas de ambulâncias, em diversos estados da federação, mediante uma rede de corrupção organizada por empresários, parlamentares e assessores destes. Cerca de metade dos deputados da Frente Parlamentar Evangélica foram indiciados pela CPMI, a maior parte deles pertencentes à Assembléia de Deus (CGADB) e à Igreja Universal.

Marcelo Crivella é um paradigma de estratégia eleitoral que explorou o sentimento de aversão ou reserva do eleitor aos quadros profissionais da política. Bispo da Igreja Universal, nascido em 9/10/1957, carioca, obteve 3.743.289 de votos, correspondentes a 21,6 % dos votos válidos, conquistando uma cadeira de senador, pelo Estado do Rio de Janeiro, em 2002. Derrotou candidatos tradicionais como Arthur da Távola e Leonel Brizola. É importante assinalar que Crivella evitou mencionar sua condição de bispo da IURD, embora seus opositores tenham explorado isto para estigmatizá-lo perante os eleitores.

O sucesso do candidato se deveu também, ou principalmente, ao fato de poder apresentar-se como "aquele que já fez", mesmo fora da política, visto que desde meados dos anos de 1990 ele soube "colar" seu nome à implantação da Fazenda Canaã, na Bahia, um projeto integrado de irrigação, produção agrícola, educação, habitação e demais requisitos para melhorar a condição de vida de alguns nordestinos carentes. Este projeto também trabalha a dimensão simbólica da conquista da "terra prometida": Canaã. Portanto, toca no imaginário messiânico da cultura brasileira, onde está sempre presente o sebastianismo. Além dessa Fazenda em Irecê (BA), Crivella criou, em 2003, uma organização não-governamental, a *Sorria Meu Rio,* para atender populações carentes do Rio de Janeiro.

Uma pesquisa realizada sob coordenação de Maria das Dores C. Machado, com base nas eleições de 2002 no Rio de Janeiro, revela que a maioria dos candidatos evangélicos apresentados nos programas eleitorais gratuitos de televisão preferiram explicitar suas pertenças religiosas. Segundo Machado:

> Dito de outra forma, além daqueles que professaram verbalmente suas crenças, percebeu-se que vários candidatos lançaram mão dos símbolos religiosos ou das frases e salmos que percorriam a tela durante a exibição de seus rostos e números. Tais estratégias sinalizam que a identidade religiosa foi adotada pela maioria desses políticos como principal atributo eleitoral.[514]

De dezoito candidatos cuja propaganda impressa foi analisada, treze não apresentaram proposta nenhuma e onze se dedicaram a tratar apenas de temas religiosos. Dos dez eleitos, quatro pertenciam à Igreja Universal e obtiveram mais de metade da votação do conjunto de candidatos com vinculações religiosas (53,41 %). A mesma pesquisa permitiu identificar, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a expressiva presença de 37,2 % de parlamentares evangélicos (2003-2007), para uma participação deste grupo religioso na população fluminense de 21,13 %, conforme dados do IBGE em 2000. A Assembléia de Deus, que antes tinha apenas dois deputados, triplicou sua bancada. No conjunto, a bancada evangélica cresceu 62,5 % em relação à legislatura anterior.[515]

O desempenho da Igreja Universal e da Assembléia de Deus (Missão e Madureira), no Rio de Janeiro em 2002, foi realmente muito eficaz. Os 17 candidatos da Universal conquistaram 22,1 % dos votos de toda a frente evangélica, enquanto as Assembléias de Deus, com seus 27 eleitos, obtiveram 21,8 % da votação, um desempenho bem mais fraco, em termos relativos. Mais uma vez, a IURD provou sua capacidade de exercer maior influência sobre os membros, pois em se tratando de uma igreja com menor número de fiéis, o desempenho de seus candidatos sugere que houve menos votos em candidatos estranhos à Igreja, do que no caso das Assembléias de Deus. Por outro lado, a conquista de votos teve relação com práticas clientelistas. “Afinal”, como escreveu Machado:

---

[514] MACHADO, 2006, p. 98.
[515] MACHADO, 2006, p.112.

> quase a metade dos legisladores evangélicos apresentava vínculos com centros sociais localizados nas zonas mais carentes do Estado. Esse é um expediente comum entre os políticos brasileiros, que seguem a lógica das permutas entre pequenos serviços sociais e os votos dos eleitores de pouca escolaridade e baixa renda que, [...] quando participam de grupos católicos e pentecostais, tendem a apoiar com mais intensidade as trocas clientelísticas".[516]

A disciplina interna da Igreja Universal, na relação com seus candidatos, pode ser inferida quando ela deixa de apoiar um candidato e torna pública esta decisão em seu principal jornal, a *Folha Universal*. Este tipo de comportamento permite várias leituras, porque a Igreja não costuma revelar os motivos que a levam a tornar proscrito alguém que antes era pessoa-chave em seu projeto. Tanto pode ser uma desistência por livre e espontânea vontade do candidato, como pode indicar sinal de rebeldia do indivíduo à organização, ou quebra de confiança da instituição para com alguém que lhe servia de representante, mas já não merece esta condição.[517]

A Igreja Universal costuma preparar-se para a campanha eleitoral e divulgar seus candidatos de forma mais contundente do que outros grupos religiosos. Segundo Oro, a IURD tem feito campanha de alistamento eleitoral dos jovens maiores de 16 anos que a freqüentam. Ela efetua algo como um recenseamento dos fiéis para auxiliar os bispos na análise da potencialidade eleitoral da região sob seu comando. Quando Carlos Rodrigues era o coordenador político, entre 1998 e 2002, esses dados regionais eram examinados pelo conjunto de bispos. Com base em quociente eleitoral e número de eleitores ligados à Igreja, eles deliberavam sobre quantidade de candidatos a serem lançados. Em 2002, a Igreja fez campanhas ostensivas nos templos, com apresentação dos candidatos, distribuição de material, e afixação de peças publicitárias (tipo *banners*), inclusive no palco-altar de cada templo. Em algumas ocasiões, os líderes do culto explicavam didaticamente o manuseio da urna eletrônica. A Universal conseguiu, inclusive, que a Justiça Eleitoral instalasse uma urna eletrônica em seu principal templo, na cidade de Porto Alegre, no domingo, 15 de

---

[516] Ibidem.

[517] Em edição de 15-21 de setembro de 2002, a *Folha Universal* comunicou a seus leitores que os candidatos à reeleição no Rio de Janeiro, Mário Luiz e Magaly Machado, assim como Eriberto da Silva Faria, ex-pastor e candidato no Ceará, haviam deixado de contar "com o apoio dos membros da Igreja Universal do Reino de Deus". Aconteceu o mesmo com o pastor Paulo Moreira, no Rio Grande do Sul. Sucessivas vezes tentou-se entrevistar este deputado federal, em Brasília, na segunda quinzena de novembro de 2005, mas a equipe do seu gabinete alegou que ele não era mais representante da IURD e que não daria entrevista.

setembro, oferecendo, deste modo, oportunidade para que os fiéis treinassem como deveriam usar o equipamento para o ato de votar.[518]

Outro segmento evangélico, não ligado aos parlamentares, tendo à frente um líder carismático, Caio Fábio d'Araújo Filho, fundou em 1991 a Associação Evangélica Brasileira (AEVB), com propósitos, dentre outros, de levantar a questão da ética cristã na política, expressos, por exemplo, no *Decálogo Evangélico do Voto Ético*, divulgado em março de 1994.[519] O citado documento insistia no direito inalienável de cada cristão exercer sua liberdade de consciência e não permitir que pastores invadissem o terreno da cidadania para transformar ovelhas em massa de manobra e curral eleitoral. Também eram condenadas práticas corporativas de grupos evangélicos. Três artigos do *Decálogo*, transcritos a seguir, servem para ilustrar o que se afirmou:

> II. O cristão não deve violar a sua consciência política. Ele não deve negar sua maneira de ver a realidade social, mesmo que um líder da igreja tente conduzir o voto da comunidade noutra direção; [...]
>
> IV. Os líderes evangélicos devem ser lúcidos e democráticos. Portanto, melhor do que indicar em quem a comunidade deve votar é organizar debates multipartidários, nos quais, simultânea ou alternadamente, representantes das correntes partidárias possam ser ouvidos sem preconceitos; [...]
>
> VI. Nenhum cristão deve se sentir obrigado a votar em um candidato pelo simples fato de ele se confessar cristão evangélico. Antes disso, os evangélicos devem discernir se os candidatos ditos cristãos são pessoas lúcidas e comprometidos com as causas de justiça e da verdade. E mais: é fundamental que o candidato evangélico queira se eleger para propósitos maiores do que apenas defender os interesses imediatos de um grupo religioso ou de uma denominação evangélica. É óbvio que a igreja tem interesses que passam também pela dimensão político-institucional. Todavia, é mesquinho e pequeno demais pretender eleger alguém apenas para defender interesses restritos às causas temporais da igreja. Um político de fé evangélica tem que ser, sobretudo, um evangélico na política e não apenas um "despachante" de igrejas. Ao defender os direitos universais do homem, a democracia, o estado leigo, entre outras conquistas, o cristão estará defendendo a Igreja.[520]

O conteúdo deste *Decálogo* feria, profundamente, a tradição autoritário-caudilhesca e a prática comum de líderes pentecostais de transformarem igrejas em currais eleitorais. O pastor Silas Malafaia, da Assembléia de Deus (CGADB), por exemplo, rotulou o

---

[518] ORO, 2006, p. 123-4.
[519] O texto integral do *Decálogo* encontra-se em anexo desta tese. Sobre o processo que culminou na criação da AEVB, há um relato em FRESTON, Paul. **Fé bíblica e crise brasileira** – Posse e política: esoterismo e ecumenismo. São Paulo: ABU, 1992, p.138-161.
[520] O texto do *Decálogo* utilizado nesta tese foi extraído de www.montesiao.pro.br, acesso em 24/07/2006.

documento de "Decálogo da Rebelião". Ele não admitia que o eleitor-evangélico, na formação de sua própria consciência cidadã, tivesse autonomia para analisar programas de governo e outras fontes, sem a palavra "orientadora" do seu pastor. Também não eram bem-vindos debates políticos nos templos. No entender de Malafaia, a AEVB estava insuflando uma rebelião dos membros de igreja contra seus pastores. Na *Folha Universal* de 21 e 28/8/94, o mesmo líder escreveu:

> O pastor não é um cidadão comum. Ele é o homem de Deus tratado na Bíblia como o anjo da Igreja [...] tem autoridade espiritual para aconselhar o povo de Deus em todas as áreas da vida. Sua palavra jamais será a de um cidadão comum [...] que os pastores possam conduzir suas ovelhas da melhor maneira possível, porque existem muitos lobos querendo solapar a autoridade pastoral e, com isso, dispersar o rebanho. Que Deus nos guarde.

O que o pastor Malafaia escreveu sugere que há mais de um grau de cidadania: o membro de igreja é apenas um cidadão comum, enquanto o pastor é um cidadão especial. Curiosa classificação, que, de fato, anula com o princípio clássico da cidadania como relação entre iguais, e é contrária a forma de convivência estabelecida por Jesus Cristo, para seus discípulos, conforme se pode constatar no episódio do lava-pés, quando ele declara que o maior entre seus seguidores é aquele que está a serviço dos demais.[521]

3.5.2 – Religiosidade total iurdiana

Uma questão freqüentemente levantada pelos que observam à distância o universo pentecostal é se há, de fato, fidelidade de voto dos membros no candidato indicado pela igreja e, em caso positivo, por que isto acontece? No caso da IURD, as pesquisas realizadas em alguns Estados do Brasil confirmaram índices elevados de fidelidade de voto.[522] A

[521] BÍBLIA SAGRADA, João 13: 1-16.
[522] Cf. trabalhos de Oro, Miranda e Machado, referentes a eleições no Rio Grande do Sul, Ceará e Rio de Janeiro, respectivamente, em: BURITY; MACHADO (orgs.), 2006.

ligação entre os políticos da IURD e seus eleitores ocorre através de informações veiculadas na *Folha Universal*. O parlamentar é chamado, eventualmente, a prestar contas do seu trabalho em espaço do referido semanário.[523]

No caso da Universal, a influência sobre o membro é maior, porque o comando é mais rígido, as relações horizontais entre fiéis são frágeis e a persuasão dos dirigentes é muito forte. Vozes divergentes não são toleradas. Os que insistem em fazer oposição podem ser classificados como agentes de forças demoníacas. A IURD molda a opinião dos fiéis, com uma extensa programação religiosa, de forma direta em seus templos, e indireta via canais de televisão. O jornal *Folha Universal* mantém seções ou editorias semelhantes às de outros jornais da chamada grande imprensa, para manter informados, nos principais assuntos do cotidiano, o freqüentador da IURD, conforme a maneira de pensar do comando da igreja. Nesse conjunto de veículos e mensagens, a Universal constrói uma visão de mundo cuja chave de interpretação requer a entrega total do fiel aos ditames da instituição.

Toda a dinâmica da relação *fiel – igreja* na Universal do Reino de Deus é constituída em dimensão de totalidade. Louvor, novenas, penitências, "descarregos", entrega de bens, obediência no ato de votar, e o mais que houver, ou for criado pela inesgotável fábrica de criatividade iurdiana. Em todas estas coisas os fiéis seguem as orientações dos "ungidos" pastores e bispos. Aquele que adere às fórmulas religiosas da Universal é convencido de que todos os aspectos de sua vida passam a funcionar melhor quando ele os entrega para o magistério da Igreja conduzir: trata-se de um fenômeno que denominamos aqui *religiosidade total*. Esta condição de entrega absoluta é indispensável para que o controle das mentes e corações dos indivíduos seja exercido plenamente pela instituição.

A igreja de Edir Macedo não promove debates sobre programas e candidaturas e, neste particular, é mais fechada para discussões políticas do que as Assembléias de Deus. Na época eleitoral, as decisões são tomadas pela cúpula da IURD e os membros são informados, apenas, em que nomes deverão votar. Alguns candidatos são desconhecidos da

[523] Também se constatou que a Assembléia de Deus em Belém (PA), entre 2000 e 2002, garantia espaço para seus vereadores prestarem contas das atividades que desenvolviam na câmara municipal, através de boletim dominical, distribuído nas mais de trezentas congregações locais da chamada "igreja-mãe".

maioria, pois, em alguns casos, se trata de bispo ou pastor de uma outra região, que a Igreja transferiu para o novo domicílio eleitoral, onde é lançado candidato, após cumprir o prazo mínimo exigido por lei. Os fiéis elegem esses candidatos "paraquedistas", visto que muitos freqüentadores, não todos, certamente, obedecem o comando da Igreja, do mesmo modo como colocam um copo d'água sobre o televisor, em obediência à determinação do bispo, no momento da "oração da cura". Votar no candidato da Igreja é parte da *religiosidade total* do fiel iurdiano. Esta é uma explicação para o fenômeno da taxa de fidelidade de voto altíssima alcançada na Universal, onde já foi constatado que 95% de seus seguidores votaram em candidatos da Igreja, conforme apurou o ISER, em 1994.[524] Ou seja, a IURD controla paixões e pensamentos de seus fiéis em todos os aspectos da vida, tais como: religião, negócios, política e afetividade. Ora, se ela é capaz de exercer tamanha influência sobre a clientela, faz isto de modo muito mais efetivo sobre seus clérigos, escalados para representá-la no espaço público. Para ter resultado mais efetivo na campanha eleitoral, sobretudo no sentido de alcançar o público que não freqüenta os templos, mas acompanha programas de rádio e televisão, a Universal costuma escalar como candidatos pastores ou bispos que foram diuturnamente expostos na mídia.

Este padrão de obediência à orientação dos dirigentes, observado por membros e congregados dessas igrejas em processos eleitorais, reflete a fortíssima coesão que se forma na dimensão vertical do associativismo pentecostal e neopentecostal. Associativismo de caráter autoritário hierárquico e de rígida disciplina, com maior rigor no caso da Igreja Universal. Não obstante tudo isto, o eleitor é sempre um agente livre em sua vontade. Por esta razão, há que se buscar outro motivo para essa fidelidade. Membros da Assembléia de Deus falam que é melhor escolher um irmão do que um "ímpio", pessoa que "está nas trevas". No caso da IURD, estamos diante de um fenômeno de trocas. As pessoas que procuram seus templos são bastante carentes e estão dispostas a dar ofertas, tempo, serviço e, também, seus votos (por que não?) em troca de bem-estar emocional e espiritual e de bênçãos materiais "profetizadas" pelos pastores. A motivação para que essa troca se efetive é a fé dos freqüentadores dos cultos nas promessas dos pastores, as quais são apresentadas com base em interpretações iurdianas de textos bíblicos, reforçadas por performances teatrais com profuso emprego de signos e símbolos.

[524] FERNANDES *et alli*, 1998, p. 146-7.

A IURD é uma igreja diferente, também, quanto ao conceito de missão. Em outras igrejas – no sentido ideal, pois a prática nem sempre corresponde ao discurso – prevalece o conceito romântico de que o missionário entrega sua vida para servir em plagas distantes, como resposta individual e inquestionável, a um chamado divino. Cabe à instituição, apenas, disponibilizar os meios para que o vocacionado obedeça a esta ordem transcendente. Na Igreja Universal, o indivíduo uma vez admitido torna-se soldado da instituição. Neste particular, há alguma semelhança com ordens religiosas católicas. É a Igreja que planeja e aloca seus recursos, materiais e humanos, nos diversos países, a partir de estratégias de expansão e estabelecimento de metas, como qualquer outra organização do mercado globalizado.

Sobre outras estratégias da Igreja Universal para conquistar espaços no campo político, convém transcrever o que publicou um jornal carioca, antes das eleições municipais de 2004:

> As mudanças na estratégia eleitoral foram decididas, recentemente, em uma reunião entre Edir Macedo e os líderes espirituais da igreja. O trabalho social em áreas carentes – antes excomungado pelos tradicionalistas da igreja – ganhará forças nas eleições municipais do ano que vem. Os centros sociais e as intervenções em áreas carentes serão pré-requisitos obrigatórios para a escolha dos candidatos. [...] O uso de nomes de cargos hierárquicos da igreja – como pastor e bispo – na campanha será controlado. O cuidado pretende evitar a rejeição por parte dos eleitores que não são evangélicos. A cúpula da Universal também está preocupada com reclamações de fiéis sobre a atuação de vereadores e deputados que, adotando nos nomes os cargos na igreja, fecham as portas dos gabinetes. A falta de atenção com o eleitorado arranharia a imagem da Universal.[525]

Os pentecostais deixaram a greve social de lado e entraram na era da participação, mas não querem misturar-se aos incrédulos. Os neopentecostais estão criando sua própria cultura como *tradução para si* das regras gerais da sociedade de consumo. Fizeram da religião um amplo mercado de bens, tanto materiais quanto simbólicos.

3.5.3 – Bancada

[525] *O Dia*, 21/07/2003, p. 7, *apud* MACHADO, 2006: p.11.

Discute-se se houve uma "bancada evangélica" no Congresso Constituinte. Do ponto de vista estrito da Ciência Política teria que ser feita uma análise das votações para calcular os índices pertinentes, que determinam percentual majoritário e minoritário, verificado em cada votação, unidade e lealdade referente ao conjunto da bancada e condição de fidelidade à posição do líder.[526] Infelizmente, não foi possível, nos limites desta pesquisa, obter dados das votações, para calcular citados índices. Todavia, os 32 titulares e dois suplentes eleitos em 1986 formavam um bloco suprapartidário informal à semelhança de outros com os quais o governo tinha que negociar cada questão que era colocada em pauta, quase que de forma pontual.

Sob a ótica do funcionamento da Câmara de Deputados, faz-se necessário distinguir "bancada" de "frente parlamentar", pois existem as duas coisas e são bem distintas. Seguindo uma outra conotação, diferente da apresentada no parágrafo anterior, bancada é um termo genérico para fazer referência a um agrupamento de parlamentares que têm algo em comum. Por exemplo: a bancada do Estado de São Paulo, a bancada feminina, a bancada dos evangélicos. Neste sentido, a bancada pode ter reuniões para falar de diversos projetos. A bancada gaúcha pode tratar dos problemas gerais do seu Estado, tais como: transporte, abastecimento, desemprego, saúde etc. Já a frente parlamentar constitui uma associação de parlamentares que se define para defender projetos especificamente de uma área. Assim é possível identificar uma Frente Parlamentar da Saúde, do Agronegócio, da Educação e outras. A Frente Parlamentar é uma instituição com personalidade jurídica, estatuto próprio e regimento interno. Pode, inclusive, contratar funcionários, eleger

---

[526] Os índices citados são, pela ordem: a) *índice de Rice*, que calcula o percentual majoritário em relação ao lado minoritário: por exemplo, em uma votação em que 60% dos deputados da bancada votaram de um modo e 40% de outro, o índice de Rice seria igual a 20 (60-40); b) *índice de unidade da bancada*, calculado dividindo-se o total de votos do lado majoritário de uma votação pelo total de votantes (ou membros) da bancada; c) *índice de lealdade* é obtido dividindo-se o número de vezes que o parlamentar votou com a bancada pelo número de vezes em que ele compareceu para votar (faltas podem ser tratadas como voto contrário ao da bancada); d) *índice de fidelidade à posição do líder do partido:* calculado, para cada votação, dividindo-se o total de deputados que votaram seguindo a indicação do líder pelo total de deputados da mesma bancada que estavam presentes na votação (ou sobre o total da bancada). Cf. respectivamente, os seguintes textos: LIMONGI, Fernando e FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. (1995), "Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994". **Dados**, vol. 38, nº 3. SANTOS, Fabiano. (1997), "Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira". **Dados**, vol. 40, n° 3. STANLEY, Harold e NIEMI, Richard. (1995), **Vital Statistics on American Politics.** Washington, CQ Press. MAINWARING, Scott. e PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. (1998), "Disciplina Partidária: O Caso da Constituinte". **Lua Nova**, n° 44.

diretoria, manter contabilidade, cobrar contribuições, enfim, praticar coisas típicas de uma organização burocrática.

O acompanhamento da atuação dos componentes da Frente Parlamentar Evangélica permite afirmar que não existe uma "bancada evangélica" no sentido técnico do termo, definido pelos índices adotados na Ciência Política, como bem expressou o deputado Gilmar Machado, batista, do PT de Minas Gerais:

> Por que bancada evangélica? Bancada se constitui do partido. Partidos formulam bancadas. Aqui na Casa você nunca diz (vou dar um exemplo), você nunca diz: bancada disso, bancada daquilo. Nós temos que ir à Frente da Saúde, da Educação, da Universidade. Bancada é aquilo que você compartilha, em que você tem uma uniformidade. No partido você tem. Partido é uma bancada, ele tem uma organização. Nós evangélicos não temos. Nós somos evangélicos, mas cada um com suas posições, portanto, não cabia você constituir uma bancada em que tivesse alguém que ia falar por todos nós e nós tivéssemos que [acatar]. O líder da bancada fala e ele pode expressar posições em nome de todos os outros. Já uma frente, não. O presidente de uma frente ele tem que consultar os membros para tomar posições. E ela, por exemplo, a frente significa [que] eu não tenho o compromisso de seguir nenhuma questão, já na bancada, a bancada pede uma questão e, eu sou obrigado a encaminhar. Uma bancada não pode fechar uma questão e obrigar a todos nós a seguir, já que somos evangélicos, nós temos diferenciações políticas e ideológicas que, às vezes, nos separam. Em uma frente não. Uma frente comporta um parlamentar de esquerda, como um parlamentar do PT, como pode comportar um parlamentar de direita do PFL. Nós evangélicos nós podemos ter essa distinção. Mas numa bancada nós não tínhamos condições de fazer isso. O coordenador de uma frente ele não pode sair expressando, negociando coisas em nome dos evangélicos. Já em uma bancada ele poderia fazer isso [...] E naquele momento, com todo o respeito que nós tínhamos pelo bispo Rodrigues, ele não podia expressar, já que nós tínhamos... não é? A Igreja Universal é uma grande igreja, mas ela não pode falar em nome de todos os evangélicos, como também o coordenador da nossa frente, que é da Assembléia de Deus, não pode falar por todas as denominações. Não é porque eu sou batista, mas é porque nós temos as nossas diferenciações, que têm que ser respeitadas. Nós nos unificamos no louvor, podemos nos unificar em alguns temas, mas eu não posso depois, em um fechamento de questão, ter que encaminhar igual a todos os demais; por isso, então, nós fizemos uma... Eu e o deputado Pinheiro tivemos um jantar na casa do bispo Rodrigues, na época, e não concordamos. Portanto não foi possível ser constituída a frente, a bancada, e ela só foi possível agora, nessa nova legislatura então, porque aí criou-se um certo... Um outro clima de insatisfações e tal, que não possibilitaram naquele momento a

> continuidade da aglutinação em termos de bancada. Não só por parte de nós batistas, mas... deputados do PT, mas outros começaram a entender o que nós dizíamos, tanto é que nessa legislatura agora se chegou à conclusão que o melhor era constituir a Frente. Tanto é que a Frente foi constituída sem nenhuma dificuldade, dentro da lógica e da concepção também que nós estamos tratando. A Frente não tem autorização para ir negociar coisas com o Governo em nome dos evangélicos, primeiro porque tem igrejas, como é o caso, por exemplo, de nós, os batistas, que não aceitamos... Nós defendemos a separação do Estado e da Igreja e não aceitamos o Estado tutelar ou sustentar atividades. Mas respeitamos quem, por exemplo, defende essa posição, então essa foi uma das razões de não termos uma bancada e de hoje sermos uma Frente".[527]

Sobre o processo que deu origem à Frente Parlamentar Evangélica, além do depoimento do deputado Gilmar, é sugestivo conhecer a perspectiva de uma assessora parlamentar que trabalhou na elaboração do regimento interno. Os assessores desses deputados constituem o Grupo de Apoio Parlamentar Evangélico. Foi na condição de membro deste grupo que ela trabalhou elaborando documentos e propostas para a FPE. Sua entrevista ocorreu em setembro de 2006, após diversos escândalos que atingiram parlamentares evangélicos, como os ex-bispos Carlos Rodrigues e Wanderval Santos, bem como o presidente da FPE, Adelor Vieira, e outros:

> No começo nós não aceitamos muito que fosse formada a Frente Parlamentar Evangélica. Porque não existe assunto especificamente evangélico para eles cuidarem, dentro da Câmara. Existe assuntos que precisam ser considerados aspectos cristãos. Mas não existe um assunto, não existe um projeto de lei especificamente evangélico! Não existe! E o que acontece? Mesmo assim resolveram que deveria ser feita a FPE. E aí a FPE foi instituída com diretoria, com tesouraria, com contribuições, os parlamentares contribuem mensalmente com um valor pequeno para a FP, para questões de material, de impressão, de telefonemas, de viagens de uma pessoa ou outra da FPE. Não é um valor muito alto, acho que é em torno de cem reais por mês que cada um contribui. É. Eles têm uma organização, estatuto e regimento interno. Eu não participei efetivamente da questão do estatuto, porque o estatuto, para ser aprovado eles pegaram um mais ou menos parecido com uma outra FP que já existia e acabaram fazendo, para aprovar, para que ela fosse lançada no prazo que eles queriam. Foi uma coisa um tanto atropelada, o estatuto. O regimento interno, não. Este fui eu que escrevi. E por que escrevi o regimento interno? Havia depois que a FP começou a ser projetada, alguns questionamentos acerca do membro: quem é de fato membro da FP? Todo

[527] Entrevista com o deputado Gilmar Machado, em refeitório do Anexo III da Câmara dos Deputados, no dia 30/11/2005.

> parlamentar que se diz evangélico? Ou alguém que se identifica tão somente com a causa evangélica? Nós tínhamos um exemplo de um católico que era membro da FP e não era evangélico. Então detalhes começaram a ter que ser respondidos e esses detalhes acabaram indo para o regimento interno, que eu escrevi e não foi aprovado. Por quê? Um dos capítulos do regimento interno é com relação à exclusão e a punição do membro da Frente Parlamentar. E quando a gente estava escrevendo este capítulo foi justamente quando estourou o escândalo com o bispo Rodrigues e com o bispo Wanderval. O bispo Wanderval ele foi excluído da Igreja Universal, antes do "mensalão", quando ele se envolveu, quando teve um relacionamento íntimo com uma secretária. Ele perde o nome de bispo, tanto é que o nome parlamentar dele é deputado Wanderval, não é mais bispo. Por exemplo, o membro que fosse condenado pela Comissão de Ética da Câmara ele deveria continuar na FP ou não? Quando essas questões começaram a ser discutidas aconteceu o escândalo com o Wanderval e aí todo mundo com dó de excluir o Wanderval, que era um problema de ordem pessoal, acabaram não querendo continuar a discutir o regimento. E em seguida acontece o escândalo com o bispo Rodrigues. Tanto que se você pegar a folha da FPE eles dois continuam como membros da Frente Parlamentar. Então não houve de fato a exclusão desses nomes. Só que aí, quando a gente começa a cobrar do presidente da FPE uma posição, porque aí a gente começa a ser questionado pela imprensa: "Esse pessoal continua ou não continua na Frente?" Quando a gente começa a exigir uma posição, estoura o esquema dos "sanguessugas", que tem inclusive o presidente da FPE envolvido. Aí pronto, aí arquiva-se todo o estudo do regimento interno, a FP fica desorganizada, desarticulada, acontecendo apenas os cultos dentro da Câmara. Não mais atividades da FP. Isto é lamentável, porque um dos trabalhos que a FP estaria apresentando no período eleitoral era uma carta de proposta aos presidentes da República, aos candidatos a presidente da República. E havia um material muito rico. Um dos aspectos desse material diz respeito a políticas indígenas; nós temos muito a contribuir nesta área. E existia também um outro pedido da FP, que era a equiparação do reajuste do aposentado ao salário mínimo. Você sabe que o aposentado e o pensionista têm perdido muito com a falta desta equiparação. E isto era uma proposta nossa, mas que dado tanto escândalo, ninguém teve coragem de entregar aos candidatos.[528]

Todavia a questão não se esgota aí, pois também neste sentido, expressou-se Alexandre Brasil Fonseca, a uma consulta do presidente do Movimento Evangélico Progressista, sobre o caráter ou não de bancada da Frente Evangélica. Neste caso, a dúvida estava relacionada com o alinhamento ou não do grupo no caso das votações, aspecto de alguma forma já tratado, para o qual Fonseca tem a seguinte opinião:

---

[528] Entrevista com assessora da Frente Parlamentar Evangélica, realizada em Brasília, 15/09/2006.

> A Frente Parlamentar Evangélica não vota em bloco. Nem a Frente, nem mesmo a bancada da Universal ou da AD ou de qualquer igreja... Essa coisa de bancada evangélica é mais mito da imprensa do que efetividade nas votações do Congresso. Serve mais para dar visibilidade e fazer pressão... E quando vota igual, em pouquíssimas questões, geralmente é algo ligado a valores, moral, e nos quais os partidos não fecham questão. E é bom lembrar que nestes tópicos o bloco evangélico é tão "unido" quanto o bloco católico... Outra situação é em casos de favorecimentos, como aconteceu por ocasião do antigo Centrão na Constituinte. A Universal que seria mais direcionada nas principais disputas da legislatura anterior só fechou votação em uma, a favor da Lei da Mordaça... talvez soubessem que ao tirar um pouco da liberdade do Ministério Público de atuar teriam mais tranqüilidade. Preocupação que ganha mais sentido diante dos últimos acontecimentos.[529]

Pelo que foi apresentado até aqui, não se pode falar de um carisma institucional que determine votações em bloco, por parte de parlamentares pentecostais ou neopentecostais, a não ser em casos excepcionais, quando envolve questões de interesse das corporações a que pertencem, ou quando está em jogo o tipo de moralidade defendida pelas igrejas evangélicas, mais tolerantes do que a Igreja Católica no caso de métodos anticoncepcionais, mas se aproximando desta nos casos de oposição ao aborto e união civil de homossexuais.

A revista *Eclésia* registrava, em setembro de 2002, que "os congressistas ligados ao povo evangélico [...] são submetidos mais às orientações partidárias e aos interesses pessoais do que às igrejas que os elegeram". No caso dos parlamentares da Universal, percebe-se a existência de uma coordenação em permanente sintonia com a direção da Igreja. Todavia, mesmo diante dessa indiscutível disciplina, não se pode afirmar que os parlamentares da IURD constituem uma bancada. Eles geralmente não votam de forma unida, porque têm que seguir a orientação dos diversos partidos a que pertencem. Há que se considerar, porém, que os próprios partidos nem sempre fecham questão nas votações, o que permite ao parlamentar iurdiano votar segundo o interesse da Igreja, ou de acordo com outras conveniências. Para Oro, a distribuição dos parlamentares da Igreja Universal em diferentes partidos é um fato que

> ao invés de denunciar uma incapacidade política da IURD ou uma dificuldade de entendimento entre os deputados iurdianos, parece, antes, revelar o modo "sofisticado" de fazer política da Universal, que distribui os seus deputados em diferentes partidos para

[529] Texto extraído de email circular de Alexandre Fonseca, mepconsultores@grupos.com.br, disponível em 19/07/2006.

> alcançar melhor grau de barganha política, o que não impede que em determinadas situações os interesses da Igreja se sobreponham aos dos partidos.[530]

3.5.4 – Escolha e troca de partido

A complexidade e variedade de grupos envolvidos na composição do poder, bem como o dinamismo de alianças *ad hoc* que são praticadas na política brasileira, tem levado as igrejas desta pesquisa a lançarem candidatos por diversos partidos. Entretanto, partidos com forte disciplina interna não são adequados para a atuação deles, daí não escolherem PC do B e PT, e terem fraca presença no PFL e no PSDB. Graças à disciplina que cada igreja mantém sobre seus parlamentares, inclusive estabelecendo um deles como coordenador de "bancada", fica estabelecida uma condição que credencia o grupo como negociador confiável, seja na interlocução com o governo seja com a oposição. Os parlamentares votam segundo o desejo da cúpula da igreja, até porque costumam fazer parte dela. Normalmente, eles têm boa margem de manobra para negociarem seus votos, nos casos em que o partido não fecha questão e o assunto não fere a mentalidade eclesial. Essa flexibilidade de atuação permite que dialoguem e apóiem diversas causas, exceto quando entram em pauta temas como aborto, união legal de homossexuais, pena de morte, liberação de bebidas alcoólicas, cigarros e armas. Na questão fundiária, os parlamentares pentecostais estão mais próximos da bancada ruralista do que dos movimentos de trabalhadores sem terra, embora existam muitos pentecostais em acampamentos do MST e correlatos. Alguns parlamentares apóiam políticas afirmativas para negros, quilombolas etc. Apóiam, também, missões proselitistas em nações indígenas e se distanciam de pastorais de solidariedade e valorização das etnias, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI, católico) e o Grupo de Trabalho Missionário Evangélico (GTME), este pertencente a igrejas ligadas ao movimento ecumênico.

Há partidos que não convêm para as igrejas pentecostais e neopentecostais, porque são agremiações que exigem disciplina ideológica dos filiados, conforme mencionado. É o caso de partidos de esquerda, mas também se aplica a alguns de direita, como o PFL.[531]

---

[530] ORO, 2006, p. 121.

[531] O PFL expulsou dos seus quadros, através de rito sumário, o deputado federal João Batista, bispo-presidente da IURD no Brasil, quando ele foi flagrado transportando malas com 20 milhões de reais e alguns milhares de dólares. Embora reconhecendo

Este partido não demonstra interesse em mantê-los, salvo para ampliar alguma estratégia populista, como ocorre na Bahia, onde Antônio Carlos Magalhães coopta muitos evangélicos para aumentar sua influência sobre a massa eleitoral e fortalecer a condição de maior cacique político daquele Estado. No Rio de Janeiro, por influência de Garotinho, muitos líderes dessas igrejas se filiaram ao PSB. O mesmo aconteceu em Pernambuco, por causa de Miguel Arraes. Quando Garotinho trocou de sigla e Arraes faleceu, diversos políticos evangélicos deixaram o referido partido. Os exemplos citados evidenciam o quanto o populismo pode instrumentalizar eleitores de igrejas que internamente praticam governo autoritário: é que, nestes casos, fica mais fácil manobrar as massas com o discurso religioso, para fins políticos.

O PSDB não costuma ser priorizado pelos pentecostais, embora existam alguns nesse partido. Podem ser feitas suposições, sobre essa baixa preferência. Trata-se de um partido de tradição laica, elitista, embora com discurso republicano, pouco afeito a relações com camadas populares, como são as que compõem, majoritariamente, as igrejas pentecostais e neopentecostais. Ademais, nem PFL nem PSDB cedem seus cargos de comando a políticos dessas igrejas, diferente do que ocorre com o PL, PTB, PP e PSC, principalmente.

Outro fato que se constata entre parlamentares pentecostais e neopentecostais é o trânsito pelo espectro partidário ou troca freqüente de partidos. Júlia Miranda destaca o exemplo do deputado federal Almeida de Jesus, da Igreja Universal no Ceará. Antes de se filiar à igreja, lutava como líder comunitário e radialista, sem conseguir vitória eleitoral. Em 1996, já como candidato da IURD, foi eleito vereador pelo PTB, o segundo mais votado do Estado. Ele havia transitado pelo PFL, PSC e PDT. Em 1998, foi eleito deputado federal pelo PMDB.[532]

Pedro Ribeiro, pastor da Assembléia de Deus e deputado federal eleito pelo PL, abandonou o partido antes de tomar posse e se filiou ao PTB, indo depois para o PMDB. Foi acusado pelo deputado Almeida de Jesus de se beneficiar com os votos de legenda do

---

que o transporte de dinheiro não era crime, o PFL alegou que aquela não era atividade compatível para a condição de um deputado.

[532] MIRANDA, Júlia. Nós, vocês e eles: os desafios de uma convivência (in)desejada. In: BURITY; MACHADO, 2006, p. 149.

PL, conseguidos, principalmente, pela Igreja Universal. Uma vez eleito, Pedro Ribeiro conquistou a confiança dos seus pares e da cúpula da CGADB para liderar a "bancada" da Assembléia de Deus, na legislatura 2003-07. Essa "dança das cadeiras" do pastor Ribeiro foi justificada pelo presidente nacional do Conselho Político da AD (Missão), Ronaldo Fonseca, pastor em Brasília, com as seguintes palavras:

> "O Pedro está cumprindo uma determinação da instituição (Assembléia de Deus) que é a base eleitoral dele" (*O Povo*, 09/09/2003). E ele explica que ficaria muito difícil coordenar os 18 parlamentares da igreja em 7 partidos; daí a decisão de agrupá-los em apenas três PMDB, PSC e PTB – "com cujas direções nacionais há bastante envolvimento por parte da Assembléia de Deus". Ele não se furta a acrescentar que, por ocasião da reforma política, todos os parlamentares ligados à igreja serão orientados a votar a favor da fidelidade partidária.[533]

As práticas políticas do deputado federal e presidente do PL no Ceará, Almeida de Jesus, da Igreja Universal, exemplificam a afinidade do modo de fazer política dessa igreja com os vícios da cultura brasileira, nos aspectos de fisiologismo, clientelismo e corporativismo. Ao apoiar o candidato Juraci Magalhães (PMDB) a prefeito de Fortaleza, em 2000, Almeida ganhou uma Secretaria Regional. Esta negociação permitiu que ele cedesse seu mandato a um suplente federal do PMDB, Mauro Benevides, um veterano, para atender conveniências locais. Na eleição estadual de 2002, o PL apoiou o candidato petista José Airton para governador, derrotado por Lúcio Alcântara do PSDB, mas logo em seguida Almeida de Jesus pleiteava cargos estaduais e municipais e argumentava:

> "votamos no José Airton (PT) no primeiro e segundo turnos, mas a eleição já passou. Se o governo do estado quiser trabalhar com a bancada do PL, vai trabalhar". Falando de ônus e bônus de ser base aliada governista, ele pergunta ao prefeito Juraci Magalhães: "se nós não tivermos espaço de secretário, chefes de distritos e outros cargos em autarquias, de que adianta dar apoio ao prefeito?".[534]

O fato é que a prática política dessas igrejas se caracteriza pela instrumentalização de partidos e do próprio sistema de representação parlamentar, com o propósito de ampliar o poder eclesiástico. Segundo Miranda:

---

[533] MIRANDA, 2006, p. 159-60.
[534] Trechos de entrevista para o jornal cearense *O Povo*, 24/11/2002, *apud* MIRANDA, 2006, p. 161.

> Os recursos financeiros para as igrejas e a possibilidade de exercer pressão no parlamento para tocar a expansão denominacional são, no dizer dos pastores, o objetivo da sua participação política. Os grupos religiosos utilizam a ambigüidade da relação entre partido político e igreja, e apenas imprimem sua marca ao processo de caracterização do nosso sistema partidário, ao utilizarem os partidos somente como condição *sine qua non*, cuja lógica da representatividade com base em programas e propostas é totalmente subvertida, uma vez que subsumida pela lógica e objetivos próprios a cada igreja.[535]

Isto coloca no debate o deslocamento das relações Indivíduo – Estado para relações corporativas, nas quais partidos são meios e agremiações religiosas são fins, na empreitada de conseguir recursos públicos para segmentos sociais que, até poucas décadas atrás, não estavam organizados como agentes políticos coletivos. O debate precisa ser alimentado, porque o espaço e os recursos são públicos. Mesmo reconhecendo que a distribuição destes é injusta na ordem liberal, qualquer prática que promova participação de novos agentes precisa ser trabalhada de forma republicana, a fim de melhorar a qualidade da democracia que se constrói em constante processo de transformação.

3.6 – Corrupção entre políticos pentecostais: mais joio do que trigo

É importante retornar à análise da presença evangélica no Congresso Constituinte de 1987-88. Ali foi criado o Centrão, um grupo governista supra-partidário e conservador, que atuava nas diversas comissões. Dos seus 18 coordenadores, dois eram evangélicos: Daso Coimbra (congregacional do Rio de Janeiro) e Eraldo Tinoco (batista da Bahia). A avidez dos pentecostais, liderados por Gidel Dantas, era tamanha, que Daso Coimbra gravou alguns telefonemas nos quais eles faziam exigências descabidas de recompensas materiais para votarem alinhados com o Centrão.[536] Como os coordenadores do Centrão não puderam

[535] Idem, p. 165.
[536] O fato foi registrado por BARBOSA, Maria Lúcia Victor. **O voto da pobreza e a pobreza do voto**: a ética da malandragem. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 267-8.

atender essas expectativas, Gidel rompeu com o bloco, levando consigo 18 parlamentares. Um deputado evangélico, que não pertencia ao grupo desses 18, afirmou que Gidel era maestro de uma banda ridicularizada pelos colegas. Um assessor de Sarney declarou a esse mesmo evangélico dissidente: "Seus irmãos têm uma goela larga".[537]

A votação dos evangélicos sobre a reforma agrária deu mostras do compromisso da maioria com a manutenção das injustiças sociais. Faltaram 13 votos para a emenda da reforma agrária ser aprovada. No processo de escrutínio, 22 evangélicos colocaram-se contra a emenda, sendo que alguns deles definiram seus votos na última hora. Pairam suspeitas que alguns destes tenham recebido suborno da União Democrática Ruralista (UDR) para impedirem a reforma agrária.[538]

A nova legislatura, iniciada em 1991 trouxe, também, novos escândalos. Em novembro desse ano, o deputado Jabes Rabelo, freqüentador de igreja batista em Cacoal, Rondônia, foi cassado por ligações com o narcotráfico. Seu irmão transportava cocaína e portava uma carteira falsa de assessor da Câmara Federal, assinada pelo próprio Jabes. Freston discorre sobre vários casos de corrupção, registrados a seguir, envolvendo, principalmente, parlamentares da Assembléia de Deus.

Manoel Moreira veio de família pobre e casou com uma filha do pastor-presidente da igreja em Campinas. Como candidato a deputado federal, fez "dobradinha" política com Joel Freire Costa, postulante à Assembléia Legislativa de São Paulo, filho de José Wellington, presidente da Convenção Geral das Assembléias de Deus do Brasil. Na Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, Moreira obteve verbas para nove entidades assistenciais que alegaram nunca terem recebido os recursos (Correio Popular, Campinas, 14/11/93). Ele fazia intermediação de emendas, estava ligado a empreiteiras e tinha cacife para preencher cargos na Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e obter contratos para empresas de seu interesse.[539]

O deputado estadual Joel Freire esteve envolvido em irregularidades no orçamento do Estado de São Paulo. O Correio Popular de Campinas acusou-o de ter recebido propina

[537] FRESTON, 1994, p. 75.
[538] FRESTON, 1994: p. 81.
[539] Idem, p. 101.

da empreiteira Servaz (CP, 13/11/1993). O deputado estadual Carlos Apolinário, ligado à Assembléia de Madureira, constava em documento da mesma Servaz com a anotação "5% Valo", referente à barragem do Valo Grande (Revista Veja, 3/11/1993).

O deputado federal João de Deus, da AD-RS, era acusado de apropriar-se de parte da verba de US$63,5 mil destinada à Ação Social Evangélica de Porto Alegre (FSP, 25/11/1993). O deputado Matheus Iensen destinou verba de US$48 mil para uma instituição fantasma do Paraná. Um filho deste parlamentar era o presidente, outro era o tesoureiro e a mulher de Iensen era presidente do conselho fiscal (Revista Veja, 6/10/1993). O mesmo deputado apresentou a emenda dos cinco anos de Sarney e se postou em defesa de Collor, mas votou contra este, logo que percebeu que a votação pelo *impeachment* ia ser vitoriosa.[540]

O pastor Manoel Ferreira, presidente da AD Madureira, teve envolvimentos com a administração de Joaquim Roriz, no Distrito Federal. Ganhou um terreno de 123.312 m2 no Setor de Mansões, para a igreja e o CNPB (Conselho Nacional dos Pastores do Brasil)[541]. Moreira era influente no Partido Progressista, o mesmo de Roriz, porque mantinha seus parlamentares nesta legenda. A Folha denunciou que foram encontrados pela CPI dos Anões do Orçamento US$3,2 milhões nas contas bancárias de Roriz (FSP, 21/11/1993). Este conhecido político sempre foi prestigiado pelo caudilho da Assembléia de Madureira e descrito como "fiel executor da vontade de Deus" e "grande amigo dos evangélicos", conforme o jornal dessa igreja (O Semeador, out. 1993).

Francisco Silva, o dono da Rádio Melodia FM, foi acusado de extorquir um advogado para não ser incluído na CPI das fraudes do INSS (FSP, 17/11/1993). Itsuo Takayama e Salatiel Carvalho foram citados em reportagem da revista Veja (6/10/1993), como recebedores de dinheiro para trocarem de partido. O primeiro mudou do PFL para o PP e PSD, em apenas uma semana. Esta prática abrangeu outros deputados da Assembléia de Deus.

Freston fez o seguinte comentário:

---

[540] Ibidem.

[541] Para o Conselho de Pastores foram reservados apenas 3000 m2 dos mais de 123 mil metros quadrados doados pelo governador Roriz às organizações presididas pelo bispo assembleiano Manoel Ferreira.

> Mais do que erros individuais, o que precisa ser questionado é um modelo de fazer política. A igreja cresceu, mas, em vez de transformar o país, assimilou a cultura política. A moralização da vida pública prossegue sem a nossa participação. Boa parte da classe política evangélica está tão comprometida com a cultura política que não tem a menor possibilidade de ser "sal da terra".[542]

Freston completou suas observações com um desafio para os membros das duas Assembléias de Deus, tomando-as como a maior denominação evangélica brasileira, no sentido de partirem para uma ação de repúdio às práticas escusas da ala de políticos e outros líderes corruptos: "Como a maior igreja, suas ações determinam em boa parte a imagem pública evangélica. É necessário dizer claramente que sua situação é preocupante. Os elementos sãos, tanto membros como pastores, precisam ir além da mera *recusa silenciosa* de dar o voto, para o *protesto ativo e coordenado*".[543]

Os evangélicos tradicionais tiveram uma representação minoritária de esquerda na política, antes de 1986, e conseguiram manter esta marca, durante o Congresso Constituinte, com Lysâneas Maciel, Celso Dourado, Edésio Frias, Nélson Aguiar e Benedita da Silva, esta a única pentecostal do grupo. A deputada Benedita, apesar de ter pertencido à Assembléia de Deus, durante o Congresso Constituinte, nunca foi valorizada por sua denominação e terminou migrando para o presbiterianismo. Sua prática política foi forjada em associações comunitárias apoiadas pela Igreja Católica Romana. O fato de pertencer ao PT também trazia dificuldades para sua aceitação na Assembléia. Nunca foi "candidata oficial" da igreja, mas teve apoio de membros desta, quando se candidatou à prefeitura do Rio de Janeiro em 1992. Na ocasião, a AD apoiou, oficialmente, o candidato Francisco Dornelles.

Dentro do PT também era difícil a sobrevivência de evangélicos. Na campanha da Frente Brasil Popular (pró-Lula), em 1989, a liderança responsável pelo diálogo com outras religiões reduzia a noção do tipo evangélico ao pregador da praça da Sé, em São Paulo. Deste modo, o evangélico de esquerda era um ser duplamente deslocado e marginalizado,

---

[542] FRESTON, 1994, p. 104.
[543] FRESTON, 1994: p. 105, com grifos no original.

"considerado pouco espiritual na igreja e pouco ideológico no partido", conforme explicou a deputada Benedita da Silva.[544]

Nos dias 27 e 28 de agosto de 1993, a liderança do Movimento Evangélico Progressista organizou o II Fórum Nacional de "Discussão e entendimento entre evangélicos e partidos progressistas", em Campinas (SP). A motivação principal era tentar uma ação crítica contra o comportamento de parlamentares evangélicos que comprometiam a boa reputação do protestantismo tradicional. Destacam-se, a seguir algumas manifestações de participantes daquele evento.

O então deputado distrital Wasny de Roure, do PT-DF, se manifestou denunciando o fisiologismo evangélico: "seja na busca de uma rádio ou de um telhado, muitas igrejas são ávidas de acesso ao poder. Precisamos criar uma igreja vinculada, não à esquerda ou à direita, mas ao conceito de *serviço* que Jesus nos deu".[545].

Da palavra de Valdir Steuernagel, presidente da Fraternidade Teológica Latino Americana (FTLA), Freston destacou o seguinte: "'somos mais para celebração ufanista e respostas baratas'. Antes, os evangélicos eram minoria com mentalidade de gueto e sonhos escapistas. Agora, os sonhos são de ocupação de espaços. 'Não cabemos mais nos guetos, estamos ocupando as praças. Mas não sabemos direito o que isso significa. Ficamos encantados com o poder'" [546]

Os irmãos Terena, Marcos e Carlos, também estavam presentes. Carlos apontou o compromisso dos católicos com os direitos dos indígenas, em contraste com a omissão dos missionários protestantes e pentecostais, que só se interessavam em estar nas tribos para fazerem proselitismo.[547]

Ainda no tema corrupção, em outro momento, um fato a ser assinalado no Rio de Janeiro foi a implantação do programa *Cheque-cidadão*, pelo governo de Anthony Garotinho. Consistia na doação mensal de cem reais mensais para famílias carentes, sacados do erário estadual. A autoridade responsável pelo programa era um pastor da

[544] *Apud* FRESTON, 1994, p. 112.
[545] FRESTON, 1994, p. 113, com grifo.
[546] Idem, p. 115.
[547] Idem, p. 116.

Assembléia de Deus, Everaldo Dias. Ele cadastrou majoritariamente as congregações de sua denominação religiosa, entre as associações habilitadas a receberem e distribuírem os donativos. Uma pesquisa realizada pela FGV Opinião comprovou afinidade maior a práticas clientelistas e patrimonialistas entre pentecostais e católicos, do que entre protestantes históricos e filiados a outras religiões ou entre os sem-religião. Segundo os autores da pesquisa, Alberto Almeida e Zairo Cheibub, essas práticas têm apoio em elementos doutrinários dos grupos citados.[548] A contaminação da política por vícios semelhantes extrapolou o universo religioso. O governo Garotinho não tinha constrangimento em se valer de práticas clientelistas como instrumento de sua política de massas:

> Se aqui corporativismo, clientelismo e patrimonialismo aparecem imbricados, veremos mais adiante que as práticas clientelísticas extrapolaram o universo das denominações que participavam diretamente e ainda participam de programas populares do governo estadual. A proliferação de centros sociais com nomes dos políticos e a criação de entidades filantrópicas ligadas às igrejas, que funcionam basicamente com recursos humanos e financiamento de agências governamentais, indicam que muitos são os caminhos para a troca de votos.[549]

Na política, a IURD opera com todo um arsenal simbólico e doutrinário, dentro de uma cosmovisão religiosa. Ela desloca a política para o campo religioso e vice-versa. O discurso da Igreja na política é em defesa da moral pública, da ética, como de resto é o discurso de todas as agremiações religiosas. Todavia, como alguns de seus parlamentares foram apanhados em corrupção, a Igreja recorreu à explicação teológica para esses escândalos: afirma que tudo foi obra demoníaca e os parlamentares não resistiram às tentações. O próprio Carlos Rodrigues envolveu-se nos casos Waldomiro Diniz[550], "mensalão"[551] e "sanguessugas"[552], além de ser acusado como mandante no assassinato do

---

[548] Não se tem conhecimento se os pesquisadores Almeida e Cheibub explicitaram os pontos de doutrinas que se afinam com as práticas dos respectivos grupos. Na falta de acesso direto à pesquisa, cita-se MACHADO, 2006, p. 105.
[549] MACHADO, 2006: p. 106.
[550] Desvio de verbas de publicidade da Loteria do Estado do Rio de Janeiro para a campanha eleitoral de 2002, quando Waldomiro Diniz era apoiado pelo bispo Rodrigues. Parte desse dinheiro alimentou contas da esposa e filho do bispo. (Cf. jornal O GLOBO, 22/09/2005, editoria País, p. 14)
[551] Esquema de pagamentos periódicos a deputados da "base aliada" do PT, para motivá-los a votar em matérias de interesse do governo, durante a gestão do presidente Lula, entre 2003 e 2005. O operador desse esquema era o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, prestador de serviços de publicidade para órgãos e empresas federais. Suas agências superfaturavam serviços e ele alimentava parlamentares com parte desse valor excedente. O escândalo foi apurado em comissão parlamentar de inquérito e na Comissão de Ética da Câmara Federal.

pastor e deputado estadual Valdeci Paiva, no Rio de Janeiro[553]. Outros envolvidos em corrupção foram o ex-bispo deputado federal Wanderval Santos, também no "mensalão" e no caso "sanguessugas", a irmã do bispo Edir Macedo, deputada Edna Macedo, acusada de receber, como "sanguessuga", R$ 30 mil em espécie e R$ 10 mil, através de conta bancária do filho, lotado como assessor em seu gabinete. Outros deputados iurdianos constaram do relatório dessa CPMI sobre a máfia das ambulâncias. Quando o escândalo da Loterj foi divulgado, a Universal tratou de afastar Rodrigues do episcopado e informar imediatamente esta decisão ao grande público, em nota oficial, através da Rede Record. Nos casos posteriores, foi impossível evitar o enorme desgaste da instituição, mesmo tendo impedido que eles fossem novamente candidatos às eleições de 2006.

Para os que utilizam uma chave espiritualista de interpretação neopentecostal, conforme foi referido, os freqüentes escândalos da política brasileira confirmam que tudo é ação de forças demoníacas. Cada líder que cai é lamentado, banido, rapidamente esquecido e substituído. Para isto as corporações pentecostais e neopentecostais são ágeis. "Cair da graça", ou "perder a comunhão", segundo a linguagem pentecostal, é obra do "inimigo número um de nossas almas": o demônio. Portanto, tudo deve ser resolvido a partir deste código religioso, de ampla abrangência espiritual e material, como crêem seus seguidores.

O remédio para a sociedade brasileira, segundo essas vertentes religiosas seria eleger seus agentes, a fim de realizar a moralização dos parlamentos e executivos. Entretanto, com a incidência de uma enorme quantidade de políticos pentecostais apanhados em falcatruas, tem sido difícil para suas instituições sustentarem este discurso. Mesmo assim, não se tem perspectiva de recuo do investimento pentecostal no campo político, embora se saiba que a nova Frente Parlamentar Evangélica ficou reduzida a dois terços, para a legislatura 2007-11, em relação à anterior, como provável sinal de indignação dos eleitores pentecostais e neopentecostais aos desmandos de seus representantes.

---

[552] Superfaturamento de ambulâncias, envolvendo parlamentares, assessores, funcionários de ministérios, prefeitos e outros gestores públicos. Cf. cap. 5 desta tese.

[553] Valdeci Paiva foi executado a tiros, sumariamente, nas proximidades da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, em fevereiro de 2003, mas as suspeitas mais fortes de quem terá sido o mandante do crime convergiram para o suplente de Paiva, que assumiu seu mandato, e não para o bispo Rodrigues.

3.7 – Avaliações de desempenho dos políticos pentecostais

O acompanhamento dos parlamentares evangélicos, desde 1986, permite eliminar alguns estereótipos. O voto desse conjunto não é mais conservador nem mais à direita do que o da média dos parlamentares federais. Durante o Congresso Constituinte, nas votações de interesse dos trabalhadores, os evangélicos ficaram próximos da média, enquanto os pentecostais obtiveram pontuação acima da média. A média geral foi de 4,94. Os evangélicos obtiveram 4,61 e os pentecostais alcançaram 5,06. A avaliação foi feita pelo DIAP, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, atribuindo notas para cada constituinte, no intervalo de 0 a 10, incluindo os extremos. A nota máxima indicava que o parlamentar foi favorável ao trabalhador em todas as votações do processo constitucional.[554]

Freston sintetizou na seguinte frase o modo pentecostal de votar no Congresso Constituinte: "Podemos dizer que os pentecostais na ANC não foram uma 'direita ideológica', mas sim, um 'centro fisiológico'".[555]

É comum, no meio pentecostal, encarar ascensão social como sinal de bênção. Seus líderes prosperam e ganham reconhecimento como pessoas abençoadas. Entre eles não há uma ideologia anticapitalista, embora também não adotem o neoliberalismo. Aliás, não há entre eles clareza ideológica, seja em economia seja em política. As votações dos pentecostais e neopentecostais seguem, em geral, as orientações dos partidos, salvo em temas ligados à moral e aos costumes, como aborto e união civil de homossexuais, quando adotam o modo de pensar majoritário dos evangélicos, que é um pensar conservador.

Uma análise da filiação partidária indica que os evangélicos estiveram amplamente distribuídos em partidos de apoio e de oposição ao governo, durante a legislatura de 1999 a 2003. Em 2001, Alexandre Fonseca registrava 32 parlamentares na situação e 25 na oposição.[556] Na Frente Parlamentar Evangélica, que atuou na legislatura seguinte (2003-07), eles se distribuíram em aproximadamente 45% na chamada base aliada, 35% na

[554] FRESTON, 1994, p. 82 e 157 a 161.
[555] Idem, p.82.
[556] A*pud* ORO, 2006, p. 123.

oposição e 20% sem identidade bem definida. Observou-se nessa legislatura que os votos evangélicos eram marcadamente fisiológicos, como tem sido o de grande parte do Congresso, fato que permite a governos sem maioria consolidada em coligações partidárias, como foram os casos de Collor e Lula, criarem maiorias circunstanciais, na base de distribuição de cargos e outras benesses.

Regina Novaes resiste a aceitar estereótipos sobre o voto do eleitorado evangélico. Segundo ela, não se pode simplesmente enquadrar o comportamento evangélico como alienado ou fundamentalista, nem afirmar que seu voto é de cabresto. Com efeito, para se fazer jus a uma análise sensata, convém evitar homogeneizações e previsões estáticas do comportamento de eleitores evangélicos, da mesma forma como se deve proceder com qualquer grupo de cidadãos, salvo organizações extremamente radicais, nas quais o indivíduo não tem autonomia de decisão.

Conclusão

Os pentecostais demoraram para entrar na política. Enquanto os protestantes tiveram participação nos legislativos do País, desde os anos de 1930, os pentecostais somente despertaram para a necessidade de elegerem seus candidatos meio século depois. Entretanto, quando o fizeram, principalmente a partir do Congresso Constituinte de 1987-88, provocaram alterações no meio político e religioso. Pode-se afirmar que, pelo seu modo de ser, politizaram o pentecostalismo e pentecostalizaram a política. As mudanças geradas em ambos os campos determinaram a necessidade de adaptação dos agentes mais antigos desses espaços de poder.

As práticas políticas dos pentecostais revelaram que eles são ativos mobilizadores de recursos públicos para beneficiar suas organizações. Eles tiveram êxito, por exemplo, na conquista de concessões de rádio e televisão. Organizaram-se em bloco para negociar benefícios no âmbito do Congresso e nas relações com o Governo. Também repetiram os mesmos vícios do patrimonialismo, clientelismo e nepotismo que encontraram nessas instâncias da vida política do País.

As cúpulas das igrejas desta pesquisa – Assembléia de Deus e Universal do Reino de Deus – deram prova de sua capacidade de organização, no campo da política, do mesmo modo como já haviam demonstrado isto na construção de suas poderosas denominações. A Igreja Universal, principalmente, provou ser mais ágil e mais coesa na exploração das oportunidades políticas do que a Assembléia de Deus. A IURD praticamente já nasceu com a visão de operar com desenvoltura o jogo da política. O modelo autoritário de sua organização, com um núcleo central forte e uma voz de comando incontestável, facilitou seu sucesso eleitoral e permitiu que ela constituísse, com menos de três décadas de existência, uma bancada coesa de parlamentares no Congresso, quase do porte da bancada da quase centenária Assembléia de Deus. Isto ocorreu, em parte, porque a Assembléia de Deus teve que "costurar" alianças entre seus grupos regionais de poder para alcançar melhor capacidade de ação no Congresso. Neste sentido, afirma-se que há semelhança entre

a organização do poder na Assembléia de Deus e a velha política brasileira das oligarquias regionais, em que o poder era distribuído entre os "coronéis" da República.

Pode-se concluir que o pentecostalismo definitivamente se politizou e se credenciou como ator político no cenário brasileiro. Ao fazê-lo, trouxe novas energias ao processo democrático, pois, até onde se percebe, aceita com tranqüilidade as regras da democracia representativa liberal, tirando proveito para si, encarnado em corporações, que operam, também, como verdadeiros grupos de pressão. A presença pentecostal evidencia que o processo democrático está aberto a novas contribuições, com possibilidade de inclusão de outros segmentos populacionais, que, neste caso, estão entre os mais pobres da sociedade. Também se constata que os parlamentares dessas igrejas, no conjunto, apresentam níveis de escolaridade um pouco abaixo do verificado no Congresso como um todo, embora ofereçam, também, quadros bastante qualificados, tanto na escolaridade formal quanto na habilidade em participar dos jogos políticos. Eles inflamam o debate dos costumes, compartilhando a arena com outros grupos que se dedicam a questões de gênero, etnia e políticas de reconhecimento, porém o discurso do grupo evangélico favorece mais o lado moralista e, às vezes, intolerante, da cultura brasileira.

A sociedade política e o mundo acadêmico não podem ignorar mais a presença desses novos agentes religiosos com ambições de maior participação no processo democrático brasileiro. A democracia brasileira é uma construção em processo. Até agora ela tem servido para administrar desigualdades. Muitas vezes, a legislação tem sido criada para ampliar essas desigualdades ou preservar privilégios, através de mecanismos tributários, orçamentários, de incentivos fiscais e outros. Os problemas estruturais do sistema econômico não se constituem em preocupação para o conjunto de pentecostais e neopentecostais ingressos nas atividades partidárias. O que importa para eles, na condição de participantes relativamente novos, é serem reconhecidos e aceitos. Eles não sentem desconforto com os métodos da *real politik* – jogos de bastidores, eliminação política de adversários, falta de transparência no trato da coisa pública – porque em suas instituições reproduzem-se os mesmos vícios da cultura política brasileira.

Deste modo, não há como esperar grandes contribuições saneadoras, de mérito revolucionário, nem mesmo reformista, provenientes desses grupos religiosos. Suas

iniciativas têm sido, quase sempre, no sentido de reforçar as corporações que representam. De qualquer maneira, há mérito nessa participação. O mérito é o fato deles incluírem, no jogo democrático, segmentos da população que antes eram tratados indistintamente como massa, no populismo genérico dos políticos tradicionais.

A nova forma de inclusão que os pentecostais promovem é através de um populismo religioso, em escala menor e mais atento às necessidades específicas do seu público, mesmo que a prioridade seja para questões corporativas e de cunho moralista. Existe, também, tentativa de política social em benefício de populações empobrecidas, como ocorreu no Rio de Janeiro, sob a gestão do governador Garotinho. Uma delas foi o programa *cheque-cidadão*, que doava, mensalmente, a quantia de cem reais, sacados do erário estadual. Gerenciado por um pastor da Assembléia de Deus, Everaldo Dias, sua implementação trouxe favorecimento para membros desse grupo religioso.

Não se pode negar que a presença dos pentecostais na política traz incômodo, porque se trata de gente sem o perfil tradicional daqueles que já estavam há mais tempo nessas lides. Como os espaços são limitados, o ingresso de novos implica na exclusão de alguns mais antigos. Todavia, quando estes novos se dispõem a jogar o mesmo jogo, inclusive os truques, a assimilação deles pelos controladores do campo se torna mais fácil.

Capítulo 4

O político pentecostal

Introdução

No capítulo anterior procurou-se enfocar as trajetórias dos pentecostais e neopentecostais na política brasileira, com base, principalmente, na produção acadêmica e alguns aportes extraídos de notícias publicadas na chamada grande imprensa do País. Neste capítulo pretende-se traçar a figura do político pentecostal como "tipo ideal"[557], realçando suas principais características, a partir dos contextos sociais responsáveis pela criação e desenvolvimento deste ator político, que são as próprias denominações pentecostais e neopentecostais. O político pentecostal lida com o sistema partidário e aqui se procura analisar como ele escolhe uma legenda, que relações se estabelecem entre o projeto da corporação à qual ele pertence e essa legenda. Também é observado o fenômeno da troca freqüente de partido no grupo político estudado. A campanha do "candidato oficial" da igreja e a atuação dos que se elegem para defender os interesses do seu grupo religioso completam o tipo do político pentecostal aqui apresentado.

[557] Sobre tipo ideal, cf. WEBER, Max. A "objetividade" do conhecimento na ciência social e na ciência política – 1904. In: _____. **Metodologia das Ciências Sociais** – Parte I. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1993, p. 107-54. FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 47-61; RINGER, Fritz. **A metodologia de Max Weber**: unificação das ciências culturais e sociais. São Paulo: EDUSP, 2004, p. 114-24.

4.1 – O "candidato oficial".

As igrejas Evangelho Quadrangular, Assembléia de Deus e Universal do Reino de Deus, decidiram, desde a campanha para o Congresso Constituinte de 1987-8, conquistar espaços na política brasileira, a partir de estratégias corporativas, com a preparação dos membros para votarem em candidatos oficialmente escolhidos pelas lideranças denominacionais. A fim de lograrem êxito nessa empreitada, confirmado pela adesão e apoio dos membros, participação destes nas campanhas e votação em favor de seus candidatos, essas igrejas enfatizaram o tema da unidade de propósitos, como valor que deveria ser cultivado por seu corpo de freqüentadores. Exemplo disto está em sermão do coordenador nacional de ação política da Assembléia de Deus, pastor Ronaldo Fonseca, para candidatos a vereadores, prefeitos e vice-prefeitos de São Paulo.[558] Ele questionava os ouvintes:

> Meu irmão, como é que tu quer ganhar a eleição se você não conseguiu o voto nem da esposa? (*risos*) Tem que dar um jeito. E os teus filhos? E o teu marido, o Costinha, vai votar? E os filhos vão votar? E o marido vai votar? A esposa vai votar? "Oh, eu não estou conseguindo votos nem dentro de casa", então tem alguma coisa errada aí. Primeiro que a política não pode dividir a família. Nem a igreja nem a família. Não é política, é projeto. Qualquer projeto nosso tem que estar de acordo com a família. Senão você pode nadar, nadar, nadar e morre na praia. Não tem jeito. Unidade gente. Todo mundo falando a mesma língua. Todo mundo no mesmo propósito. Ninguém podia sair da ordem.[559] E uma das coisas mais difíceis para nós nesse projeto político é conseguir a unidade de um povo em torno de um nome.

Na mesma fala, Fonseca insistia que "todo o povo deveria estar unido dentro do mesmo propósito", embora reconhecesse que "unidade nem sempre é fácil de manter". E dava a seguinte explicação:

Eu sou pastor de igreja há vinte anos. E como é difícil quando você vai escolher o candidato, meu Deus do céu. Porque tem um irmãozinho que representa aquela família, tem um outro lá também. Aí escolhe esse aqui e ofende o outro lá. As pessoas que têm

[558] Mensagem do pastor Ronaldo Fonseca, no fórum de candidatos da AD-SP para as eleições municipais de 2004, no São Paulo Hilton, em junho de 2004.
[559] O pastor Ronaldo Fonseca se referia a um episódio da queda dos muros de Jerusalém, narrado na Bíblia, livro de Josué, cap. 5, texto este que serviu de base para sua mensagem.

pretensão política é que têm que ter juízo. Facilitar para o pastor. Facilitar para a igreja, facilitar para o ministério. Agora não é tua vez, é a vez do outro, depois vai chegar a sua vez, espera meu irmão. Em um grupo social nós temos que esperar nossa vez. Não podemos desentoar, temos que estar no tom do grupo. Eu não entendo... [560]

A Assembléia de Deus tem acumulado experiência, mediante realização de prévias em todo o Brasil, para a escolha de seus "candidatos oficiais" aos parlamentos, principalmente. O colégio eleitoral dessas prévias é formado por pastores e obreiros da Igreja. No caso das eleições municipais do Estado de São Paulo, em 2004, cada pastor ou membro que desejava contar com o apoio da Igreja, como "candidato oficial", teve que assinar um documento, antes da prévia, no qual renunciava a se candidatar e se comprometia a apoiar outro candidato vencedor, caso seu nome não fosse o escolhido. O coordenador político estadual, pastor Paulo Freire, assim se expressou perante os inscritos:

> Irmãos, eu não estou vendo candidato, eu estou vendo o projeto político da CGADB[561]. Qualquer um dos senhores que ganhar a prévia, nós vamos apoiar, porque nós não estamos olhando candidato, nós estamos olhando o projeto. Então, ganhando nós vamos apoiar e vamos exigir o compromisso que vocês assinaram conosco. Por quê? Porque nós somos crentes, a Igreja. A eleição vem, ela passa e nós vamos continuar todos juntos, trabalhando para Jesus. Nós não podemos, em hipótese nenhuma, chegar a ponto de ir contra a Igreja. Não podemos fazer isso. Então vamos fazer um negócio limpo, bonito, cristão, para a gente não ter problema nenhum. Foi feita a eleição, um ganhou e os demais, então, aderiram ao apoio. Esses não vão sair porque assinaram um compromisso conosco. Se saírem, eu vou chegar no púlpito e dizer: Eles têm o direito de sair porque a Constituição lhes dá o direito de sair. Só que eles assinaram um compromisso com a Igreja de não saírem e apoiarem o candidato vencedor da nossa prévia interna. Portanto, ele está saindo por fora, quebrando um acordo que fez com a Igreja. Agora, se ele quebra um acordo antes da eleição, imagine depois? Depois de eleito, depois de vereador, ele não consegue nem lembrar que existe igreja. Nem que existe compromisso com nada. Essa é a maneira que nós estamos trabalhando. [562]

Apesar dos esforços da cúpula da Assembléia de Deus, por unidade e disciplina como parte da estratégia eleitoral, são freqüentes, em todo o Brasil, as quebras de

---

[560] Ibidem.
[561] CGADB é a sigla que corresponde à Convenção Geral das Assembléias de Deus do Brasil.
[562] Pastor Paulo Freire, fórum de candidatos da AD-SP, eleições municipais de 2004, hotel SP-Hilton, junho de 2004.

compromisso desses postulantes a "candidato oficial", devido à característica da própria denominação, que é dispor de um núcleo de poder nacional fraco e lideranças regionais fortes, o que serve de motivação para relaxar os laços de hierarquia em toda a corporação. Todavia, quando acontece essa quebra de compromisso, o candidato extra-oficial não pode fazer sua campanha dentro dos templos. "Aquele que sai como candidato que não é mantenedor de mandato, se não é vereador, então ele pode até assistir aos cultos, normalmente, claro, mas ele faz a campanha dele do portão para fora da igreja", acrescentava o pastor Freire, explicando em seguida: "Porque se nós permitirmos, irmãos, que esses irmãos que não participaram da prévia, [...] se nós permitirmos que eles ocupem nossos púlpitos, eles vão acabar arrebentando com o projeto da igreja". [563]

Não sendo possível evitar o lançamento de candidatos extra-oficiais, a Assembléia de Deus tem radicalizado a disciplina contra pastores e diáconos que se recusam a aderir ao "candidato oficial". A cúpula da Igreja entende que um candidato avulso pode dispersar os votos assembleianos, mas pode, também, agregar mais eleitores para o conjunto de candidatos ligados à Igreja. Além disto, um candidato assembleiano vitorioso, mesmo não tendo recebido a "unção" da igreja, pode ser cooptado, posteriormente, para trazer benefícios para ela, como ocorreu com o deputado Neuton Lima, conforme relato do mesmo Paulo Freire:

O que está saindo por fora não vai atrapalhar porque entende o projeto da igreja e vai acabar ganhando bem, amanhã ou depois. O deputado Neuton Lima chegou para o pastor José Wellington quando saiu candidato a deputado federal pela primeira vez, chegou para o pastor José Wellington e o pastor disse: "Desculpe Neuton, eu não sabia que você era candidato e já fiz compromisso com outro candidato. Você é como um filho para mim: se eu soubesse que você ia sair candidato, eu teria dado minha palavra, mas eu já dei a minha palavra e eu não posso te apoiar". E o que aconteceu? O Neuton lutou, saiu por fora, acreditou e ganhou a eleição. Ganhou a eleição em um dia, no outro dia foi para o pastor José Wellington e disse: "Pastor, está aqui, sou deputado da Assembléia de Deus. Sou filho desta Casa. Coloco o meu mandato a disposição da Igreja. Quero ser representante da Igreja". Pastor José Wellington disse: "Perfeitamente. O nosso compromisso com o outro

[563] Ibidem.

candidato era de apoiá-lo para ele ser eleito. Ele se elegeu. Ele não tem compromisso conosco e nem nós também com ele. Acabou. Nosso deputado agora é Neuton Lima". E tem sido até então. Veio agora a eleição, foi eleito para a glória do Senhor. Tem muitos que estão saindo por fora, que naturalmente entendem que a Igreja não pode apoiá-los porque tem um candidato escolhido. Ele pode ir, fazer a campanha e, ganhando ele, pode vir e fazer parte do projeto. Sendo parte do projeto ele não sai mais. Sendo parte do projeto não sai mais. Então é essa a orientação que nós estamos passando a todos dirigentes e pastores. Amém meus irmãos? "Amém". Se vocês não quiserem acreditar em mim, perguntem ao pastor José Wellington, mas não façam um teste. [564]

Deste modo, não é atitude inteligente hostilizar candidatos avulsos. Já um pastor ou diácono rebelde, ou seja, que apóia candidato extra-oficial, constitui-se em ameaça para a estabilidade da organização. O pastor Paulo Freire contou o caso de um diácono que fazia campanha contra o candidato oficial da Igreja e a favor de um outro. Ao receber denúncia, chamou o dissidente e manteve com ele a seguinte conversa:

"Não fica bem irmão: faça propaganda do seu candidato sem jogar lama no nosso. Fica ruim para você, para nós. Isso é muito feio". Ele disse: "Pastor, o senhor vai me desculpar, o senhor é meu pastor, mas em questão política é outra coisa, entendeu? E eu vou continuar falando mal dele porque ele não presta". Falei: "Faça o que o senhor quiser, estou lhe pedindo, mas é um direito que o senhor tem". Eu fui para a sede, chamei o [...] líder dos diáconos da sede, e falei: "Essa pessoa aqui perdeu minha confiança. Pode tirar o nomezinho dele daí, deixa ele sentado". Quando ele chegou para trabalhar o irmão disse: "O pastor pediu para tirar. Não tem condições de você continuar nos ajudando". Ele pegou a credencial de diácono e falou: "Pastor, se eu não sirvo, está aqui minha credencial". O pastor disse: "Muito obrigado, eu preciso trabalhar com homens da inteira confiança, o ministério precisa trabalhar, porque hoje é um projeto desses que você não apóia, amanhã é um projeto de evangelismo, projeto de construção, projeto de compra de terreno ou qualquer outro projeto, você vai ter que [se] levantar contra... Então, fique sentadinho ai. Vou cortar o mal pela raiz, que comigo você não serve para trabalhar". [565]

---

[564] Ibidem.
[565] Ibidem.

Em outro caso, um dirigente do interior paulista, que servia a um candidato extra-oficial, estranhou o chamado à disciplina e fez algumas ponderações, tentando tornar claro que seu compromisso com a dimensão religiosa da Igreja não o obrigava a aderir à linha política da mesma. Os argumentos desse dirigente de congregação foram inúteis e ele teve que acatar a imposição da cúpula, pois esta entende que o projeto político é peça chave para os objetivos estratégicos da Assembléia de Deus na sociedade brasileira. O pastor-presidente, José Wellington, recomendou ao coordenador político estadual, Paulo Freire, que fosse interpelar o dissidente. O relato desse encontro é bastante sugestivo e merece ser transcrito:

> "Vá, converse com ele e se ele não aderir, (que ele já tem conhecimento), se ele não aderir ao projeto eu vou tirá-lo do setor". Eu fui, conversei com o irmão e ele não acreditou no que eu falei. Ele falou: "Ah, que é isso? O pastor vai me tirar por causa de política?" Falei: "Não; não é por causa de política não, é por causa do projeto da Igreja. O irmão está sendo desobediente ao projeto nosso, da Igreja, irmão". Não acreditou, tudo bem. Lá na frente, continuou fazendo a mesma coisa, foi chamado, chamou o Lelis, conversou com o Lelis, o Lelis conversou com ele também. Marcamos uma outra reunião. Nesta outra reunião, conversei com o pastor José Wellington, antes da reunião, e ele disse: "Pode apertar e se ele não abrir mão, eu vou substituí-lo". Volto para a reunião, falei, e falei sério, mostrando para os irmãos como é que tinha que ser. Ele ou vai aderir ao projeto ou então sai fora. Entendeu? A orientação que nós estamos dando aos nossos dirigentes e pastores é essa. Se você tem um candidato ou um compromisso pessoal com um outro candidato chegue lá e diga: "Pastor, eu não posso continuar a frente da congregação porque eu tenho um compromisso com outro candidato que não é o nosso, que não é o escolhido. Eu sinto muito, eu não posso". Vá trabalhar com o seu candidato, não tem problema nenhum. Agora: estar na frente da congregação... O dirigente da congregação tem que apoiar o projeto político. Está certo? Isso aconteceu, nós falamos para a pessoa. Ela não acreditou, foi falar com o pastor depois disso. O Pastor falou: "Aquilo que o pastor Paulo falou está certo. E tem outra coisa, não adianta vir com o seu padrinho, que eu tiro você e tiro seu padrinho também". Então a coisa é séria. Depois ele mesmo lá no setor, chamou os dois candidatos em uma reunião com os obreiros e disse: "Irmãos, a coisa está mais séria do que eu pensava. Então, por favor, vamos trabalhar direitinho e assim, assim, assim e assim". Aderiu, glória a Deus, graças a Deus! Então, meus queridos, a orientação que nós estamos dando é essa. Porque o candidato que

> sai por fora só vai ter espaço se o dirigente der. Se o dirigente trair o projeto. Trair o seu pastor-presidente. Aí ele vai ter espaço. Agora, se não houver isto, vai dar tudo certo. [566]

A Assembléia de Deus (Missão) realiza prévias para escolha dos seus candidatos, mas as relações de parentesco do postulante, principalmente com o presidente da Igreja em seu Estado, têm grande influência nessa decisão. Outra particularidade que influi na escolha é o reconhecimento de que o interessado prestou ou tem prestado relevantes serviços para a Igreja. Há uma etapa de pré-seleção, na qual são estabelecidos os nomes a serem oferecidos para o conjunto de pastores que irão votar na prévia. Uma assessora de deputados da Frente Parlamentar Evangélica apontou o caráter nepotista das indicações de "candidatos oficiais" da Assembléia de Deus. Ela expressou sentimentos de quem convive dia a dia com os parlamentares dessa grande denominação:

> Eu tenho acompanhado a política dentro da AD, também. Lá a coisa acontece de uma outra forma. Lá é eleito geralmente o genro do pastor presidente do Estado. É eleito geralmente o filho do pastor presidente. Deixa te dar um exemplo: deputado Isaías Silvestre de Minas Gerais. O pai dele é o pastor [...] Silvestre, pastor presidente das AD de Minas Gerais. Vamos ver o deputado Agnaldo Muniz, de Roraima, da Assembléia de Deus. A esposa dele é a filha do presidente das Assembléias de Deus de Roraima. Vamos ver também a questão do deputado Takayama. O deputado Takayama, das Assembléias de Deus do Paraná, ele é tido como o maior missionário das Assembléias de Deus do Paraná. Vamos citar o exemplo do deputado Raimundo [Santos, do Estado do Pará] ... Então na Assembléia de Deus é tudo ali muito entre família. Eles são escolhidos pelo relacionamento que eles têm com o presidente. De que forma eles são relacionados ao presidente e se submetem ao presidente da igreja. E aqui vai uma crítica: a igreja evangélica poderia, sim, ter representantes, mas em lugar nenhum está garantido que esse representante tinha que ser o seu próprio pastor. Eu pergunto: será que a igreja de Roraima não teria ninguém com conhecimento jurídico ou na área social, ou na área da saúde, ou da educação, que pudesse vir aqui e fazer melhor que o deputado Agnaldo Muniz? [...] Então um grande erro que eu entendo na igreja. Por que tem que ser um pastor o candidato? Por que não pode ser um bom membro? Pessoas que já estejam envolvidas com causas políticas, com causas sociais, uma pessoa que já... Eu acredito que não precisava nem ser um evangélico, mas uma pessoa comprometida com algumas causas [...] Aqui vai mais uma crítica e mais uma observação.[567]

---

[566] Ibidem.

[567] Depoimento da assessora Mônica, gravado em Brasília, 15/09/2006. "Mônica" é nome fictício, para preservar a integridade da fonte.

A escolha do candidato oficial é o ponto de chegada de uma longa campanha interna que mobiliza pastores e liderados nos municípios e estados onde há candidatos da igreja. A Igreja do Evangelho Quadrangular, por exemplo, escolhe e homologa em Convenção Estadual os nomes dos concorrentes oficiais. A movimentação é muito intensa:

> aqueles grandes nomes que querem ser eleitos começam a distribuir material de propaganda, começam a visitar as igrejas para pregar [...] E as mensagens são muito direcionadas. As mensagens são muito bonitas, muito bem escritas, para impressionar o pastor local e a liderança local. Esses pastores começam a se envolver com os pastores mais pobres – que tem isso na Igreja Quadrangular: tem os grandes caciques e tem o pobre coitado lá do interior, que ninguém presta atenção nele, a não ser num momento desses, em que querem votos. Então, o que acontece? Começa a haver, no Estado ali uma mobilização tão grande para essa campanha, que é para a Convenção Estadual onde vão ser escolhidos os nomes. [568]

Nessa mesma denominação, a campanha interna, realizada em São Paulo, para a escolha de candidato a deputado federal, legislatura de 2003-7, gerou diversos conflitos. Já existia um deputado que pleiteava concorrer à reeleição. Durante os seis meses que precederam a Convenção para oficializar o candidato da Igreja desenrolou-se uma tensa campanha. Aproveitando este exemplo, com a intenção de mostrar como a Igreja se desvia de suas atividades tradicionais e se comporta como um partido político, a pastora Raquel faz o seguinte relato:

> a Igreja por seis meses se envolve só com a campanha para aquela Convenção. E é briga, é confusão, pastor falando mal de pastor. Entre eles começam a circular denúncias, cartas anônimas, começam a circular todos os tipos de confusões que você imaginar, tudo isso pensando apenas na prévia, na Convenção em que serão homologados os nomes. Depois de todos os tipos de puxa-tapetes, de arrastão, de confusão, de alianças, de brigas, acontece a Convenção Estadual. E o voto é secreto, o voto é por urna. Apuram-se os votos e aquele que é homologado o nome como "candidato oficial", ele se torna um deus e todos os outros, que brigaram com ele o tempo todo, são obrigados, agora, a trabalhar para ele na campanha eleitoral, lá com o partido. [569]

Passada essa fase de lutas internas e aprovado o nome do "candidato oficial" da igreja, os pastores passam a cumprir uma fase de persuasão dos membros, para que

[568] Depoimento da pastora Raquel, da Quadrangular, interior de São Paulo, gravado em 15.09.2006. "Raquel" é pseudônimo. Essa pastora pediu sigilo de sua identidade, para evitar retaliações.
[569] Ibidem.

trabalhem em prol do escolhido, a fim de conquistarem votos, também, de pessoas de fora da denominação. O calendário eleitoral é tão extenso e exige tanta dedicação, que a Quadrangular consome, pelo menos, 25 % do tempo em atividades dessa natureza. Ou, nas palavras da pastora Raquel: "a cada quatro anos a Igreja Quadrangular perde, pelo menos, um ano, envolvida com a política partidária". A campanha consome recursos da Igreja, não somente dinheiro, mas tempo dos pastores e de alguns membros, e coloca a própria infra-estrutura de prédios e de transporte a serviço da campanha dos candidatos. Essa ampla atividade política não é, propriamente, voluntária. Trata-se de um projeto corporativo, imposto de cima para baixo. Nas palavras de Raquel:

> Todo evento que tem no Estado aquele "homem oficial", aqueles "nomes oficiais", são convidados. Os pastores têm reunião com eles, para montarem estratégia política, pelo menos duas vezes por mês. Os pastores têm que ajudar na confecção de material. Os pastores têm que colocar os seus carros, a sua gasolina, o dinheiro da sua igreja à disposição daquele candidato. Quando aquele candidato vai à igreja local, o pastor hospeda, o pastor dá comida, o pastor dá toda a estrutura. Então o que acontece? A igreja investe dinheiro, tempo e gente, nessa campanha para as eleições. E aí depois começa o grande problema, que é a coação, ameaça, o medo. O pastor que não obedecer à Convenção Estadual e que não trabalhar pelo candidato da Igreja ele sofre, inclusive, sanções. Você pode ver no estatuto: a palavra sanção não está explícita no estatuto, mas o estatuto faz um apelo à fidelidade à igreja e à submissão à autoridade. Entre linhas, isto quer dizer: se você não votar no candidato da igreja, você pode, inclusive, perder o seu cargo de pastor. E aí, começa-se todo um medo, toda uma coação, e os pastores começam a trabalhar em cima dos membros, da necessidade de votar naquele candidato. [570]

A forma de trabalhar é estabelecida, também, pela cúpula da Igreja. São confeccionados e distribuídos manuais, com pautas de mensagens sobre "autoridade e submissão". Os membros que não forem obedientes às ordens dos pastores estarão sob "maldição". São realizados estudos bíblicos, mensagens, lições de escola dominical, sobre o tema "cidadania", mas o emprego de todo o material impresso e exposições orais deve convergir para a propaganda do candidato. Mais do que simples divulgação, os membros são coagidos a votarem no candidato da Igreja.

---

[570] Ibidem.

Além da Quadrangular e Universal, a concepção de candidatura como projeto corporativo é adotada tanto pela CGADB (Assembléia de Deus "Missão") como pela Conamad (AD "Madureira"). Esta condição permite que a campanha seja menos onerosa, no sentido financeiro, mesmo não sendo este o objetivo principal a ser atingido[571]. Na mensagem aos candidatos da eleição municipal de 2004, em São Paulo, o pastor Ronaldo Fonseca pregava:

> Candidato que não tem a benção de seu líder não ganha eleição. Se ganha, não prospera. Se ganha não prospera, tem que haver humildade. Tem que haver um projeto institucional. Esse negócio de projeto individual. Político que tem uma candidatura própria individual tem que ter muito dinheiro para ganhar a eleição e é político que não presta. Quando chega lá não faz nada. Chega lá e não faz nada. É só uma vaidade pessoal. Político bom é aquele que representa um grupo social. Que tem representatividade. E nós, evangélicos, temos como ganhar a eleição sem dinheiro. Infelizmente, na época que chega a eleição, vêm os poderosos do dinheiro e começam a comprar muita gente por que nós não temos unidade. Porque se nós tivermos unidade, meu irmão, não há dinheiro no mundo que derrube nosso projeto. Com unidade nós podemos vencer qualquer poder econômico. [572]

Sobre essa experiência de trabalhar com pouco dinheiro, o pastor Pedro Ribeiro, referindo-se a campanha anterior, de 2002, no Ceará, afirmava o seguinte:

> O projeto Cidadania [AD Brasil] no Ceará foi muito bem sucedido, porque nós pegamos como a muleta, ou seja, eu, candidato a deputado federal, pastor no interior do Estado, sem dinheiro, e o candidato a deputado estadual, um médico, vereador da capital, mas também sem dinheiro. E nenhum... eu tinha uma história rápida, política, de um mandato completo de vereador. Ele tinha metade de um mandato, dois anos. Mas nós pegamos a visão do projeto Cidadania, o estatuto do projeto, pelo menos o que estava alinhavado, e divulgamos, dizendo: "Nós somos candidatos oficiais da Convenção Geral. Então, irmãos, hoje a Assembléia de Deus resolve não só olhar para a comunidade brasileira, como uma comunidade carente de salvação, mas também carente de salários-mínimos, de dignidade, de justiça, e quer fazer um deputado". Então, nós que aproveitamos bem, aí demos o exemplo para todo o Brasil de... conseguindo uma votação expressiva... Eu fui votado em todos os cento e oitenta e quatro municípios do Estado. Eu só obtive 51.278 votos, porque eu tenho

[571] A campanha mais barata para deputado federal, em 2006, segundo registros do Tribunal Superior Eleitoral, foi a do candidato eleito Marcos Antônio (PSC-PE), que obteve 62.019 votos. A Frente Parlamentar Evangélica cadastrou este candidato como membro da Igreja Metodista Wesleyana. Sua prestação de contas informa despesas de R$ 5.580,27, receitas de R$ 5.700,00, resultando em valor investido por voto de R$ 0,089. (Cf. site http://congressoemfoco.ig.com.br/Noticia.aspx?id=12394, acessado em 06.12.2006).

[572] Pastor Ronaldo Fonseca, São Paulo Hilton, junho de 2004.

> potencial, eu espero na reeleição dobrar, porque há um potencial muito bom, mas, mesmo assim, sem gastar dinheiro – eu não visitei metade dos campos, metade do Estado, porque eu não tive condições – fui votado em todos os municípios. Então, quando o pastor José Wellington diz, e é publicado no *Mensageiro da Paz*, publicado nesse jornal novo agora, o AD – Brasil, que o povo toma conhecimento, certamente a maioria adere, a maioria adere. É impressionante.[573]

O pastor Pedro Ribeiro, deputado federal pelo Ceará, compara a antiga forma de votar dos membros da Assembléia de Deus, que atendiam pedidos de candidatos das velhas oligarquias do Nordeste e beneficiavam candidatos estranhos à igreja, com a forma atual, de escolha de candidatos da corporação. Ele explica a nova estratégia eleitoral da sua igreja:

> A minha estratégia? A geral da Assembléia de Deus, na Convenção Geral, que foi através de um Conselho, [...] presidido pelo pastor Ronaldo [Fonseca], emitiu um documento com as orientações básicas de como a gente se conduzir. Quem pode se candidatar? Como é escolhido? Foi escolhido por prévia, que depois de escolhido deve receber o apoio das lideranças. [Cabe] às lideranças estaduais falarem com os pastores de cada município para eles apoiarem, e daí o candidato visitar, levando a visão que tem, pregando e dando o testemunho de sua vida e fazer de tudo para que o líder não vote mais naquela família que historicamente ele votava, porque já serviu há muito tempo. É hora de servir ao "doméstico da fé". Porque essa história muita gente dizia, porque a gente sabe que tem isso: no interior, por exemplo, se a gente voltar cinqüenta anos, vem do vovô e da vovó, sempre a família votou na família "X". Agora não, agora chegou a hora da "família dos santos". Vamos votar nos evangélicos. Então tem sido essa a nossa estratégia. Foi muito boa e eu acho... outra coisa que eu procuro fazer, olha, eu sou candidato da Convenção Geral. Se os irmãos perguntarem, lá do Rio para São Paulo, perguntarem quem é o pastor da Convenção, vão responder que é o deputado Pedro Ribeiro. Então, um candidato oficial para representar a denominação. Isso é muito importante. A estratégia nossa funcionou bem, eu acho que é por aí. [574]

Já o deputado Gilberto Nascimento, de São Paulo, um Estado que teve dois representantes da Assembléia de Deus na Câmara Federal, entre 2003 e 2007, quando indagado se o processo eleitoral nas igrejas pentecostais era um exemplo de prática de curral eleitoral, reagiu com a seguinte resposta:

---

[573] Entrevista do deputado Pedro Ribeiro, gravada em gabinete da Câmara Federal, dia 18 de junho de 2004.
[574] Entrevista do mesmo deputado Pedro Ribeiro, em seu gabinete. Brasília, 24 de novembro de 2005.

> Não, pelo contrário, até porque, hoje, as igrejas são muito democráticas. São poucas as igrejas, hoje, principalmente as pentecostais, são poucas as igrejas que dizem o seguinte: "é esse candidato; tem que ser esse candidato". Você pega, por exemplo, a minha igreja, que é a Assembléia de Deus, ela é muito democrática. Correto? Quer dizer: eu sou da igreja, mas se chegar uma outra pessoa lá, um outro deputado, ele também é apresentado, a igreja dá opções. A nossa igreja, principalmente, a igreja pentecostal, volto a dizer, no caso da Assembléia de Deus, ela não é uma igreja sectária; não é? Ela dá opções, ela dá tanto que normalmente a igreja não tem só um candidato, tem alguns candidatos. Logicamente, ela dá uma condição de escolha a esses candidatos. Agora, logicamente ela orienta: "vamos ajudar os domésticos da fé", e aí é uma coisa até bíblica, não é? Quer dizer, aquele que comunga conosco, aquele que pode fazer uma defesa nossa, dentro dos nossos princípios. Então eu acho que, repito, não tenho essa coisa de entender que a igreja se torne uma espécie de curral eleitoral. Pelo menos as nossas não.[575]

O projeto de ocupação de espaços, através da imposição de "candidatos oficiais", garantiu, de fato, às maiores igrejas pentecostais, conquistar algumas cadeiras nas "casas do povo" da sociedade brasileira. Os próprios deputados eleitos admitem. Pedro Ribeiro se considera um deputado da Convenção Geral das Assembléias de Deus, portanto, um representante institucional, para atender interesses da maior ala das Assembléias de Deus no Brasil. O deputado Zequinha Marinho, do Pará, embora tivesse participado em movimento de trabalhadores, antes de ingressar na carreira parlamentar[576], reconhece que sem o apoio oficial da Assembléia de Deus não teria sido eleito:

> Fui candidato oficial e sem a Igreja eu não estaria aqui. É bom que se registre isso. Eu e o Raimundo Santos. Eu tive 52% de toda a votação de dentro da Igreja. Claro que onde a gente foi, trabalhou e produziu alguma coisa, você foi mais bem votado, aonde você não foi, paciência, vem meia dúzia de votos, dois, três, dez, vinte, ou até mais um pouquinho, dependendo da consciência do pastor, do líder daquelas pessoas, que tem uma visão a mais idealista da coisa. [577]

Como o deputado paraense indicou, a condição de candidato oficial é importante, mas não é suficiente para assegurar a vitória de qualquer candidato. O deputado Gilberto

---

[575] Entrevista com o deputado Gilberto Nascimento, última semana de novembro de 2005, gravada no gabinete da liderança do presidente do PMDB, deputado Michel Temer.

[576] O deputado federal Zequinha Marinho foi representante local da Associação dos Empregados do Banco da Amazônia, em Conceição do Araguaia (PA), antes de ser eleito primeiro suplente de deputado estadual e assumir uma cadeira no legislativo paraense, em 1997.

[577] Entrevista gravada em café da manhã com o deputado Zequinha Marinho, dia 25 de novembro de 2005, na lanchonete de cobertura do prédio principal do Congresso, em Brasília.

Nascimento, em fórum de preparação dos candidatos para as eleições municipais de 2004, no Estado de São Paulo, alertava que a "unção" eclesial não deveria gerar espírito de acomodação em seus ouvintes. Pelo contrário, deveriam usar essa prerrogativa para incitar os membros da igreja a se comprometerem como co-responsáveis e verdadeiros cabos eleitorais de uma campanha que é do interesse da organização religiosa a que pertencem. As palavras do deputado foram as seguintes:

> Não chegue nunca e diga "eu sou candidato". Chegue sempre e pergunte: "Escuta, o que o senhor acha de eu ser candidato? O senhor vai orar por mim? Vai me ajudar?". Coloca a pessoa para ser responsável, co-responsável com você. Está certo? Na hora que ela for co-responsável com você, ela também tem responsabilidade. Tanto que, no momento da dificuldade, você vai chegar para ele e vai dizer: "Escuta, eu estou aqui porque você também me incentivou". Aí você fala: "Oh Gilberto, eu faço assim porque eu sou o candidato oficial", não é assim? Você é o candidato oficial, mas se o povo não estiver com você, também é complicado. É importantíssimo ser candidato oficial, é um grande passo, mas você tem que ter as pessoas também. Porque se não, daqui a pouco, você chega na igreja e as pessoas falam: "Não, o candidato oficial da igreja é fulano de tal". Mas os dirigentes vão ter o direito também de, democraticamente, escolher um outro candidato. Então, para que um candidato oficial, não é pastor Lelis? Se o dirigente vai ter um outro candidato, o candidato oficial é candidato de quem? Então, é importantíssimo ser candidato oficial, mas é importante também que o povo saiba disso. [578]

Sem essa reconhecida vantagem de ser apoiado oficialmente pelas grandes denominações pentecostais, há alguns candidatos deste campo religioso que se aventuraram na disputa eleitoral e foram vitoriosos, como foi o caso do deputado federal Cabo Júlio. O depoimento dele revela um tipo de Assembléia de Deus periférica, atuante no contexto do conglomerado de ministérios que adotam este nome, e informa também o tipo de estratégia que ele utilizou para ser eleito:

> Entrevistador: - Deputado, o senhor foi "candidato oficial" da Assembléia de Deus da Convenção Geral?
>
> Deputado Cabo Júlio: - Não. Até porque a minha igreja é pequenininha. Minha igreja só tem três mil votos. Eu não sou [candidato oficial]: 90% do meu voto é da polícia e 10% da igreja. A diferença é que, embora a minha igreja seja pequena, é gente aguerrida, que faz

[578] Deputado Gilberto Nascimento, fórum de preparação dos candidatos da AD, no hotel São Paulo Hilton, em junho de 2004.

> boca de urna, faz campanha, faz tudo. Eu sou deputado no meu segundo mandato. Eu comecei na vida política, eu liderei uma greve por melhores salários em Minas Gerais e por causa disso, na época, eu fui expulso da polícia. No ano seguinte minha classe resolveu se organizar politicamente. Eu também sou pastor da Assembléia de Deus em Belo Horizonte. Tanto minha classe quanto a minha igreja resolveu se organizar e eu, sem nenhum *pedigree*, sem nenhum parente na política resolvi aceitar esse desafio. E um desafio difícil, porque na época eu tinha levado a greve contra o Governo do Estado e o Governo me condenou como arquiinimigo número um. E sem dinheiro nenhum, a gente fazendo campanha na garra, na luta. Até porque, junto comigo, foram mais 180 colegas expulsos e a gente tinha que ganhar a eleição para tentar reverter isso. E, no ano de [19]98, no meu primeiro mandato, fui o deputado mais votado de Minas Gerais. Tive 217 mil votos e no ano seguinte, assim que eu tomei posse, nós conseguimos reverter a situação de todos os policiais que foram expulsos. E foram expulsos por quê? Porque tiveram a coragem de, na época, dizer à sociedade que estavam ganhando até um salário mínimo. Eu já estou no meu segundo mandato. [579]

A propósito, também em entrevista de 1º/12/2005, o deputado pastor Francisco Olímpio, da Assembléia de Deus de Pernambuco, negava a identidade assembleiana do deputado Cabo Júlio: "Ele já não pertence a nossa igreja, é de uma outra igreja". De fato, este líder do movimento de policiais mineiros pertence a uma das inúmeras facções que usa o nome carismático "Assembléia de Deus", uma espécie de franquia sagrada, muito popular em todo o território brasileiro.

Para completar esse quadro *sui generis* do mundo político, o "candidato oficial" de igreja pentecostal, será examinada a prática da Igreja Universal do Reino de Deus. Não há muita informação, porque se trata de um grupo religioso que coloca dificuldades para responder pesquisas. A escolha de candidatos oficiais na Universal deve ser entendida no contexto do empreendimento total dessa organização. Do mesmo modo como a IURD escala pessoas do seu quadro de obreiros para atuarem na televisão, rádio, editora e outras frentes de trabalho, internas e externas ao ambiente eclesial, assim também ela escolhe quem vai atuar na política.

João Mendes, empregado da Embratel durante 13 anos, quando esta ainda era uma empresa estatal, graduou-se em economia, passou por uma experiência de conversão religiosa em 1981, recebeu preparação de pastor em curso ministrado pelo bispo Edir

[579] Entrevista com o deputado Cabo Júlio, em seu gabinete da Câmara em Brasília, dia 1º de dezembro de 2005.

Macedo e exerceu pastorado em tempo parcial, na baixada fluminense. Renunciou ao emprego estável da Embratel e foi ser pastor de dedicação exclusiva no Rio, depois no Piauí, São Paulo e, novamente, Rio de Janeiro. Em seguida, foi designado administrador da editora e gráfica da IURD. Na passagem de 1996 para 97, foi consagrado bispo e, em 2002, chamado para servir na política, como candidato a deputado federal pelo Estado do Rio. Segundo ele, "a Igreja já tem essa tradição de lançar candidatos, de colocar alguns dos seus servos na política. E eu fui escolhido em uma convenção da igreja, [...] somente de bispos, foram somente os bispos do Rio de Janeiro e de São Paulo. Não foram todos os bispos, mas pelo menos os do Brasil estavam todos presentes".[580] A decisão pessoal foi difícil: "Deus me deu essa vitória, com muita reticência, porque eu me questionei muito, por que estava indo para a política? A gente sabe que a política esta permeada, cheia de problemas. De coisas que não são muito agradáveis, muita corrupção, muitas coisas que não são... que não condizem com a nossa conduta"[581]. Mesmo assim o bispo já estava pensando em reeleição, quando foi entrevistado: "Eu estou ouvindo dizer que os bispos e a direção da Igreja querem que eu volte. Espero que Deus confirme isso. Se Deus confirmar eu volto".[582] Não voltou, porque, juntamente com a maioria dos parlamentares da Universal, foi arrolado na CPI sobre superfaturamento de ambulâncias e a Igreja resolveu não lançá-los como candidatos à reeleição.

De modo semelhante, o pastor Marcos Abramo foi convocado para atuar no legislativo como deputado federal. Em entrevista, ele colocou-se como um pastor que continua pastor e apenas está desempenhando o papel de pastor na política:

> Eu vejo o seguinte, só para resumir. Na Igreja que eu pertenço, nós temos o trabalho pastoral, que é estar no altar pregando o evangelho, levando às pessoas o conhecimento de Deus. Quando a gente é chamado para a administração, para a política, então a cúpula escolhe uma pessoa que vê que tem capacidade e condição e ali unge para que ela possa assumir uma responsabilidade. Então, o lado da igreja para mim não mudou nada. Eu estou como político, mas antes de ser político, ainda eu tenho a virtude do homem de Deus. Isso ninguém tira. Eu tenho uma autoridade dada pelos homens, autorizada por Deus, e eu tenho uma autoridade de Deus. Então, eu assumo isso de uma forma onde eu possa saber o

[580] Entrevista concedida pelo deputado federal e bispo João Mendes de Jesus, em seu gabinete de Brasília, novembro de 2005.
[581] Ibidem.
[582] Ibidem.

> seguinte: Eu sou pastor, levo às pessoas o conhecimento de Deus, levo às pessoas o que Deus tem prometido, e hoje sou político. Eu quero levar da mesma forma para as pessoas leis que possam beneficiá-las em todos os aspectos. E é isso que eu vejo no âmbito da política.[583]

Na mesma entrevista o deputado Abramo dá a entender que foi escalado pela direção da Igreja e está no parlamento como um soldado que obedece a determinações. Não foi uma opção pessoal: "Eu vou ser sincero para o senhor, eu não queria ser político. Não queria. Na Universal não existe a pessoa que quer. Eu recebi e foi-me outorgado isto. Você vai ser [deputado]. Eu que sou uma pessoa submissa a Deus e respeito as autoridades, disse: 'Eis-me aqui'"[584]. Ainda assim, o pastor Abramo defende que a Universal proceda como tem feito e amplie, se puder, sua presença no Congresso: "Isso não é uma estratégia, isso é sabedoria. Se você sabe que você tem condição de eleger quatro e você põe um, e você sabe que aquele um vai ser muito mais votado que todos os outros, isso é falta de sabedoria. Na política é a quantidade que faz diferença"[585].

A deputada Zelinda Novaes apontou alguns requisitos de qualificação que a Universal observa, para escolher seus candidatos. Em primeiro lugar, é importante o parecer dos líderes da Igreja que conhecem mais diretamente o desempenho do possível candidato. Porém, como a decisão é sempre na instância superior, a escolha do candidato é prerrogativa de um conselho de bispos:

> Veja bem, dentro de cada município ou estado, a gente percebe uma pessoa que tem determinada liderança já, ou que tem determinados conhecimentos. Também não pode pegar uma pessoa totalmente desinformada, despreparada, para trazer a um parlamento. É a questão da confiança, a questão do fácil acesso, de ter popularidade, de ter um certo carisma, de ter compromisso com o evangelho, de ter mais ou menos um perfil. Porque claro que a gente vê que as pessoas se corrompem, mas vê quem é que tem determinada... que tem um comportamento de lisura, ética, moral, é honesto. Seria mais ou menos isso. Eles pedem mais ou menos um currículo, pedem informações a outras pessoas, normalmente aos pastores que estão há um tempo, pessoas de um certo relacionamento. Não é só dizer: "eu

[583] Entrevista do deputado federal Marcos Abramo, gravada em seu gabinete de Brasília, 1º/12/2005.
[584] Ibidem.
[585] Ibidem.

> quero ser candidato", e ser candidato. E tem um conselho de bispos, que eles passam por apreciação desse conselho.[586]

A Universal trabalha com distritos eleitorais para maximizar os resultados da votação, de modo a eleger a quantidade de candidatos que as previsões indicarem. A deputada Zelinda explicou que a Igreja faz essa distribuição e procura aproveitar outras oportunidades, como entidades e grupos de fora que queiram apoiar seus candidatos, embora isto seja difícil.

Essas experiências sobre a constituição do "candidato oficial" nessas grandes igrejas servem para introduzir outra questão relevante para as estratégias políticas do campo pentecostal e neopentecostal. Trata-se da escolha de partido e do lugar que vem sendo ocupado por este tipo de político religioso que compõe grupos com interesses específicos dentro dos parlamentos brasileiros.

4.2 – A questão do partido.

O contexto faz o político. Esta afirmação exige esclarecimentos específicos, no caso do político pentecostal. Por se tratar de político que pertence a um coletivo suprapartidário, mas com interesse em algumas questões, ele deve atender às demandas da instituição que o conduziu ao parlamento ou ao executivo. Além disto, como seu grupo de interesse não é um segmento econômico, profissional, ou de políticas específicas, como é o caso de certas bancadas, tipo a ambiental, da saúde, educação, habitação e semelhantes, o político pentecostal necessita estar sintonizado com os anseios diversos da sua base eleitoral, simultaneamente com o atendimento de demandas da cúpula da igreja que representa. Ademais, esse político deve zelar pela coesão da comunidade de fé, desde o processo eleitoral, mantendo-a durante os mandatos que conquistar. Regina Novaes percebeu esta especificidade do clientelismo político-religioso, quando afirmou:

---

[586] Entrevista da deputada federal Zelinda Novaes, gravada em seu gabinete, Brasília, dia 30/11/2005.

> Para além das diferenças entre as religiões – no tempo e no espaço – , há um desafio comum que os vários tipos de "funcionários religiosos" devem contornar: nos templos, nas igrejas (centros e terreiros) não se faz política da mesma maneira que se faz no partido ou no sindicato. A eficácia da política no espaço religioso implica na busca de manutenção dos laços religiosos que unem aqueles que partilham da mesma fé. Caso contrário, enfraquece-se a "comunidade religiosa", colocando em risco sua razão de ser.[587]

Um aspecto que sempre importa realçar é o dinamismo das comunidades pentecostais e neopentecostais. Não vai ser encontrada tamanha vitalidade de participação em partidos, sindicatos e outras associações. Pelo menos, não no sentido de serem capazes de reunir tão grande quantidade de voluntários com tanta freqüência, de até várias vezes por semana, como as igrejas deste subcampo religioso. Novaes generaliza esta constatação para os evangélicos e escreve:

> As igrejas evangélicas têm alto índice de freqüência e são vistas como celeiros de eleitores congregados. E, de fato, se olharmos em nossa volta, veremos que não há outra instituição que reúna tantas vezes as mesmas pessoas durante a semana. Assim sendo, é preciso reconhecer que os espaços de agregação de evangélicos fazem, hoje, diferença no jogo eleitoral. Ainda que as possibilidades de sucesso de candidatos evangélicos dependam também [...] das experiências pessoais e de outros vínculos políticos que cada fiel/eleitor possa ou não ter paralelamente, "ser evangélico" tornou-se uma nova variável neste jogo de relações entre campo político e campo religioso.[588]

---

[587] NOVAES, Regina Reyes. Crenças religiosas e convicções políticas: fronteiras e passagens. In: FRIDMAN, Luiz Carlos (org.). **Política e cultura**: século XXI. Rio de Janeiro: Relume Dumará; ALERJ, 2002, p. 90.
[588] Idem, p.91.

4.2.1 – Situação ou oposição

No jogo complexo de atuação do político pentecostal, o atendimento às demandas da igreja e da base eleitoral prevalece acima de qualquer ética de convicção ideológico-partidária. No dizer de uma assessora da Frente Parlamentar Evangélica, referindo-se à Igreja Quadrangular, mas cujo raciocínio se aplica às igrejas que estão em destaque neste estudo:

> A Igreja do Evangelho Quadrangular não tem critério para escolher partido. Partido que der a legenda para candidatos da Igreja eles apóiam. Nós temos inclusive candidatos e alguns vereadores eleitos no Brasil Quadrangular que são PT, outros são PFL, outros são PP, depende muito de qual partido vai dar a legenda para esse parlamentar. E eles então não têm o melhor critério para escolher o melhor partido, a linha de pensamento, se é um governo radical, se vai ser um governo neoliberal, se vai ser um governo de esquerda. Não se preocupam com nada. Nem com a ideologia do partido. A única coisa que eles se preocupam é: vai dar legenda e tem chance de se eleger? Claro que eles acabam não procurando grandes partidos, como PMDB, PSDB, por uma questão de legenda; eles não vão conseguir eleger seus candidatos. Mas é assim que funciona, sem nenhum critério para escolher o partido para aquela pessoa que vai ser o representante da igreja no pleito eleitoral.[589]

Na verdade, existe critério para escolha de partido, mas esta não é dilemática, quanto à opção entre ser de situação ou oposição. A própria coordenação política da igreja examina, com o candidato, as alternativas de legenda partidária, tendo em conta chances concretas de eleição, com base no quociente eleitoral e potencial de voto dos concorrentes da legenda sob análise. Sobre este tema, manifestou-se o presidente da Frente Parlamentar Evangélica, deputado Adelor Vieira:

> Nós temos aqui uma posição indiferente em relação a situação e oposição. Porque nós estamos vivendo no País um momento difícil. Um momento em que os partidos ainda não estão consolidados e nós temos a multiplicidade de partidos. Então, houve um tempo, quando [...] não tinha partido político, que era o regime militar. E nós estamos vivendo poucos anos na democracia. Não deu tempo ainda para a gente aprender o que precisa aprender em relação à democracia. E aí eu digo o seguinte, em relação a atuar na oposição ou na situação: aqui em Brasília eu posso ser oposição, mas eu chego na capital

[589] Palavras da assessora Mônica, em depoimento gravado em Brasília, no dia 15 de setembro de 2006.

> [Florianópolis], lá é situação. Eu vou ao meu município e pode não ser nem oposição nem situação (sic). Então, eu acho, onde nós estivermos plantados, ali nós temos que dar o bom fruto. Se fizer oposição, seja uma oposição consciente, seja uma oposição em cima de fatos concretos. Se tiver que fazer uma denúncia, busque provar ... [590]

Conforme enfatizou o deputado Adelor, as condições variam em diferentes instâncias de poder. O mesmo político pode ser candidato de oposição no município, mas estar na situação perante o governo estadual ou federal. Isto não é algo inerente ao grupo pentecostal, mas ao sistema político brasileiro. Tem a ver com a chamada verticalização de alianças, tema presente em quase todas as eleições que abrangem os planos estaduais e federal. Neste contexto, as igrejas sob análise são bem pragmáticas: distribuem seus candidatos em diferentes legendas, de modo a garantir, primeiramente, a possível vitória, e, em segundo lugar, estar próxima do poder nas diferentes configurações partidárias. Por exemplo, a deputada federal Zelinda Novaes, da Igreja Universal na Bahia, explicou que sua denominação distribui os políticos em diversos partidos, porque depende de situações locais. Há partidos que reconhecem e temem a força eleitoral desse tipo de candidato:

> Alguns têm medo de serem desbancados, porque vem um candidato forte e eles não querem dar a legenda. E às vezes é necessário você buscar aquele partido que lhe é mais conveniente, que lhe garanta a sua eleição. E também depende muito da situação de cada Estado, de cada município. Isso é muito relativo. Na Universal nós temos um grupo aliado [ao governo federal]. Porque, veja bem, às vezes você tem compromisso lá com o governo do Estado, [...] que é contra o governo federal. Em outros, a situação é contrária. Então, é como eu lhe disse, tem que olhar muito a realidade de cada local.[591]

A escolha de partido, que implica em atuar próximo ou longe do governo, é uma questão resolvida também de forma prática, na Assembléia de Deus. O deputado Adelor:

> Eu acho que dentro das circunstâncias, do momento atual de cada eleição, você tem que montar uma estratégia de acordo com a legenda. O voto de legenda é um voto que tem que ser computado sempre, principalmente na proporcional. Na eleição para vereador, para deputado estadual e para deputado federal. Então aí, dependendo do Estado do vereador, dependendo do município, do deputado estadual do Estado e do deputado federal também

[590] Entrevista do deputado federal Adelor Vieira, gabinete em Brasília, gravada no dia 22/11/2005.
[591] Entrevista da deputada federal Zelinda Novaes. Brasília, dia 30/11/2005.

> do Estado, ele vai ver onde ele tem mais chance de, no universo de votos que ele consegue, de estar dentro de uma legenda, da legenda para que ele consiga o objetivo.[592]

Seu raciocínio sobre este assunto foi completado com o argumento de que a infiltração em diversos partidos permite uma ação de grupo de interesse mais forte e efetiva, quanto aos resultados:

> Então eu acho que nós estando dentro de todos os partidos há uma capilaridade maior. Nós podemos influenciar e esse exemplo nós tivemos nesta última legislatura. Quantos projetos nós derrubamos aqui. Quantos nós freamos aqui. Porque nós vamos ao nosso partido e dizemos o que eu digo no PMDB: "Não conte conosco e comigo tem mais de sessenta deputados que vão votar contra o projeto", aí, eles então alteram o negócio.[593]

Esta opinião foi reforçada por outro deputado da Assembléia de Deus, Francisco Olímpio, de Pernambuco:

> No momento que se precisa da aprovação de um projeto, de uma resolução, se precisa contar com o apoio de todos os partidos. Até para entrar em um regime de urgência. E se eu não tenho amizade com os outros partidos, se eu sou uma pessoa fechada em um partido, eu não vou conseguir o apoio de ninguém [...] Então [atuar em] um partido só, eu acho muito prejudicial até. Então, hoje, nós temos os nossos representantes de todos os partidos. Exceto do partido comunista, não é? Não temos. Graças a Deus!.[594]

4.2.2 – Pequenos partidos. Legendas de aluguel.

A condição do parlamentar pentecostal ora servir ao governo ora estar na oposição é algo que requer a análise de um contexto mais complexo, para ser compreendida. Esse contexto inclui o funcionamento do Congresso, o peso relativo de influência dos grupos que o compõem e as relações entre Executivo e Legislativo.

O Congresso abriga elites que coincidem, aproximadamente, com os detentores do poder nos grandes partidos. Trata-se de um conjunto de parlamentares que ocupam cargos nas Mesas da Câmara e do Senado, bem como os principais cargos nas comissões

[592] Entrevista do deputado federal Adelor Vieira, 22/11/2005.
[593] Ibidem.
[594] Entrevista do deputado federal Francisco Olímpio, em Brasília, novembro de 2005.

permanentes destas casas. Eles são vulgarmente chamados "cardeais", participam, ativamente, do "poder de agenda", são capazes de determinar as grandes negociações, estabelecer o andamento dos projetos e respectivas votações, em acordo com o Executivo.[595] Em torno desses "cardeais", também conhecidos como o "alto clero", gravitam blocos de parlamentares com menor poder de influência. A estes, resta o trunfo do próprio voto nas matérias que são colocadas na ordem do dia, ou, no caso de pertencerem a um grupo de pressão, a possibilidade de negociarem, de forma coletiva, o apoio e voto em assuntos de interesse do governo federal, sempre articulados com as lideranças mais influentes do Congresso. Não deve ser esquecido, neste quadro, o poder dos governadores sobre parcelas das bancadas de cada estado da federação.

Na classificação de Carlos Ranulfo Melo, "deputados *com acesso* a recursos" são os que preenchem, pelo menos, um dos seguintes requisitos: "(1) participaram da Mesa Diretora na condição de titulares; 2) integraram o Colégio de Líderes; 3) presidiram alguma das treze Comissões Permanentes da Câmara; 4) compuseram o Ministério; 5) fizeram parte do secretariado em seu Estado de origem ou em sua capital".[596] Além destes requisitos, figuram como influentes no Congresso parlamentares com liderança informal, seja como articuladores, formadores de opinião ou formuladores de projetos. Eles estão, por exemplo, entre as "cabeças" do Congresso, classificados segundo critérios do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), em publicação editada

---

[595] Sobre poder de agenda, escreve o cientista político Fabiano Santos: "Assumo, como premissa de racionalidade política, que os políticos possuem preferências com relação às questões que devem compor a agenda pública, bem como à maneira de solucioná-las. Assumo, ademais, que os deputados brasileiros procuram maximizar seu acesso a cargos governamentais. [...]
O poder de agenda do presidente e das lideranças partidárias remete à estrutura institucional que organiza o processo legislativo. Mais especificamente, o que importa agora é observar as regras e procedimentos de formulação da agenda parlamentar, os núcleos de elaboração das políticas efetivamente aprovadas e os agentes de maior influência nesse processo. A questão central gira em torno da extensão dos direitos parlamentares dos deputados sem postos na burocracia parlamentar *vis-à-vis* as prerrogativas de poder acumuladas nas mãos das lideranças partidárias e a capacidade do Poder Executivo de iniciar e influenciar o processo legislativo. [...]
A hipótese aqui é a de que quanto maior a pauta de direitos parlamentares do deputado médio e menor o poder de agenda das lideranças e do presidente, menor é o grau de colaboração do primeiro com relação às proposições legislativas enviadas pelo Executivo. [...]
Assumo que em qualquer situação, no caso brasileiro, a coalizão de apoio ao presidente será formada a partir da distribuição de *portfolios* ministeriais. O que varia é a natureza dos partidos beneficiados pela distribuição. Em um caso, na ausência de poder de agenda, parece racional ao governo buscar entendimentos com a oposição formal, isto é, com membros do Parlamento cujas preferências se afastam da orientação do partido pelo qual o presidente se elegeu."
SANTOS, Fabiano. Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000300007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 de dezembro de 2006.

[596] Cf. MELO, Carlos Ranulfo. **Retirando as cadeiras do lugar**: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002). Belo Horizonte: UFMG, 2004, p. 70 e 182, notas 14 e 15.

anualmente. Neste contexto, os parlamentares pentecostais formam um segmento representativo do "baixo clero", que opera em condição subalterna à dos comandantes do jogo político que acaba de ser explicitado. A expressão é pejorativa e se aplica a deputados de atuação discreta que formam uma espécie de maioria silenciosa na Câmara.

Como todo político que se mantém no espaço de poder em função dos votos que conquista em cada eleição, o parlamentar pentecostal direciona recursos para sua base eleitoral. Os recursos que estão ao seu alcance são os alocados para emendas individuais dos parlamentares ao Orçamento da União. Ocorre que, aprovadas essas emendas no Congresso, a liberação de recursos depende de trâmites burocráticos e da disposição política do Executivo, através de cada Ministério gestor do programa em que se enquadra a emenda do parlamentar. Em outras palavras, o Orçamento não é impositivo: ou seja, não é aprovado e executado na íntegra, livre de embargos da autoridade do Governo. Esta forma de funcionamento do Legislativo, subalterno ao Executivo gera insatisfação entre os parlamentares, principalmente entre os menos influentes, que são os mais atingidos. A manifestação do deputado Zequinha Marinho é bem sugestiva, a este respeito:

> Infelizmente, a estrutura de poder montada na República, ela é horrível. Quer dizer, o mandato só presta se, de repente, você estiver na "base de apoio" [do Governo]. Nós temos que corrigir isso. O deputado é deputado independente do partido, da situação, da oposição, onde ele estiver. Ele é deputado e o que ele tem que fazer aqui, se um dos papéis dele é intermediar recursos para o seu Estado e para as instituições que ele representa, ele tem que fazer esse mandato aonde for, sem a necessidade de mudar de partido.[597]

O parlamentar pentecostal, na condição de integrante do chamado "baixo clero", tem melhores oportunidades de exercer liderança partidária caso escolha pertencer a uma legenda pequena. Todavia, pertencer a um partido com poucos parlamentares reduz os espaços de atuação, dentro e fora do Congresso, porque, conforme legislações específicas, os cargos legislativos e o tempo de propaganda gratuita do partido na mídia são distribuídos com base na representatividade eleitoral de cada partido. Desta forma, a sobrevivência no sistema partidário induz os pequenos partidos a fazerem acordos com os maiores. A implicação disto é fazer tais partidos abdicarem de ter projetos próprios, que dependem da

[597] Entrevista do deputado Zequinha Marinho, em Brasília, dia 25 de novembro de 2005.

conquista e manutenção efetiva de fatias do poder nos quadros de comando do País. O mesmo deputado Marinho expôs o seguinte raciocínio:

> O tamanho do partido é o que indica, também, outras coisas. Que dizer, um partido pequeno não conta com os mesmos privilégios que contam os partidos grandes, como o PMDB. Mas ele tem certeza que como o PMDB é um partido, quer dizer, é uma federação – você vê que em cada lugar o grupo PMDB pensa de um jeito – você vê que é um partido enorme, mas não possui uma liderança que congregue todo mundo, nem Ulisses Guimarães, que era o grande ídolo do PMDB. Então, os partidos pequenos são incentivados realmente. Mas os partidos pequenos para largarem de ser siglas de aluguel, ele precisam ter um projeto. Entendeu? Precisam ter um projeto. Projeto de ocupação de espaço e de poder. Para não ser: "entre aqui, fique ali". Isso é prejudicial à democracia, até porque, até certo ponto, porque a democracia pressupõe a igualdade de oportunidades. E o partido pequeno termina dando essa chance, quer dizer, você não é filiado a partido nenhum, mas tem potencial, tem credibilidade, em voto, como a gente diz aqui na Casa. De repente, não sai candidato pelo PSDB: está cheio, lotado. Mas a democracia, infelizmente, se isso é um mal, é um mal necessário, porque oportuniza as oportunidades (sic) do simples, do pequeno, em uma sociedade que está aí. Não fica apenas para os grandes caciques, porque, se não, você elitiza as coisas e as minorias são completamente impossibilitadas de se movimentar e ter espaço. Porque o mandato é que faz isso, não adianta gritar do lado de fora. Você tem que gritar do lado de dentro. Então, os partidos pequenos, apesar dos pesares, oportunizam isso. Para ele largar de ser um partido de aluguel, ele precisa ter um projeto. Nós temos um projeto. Um projeto de curto, de médio e de longo prazo. E nós vamos chegar lá, se Jesus não voltar logo, não é?[598]

A condição desses partidos caracteriza subserviência a governadores e outros detentores do poder. Eles funcionam como extensões de partidos maiores, legendas auxiliares para alguns jogos políticos, lugares de acomodação de protegidos ou indesejados em agremiações de primeira linha. Devido a isto, são chamados "legendas de aluguel". Entre junho de 2004 e novembro de 2005, em entrevistas com parlamentares da Assembléia de Deus, constatou-se que o ex-governador e candidato à Presidência da República, Anthony Garotinho, exercia grande influência em algumas dessas siglas de aluguel e sobre diversos políticos, um deles o deputado pastor Pedro Ribeiro, presidente do PSC no Ceará, que falou sobre as dificuldades desses partidos nanicos:

---

[598] Ibidem.

> Quanto à questão do partido de aluguel, isto é, infelizmente, a situação do que tem menos força, menos cultura, menos dinheiro. Sempre o seu trabalho é de servir. Aí, infelizmente, o partido menor é cooptado pelo partido maior porque não tem força para dar condição para o partido crescer. Então a gente usa esses termos para reduzir mesmo. Usa porque é assim. Então, isso acontece, de fato, como, por exemplo, o PSC; é uma sigla muito simpática, simpatizada pela Nação, que nunca cresceu. Garotinho está investindo; inclusive o PSC é comandado por mim no Estado do Ceará. Eu botei como auxiliar um advogado, que agora vai concorrer, no mínimo, com 14 candidatos a deputado estadual, em plenas condições de eleger um ou dois. Assim o partido começa a crescer e assim, São Paulo, pelo que eu vejo, na área de São Paulo, a gente pode fazer de quatro a cinco deputados estaduais, um ou dois federais. Então, muda o perfil do partido completamente, quem sabe não seja a redenção para ele deixar de ser essa sigla de aluguel.[599]

O mesmo deputado Ribeiro, em entrevista de junho de 2004, havia discorrido sobre articulações de Garotinho com outras agremiações, como o Partido Trabalhista Cristão (PTC) e o Partido Trabalhista do Brasil (PT do B). Na época, Garotinho havia deixado o PSB, a partir do qual fora candidato à Presidência da República, e se filiara ao PMDB, mas envidava esforços em prol da organização de partidos pequenos, bem como apoiava a migração de parlamentares evangélicos para, se possível, assumirem o controle dessas legendas em seus respectivos Estados. Havia uma idéia de, em momento oportuno, fundir esses pequenos partidos, para escaparem à chamada cláusula de barreira.[600] O deputado Ribeiro dava uma idéia da influência de Garotinho no Congresso, em meados de 2004:

> Hoje o Garotinho tem uma força extraordinária... Você vê que aqui no Congresso ele tem 25 deputados federais, juntando a nós que somos do PMDB e os que são do PSC. E acredito que ele vai fazer tudo para conquistar espaço e ser o candidato do PMDB a Presidente da República em 2006. Se não, ou com a ajuda desses partidos que eu falei, não é? PPC, PTC,

---

[599] Entrevista com o deputado Pedro Ribeiro, em Brasília, dia 24/11/2005.

[600] A cláusula de barreira é prevista na Lei dos Partidos Políticos: "esse dispositivo determina que tem direito a funcionamento parlamentar, em todas as Casas do Legislativo para as quais tenha elegido representante, o partido que, na eleição para a Câmara dos Deputados, obtenha no mínimo 5% dos votos apurados, distribuídos em pelo menos 1/3 dos estados, com um mínimo de 2% do total de cada um deles. Por funcionamento parlamentar entende-se o conjunto de regras que definem a atuação dos partidos na Casa, como o direito à liderança e à participação nas comissões. A Comissão Especial da Reforma Política propôs a redução do percentual para 2% dos votos apurados nacionalmente, não computados os brancos e nulos, distribuídos em pelo menos nove estados. O partido também precisaria eleger, no mínimo, um representante em cinco estados." (Disponível em: http://www.camara.gov.br/internet/agencia/materias.asp?pk=%2070179, acesso em 12 de dezembro de 2006).

> PT do B, com o PSC, formando aí uma frente... Eu acho que a gente deve orar e pensar a esse respeito de todos nos juntarmos, dando forças ao nosso irmão Anthony Garotinho.[601]

O apoio de Garotinho às coordenações políticas nacional e estaduais da Assembléia de Deus era evidente, através de apoio financeiro e logístico para a realização de alguns fóruns, em que era feita a preparação dos candidatos oficiais da igreja para as eleições municipais daquele ano (2004). No fórum de São Paulo, realizado no hotel Hilton, por exemplo, foi feito agradecimento público ao Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, pelo apoio que garantiu a realização do evento. Ele deveria comparecer para encerrar o encontro, mas, devido a problema de saúde, foi impedido de fazê-lo.

4.2.3 – Partidos de esquerda

A opção por partidos pequenos lembra, ainda, os partidos radicais de esquerda (PSTU, PSOL, PCO e outros). Mas a natureza destes é muito diferente da dos outros mencionados. Os partidos de esquerda são bem definidos ideologicamente e praticam forte disciplina, observada pelos militantes. Alguns parlamentares pentecostais mantêm-se como opositores desses partidos, outros os encaram com simpatia, mas reconhecem dificuldades no ambiente pentecostal, para aceitação de suas práticas, as quais funcionam como barreiras a uma aproximação e atuação nessas legendas. Aliás, dificuldades existem, também, da parte dessas agremiações partidárias para conviverem com o universo pentecostal.

Para o deputado Gilberto Nascimento, do PMDB e Assembléia de Deus de São Paulo, a dificuldade dos pentecostais com partidos de esquerda tem raízes históricas. Esses partidos eram sectários, tinham aproximação com regimes de países comunistas. Segundo ele:

> Partidos estiveram em regimes que perseguiram as nossas igrejas, perseguiram o povo. [...] Então, exatamente por isso, os nossos deputados, os nossos vereadores, os nossos políticos, eles nunca se atrelaram muito aos partidos de esquerda, porque eles entenderam que o

[601] Entrevista do deputado Pedro Ribeiro, Brasília, 18/06/2004.

> passado, na linha desses partidos, como a Rússia, Albânia e assim por diante, a nossa forma de aceitação de fé foi perseguida por esses regimes na época, nesses países.[602]

O deputado Francisco Olímpio, do PSB de Pernambuco, veterano pastor da Assembléia de Deus e anticomunista declarado, afirmou em entrevista que o programa ideológico-filosófico do partido pouco interessa à Igreja. Sua filiação ao PSB foi por "uma questão de adequação" às condições da política regional, sob comando do "falecido Dr. Arraes". Mas, segundo ele, "o PSB é um partido central; não é um partido comunista, não é um partido subversivo e não é um partido ultra-direita. É um partido central, centralizador".[603]

A deputada Zelinda Novaes, da Igreja Universal na Bahia, ligada ao PFL de Antônio Carlos Magalhães, entende que os partidos de esquerda, como o PT, criariam dificuldades para um evangélico votar segundo suas convicções religiosas:

> Os partidos de esquerda são mais radicais e nós precisamos trabalhar com esse tipo de espírito democrático para você votar ou não matérias de acordo com os seus princípios, com as suas convicções. Isso é muito criticado, mas não tem como abrir mão disso. Você tem um eleitorado, você tem um segmento que você representa, como é que você vai chegar e votar só porque o seu partido quer que você vote? Quando a gente estava buscando uma legenda, eu, por exemplo, fui sincera para o meu partido, para Antônio Carlos, para as lideranças, que em algumas matérias eu infelizmente não poderia votar com eles, e eles aceitaram. E você sabe que o PT é mais radical ainda. Mas mesmo assim eu acho que tem evangélico no PT. Não tem? [604]

O deputado Zequinha Marinho lembrou que há evangélicos, embora poucos, em partidos de esquerda. Isto porque os pentecostais, em particular, são doutrinados para obedecerem. Deste modo, têm dificuldade para acompanharem movimentos grevistas, piquetes e conflitos em geral. Segundo ele:

> O evangélico, quer queira quer não queira, tem o perfil de uma pessoa discreta, de uma pessoa, digamos assim, trabalhada para obedecer, etc. etc. Partido de esquerda, ele termina confrontando com o comportamento e com o perfil [do evangélico]. É aonde a gente tem que arrebentar o pau da barraca, discordar frontalmente, e às vezes de formas pouco

[602] Entrevista com o deputado federal Gilberto Nascimento, em Brasília, novembro de 2005.
[603] Entrevista com o deputado federal Francisco Olímpio, em Brasília, novembro de 2005.
[604] Entrevista com a deputada federal Zelinda Novaes, em Brasília, dia 30 de novembro de 2005.

> convencionais (*risos*). Às vezes você tem que fazer isso de formas pouco convencionais, o que não recomenda muito para um bom evangélico. Um bom e tradicional evangélico fazer. Então isso termina diminuindo o número de evangélicos pentecostais nesses movimentos sociais, nessas brigas de porta de indústria promovidas pelo sindicato, etc. etc. No MST nós temos muitos irmãos no MST, trabalhando, buscando a terra, não sei o que, não sei o que. A gente acha meio esquisito, meio estranho. Vai do que, aquele negócio, Paulo falou: "Todas as coisas me são licitas, mas nem todas as coisas me convêm". Cada um tem esse negócio aqui dentro. E, por isso, eu acho que posso participar, mas não me vejo, não me vejo muito bem fazendo essa briga aqui, fazendo essa greve, fazendo isso, fazendo aquilo. [605]

Quase na mesma linha de raciocínio, o deputado Pedro Ribeiro apontou os atos simbólicos radicais de movimentos e partidos de esquerda como obstáculos à participação dos pentecostais nessas agremiações. Não obstante, ele tem verificado uma tendência em alguns jovens de sua igreja para aderirem a partidos como o PSOL e o PC do B, por exemplo. A partir de sua experiência para escolher um partido, ele explica:

> Vou citar o meu caso. Pastor de ofício, de tempo integral, automaticamente, ao procurar um partido, eu procuro um partido de centro-esquerda. Um partido não tão radical. Porque, por exemplo, eu toda vida fui convidado pelo PDT, pelo PSB, que eu tenho simpatia, mas, dali a poucos dias, dada até a movimentação dos partidos, nós poderíamos ir todos para o PDT. No momento que eu estava analisando isso, foi na época do "escândalo da cueca"[606], que todos os deputados, os vereadores, os líderes, iam para a praça da Ferreira, no Ceará, os homens com a cueca por cima da calça, e as mulheres com a calça, com a calcinha, por cima. Então, [são] essas coisas radicais que às vezes um filiado de um partido de esquerda tem que fazer. Eu vou chegar na porta de uma fábrica, bater panela? Então, quer dizer, às

---

[605] É bom repetir: o deputado Zequinha Marinho foi representante eleito da Associação dos Empregados do Banco da Amazônia, em Conceição do Araguaia (PA), em meados dos anos de 1990, antes de assumir uma cadeira de deputado na Assembléia Legislativa do Pará. (Entrevista concedida pelo deputado Marinho, em Brasília, no dia 25/11/2005).

[606] O "escândalo da cueca" refere-se ao episódio da prisão do senhor José Adalberto Vieira da Silva, secretário de organização do PT do Ceará e chefe de gabinete do deputado estadual José Nobre Guimarães, no aeroporto de Congonhas (SP), em 8 de julho de 2006, porque transportava, ilegalmente, 200 mil reais em mala e cem mil dólares (cerca de 237 mil reais) em peça de sua roupa íntima. O deputado José Nobre é irmão do deputado federal José Genoíno, que ocupava a presidência nacional do PT, quando o fato ocorreu. O nome de José Nobre apareceu entre os beneficiados pelo empresário Marcos Valério no chamado "escândalo do mensalão". Ele próprio reconheceu ter recebido 250 mil reais do tesoureiro do PT, Delúbio Soares, para pagar dívidas de campanha eleitoral. O Conselho de Ética da Assembléia Legislativa do Ceará acusou o deputado de haver usado recursos financeiros não declarados em sua campanha. Não obstante, em votação secreta de 20 de dezembro de 2006, a mesma Assembléia Legislativa resolveu absolver o parlamentar dessa acusação, evitando, assim, que fosse cassado seu mandato. Fontes da Internet, acessadas em 23/3/2007:
http://pt.wikinews.org/wiki/Dirigente_do_Partido_dos_Trabalhadores_%C3%A9_preso_com_mala_cheia_de_dinheiro_no_aeroporto_de_S%C3%A3o_Paulo;
http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI584976-EI306,00.html e
http://pt.wikinews.org/wiki/Deputado_envolvido_no_esc%C3%A2ndalo_da_cueca_%C3%A9_absolvido.

> vezes até... ficariam até melhor... e os que estão é porque nasceram lá. A maioria já era do partido, cresceu e virou político, deputado, vereador. O Walter Pinheiro, [da Igreja Batista e do PT da Bahia], por exemplo, um homem de bem, preparado, crente de mão cheia mesmo, ele tem histórico no PT. Tanto que ele tem sofrido amargamente por não ter saído de tanto amor que tem ao partido[607]. A maioria é por isso. Se a gente ia, era para a centro-esquerda, porque na esquerda a gente tem que fazer esse tipo de coisa e é difícil.[608]

4.2.4 – Troca de partido

Um fenômeno endêmico na Câmara Federal é a migração partidária. Carlos Ranulfo Melo constatou que, entre 1985 e 2002, houve 1041 trocas de partido, envolvendo 852 deputados, correspondentes à média de 29% de mudanças efetuadas por deputados eleitos nas cinco legislaturas do período.[609] Ele também constatou que migram "com mais intensidade, os deputados que fazem parte da grande massa de congressistas de menor expressão na Câmara".[610] E o fazem para obterem melhor posição de ganho em negociações com o Executivo, terem acesso a recursos, em forma de verbas para sua base eleitoral, e garantirem maior segurança para sua reeleição, inclusive alternativas de financiamento de campanha.[611] Ainda o mesmo autor explica:

> Atuando em uma Câmara em que sua possibilidade de influenciar sobre o resultado do processo legislativo é praticamente nula, dada a centralização dos trabalhos nas mãos de uma elite, parcela expressiva dos deputados tem optado pela busca de um melhor posicionamento junto ao núcleo decisório do sistema, mudando, sempre que necessário, de partido.[612]

Sobre troca de partido, o deputado Zequinha Marinho manifestou seu mal-estar em fazer parte desse jogo e atribuiu a falta de fidelidade partidária ao próprio Executivo, que favorece ou dificulta o acesso a recursos orçamentários, de acordo com o apoio que recebe ou deixa de receber de cada parlamentar:

---

[607] O deputado Walter Pinheiro foi solidário com alguns deputados que saíram do PT – Chico Alencar, Ivan Valente e Orlando Fantazzini – motivados pelo escândalo da compra de votos de parlamentares, com envolvimento do ministro da Casa Civil, José Dirceu, e que resultou na CPI conhecida como "do mensalão".
[608] Entrevista do deputado Pedro Ribeiro, em Brasília, 24/11/2005.
[609] MELO, 2004: p. 161.
[610] Idem, p. 74.
[611] Idem, p. 55, 63, 75-6, 88.
[612] Idem, p. 94.

> Eu vejo o parlamento de uma forma bem plural de pensamento. Você pode estar na estrema esquerda, no centro, de um lado ou para outro, mas você tem que representar o pensamento do povo que você representa. Você comunga, você fala daquela língua, você pensa daquele jeito. [...] Se Deus quiser, nós vamos aprovar a fidelidade partidária, que aí a gente termina se blindando em relação ao Executivo, que o Executivo é o pai e a mãe de toda a ruindade que acontece aqui dentro, em função de ele pegar o Orçamento da União e transformar isso em um objeto de negociação política. Quer dizer, você é do PSTU, você quer levar recursos para o seu Estado, então larga o PSTU e vem aqui para debaixo da Casa Civil. Isso é um absurdo, um instrumento da União, um instrumento do Governo, não pode servir disso. Então, isso tem sido a raiz de todos os males que têm acontecido aqui no Congresso Nacional. Não adianta você fazer reforma política para ali, para acolá, se você não corrigir esse principio aí. No dia que você tiver um Orçamento e esse Orçamento seja votado, aprovado e esse Orçamento seja impositivo, você acaba com toda essa farra, com toda essa promiscuidade, com todo esse problema e torna o deputado o representante do povo.[613]

A experiência de Pedro Ribeiro, do Ceará, que transitou por três partidos, é esclarecedora. Ranulfo Melo afirma que "os deputados optam pelas alternativas de ação capazes de maximizar suas chances de sucesso na carreira política"[614]. Ao ser perguntado sobre critérios que levam um pentecostal à escolha do partido em que vai atuar, o deputado Ribeiro respondeu:

> É muito variado. Não tem norma. Eu acho que isso é muito circunstancial. De repente um cidadão, como no meu caso, eu fui eleito pelo PL; quando cheguei aqui, fui abordado por pessoas nossas, como o caso do deputado Silas Câmara, muito influente do PTB: "que, só como deputado, eu não era nada no Estado". E o PTB me ofereceu a presidência no Estado. Isso para um deputado é muito importante. Então eu fui para o PTB para somar, para galgar a condição de presidente do PTB no Estado. Então foi uma circunstância de mudança. Eu estava como presidente do PTB, montando já perto de cem diretórios no Estado, quando o Anthony Garotinho, do qual sou aliado desde a minha eleição, foi para o PMDB, e disse que eu tinha que ir com ele para o PMDB, que não abria mão. Estou no PMDB com ele e isso é uma coisa muito circunstancial. Então cada um tem a sua história. Infelizmente, enquanto não passa a fidelidade partidária, ninguém pode exigir de ninguém porque não há mesmo. Embora todos nós sejamos a favor; saiu a fidelidade, nós votamos a favor dela. Nem que seja daqui a dois anos, quatro, cinco, nós vamos votar. Quando tiver, nós vamos respeitar. Por enquanto não tem. Hoje é circunstancial mesmo. Esse troca-troca é por isso. Agora...

---

[613] Entrevista do deputado Zequinha Marinho, em Brasília, dia 25/11/2005.
[614] MELO, *op. cit.*, p. 113-4.

> desculpe... ontem. Já que nós estamos falando hoje, 24 de novembro [de 2005], ontem, 23, até por iniciativa de um deputado do Ceará, Bismarck Maia, foi aprovada a mudança no regimento interno da Casa, no que concerne à estruturação de comissões internas da Casa. Ou seja, agora a verdadeira razão de troca-troca era, era outra coisa. O PTB, quando me pediu, me pediu que eu fosse logo, para quando a Casa fosse instalada, ao invés dos 18 deputados que eles tinham elegido, eles teriam 33, pois, contava até ontem para a composição dessas formações, para enchimento de cargo, o número de deputados quando iniciasse a legislatura. O partido só elegeu 18, mas tinha 33, vale 33. De agora em diante, ele pode ter 50, só vale os 12 que elegeu. Então foi uma forma de fidelidade. Foi uma forma de coibir esse troca-troca.[615]

A troca de partido possibilitou efetivo ganho político para o deputado Ribeiro, pois lhe permitiu assumir o comando estadual de um partido que gravita em zonas de influência dos governos federal e estaduais. Mas, como existe um sonho pentecostal de eleger um presidente evangélico, e Garotinho era alternativa viável naquele momento, Ribeiro e outros parlamentares da Assembléia de Deus seguiram esse líder, com vistas a reforçar sua posição dentro do PMDB. Garotinho, porém, é presbiteriano e a AD tem seu projeto corporativo. Neste sentido, a denominação, através de seu Conselho Político Nacional, resolveu priorizar o ingresso de parlamentares no Partido Social Cristão, respeitando, porém, outras vinculações partidárias, em função de circunstâncias locais e regionais. O deputado Zequinha Marinho, do Pará, foi um dos que saiu do partido que o elegeu para seguir o projeto assembleiano. Ele informou o seguinte:

> O Conselho Político Nacional da Convenção Geral da Assembléia de Deus está tentando estruturar pelo Brasil afora o Partido Social Cristão, PSC, com o objetivo de quê? De tentar congregar as lideranças políticas e evangélicas, principalmente da Assembléia de Deus, e buscar quem mais esteja interessado. Então, esse início nos trouxe algum desgaste, pois tínhamos que deixar nossos partidos de origem, onde nascemos politicamente. Não como uma representação evangélica, mas como uma representação popular comum como qualquer uma outra. Então isso foi sempre um pouco traumático, mas nós vamos levar isso à frente. Nós queremos, se Deus quiser, trabalhar o Partido Social Cristão no Brasil todo. Eu, lá no meu Estado, eu presido o partido. Estou na luta: não é fácil você trabalhar construindo do chão, lá da base, de baixo, mas a gente chega lá, é preciso que a gente faça isto.[616]

---

[615] Entrevista do deputado federal Pedro Ribeiro, na Câmara, em Brasília, dia 24/11/2005.
[616] Entrevista do deputado Zequinha Marinho, em Brasília, 25/11/2006.

Uma troca de partido por razão distinta das apresentadas até aqui, foi a do deputado João Mendes de Jesus, bispo da Igreja Universal. Eleito para a Câmara Federal, pelo PDT, ele foi vítima de uma postura anticlerical de Leonel Brizola e sentiu-se coagido a procurar outro partido. O episódio, relatado pelo bispo, foi o seguinte:

> Eu fui eleito pelo PDT e o nosso querido e saudoso Brizola, em uma reunião nacional do partido, ele disse que iria cuidar para que não viesse mais para o PDT bispos e pastores, "essa gente" – palavra do Brizola. Então, foi forte isso. Ele tinha dito que foi criado, que o pai dele de criação era um evangélico, que ele conhecia o evangelho e me estranhou muito ele dizer isso em uma reunião. Todos os deputados viram. Foi cruel e acho que ali, com isso, ele pediu a minha saída. Daí eu saí do partido e assumi a presidência de um partido pequenininho, chamado PSL, e que agora eu percebi que o partido não era um partido. Além de não ser um partido cuja direção não era uma direção, digamos assim, que a gente pudesse dispensar uma confiança. Eu percebi também que eu não teria a condição de me eleger nesse partido. Então, você tem que procurar um partido onde você tenha a possibilidade de você ter uma eleição. Daí eu procurei o PSB. Eu procurei, escolhi o PSB, Partido Socialista Brasileiro. Nós somos cristãos e somos partidários da causa social, não tenho dúvida disso. E estou muito feliz de ter ingressado no Partido Socialista Brasileiro. Então, o que me ocasionou essa mudança foi isso.[617]

4.2.5 – Partido evangélico: iniciativas pentecostais.

A definição tradicional de grupos de pressão exclui seus integrantes da presença direta em aparelhos de poder político. Segundo Maurice Duverger, os grupos de pressão "não participam diretamente da conquista do poder e de seu exercício: agem sobre o poder, mas permanecendo fora dele; fazem 'pressão' sobre ele. [...] Os grupos de pressão procuram influenciar os homens do poder, porém não colocando no poder a seus próprios homens.".[618] Sobre o mesmo assunto também discorreram Robert Dowse e John Hughes:

> Consideramos que el grupo de interés es una asociación de individuos, que no es un partido político tal como lo hemos definido, y cuyo objeto es influir en el gobierno de modo favorable para los intereses del grupo. Nos referimos a grupos constituidos y organizados formalmente, y no a simples categorías como los estratos ocupacionales, las mujeres, los

[617] Entrevista do deputado federal João Mendes de Jesus. Brasília, novembro de 2005.
[618] DUVERGER, Maurice. **Sociologia política**. Rio de Janeiro: Forense, 1968, p. 442.

> inmigrantes, etc. Estas categorías pueden ser la base de los grupos de intereses, pero no son grupos de interés en el sentido en que los concebimos nosotros. […] Están más ocupados en promover los intereses de un grupo seccional concreto, cualquiera que éste fuere. Como es lógico, esta distinción presenta en algunos casos varios problemas. Un grupo de interés puede alcanzar un grado que le aproxime a un partido político al desarrollar una plataforma más amplia y menos restringida.[619]

De fato, a história dos partidos políticos está aí para demonstrar que não apenas os grupos de interesse (ou de pressão, como preferem alguns autores) podem se aproximar de atuação mais ampliada, semelhante à de partidos, mas alguns deles, efetivamente, se convertem em partidos. Ou, dito de outro modo, grupos de interesse também são geradores de partidos. O movimento sindical britânico deu origem ao Partido Trabalhista inglês, há um século atrás, enquanto, no caso brasileiro, o "novo sindicalismo" da região industrial do ABC paulista foi uma importante vertente para a formação do Partido dos Trabalhadores, nos anos de 1980. Portanto, os próprios autores citados, Dowse e Hughes, reconhecem que:

> hay grupos de interés que acaban convirtiéndose en partidos políticos. Por ejemplo, los sindicatos británicos del siglo XIX eran importantes grupos de interés que en 1900 contribuyeron a la formación del Labour Representation Comité [Comité de Representación Laborista] para promocionar a candidatos obreros al Parlamento. En 1906 el LRC se transformó en el partido laborista.[620]

A Frente Parlamentar Evangélica é um grupo de interesse que teve origem na mobilização das igrejas pentecostais para uma atuação corporativa no Congresso Constituinte de 1987-88. Devido a interesses em comum, eles se agregaram a protestantes históricos e outros evangélicos. Ainda nesse Congresso Constituinte, estabeleceram uma pauta de valores que consideravam fundamentais para a defesa da família brasileira. Além disto, trataram de garantir a pluralidade religiosa na legislação brasileira, bandeira antiga dos protestantes, que a empunharam junto com os maçons e outros agentes da política, desde o advento da República, no final do século XIX. Como a FPE reuniu em seu bojo igrejas que concorrem fortemente no mercado religioso pela conquista de adeptos e essas igrejas são instituições consolidadas, com culturas organizacionais bastante distintas, têm-se mantido o caráter de "frente", sem perspectiva de evoluir para um partido dos

[619] DOWSE, Robert E.; HUGHES, John A. **Sociologia política**. Madrid: Alianza Editorial, 1975, p. 466.
[620] Idem, p. 464-5.

evangélicos como um todo.[621] Isto, porém, não impediu que as duas denominações desta pesquisa, Assembléia de Deus e Igreja Universal, desenvolvessem iniciativas próprias na relação com os partidos.

A Universal filiou parte dos seus parlamentares no Partido Liberal e conseguiu ocupar posições-chave nas direções executivas de alguns Estados da Federação e na própria executiva nacional, onde Carlos Rodrigues assumiu a vice-presidência do partido. Esta estratégia colocou a igreja como parceira oculta chave para a composição da aliança PT e PL, que contribuiu para a vitória de Lula à presidência da República em 2002. A Assembléia de Deus, na tentativa de emular a Igreja Universal, também procurou ocupar uma legenda, o PSC, onde alocou parte dos seus parlamentares e fez crescer a importância desta sigla para eventuais composições futuras, que a coloquem como parceira no poder, tanto em alianças regionais como nacional.

No fórum de preparação de candidatos da Assembléia de Deus para as eleições municipais de São Paulo, houve pergunta sobre este assunto e o coordenador político estadual se manifestou sobre o que a cúpula da igreja pensa nesta matéria:

> Uma outra pergunta: "Pastor Ronaldo, tem condições de futuramente criar um partido das Assembléias de Deus?" (*Resposta do pastor Paulo Freire*:) Meus irmãos, a igreja não precisa e não deve ter um partido da igreja. Política se faz através de partidos, nossos candidatos terão que estar filiados a algum partido. A única preocupação, que para isso o Conselho Político tem se preparado, está trabalhando para isto, e se vier a reforma política, e parece que vem, essa reforma tem como objetivo pegar pelo contra-pé os candidatos evangélicos, para eles não terem o controle, o domínio dos partidos, e na reforma política, possivelmente, haverá a aprovação da fidelidade partidária, então, para isso, a Igreja está se preparando, e há um partido em que o Conselho Político, a liderança da igreja Assembléia de Deus está dando a direção e o controle deste partido a nível nacional. Esse partido está sendo reestruturado. Então se vier essa reforma, nós temos uma alternativa em um partido em que a liderança executiva desse partido estará nas mãos desse Conselho Político dos

[621] Há parlamentares, como o deputado Zequinha Marinho, que acredita na possibilidade de união dos evangélicos, caso se levantem lideranças reconhecidas: "Nós só vamos ter uma certa união e o fortalecimento partidário com a construção de grandes lideranças no futuro. Com a construção de grandes lideranças. Se isso avançar, a gente vai ter um partido que vai se destacar e muita gente vai se abrigar à sombra dele. Por enquanto, nós estamos construindo um processo". (Entrevista em Brasília, 25/11/2005).

> irmãos da igreja Assembléia de Deus. Agora, um partido da Assembléia de Deus, isso nós não teremos.[622]

Esta estratégia da Assembléia não tem aprovação geral. Alguns parlamentares preferem permanecer em partidos onde já têm seu espaço garantido. O pastor Francisco Olímpio, deputado do PSB de Pernambuco, demonstrou mais uma vez seu mal-estar em misturar assuntos de política com a visão sagrada que tem de igreja: "Eu acho que a igreja não pode estar fazendo parcerias com partidos políticos. É uma questão minha"[623] Sobre o PSC, especificamente, ele afirmou que era uma sigla do governador Garotinho, usada para atrair alguns pastores, "que não é o nosso caso" acrescentou ele. Provocado sobre a utilização do PSC como estratégia da Assembléia de Deus, ele a considerou equivocada, pois poderia prejudicar a reeleição de alguns parlamentares, devido ao pequeno tamanho da legenda, em quantidade de eleitores. Segundo o deputado:

> Talvez o PSC não alcance os cinco por cento da barreira, correto? Então, em todos os lugares eles estão bem, porque eles estão juntando todos os crentes e colocando em um partido. Mas em outros eles estarão tirando, talvez, até um parlamentar daqui. Por exemplo, o pastor Milton Cárdias, que é do PTB do Rio Grande do Sul. Eles agora querem lançar o candidato do PSC. Aí, vai acontecer [que] Milton Cárdias pode perder o mandato. A gente vai perder um deputado com a qualidade do pastor Milton Cárdias para satisfazer a vontade de um partido. Então, em todas essas incongruências existe o certo e existe o errado. Existe a parte positiva e a parte negativa. Existem coisas que podem trazer benefícios, mas existem coisas que podem trazer patentes e translúcidos [prejuízos]. Isso é claro e objetivo.[624]

A Universal, todavia, resolveu evoluir dentro do sistema partidário e o fez através da criação de um partido. No início, em 2003, denominou-o Partido Municipalista Renovador, que obteve registro definitivo em 25 de agosto de 2005, mas, em 14 de março de 2006, foi deferida mudança de nome para Partido Republicano Brasileiro, conforme resolução do TSE nº 22.167/06. No contexto de uma república instituída com o discurso da separação Igreja e Estado, defendido pela própria Igreja Universal, seria estranho se esta agremiação religiosa criasse um partido "evangélico", daí porque os próprios mentores da nova sigla, tendo à frente o então deputado Carlos Rodrigues, se apressaram em afirmar que

---

[622] Pastor Paulo Freire, fórum de candidatos da AD-SP, eleições municipais de 2004, hotel SP-Hilton, junho de 2004.
[623] Entrevista do dep. Francisco Olímpio em Brasília, novembro de 2005.
[624] Ibidem. Os deputados Milton Cardias e Francisco Olímpio não foram reeleitos em 2006.

o PRB não pertencia à Igreja, lembrando que o próprio vice-presidente da República, empresário José Alencar, era filiado ao partido. De fato, o estatuto do PRB é semelhante ao de outros partidos. Segundo o deputado Zequinha Marinho, a Universal praticamente copiou o estatuto do PL para elaborar o do PRB.[625]

Não há dúvida quanto a vinculação do PRB com a Igreja Universal. O deputado Mendes de Jesus, bispo desta igreja, falou sobre a criação do partido:

> [O PRB] é uma idéia que surgiu do ex-bispo Rodrigues, que teve essa idéia de fazer o partido. Na verdade o Conselho de Bispos não era muito favorável a ter partido. Não entendia para que isso. Foi uma guerra muito grande. Ele travava essa batalha internamente para criar e criou o partido. Depois que ele saiu acabou, veio uma outra coordenação e achou que era interessante manter e fazer, até que aprovamos lá. A Igreja conseguiu através dos seus membros lá aprovar o partido. É interessante? – É. É interessante ter um partido e tal, ter uma cara, mas fica uma dúvida entre nós. Estar em um partido como o PRB, ou estar no PSB, que diferença fazia? – Sozinho nenhum partido vai chegar a lugar nenhum.[626]

Um partido com essa origem terá dificuldades para agregar evangélicos de outras igrejas. Como a Assembléia deu prioridade à ampliação do PSC, estão colocadas duas supostas alternativas de filiação, para os que acreditam na viabilidade de um partido sob controle dos evangélicos. O deputado Marinho, como presidente estadual do PSC no Pará, comparou as duas possibilidades e declarou:

> Nós estamos trabalhando o PSC, de modo que no futuro eu entendo que aquele que melhor se estruturar, ele vai terminar sendo a sombra de abrigo de muita gente. Vamos ver. Como eu disse, a Universal tem a sua forma, pensa diferente, não junta muito, tem um projeto meio diferente do nosso. Nós pensamos não só hoje, nós estamos pensando até onde a vista dá, em relação ao futuro. Vamos ver. O tempo dirá como é que vai ser isso amanhã. [627]

---

[625] Indício mais forte de que o estatuto do PL foi utilizado para a elaboração de igual documento do PRB foi um lapso ocorrido em seu artigo 43, na versão de 25/08/2005 do Estatuto, arquivada no TSE, onde é mencionada a sigla PL onde deveria estar PRB. "Art. 43 - As *bancadas do PL* nas Câmaras Municipais de Vereadores, nas Assembléias Legislativas e Senado Federal constituirão suas lideranças de acordo com as normas regimentais das respectivas Casas Legislativas e com as normas baixadas pela respectiva Comissão Executiva, podendo, inclusive, adotar as regras estabelecidas para a eleição do Líder do Partido na Câmara dos Deputados, abaixo discriminadas:" (Grifo nosso. Versão disponível no site: http://www.tse.gov.br/partidos/partidos_politicos/prb/estatuto25805.doc, acessado em 20/12/2006).

[626] Entrevista do deputado João Mendes de Jesus, em Brasília, novembro/2005.

[627] Entrevista do deputado Zequinha Marinho, em Brasília, 25/11/2005.

Para o presidente da Frente Parlamentar Evangélica, Adelor Vieira, a Universal tem um projeto de poder e está fazendo uma espécie de ensaio com a formação de um partido sob seu controle:

> Eu acho que eles querem que a Igreja Universal tenha essa estratégia. Eles tinham inclusive, segundo eu tenho informação, eles tinham um projeto de poder também. Um projeto de poder. Não sei se, ainda, eles mantêm esse projeto de poder. E, por isso, eles montaram essa estratégia. [Mas] nem todos da Universal estão lá, porque eles vão deixar passar primeiro a eleição [de 2006]. Eu não sei se essa estratégia vai dar certo, não é? Eles querem primeiro se eleger em um outro partido. Mas se houver a mudança da legislação aqui, eles poderão ter problemas, também, com a fidelidade partidária. Então, não dá para a gente afirmar nada. [628]

Há uma questão pragmática nessa criação do PRB. A questão não é ter um partido evangélico, mas garantir a condição de controle de uma legenda (neste caso, por uma igreja), coisa que só caciques de partidos têm à disposição, para beneficiarem seus grupos de aliados. A deputada Zelinda Novaes expressou esta necessidade, ressalvando que o objetivo não era ter um partido exclusivo de evangélicos:

> Bem, você sabe que é difícil você manter um partido só evangélico. Agora, a gente quer ter um partido que a gente tenha liberdade para conseguir legenda, porque é muito difícil na época das eleições. E a gente já está começando a ver alguns sinais de algumas pessoas que pretendem se candidatar não estão conseguindo legenda. Então, [será] um partido que tenha acesso, mas ele não vai ser um partido só de evangélicos. Ele é um partido que vai ter pessoas. Alencar, por exemplo, vice-presidente, ele é filiado ao partido. Então ele não vai ficar restrito somente a evangélicos. Agora, os evangélicos vão ter fácil acesso e não vão sofrer aquela rejeição. Porque nós temos tido dificuldades. [629]

A iniciativa da Universal foi apreciada por uns e rejeitada por outros. O coordenador da bancada da Assembléia de Deus, pastor Pedro Ribeiro, considerou que foi uma providência competente a criação do PRB,[630] mas reconhece que será mantida a pluralidade no universo de políticos evangélicos:

> Nós já sabemos que tem esse partido criado pela Universal que vai ser, parece, Partido Republicano. Começa forte, como todas as coisas que a Universal faz. É muito bem

[628] Entrevista do deputado Adelor Vieira, em Brasília, 22/11/2005.
[629] Entrevista da deputada Zelinda Novaes, em Brasília, 25/11/2005.
[630] Em 2005, devido à mudança recente de nome, o Partido Republicano Brasileiro (PRB) era referido pelos deputados entrevistados ora como Partido Republicano ora como Partido Municipalista Republicano.

> planejado. Cooptando o vice-presidente da República, com total mobilização para ser candidato a presidente, com um vice evangélico. Negócio muito bem articulado. Então, em caso como este, que também a Universal começa mais com o pessoal dela, mas também vai cooptar outros políticos. Então eu acho muito interessante. Tirou muita gente do PL. A gente conversa aqui sobre a possibilidade de criar um partido, mas jamais um partido, por exemplo, jamais os evangélicos todos irão para o PR. Como se a gente criasse um outro, dessa ala mais suave, juntando Assembléia, com Graça, presbiterianos e batistas, também não vamos conseguir todos nós. Porque tem gente que é histórica do PT que não sai. Gente que é histórica do PSDB, do PFL que não sai. Então, eu não acho mal. Eu acho que se tiver é bom. Não faz muita diferença. É mais um.[631]

A criação do PRB não foi bem aceita por outros parlamentares evangélicos. O veterano político do PMDB e da Assembléia de Deus, Gilberto Nascimento, manifestou restrições à criação de um partido evangélico e prognosticou dificuldades para o partido criado pela Igreja Universal:

> A criação de um partido evangélico não me agrada muito essa idéia. Porque acaba ficando uma coisa muito sectária, não é? Eu acho que um partido tem que ter um programa e nesse programa ele pode ter divergências e convergências. É um partido político, não é uma associação cristã, não é uma associação de igrejas. Então, eu não comungo muito com essa coisa de partido evangélico. As perspectivas do PMR? Eu não vejo grandes perspectivas não, pois é um partido que já nasce com um carimbo, não é nem de um segmento dos evangélicos, é de uma igreja evangélica. Isso é muito ruim! [632]

Na análise que Duverger faz sobre a relação entre grupo de pressão e partidos, ele faz referência a "partidos subordinados a grupos de pressão": "um partido político subordina-se a um grupo de pressão de tal forma que se torna um órgão anexo do mesmo sob esta noção". [633] Poderia ocorrer o caso de um partido fundado pela Igreja Universal se tornar subordinado a ela? – Dificilmente. O PRB é um partido laico, como outro qualquer. Seu estatuto foi provavelmente inspirado no estatuto do PL. Ele abriga figuras públicas, como o vice-presidente da República, José Alencar, empresário reconhecido por sua luta contra os juros elevados praticados pelo sistema bancário brasileiro. Entretanto, não é impossível que a IURD conquiste o controle do partido, indicando os postos-chave em executivas

[631] Entrevista do deputado Pedro Ribeiro, em Brasília, 24/11/2005.
[632] Entrevista do deputado Gilberto Nascimento, Brasília, novembro de 2005.
[633] DUVERGER, 1968, p.457.

municipais, regionais e nacional, dessa legenda. Neste caso, ocorreria o que Duverger chama de "dependência mascarada". [634]

4.3 – A campanha do político pentecostal.

Um bom pré-requisito para uma competente campanha é a qualificação do próprio candidato. Apesar dessa idéia parecer óbvia, ela não esteve presente nas intervenções da maioria dos entrevistados. Apenas dois parlamentares tocaram neste assunto: o senador Magno Malta (ES) e o deputado Raimundo Santos (PA), ambos do PL. O senador inseriu este assunto no contexto do papel público da igreja, como instituição que, segundo ele, tem a obrigação de melhorar a sociedade:

> Só tem uma instituição que, definitivamente, pode ajudar essa sociedade a ser melhor, que é a igreja [...]. Então, ela tem que vir urgentemente, mas, madura, e sabendo estabelecer critérios para quem vai mandar para a vida pública: homens de caráter de fato, comprometidos com Deus, com a sua família, com lutas sociais, comprometidos com o dízimo... E com lutas sociais, acima de tudo. E com um preparo, acima de tudo, para discutir as questões sociais de uma forma contundente, e com coragem suficiente para fazer enfrentamentos que são necessários na sociedade, onde o crime organizado estabeleceu para si um Estado paralelo. Então, a igreja tem que vir e vir rápido.[635]

A preocupação do deputado Santos com a qualificação dos candidatos foi manifestada às vésperas das eleições municipais de 2004. Para ele, melhorar a qualidade dos quadros da igreja na política permitiria elevar o conceito dos evangélicos e traria benefícios para a sociedade. A palavra do veterano deputado paraense foi a seguinte:

> Olha, nessa linha da igreja ocupar o seu espaço, eu defendo a seguinte posição: nós temos que ocupar esses espaços, mas temos que ter pessoas qualificadas para ocupar esses espaços, que eu acho mais interessante não ocupar o espaço, do que ocupar o espaço para uma função que a pessoa não está preparada, não teria um mínimo de preparo, e vai nos envergonhar e atrapalhar. Por exemplo, a gente eleger um prefeito só porque é evangélico, mas se ele não tem a mínima noção de administração pública, a menor vivência, então é preferível que ele

[634] Idem, p. 458.
[635] Entrevista do senador Magno Malta, em Brasília, no dia 18 de junho de 2004. O deputado Walter Pinheiro (PT-BA) possibilitou esse contato e esteve presente, no início da entrevista, no gabinete do senador.

> não seja nem candidato, porque, ao chegar lá esse prefeito, nós, como evangélicos, estaremos prejudicando esse irmão sem prepará-lo para se candidatar, uma vez que ele não tem preparo ou qualificação e, daqui a pouco, vai estar até totalmente atrapalhado e respondendo vários processos. Então eu entendo que é importantíssimo, não se deve perder nenhum espaço. Mas que nós estamos em uma linha, também, e a Convenção Geral da Assembléia de Deus está defendendo a mesma linha de preparo, de conversação, de fóruns, para que quem for candidato a vereador saiba qual o papel de um vereador, que um candidato a prefeito saiba qual o papel de um prefeito, e que ele não deve, simplesmente, postular uma prefeitura por uma vaidade, por uma condição individual de aparecer, de crescer individualmente, mas ele deve sim postular a prefeitura tendo consciente qual o papel de um prefeito e tendo a vocação política para administrar, porque assim nós estaremos ocupando de forma legítima o nosso espaço e não apenas isso, mas o nome do senhor Jesus estará sendo glorificado, através daquele vereador ou daquele prefeito que tem a lei da comunhão com Deus. Que a coisa mais importante é o conhecimento de Deus, ele também tem o preparo para desempenhar a sua missão, então ele estará ajudando na glorificação do nome do senhor Jesus e estará, também, elevando no seio da sociedade o nome da igreja. Então, essa é a nossa visão para essas eleições. Eu tenho certeza que vamos, no Pará, eleger muitos vereadores, prefeitos, vice-prefeitos evangélicos. E o que mais me deixa feliz é dizer que, hoje, nós crescemos muito em termos da qualidade dos nossos integrantes, da qualidade dos nossos quadros nas igrejas. Então vamos eleger e eleger pessoas que têm a fé, mas que também tem a qualificação necessária para desempenharem a sua missão legislativa ou no executivo.[636]

4.3.1 – Preparação dos candidatos: orientações.

A campanha do pentecostal que concorre a uma eleição, como candidato oficial das igrejas pesquisadas, tem um período de preparação, coordenado pela comissão nacional ou estadual, conforme a amplitude dessas eleições. Em alguns municípios, a Assembléia de Deus tem uma coordenação política, mas para racionalizar os poucos recursos disponíveis e garantir controle sobre o conjunto de candidatos, a coordenação estadual se envolve tanto nas eleições estaduais como nas municipais. No caso desta pesquisa, as informações sobre campanhas foram obtidas em observações diretas, durante a realização de um fórum de

[636] Entrevista do deputado Raimundo Santos, no seu gabinete da Câmara, em Brasília, junho de 2004.

preparação dos candidatos da Assembléia nas eleições municipais de 2004, no Estado de São Paulo, e em entrevistas com parlamentares, em 2004 e 2005.

A tradição protestante e pentecostal recorre sempre ao que está escrito na Bíblia para orientar a atuação dos crentes na sociedade. Não é diferente no caso de campanhas eleitorais. A Assembléia de Deus promoveu fóruns de preparação de candidatos em diversos Estados do Brasil, em 2004, para as eleições de vereadores, prefeitos e vice-prefeitos. No fórum de São Paulo estiveram presentes os coordenadores de ação política, nacional e estadual. Ao coordenador nacional, pastor Ronaldo Fonseca, coube dirigir uma palavra aos candidatos. Ele proferiu um sermão em estilo religioso tradicional, com base no capítulo seis do livro de Josué. As práticas de Josué, como líder que guiou o povo hebreu durante a conquista da terra de Canaã, serviram de inspiração para as instruções que o coordenador transmitiu aos candidatos. O relato bíblico foi contextualizado como diretriz e resposta para as dificuldades e desafios que os candidatos da Assembléia de Deus iriam enfrentar naquela eleição. Alguns trechos do sermão do pastor Ronaldo serão transcritos a seguir[637], para dar a conhecer as ênfases aplicadas como preparação dos candidatos:

> Quando você oferece o seu nome para disputar uma eleição, você está buscando uma conquista. Na vida nós temos conquistas a serem realizadas. Acontece que conquista traz consigo duvida: "Será que vai dar certo? Será que não vai? Quando abrir a urna, como é que vai ser? Como é que não vai ser?". Conquista trás consigo o desânimo. Talvez vocês já tenham colocado o seu nome, tirado o nome: "Eu vou? Eu não vou? Estou desanimado; eu acho que não vai dar certo". Porque conquista, ela traz consigo, também, o desânimo. Qualquer conquistador dirá, se ele for sincero, que passou pela mente dele a vontade de desistir, o desânimo, as incertezas. A conquista ela traz consigo a expectativa de como vai ser.

Os candidatos foram reconhecidos e encorajados como líderes que já lidam com o sucesso em suas carreiras de pastores e obreiros da Igreja: "Amados, nós já temos a natureza conosco da conquista. Todos nós somos conquistadores, uns mais, outros menos. Mas todos nós somos conquistadores. Aliás, para nós estarmos aqui é porque somos conquistadores, é porque somos vitoriosos [...]." Como em toda reunião pentecostal, as

[637] Mensagem do pastor Ronaldo Fonseca, apresentada ao *I Fórum Político das Assembléias de Deus do Estado de São Paulo*, em auditório do São Paulo Hilton Hotel, no dia 10 de junho de 2004, em São Paulo, capital.

duas centenas de candidatos, ali presentes, respondia com – "Amém! Aleluia! Oh, glória!" – enquanto o orador prosseguia:

> Você tem que trazer com você essa característica porque você é um sucesso. Você não pode imaginar ganhar uma eleição ou construir um projeto imaginando o insucesso. A minha palavra tem esse sentido de injetar em vocês essa confiança, para que você entenda que você já é um sucesso por natureza. [...] Você tem que acreditar em você. Você tem que entender que você é uma possibilidade de sucesso. E você tem condições de ser vitorioso, de ser vitoriosa.

A elevação da auto-estima era reforçada através de dinâmicas de encorajamento coletivas, sob orientação do coordenador: "Aproveite agora e vire para o seu irmão e diga: 'irmão você é um sucesso' (*burburinho*). Diga para ele: 'Você é um sucesso' (*aplausos*). Diga aí: 'Você é um sucesso! Você vai ganhar a eleição! Você é vitorioso! (*burburinho*) 'Glória! Já ganhou!'" Estava instalado o clima pentecostal típico, na reunião de treinamento dos candidatos.

O coordenador voltou ao texto bíblico para analisar as estratégias que Josué usou na destruição dos muros da cidade de Jericó, enquanto procurava transformá-las em diretrizes para os candidatos definirem suas estratégias, no contexto específico de cada um. Insistiu que todos deveriam exercitar ao máximo a virtude da criatividade. Citou exemplos contemporâneos, como Enéias do Prona, que aproveitava os poucos segundos da propaganda eleitoral gratuita, a que tinha direito na mídia, com a frase simples e de impacto: "Meu nome é Enéias!" Citou exemplo de campanha que testemunhou:

> Você tem que criar alguma coisa. Você não pode fica sentado. Não, não pode ficar sentado. Você tem que criar alguma coisa, irmão: criatividade. Ora, tem um cidadão em uma cidade na qual eu fui pastor que ganhou a eleição. Sabe como, irmão? Em cima de um burro. Ele escreveu o nome dele todinho, as faixas enroladas todinhas no burrinho dele e ele sentado em cima. Não falava nada não. Só o burrinho andando na rua. (*risos*) E ele só assim. E o burrinho está lá. Várias faixas enroladas no burro e o burrinho lá, só o olho dele aberto. (*risos*) Sabe o que aconteceu? Foi o mais votado para vereador na cidade. O homem lá fez e ganhou!

Incentivou a criação de *slogans*, referindo-se ao exemplo do candidato Neuton Lima, que criou o mote – "gente da gente lá" – na campanha para deputado federal e

ganhou a eleição em 2002. Pastor Ronaldo deu ênfase à criatividade exercitada pelo próprio candidato:

> Se você tiver dinheiro, que quase não tem, procure um marqueteiro que tem uma idéia e pa-pa-pá. Mas muitas vezes o que o marqueteiro faz nem funciona direito. Aquilo que vem de você, que vem de sua cabeça, da sua visão mesmo, normalmente, é o que funciona e funciona muito bem. O que você tem que fazer é ter criatividade. Faz alguma coisa aí. Pega um ovo de galinha, por exemplo, pinta seu nome e sai distribuindo ovo por aí. (*risos*) Alguma coisa aí. Eu estou falando assim, mas eu quero dizer o seguinte. Seja criativo.

Em outro momento, respondendo a perguntas dos candidatos, o deputado federal Gilberto Nascimento, também presente ao fórum, deu conselhos práticos, como o seguinte:

> A eleição de vereadores é o voto artesanal. Imagine, por exemplo: Quem é candidato? Vamos pegar um candidato aqui na frente. Seu nome, qual é? – "Paulo Julio". Quantos votos você precisa na sua cidade? – "Dois mil votos". Hoje faltam 116 dias para a eleição. Vamos imaginar que faltassem cem dias. Você precisa, sabe, arrumar quantos votos por dia? Vinte votos. Para ter 20 votos certos, você precisa falar com pelo menos 40 pessoas por dia.[638]

Outra estratégia recomendada pelo coordenador Ronaldo Fonseca aos candidatos foi que eles deveriam confundir os adversários:

> Josué foi criativo, Josué foi criativo. E Deus deu para ele a estratégia. Que tipo de estratégia vocês estão montando? 'Eu estou montando uma estratégia para minar o meu inimigo'. Sabe o que a bíblia diz? A bíblia mostra para nós que quando Deus colocou o povo rodeando a cidade era para confundir o inimigo. Confundir inimigo é coisa de político.

Sem, necessariamente, fazer alusão a Carl Schmitt, o coordenador da Assembléia de Deus estava tratando do embate político como uma guerra entre inimigos.[639]

4.3.2 – Princípios e valores

Houve um momento na preparação dos candidatos em que foram apresentados alguns princípios e valores, a título de sugestão para inspirar suas condutas na campanha e

---

[638] Palavra do deputado Gilberto Nascimento, durante o *I Fórum Político das Assembléias de Deus do Estado de São Paulo*, em auditório do São Paulo Hilton Hotel, no dia 10 de junho de 2004, em São Paulo, capital.
[639] Cf. SCHMITT, Carl. **O conceito de político**. Petrópolis: Vozes, 1992.

na vida pública, em geral. Embora não tenha sido planejada, esta parte foi preenchida por um político não-evangélico do PSDB, o deputado federal Antônio Carlos Mendes Thame, que estava ali como representante do candidato a prefeito de São Paulo, senador José Serra. Thame fora escalado para uma simples saudação, mas produziu discurso ético, preenchendo lacuna que se esperava não devesse existir em evento de políticos religiosos. Excertos do seu pronunciamento, apresentados em seguida, oferecem um resumo dos pontos que ele abordou:

> Como é que uma pessoa entra para a política? [Em] primeiro lugar, aqueles que se dispõem a ter uma participação política são pessoas que, normalmente, não estão contentes com a realidade que estão vendo, sentindo. Estão querendo transformar a realidade. [...] Esta é a primeira percepção. A percepção de que uma ação isolada é infrutífera e que é preciso estar juntos para mudá-la. E é por isso que entram para a política. [...].
>
> A segunda percepção é a percepção de que não adianta atuar só nas conseqüências. Normalmente, os candidatos são pessoas que já atuaram como voluntários em instituições filantrópicas, instituições de benemerência e é muito importante que assim o façam. Percebem que se atuarem na política vão atuar nas raízes. Poderão atuar naquilo que está nas causas das desigualdades e dos problemas sociais. E que, portanto, poderão dar uma contribuição muito eficiente para mudar essas desigualdades e diminuir essas injustiças. [...]
>
> A política tem que ser feita com ética e [...] a nossa ação, o nosso mandato, não começa no dia em que tomamos posse. Começa já, agora, na campanha. A forma como se faz campanha condiciona o que vai ser o mandato. E, por isso, tomei a liberdade de conversar com o senador [José Serra] e, juntos, discutirmos [os] pontos [a seguir]: [...]
>
> A ação política começa na campanha e [...] nós não podemos ser camelôs ilusórios, prometer aquilo que não podemos cumprir. Nós só podemos prometer aquilo que nós vamos fazer. [...]
>
> O segundo ponto é a transparência. Não há nada durante a campanha que a gente não possa contar a todos. Nada que a gente vai fazer que seja feito de madrugada é porque não é bom. Tudo que nós fizermos tem que ser à luz do dia tem que ser feito de uma forma clara. [...]
>
> A população hoje exige e cobra dos nossos políticos é que eles tenham uma ação política voltada para quem mais precisa. Para os mais pobres. [...] É preciso deixar claro que nós estamos com uma administração voltada para os mais pobres e preocupada em criar uma rede de proteção social fundada na família. Não adianta planos soltos. Um te dá uma bolsa

> para escola, outro dá algo para o desempregado... É preciso que a família seja o núcleo das atenções e da ação política. [...]
>
> Nós queremos que a ação política seja um indutor da dignidade. E para induzir dignidade é preciso deixar claro que cada momento de quem tem um mandato é um momento dedicado para tentar criar emprego e para estimular o empreendedorismo. [...]
>
> O próximo ponto, [...] é a questão da gestão compartilhada. Que a gente citaria apenas dois pontos. O que é gestão compartilhada? Gestão compartilhada é a busca de soluções conjuntas com a população. Não querer resolver tudo sozinho. Tentar ouvir permanentemente a população, mas, mais do que ouvir, enxergar que a sociedade organizada mostra sempre o caminho mais rápido, mais barato e mais eficiente para resolver os seus próprios problemas. [...]
>
> Por último. Último ponto. Definir bem as parcerias. Definir quem são os nossos parceiros. Os parceiros da ação do prefeito, dos vereadores e de cada um de nós. [...]
>
> Lá no Eclesiastes, no versículo 10 (sic), diz que "tudo quanto que te vier à mão para fazer, faze-o com o melhor das tuas forças, porque no além, para onde tu irás, não há obra nem projeto nem conhecimento nem sabedoria". [...] Nós temos que estar aliados a pessoas que, quando pegarem alguma coisa para fazer, façam da melhor forma possível, com o sentido de que têm só uma oportunidade de fazer bem feito. Quando eleitos, tenho certeza, com o apoio das igrejas, eleitos façam do seu mandato aquilo que está nesse versículo. Aproveitem cada minuto dessa graça, desse mandato que recebem pela graça de Deus, pelo voto que recebem por confiança dos seus eleitores, para melhorar a vida de nossos semelhantes e ajudá-los a dar a nossa contribuição para transformar este país onde tivemos o privilégio de nascer, Um país rico, não um país rico em estatísticas, mas um país rico, acima de tudo, na qualidade de vida do nosso povo.[...].[640]

Cada candidato foi desafiado pelo coordenador Ronaldo Fonseca a estabelecer propósitos para a vida. Ter clara consciência do estágio da vida no qual se encontra, quais objetivos pretende atingir na carreira política e como procederá para alcançá-los. Da parte do mesmo líder, pouca ênfase foi dada a aspectos éticos do comportamento do candidato, salvo quando recomendou que deveriam ter uma estratégia para confundir o concorrente, mas que não deveriam usar as mesmas "armas que eles usam lá fora". Acrescentou o coordenador: "A Bíblia diz que as armas de nossa milícia não são carnais. Esta é uma

[640] Pronunciamento do deputado federal Mendes Thame (PSDB), aos candidatos da Assembléia de Deus às eleições municipais do Estado de São Paulo, no fórum de preparação destes, realizado no São Paulo Hilton Hotel, em junho de 2004.

milícia nossa, não são [armas] carnais. E sim, poderosas em Deus para a destruição das fortalezas. *("Amém", "Aleluia")*. Então, meu irmão, você pode montar sua estratégia, mas sempre dentro do limite da palavra de Deus, nunca fora disso".[641]

4.3.3 – Perguntas e respostas

Após essas intervenções, no momento de resposta a perguntas dos candidatos, o pastor Ronaldo explicou de que modo estava tentando imprimir um padrão visual nas propagandas eleitorais do pessoal da Assembléia de Deus em todo o Brasil:

> Nós estamos em nosso escritório central, ali em Brasília, criando um padrão para a nossa campanha visual. Então, os vereadores que quiserem, nós queremos que todos usem este padrão, claro, nós vamos mandar a arte para você e você vai idealizar isso na gráfica local. Mas nós temos um padrão de campanha, estamos trabalhando em nosso escritório de Brasília para isto, para que chegue a vocês através das comissões estaduais e municipais. Chegue até os irmãos este projeto. Estamos imaginando que Deus vai nos dar uma saída, no sentido de colocar na mão de vocês uma certa estrutura de campanha.[642]

As orientações aos candidatos também tinham o tom de advertência. A eleição é uma guerra na qual o candidato tem um preço a pagar, como advertia o deputado Gilberto Nascimento:

> Se você está aqui nesta caminhada achando que vai desistir com facilidade, então é melhor desistir já. Nem entra na guerra. Esta é uma luta grande. Esta não é uma luta fácil. Esta não é uma luta que quando você fala: 'minha câmara diminuiu de 11 para sete, eu vou perder a eleição'. Não. É aí que você vai ver que Deus está na sua vida. Se tiver um vai ser você. Amém? (*aplausos*).[643]

Mais adiante, o mesmo deputado disse:

> Política é uma coisa para ter determinação. Política não é uma coisa para você achar que vai fazer com tranqüilidade, ser candidato e ganhar a eleição. Não. Política é determinação.

---

[641] Palavra do coordenador nacional de política da AD, pastor Ronaldo Fonseca, no fórum de preparação dos candidatos da igreja para as eleições municipais do Estado de São Paulo, no SP Hilton Hotel, em junho de 2004.
[642] Orientações do pastor Ronaldo Fonseca aos candidatos às eleições municipais de 2004, apresentadas durante o *I Fórum Político das Assembléias de Deus do Estado de São Paulo*, em auditório do São Paulo Hilton Hotel, no dia 10 de junho de 2004, em São Paulo, capital.
[643] Palavra do deputado Gilberto Nascimento, durante o *I Fórum Político das Assembléias de Deus do Estado de São Paulo*, auditório do São Paulo Hilton Hotel, 10 de junho de 2004, São Paulo, capital.

> Política é você, primeiro, sair com acordo com a sua família. Gente, uma mulher chata na eleição, te tira a eleição. Mas sabe quando ela fica chata? Quando você não combina com ela.[644]

O pastor Ronaldo havia lembrado na prédica que a eleição é uma conquista construída com bastante antecedência:

> Não existe conquista sem estratégia. Deus deixa claro: "Quer ganhar, Josué? Então, espera aí que eu vou te dar uma estratégia para você ganhar" (sic). Quer ganhar a eleição meu irmão, minha irmã? Tem que ter estratégia. Não fica pensando que eleição se ganha no dia da eleição. Quando é a eleição? Dia três de outubro. Daí você pensa: "Dia primeiro de outubro, mais ou menos, eu vou começar a pensar." Já perdeu.[645]

Essa preparação antecipada deve ter como fundamento o projeto existencial de cada um:

> Existem muitas pessoas que não têm projetos para sua própria vida. É bem possível que nós tenhamos candidatos aqui que estejam dizendo o seguinte: "Oh, eu nem queria esse negócio aqui. Mas me colocaram, eu estou aqui e, sabe, eu estou indo. Não é um negócio para mim". Vais perder a eleição. Vai perder a eleição. "Ah, sabe como é, o pastor pediu. Sabe como é? Os amigos, daí eu estou aí". Escuta, mas este é um projeto que você deseja para sua vida, para sua vida? Você consegue vislumbrar? Consegue chegar? "Não, não, não. Eu não vejo nada disso. Eu só vejo derrota". Então é melhor tirar o nome.[646]

Esta seção de orientações, incentivos e exortações, aos candidatos da Assembléia de Deus foi encerrada com uma chamada a um compromisso, feita pelo coordenador estadual, pastor Paulo Freire:

> E chegou a hora de nós nos despertarmos. Estamos fazendo isso em boa hora, em um bom tempo. E vamos trabalhar. Vamos sair daqui conscientes de que na verdade é uma conquista, mas uma conquista que nós temos plena condição de alcançá-la, bastando, então, somente, seguirmos as instruções que temos recebido aqui. Na verdade, Deus tem falado conosco nas palavras destes homens que têm utilizado esta tribuna para nos trazer orientações sábias, orientações importantes para prosseguir. Agora, não vamos abrir mão desses princípios, dessas orientações, porque são elas que nos farão vencedores. Nós sempre

---

644 Ibidem.
645 Mensagem do pastor Ronaldo Fonseca, apresentada ao *I Fórum Político das Assembléias de Deus do Estado de São Paulo*, em auditório do São Paulo Hilton Hotel, dia 10 de junho de 2004, SP, capital.
646 Ibidem.

> temos dito que o nosso grande desafio é realmente trabalhar, despertar a consciência da cidadania, a consciência daquilo que nós somos, daquilo que nós representamos e daquilo que nós podemos alcançar. Para isso nós temos um projeto. Como disse o pastor Ronaldo, este projeto teve apenas um início, mas nós sabemos onde podemos chegar e como podemos chegar. Então vamos continuar trabalhando neste projeto que eu tenho certeza que a nossa vitória será muito grande.[647]

4.3.4 – Outros apoios aos candidatos

Além dessa iniciativa de preparação de candidatos, através de fóruns promovidos em diversas capitais do Brasil, os deputados da Assembléia de Deus estavam ajudando candidatos que atuavam em seus respectivos redutos eleitorais, como explicou o deputado federal Zequinha Marinho, da AD no Pará:

> O que nós fizemos? Nós tentamos ajudar. O que significa ajudar? Arrumar o 'santinho' para o vereador. Santinho aquele cartazinho [cartãozinho] pequeno. Aquilo que nós tivemos alcance nós fizemos como forma de estimular a participação no processo e a somar um pouco mais de mandatos. Melhoramos um pouco. Hoje nós já temos um pouco mais de vereadores, prefeitos e vice-prefeitos evangélicos, dentro e fora do partido. Muita gente se saísse do partido ia desarticular sua eleição, então foi aconselhada a permanecer no partido para vingar a eleição e evitar um tropeço. A gente tem que saber como se comporta em um momento eleitoral. E depois vai-se resolvendo isso, vai-se encaminhando a questão político-partidária. A estratégia do ano que vem [2006] é a mesma. É tentar convencer somar esforços, mobilizar. Como eu disse, a nossa igreja é diferente das outras, não é o presidente que fala assim, "vamos fazer isso", e todo mundo faz.[648]

A Igreja Universal tem sua estratégia própria de preparação dos candidatos, que não foi possível conhecer, através de observação direta. Também, nas entrevistas, não foi explicada como era feita a preparação dos candidatos da Igreja, nos bastidores da campanha. Apenas colheu-se uma breve menção da deputada federal Zelinda Novaes, sobre sua participação na campanha municipal de 2004, no Estado da Bahia:

> A gente participa sim, ajuda os candidatos e tudo. O nosso trabalho é muito no corpo a corpo. Ajuda a se reunir com as entidades, bairros, outras denominações, que nos convidam.

---

[647] Palavra do coordenador do *I Fórum Político das Assembléias de Deus do Estado de São Paulo*, pastor Paulo Freire, em auditório do São Paulo Hilton Hotel, 10 de junho de 2004, SP, capital.
[648] Entrevista do deputado federal Zequinha Marinho, em Brasília, dia 25 de novembro de 2005.

> Porque nós temos muitas denominações mais pequenas que não têm candidato e que a gente está sempre dando apoio. E antes das eleições a gente se aproxima, se coloca a disposição. Estive, principalmente em Vitória da Conquista, Camaçari, Candeia, Dias D'Ávila... Deixa eu ver mais... Foram diversos [municípios] onde nós tivemos candidatos. Principalmente interior.[649]

4.3.5 – Estratégias de campanha.

O político pentecostal sabe que o maior trunfo de campanha à sua disposição é o voto quase cativo das comunidades que o identificam como "candidato oficial da Igreja". Deste modo, ele concentrará esforços na divulgação da candidatura no âmbito dos distritos eclesiais que o apóiam. Contudo, deverá fazê-lo consciente de que se trata de um ambiente de igreja, onde falar de política ainda é tabu para as gerações mais antigas do pentecostalismo. Na Assembléia de Deus do Pará, por exemplo, os pastores têm sido proibidos de usar o púlpito para fazerem propaganda política. Não só o lugar é sagrado, mas também o tempo, pois evitam fazer propaganda aos domingos. Para contornar essa restrição, o coordenador de cada distrito eclesial realizou reuniões com as lideranças das comunidades nos sábados e na véspera da eleição, em 2004. Nesses encontros foram dadas orientações de como divulgar o nome do candidato oficial entre os demais membros da Igreja.[650] Estes cuidados são necessários, porque, afinal, uma igreja existe para atender demandas religiosas de seus fiéis. O projeto eleitoral não é sua atividade-fim.

No contato direto com a massa de membros e freqüentadores, a propaganda pode apelar para o vale-tudo. Em Belém, devido ao movimento dos homossexuais contra discriminação em transportes coletivos, prontos-socorros e ambientes de trabalho, alguns pastores e candidatos contra-atacaram, alertando seus eleitores que os homossexuais estavam pleiteando "carteirinha" de passagem nos ônibus, junto à prefeitura, e que era dever dos pentecostais eleger seus representantes para impedirem esses privilégios.[651] A mesma fonte comentou que "os homossexuais conseguiram a primeira passeata gay com o apoio dos [políticos] evangélicos [...]. Com o apoio dos evangélicos que barganharam o

---

[649] Entrevista da deputada federal Zelinda Novaes, em Brasília, dia 30 de novembro de 2005.
[650] Informação obtida em entrevista interativa com um grupo de cinco líderes da Assembléia de Deus em Belém, distrito de Icoaraci, no salão social do templo-sede do distrito, em janeiro de 2006.
[651] Entrevista com um grupo de cinco líderes da Assembléia de Deus em Belém (PA), distrito de Icoaraci, no salão social do templo-sede do distrito, em janeiro de 2006.

'dia da reforma'. Para a reforma [protestante] ganhar [sua data comemorativa no calendário da cidade], tiveram que barganhar pelo dia da passeata gay."[652] Curiosamente, completaram esses líderes pentecostais, "até hoje não fizeram uma programação em relação ao dia da reforma, [enquanto] a passeata gay cada dia mais cresce."[653]

Voltando para o tema campanha do candidato assembleiano, o deputado Pedro Ribeiro descreveu a estratégia estabelecida pela Convenção Geral das Assembléia de Deus do Brasil. Ele a reconhece como uma franca evolução do voto de cabresto, do tempo dos coronéis da roça ou coronéis de barranco, no caso da Amazônia, para um voto corporativo, em gente da "família dos santos".[654] Esta observação confirma o que constatou Lalive D'Épinay, quando indicou que havia um paralelo entre o *terrateniente* da sociedade agrária e o pastor pentecostal, que substituía parcialmente aquele, assumindo função paternalista-autoritária nas sociedades em processo de urbanização, na América Latina. [655]

A campanha do candidato não fica restrita ao arraial dos irmãos. Alguns políticos pentecostais, por já serem liderança de movimento social, ou por terem experiência em processos eleitorais mais amplos, caso típico dos deputados federais, são praticamente induzidos a ampliar o horizonte de campanha. A deputada Zelinda Novaes, da Igreja Universal, por exemplo, cuidava do trabalho social nesta denominação e tinha experiência como servidora pública, em cargo de confiança na prefeitura de Camaçari, antes de ser candidata. Embora seu eleitorado seja majoritariamente das comunidades de sua igreja, ela contou com a Internacional da Graça de Deus, em uma eleição para deputada estadual e com parte dos fiéis da Casa da Bênção na Bahia. O voto tem um componente de reconhecimento e gratidão pelo apoio que ela concede a projetos sociais:

> Você sabe que fica aquela gratidão, não é? E eles não são fechados em torno de um candidato. Então eu tenho uns espaços lá fora, em muitas igrejas pequenas, como, por exemplo, a Peniel, que é essa que tem a casa de recuperação que eu tenho ajudado muito,

[652] Ibidem.
[653] Ibidem.
[654] "Família dos santos" e "domésticos da fé" é linguagem bíblica que os evangélicos usam para se referirem à comunidade de crentes à qual pertencem, seja em sentido local, regional ou mais amplo.
[655] Cf. D'ÉPINAY, 1970.

> investido não com recursos, mas com trabalho, nessa questão de combate à dependência química. Então, eu tenho [ajudado] deficientes, eu já fiz muitos trabalhos nesse segmento.[656]

Outro parlamentar com experiência eleitoral externa ao reduto pentecostal, embora seja um deputado orgânico do projeto de conquista de poder da CGADB, é Zequinha Marinho. Sua prática no movimento sindical bancário e em lides políticas anteriores deram-lhe o preparo necessário para construir uma rede de apoio e conquistar votos, através dela, em 2002. A votação de Marinho foi, em sua maior parte, obtida no interior do Estado do Pará:

> Eu sou do interior. Eu sou da cidade de Conceição do Araguaia, interior do interior, fica a quase mil quilômetros da capital do Estado. Então eu sou, como diz o pessoal, da bancada caipira e como eu sempre vivi no interior... Eu nasci na roça, como dizem outros, na fazendinha do meu pai. Sou nascido em casa. Então isso eu acho muito bom. Interior para mim é uma festa. As cidades pequenas têm toda uma particularidade. Eu não tive cinco mil votos em Belém. Eu tive em Belém quatro mil e quinhentos votos, dois mil seiscentos e trinta em Ananindeua, se somar tudo não dá dez mil votos em Belém e Belém metropolitana. Aí não foi muito voto evangélico, aí foi em função de parcerias com deputados estaduais que tinham penetração ali e de uma articulação que foi feita com lideranças de comunidades, porque ali dentro manda o Raimundo Santos, o nosso companheiro, deputado aqui dentro, e ele teve uma votação expressiva em Belém e Belém metropolitana. [657]

4.3.6 – Finanças

As campanhas de candidatos pentecostais demandam poucos recursos financeiros, se comparadas a campanhas de candidatos que não têm à disposição um eleitorado quase cativo, como o das igrejas pentecostais que têm projeto eleitoral. O deputado Gilberto Nascimento, da Assembléia de Deus, ao falar sobre reforma política, defendeu o financiamento público de campanha para livrar os candidatos de grupos econômicos que os financiam, mas ressalvou que "na igreja é uma campanha diferenciada, é uma campanha muito mais barata, relativamente muito mais barata, porque ela tem um público definido".[658] Um assessor de parlamentar da Universal reforçou este argumento e

[656] Entrevista da deputada federal Zelinda Novaes, gravada em seu gabinete, Brasília, dia 30/11/2005.
[657] Entrevista do deputado Zequinha Marinho, em Brasília, dia 25 de novembro de 2005.
[658] Entrevista do deputado Gilberto Nascimento, em Brasília, novembro de 2005.

acrescentou algumas peculiaridades do contexto político desta igreja. Segundo ele, a IURD tem um grande trunfo para atrair partidos: candidatos desta Igreja arrastam votos em quantidade capaz de fazer quociente eleitoral que os elege e pode eleger outros, ampliando deste modo a bancada do partido que os acolhe. Talvez haja exagero do assessor, pois nem todo candidato da IURD carreia tantos votos assim. Entretanto, o carisma institucional desta igreja é muito forte e atrai público disposto a fazer o que seus líderes recomendarem. Segundo o mesmo assessor, a campanha é mais barata por causa deste carisma:

> ... o gasto financeiro é menor que o dos outros. Por quê? O cara chega na igreja e fala "O bispo Fulano de Tal vai vir aqui dar a palavra de manhã". A igreja vai estar lotada desde as sete da manhã. Até o trânsito vai estar engarrafado. Porque ele vai falar 15 minutos às dez da manhã, às seis da manhã já está cheio. Se ele vai falar às quatro da tarde, meio dia já tem gente. Então esse tipo de coisa que um candidato só consegue se levar o Zezé de Camargo e Luciano. Tem que levar uma atração para poder [atrair gente]. E lá não, não precisa disso.[659]

A Assembléia de Deus é uma denominação com enorme carisma, mas não tem bispos.[660] Seus templos também lotam, durante as diversas celebrações. Não há, porém, esse comportamento emocional em torno de personalidades, que faz transitar do campo religioso ao político a dedicação dos fiéis, a ponto de fazerem, sem questionamentos, o que a liderança da igreja lhes recomenda.

Candidato oficial da Assembléia de Deus sabe quão importante é a chancela da Igreja para o sucesso de sua candidatura, mas reconhece a necessidade de ajuda financeira, ou em forma de materiais diversos e apoio logístico para a campanha. A coordenação política nacional também estava atenta a isto, em 2004, porém confessou suas limitações. O coordenador Ronaldo Fonseca fez um relato da dimensão do projeto "Cidadania AD Brasil" e demonstrou como seria inviável angariar recursos e distribuí-los aos milhares de candidatos, espalhados em todos os rincões do País:

> Meus irmãos, uma das grandes dificuldades do candidato é, realmente, a área financeira. Eu já disse hoje e vou repetir. Muitas vezes o poder econômico nos ameaça, mas nós falamos

[659] Entrevista concedida por um assessor de deputado da Igreja Universal, em Brasília, em meados de junho de 2004. A fonte pediu que sua identidade fosse omitida.

[660] O bispo presidente da Assembléia de Deus Madureira, deputado pastor Manoel Ferreira, é uma exceção no conjunto das Assembléias de Deus. Em geral, as igrejas desta tradição não adotam a figura de bispo. Preferem designar de "pastor presidente" o líder de um distrito, região, convenção ou ministério.

> aqui, hoje, na unidade, que a unidade nos faz vencer a eleição, sem dinheiro. Obviamente que alguma coisa precisa. Nós temos andado muito preocupados com isso, porque essa parte é a mais difícil do projeto. Como fazer chegar a vocês alguma coisa no sentido de dar uma certa estrutura, condições para que possa fazer uma eleição dentro do mínimo possível. Ora, se nós da Assembléia de Deus vamos ter, aproximadamente, cinco mil candidatos a vereadores em todo o Brasil eu fico pensando, onde é que nós vamos arrumar dinheiro? Então, supomos que nós fossemos fazer o seguinte... Igreja não tem dinheiro para isso. Igreja não usa o seu dinheiro para a política. Dinheiro da igreja não é para isso. Mas digamos que a gente fale: "vamos conseguir dinheiro para dar para os vereadores para resolver os problemas deles; vamos fazer o seguinte, para não dar muito para eles, vamos dar mil reais". Mil reais não é nada, mas faz um cálculo, são cinco mil, quanto daria? – Cinco milhões. Aí é muito. Então, queria só que vocês nos ajudassem em oração. Nós estamos orando para que Deus nos dê uma saída com sabedoria, para que nós possamos trabalhar visando dar o mínimo de estrutura possível para vocês. Claro que existem muitos caminhos. Existem os apoios, as alianças que nós vamos fazer em todo o Brasil. Nós temos candidatos a prefeito, inclusive temos o senador Serra, que será candidato a prefeito aqui. Teremos os candidatos a prefeito, que nós poderemos estar costurando uma aliança com eles, visando, também, buscar esta estrutura de campanha que é absolutamente possível.[661]

As dificuldades enfrentadas pelo coordenador foram testemunhadas pelo deputado Neuton Lima, que reforçou o discurso de Fonseca:

> Nós estamos correndo atrás de tentar viabilizar recursos para a comissão política do Estado de São Paulo. Pastor Ronaldo, coitado, está ficando quase sem cabelo. A preocupação dele é maior ainda, é com o Brasil; todos os estados do Brasil. E nós temos que arrumar, no mínimo, o papel com o carimbo da comissão política para dar para os nossos vereadores. Gilberto sabe o quanto que a gente tem corrido. Ele também tem corrido, viu gente? Eu sei o trabalho do Gilberto. Temos corrido para ver se a gente viabiliza as condições mínimas necessárias. Eu sei a vida desse homem aí, pastor Paulo: é cuidar da Igreja, da comissão política, do conselho de doutrina, é presidindo a Igreja de Campinas, que é grande que só. E conversa comigo toda semana. Colocou um assessor dele para comandar alguns projetos em algumas prefeituras e as coisas estão caminhando. Quer dizer, todo mundo tem que correr atrás para ver se sobra uma migalha daquelas lá, que cai da mesa do Senhor, para ver se dá para a gente dividir com os nossos candidatos. Mas não seja este fator econômico que desestimule vocês não. Acreditem: eu não tinha a mínima condição de me eleger deputado em 98 e ganhei. Em 2002, mais ainda, porque ainda diziam: "o Neuton mudou de partido,

[661] Palavra do pastor Ronaldo Fonseca, no fórum de candidatos da AD-SP para as eleições municipais de 2004, no São Paulo Hilton, em junho do mesmo ano.

> vai precisar de muitos votos e ainda não ganha a eleição". Deus deu. Acabei de pagar minha dívida de campanha agora, em abril de 2004. [662]

A manifestação do deputado Lima era importante, porque havia expectativa de que ele e outros parlamentares assembleianos pudessem ajudar seus irmãos naquela campanha. Afinal, na eleição seguinte, de 2006, eles precisariam contar com o apoio dos vereadores. Tentando evitar um provável assédio dos aspirantes a vereador sobre os deputados, adiantou-se o pastor Ronaldo, com a seguinte declaração:

> Dinheiro ninguém tem. Eu vou dizer uma coisa para vocês. Eu moro em Brasília e estou junto deles lá. Olha meu irmão, eu vou ser sincero com vocês. Eu tinha tanta vontade de pedir uma oferta para deputado, mas depois que eu fui morar em Brasília e conviver com eles, irmão, eu chego lá e tenho vontade de tirar o dinheiro e dar para eles. Irmão, deputado não tem dinheiro. Deixa eu ser sincero com vocês, não tem dinheiro. Esses dias, um companheiro nosso esteve no meu gabinete, coitado, estava até chorando, e mostrou para mim: "Ronaldo senta aqui um pouquinho. Três contas bancarias minhas e olha aqui como é que eu estou, tudo no vermelho. E ainda quando vem uma convocação extraordinária falam mal de nós". Deputado não tem dinheiro não, é muito difícil. Como é que deputado vai bancar campanha para vereador em todo Brasil: Por exemplo, Estado de São Paulo, 645 municípios e nós vamos ter candidatos na maioria. Como é que vai bancar? Realmente não tem condições. [663]

Mesmo com essas dificuldades, a coordenação estadual de São Paulo não descartava a possibilidade de dar apoio para os candidatos que quisessem realizar fóruns municipais. Retomando a palavra, o deputado Neuton Lima recomendou que o orçamento de campanha de cada candidato se adequasse aos limites de recursos que cada um tivesse assegurado:

> Gilberto está aqui lembrando uma coisa muito séria. Não fica trocando cheque. Não pegue dinheiro de agiota. Não faz isso, não faz dívida irmão. Eu, quando saí candidato a prefeito agora, meu pai chegou e disse: "Meu filho, pelo amor de Deus, você vendeu seu apartamento, vendeu carro, está pagando a dívida e vai fazer mais uma?". Eu fiz um compromisso com meu pai e com a minha esposa: eu não faço mais dívida. E não estou fazendo. Se tiver dinheiro eu faço a campanha. Se não tiver dinheiro, eu vou fazer a campanha, como? Eu não sei, Deus vai prover e assim que você deve acreditar. A comissão

[662] Palavra do deputado federal Neuton Lima, no fórum de candidatos da AD-SP para as eleições municipais de 2004, São Paulo Hilton, junho de 2004.
[663] Palavra do pastor Ronaldo, no fórum mencionado.

> política vem para te apoiar. Te ajudar, te orientar. Na medida do possível que ela tiver, ela vai investir e você também. Agora, se não chegar, faça, e Deus vai honrar sua fé e você vai ser um vitorioso.[664] (*Aplausos*).

Com a experiência acumulada de ter vencido várias campanhas, o deputado Gilberto Nascimento sugeria que os candidatos deixassem a parte financeira sob controle da esposa:

> Tem eleição que você se desespera: "Acho que eu vou perder a eleição". Porque você acha o seguinte: "Se a pessoa me pede tal coisa, e eu não der, talvez seja esse voto que vai me faltar". Também não entra nessa neura, nesse desespero, não. Na campanha, minha [esposa] Débora controla o meu dinheiro. E ela não me deixa gastar mesmo. Sempre o cartão do banco fica com ela. [665]

4.3.7 – Desempenho eleitoral

As dificuldades apontadas pelos dirigentes da Assembléia de Deus em 2004, seja a insuficiência de recursos, seja a precariedade logística de apoio aos candidatos, podem justificar, em parte, o resultado obtido na eleição. A expectativa era eleger cerca de três mil vereadores, mas foram eleitos um terço deste total. Os deputados Gilberto Nascimento (SP) e Pedro Ribeiro (CE) avaliaram esse desempenho e fizeram diversas ponderações. Ambos reconheceram que a Assembléia de Deus tem pouca experiência em processos eleitorais. Segundo Nascimento:

> Esse processo para a Igreja é um processo novo. Essa organização para nós ainda é uma coisa nova. Porque, eu repito, eu fui o primeiro vereador da Assembléia de Deus em São Paulo. Isso em 1982. Então, nós temos um processo de 20 anos que a gente está se organizando para isso. Quer dizer, quem não tinha nada, para chegar a esse número de quase mil vereadores no Brasil inteiro, eu acho que nós caminhamos bem. Poucos partidos têm isso. Então, o segmento evangélico caminhou muito bem. E volto a dizer, hoje são quase mil vereadores. Então, caminhou bem.[666]

A análise do deputado Pedro Ribeiro foi mais ampliada. Situou o candidato a vereador no contexto das relações com o prefeito, que por sua vez já tem vínculos com deputados, geralmente alheios à Assembléia de Deus. Ribeiro também lembrou o impacto

---

[664] Palavra do deputado Neuton Lima, no mesmo fórum.
[665] Palavra do deputado Gilberto Nascimento, no fórum dos candidatos da Assembléia de Deus de São Paulo, em junho de 2004.
[666] Ibidem.

do corte de emendas individuais ao Orçamento da União, efetuadas pelo Executivo, visto que essas emendas constituem fonte importante para os deputados alimentarem suas bases políticas locais, em troca de votos. O pouco tempo dos pentecostais na política não permitia, ainda, que a Assembléia de Deus já dispusesse de um quadro de parlamentares com vários mandatos. Este tipo de parlamentar veterano vai formando, ao longo do tempo, uma rede de apoio, que se consolida em sucessivas campanhas. O depoimento do deputado cearense foi o seguinte:

> Nós da Assembléia de Deus elegemos em torno de mil [vereadores]. Foi essa a estatística levantada. Foi pouca. O desempenho foi fraco. Teve tudo a ver ainda com a nossa neoficidade (sic) e a nossa falta de estrutura. Porque o seguinte: o vereador é a peça mais difícil para se trabalhar. Porque ele vive no município, ele serve ao prefeito. O prefeito normalmente tem o seu deputado. Como nós não éramos, não somos deputados daquele prefeito, é preciso a gente levantar homens com o nome excelente dentro da igreja e condições para trabalhar, o que nós não temos. O que eu pude ajudar aos meus candidatos, pelo menos eu pude ajudar a 126 candidatos. Qual foi a minha ajuda? Material gráfico, pacote de "santinho", pacote de marcador, não pude fazer outra coisa. Eu demonstrei... pelo menos papelzinho eu mandei, pelo menos boa vontade eu tive, eu não podia fazer mais. Agora elegemos e temos vinte e poucos desses aí no Ceará. Também sofremos em 2004 um grande problema do gigantesco corte através [...] das emendas individuais. [Houve, também] corte de vereadores. De 21, um município que tinha 21 [vereadores], caiu para nove. Agora, isso quer dizer, nós temos uns 50 ou 60 primeiros suplentes. Também cortaram demais. Cortaram 8.300, deveriam cortar 5 mil e poucos. [Foi o] Supremo Tribunal Eleitoral (sic). Então, o nosso desempenho não foi melhor por causa disso. A nossa neoficidade, a nossa falta de estrutura, historicamente não éramos [da política] e, porque também, o que era 21 caiu para nove. Outra coisa, afora disso, que é verdadeira e faz falta: com quatro ou cinco mandatos, você tem outra estrutura. Vai crescendo.[667]

Em Belém do Pará, onde o quadro de vereadores foi reduzido de três para um, na mesma eleição de 2004, líderes do distrito eclesial de Icoaraci (na grande Belém) ponderaram que o eleitor assembleiano está mais conscientizado: "[o eleitor] vê que no bairro que ele mora tem alguém que faz alguma coisa e vota nessas pessoas que trabalham".[668] Entre esses líderes entrevistados, estavam dois que trabalharam para

[667] Entrevista do deputado federal Pedro Ribeiro, em Brasília, 24/11/2005.
[668] Entrevista interativa com um grupo de cinco líderes da Assembléia de Deus em Belém, distrito de Icoaraci, no salão social do templo-sede do distrito, em janeiro de 2006.

candidato não-oficial, porque não concordaram com o processo de escolha restrito a um colégio de pastores e dirigentes de congregação, excluindo, portanto, os membros da Igreja. "Em Icoaraci, são mais de dez mil membros e nós não temos um candidato a vereador nosso". Além disto, os vereadores que buscavam reeleição não se destacaram na ação social, reclamou um dos líderes:

> É hora de uma estrutura melhor, uma organização melhor, e termos o nosso candidato, para que a Assembléia aqui em Icoaraci venha a se destacar nos trabalhos sociais, não só na parte cristã. "Ah, salvação, Jesus te cura, Jesus te abençoa!" – Mas cadê o trabalho? Cadê a qualificação profissional para os jovens? Aquelas oficinas? Nós não fazemos. É só: "Jesus te ama, Jesus te dá uma bênção!" – Mas cadê a nossa participação como cidadãos? [669]

Os vereadores da Assembléia de Deus de Belém (PA) também perderam um forte instrumento que sensibilizava o eleitor pentecostal a favor deles. Era costume os vereadores conseguirem a cessão de ônibus para eventos da Igreja, através de tráfico de influência, envolvendo Câmara, Prefeitura e empresas de transportes coletivos. Todavia, a própria Câmara de Vereadores resolveu coibir essa prática e as empresas de ônibus decidiram que a cessão de transporte passasse a ser assunto tratado exclusivamente pelo sindicato dos proprietários, o que reduziu drasticamente a margem de manobra clientelista dos vereadores pentecostais.

4.3.8 – Curral eleitoral

Pensar os evangélicos como um curral eleitoral é uma simplificação que está distante da complexa realidade. Mesmo restringindo o universo de observação para os pentecostais ou neopentecostais, não cabe essa visão reducionista deste subconjunto. Os evangélicos brasileiros compõem um aglomerado de multiformes experiências religiosas e variadas condutas políticas. Regina Novaes tem reconhecido essa variedade. Segundo ela:

> Vinte anos depois do início da terceira onda pentecostal, o conjunto dos evangélicos se apresenta hoje como um complexo mosaico. Há disputas entre as denominações. As tentativas de articulá-las em organismos têm esbarrado em várias dificuldades. Além das denominações grandes e conhecidas, há um imenso conjunto de microdenominações independentes entre si que, em muitas situações, se resumem a um "ponto de culto"

[669] Ibidem.

> localizado em casas ou salas de uma favela ou bairro periférico. É possível que estes fiéis evangélicos busquem, por iniciativa própria e/ou do pastor, votar em candidatos evangélicos. No entanto, nada garante que outros tipos de pertencimentos, lealdades e adesões familiares e/ou locais não influenciem os votos dos membros da Igreja. Em resumo, não há garantia de consensos entre denominações, nem de que evangélicos votem necessariamente de acordo com a orientação do pastor, nem podemos dizer que evangélicos votem sempre em evangélicos. [670]

Como o foco desta pesquisa é o comportamento político da Assembléia de Deus e da Igreja Universal, há possibilidade de aprofundar essa discussão se ambas se aproximam ou não de "currais eleitorais". Ou seja, se seus respectivos dirigentes conseguem fazer que os votos dos membros e freqüentadores sejam votos cativos para os candidatos indicados oficialmente pela igreja.

No caso da Assembléia de Deus, constatou-se que os esforços da corporação têm recebido uma resposta bem aquém da desejada por seus líderes. Não há indicadores precisos de geografia do voto, mas se tem indícios que permitem fazer esta afirmação. As diversas vertentes do conjunto chamado Assembléia de Deus congregam mais do dobro de adeptos da Igreja Universal, mas os assembleianos conseguiram manter uma bancada de, no máximo, 24 representantes no Congresso, em Brasília, na 52ª legislatura (2003-2007), enquanto a Universal chegou a dispor de até 18 parlamentares, em longo período da mesma legislatura. Em termos proporcionais, portanto, a presença da Universal tem sido bem maior do que a das Assembléia de Deus, no Poder Legislativo federal.

Um exercício com os números das eleições para deputado federal em 2002 foi feito por Zequinha Marinho. Este parlamentar constatou que menos de metade dos eleitores da Igreja, votaram em seus candidatos a deputado federal:

> A nossa igreja tem mais de 700 mil membros no Pará. [...] Digamos que tenha 350 mil eleitores. Pois, eu tive, vamos arredondar, 40 mil votos dentro da igreja, o Raimundo Santos teve 66. [...] Então vamos somar 66, ele milita mais só dentro da igreja, 66 mil com mais 40 mil são 106 mil. Se nós temos um universo de 350 mil eleitores evangélicos e só aproveitamos 106 mil votos, digamos assim, não dá para... Tem muita coisa para avançar, para ser trabalhado, para ser conscientizado, para ser comandado. Nossa igreja, hoje, é uma

[670] NOVAES, 2002, p. 86.

> igreja completamente diferente, pela idade que tem. Pela forma como foi instituída, criada, vivida. Se você chega na Igreja Universal, a liderança da igreja é muito forte. Eles falam assim, "vamos eleger esse vereador, esse deputado", e vão embora. Todo mundo vota e nem sabem quem é o cara. O cara nunca foi lá, nunca deu um prego em uma barra de sabão, nunca beneficiou em nada. Na nossa igreja não, ou tu vais lá, trabalha, se torna conhecido, se enturma e tal, para você conquistar algum voto (sic).[671]

A rejeição do rótulo de "curral eleitoral", por parte de parlamentares de ambas as igrejas, é compreensível, porque tem conotações pejorativas que menosprezam a capacidade de discernimento dos eleitores. O deputado Marinho procurou provar com números a impropriedade dessa classificação para a Assembléia de Deus no Pará. Já seu companheiro de Pernambuco, pastor Francisco Olímpio, da mesma igreja, reagiu à designação, mas defendeu com veemência o voto corporativo, porque, para ele, o crente deve votar em alguém que se assemelhe a ele, que rejeita vícios e pecados, tais como embriaguez, fumo e adultério. A argumentação desse deputado-pastor não escondeu que ele defendia o voto do assembleiano em alguém da mesma igreja, mesmo que houvesse outros candidatos evangélicos no páreo. Em resposta à pergunta se a Assembléia de Deus era um curral eleitoral, Francisco Olímpio fez a seguinte declaração:

> Absolutamente. De maneira nenhuma. Agora, não é um curral eleitoral, porque a gente não força, a gente não vive fazendo campanha direto, a gente apenas precisa conscientizar o povo da necessidade de ter homens sérios aqui. Então, se o senhor é um homem evangélico, o senhor não bebe, o senhor não joga, o senhor não fuma, o senhor não adultera, por que o senhor não vai votar em um homem que não bebe, não fuma, não joga e não adultera? Por que o senhor vai votar em um adúltero? [...] Por que o senhor vai votar em um parricida, um matricida, aí? Um matador, um drogado? Porque, se em todos os segmentos, desculpe a expressão, mas até os homossexuais querem se levantar para ter o seu segmento, como que o senhor, crente evangélico, não pode ter o seu representante? Então, essa é a linha. Não é um curral eleitoral. É uma conscientização política que deve haver, que eu devo eleger um representante que eu confie nele. E a confiança do crente não é nem tanto na capacidade técnica daquela pessoa. A capacidade técnica, a capacidade escolar, isso vale, não me resta dúvida, mas o meu voto como crente é mais a credibilidade que eu tenho na pessoa como crente, de ele se eleger e continuar lendo a Bíblia, orando. Não vai chegar aqui, vai-se misturar e começar a tomar cerveja por aí. Aí se acabou a minha fé, a minha credibilidade.

[671] Entrevista do deputado Zequinha Marinho, em Brasília, 25/11/2005.

> Então, o crente evangélico da Assembléia de Deus, ele quer eleger alguém de acordo como ele é. Correto? [672]

A lógica defendida pelo deputado da Assembléia de Deus de Pernambuco é compartilhada por milhares de eleitores que escolhem candidatos com os quais se identificam religiosamente. Há, de fato, nestes casos, uma aliança entre religião e voto, embora, como observou Novaes, essa relação não permita fazer previsões de comportamento, principalmente se o universo de observação se amplia para o conjunto dos evangélicos:

> Enfim, no que diz respeito aos evangélicos, evidenciam-se ligações entre religião e votos. Isto porque, via de regra, em suas igrejas aliam o sentimento de perseguição dos "escolhidos por Deus" com a assiduidade, a freqüência ao templo, a ênfase na palavra (leitura, comentário, testemunho), que aproximam a religião com o calendário da vida real. Contudo, é preciso lembrar que não há um centro que responda por todos. Não há quem possa dizer que controle a capilaridade das novas denominações autônomas e independentes entre si. Se não é fácil entender este fenômeno que às vezes, parece ser único, orgânico e poderoso e, outras vezes, parece múltiplo, segmentado e frágil, mais difícil ainda é prever suas conseqüências políticas eleitorais. [673]

A Igreja Universal tem maior capacidade do que a Assembléia, para induzir seus fiéis a votarem em candidatos da Igreja. Não se fez pesquisa direta para aferir esse comportamento, mas as vitórias nas urnas têm provado que a IURD é mais eficaz na condução dos seus quadros aos parlamentos brasileiros do que outras agremiações pentecostais e neopentecostais. Votar em candidato da Igreja é algo assimilado pacificamente pelos membros. Uma entrevistada revelou pouco interesse em política, mas deixou patente sua confiança nas orientações da Igreja, em qualquer área da vida, inclusive nesta da escolha de quem deve representá-la. O diálogo foi o seguinte:

> Entrevistador – Como a Universal orienta seus freqüentadores nas eleições?
> Dona Laurita – Eles dizem o seguinte. Que cada um vota em quem quer. Mas o que eles dizem é o seguinte: em vez de votar em um homem aqui fora, [melhor] votar em um homem de Deus. Mas eles dizem o seguinte: vocês votam em quem vocês quiserem. Não é obrigado...

---

[672] Entrevista com o deputado Francisco Olímpio, em Brasília, novembro de 2005.
[673] NOVAES, 2002, p. 92-3.

> Entrevistador – Eles dão um folheto com o nome do candidato?
> D. Laurita – Dá. Em todo canto dão isso. Eles só têm vereador e deputado. E agora senador, que é o bispo Marcelo Crivella.
> Entrevistador – Política traz benefício para a Igreja?
> D. Laurita – Olha, isso aí, o negócio de política, eu nem entendo isso...
> Entrevistador – Mas a senhora votou nos candidatos da Universal?
> D. Laurita – Votei.
> Entrevistador – A senhora sabe o nome deles?
> D. Laurita – Eu até esqueço. Passa tanto pastor por aí... Já foi o Carlinhos de Jesus, que ele não ganhou nessa eleição, tem o pastor Raul, também. Não sei se é ele que ficou com o cargo. E tem o outro, que eu esqueci o nome dele, um que é bigodudo, esse eu não lembro o nome dele. Agora tem o bispo. Como é o nome dele? Se for guardar o nome de todos esses pastores... porque é cheio de pastor. Eu esqueci o nome do bispo que agora ganhou nessa eleição. [674]

Este diálogo é apenas um exemplo isolado de como se comporta uma eleitora da Universal. Sua relação com a política, não obstante, se assemelha à de muitos brasileiros que logo se esquecem em quem votaram. O que merece destaque no exemplo de dona Laurita é que ela acata as orientações da IURD, porque encontrou nesta igreja o que, segundo ela, faltava em outras. Segundo suas próprias declarações:

> Na Quadrangular eu servi 11 anos. Agora eu vou falar curto e certo. Na Universal a gente não deve mentir. Diz que a gente tem que falar a verdade. Eu nunca escutei uma palavra nas outras igrejas como as que eu escutei na Universal. Não sei se é porque ela é muito rigorosa. Se ela tiver que dizer alguma coisa, o pastor diz. Diz sem medo. E eles ensinam a verdade. Ele diz que o pastor está lá em cima para falar a verdade para os seus membros. [...] Prefiro a Universal porque... justamente pelas palavras que eu não ouvi na outra igreja. Dizer que é pecado isso, pecado aquilo... Que é errado isso, errado aquilo. Eu nunca escutei na outra igreja.[675]

As respostas dessa entrevistada em outras questões também enfatizaram a autoridade e disciplina que ela encontrou somente na IURD. De igual modo, foram estas as características realçadas pelos deputados e assessores que falaram da mesma denominação, principalmente os integrantes dela. A Universal é uma organização com o poder

---

[674] Entrevista com a senhora L.A.L., 62 anos, que vive de lavar e passar roupas, em bairro da periferia de Belém do Pará, onde foi realizada a entrevista, em janeiro do 2006. (Laurita é pseudônimo usado aqui para preservar a fonte). L.A.L. freqüenta, diariamente, a Igreja Universal, há sete anos.
[675] Ibidem.

centralizado e bem definido. Ela escolhe e destitui candidatos como escala qualquer outro empregado da corporação. A deputada Zelinda Novaes descreveu o processo:

> Nós quando somos chamados, nós sabemos que é um período transitório. Você é deputado, você pode depois não ser. Você tem consciência disso, porque você é avisado que você não é detentor de um mandato vitalício. Você pode ser escolhido na próxima eleição, como pode também não ser escolhido. Você tem um compromisso moral de também continuar no mandato votando nos interesses da Igreja, atendendo as necessidades. Isso vai muito de uma questão pessoal de foro íntimo, porque têm muitos que abandonam o barco. E, se você não é candidato, e a Igreja achar que não é mais conveniente, achar que você já deve dar o lugar a outra pessoa, eu acho que você tem o compromisso de participar das eleições, de ajudar os outros candidatos, passando a experiência que a gente já tem. Alguns espaços que a gente conquistou fora da instituição. Então, a estratégia é esta.[676]

Um assessor de deputado e bispo da IURD foi mais além e comparou a Igreja com uma corporação militar. Ele explicou que existe um conselho de 12 bispos comandados pelo bispo Edir Macedo. Este conselho deliberou retirar os cargos eclesiásticos dos parlamentares, logo depois do primeiro escândalo que atingiu o deputado bispo Rodrigues[677]: "Os bispos, os pastores, todos eles perderam seus cargos na Igreja. Então nenhum deles, hoje, é bispo ou pastor na Igreja. Nenhum deles recebe remuneração da Igreja. Nenhum deles sobe no púlpito da Igreja. Nenhum dele prega no púlpito da Igreja."[678] A única exceção foi o senador Crivella, que permaneceu como bispo:

> Foi o único. É sobrinho. Mas não é pelo fato de ser sobrinho, mas é porque não atingiu a imagem dele. Foi feita uma avaliação e a imagem dele não foi atingida, então, ele se preservou disso aí. Olha só. Aí você tira o cargo de todo mundo, cargo eclesiástico. E todo

---

[676] Entrevista da deputada federal Zelinda Novaes. Brasília, dia 30/11/2005.

[677] Em fevereiro de 2004, o bispo Rodrigues perdeu o título de bispo e foi destituído do conselho de bispos e da coordenação da bancada parlamentar da Igreja Universal, na Câmara Federal. "Oficialmente, o conselho de bispos da Igreja Universal do Reino de Deus informou que o afastamento está sendo feito diante das notícias que vinculam o nome de bispo Rodrigues ao do ex-assessor do Governo Waldomiro Diniz." (Jornal do Brasil, 20/2/2004). Diniz se tornara um dos principais homens de confiança do ministro José Dirceu (Casa Civil) e havia acusação de que ele negociava com bicheiros o favorecimento em concorrências, em troca de propinas e contribuições para campanhas eleitorais. A indicação de Diniz para dirigir a Loteria do Estado do Rio de Janeiro fizera parte de um acordo político com o bispo Rodrigues. O funcionamento ilegal de bingos no Rio de Janeiro contava com o beneplácito do presidente da Loterj, que recebia propinas e as repartia com o bispo e pessoas que este indicava. (Cf. http://www.senado.gov.br/agencia/print.aspx?codNoticia=50023, acessado em 27/12/2006)

[678] Entrevista do assessor Oséias (nome fictício, para proteger a fonte), que trabalha em gabinete de deputado da IURD, gravada em Brasília, junho de 2004.

> mundo passa a ser o quê? Deputado Federal Fulano de tal. Só. E não com o título de bispo ou pastor. *(- E nem de Jesus?)* – Não, isso também perdeu. E, então, o que a Igreja fez? É como no quartel. E ai eu digo, é como no quartel mesmo. Porque errou, até que provem o contrário, você está fora da função, não comanda mais a tropa, esse cidadão fica de lado. Por exemplo, na Igreja Católica: Um padre, para assumir a batina ele leva, em média, 12 anos de estudo e aí, quando ele comete um erro, a Igreja tem a preocupação de mover um processo administrativo de disciplina, que vai apurar isso e tem que apresentar provas e tal. E nisso há uma demora, ele só perde a função de padre quando esse processo gastou mais de dez anos, 12 anos. Aí vai até Roma, chegando lá ele ganha uma bula papal, destituindo ele da função. Então é um processo demorado. Na Igreja Universal, como eles não fazem um curso, não têm uma formação teológica, [o processo] é mínimo, alias é muito mínimo. Então, se na hora você está em um cargo, é porque eu estou te colocando, é uma função de confiança. No dia que você perdeu a confiança, você me traiu a confiança, você perdeu. Tanto é que todo mundo que sai tenta entrar na justiça com uma ação e todos eles perdem, porque na realidade é isso mesmo, é o processo. Então uma pessoa entra lá: primeiro ele entra e é membro, ele senta; depois ele fica em pé, ele vai ser obreiro; depois ele caminha para o púlpito, ele vai ser um pastor auxiliar; e depois que ele está lá no púlpito, ele sobe no palanque e vai ser um pastor regional; e daí ele vai ganhando posto e daqui a pouco ele é bispo. Para ele cair, só basta uma falha dele. Uma falha moral, qualquer tipo de falha o destitui daquela função.[679]

A Universal tem um comando firme e determinado. O mesmo estilo de comando era praticado pelo deputado Carlos Rodrigues, quando coordenou a bancada da Igreja na Câmara, em Brasília. O depoimento de uma assessora de outro deputado evangélico é bem esclarecedor da forma como Rodrigues tratava seus pares. Era relação de chefe com seus subordinados, ditada pela hierarquia interna da Igreja, que se sobrepunha à condição de igualdade, conquistada mediante o sufrágio nas urnas. A rigor, havia lógica nessa relação, pois o mandato político fora obtido por conta do carisma da instituição e não, propriamente, das virtudes pessoais do parlamentar. O depoimento da assessora foi o seguinte:

> Quando as Igrejas começaram a mandar parlamentares para cá, elas verificaram que os parlamentares da Igreja Universal eram muito bem organizados. – E aqui eu conto o testemunho como eu vi, a forma como o bispo Rodrigues coordenava aquele grupo. – Em 1999, nós tivemos um problema com missões indígenas no Brasil e nós precisávamos ter o maior número de parlamentares possível apoiando as missões indígenas. E eu ia falar com

[679] Ibidem.

> os deputados da Universal. Todos eles me diziam: Se o bispo concordar, a gente assina. Então eu não podia nunca pedir apoio a um bispo, a um pastor da Universal, sem antes falar com o bispo. Eles não assinavam uma única PEC, um único projeto de lei, um único requerimento, se não tivesse passado pelo crivo do bispo Rodrigues. E aí a gente tem que entender o seguinte. O bispo foi sim envolvido em alguns escândalos de corrupção, mas a gente não pode tirar dele o mérito que ele era organizado, articulado e extremamente inteligente, e sabia exercer autoridade sobre aquela bancada. Para ter uma idéia, eu já cheguei a ver o bispo repreender deputado, na minha frente, porque chegou a uma reunião três minutos depois da hora marcada. Eu vi o bispo repreender um parlamentar, na minha frente, eu estava numa reunião com ele, quando o bispo perguntou: 'você pensa que esta fazendo aqui o quê? Que aqui é sua igreja?' Então, era uma forma assim de trazer a bancada ali. E eu acredito que alguns pastores da Universal se rebelaram contra esse poder e esse domínio. Mas o que o bispo queria o tempo todo era deixar as coisas entre eles muito bem esclarecidas e eles terem a mesma posição. Ninguém falava diferente do bispo. Quando um falava, refletia toda a imagem da Universal.[680]

Os indícios apresentados sobre a forma como a Assembléia de Deus e a Igreja Universal lidam com a política permitem perceber que há uma indução para que os fiéis das duas igrejas votem nos candidatos da corporação. A organização centralizada, hierárquica, e com comando único da Igreja Universal, alimenta uma cultura na qual os comandados valorizam a disciplina e acatam as decisões sem levantarem questionamentos. Pelo menos, não se verifica o extravasar de insatisfações para além dos muros da instituição. Na Assembléia de Deus não existe esse centro forte de poder. Em contrapartida, as coordenações políticas enfrentam dificuldades para atingirem os objetivos estabelecidos.

Em que pese tantos sinais de autoritarismo na cultura da Igreja Universal, R. Novaes descobre certa contribuição pedagógica desta instituição em prol da formação da cidadania. Para esta pesquisadora:

> Os evangélicos pentecostais [...] estão sobretudo em segmentos da população brasileira em que predominam o desemprego, a falta de escolaridade, a insegurança. Observação e entrevistas revelam que, para muitos evangélicos, a participação na Igreja Universal do Reino de Deus representa a primeira experiência de "conversar sobre política", de valorizar o voto como escolha baseada em programas e interesses. Para muitos, a *Folha Universal*,

[680] Depoimento da assessora Mônica, gravado em Brasília, setembro de 2006. (Mônica é nome fictício).

> distribuída gratuitamente, é o único jornal em que já leram sobre "política do país". Assim como é um veículo de constante "prestação de contas" dos eleitos aos seus eleitores.[681]

Rotular de "voto de cabresto" o voto dos eleitores dessas igrejas e tratá-las como "currais eleitorais" é empregar classificações simplistas, que não contribuem para identificar os processos de participação política, incipientes e autoritários, mas que acontecem nessas organizações, capazes de mobilizar milhões de pessoas, todas as semanas, fato difícil de ser alcançado por outras instituições brasileiras. Ainda é Novaes quem destaca esta característica das igrejas evangélicas:

> As igrejas evangélicas têm alto índice de freqüência e são vistas como celeiros de eleitores congregados. E, de fato, se olharmos em nossa volta, veremos que não há outra instituição que reúna tantas vezes as mesmas pessoas durante a semana. Assim sendo, é preciso reconhecer que os espaços de agregação de evangélicos fazem, hoje, diferença no jogo eleitoral. Ainda que as possibilidades de sucesso de candidatos evangélicos dependam também, como já foi dito, das experiências pessoais de outros vínculos políticos que cada fiel/eleitor possa ou não ter paralelamente, "ser evangélico" tornou-se uma nova variável neste jogo de relações entre campo político e campo religioso. [682]

Há um reconhecimento de que a participação das igrejas na política tem contribuído para elevar a qualidade do eleitorado que as freqüenta. Segundo a deputada Zelinda Novaes, o político é muito cobrado pelos membros da igreja. No caso da IURD, o próprio jornal *Folha Universal* tem contribuído para conscientizar os fiéis. Esta parlamentar declarou o seguinte:

> Hoje, dentro da própria igreja, já está muito dividido, o pessoal está politizado. Por exemplo, nós temos dentro da Igreja um jornal, a *Folha Universal*, que divulga os projetos e os trabalhos de cada um, os pronunciamentos, as posições em determinadas votações, e hoje [já se ouve]: "Deputada, olha, infelizmente eu não vou mais votar na senhora, porque o seu partido fez isso, aquilo, vocês votaram contra a Previdência e tal". Então, você se lembra que os evangélicos eram muito eu não diria bitolados mas limitados quanto a política? Então se fechavam, nem procuravam saber. Mas hoje está todo mundo politizado, os pastores estão se politizando, estão começando a ver a necessidade. Até porque, o ser humano é, queira ou não, com um partido político ou não, ele é um ser político, [...] diariamente ele está participando de política, ele participa da política da escola de seu filho, do seu condomínio,

[681] NOVAES, 2002, p.92.
[682] NOVAES, 2002, p. 91.

> do prédio onde ele mora, enfim, qualquer ação de um indivíduo hoje tem uma participação política. E também quando a gente vai botar a necessidade de votar em um candidato da Igreja, a gente não coloca essa necessidade só pedindo voto. Nós não vamos lá para dar emprego, para isso, para aquilo. Então, ele tem então a condição de discernir, de fazer uma avaliação, se ele vota ou não naquele projeto. Porque ele já conhece o projeto político do deputado.[683]

Entretanto, assim como as igrejas pentecostais podem estar contribuindo para fortalecer a cidadania, elas podem também enfraquecer movimentos reivindicatórios. Em junho de 2004, o deputado Isaías Silvestre (AD-MG) fez um relato, em reunião da Frente Parlamentar Evangélica, sobre o modo como mobilizou lideranças das igrejas evangélicas de Minas Gerais, a fim de ajudarem o governador Aécio Neves a debelar uma greve de funcionários públicos e efetivos das polícias militar e civil. Segundo o deputado Silvestre, que é filho do presidente da Assembléia de Deus mineira:

> O governador de Minas Gerais me chamou, há uns 15 dias atrás, e mostrou a dificuldade de enfrentar e lidar com as greves dos funcionários públicos, da polícia militar e da polícia civil, e pediu ajuda das igrejas evangélicas. E eu levei ao palácio todos os líderes de igrejas evangélicas de Minas Gerais para o governador dar um relatório, agradecer a eles pela eleição e (eu não fiquei na reunião) apresentei a eles e saí logo. Mas, depois o governador me chamou, agradecendo, porque ele não sabia que a igreja tem uma união dessa natureza e se reporta com tanta facilidade ao público e ao povo de Minas Gerais. Então, a gente vê [que] a responsabilidade que nós temos aqui é muito grande. Porque ela começa a surtir resultado maior que o esperado. A greve dos policiais de Minas Gerais foi de sexta a terça-feira, e não teve impacto. Porque aquela [iniciativa] que o governador fez, de antecipar o pedido das Forças Armadas foi [idéia] dos evangélicos, mostrando a ele que, se ele quisesse, um [apoio] para abafar a greve, de forma ordeira, de nós conversarmos com as famílias, [era] mostrar quanto um policial ganha, porque um policial soldado ganha 900 e poucos reais. E soltaram para as famílias que eles ganhavam 300. Então mostrou às igrejas que os policiais ganhavam 900 reais. E que eles estavam tratando a coisa com bastante [exagero]. Exatamente, então por isso mesmo nós evangélicos estamos com uma situação muito boa em Minas Gerais. Então é um relatório que é fruto colhido pela rede parlamentar evangélica. Porque o governador viu que os evangélicos agiriam pacíficos, sem barulho, que surte efeito na prática. Nós temos o nosso povo reunido toda semana, no mesmo lugar, bonitinho, cheirosinho, sem bagunça, ouvindo e repassando, sendo formadores de opinião, e o

[683] Entrevista da deputada Zelinda Novaes. Brasília, 30/11/2005.

> governador vê isso. E ele foi bem sucedido nas greves e agradeceu indiretamente à Frente Parlamentar Evangélica, embora, que os outros deputados não participaram diretamente, mas nos bastidores ouviram e participaram. [684]

O entusiasmo do deputado Silvestre com essa reunião, realizada à noite para que não houvesse cobertura da imprensa, levou-o a comparar a ida dos pastores ao palácio do governador ao encontro de Nicodemos com Jesus:

> [O governador] marcou a reunião no palácio. Só foram os evangélicos e nem a segurança sabia que estavam reunidos ali os líderes evangélicos. [...] Foi só o governador e o secretário nessa reunião. Não levou mais ninguém, para não sair na imprensa que ele estava pedindo socorro às igrejas evangélicas.[685]

4.4 – A atuação do político pentecostal.

A atuação de um grupo de parlamentares específico depende de vários fatores: condição de classe social dos membros, forças políticas que apoiaram a eleição e que prestigiam seus mandatos, inclusive alimentando perspectiva de reeleição, pressões institucionais, compromissos partidários, relações corporativas, relacionamentos com bancadas informais do parlamento, ligações com governo ou oposição, interesses privados dos parlamentares. A lista certamente não se exaure, mas no caso do segmento pentecostal, há fatores que influenciam de forma mais intensa. Neste caso, se destacam as igrejas que os elegeram e as relações que os parlamentares estabeleceram com o Legislativo e o Executivo.

Os políticos pentecostais vieram, em sua maioria, de camadas populares. Como este termo é impreciso, ajuda dizer que eles não nasceram de famílias ricas, oligarquias tradicionais da política, elites da intelectualidade, artistas ou profissionais liberais. Pesquisa coordenada por Leôncio Martins Rodrigues, comparando a 51ª legislatura (1999-2003) com a 52ª (2003-2007), constatou que "entre uma legislatura e outra, a composição social da Câmara dos Deputados se tornou significativamente mais popular e menos elitista no curto período de quatro anos."[686] O ingresso de políticos pentecostais contribuiu para essa

[684] Depoimento do deputado federal Isaías Silvestre, em reunião da Frente Parlamentar Evangélica. Brasília, junho 2004.
[685] Ibidem.
[686] RODRIGUES, Leôncio Martins. **Mudanças na classe política brasileira**. São Paulo: Publifolha, 2006, p. 165.

mudança. “As organizações sindicais e profissionais e as denominações pentecostais foram apontadas como as principais ou mais visíveis portas de entrada na política das classes populares.”[687] De fato, uma análise da bancada evangélica ajudou a revelar a contribuição deste segmento social, com suas distinções internas, para a popularização da Câmara, pois:

> mostrou as diferenças nas fontes sociais de recrutamento entre, por um lado, os deputados que exercem a profissão de pastor, ministro ou bispo de alguma igreja evangélica (basicamente Assembléia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus) e, por outro, os que são apenas fiéis das igrejas evangélicas. Desse modo, a popularização da composição da Câmara dos Deputados deve-se aos deputados vindos das igrejas pentecostais.[688]

Dentro da Câmara, os agentes políticos da Assembléia de Deus e Universal do Reino de Deus ajudam a compor esta parte nova de representantes da sociedade, que antes não tinha espaço na composição do legislativo. Cabe examinar se a atuação deles contribui com propostas inovadoras, moderadas ou conservadoras. Sabe-se que as igrejas desses deputados são contra movimentos radicais. Martins Rodrigues comenta que em outros países onde houve “ascensão parlamentar de políticos originários do sindicalismo, de grupos étnicos ou religiosos e de outros setores relativamente marginais, [...] os recém-chegados quase sempre acabaram por desempenhar um papel de moderação ante as pressões de movimentos radicais que vêm de fora do sistema político institucional.”[689] E explica que, “em larga medida, esse ‘efeito moderador’ deriva do fato de os recém-chegados terem passado a fazer parte do sistema de poder, responsáveis em maior ou menor medida pela conservação das instituições nas quais eles tanto se esforçaram para entrar e agora precisam defender.”[690]

À luz destas considerações, pode-se começar a análise pelo caso da atuação da Igreja Universal. Quando esta igreja teve problemas com a Receita Federal, em 1995, ela resolveu ampliar sua representação no Congresso. Durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, seus parlamentares tentaram colaborar com o

[687] Idem, p. 167.
[688] Idem, p. 91.
[689] Idem, p. 172.
[690] Ibidem.

Governo, mas não sentiram que tenha havido retribuição equivalente ao apoio que ofereceram. Segue o depoimento de um assessor de importante bispo-deputado:

> Quando chegou no segundo mandato, a Igreja também mandou muitos deputados para cá, então esses deputados começaram a verificar como é essa questão de poder. Primeiro, não é uma coisa fácil. Segundo, os isola do povo. Então, ainda está sendo um exercício de aprendizado muito duro, porque você tem que caminhar e caminhar no meio de cobras. Tem pessoas que estão há sete, dez mandatos, e não caem. E aí é uma coisa complicada. [...] Mas a gente tem que aprender a andar nisso aí. As vezes 'ah, eu sou a favor', 'eu sou contra o salário-mínimo', mas o deputado precisa é que as verbas dele tenham aprovação, para ele poder atender o necessitado lá no interior. Então essa verba só vai sair na medida em que eu voto favorável com o governo. 'Se eu não votar, eu não tenho a verba. Então, o que é que eu vou fazer? Eu vou ter que votar com o governo. Porque, se não, a minha verba não sai e o prefeito precisa. E tem gente que pode morrer lá na ponta. Porque o governo não vai botar o dinheiro lá. E se colocar, vai comprar meia dúzia de remédios. Não é isso que se precisa. Você precisa montar um posto de saúde com ambulância, aparelhar esse posto de saúde e colocar medicamentos. Então você precisa de muito mais coisas do que simplesmente colocar esses medicamentos.' E aí, o governo tem um programa que vai colocar somente os remédios em um posto de saúde que esta caindo, esse posto de saúde que não tem equipamento, um posto de saúde que não tem uma ambulância. Então eles têm que tomar esse tipo de decisão, e são coisas que precisam de decisão rápida; é decidido lá no plenário, enquanto estão tomando um cafezinho. 'Como é que nós fazemos, e tal e tal, não sei o que?' E é assim que vai. Por isso que um vota contra, o outro vota a favor, outro segue uma orientação partidária, mas existem também essas questões muito particulares.[691]

O depoimento é sinuoso, mas deixa claro que os deputados da Universal tiveram que aprender a lidar com os detentores do poder no Governo Federal e no Legislativo. Na Câmara, tiveram que se acomodar entre os figurantes do chamado "baixo clero". Para conseguir liberação de verbas das emendas individuais ao orçamento da União, aprenderam a freqüentar ministérios e assumir uma postura de subserviência ao Governo.

Esse mesmo assessor recuou seu relato ao tempo do Congresso Constituinte, a fim de situar os políticos do "baixo clero" desde sua origem, no novo quadro de normalização

[691] Entrevista do assessor Oséias, que trabalha em gabinete de deputado federal da IURD, gravada em Brasília, junho de 2004. (Oséias é nome fictício, para proteger o informante).

institucional do País. Quando foi formado o grupo de parlamentares mais conservadores do parlamento constituinte, que eram contra reformas sociais, chamado "Centrão", a maioria dos evangélicos passou a negociar com este grupo.[692] Nas palavras do assessor Oséias:

> E aqui se criou aquela questão do Centrão, e aí se envolveram os evangélicos. O Centrão na realidade vendeu bancadas. Vender bancada é do tipo: "Você deixa comigo que eu consigo os votos". "Mas qual é a minha paga?" "A sua paga vai ser uma diretoria em tal lugar, uma estação de rádio." Naquela época tinha muito isso. "Então você vai ganhar uma estação de rádio, vai ganhar uma diretoria de uma Petrobrás, de uma Eletrobrás." Então você fazia sua indicação, para onde você quisesse. [...] Vendeu bancadas aqui dentro. Os deputados evangélicos, que pegavam os novos, porque não tinham conhecimento da coisa. Daí, o outro que estava há mais tempo, pegava e arregimentava: "Eu quero que vote nesse aqui, porque esse projeto é bom para a gente". "E o que eu ganho?" "Ah, eu vou te dar um negócio. O que você quer?" "A diretoria da Sunab". Mas o grande mesmo era aqui em Brasília: os caras ganharam funções em ministério, funções em empresas estatais, coisas grandes; quem tinha esse poder de articulação na época. Com o passar do tempo, os outros que eram comprados começaram a pensar: "Espera aí, eu também posso participar". Então, cada igreja começou a correr atrás do seu rebanho, para poder trazer mais gente, fazer mais grupos aqui dentro. Então foi feito isso. Você tem a bancada da Universal, a bancada da Assembléia de Deus, que são as duas maiores aqui. A maior é a da Assembléia, mas você tem umas particularidades que são bem distintas. Por exemplo, o pensamento da Universal é um só, só um manda, determina e acabou. Na Assembléia de Deus já é diferente. Você tem uma particularidade no Nordeste, que é diferente de São Paulo, que é diferente do Rio de Janeiro, que é diferente do Centro-Oeste. Então, cada um puxa para seu lado, cada um tem uma idéia diferente, cada um tem seu problema particular e tem que resolver seu problema lá. Então, eles mesmos têm dificuldade no entrosamento das propostas aqui dentro. É quando o governo ganha ou perde. Porque o cara fala assim: "Olha, eu estou em nome da igreja". O outro fala assim: "Eu estou em nome do partido". E o outro fala assim: "Eu estou em nome do meu município". O outro fala assim: "Eu estou em meu nome mesmo". E quando um deputado tem o entendimento que está em nome dele mesmo, esse é o mais perigoso, porque qualquer vento leva ele, ninguém sabe aonde ele vai.[693]

O parlamento é um espaço de relações onde os grupos mais organizados e poderosos da sociedade travam uma luta permanente, para manterem, suprimirem ou

---

[692] Cf. FRESTON, 1994.
[693] Entrevista de Oséias, assessor de deputado federal da IURD, gravada em Brasília, junho de 2004.

criarem legislação que favoreça seus interesses. Os menos organizados são sub-representados ou não conseguem nenhum tipo de interlocução no Congresso. Grupos em ascensão, como os pentecostais, tendem a serem domesticados nessas "casas do povo". Martins Rodrigues explica o porquê dessa domesticação:

> Ocorre que todos que chegam à vida parlamentar encontram uma instituição em funcionamento, com regras formais e informais estabelecidas há muito tempo que não são fáceis de alterar por meios democráticos, quer dizer, sem o apoio de "movimentos de massas" externos aos órgãos representativos. Por isso, a tendência que depois de certo tempo se impõe aos novatos é de assimilação de reprodução dos costumes e valores "da casa". As características das velhas elites tendem a modelar as novas, o que dificulta mudanças radicais.[694]

O assessor Oséias explica como o governo faz o monitoramento dos parlamentares e como estes, por sua vez, também fazem manobras para conseguirem recursos do governo:

> Até uma abstenção, até o fato de [um político] falar que está no ministério para uma audiência, isso atrapalha uma votação aqui dentro, isso dá um prejuízo imenso para nós. Mas o cara pega e fala assim: "Eu vou me ausentar só para fazer uma pressão no governo". Todos eles, os 54 [deputados da Frente Parlamentar Evangélica] são monitorados todo dia na tela do computador. O cara sabe onde o cara está, se o cara foi receber no ministério ou não, qual é a indicação que ele pediu, se será atendido, qual a verba dele. *(Mas quem que controla?)* A Casa Civil, a Casa Civil tem [controle] de todos eles, de todo mundo. Por exemplo, antigamente quem tinha isso era o Executivo. A gente achava que com um democrata, alguém do PT, alguém de esquerda, isso não aconteceria. Mas é onde mais acontece, porque, na realidade, a oposição cresceu aqui e ficou robusta.[695]

Neste contexto do "caminhar no meio de cobras", metáfora que o assessor parlamentar da IURD usou para a atuação no Congresso, procurou-se saber como os deputados pentecostais negociavam seus votos, face, principalmente, questões que interessavam ao Governo. A palavra "negociar" foi tomada como ofensa, por vários deles. Mas, mesmo assim, responderam, invocando princípios bíblicos e ditames da própria consciência, enquanto houve, também, parlamentares que explicaram como negociavam e

---

[694] RODRIGUES, 2006, p. 173.
[695] Entrevista do assessor Oséias, Brasília, junho de 2004.

faziam acordos para obterem o que pretendiam. Seguem alguns exemplos. No caso do pastor Francisco Olímpio, a decisão do voto é

> de acordo com a minha consciência e o meu partido. Aliás, os partidos, ao nos acolherem, eles já sabem o nosso posicionamento. Se é alguma coisa que vem conflitar com a nossa Bíblia, com a nossa igreja, com a nossa fé, eles me respeitam. Agora, se não tem nada a ver com Bíblia, é questão do Executivo, é questão do Governo, quem é da base do Governo, vai com o Governo.[696]

Para o mesmo Olímpio, é difícil servir dentro do parlamento na condição de evangélico, porque nem sempre o deputado pode acompanhar o seu partido: "Tem que ficar com a Bíblia, está entendendo? É o seu posicionamento como crente."[697] O deputado Marcos Abramo repeliu a palavra "negociar": "Seria até uma ofensa falar isso". Mas explicou seu modo de votar: "[decido] pela minha consciência [...] Eu não tenho negociata aqui, eu tenho meus princípios".[698] Em seguida explicou como lida com a questão da disciplina partidária:

> Nós temos a seguinte diretriz: a gente vota com o partido. Nós temos a nossa agremiação, nós temos o partido que está nos dando apoio. Nós temos uma afinidade. Eu, quando estava no PFL, eu votei junto com o partido, mas existiam projetos que eram para beneficiar a população e que o PFL era contra, mas eu fui a favor, porque eu tenho isso, eu tenho esse princípio. Agora eu estou no PP. No PP eu vou estar votando junto com o PP, tanto que se existir projetos que não beneficiam a população, eu vou continuar sendo contra e o próprio PP tem ciência disso.[699]

Já o deputado Gilberto Nascimento lembrou o exemplo da votação de emenda que alterou o Código Civil, para indicar como os evangélicos compuseram seus interesses com os interesses dos partidos:

> Hoje, nós somos 59 deputados evangélicos. O que a gente tem observado: em momento nenhum você viu qualquer notícia de negociação de voto por interesse pessoal ou por interesse de seu segmento. O que você faz é uma composição para mudar posições. Para você ter um exemplo, quando nós estávamos votando a alteração do Código Civil, quando queriam tornar as igrejas como associações, para nós termos também o voto dos outros deputados, nós trouxemos os partidos políticos para que também ganhassem essa imunidade

[696] Entrevista do deputado federal Francisco Olímpio, em Brasília, novembro de 2005.
[697] Ibidem.
[698] Entrevista do deputado federal Marcos Abramo. Brasília, 1º/12/2005.
[699] Ibidem.

> e, conseqüentemente, nós somamos com os outros. Mas foi uma coisa muito clara e nós fizemos isso, logicamente, para preservar as nossas igrejas a que pudessem seguir as suas idéias de fé, que é a Bíblia Sagrada.[700]

Os deputados pentecostais firmam posição, geralmente, em questões de costumes. Nesta área, os partidos de centro-direita, em que eles estão filiados, liberam as votações. A deputada Zelinda Novaes, da Universal e ligada ao grupo carlista do PFL baiano, esclareceu:

> Nós sabemos que cada parlamentar ele deve seguir a orientação do seu partido, porque nenhuma liderança partidária vai aturar você votando contra as orientações do partido. Mas existe uma flexibilidade de todos os parlamentares de sentarem com o seu líder e dizer assim: "Essa matéria eu não posso votar, porque viola meus princípios morais, éticos, ou vai prejudicar meu segmento". Como aquele caso do Código Civil que eu te falei. Aquilo ia prejudicar as igrejas, tanto católica como evangélica de um modo geral. Agora, se você ficar o tempo todo só votando contra o partido, vai chegar uma hora que o partido vai te excluir. Porque não é interessante ele ter um integrante e ele não votar na hora da votação. Mas isso tem que ser conciliado. Por exemplo: aborto, felizmente o meu partido também vai votar contra, o Rodrigo Maia me ligou hoje, enquanto eu estava na comissão. Mas, se meu partido fosse votar a favor do aborto, eu teria que dizer para ele: "Olha, eu não vou votar porque fere os meus princípios". Agora cabe a ele saber se pune ou se não pune. Casamentos de homossexuais e umas outras matérias que já passaram por aqui. *(A biossegurança?).* Coincidiu que bem nesse dia eu não estava aqui, mas não houve consenso dentro do grupo evangélico. Alguns votaram a favor, mas muitos votaram contra. Então, veja bem, a gente parlamentar sempre [se] encontra para aprofundar esses debates, essas discussões, para ver se consegue melhorar esse projeto, mas essa questão partidária... O problema de bingos, problemas de drogas, isso aí há sempre um consenso, os casamentos entre homossexuais... A gente ouve que nesses pontos não tem divergência de maneira nenhuma. Até porque não tinha como, porque nós fomos aqui, o nosso pessoal nos acompanha, não tinha porque você defender, ser contra uma bandeira dessas, aliás, ser a favor de uma bandeira dessa que não tem nada a ver com a gente. [701]

Com a mesma lógica de raciocínio se manifestou o deputado pastor Pedro Ribeiro, coordenador da bancada da Assembléia de Deus. Segundo ele, o parlamentar tem que se manter alinhado com o partido, mas compor com outros segmentos, sempre que for possível, para obter apoios, também, quando necessitar. A liberação de recursos de

[700] Entrevista do deputado federal Gilberto Nascimento, Brasília, novembro de 2005.
[701] Entrevista da deputada federal Zelinda Novaes. Brasília, dia 30/11/2005.

emendas individuais pode condicionar a votação do deputado pentecostal, conforme expôs o representante da Assembléia de Deus do Ceará:

> Eu acho que a linguagem negociar não pode existir. O parlamentar, pelo menos o evangélico, precisa fazer tudo para, se a matéria for de forma genérica, geral, votar sempre com o seu líder, com o partido, mas as lideranças nunca jogam com uma matéria sem discutir, e bastante. E mesmo concordando, plenamente ou não, mas se o líder do partido concordar em votar não, eu acho que se ele não domina a matéria e não tem nada contra sua ética moral ou o bem estar da família, ele tem que votar com o seu partido. Se, por exemplo, ele é instado a ser cooptado para votar de uma forma diferente por um interesse e tal, eu acho que, se é por amizade, para angariar prestígio, e se aquilo não vai prejudicar ninguém, eu acho que seria por aí. Agora eu acho que negociar por dinheiro, negociar por liberação de emenda, eu inclusive sou a favor de que não devia ter emenda. Ou se essas emendas existissem fossem obrigatórias para o governo liberar. Esses tantos milhões destinam-se a não sei quantas emendas de deputados. Como agora nós temos cinco milhões em emendas individuais. Então, o pastor Pedro Ribeiro tem cinco milhões para botar onde quiser e acabou. Não precisasse para sair, de votar contra ou a favor do Governo. Eu, pelo menos, fui altamente sacrificado, porque eu não votei. Eu sou do partido aliado. O Governo queria que fosse um [salário-]mínimo de 260 e eu não votei. Então eles cortaram minhas emendas em uma série de coisas. Então isso fica ruim porque prejudica o cidadão, Mas negociar, a gente aliviando o termo, fazer um entendimento de como votará, a gente tem que sempre fazer tudo de acordo com a liderança do partido. Se possível o deputado deve fazer tudo para saber do que está votando, para não votar à toa. “Ah, você votou em que?”, “Ah, não sei, votei aí com o líder”. Digamos, se realmente não prejudica, digamos, chega a classe dos Fiscais da Fazenda com esse negócio do “receitão”. Vou votar sim, olha, não fede nem cheira para nós, nem prejudica a Nação, e vou ajudar uma classe importante, então, vou votar com vocês. Eu acho que deve ser assim, com a consciência. Eu acho que é por aí. Negociar com interesse escuso não pode nunca, porque não deve ser assim. [702]

As relações de interesse entre sociedade, Estado e Governo, precisam ser bem discernidas e foram articuladas na resposta do deputado Zequinha Marinho. Ele não fez restrições ao termo “negociar”. Como dirigente do PSC e integrante da estratégia da Assembléia de Deus na ocupação deste partido, Marinho explicou os fatores que leva em consideração para decidir seu voto:

> Aqui na casa a gente negocia normalmente. Nós votamos com aquilo que não prejudica a sociedade. Apoiamos o Governo, mas na hora que a gente vê que a coisa pega, que a

[702] Entrevista do deputado Pedro Ribeiro, em Brasília, 24/11/2005.

> medida, mesmo que necessária ao Estado brasileiro, ao Governo... Porque tem coisa que favorece o Governo, tem coisa que favorece o Estado e tem coisa que favorece a sociedade. Você tem que ter muita clareza e é por isso que a pessoa que vem para cá não pode ser qualquer pessoa. Não pode ser a "Maria que vai com as outras". Tem que ter muita consciência da conseqüência daquilo que ele vota, para o povo. Quem é que está ganhando com isso? Quem é que vai ganhar com isso? Na medida que agrada só o Governo, porque o Governo tem o seu interesse político, o Estado tem o seu interesse, como empresa pública, instituição pública, e a sociedade tem o seu interesse. Nem tudo que é bom para o Estado, nem tudo que é bom para a empresa pública, é bom para a sociedade. Então, a gente tem independência na hora de votar. Eu voto de acordo com aquilo. Nos direcionamos o PSC: assim, é pequenininho, então a gente vota com o Governo. Quando a gente vota com o Governo a gente tem a consciência que aquilo é interessante por isso, isso e isso. Os pontos positivos são maiores e mais importantes que os pontos negativos, porque não tem jeito de ser 100% só uma coisa. Tem sempre uns itens que são bons, outros que são amargos, outros... Mas quando a maioria dos pontos é interessante, estamos com o Governo. Agora quando o negócio pega, se aquilo arrebenta com o povo que está lá na ponta, que vive já pela misericórdia de Deus, não contem conosco de jeito nenhum. E o outro lado, é aquela questão do ponto de vista cristão. Aí não tem Governo, não tem ninguém que nos abra. Nós temos compromisso com Deus e com a Bíblia. Com os nossos princípios. Isso aí não se negocia. Esse é um ponto inegociável, porque tem que ser reto.[703]

Essa votação do salário-mínimo de 2004, mencionada pelo deputado cearense dividiu a base de apoio do Governo Lula. Foi submetida ao plenário uma emenda da oposição para ajustar o salário em 275 reais. O Governo insistiu em fixar o ajuste nos 260 reais, recomendados pelas autoridades da área econômica, com argumentos de que este era o limite possível. Votar contra o Governo neste caso era fazer o que desejavam os eleitores de baixa renda e outros setores da sociedade. Entretanto, a pressão do Executivo sobre sua base parlamentar era muito forte, com conseqüências previsíveis, como não atendimento dos pleitos dos deputados junto aos ministérios e bloqueio na liberação das emendas individuais. Os 57 deputados que compunham a Frente Parlamentar Evangélica na ocasião votaram da seguinte maneira: 20 foram a favor do aumento do salário-mínimo, ou seja, votaram contra o Governo; 26 apoiaram o Governo e 11 não compareceram. Não houve registro de abstenção. Em entrevista, Raimundo Santos explicou seu voto:

[703] Entrevista do deputado Zequinha Marinho, em Brasília, dia 25/11/2005.

> Olha, o meu partido, que apóia o Governo, e eu tenho apoiado também o Governo, ele apoiou os 260. Mas, eu, depois de estudar, não ficou provado, não ficou provado, aqueles que tentaram me explicar que o Governo não tinha condições de permitir um reajuste um pouco maior, então não me convenceram, eu entendi e entendo que com alguns outros cortes em outros setores, seria possível, se reajustar mais 15 reais e que aquilo que se argumenta que iam explodir as contas públicas, iam explodir a Previdência, eu acho que não é por aí, poderia sim explodir, se não tivesse um trabalho em outros setores. E dessa maneira, como o desemprego está grande, mas a gente sabe que o salário-mínimo hoje, ele não é nem mínimo. Não dá para praticamente nada. Então eu acho que eu, depois de estudar, não me senti à vontade com a minha consciência para votar os 260 e por isso que eu votei pelos 275.[704]

A Igreja Universal tem uma história política marcada por uma mudança radical: de opositora ferrenha a Lula e seu partido para aliada estratégica do PT, na aliança que este fez com o PL, a fim de viabilizar a conquista da presidência da República em 2002. Esta nova postura credenciou a bancada da Universal como aliada do Governo, em que pese alguns deputados da Igreja terem permanecido no PFL, partido que se manteve na oposição. Uma igreja que define claramente seus inimigos, a IURD trouxe para o Congresso esta marca. O coordenador de sua bancada, até início de 2004, deputado Carlos Rodrigues, sempre manifestou sua insatisfação aos líderes do PT pelo espaço que a Igreja Católica estava tendo no Governo e que era negado aos evangélicos. Em junho de 2004, ele fez o seguinte relato:

> Bom, eu vim para cá, me aproximei do PT, me aproximei do Genoíno, do Zé Dirceu, de todos os líderes do PT e... houve uma distensão, não é? Eles desconfiavam da gente, tinham ódio da gente, a gente desconfiava e tinha ódio deles. Esse ódio acabou e começou a haver uma aproximação. Também eu comecei a dizer a eles que muito do que havia é porque a Igreja Católica ela domina uma parte do PT e ela influencia, ela insuflava essa briga da Igreja, do PT, via partido, porque ela sabia que um dia o PT seria poder, e perseguia a gente. Eu acredito que eu consegui, é, sepultar aquele passado dentro da Igreja Universal e dentro do PT também. O PT e o Lula foram na minha casa, o Zé Dirceu... várias vezes, vários expoentes do PT, aqui em Brasília, e a gente fez aliança em vários lugares, e o [PT] ganhou o poder e, pelo contrário, sempre honrou a gente. Até hoje nós somos muito honrados, o PT trata os evangélicos de um modo honrado. É lógico que, é, à Benedita, a nossa governadora evangélica, foi dada a Ação Social justamente, também, por esse motivo,... Ela não soube

[704] Entrevista do deputado Raimundo Santos, em Brasília, junho de 2004.

> aproximar os parlamentares evangélicos do ministério dela, até para a gente proteger ela do que fizeram, porque lincharam ela, acabaram com a liderança dela em Brasília... E colocaram lá um cidadão que é um homem honesto, direito, mas é um homem totalmente ligado à cúpula romana. E eu tenho certeza que foram... foi a Igreja Católica que derrubou a Benedita, para tirar um evangélico e botar um padre, porque o Patrus é um padre, é um homem... agora é um homem decente, um homem correto, um homem... Mas hoje os evangélicos como grupo, como segmento, não tem nenhuma representação no Governo Lula. Isso não tem, não é?[705]

Esse mal-estar que o deputado Rodrigues manifestou, sobre tratamento desigual que os pentecostais recebem na política, também foi expresso pela deputada Zelinda Novaes. O exemplo que ela deu ocorre na sociedade. De certa forma, o que se passa na política é reflexo de comportamento social. O tratamento privilegiado não é concedido somente à Igreja Católica. No caso da legislação ambiental, a deputada comparou a diferença de tratamento dada às festas carnavalescas e aos cultos pentecostais:

> Você vê que eu, por exemplo, moro na Pituba [bairro de Salvador – BA]. Agora que já começam os ensaios dos blocos de carnaval, você não dorme no final de semana, principalmente, com trio elétrico e pornografia e gente falando. Mas uma igreja ela pode estar ali distante que o pessoal implica, é uma coisa que todo mundo implica com uma igreja, e a gente tem cobrado esse tipo de isonomia de tratamento, porque é impossível que um candomblé, que um bloco de carnaval pode passar a noite inteira incomodando o silêncio e uma igreja não pode. E ela tem influenciado aqui em diversos projetos, nós já conseguimos algumas conquistas. Claro que são pequenas. Nós já passamos tanto tempo excluídos da política e o pessoal ainda não aceita a gente como esse tipo... Eles acham que é mais uma intromissão, que o lugar de pastor, de evangélico é na igreja e não aqui, porque durante muito tempo o voto do evangélico foi usado, porque o pessoal chegava lá e levantava as mãos que aceitava Jesus e sumia e nunca mais aparecia. Então, não tinha nenhum compromisso com a causa.[706]

[705] Entrevista do deputado Carlos Rodrigues, em seu gabinete da Câmara, em Brasília, no dia 17 de junho de 2004. Naquela ocasião, esse deputado já estava destituído das funções de bispo e coordenador da bancada da IURD, mas ainda não havia renunciado ao mandato parlamentar.
[706] Entrevista da deputada Zelinda Novaes, em Brasília, 30/11/2005.

4.4.1 – Propostas para a sociedade

A participação das igrejas pentecostais e neopentecostais na política, como tem sido discutida nesta tese, está longe de se apresentar como execução de um projeto dos evangélicos para a sociedade brasileira. Estes grupos não têm um projeto para o Brasil. Aliás, nem se deveria esperar algo tão ousado desses segmentos religiosos, se o próprio protestantismo que há mais tempo aqui se instalou, com profissionais mais preparados, no sentido da formação teórica, jamais teve essa pretensão. A rigor, quem conhece o mundo evangélico sabe que ainda persiste a lógica simplista de que é possível transformar a sociedade a partir do indivíduo. Prevalece a idéia de que bastaria converter todas as pessoas, ao evangelho de Jesus Cristo, de acordo com as concepções doutrinárias que eles defendem, para que a sociedade no todo fosse automaticamente reformada. Com base neste paradigma, são ignoradas, na conformação da realidade: a força das instituições, a influência estruturante das relações sociais, o peso das tradições e a importância da construção histórica. Dentro de tal visão, não há lugar para qualquer projeto de sociedade, evidentemente.

Todavia, indaga-se qual o projeto político da Assembléia de Deus, porque os líderes dessa igreja costumam fazer menção ao "Projeto Cidadania AD Brasil", sempre que se reúnem com seus políticos, e fazem uso desta designação, em diferentes oportunidades, o que induz o observador desavisado a supor que se trata de alguma proposta para o País. Nas entrevistas, o que se pôde constatar é que o plano da cúpula da Assembléia de Deus se resume, apenas, ao propósito de eleger o máximo de candidatos de sua escolha, em cada eleição municipal, estadual e nacional. O deputado Pedro Ribeiro, em junho de 2004, falava com entusiasmo desse "projeto":

> É com muita alegria que nós [...] estamos participando dessa nova visão da Assembléia de Deus no Brasil, porque nós já estamos comemorando os nossos 93 anos e até aos 90 anos de atividade na Nação apenas alguns cidadãos, pastores ou membros da Igreja, [...] decidiram candidatar-se. Mas agora, com o lançamento do projeto Cidadania AD Brasil – foi o projeto que nos levou à eleição em 2002, elegendo 22 deputados federais, 29 estaduais – é que nós estamos vendo que esta Igreja se consolida, não apenas como uma igreja que pugna, que luta para a transformação do homem na esfera espiritual, psicológica, emocional, mas também, agora, para a transformação do homem na área social, quer dizer, o homem em

> busca da cidadania. E eu vejo que agora para essas próximas eleições, com essa performance que temos hoje, da maior bancada na Câmara Federal, nós haveremos de eleger – é a meta do projeto Cidadania – eleger, pelo menos, um vereador em cada um dos cinco mil, 700 e tantos municípios que a Nação tem. Eu tenho a impressão que nós elegeremos mais. Então, acredito que depois do dia três de outubro, além de milhares de vereadores, teremos algumas dezenas, quem sabe até cheguemos a uma centena, de vice-prefeitos e prefeitos. Então, é com muito entusiasmo que eu vejo essa nova posição da Assembléia de Deus no Brasil.[707]

Em novembro de 2005, o mesmo parlamentar explicava, de forma mais precisa, em que consistia o projeto "Cidadania AD Brasil":

> O projeto político da Assembléia de Deus é com a idéia de oferecer a cada Estado um deputado estadual, pelo menos; vereadores nas câmaras, tanto da capital, quanto do interior, assim como deputados federais de cada Estado, na câmara dos deputados e daí em diante. Quem sabe, não diretamente, mas apoiando alguém como tem surgido, por exemplo, Anthony Garotinho, que busca a presidência, ajudá-lo, como fizemos da outra vez, a chegar à presidência da República. Ou seja, o projeto político da Assembléia de Deus é oferecer, através desses homens transformados pelo Senhor, à nossa sociedade, ao nosso País, uma contribuição de boa vontade, de pessoas que pela ética e pela moral, fazem a diferença no trato político, na ética política. Então, o projeto geral é este. E o que nós obtivemos? Em 2002, o projeto conseguiu eleger 21 deputados federais, eu não recordo bem agora, mas na maioria dos Estados. Eu sei que no Piauí, não; no Rio Grande do Norte não fez; não me lembro todos os Estados agora que não fizeram. Alagoas não fez. O Espírito Santo tem um que não é da Assembléia, [mas] foi apoiado por nós. Então, 21 estamos aqui. Serginho também é um que não é evangélico e foi apoiado, mas na grande maioria dos Estados nós fizemos. E agora? Para o próximo [mandato] é eleger de 30 a 40 deputados federais, agora, para 2006. Essa é [a meta] o que o pastor Ronaldo, que é o presidente, Ronaldo Fonseca, presidente do nosso Conselho Político e os demais membros desejam alcançar em 2006. Coisa que não é muito fácil [devido a] visão que têm no nosso meio [...] alguns que não querem se envolver plenamente, acham que não [se] deve investir na política.[708]

Nesse mesmo tom triunfalista, falou o coordenador nacional da AD aos candidatos às eleições municipais de São Paulo, em 2004:

---

[707] Entrevista do deputado Pedro Ribeiro, em Brasília, 18/06/2004.
[708] Idem, em 24/11/2006.

> Amados, é isso que nós queremos. Queremos tomar as cidades de todo o Brasil das mãos do diabo. Este é nosso projeto. Nós não podemos ter um projeto politiqueiro. Simplesmente buscando o poder como fim. Não amados, nós queremos influenciar esta nação. Nós queremos mostrar a diferença para esta nação. Nós queremos tirar esta nação das garras, das mãos, do diabo. Nós queremos tomar esta cidade. Nós queremos tomar este País nesse sentido. Não uma decisão revolucionária da igreja, no sentido político partidário. Não meus amados, mas de conceito. Nós queremos tomar esta cidade sim, porque acreditamos que temos os melhores nomes para oferecer a esta Nação. Os nomes mais íntegros, mais fiéis, principalmente dentro dos princípios e preceitos da palavra de Deus, que está sendo hoje enxovalhada, rasgada e jogada fora. Os princípios morais estão sendo destruídos nesta Nação. A igreja é um resgate, a igreja é um escape. Escutem bem o que disse um dos poderosos desta Nação, um dos nomes mais poderosos desta Nação, no dia de hoje, (não é o presidente da República), mas é um dos nomes mais poderosos, numa mesa, sentado com um grupo de líderes, lá dentro do Congresso nacional, recentemente, isto. Aquele cidadão disse isto: "Nós precisamos barrar os crentes", foi a expressão dele, "nós precisamos barrar os crentes, os crentes já foram longe demais". Ele disse isto, buscando defender a reforma política. Mas nós não estamos preocupados com reforma política, do jeito que vier nós vamos conquistar (*aplausos*). Que venha o que vier. Porque nós sabemos onde nós queremos ir.[709]

Com igual modo de situar a AD na política, o coordenador estadual para São Paulo, pastor Paulo Freire, acrescentou a importância dos pentecostais na sociedade, conforme os diversos papéis que cabe a cada um exercer:

> Nós sabemos que a Igreja tem uma representatividade no nosso País [...] representada pelo número de membros, [...] teoricamente. Na realidade é muito mais do que isto. Porque nós temos irmão, por exemplo, que é membro da igreja e pertence a um grupo de pessoas evangélicas. Então ele pertence à comunidade evangélica, mas ao mesmo tempo ele é um advogado. Então ele pertence à comunidade evangélica, mas ele também pertence àquele outro segmento, que é o segmento dos advogados. Outros são funcionários públicos, pertencem também ao segmento dos funcionários públicos. Então o elemento está representando os advogados, [...] está representando os evangélicos, mas está também representando o funcionalismo público. Então quando a gente faz o confrontamento (sic) desses segmentos, nós sabemos que nós temos condições de ir muito mais longe do que nós, muitas vezes, imaginamos que poderíamos chegar. E mais do que isso: com a formação que nós temos dentro da palavra de Deus, nós precisamos, podemos realmente ser esta opção

[709] Palavra do coordenador nacional de política da AD, pastor Ronaldo Fonseca, no fórum de preparação dos candidatos da igreja para as eleições municipais do Estado de São Paulo, no SP Hilton Hotel, em junho de 2004.

> que nós sabemos que o País precisa. De pessoas tementes a Deus, pessoas que são verdadeiras autoridades morais, que podem ocupar diversos cargos na política ou na administração política de nosso País, nossos estados e nossos municípios.[710]

Uma visão bem crítica e mais condizente com a realidade da presença das igrejas na política pareceu ter o deputado Carlos Rodrigues, da Igreja Universal, quando foi entrevistado em junho de 2004. Ele negava, peremptoriamente, que, no conjunto, os evangélicos tivessem projeto e estratégia de conquista do poder:

> Todo lugar que você vai tem um evangélico... Então, isso já ajuda muito, não é?... Está certo. Agora eu quero dizer a você que eu não vejo projeto... – "Ah, os evangélicos têm um projeto pra chegar ali" – Não têm. Infelizmente não têm. Tem o Garotinho. Tem o Garotinho, mas não é um projeto evangélico, não é um projeto **dos** evangélicos. O Garotinho é um político evangélico, não é? Ele pode até chegar. E os evangélicos, se ele chegar, vão estar lá com ele? – Vão, acredito que sim, não é? Acredito, mas... não é um projeto dos evangélicos. Um projeto dele e ele, claro, busca... Eu não vejo um projeto dos evangélicos para chegar ao poder, ou até para construir um partido que vá ter um objetivo claro. Eu acho que isso demora [...] Você não constrói um objetivo, um partido, um projeto de poder, sem uma estratégia. Eu não conheço ninguém que está montando essa estratégia assim.[711]

Conclusão

Desde o momento quando as igrejas pentecostais decidiram investir seus capitais religiosos na eleição de candidatos orgânicos para atender interesses corporativos e influir na elaboração da nova Carta Constitucional, em 1986, registraram-se mudanças no cotidiano de suas comunidades. As igrejas passaram a trabalhar, de dois em dois anos, de forma semelhante aos partidos políticos, como agências credenciadoras de candidatos a serem lançados pela corporação religiosa. Nestes casos os partidos são apenas canais legais para o registro da candidatura. Em ritmo cíclico, desencadeia-se a cada eleição uma enorme mobilização para definir quem serão os candidatos "ungidos", tanto para os cargos municipais como para os estaduais e federais.

---

[710] Palavra do coordenador estadual de política da AD no Estado de São Paulo SP, pastor Paulo Freire, no fórum de preparação dos candidatos da igreja para as eleições municipais do mesmo Estado, no SP Hilton Hotel, em junho de 2004.
[711] Entrevista do deputado Carlos Rodrigues, em Brasília, em 17/06/2004.

O processo de escolha do candidato varia de denominação para denominação. A Assembléia de Deus e a Igreja do Evangelho Quadrangular têm em comum a experiência de disputas internas acirradas e a mobilização das comunidades para transformarem o escolhido no nome a ser aclamado pelos membros da igreja e sufragado nas urnas, com o máximo de votos do grupo religioso. Essas igrejas realmente envidam esforços para que a escolha oficial não seja contestada e chegam a coagir os pastores e membros rebeldes. Na IURD nem sequer existe disputa, porque a definição da candidatura é uma prerrogativa do conselho de bispos. Também não costuma haver dissidentes, porque aquele que arrisca assumir esta condição decreta sua própria expulsão do quadro de empregados da Igreja.

Enquanto na Assembléia de Deus as relações de parentesco são importantes, podendo determinar a escolha do candidato, na Igreja Universal não é tão evidente este requisito, salvo nos casos de parentes do bispo Edir Macedo, pois como se sabe, o senador Marcelo Crivella é seu sobrinho e a deputada federal Edna Macedo é sua irmã. Em geral, a escolha depende mesmo é da confiança da cúpula da Igreja no escolhido.

O fato de essas igrejas funcionarem como currais eleitorais facilita as campanhas e exige poucos gastos financeiros. Contudo, esta mesma característica atrofia o sentido de liberdade cidadã e dificulta a educação política nos aspectos de respeito ao interesse público e compromisso radical para a construção de uma efetiva democracia no Brasil.

O político pentecostal escolhe partido em função das chances eleitorais, no que não é diferente de muitos outros. Atuar na situação ou oposição é também uma questão de circunstância e conveniência, não só para o próprio político, mas, principalmente, para a corporação religiosa que ele representa. As igrejas pesquisadas distribuem seus candidatos em vários partidos, para ampliar a rede de influência nos parlamentos e nas relações com os governos, facilitando assim negociações de diferentes tipos. Mesmo trabalhando com diversas legendas, tanto a IURD como a AD têm agido com propósito de controlar algum partido. A IURD constituiu o Partido Republicano do Brasil (PRB), enquanto a AD tem ocupado o Partido Social Cristão (PSC), mas somente com o decorrer do tempo será possível avaliar se estas estratégias foram bem projetadas para atingir os objetivos das respectivas igrejas.

Os parlamentares pentecostais são quase todos pertencentes ao “baixo clero”, uma espécie de maioria menos influente, porém muito importante na vida do Congresso, porque é sempre cortejada pelas lideranças que buscam apoio para as votações de matérias legislativas decisivas tanto para o governo como para a oposição. O Executivo é também um grande demandante desses congressistas menos prestigiados, com o objetivo de manter e ampliar sua base de apoio, sem a qual não conseguiria governar.

Ainda persistem dificuldades de assimilação dos partidos de esquerda por parte de parlamentares pentecostais e vice-versa. Mas o que distancia o político pentecostal desses partidos não é tanto a questão ideológica, embora esta não tenha desaparecido, e sim a dificuldade primordial consiste no fato dessas agremiações serem as mais disciplinadas do sistema de partidos e não conviverem com orientações de grupos estranhos às suas instâncias internas de decisão. Há, também, uma dificuldade para os pentecostais da base das igrejas se integrarem em movimentos sociais: a maioria deles resiste quando se trata de participar em greves, passeatas e outras formas de contestação, porque continuam associando obediência às autoridades com manifestação da vontade divina em suas vidas. A rigor, sem se aperceberem, estão elevando o *status* da autoridade, a tal ponto que esta passa a ser venerada como é uma divindade, abaixo apenas da divindade superior

O político pentecostal troca de partido motivado pela mesma razão que impulsiona outros políticos: obter melhor acesso aos recursos públicos e garantir a reeleição. Além disto, as trocas são feitas, no caso do pentecostal, para atender também aos interesses da igreja.

As campanhas de candidatos pentecostais revelam deslizes éticos, cuja origem está na política intramuros praticada pelas próprias igrejas. No vale-tudo das campanhas é permitido intimidar os eleitores com boatos e caluniar os adversários, com o objetivo de destruí-los moralmente.

O político pentecostal trabalha mais com o carisma da igreja do que com o seu próprio carisma. A atuação deste tipo de político se concentra bastante em questões moralistas e de costumes, na mesma linha dos conteúdos éticos que norteiam as igrejas de onde ele procede. Não se espere um projeto alternativo de sociedade que tenha origem

neste grupo de políticos o qual, apesar desta lacuna, continua a nutrir aspirações de eleger um presidente da República evangélico, porque “o Brasil é do Senhor Jesus”, segundo eles.

Capítulo 5

Frente Parlamentar Evangélica: avanços e tropeços.

Introdução

A Frente Parlamentar Evangélica apresenta características de *grupo de interesse*, como será possível verificar neste capítulo. *Grupo de interesse* (GI) se refere a uma coletividade que se organiza para defender princípios e valores e alcançar objetivos e metas importantes para sua sobrevivência e fortalecimento, dentro de uma sociedade e perante o Estado. Os GI podem estar dentro ou fora das estruturas constitucionais deste.

Embora a literatura sociológica adote os termos *grupo de interesse* e *grupo de pressão*, optou-se pelo primeiro, porque oferece enfoque mais abrangente para esse tipo de fenômeno. Assim, entende-se que o conjunto de parlamentares evangélico é um *grupo de*

interesse que exerce pressão sobre as instituições do Estado, como principal modo de alcançar seus objetivos.[712]

Segundo Dowse e Hughes[713], um aumento de população que tem algo em comum, como valores religiosos ou identidade étnica, agravada por ameaça de alguma natureza ou cerceamento de direitos, tende a se organizar em grupo de interesse, para proteger-se. Outra possível motivação para o surgimento desses grupos é o desejo coletivo de promover alguma causa, como desarmamento, proteção ambiental, revitalização de valores culturais e assemelhados. O aumento de indivíduos com afinidades não é o bastante, para que surja um GI. Há necessidade que eles desenvolvam em conjunto um processo de conscientização, para resolverem organizar-se com propósitos determinados. Algo como a passagem de um estado de afinidades compartilhadas, para uma disposição à mobilização efetiva e luta, em prol da causa comum.

No caso dos pentecostais, houve aumento considerável de adeptos, com taxas de crescimento superiores às da população brasileira, durante a segunda metade do século XX. E eles julgavam que o Congresso Constituinte de 1987-1988 poderia restringir suas formas de organização e a própria liberdade de culto. Também entendiam que a família tradicional brasileira estava ameaçada por novos costumes que não condiziam com a interpretação que eles adotam para um modelo cristão de família. Na primeira situação, eles identificavam a Igreja Católica como inimiga, capaz de mobilizar parlamentares para reduzir o espaço de liberdade das igrejas evangélicas. Na segunda, tomada também como ameaça, a instituição católica poderia ser a mais forte aliada para coibir legalização do aborto, união civil de homossexuais, pornografia e pornofonia nos meios de comunicação e outras questões semelhantes. Deste modo foi sendo organizada uma bancada de interesse, que conseguiu agregar quase todos os evangélicos eleitos para o Congresso Constituinte.

---

[712] De fato, entidades de classe, grupos profissionais, torcidas organizadas, movimentos religiosos, étnicos, de gênero e outros, podem atuar como grupos de pressão a qualquer momento. Abordagens do assunto foram examinadas, para esta pesquisa, em: DUVERGER, Maurice. **Sociologia política**. Rio de Janeiro: Forense, 1968; DOWSE, Robert E.; HUGHES, John A. **Sociologia política**. Madrid: Alianza Editorial, 1975; MEYNAUD, Jean. **Os grupos de pressão**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1966; SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: EdiUFSC, 1989; GALLINO, Luciano (dir.). **Dicionário de sociologia**. São Paulo: Paulus, 2005 PEDROSO, Elizabeth M. Kieling. Movimento sindical e de defesa dos direitos humanos como grupos de pressão. In: PETERSEN, Áurea T., _____, ULRICH, M. Alayde A. **Política brasileira**: regimes, partidos e grupos de pressão. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

[713] Cf. DOWSE; HUGHES, John, 1975.

A visão tradicional de grupos de pressão mostra que eles atuam, geralmente, com o propósito de influenciar na elaboração de políticas públicas, junto às burocracias técnicas do Estado. Para isto, têm necessidade de contar com quadros também qualificados. Ampliando esta visão, pode-se afirmar que os grupos de interesse são instâncias intermediárias de segmentos sociais, cujos propósitos se expressam através de seus representantes eleitos. Instâncias intermediárias porque os GI representam as bases que os elegeram nas relações com o Estado.

O exercício da soberania popular é fugaz e espasmódico. Ocorre apenas quando os eleitores definem quem lhes deve governar ou representar, ou em algum eventual plebiscito ou consulta popular. O cidadão não tem conhecimento preciso das forças que operam nos bastidores do poder. Supõe-se, porém, que segmentos organizados em grupos de interesse exerçam maior influência sobre as instituições públicas. Isto se constitui incentivo para alguns segmentos se organizarem. Foi o que de fato aconteceu com uma parte do segmento religioso pentecostal.

No universo das igrejas evangélicas têm surgido estratégias híbridas de condução de pessoas aos parlamentos e aos postos executivos. Há denominações, como Assembléia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular e Universal do Reino de Deus, que operam corporativamente, com vistas a conquistar espaços nos parlamentos. Por outro lado, há igrejas que não alimentam esta visão: a presença de parlamentares dessas confissões resulta de iniciativas desenvolvidas em movimentos distintos do campo religioso, como associações de professores, sindicatos e outros. A rigor, essas igrejas não fazem um esforço específico para terem representantes, porque consideram que este assunto é prerrogativa do indivíduo-cidadão, questão de foro íntimo, e que o canal para fazer política é o partido e não a igreja. A observação da carreira de alguns políticos evangélicos revela que este discurso ainda tem relevância dentro das chamadas igrejas do protestantismo histórico.

Não obstante, ao se encontrarem dentro do Congresso Nacional, quase todos os parlamentares evangélicos têm buscado aproximação com os eleitos das igrejas pentecostais, para juntos formarem uma frente comum de atuação, dentro de um viés religioso evangélico. Isto se tornou possível porque eles têm bandeiras em comum, relacionadas com o fortalecimento da família tradicional e a preservação de costumes tidos

como condizentes com os "princípios bíblicos" que o grupo defende. A declaração do deputado Adelor Vieira, coordenador da FPE (2003-07), revela essa afinidade: "a Frente Parlamentar Evangélica trabalha em defesa da família, da moral e dos bons costumes".[714] Tanto isto é verdadeiro que a Frente definiu sua missão com a seguinte frase: "Influenciar as políticas públicas do Governo, defendendo a sociedade e a família no que diz respeito à moral e os bons costumes".[715]

Com essa definição simples, os parlamentares da Frente Evangélica podem estar abrigados em diferentes partidos, como, aliás, defendeu o mesmo Adelor, ao se manifestar contra a criação de um partido evangélico: "A igreja tem a visão, deve permanecer a visão do Reino de Deus, que é a visão de alcançar a todos, de não discriminar. E o partido, se for só um partido evangélico, ele pode se fragilizar, no caso do País, e talvez não conseguir legenda também. Vai ter uma repulsa, sempre".[716] A presença nos diversos partidos tem-se constituído em estratégia para ampliar a capilaridade dos evangélicos no Parlamento, facilitando a conquista dos objetivos da Frente.

Para uma assessora de deputado pentecostal, a FPE foi criada para buscar consensos na atuação dos parlamentares evangélicos, coisa difícil de ser alcançada, conforme ela própria reconhece:

> Era essa a intenção: era organizar os parlamentares e dar a eles uma uniformidade em algumas questões. É difícil chegar a um consenso. Por exemplo, com relação ao aborto: a Igreja Universal ela se manifestou favorável em alguns casos ao aborto. Já os demais membros da Frente Parlamentar não manifestaram posição favorável a nenhum dos casos previstos em lei, inclusive. Então, é difícil você congregar todo mundo em torno de um único tema. Mas era essa a intenção, sim, da Frente Parlamentar.[717]

Esta mesma questão foi analisada pelo coordenador da bancada da Assembléia de Deus, deputado Pedro Ribeiro, em junho de 2004:

---

[714] Cf. Revista da Frente Parlamentar Evangélica, nov.2004, ano 1, nº 1, Brasília (DF), p. 3. Afirmações semelhantes são recorrentes, em publicações oficiais da FPE e declarações de seus membros, em materiais de propaganda, editados e distribuídos pelos respectivos gabinetes.
[715] FPE, *op.cit*., p.6.
[716] Entrevista do deputado Adelor Vieira, em Brasília, 22;11;2005.
[717] Entrevista da assessora parlamentar Mônica. Brasília, setembro de 2006.

> Alguns têm pensado de a gente formar um partido, aglutinando todos os evangélicos. Outros mais entendidos acham que não é inteligente, porque a gente estando assim pulverizada em vários partidos, a gente pode contribuir influenciando nas bancadas. A gente pode – numa questão de encaminhamento, não é? – dependendo do partido, marchar atendendo a essas forças políticas e nas questões pontuais, como já tivemos aqui na Casa, então nós nos juntamos, independente de partido, pedimos permissão aos nossos líderes e votamos juntos, como foi o caso da mudança do Código Civil, como foi o caso de não permitir que ficasse dentro do Código a questão de manipulação, produção, armazenamento de embriões... E aí, tem algumas vitórias que a gente tem obtido assim por esta unidade. Então, essa história de estarem todos num partido ainda é muito controversa. Eu acredito que vai haver crescimento nesse sentido, mas vai ser difícil aglutinar todos.[718]

5.1 – Origem, organização e objetivos da FPE

Antes de se constituir a Frente Parlamentar Evangélica, com estatutos e diretoria, havia cultos separados dos integrantes da Assembléia de Deus, Igreja Universal e protestantes tradicionais. Como explicou o deputado Gilmar Machado:

> [A Frente] começou a ser discutida no início de 2003, com a nova legislatura. Em 2002 acabou a legislatura anterior, [quando] não foi possível fazer isso, e começou então essa Frente. Ela, na verdade, começou, também, a partir da volta, da unificação de um culto, todas as quartas-feiras, a partir desse trabalho, da reunião para a oração conjunta, que pela primeira vez agora temos. Nós tínhamos na legislatura passada reuniões separadas: a Universal tinha o seu culto, nós, das igrejas tradicionais, tínhamos o nosso café e outros da Assembléia de Deus também se reuniam e agora, em 2003, nós conseguimos então, unificar em um único evento, em um único culto, agora não mais com a lógica que a gente tinha que era o impasse também de trazer pessoas para falar, pregar... agora não: são os próprios parlamentares que se revezam na direção e no trazer da mensagem. A partir dali, então, nós achamos que era interessante constituirmos a Frente, para discutir temas que para nós seriam importantes, como a questão do projeto, que depois, o presidente Lula sancionou, de regularização em questão dos templos, questão sonora nos templos, e, ao mesmo tempo, outros projetos que nós estamos ainda discutindo, a respeito da lei da questão civil do tratamento das igrejas e também a discussão dos projetos da transgenia e das células tronco. Então, era importante o nosso trabalho conjunto.[719]

---

[718] Entrevista do deputado Pedro Ribeiro, em Brasília, 18/11/2004.
[719] Entrevista do deputado Gilmar Machado. Brasília, novembro de 2005.

A Frente Parlamentar Evangélica foi instalada, oficialmente, no dia 18 de setembro de 2003, em solenidade com cerca de 300 pessoas, entre parlamentares, lideranças de igrejas e outros convidados, no Plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados. Na mesma ocasião foi realizada uma sessão solene em homenagem ao Dia Nacional de Missões Transculturais. O deputado Adelor Vieira (PMDB-SC), da Assembléia de Deus, presidiu o evento. O deputado Pastor Pedro Ribeiro (PMDB-CE) foi o autor da homenagem às Missões e explicou: "O objetivo é transpor barreiras culturais para evangelizar e plantar igrejas, aqui incluídas as que trabalham com populações indígenas, com povos de outros países e com subgrupos que vivem marginalizados, respeitando a identidade cultural de cada povo".[720] No final da sessão, o presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), recebeu, como doação para o acervo da biblioteca da Casa, exemplares do Novo Testamento, traduzidos para 30 línguas indígenas. O acontecimento foi festivo, com palavra de 15 deputados e apresentação de cantores sacros.

Essa coesão do grupo evangélico não é algo costumeiro. Alguns deputados apóiam a FPE, mas não comparecem em seus eventos. Outros nem sequer se identificam com o movimento, embora não escondam sua identidade religiosa. Mas há também aqueles que vêm de tradição evangélica, porém são difíceis de serem identificados, por não terem este interesse específico, quando estão no parlamento. Uma assessora exemplificou essas situações, no caso de dois parlamentares da Igreja do Evangelho Quadrangular:

> A Frente Parlamentar Evangélica, apesar de agregar 61 parlamentares, nem todos participavam de suas atividades. E nem todos participavam dos seus cultos: o pastor Josué Bengtson, por exemplo, nunca foi a um culto da FPE. Nem nessa legislatura nem na legislatura anterior. E das atividades da Frente Parlamentar ele esteve presente em uma ou duas, quando eram de grande porte, como entrega de prêmios, premiação, jantares. É, mas se dizia, sim, coerente com tudo que era feito. Assinava tudo que se pedia, apoiava lá no plenário tudo que era pedido, mas não tinha uma participação efetiva, não. Ao contrário do deputado pastor Reinaldo, que acreditou na organização do grupo e era, inclusive, o primeiro-vice-presidente da FPE. [721]

[720] Revista FPE, nov.2004, ano 1, nº 1, Brasília (DF), p. 5.
[721] Entrevista de assessora parlamentar de deputados da FPE. Brasília, setembro de 2006.

A mesma assessora realçou uma outra característica desse grupo de evangélicos: em seu interior se desenvolveu um crescente clima de fraternidade, acolhimento e apoio mútuo. Os parlamentares se encontravam para momentos de descontração e práticas religiosas. Segundo ela, os integrantes da Frente constituíram uma verdadeira confraria de amigos, que não avançou, porém, no sentido de agir como grupo de interesse (ou grupo de pressão):

> [A Frente] acabou de fato não sendo o que todo mundo esperava. Acabou virando apenas uma grande confraria de irmãos, onde se reuniam para orar, fazer vigília, cantar, comer, mas, tomar posições, tomar partido, tomar iniciativas, foram poucas. A Frente Parlamentar nesse sentido não funcionou. Funcionou, sim, como um lugar para um acolher o outro. Um chorar com o outro, ser amigo do outro. Inclusive eu falo que o nosso deputado Adelor Vieira funcionou mais com o papel de agregador dentre eles, do que propriamente um parlamentar, um papel que a Frente Parlamentar estava querendo desenvolver. Acho que deve continuar a Frente? –Sim. Acho que devem continuar os princípios da Frente Parlamentar Evangélica na próxima legislatura, mas não precisava ser um grupo organizado com CNPJ, com toda aquela estrutura, mas que tivesse uma única preocupação: qualidade. Que os parlamentares que viessem investissem um pouco nesse grupo de assessores, colocassem ali pessoas que de fato entendam do processo legislativo como um todo, para que estivessem acompanhando e orientando o trabalho da Frente Parlamentar Evangélica.[722]

5.1.1 – GAPE

Logo no início de suas atividades, a FPE criou o Grupo de Assessoria aos Parlamentares Evangélicos (GAPE), composto por assessores dos próprios parlamentares, organizados em quatro comitês: Jurídico, de Comunicação, Assuntos Políticos e Eventos. Um chefe de gabinete de deputado da Igreja Universal, entrevistado em 2004, falou sobre esta iniciativa:

> Criou-se no ano passado uma Frente, [...] com todos os parlamentares evangélicos. E paralelo a isso, por sugestão minha e de outros colegas de bancada e chefes de gabinete, nós formamos o Grupo de Assessores Parlamentares Evangélicos. Por quê? Eu tenho particularidades, que o outro tem, que o outro não tem. Mas existem coisas que nos unem. Por exemplo, se é questão da igreja, se é questão, por exemplo, gay, se é questão do som da

[722] Ibidem.

> igreja, daquele negócio do estatuto da cidade e tal, de coisas que nos unem, nisso aí, a gente senta, a gente discute.[723]

O GAPE começou a funcionar com um líder, três vice-líderes e três secretários. Além dos comitês, foi prevista a instalação de comissões especiais, para acompanhar os projetos de interesse dos parlamentares evangélicos, em tramitação no Congresso. No final de 2004 havia quatro comissões, monitorando projetos sobre: alterações no novo Código Civil, união civil entre pessoas do mesmo sexo, reconhecimento de cursos de Teologia e reforma política. A assessora Mônica participava ativamente do GAPE e falou sobre a atuação desse grupo:

> Os membros do GAPE geralmente são chefes de gabinete ou assessores de parlamentares que possam contribuir em elaboração de documentos, de pareceres e de posições. Eu sou membro do GAPE. Fui uma das grandes incentivadoras que esse grupo existisse, pelo seguinte, Saulo. O GAPE poderia estar orientando os parlamentares de uma forma geral, de como atuarem e de como se posicionar diante de questões. E o GAPE se reunia, cumpria seu papel. Os chefes de gabinete estavam sempre reunidos, elaborando. Nós fazíamos um acompanhamento, por exemplo: projetos de lei em tramitação na Casa que ferem os valores da família. Nós estávamos acompanhando campanhas saudáveis como quem é contra quem financia baixaria com relação à televisão. A gente estava acompanhando a questão dos comerciais de televisão voltados para crianças, que continuam abusivos. Então o GAPE estava ali pegando o que havia de bom na Casa, para que os deputados pudessem estar acompanhando e orientando, para que os deputados fossem alertados sobre que tipo de documento não assinar, que tipo de CPI participar, de que forma atuar na CPI, vendo também as questões do Governo se eram prioritárias ou não, a questão do Orçamento. Então o GAPE funcionava como um auxiliar da Frente Parlamentar Evangélica.[724]

[723] Entrevista do chefe de gabinete Oséias. Brasília, junho de 2004.
[724] Entrevista da assessora Mônica. Brasília, setembro de 2006.

5.1.2 – Expansão

A FPE resolveu criar sucursais nos 27 Estados, Distrito Federal e milhares de municípios brasileiros. As primeiras unidades foram instaladas nos Estados de Paraíba, Ceará, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Acre, Rondônia e Roraima. Na Paraíba o evento ocorreu no dia 18 de março de 2004, coordenado pelo deputado federal Philemon Rodrigues e seu filho Enaldo Rodrigues. O deputado estadual pastor Fausto Oliveira assumiu a representação local da FPE. Dois dias depois foi a vez do Ceará. A liderança foi entregue ao deputado estadual Jaziel Pereira (PHS-CE). Em ambos os Estados foi destacada a importância da unificação dos evangélicos pelos canais da política, embora o predomínio da Assembléia de Deus fosse bastante evidente. Ainda no mês de março de 2004, aconteceram instalações de filiais da Frente em Minas Gerais (dia 22) e Rio Grande do Sul (dias 29). Em Minas se fez notar a presença de parlamentares batistas, como o ex-atleta de futebol João Leite, eleito deputado estadual pelo PSDB, mas servindo como Secretário de Ação Social e Desporto do Estado, e o deputado federal Gilmar Machado, do PT, além de vereadores evangélicos da capital. O grupo escolheu como representante da FPE-MG o deputado estadual George Hilton, da Igreja Universal. No Rio Grande do Sul, a pedido do deputado federal Milton Cardias, a instalação da FPE ocorreu durante a realização da Convenção das Assembléia de Deus do referido Estado, na cidade de Palmeira das Missões. Foram divulgadas pelo coordenador nacional da FPE ações já realizadas, como alteração no Código Civil, em prol da autonomia das igrejas, e proibição de clonagem e uso de embriões humanos, em pesquisas científicas. O representante da Convenção Geral das Assembléia de Deus do Brasil, pastor Alcino Toledo, destacou que a Frente já estava sendo acionada para obter o reconhecimento, pelo Ministério da Educação, de um curso superior de Teologia que funciona sob sua coordenação.

Um novo ciclo de expansão da FPE ocorreu em julho de 2004. No dia 1º foi realizada a instalação da sucursal do Acre, por iniciativa dos deputados federais Zico Bronzeado e Henrique Afonso, ambos do PT. Houve adesão do deputado estadual Helder Paiva e de vereadores da capital acreana. O dia seguinte foi oportunidade da FPE ser instalada em Rondônia, sob a liderança do deputado estadual Renato Velloso (PFL-RO). Nilton Capixaba informou, na oportunidade, que aderira à fé evangélica 90 dias depois de

sua eleição para deputado federal: "Aceitei a Jesus e tenho procurado honrar o meu povo e fazer a diferença nesse Estado. Em Rondônia, 40% do povo é evangélico. A FPE está unida na Câmara, não há divergências. A Bíblia é a maior constituição que nós temos, porque ela não muda e não falha".[725] No dia 4 de julho a Câmara de Vereadores de Boa Vista, em Roraima, recebeu os deputados federais pastor Frankembergen (PTB-RR), João Campos (PSDB-GO), Adelor Vieira (PMDB-SC), Silas Câmara (PTB-AM), além de lideranças locais, que organizaram a FPE estadual, sob a coordenação do vereador pastor Antônio Filho (PMDB), da Igreja Quadrangular da capital roraimense.

5.2 – Cultos, conferências e outras programações.

A constituição da FPE contribuiu para estreitar laços de relacionamento e amizades entre seus parlamentares. Muitos já se conheciam no ambiente das respectivas igrejas, quando, na condição de líderes, participavam de eventos regionais e nacionais. O Coordenador da FPE, deputado Adelor Vieira, afirmou: "Nosso trabalho tem se fundamentado na união entre os parlamentares, prova disto tem sido o culto devocional que realizamos todas as quartas-feiras na Câmara Federal".[726] O coordenador desses cultos, em 2004, era o deputado pastor Pedro Ribeiro, também vice-presidente da FPE e líder da Assembléia de Deus no Ceará. No início, havia dificuldade para reunir todos os evangélicos, porque os parlamentares da Igreja Universal do Reino de Deus já realizavam um culto no mesmo dia e horário. Entretanto, houve entendimento de modo a unificar as celebrações. Segundo o deputado Ribeiro:

> Desde o início da Legislatura e da realização dos Cultos, há um entrosamento e uma crescente amizade, respeito e consideração entre os deputados de todas as denominações presentes na Casa. Aliás, todos têm se manifestado reconhecedores e entusiastas pela realização e presença nos cultos. O nascedouro da própria Frente Parlamentar Evangélica é produto deste compartilhar.[727]

A notícia desses cultos chegou ao Palácio do Planalto, de tal modo que o presidente Luís Inácio Lula da Silva manifestou desejo de que a Frente promovesse eventos

[725] Revista FPE, nov.2004, ano 1, nº 1, Brasília (DF), p. 11.
[726] Idem, p. 3.
[727] Idem, p. 20.

semelhantes no espaço do Executivo. A FPE também decidiu preparar convites e textos de evangelização para distribuir a todos os parlamentares do Congresso Nacional.

Interessante notar como a marca pentecostal se evidencia no ambiente público da chamada Casa do Povo. O deputado Pedro Ribeiro relatou "a cura da filha da deputada Edna Macedo (PTB-SP), através da Oração da Fé, mesmo estando ela em outro Estado".[728] Esse mesmo parlamentar propagou uma experiência pessoal. Durante check-up médico foi-lhe recomendado submeter-se a cateterismo em São Paulo. Na véspera do exame ele esteve presente ao culto da FPE e foi alertado por um pastor visitante que o demônio "quis pegá-lo, mas que Deus havia lhe dado um coração novo". Pedro Ribeiro completa seu testemunho: "Após o cateterismo, ficou confirmada lesão em duas artérias no ventrículo esquerdo, mas que não seria necessária qualquer intervenção cirúrgica, porque eu tinha um coração robusto e forte, que jamais sofrerá qualquer enfarte. Isto foi confirmado pelos médicos de São Paulo e do Distrito Federal".[729]

Os cultos da FPE têm como coordenador musical o deputado Raimundo Santos (PL-PA), figura bastante conhecida nos aeroportos de Brasília e Belém, porque leva sempre em sua bagagem um acordeon, seu companheiro inseparável nas campanhas políticas, desde quando foi candidato a deputado estadual, pela primeira vez, em 1986. Santos é filho do mais antigo pastor da Assembléia de Deus do Pará, Joaquim Santos, que em setembro de 2004 havia completado cem anos de existência, dos quais 70 na atividade pastoral. O deputado Santos marcou posição bem conservadora na linha de costumes, característica dos integrantes da Frente, em discussões de projetos sobre legalização da prostituição, prática do nudismo e união civil de homossexuais.

A revista da FPE descreveu o ambiente dos cultos e a atuação da equipe dirigida por Raimundo Santos, com as seguintes palavras: "O plenário II das Comissões da Câmara dos Deputados – reservado às reuniões técnicas – tornou-se meeting gospel, onde, todas as

[728] Idem, p. 8.
[729] Ibidem.

quartas-feiras, parlamentares evangélicos realizam cultos de adoração a Deus, ficando a cargo do parlamentar e de sua equipe, a celebração do louvor".[730]

No encerramento das atividades do ano de 2003, a FPE realizou um culto de Santa Ceia, no ambiente da Câmara dos Deputados, com a presença de senadores, deputados federais e convidados, destacando-se um coral de mulheres de uma igreja de Taguatinga e a vinda do bispo Átila Brandão, da Igreja Caminho das Árvores, de Salvador (BA). Além dos cultos semanais, habitualmente realizados no Plenário II das Comissões, a Frente promoveu um culto de ação de graças, no início das atividades legislativas de 2004, com a presença de, aproximadamente, 400 pessoas. A proposta veio do deputado batista Walter Pinheiro (PT-BA), o qual, durante a cerimônia, relatou as vitórias alcançadas pela FPE em 2003: "Tivemos uma grande conquista com a mudança no Código Civil, e hoje, com este evento, presenciamos mais uma conquista memorável". Em seguida, acrescentou: "Nos queremos a entrega de Deus na vida dos homens que governam este País" (sic).[731]

Anualmente, a FPE promove uma Conferência Nacional de Parlamentares Evangélicos. A primeira conferência foi realizada nos dias 25 e 26 de novembro de 2004, com a presença de aproximadamente 300 pessoas. A sessão solene foi aberta com a palavra do presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha. O tema geral foi "O Parlamentar Evangélico e as Transformações Sociais no Brasil". Houve entrega de prêmios "Destaque Nacional" para 85 pessoas que a Frente quis homenagear, nas áreas de Evangelização, Missão, Educação, Assistência Social e Atuação Política. Foram convidados conferencistas do Brasil e de outros países, como o deputado angolano Ricardo Teodoro, o norte-americano Rendy Johnson, o vice-governador e membro da Assembléia de Deus do Rio Grande do Norte, Antônio Jácome, o metodista gaúcho e ex-ministro do Superior Tribunal Militar, Aldo Fagundes, e o palestrante Francisco Schork.[732]

5.3 – Atuação da FPE: relacionamentos internos e externos.

A Frente Parlamentar Evangélica marcou seu primeiro ano de existência, 2004, correspondente ao segundo da 52ª legislatura, com diversas iniciativas. Além de atividades-

[730] Revista da Frente Parlamentar Evangélica, nov.2004, ano 1, nº 1, Brasília (DF), p. 16.
[731] Idem, p. 21.
[732] Informações obtidas na revista **Ação Parlamentar**, do gabinete do Dep. Adelor Vieira, Brasília, 2005, p.21.

meio, como a criação do Grupo de Assessoria aos Parlamentares Evangélicos (GAPE) e a instalação de sucursais em sete Estados da Federação, algumas medidas foram tomadas como parte de sua finalidade, tais como:

a) audiência com o Ministro das Comunicações, para pleitear concessões de emissoras de rádio e televisão;
b) providências junto ao Ministério da Educação para reconhecimento de cursos superiores de Teologia;
c) apoio ao programa de erradicação do analfabetismo no Brasil;
d) iniciativas para alteração do Código Civil, através de apresentação do Projeto de Lei 634/03, acompanhamento e intenso trabalho de articulação, até obter sua aprovação no Congresso e sanção da Lei pelo Presidente da República;
e) discussão de projeto de lei que restringia a programação religiosa nos veículos de comunicação radiofônica e televisiva;
f) abordagens para poupar comunidades evangélicas de serem penalizadas devido a níveis elevados de ruído em cultos e celebrações, devido a exigências da legislação ambiental;
g) debates sobre contribuição previdenciária, no caso da categoria profissional ministro religioso.

A FPE manteve, durante a 52ª legislatura, uma jornalista, Josiane Lanzarin Spengler, que além de produzir material de divulgação, acompanhava a repercussão das atividades da Frente em veículos de comunicação. A Frente foi bastante citada pela imprensa (*Folha de S. Paulo*, revista *Época* e *Jornal do Brasil*), durante a aprovação da Lei dos Transgênicos. O *Correio Brasiliense* destacou a organização da Frente Evangélica, em comparação com outras similares do Congresso. O mesmo jornal também registrou a atuação decisiva da Frente nos casos de: mudança do Código Civil, para liberar as igrejas de serem registradas como associações ou fundações; proibição da clonagem de embriões, que estava proposta em projeto de lei sobre biossegurança e retirada de pauta da proposta de união civil entre pessoas do mesmo sexo.[733] As atividades da FPE também foram objeto de entrevista do jornal *Los Angeles Times* com o presidente deputado Adelor Vieira, publicada no dia 7 de junho de 2004.

[733] Revista da Frente Parlamentar Evangélica, nov.2004, ano 1, nº 1, Brasília (DF), p. 10.

Antes de apresentar temas nos quais a Frente Parlamentar Evangélica firmou posição, é importante assinalar que não havia esforço para fechar questão em nenhuma votação. O presidente Adelor Vieira deixou muito clara esta orientação, quando foi entrevistado:

> Bem. Nem a Assembléia de Deus, que tem a maior bancada (são 20 parlamentares), nem as outras, dentro da nossa orientação, como presidente da Frente Parlamentar Evangélica, votam fechado. Nós não fechamos questão em nada. Agora, nós trabalhamos na conscientização, nós fizemos várias reuniões e, ao final, a gente deixa sempre livre para que cada um possa, de acordo com a sua consciência, fazer a sua votação e quase sempre a votação é igual. Mas já tivemos casos que a bancada divergiu.[734]

Solicitado a declinar estes casos em que houve divergências, o deputado lembrou a votação do salário mínimo de 2004, a reforma da previdência, a questão das células-tronco. E acrescentou: "Eu não procuro colher os votos para saber o quorum que deu, para não ferir. Porque eu acho que cada parlamentar deve ter o seu de votar. Deve ter o seu direito de votar. Então a responsabilidade vai ser dele. Então eu sou contra o cerceamento do direito do parlamentar de exercer o seu direito de voto."[735] A seguir, alguns temas que mereceram atuação destacada da Frente Parlamentar Evangélica

5.3.1 – Estatuto do Desarmamento

O projeto de lei nº 10.826, de 22/12/2003, conhecido como Estatuto do Desarmamento, trazia em seu artigo 27 a obrigatoriedade do uso de detectores de metal, em locais onde comparecessem mais de mil pessoas. A multa para os responsáveis por eventos que não cumprissem essa determinação variava entre cem mil a 300 mil reais. O deputado João Campos (PSDB-GO) percebeu que o projeto, já aprovado pelo Senado, não excluía os templos. Diante disto, afirmava ele: "A imposição de multa desse valor poderia implicar no fechamento da igreja com a venda do patrimônio para garantir o pagamento da multa".[736] Com base no inciso VI do artigo 5º da Constituição Federal, que determina ao poder público garantir a proteção aos locais de culto e suas liturgias, o parlamentar, que pertence à Assembléia de Deus – Madureira, propôs alteração ao texto legal, de modo que a

[734] Entrevista do deputado Adelor Vieira. Brasília, 22/11/2005.
[735] Ibidem.
[736] Revista FPE, nov.2004, ano 1, nº 1, Brasília (DF), p. 18.

autoridade eclesiástica ficou isenta da obrigação de instalar detectores de metal nos templos.

5.3.2 – Lei de Biossegurança

Os parlamentares evangélicos acompanharam com interesse as discussões sobre o projeto de lei nº 2401/2003, relativo à segurança e fiscalização em atividades que lidam com organismos geneticamente modificados e seus derivados. Nesta votação, os evangélicos estiveram juntos com os católicos e conseguiram proibir

> quaisquer manipulações genéticas de células germinais humanas e embriões humanos; clonagem humana para fins reprodutivos; produção de embriões humanos, exceto para realização de procedimentos com finalidade de diagnóstico, prevenção e tratamento de doenças e agravos, bem como clonagem terapêutica com células pluripotentes, não embrionárias.[737]

Esta decisão foi comemorada pelos grupos de parlamentares religiosos como a "vitória da vida". O deputado Gilmar Machado se manifestou sobre este caso:

> A bancada evangélica conseguiu, a partir de um relatório apresentado pelo deputado Henrique Afonso, do PT evangélico do Acre, (ele é presbiteriano), nós conseguimos então nos unificar em torno do relatório que ele fez, assegurando a utilização de células tronco já em pessoas, mas com os embriões tendo restrições. [...] Aí [...] o que eu queria colocar? [A questão] da trangenia, a questão dos transgênicos, possibilitando a partir de acompanhamentos, todos tendo uma fiscalização e um controle maior. A mesma coisa no que diz respeito aos embriões. Isso então nos possibilitou votarmos unificados nessa questão. Tem o projeto do aborto agora que está tramitando, que tem a oposição da Frente. Nós estamos agora formulando um texto para que a gente possa subsidiar a coordenação nossa para podermos votar então o projeto. [738]

5.3.3 – Criacionismo

A Frente Parlamentar Evangélica demonstrou interesse nas discussões sobre Ensino Religioso, tendo enviado dois assessores, Sandro Jadir Albuquerque e Inaldo Santos, ao 2º congresso nacional referente ao tema, realizado no Rio de Janeiro, em junho de 2004. O

---

[737] Idem, p. 25.
[738] Entrevista do deputado Gilmar Machado. Brasília, novembro de 2005.

objetivo da FPE era apoiar a proposta de inclusão da teoria criacionista na grade curricular das escolas de ensino fundamental. Para tanto, criou uma comissão de parlamentares, liderada pelo deputado pastor Reinaldo (PTB-RS), que tratou de pressionar o Executivo nessa matéria. Segundo esse parlamentar:

> o primeiro passo foi contatar o ministro da Educação, Tarso Genro, com o objetivo de requerer a inclusão da proposta do criacionismo científico em livros didáticos. Caso a indicação não seja acatada pelo Ministério, a Frente deve entrar com um projeto de lei regulamentando a ação, mesmo entendendo ser esta uma prerrogativa do Executivo, e não, do Legislativo.[739]

Para o presidente da FPE, Adelor Vieira, a alternativa de ir diretamente ao Ministro da Educação teria eficácia maior do que aprovar um projeto de lei sobre o assunto. O deputado Milton Cardias declarou que seriam empreendidos "todos os esforços cabíveis para atender este pleito".[740]

Muitos colégios evangélicos já ensinam o criacionismo. A pressão de líderes pentecostais para que o assunto conste do currículo escolar é grande. O presidente de Conselho Político da Convenção Geral das Assembléias de Deus, pastor Ronaldo Fonseca, reclamou que a discussão estava atrasada:

> Porque nós, que aceitamos criacionismo, não como teoria, mas como verdade, temos que aturar a teoria evolucionista imperando nas escolas e faculdades, direcionando os estudos para essa teoria? Como país democrático, devemos dar a opção ao aluno sobre o que ele quer aprender e estudar. Não se deve impor o criacionismo, mas também não se deve impor a teoria do evolucionismo como está acontecendo hoje.[741]

5.3.4 – Reforma Política

A Reforma Política, projeto cujo relator, na 52ª legislatura, era o deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), foi um dos assuntos que mereceu sucessivos debates no âmbito da Frente Evangélica. Além do próprio relator, os deputados Roberto Freire (PPS-PE) e Carlos Rodrigues (PL-RJ), este um dos mais influentes membros da FPE, procuraram apresentar

[739] Revista FPE, nov.2004, ano 1, nº 1, Brasília (DF), p. 26.
[740] Ibidem.
[741] Revista FPE, nov.2004, ano 1, nº 1, Brasília (DF), p. 26.

as implicações da Reforma, segundo estava configurada no projeto. Seus grandes temas, apresentados pelo relator, eram: financiamento público de campanhas eleitorais; listas de candidatos pré-ordenadas pelos partidos para as eleições proporcionais, as chamadas "listas fechadas"; proibição das coligações partidárias nas eleições proporcionais, e criação de federações partidárias, nas quais os partidos deveriam permanecer filiados pelo prazo mínimo de três anos.

Para o deputado Carlos Rodrigues:

> a lista vai-nos fazer caminhar para o bipartidarismo, onde não há renovação. O poder econômico vai continuar dominando e a Reforma como está vai aumentar o poder de quem manda, além de acabar com as alianças e coligações. E, o que mais me incomoda é que seremos julgados por delegados de partido e não mais pelo povo.[742]

Rodrigues apoiava o instituto da fidelidade partidária para os dois primeiros anos de cada legislatura, enquanto o projeto previa para os dois últimos. O presidente Adelor Vieira entendia que o projeto de reforma penalizava as minorias parlamentares e defendia que "o correto seria trabalhar na Reforma Partidária".[743] Esta tese foi aceita pela Frente, que nomeou uma comissão para apresentar um esboço de Reforma Partidária, composta dos deputados Carlos Rodrigues (PTB-RJ), Milton Cardias (PTB-RS) e Gilberto Nascimento (PMDB-SP), este assumindo a coordenação do trabalho.

5.3.5 – Emenda ao Código Civil

A grande realização da Frente Evangélica, durante a 52ª legislatura, foi, sem dúvida, a operação que culminou com importante alteração no novo Código Civil, que já havia sido aprovado, conforme Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. O novo Código, em seu artigo 44, previa, apenas, três tipos de pessoas de direito privado: associações, sociedades e fundações. O Código que vigorava desde 1916 reconhecia, explicitamente, as sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias. Além disto, para se adequar à nova lei, as organizações religiosas e os partidos políticos teriam que alterar seus estatutos para se enquadrarem em um dos tipos previstos, até janeiro de 2004. A partir de 2002, alguns

[742] Idem, p. 15.
[743] Ibidem.

líderes evangélicos[744] começaram a denunciar os problemas que adviriam para as igrejas, devido à implantação da nova lei. Como as igrejas teriam que submeter seus estatutos ao Estado, havia um entendimento que estava sendo violado o princípio da separação entre essas instituições: o Estado teria poder para intervir nos assuntos das igrejas, tais como: critérios para organização, quorum para deliberações, forma de governo e correlatos.

O movimento conseguiu constituir uma Comissão Especial na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, presidida pelo deputado Édino Fonseca, para debater os impactos do novo Código sobre as igrejas. Foi elaborada emenda popular com o objetivo de coletar um milhão e 700 mil assinaturas e propor alteração no novo Código. A mobilização sensibilizou muitos evangélicos e teve ressonância em Brasília, de modo que a Frente Parlamentar Evangélica resolveu encampar a iniciativa. O deputado Raimundo Santos explicou o seguinte:

> Se nós não estivéssemos aqui presentes, os evangélicos, neste mandato, as igrejas estariam no nível de qualquer associação porque o Código Civil assim colocou as igrejas e dessa forma elas estariam vulneráveis à ação de qualquer pessoa que poderia conquistar, no Poder Judiciário, ou por influência junto ao próprio Ministério Público, uma intervenção na igreja, uma intervenção na administração da igreja e aí nós teríamos a igreja cerceada na sua própria liberdade de culto. Então, hoje, depois de tantas décadas, a igreja acordou, porque ela sabe que se não estiver presente no poder, nos poderes instituídos, ela vai fazer, vai cumprir sua missão de uma forma raquítica.[745]

Finalmente, foi elaborado o Projeto de Lei 634/03, aprovado por unanimidade na Câmara e Senado, o qual trouxe nova redação ao artigo 44 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002. No novo artigo 44 aprovado, as organizações religiosas e os partidos políticos tiveram reconhecimento específico como pessoas jurídicas de direito privado. A autonomia dessas instituições foi garantida no § 1º do mesmo artigo, onde se lê: "São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao Poder Público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e

---

[744] O jornal **A voz profética na política**, junho 2004, Ano 1, órgão de divulgação do mandato do deputado estadual Édino Fonseca (PSC-RJ), cita os seguintes líderes religiosos e juristas, que se mobilizaram contra a condição restritiva do novo Código, para as igrejas: Pastor e Juiz Federal Dr. Paulo Roberto Capanema, Bispo Manuel Ferreira, Pr. Isaías de Souza Maciel, Reverendo Dr. Guilhermino Cunha, Pr. Nemuel Kessler, Apóstolo Doriel de Oliveira, Pr. Getúlio Mapa, Pastor Samuel B. Lessa, Pr. Vanderlei Bibá, Pr. Desembargador Roberto Cortês e Dr. Zenóbio Fonseca.

[745] Entrevista do deputado Raimundo Santos. Brasília, junho de 2004.

necessários ao seu funcionamento". Embora o projeto tenha sido do deputado Paulo Gouvêa, na época integrante da Igreja Universal, foi, de fato, uma iniciativa construída em mutirão, conforme declarou o deputado Adelor Vieira, em discurso de 06/11/2003: "O projeto que esta Casa acabou de aprovar, da lavra do Deputado Paulo Gouvêa, com esforço concentrado dos integrantes da Frente Parlamentar Evangélica e com a dedicação ímpar do eminente Deputado João Alfredo, relator da matéria, justifica-se a nossa satisfação". O deputado ex-bispo Carlos Rodrigues, quando perguntado sobre a contribuição dos parlamentares evangélicos para a democracia, afirmou, categoricamente, que ele redigira o projeto de alteração do artigo 44 do Código, e abrira canais para sua aprovação:

> Bom, o problema é o seguinte: A democracia ela é uma construção contínua. Qual é o maior bem da democracia? A liberdade. É o maior bem da democracia. E, eu digo a você que, para o meio evangélico, a liberdade que hoje nós temos é conseqüência do trabalho desses parlamentares abnegados que nós temos aqui. Porque quando você associa democracia... o maior adjetivo da democracia é a liberdade. Se não tivéssemos aqui, não vou dizer 30 ou 40, uns 20 deputados evangélicos de fato e de verdade que estão aqui dentro trabalhando diariamente, o evangelho teria muitos motivos de ser perseguido aqui. Já teriam muitas leis. Eu próprio, quantas leis eu derrubei contra as instituições religiosas! *O caso do Código Civil nasceu aqui, dessa mesa aqui, eu rascunhei o Código Civil... Pedi o deputado Paulo Gouvêa para assinar o Código Civil, projeto. Protocolei, fui na Comissão de Constituição e Justiça, no plenário, consegui a assinatura dos líderes, trabalhei muito*! O Código Civil seria uma desgraça, seria uma desgraça, para a instituição. Não para a causa de Jesus, porque a causa, o Senhor, Ele... nem a cruz pôde mantê-lo preso, nem os grilhões da morte, mas a instituição física ela iria sofrer muito, ela ia ter muito problema... Em várias outras leis, não é?, que diariamente estão criando leis que tentam barrar o trabalho da instituição, pessoa jurídica, no caso... [746]

Outro deputado que reivindicou para si a paternidade da emenda ao Código Civil para adequá-lo à situação das igrejas foi o pastor Francisco Olímpio:

> Então, quando nós chegamos aqui, a lei ordinária, que era o Código Civil, que tinha sido aprovado agora, após a Constituição, ela caracterizava as igrejas dos segmentos evangélicos como associações, como fundações. Então, Deus nos deu graça, nos iluminou e nós fomos autor do projeto 1273, retirando do diploma legal do Código Civil, da lei ordinária, essa parte e deixando agora a igreja como pessoa jurídica de direito privado, regida pelos seus

[746] Entrevista do deputado Carlos Rodrigues, gravada em seu gabinete de Brasília, no dia 17/06/2004; grifo acrescentado.

> próprios estatutos. Isto aí serviu para elencar todo esse processamento e outros, para apresentar o substitutivo. E a Frente Parlamentar Evangélica levantou-se em frente ao plenário, conseguimos apressar, em regime de urgência urgentíssima, e hoje foi modificado o artigo concernente a este ato, e hoje a igreja é regida pelos seus próprios estatutos, elegendo presidente, [...] nos seus afazeres e atos constitutivos, com plena liberdade de acordo com a Bíblia, a palavra de Deus, nos seus próprios estatutos. Então, isso aí já é uma coisa de ação nacional. Deus nos deu a honra. Nós tivemos projetos a respeito do impacto de vizinhança, a respeito de construções de templos. O nosso mandato é da igreja, certo? Deus nos entregou o mandato para representar o nosso segmento, que nós fazemos com muita humildade.[747]

5.3.6 – Relação com Israel

Em nome da Frente Evangélica uma comissão de oito parlamentares visitou o embaixador de Israel no Brasil, Daniel Gazit, em novembro de 2003, acompanhada pelo representante da comunidade judaica na Câmara dos Deputados, o deputado paulista Walter Feldman, e por um evangelista, Pedro Laurindo, incentivador dessa aproximação. O objetivo do encontro foi estreitar relacionamentos entre os dois países e promover ações de intercâmbio cultural e educacional. O presidente da FPE, deputado Adelor Vieira, assumiu compromisso de orar pela paz em Israel e buscar aliados com o mesmo objetivo. O embaixador Gazit declarou na oportunidade: "Os senhores estão apoiando uma causa justa. Hoje nos acusam de tudo, mas estamos lutando contra o terror. Nosso objetivo é libertar o País, não queremos mais violência, nem mais terror. Somos a favor da autonomia palestina, queremos sentar e negociar".[748] No final da visita o embaixador convidou os parlamentares evangélicos para uma visita a Israel.

Em janeiro de 2004, 16 deputados federais, representantes da Confederação Israelita do Brasil e federação correspondente do Estado de São Paulo, acompanhados de dois jornalistas, permaneceram durante dez dias em Israel. Visitaram universidades, o Parlamento, a indústria aeronáutica, e autoridades como os ministros da Ciência e Tecnologia, Comércio e Indústria, Relações Exteriores, e o prefeito de Jerusalém. Foram acertados intercâmbios educacionais e científicos, para a ida de 25 a 50 técnicos agrícolas e da pecuária de leite, bem como profissionais e universitários de informática e ciências

[747] Entrevista do deputado Francisco Olímpio. Brasília, novembro de 2005.
[748] Revista FPE, nov.2004, ano 1, nº 1, Brasília (DF), p. 17.

exatas, com objetivo de realizarem estudos em suas respectivas áreas. A revista da FPE registrou:

> A Frente Parlamentar Evangélica assumiu duas grandes missões perante a Nação Israelita. Uma delas é levar a versão oficial do conflito milenar que impera na Região, divulgando os fatos reais, a verdadeira versão do conflito. A outra missão é promover a paz entre os povos judeu e árabe que vivem no Brasil, juntamente com a Frente Parlamentar Brasil/Israel. Os evangélicos serão o elo de ligação para promover um acordo de paz.[749]

A iniciativa dos parlamentares evangélicos torna pública a mentalidade favorável à causa de Israel, que predomina nas igrejas pentecostais e evangélicas brasileiras. Prevalece nessas comunidades uma interpretação de textos bíblicos e profecias acentuadamente a favor de triunfos bélicos e dominação israelense sobre outros povos que habitam o Oriente Médio, notadamente os palestinos. Diante deste contexto, parece ironia ou, no mínimo, ingenuidade, os evangélicos se colocarem como "elo de ligação para promover um acordo de paz" entre os povos mencionados.

5.4 – Escândalos e corrupção

Antes de tratar diretamente dos escândalos e episódios de corrupção que tiveram políticos pentecostais como agentes ativos e passivos, principalmente na legislatura que se finda (2003-2007) é importante fazer um excurso sobre o berço que molda esses políticos. De onde vêm? Em que escola da vida são formados? Nos capítulos anteriores desta tese já há elementos para inferir respostas a estas perguntas, mas convém acrescentar outros subsídios, para melhor compor este quadro de referência sobre os antecedentes do político pentecostal, durante o tempo em que ele está sendo forjado nas relações do dia a dia da igreja. A tentativa de explicação desse *ethos* pentecostal se compõe de duas partes. Na primeira, recorre-se ao testemunho de uma pastora quadrangular, sobre o modo como o pentecostal estabelece seus valores morais, em termos do que, para sua comunidade religiosa, é o certo e o errado, é pecado ou deixa de ser pecado. E, ainda, o modo como essa mesma comunidade classifica o que considera pecado. Na segunda parte, recorre-se a depoimentos de lideranças intermediárias da Assembléia de Deus no Pará, que enfocam,

[749] Idem, p. 23.

criticamente, contradições da política interna praticada em ministérios e distritos eclesiais daquele Estado.

5.4.1 – O *ethos* pentecostal

A questão da ética dos pentecostais na política foi preocupação da assessora parlamentar, Mônica, quando entrevistada, em setembro de 2006. Ela discorreu sobre o assunto, apontando que, no universo pentecostal e neopentecostal, o que se discute é se determinados comportamentos devem ser classificados como pecados ou não. E mais: eles estabelecem uma escala, que define o que é pequeno, médio e grande pecado. Entretanto, essas classificações não dizem respeito a assuntos de interesse da sociedade. Mesmo no exercício da vida pública, o que mais incomoda as igrejas não é se um parlamentar trabalha contra ou a favor do desemprego, da saúde pública, da educação, ou se vota contra ou a favor de aumento no salário mínimo, e assim sucessivamente. O que mais preocupa essas igrejas é se um parlamentar bebe cerveja, fuma cigarro ou adultera, por exemplo. Na entrevista, ao ser perguntada sobre a relação que os parlamentares pentecostais e neopentecostais fazem entre ética cristã e ética política, a assessora ofereceu as seguintes explicações:

> Eles só conhecem uma palavra, que é pecado. Só que eles, às vezes, entendem o que é pecadinho e o que é pecadão. Dificilmente, você vai escutar um deputado evangélico aprovar o casamento entre homossexuais, porque eles acham que é abominação. Então eles têm alguns conceitos formados do que é pecado, mas eles não têm uma compreensão do que seja ética política. Eles não têm uma compreensão do que seja certo e errado, dentro de uma atividade política-partidária. Eles não têm uma compreensão do que seja ser membro de um partido e ser conivente com os ideais deste partido. Por exemplo, eu conheço bons líderes evangélicos que estão no PFL. Será que eles sabem de verdade o que é um governo neoliberal? Será que eles sabem de verdade quais são as filosofias daquele partido? Não, não têm [noção]. E aí, quando eu falei para você do pecado, há coisas que a igreja banalizou muito, como, tirar vantagens. E aí os deputados acabam ferindo éticas cristãs e políticas partidárias, quando eles se envolvem em esquemas de corrupção, em esquemas de financiamento, quando eles se deixam serem levados pela questão do *lobby*. Tudo que puder, de uma forma ou de outra, beneficiar a igreja, eles não entendem como pecado. Presta atenção no que vou te dizer agora: alguns deputados que estão envolvidos no esquema das sanguessugas, eles não fizeram isso para terem dinheiro no bolso, eles fizeram

> isso para conseguirem ambulâncias e viaturas para suas igrejas e as obras sociais de suas igrejas. Você entende o que estou falando? Eles se envolvem nos esquemas de fraude, de corrupção, passam por cima da ética, em benefício da igreja, como se os fins justificassem os meios. E depois é o seguinte: eles não têm a compreensão do que é certo e errado, ali onde está. Alguns daqueles homens das ambulâncias chegaram a dizer para eles o seguinte: "deputado, eu não vou ter que pagar para alguém 6% lá no seu Estado, para vender uma ambulância para mim? Ao invés de eu pagar 6% para um vendedor, que vai lucrar, eu dou para o senhor, para sua obra social. O senhor vai ser o meu vendedor de ambulância". Sobre essa ética, eles acham que não estava errado. "Espera aí, se o coitado vai ter que botar um vendedor lá no Estado para apresentar o produto e eu posso, em vez do vendedor, eu posso ganhar, não é errado". Então eles entendem que os 6% que eles vão tirar da ambulância estaria sendo tirado para um vendedor. Então não é errado. Não é pecado eles tirarem os 6% de uma ambulância, como uma comissão de venda. E não como parte de um esquema que está desviando dinheiro público. Então para você entender que eles não têm na verdade uma compreensão de ética cristã e ética política. O que é pecado, às vezes, acaba sendo uma arma para enfrentar o Inimigo[750].[751]

Outra visão do uso que a Assembléia de Deus faz da política veio de líderes locais da AD paraense. Para eles, existe simplesmente um jogo de interesses entre a cúpula e os parlamentares, de modo que nenhum benefício sobra nem para os membros da Igreja, nem para a sociedade em geral, como resultado dessa conquista de espaços na máquina pública. Da entrevista com cinco membros da liderança intermediária do distrito de Icoaraci, em Belém do Pará, um deles expressou-se da seguinte maneira:

> Em Belém, não houve mudança que eu visse nenhuma, até porque [a cúpula] se fecha politicamente, se fecha num grupo fechado de pastores a portas fechadas. E depois, quando é eleito [o candidato oficial], o que se faz é a portas fechadas entre eles e não vem benefício nenhum para os membros, para as igrejas, para os bairros. Se existe um benefício é somente para a cúpula central da Igreja, a qual ninguém tem acesso. No caso do [deputado] Raimundo Santos, ele vive ali para dar apoio para TBN [Televisão Boas Novas]. Fora isso, [o que] Raimundo Santos fez? Até agora eu não vi. Na Assembléia de Deus daqui eu não vi nenhum trabalho dele, só mesmo *show*, que eles trazem algum cantor aí de fora. Fora isso não há nada. Então não traz interferência nenhuma. Ele vive só mesmo manipulado pelo pastor [Samuel] Câmara, que apóia ele. Se tiver que arrumar alguma coisa no templo

[750] Nota do entrevistador: "Inimigo" é uma forma comum do pentecostal fazer referência ao diabo ou chefe dos demônios, segundo a concepção própria de sua religião.
[751] Entrevista de Mônica, assessora parlamentar de um deputado pentecostal, em Brasília, setembro de 2006. "Mônica" é nome fictício para proteger a fonte.

> central, a igreja sede é que é beneficiada, o resto não tem nenhum resultado. Só, tanto na área federal, área municipal e área estadual.[752]

A Assembléia de Deus é uma organização na qual os pastores concentram poder, enquanto os membros obedecem e trabalham. Neste contexto, líderes locais de congregações de um distrito da Igreja, em Belém do Pará, denunciaram desigualdades sociais e econômicas que são praticadas, em função dessa estrutura de mando, característica da denominação e de outros grupos pentecostais, que exclui as bases das decisões sobre a partilha de recursos arrecadados, através de dízimos e ofertas. As críticas, transcritas a seguir, foram feitas por um sargento das forças armadas, um líder sindical, um vendedor, um dirigente de associação filantrópica e um assessor de vereador:

> Eu tenho um tio que ele dizia que é assim:"No céu é Cristo, aqui é isto"[753]. Hoje os pastores só querem dinheiro. Campo "gordo", onde todo pastor quer ir. O pastor quer saber quanto rende lá. Você vai para uma convenção, eu sempre estou em uma convenção, mas não é querendo posição de pastor. Quando eu estou lá é porque eu trabalho com vendas. Eu sou negociante. Aí eles querem saber: "Sicrano, quanto é que está rendendo lá? As ovelhas estão boas? Se estão boas, vamos permutar, porque o meu [rebanho] lá está bom". É um comércio. Em uma convenção, que era para se tratar de melhorias, como vai o campo, é a situação do comentário. O pastor ali reúne e quem trabalha é os membros. Aí tira dinheiro dos membros. O membro já dizimou, já ofertou, mas ainda quer uma contrapartida, uma outra oferta para ajudar. Hoje eu dirijo uma congregação onde nós temos que ficar com uma renda de 20% do bruto. Como nós vamos fazer melhoria, fazer [trabalho] social, com 20%, vamos dizer, 500 reais? Ou de 400, ou de 300, por aí? Se uma luz que chega é cem reais? Então é difícil fazer a obra de Deus onde tem líderes que não vêem esse lado. Só vê o lado, por exemplo, do templo central deles. Tudo que entra aqui é para beneficiar a quem? O líder maior. Que o resto, os outros, vão só sofrer. Acabou, senão eu falo demais. [754]

Há também sinais de má aplicação do dinheiro arrecadado. No Barreiro, bairro da capital paraense, presenciou-se o esforço de membros para completar um piso de lajotas do santuário. Durante a mesma entrevista interativa, realizada em Icoaraci, um líder de congregação declarou:

---

[752] Entrevista interativa com líderes da Assembléia de Deus em Belém (PA), distrito de Icoaraci, em janeiro de 2006.
[753] "Isto", no caso, era dinheiro, pois o entrevistado, enquanto falava, roçava a ponta do dedo polegar com a do indicador.
[754] As citações são de cinco líderes da Assembléia de Deus de Belém (PA), distrito de Icoaraci, em entrevista interativa, gravada em janeiro de 2006. Quatro deles eram auxiliares de congregação e um havia sido afastado do mesmo cargo. Além de auxiliares, um era diácono e outro coordenador de jovens e de ação social.

> Você esteve lá presente, você viu o pessoal trabalhando na lajota. Você sabe quantas ofertas surgiram para lajotar aquela igreja? Já é a terceira vez. Terceira vez e não fizeram a obra. E agora estão fazendo de novo. Sacrificando o povo para fazer o mesmo trabalho. E o povo está lá, trabalhando, cooperando e tem essa disponibilidade. Na Assembléia de Deus, infelizmente tem esse problema. E no interior é pior, porque no interior o dízimo é do pastor e a oferta é da igreja. Se a igreja render dez mil dez mil é do pastor e o que dá de oferta é da igreja.

Os critérios de partilha da arrecadação mudam do interior para a capital do Pará, mas há sempre, em qualquer caso, uma concentração de renda em favor dos pastores e das sedes municipal e regional. Prossegue a explicação do entrevistado: "Aqui em Icoaraci, hoje, o pastor, [...] ele tinha um salário, um piso, e mais a comissão. Comissionamento, como nós falamos na linguagem de vendedor. Tinha dez ou 15 salários[-mínimos], mais 15% da renda". Este tipo de concentração independe do porte da comunidade. Existe em grandes e pequenas congregações locais: "Tem lugares, como São José, onde todo o dízimo é do pastor. Se der 50 mil em um mês, tudo é dele, o dízimo. E eu conheço lugares que são menores...", mas a exploração é a mesma, estava implícito no raciocínio dessa fonte.[755]

Tal quadro de desigualdades tem gerado insatisfações. A própria motivação desses líderes para concederem entrevista e as críticas que fizeram são indícios de inconformismo, no seio da Assembléia de Deus. Essa estrutura de controle dos pastores sobre os membros prevalece devido à passividade da maioria dos membros, que aceita tais regras, mas também porque o grupo sabe que um dia alguns poderão alcançar o mesmo posto de dominação, para usufruir idênticos privilégios. O medo também contribui para que permaneçam as desigualdades. Os que se rebelam são alijados:

> Por exemplo, eu sou do contra [...] Se eu tivesse colocando meu problema aqui em pauta, se eu tivesse contando para [o pastor-presidente], eu como auxiliar, eu não vou a diácono nunca. Porque eu não concordo com isso. [...] Eu dou o dízimo, dou oferta e ainda tenho que contribuir. Aquele irmãozinho que ganha um salário-mínimo, ele tira o dízimo, tira a oferta, ela vai viver de que, com esse salariozinho? Então, eu sou franco e por eu ser franco, na maioria das vezes, eu posso pagar o preço de não ir mais adiante. De eu não chegar a um diácono, de eu não chegar a um presbítero. Por quê? Porque eu não concordo e sou franco. Se, por exemplo, essa conversa vazar daqui e chegar à administração, ao ministério, eu estou

[755] Esta explicação era do "vendedor negociante" do grupo de entrevistados de Icoaraci, já mencionados.

> queimado. Pronto. Acabou-se. Por quê? Eu não concordo com eles. Aqueles que vão subindo, que vão a presbítero, vão a pastor, estão concordando com tudo. Está entendendo.[756]

Em que pese tantas dificuldades, essas vozes são sinais de outra concepção de igreja, menos autoritária e mais comprometida com uma ação social transformadora. As palavras do diácono e presidente de uma associação beneficente servem de exemplo:

> Eu ouvi isso, agora, recente, com um amigo nosso. Ele disse: "Olha, não fica falando isso, porque se tu falar, tu vai te queimar". Eu disse: mas eu não tenho sonho de ir a nenhum lugar. A minha visão é de melhorias, a minha visão é social. A palavra de Deus edifica, mas a palavra de Deus não enche barriga. Então nós temos que fazer um [serviço] social dentro da Igreja. Olha, com a associação a gente é bombardeado: "você não tem mais o que fazer; você tem tempo para estar brincando ainda de associação?" Quer dizer, não quer saber de trazer oficina, cursos profissionalizantes, não quer fazer um [trabalho] social, somente saber da palavra. Está correto? Eu acho que não. Jesus ensinou que a gente deve dar um pão. Dar a palavra, mas dar o pão; o alimento também. E, se não, porque não só dar o pão, mas dar um curso para ele aprender? É o que acontece.Tem muitos hoje que estão-se omitindo de falar, negando seu raciocínio para não chegar a se queimar; se não, não vão chegar a pastor ou a presbítero.[757]

O entrevistado de Icoaraci que perdeu o cargo de auxiliar de congregação apresentou sua interpretação para este fato:

> Eu dirigi uma igreja, agora eu estou encostado. Mas antes de me encostarem, eu estava fazendo um trabalho nessa igreja. A minha preocupação é com o espiritual e também fazia um trabalho social entre os irmãos para atender aos irmãos mais necessitados. Eu não me preocupo muito com o material, o construir, o fazer, eu não me preocupo com isso. Já um outro de uma outra igreja, devido a ele fazer, devido ele construir, devido ele se interessar, ele vai ali e consegue uma carrada de aterro, consegue meia dúzia de tábua, foi rapidinho que o pastor distrital promoveu ele a diácono. Devido ao interesse dele de fazer, de ir, de conseguir isso, aquilo e tal, foi rapidinho. Enquanto aquele que se preocupa com o espiritual, com o social, ele é encostado de lado. Foi o que aconteceu comigo.[758]

---

[756] Palavra de integrante do grupo de entrevistados de Icoaraci, gravada em janeiro de 2006.
[757] Ibidem.
[758] Ibidem.

Nesta pesquisa não foi possível encontrar um grupo de membros da Universal que estivesse disposto a apresentar uma visão crítica da estrutura de poder da sua igreja, como ocorreu no caso da Assembléia de Deus. Deve haver pessoas com a mesma disposição na IURD, mas a dificuldade de contatos foi maior do que na Assembléia. O fato é que ambas as denominações têm um regime de governo autoritário, porém a Universal é centralizada. As unidades locais desta funcionam como filiais de uma empresa, enquanto que a Assembléia é descentralizada em congregações locais, reunidas em áreas, que formam um distrito. Os distritos, por sua vez, formam um campo ou ministério, que tem um pastor-presidente com seus adjuntos. A cúpula do ministério tem poderes para decidir sobre salário de pastores, construção de templos, outros investimentos e destinação dos recursos em geral. Os ministérios se organizam em convenções de âmbito regional, estadual e nacional. Esta é uma visão bastante simplificada do principal ramo da Assembléia de Deus do Brasil (CGADB), da forma como está estruturada no Estado do Pará.

5.4.2 – Escândalos na 52ª legislatura

A trajetória de parlamentares pentecostais no Congresso Nacional tem sido marcada por episódios envolvendo parte significativa deles em atos ilícitos, quebra de decoro parlamentar e corrupção. No Congresso Constituinte, a "bancada evangélica" da época teve membros que se corromperam, por exemplo, para prolongar o mandato do presidente Sarney de quatro para cinco anos, em troca de concessões de emissoras de rádio. No episódio dos "anões do Orçamento", houve participação ativa de pentecostais. Nessas duas décadas de presença política nos parlamentos, patrocinada por igrejas desse subcampo religioso, não houve uma legislatura que escapasse de atos desabonadores desse grupo.

Durante a 52ª legislatura, de 2003 a 2007, os episódios de envolvimento de pentecostais começaram com acusações contra o bispo deputado Carlos Rodrigues. Em 2004 ele foi acusado de estar envolvido no esquema de arrecadação de recursos dos bingos do Rio de Janeiro, coordenado pelo presidente da Loteria Estadual, Waldomiro Diniz, cuja esposa havia sido chefe de gabinete do deputado Rodrigues em Brasília. Nesse mesmo ano, ele foi citado pelo deputado Roberto Jefferson como um dos beneficiários do esquema do "mensalão", que consistia em distribuição de dinheiro, conforme orientação do ministro

chefe da Casa Civil, José Dirceu, para alguns deputados votarem em favor de matérias de interesse do Governo. As quantias eram variáveis e tinham como fontes supridoras empresas do senhor Marcos Valério Fernandes de Souza, que prestavam serviços nas áreas de publicidade e propaganda para estatais e órgãos do Governo Federal. As quantias eram pagas, geralmente, por uma agência do Banco Rural, em Brasília.

Desde fevereiro de 2004, devido às acusações que ligavam o nome de Rodrigues à LOTERJ e ao bicheiro Carlinhos Cachoeira, que intermediava relações de Waldomiro Diniz com as casas de bingo, o deputado havia perdido a condição de bispo e de coordenador da bancada da IURD. Em entrevista de junho de 2004 ele estava na expectativa de ser inocentado, como se pode verificar em suas palavras:

> Eu continuo como membro da Igreja. Não sei o que vai ser do meu futuro político. A Igreja pediu que até que a minha inocência seja provada eu fique parado. Faltam 54 dias para terminar a CPI. Depois vai ter mais quinze dias para votar. Eu tenho fé em Deus, certeza, que vou ser inocentado. Eu vou voltar a fazer política. Enquanto isso, eu estou parado. Eu não estou trabalhando na coordenação de vereador. Eu acho que... a gente... Nós que somos disciplinados, não é, a gente obedece e... como Elias foi para o deserto, ficou lá esperando, eu também estou esperando... Por, não sei, e não vou me envolver nessa eleição; coisa que eu há vinte anos fazia. Toda eleição eu me envolvia, ajudava e tal, mas a Igreja tem outros; outros líderes, outras pessoas, que cuidarão da eleição de nossos vereadores e deputados. E também a Igreja ela está estabelecida de uma forma que ela transcende aos políticos. A Igreja Universal hoje, ela... ela... não só a Igreja Universal, mas o espírito do País, não há uma perseguição violenta contra os evangélicos. Acho que nós já passamos aquela fase crítica.[759]

Um outro episódio já o havia atingido, no ano anterior. No dia 24 de janeiro de 2003 foi assassinado o deputado pastor Valdeci Paiva que havia terminado o mandato de deputado federal e fora eleito deputado estadual pelo Rio de Janeiro. Uma filha de Carlos Rodrigues era nora de Valdeci. O bispo foi acusado de ser o mandante do assassinato, mas as investigações o inocentaram e, ato contínuo, ele processou seus acusadores, os quais foram condenados. O suposto envolvimento de Rodrigues no "caixa 2" da LOTERJ, alimentado pelas casas de bingo, também não ficou provado. De qualquer maneira, estes dois episódios tiveram como conseqüência a perda do posto de bispo e o esvaziamento do

[759] Entrevista do deputado Carlos Rodrigues. Brasília, 17 de junho de 2004.

poder que ele detinha sobre a bancada, na qualidade de coordenador. Para se ter uma idéia da importância do bispo Rodrigues na IURD e do que representaram estas perdas, são transcritos, a seguir, trechos de depoimento à Comissão de Ética, referentes a sua defesa contra acusações de que ele participava do "mensalão", feitas pelo deputado Roberto Jefferson:

> O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Por fim, Deputado, o senhor usou uma expressão peculiar em relação à transferência, à extração, à troca de partidos por parte de Deputados. O senhor sempre falou assim: "Tirei três do PTB, tirei"... [...]
>
> O SR. DEPUTADO CARLOS RODRIGUES - Companheiro, a Bíblia diz que a ovelha ouve a voz do seu pastor. Esses deputados foram eleitos por mim. Eu fazia a eleição deles, orientava, caminhava com eles, orientava em tudo, aonde iam, o partido que deveriam escolher, como deveriam fazer a campanha. E eu chamava e eles vinham, porque faziam parte de um grupo político. Os interesses do grupo político estavam acima dos nossos interesses pessoais. E nós queríamos construir uma oposição. Eu entendi que o Governo Fernando Henrique era um governo que não tinha visão para o social e eu dizia: "Olha, nós temos que mudar o nosso País porque o nosso povo é um povo que passa fome. O povo evangélico que freqüenta a igreja é o povo que ganha menos, que passa fome, passa mais apertado e o Governo Fernando Henrique é um governo que não tem sensibilidade social. Vamos fazer oposição a esse governo". E chamei vários. Vieram muitos para o partido. E eu acho que a minha decisão foi certa. E nós entendíamos que o presidente Lula seria um presidente que teria uma visão social e daria chance àqueles que não têm chance neste País. Por isso nós fomos para a oposição. E V.Exa. pode ver, pela votação do PL no governo passado, que nós éramos 100% ao lado do PT. E não tínhamos nada, não tinha indicação, não tinha cargo nenhum. Fizemos um mandato sem nenhuma indicação, mas fizemos um mandato muito feliz. Graças a Deus, conseguimos eleger um homem que tem sensibilidade social.
>
> [...]
>
> O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN – [...] A relação com o Delúbio como é que acontecia?
>
> O SR. DEPUTADO CARLOS RODRIGUES - Minha relação com o Delúbio, eu o conheci quando acabou minha eleição, e o Lula foi para o segundo turno, o Deputado Walter Pinheiro me ligou e disse: "Eu gostaria que você viesse para São Paulo e coordenasse comigo, com o Magno Malta, com o Deputado Gilmar Machado um comitê evangélico pró-Lula." E eu fui para São Paulo, fiquei lá no comitê, às minhas expensas, hospedado no hotel, pagando almoço com o meu dinheiro, e viajei o Brasil com o meu dinheiro, fazendo eventos evangélicos para o Lula.

> O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Não teve nenhum fundinho de campanha?
> O SR. DEPUTADO CARLOS RODRIGUES - Não. Aí conheci o Sr. Delúbio; conheci o Sr. Delúbio lá e o Sr. Sílvio Pereira e outros companheiros lá no... porque a gente se reunia muito lá na sede do PT para combinar onde é que... Por exemplo, eu fui, apoiei Ana Carepa. Não existe uma pessoa assim em Belém? Ela foi candidata, tivemos um evento, fiz um evento com ela e em outras cidades, apoiando o Lula, apoiando o PT pelo segmento evangélico. Eu ia nos líderes das igrejas e dizia: "Olha, queremos fazer". E aí muita gente com preconceito ainda contra o Presidente Lula, e eu, o Gilmar, o Walter Pinheiro desmontávamos esse preconceito, dizendo: não, não há preconceito no meio do PT contra os evangélicos. Porque os evangélicos, que eram apolíticos, aprenderam que o diabo usava barba e tinha quatro dedos, infelizmente. E nós, que começamos a conhecer o PT e o Lula, fomos desmontando essa imagem no Brasil de que o PT ia ascender ao poder e ia fechar as igrejas evangélicas. Esse foi o nosso trabalho.
> O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Só para encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria de saber: nessas suas andanças e logo depois nós tivemos eleições municipais, nunca houve aí uma possibilidade de uma ajuda financeira para o PL, para os candidatos, o que seria natural?
> O SR. DEPUTADO CARLOS RODRIGUES - Olha, eu não tratava desse assunto, porque eu estava circunspecto ao caso evangélico e ao Rio de Janeiro, meu Estado. Eu não tinha essas conversas.[760]

Neste depoimento, Rodrigues manteve a linha de negar que houvesse "mensalão", fazendo coro com autoridades do Governo, inclusive o presidente Lula. De forma lógica, ele também negou que tivesse recebido qualquer quantia do senhor Marcos Valério, a quem, acrescentava, não conhecia, "nem sabia que era careca". Posteriormente, ficou provado que o deputado Rodrigues havia determinado ao motorista Célio Marques Siqueira, do gabinete do deputado Wanderval Santos, que se dirigisse a uma agência do Banco Rural em Brasília, para receber "encomenda lacrada". Esta encomenda tratava-se de 150 mil reais remetidos de Belo Horizonte pela secretária Simone Vasconcelos, de uma das empresas de Marcos Valério, a SMP&B, e serviu de prova para o indiciamento do ex-bispo Wanderval no mesmo escândalo.

Carlos Rodrigues foi um dos 18 deputados citados no relatório preliminar das CPIs dos Correios e do Mensalão, de setembro de 2005. Neste documento foi recomendada

[760] Depoimento do deputado Carlos Rodrigues ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara, no dia 6 de julho de 2005, na qualidade de testemunha.

abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra todos esses deputados. Para escapar dos efeitos de uma possível condenação, como perda de mandato e inelegibilidade pelos próximos oito anos, Rodrigues antecipou-se à abertura do processo na Comissão de Ética e renunciou ao mandato, vislumbrando a possibilidade de se candidatar novamente em 2006, o que não ocorreu.[761]

O ocaso do deputado Wanderval, por seu turno, teve início com um problema familiar que o levou a perder a condição de bispo. Tanto ele como o deputado Rodrigues, passaram a freqüentar a Igreja Universal como membros. Ambos descrevem a maneira como estavam vivendo esta nova experiência, em depoimentos ao Conselho de Ética da Câmara:

> O SR. DEPUTADO CARLOS RODRIGUES - Nobre Deputado Jairo Carneiro, aos 18 anos de idade, eu abracei a fé evangélica. Sou filho de portugueses. Entrei para o seminário, fiz o seminário evangélico da Assembléia de Deus no Rio de Janeiro. Casei-me aos 21 anos de idade e fundei, junto com o Bispo Edir Macedo Bezerra, a Igreja Universal do Reino de Deus. Ali trabalhei por 29 anos da minha vida. A instituição decidiu que eu deveria entrar para a política de mandato, porque eu já fazia política. Durante 20 anos, coordenei a área política da Igreja, 14 dos quais sem mandato. Fazia campanha. Acabava a campanha, eu voltava para a área sacerdotal, religiosa. Abri neste Brasil mais de mil igrejas. Fundei a Igreja Universal no Estado de São Paulo, em Pernambuco, no Espírito Santo, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, inúmeras. Viajei para vários países: Guiné Bissau, Moçambique, Angola, África do Sul, Portugal, Espanha. Fundei a Igreja na Espanha e ajudei a fundar a Igreja na América Latina quase toda. Um dia, decidiram que eu deveria entrar na política, e foi o que fiz. [...]
>
> Eu fui o primeiro pintor, o primeiro pedreiro, o primeiro faxineiro da Igreja, o primeiro pastor, o primeiro obreiro da Igreja, quando a Igreja nada tinha. E trabalhei muito tempo sem salário, muitas e muitas vezes sem almoçar e sem jantar. Passei fome e muitas vezes dormia no altar da Igreja, porque a Igreja nada tinha, nada tinha. (Choro. Pausa.) Eu... Sempre que eu falo na Igreja, eu me emociono, porque foi a minha vida que eu passei lá. E eles não foram corretos comigo, pois não me deram o direito da dúvida. Qualquer bandido merece o direito da dúvida, mas não eu. A maioria dos bispos que estão lá hoje foram batizados por mim, que preguei o Evangelho a muitos deles, busquei muitos deles na favela, na criminalidade, tirei muitos deles do tráfico, das drogas, pregando o Evangelho para eles.

---

761 Informações disponíveis em http://www1.folha.uol.com.br/folha/Brasil/ult96u72183.shtml. http://www1.folha.uol.com.br/folha/Brasil/ult96u78224.shtml. acessados em 6 de janeiro de 2007.

> E eles não foram corretos comigo, não ficaram solidários, nem sequer me deram o direito da dúvida. E eu me magoei. Eu fiquei magoado e disse a eles: "Para a Igreja eu não volto mais, não vou exercer nunca mais o ministério". (Choro.) Eu sou um homem cheio de defeitos, de erros, mas eu nunca cometi o erro de deixar um amigo meu abandonado, mesmo que ele estivesse errado, porque um pastor tem que ter compaixão das pessoas. Por isso, afastei-me e fui afastado do sacerdócio. E eu não tenho culpa desse assunto da LOTERJ. A CPI provou isso. [...] O Bispo Macedo foi preso. No dia em que ele foi preso, eu era Bispo na Bahia. Peguei o avião e fui para lá. Fiquei dormindo na cadeia os 15 dias, até ele sair de lá. Fiquei dormindo na porta da delegacia, num banco da delegacia. Eu disse: "Macedo, só vou sair daqui quando você sair. Eu vou sair junto com você". De todos eles, não houve um que tivesse algum problema pessoal que eu não tenha comparecido. Eu disse: "Olha, estou do teu lado". E quando eu precisei, quando eu errei, eles não foram solidários comigo. Então, eu fiquei magoado, porque isso não é companheirismo, não. [...]
>
> O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - V.Exa. não é mais vinculado à Igreja?
>
> O SR. DEPUTADO CARLOS RODRIGUES - Eu sou membro da Igreja, vou aos domingos ao culto, sento lá (choro) no último banco... [762]
>
> .....
>
> O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor continua membro da Igreja Universal do Reino de Deus?
>
> O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Continuo sim, senhor, sentando no último banco, apenas cuidando da minha vida espiritual.
>
> O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas o Deputado Carlos Rodrigues também declarou isso. Aliás, usou a mesma expressão. Ele continua membro da Igreja, apesar da injustiça que sofreu, perdendo a condição inclusive de bispo. Vai lá, senta no último banco, paga o dízimo. O senhor está numa condição análoga à dele? Houve algum problema dentro da Igreja?
>
> O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Houve sim, senhor. Um problema familiar que eu tive, um problema pessoal, um problema íntimo. A Igreja exigiu que eu tomasse uma decisão e eu acabei tomando uma decisão e também... Quer dizer, afastei-me da Igreja, mas não pelos problemas iguais aos dele, mas uma outra coisa totalmente diferente, que não me cabe aqui... É um problema pessoal, um problema familiar.[763]

Na Comissão de Ética, a defesa do deputado Wanderval conseguiu demonstrar que ele não tinha envolvimento com o esquema operado pelo senhor Marcos Valério. Nem sequer sabia que seu motorista havia estado a serviço do deputado Rodrigues, porque este

[762] Depoimento do deputado Carlos Rodrigues ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara, no dia 6 de julho de 2005.
[763] Depoimento do deputado Wanderval Santos ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara, no dia 17 de novembro de 2005.

requisitava, diretamente, os serviços dos empregados dos gabinetes de todos os deputados da IURD sem necessidade de dar conhecimento a nenhum deles.

Aqui é importante discorrer sobre o modo de funcionamento da bancada da IURD: Até a queda do deputado Rodrigues este tinha poderes absolutos sobre os políticos da Igreja Universal. Era ele quem escolhia os candidatos em todo o Brasil, ou dava a palavra final sobre essa escolha, orientava as campanhas e determinava os passos de cada um, em assuntos que considerasse relevantes para a Igreja. Rodrigues também definia os partidos em que deveriam filiar-se, bem como trocas de partidos, sempre que julgasse conveniente, de acordo com estratégias que traçava dentro da Câmara e em função de relações com o Governo, como se pode constatar em trechos de depoimento escolhido dentre diversos que destacam esse controle absoluto de Rodrigues sobre a bancada da Universal:

> O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Depois já o segundo mandato o senhor disputou pelo PL?
>
> O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Pelo PL. Fui eleito pelo PL.
>
> O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas o senhor afirmou aqui que foi eleito pela Igreja Universal do Reino de Deus. E aí creio que cabe também uma averiguação melhor, porque o senhor afirmou que a Igreja tem uma disciplina própria, uma hierarquia, o senhor afirmou mesmo que foi eleito pela Igreja Universal do Reino de Deus e não pelo PL, pela orientação que a Igreja dava e provavelmente chegou a, se não me engano, 140 mil eleitores nessa última?
>
> O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, nessa última foram 178 mil votos.
>
> O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Cento e setenta e oito mil votos.
>
> O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - A primeira 115 e pouco.
>
> O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Correto. E o senhor falou que essa disciplina própria e essa hierarquia foram transportadas para o Parlamento. Até na sua defesa, o Dr. Marcelo ressalta que o Deputado, sendo membro da Igreja Universal do Reino de Deus, em razão da hierarquia dessa entidade religiosa, ele se submetia ao Deputado Carlos Rodrigues, bispo, naquela época, da Igreja. E por conta dessa submissão este tinha plena autoridade sobre ele, sobre V.Exa. e seus funcionários. Quer dizer, é um mandato submisso, é uma espécie de mandato secundário. O senhor sentiu assim? Isso me parece, do ponto de vista das relações políticas republicanas, extremamente grave. Essa submissão, esse poder que um outro mandato, eleito nas mesmíssimas condições que V.Exa., num Estado laico, ter esse poder determinante, inclusive sobre todos os seus funcionários. O senhor podia explicitar melhor essa hierarquização? Isso que eu poderia chamar uma espécie de

> terceirização de mandato por causa de uma hierarquia que é estranha à própria instituição política, às regras republicanas vigentes?
>
> O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS – Pois é. Essa hierarquia é como eu expliquei, ela já vinha dentro da Igreja, até porque a gente não teria ou não tinha nenhuma experiência política, e o ex-Deputado Carlos Rodrigues era uma pessoa que coordenava muito bem a política. Mas essa hierarquia, não somente minha, mas de todos aqueles que faziam parte da bancada da Igreja, era totalmente subordinada a ele. Tanto que no primeiro mandato, nos nossos gabinetes, algumas pessoas foram nomeadas. Já no segundo mandato não, eu já nomeei outras pessoas, até porque eu entendi que eu teria que ter pessoas capacitadas. Porque não tendo uma experiência política e se o senhor não tem uma assessoria que possa auxiliá-lo, ajudá-lo na confecção de projetos de leis, na orientação das Comissões, fica difícil. E eu me destaquei, a partir do momento em que eu resolvi a colocar essa qualidade técnica dentro do meu gabinete. Mas, no primeiro mandato, realmente isso aconteceu. E depois que aconteceu, que ele saiu da coordenação do processo político, da coordenação interna da Igreja, aí a gente ficou mais à vontade para trabalhar.
>
> O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Então a sua decisão de sair do PTB para o PL foi por obediência a uma determinação hierárquica.
>
> O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Hierárquica.
>
> O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Uma ordem.
>
> O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Uma ordem.
>
> O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E jamais houve conflito entre essa estrutura da Igreja Universal do Reino de Deus? É bom destacar isso: o senhor não se refere à bancada evangélica como um todo.
>
> O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor.
>
> O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Era uma regra própria dos parlamentares ligados à Igreja Universal do Reino de Deus. Isso não gerava conflito com as estruturas partidárias, que têm bancadas, têm líderes, têm determinações próprias?
>
> O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, não gerou porque o seguinte: quando a gente veio para o PL, a gente veio para fazer oposição. E, para fazer oposição, era melhor ficar dentro do PL do que dentro do PTB. Então, ele entendeu que eu tinha de sair do PTB e deu ordem, e eu saí do PTB.[764]

Diante deste quadro, pode-se dizer que os deputados da IURD não tinham autonomia. Os recursos de seus gabinetes estavam a serviço do coordenador, Carlos Rodrigues, sempre que ele tivesse necessidade de requisitá-los. Isto abrangia o próprio mandato do parlamentar. Deputados de fora da Universal também confirmaram esse modo

[764] Ibidem.

de funcionamento do grupo, como Sandro Mabel e Carlos Sampaio. Leia-se depoimento do primeiro:

> O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – [...]Só queria dizer ao Deputado Chico Alencar, aos nobres pares, que a Igreja Universal [...] tem uma característica que é a seguinte, mais ou menos: as pessoas que vão para a Igreja Universal já tentaram tudo na vida. Quando ela vai para a Igreja Universal, a disciplina é o fator principal naquela Igreja. Eu fiquei impressionado ao ver a disciplina. Quem conhece a Igreja Universal, é a disciplina que marca, quer dizer, é a fé e a disciplina, como bem disse o Deputado Carlos Sampaio. Há coisas que nós não conseguimos compreender, porque só vivendo a Igreja Universal é que se vai conhecer. [...] Quando eu fui eleito [...] pude então conviver com essa bancada que existia e eu vi a disciplina imposta pelo Bispo Rodrigues. Mas não era disciplina pejorativa, não, porque não tira a liberdade do parlamentar, a não ser nas questões que eles fecham: "Isso vai votar assim!" Não tem conversa, votam daquele jeito. Agora, o Deputado Wanderval, para se ter uma idéia, tem 53 projetos apresentados; ele tem três que já estão no Senado, sobre diversos temas. Três já estão em votação no Senado, um deles de parcelamento de solo urbano que unifica tudo. Inclusive está dando muita discussão esse projeto, é muito interessante, que regulariza as favelas que foram construídas, os parcelamentos, no âmbito municipal, estadual. É um projeto excelente. Ele tem projetos em todas as áreas. Então, não que o deputado perca a identidade dele. [...]
>
> O Bispo Rodrigues era o todo-poderoso da Igreja, mas não era o todo-poderoso porque ele era o todo-poderoso, porque ele tinha metralhadora, não, mas é porque ele construiu aquilo inteirinho, ele construiu toda aquela posição que ele criou na Igreja. E quando a gente conversa com essas pessoas, tipo o Wanderval, o Bispo Rodrigues, aprende muita coisa, assim, algumas filosofias, umas coisas interessantes, principalmente na visão que o Wanderval tem e nos projetos de lei. Quando você conhece, você vai passando a admirar ainda mais. Lá, na nossa bancada, nós sempre, nas votações, não chamávamos... Quando tinha uma votação mais complicada, nós não precisávamos chamar todos os Deputados, porque eles se reuniam depois. Nós chamávamos o líder deles, que era o Carlos Rodrigues. [...] Então, ele trocava idéia com o pessoal, dentro do que tinha sido trocado, a não ser quando era reunião de bancada, porque, logicamente, todos participam. Mas tem essa visão. Eu achei interessante o Deputado Carlos Sampaio, na observação que fez, também, dizer que é difícil a gente entender, de fora, o porquê disso. Mas é o caso dos sindicalistas, que se reúnem em três, em quatro, e defendem aquela posição, de qualquer jeito; é o caso de partidos que defendem uma posição e não querem saber se está certo ou está errado; é o caso da bancada ruralista, que tem, entre os seus membros, alguns que defendem a agricultura. Ali, não tem conversa para eles. Para eles, tudo o que é mais importante é a

> agricultura. Então, é o que cria este parlamento. Seria interessante a diversidade de pessoas, a diversidade, muitas vezes, de segmentos, que são representados dentro do parlamento. Agora, na época, quando surgiu o fato, pela imprensa, o Deputado Wanderval chegou angustiado, nesse assunto, procurando o Rodrigues, falando: "Não é possível ter feito isso comigo". Estava indignado, chegou na Liderança. Nós fomos conversar juntos. O Rodrigues explicou para ele. Eu falei para ele, talvez até para o Líder e para o Costa: "Wanderval, eu acho que você devia demitir esse motorista". Sabe o que ele falou para mim? Ele falou uma coisa importante: "Sandro, este motorista ganha um salariozinho que sustenta a família dele. Ele não tem nada a ver com a história. Você conhece como funciona o Rodrigues: ele manda aqui, manda ali, manda ali. Esse cara já foi no supermercado, ele leva filho na faculdade, ou faz isso, faz aquilo. Quer dizer, é uma pessoa que trabalha para o Rodrigues, como outros motoristas de outros deputados". Eu falei: "É, mas, politicamente...". Ele falou: "Sandro, eu vou ser injusto". Eu achei interessante a posição dele, na época. "Eu vou ser injusto com esse homem, que defende o pão dele, ali. Ele não tem nada a ver. Mandaram ele a um lugar: vai, traz, faz...". Então, falou: "Eu vou analisar essa história". Quando ele saiu da sala, eu falei: "Wanderval, você está certo, nem analisa essa história. Você está certo. Nós estamos querendo matar quem não tem nada a ver com a história". Quer dizer, o cara que foi lá cumprir uma missão, que não tem nada a ver com essa história, vai ser o primeiro que nós vamos cortar a cabeça. Porque mandar embora o motorista é a mesma coisa que caçar o nosso mandato. Ele estaria caçando o motorista dele, que seria demitido porque ajudou ou qualquer coisa nesse sentido. Então, eu só queria dar este depoimento a esta Comissão, porque eu conheço o Wanderval há muito tempo. Eu acredito nesse moço. Se o senhor ler, deputado, os projetos dele, o senhor vai ver com que liberdade e seriedade ele trabalha, dentro das restrições que existem de disciplina na Igreja. Essa, existe. E se ele foi eleito, ele saiu... Só concluindo, Presidente. Se ele foi eleito... Ele saiu sem ser conhecido numa cidade e vira eleito. Eu vejo lá na minha cidade que há dois bispos novos que chegaram lá, há pouco tempo. Um vai ser deputado estadual e o outro federal. E vão os dois eleitos. Então, essa é uma posição. E, depois, então, a Igreja os submete a fazer, a ter uma liderança que comanda algumas ações. Mas a liberdade de trabalhar ele tem, e trabalhou bastante. Eram só essas observações a fazer, Sr. Presidente.[765]

No final deste episódio, devido a esse regime de "obediência devida" à autoridade da Igreja, a Comissão de Ética poupou o deputado Wanderval Santos. Menos sorte teve o ex-deputado Carlos Rodrigues, pois já na condição de cidadão comum, sem imunidade parlamentar, foi preso pela Polícia Federal, em maio de 2006, como suspeito de participar

[765] Palavra do deputado Sandro Mabel, por ocasião do depoimento de Wanderval Santos ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara, no dia 17 de novembro de 2005.

de um grande esquema de apropriação de verbas do erário público, conforme se explicará a seguir.

A Câmara ainda estava sob o impacto do esquema do "mensalão" quando foram instaurados inquéritos na Justiça Federal, sobre atos ilícitos de malversação de recursos do Orçamento da União, provenientes de emendas dos parlamentares, para compra de equipamentos e veículos destinados a prefeituras. A Polícia Federal batizou a investigação que desenvolvia sobre esse mesmo objeto de "Operação Sanguessuga". Com base em denúncia do Ministério Público à Justiça Federal de Mato Grosso, foi instalada uma comissão parlamentar mista de inquérito, com a incumbência de apurar a participação de parlamentares nas irregularidades constatadas em compras superfaturadas de ambulâncias e equipamentos hospitalares para prefeituras e organizações sociais. Era a CPMI "das ambulâncias" ou "dos sanguessugas", como ficou conhecida.

Nos meses que separaram o "mensalão" do escândalo dos "sanguessugas", conseguiu-se realizar entrevistas para esta tese, em Brasília, quando foram ouvidos alguns deputados pentecostais e neopentecostais. Como o "mensalão" havia atingido apenas os ex-bispos e deputados Rodrigues e Wanderval, o discurso dos pentecostais, principalmente os da Assembléia de Deus, era de que os evangélicos se pautavam pela honestidade e testemunho exemplar. E mais: eles serviam de exemplo para seus pares de outras religiões e do grupo sem-religião, dentro do Congresso. Eis alguns trechos desses depoimentos:

Do deputado Adelor Vieira:

> Com relação aos escândalos, eu fico com o que a Bíblia diz: "É necessário que venha o escândalo, porém, ai daquele pelo qual vier o escândalo". Então nós temos uma responsabilidade muito grande aqui. Talvez, muito mais de viver o evangelho, do que de fazer alguma coisa aqui. Acho que o povo cobra mais porque quer saber se nós somos realmente cristãos verdadeiros aqui. É muito mais que um relatório de cem páginas, quer saber qual o meu comportamento aqui. "Como é que é o deputado Adelor lá? Como é que é o testemunho dele lá?" Então se você disser, "não sei, tenho a minha dúvida", ou então se disser: "o deputado Adelor é assim", ou "o fulano você pode confiar, eu assino embaixo", então, eu acho que essa influência nossa, dos líderes evangélicos no parlamento é fundamental. Graças a Deus, aqui nós temos, Deus tem-nos dado graça, onde nós temos procurado nos pautar com dignidade. Há um preço a pagar, o preço é alto, preço de

> renúncia, de resignação, para você poder dizer "não" a determinadas coisas, você estar blindado, entendeu? E prosseguir. Não é como dizer: "eu não fumo, porque eu sou crente", "eu não fumo porque eu não preciso fumar, Jesus me libertou disso, eu estou satisfeito com o que tenho". Então você pode dizer: "Não, eu estou satisfeito com o que eu estou fazendo, a minha condição é assim, respeito sua posição e tal, respeito que você fume e tal. Fumar faz mal a saúde, você deve saber disso aqui, mas eu não vou fumar. E se possível, quer fumar, fuma do outro lado, aqui não". Esse é o comportamento que nós precisamos ter e a influência que nós passamos lá. Agora, em relação ao escândalo que está aí, nós não somos juízes. Eu tenho defendido isso na condição de presidente da Frente [Evangélica]. Quem sou eu para julgar? É o que a Bíblia diz: "se alguém está em pé, cuide, não caia". Por que eu vou, agora, eu vou me precipitar para fazer aquilo? Aí eu fico naquela que Jesus disse antes aos acusadores da Maria Madalena, eu não vou condenar se eles vão condenar. Então, deixa fazer as coisas, deixa passar esse processo, vamos ver como é que fica. Cada um vai dando a sua explicação, no devido tempo e tal. Alguns dizem: "Não, vocês têm que fazer uma nota, vocês têm que declarar". Tem pedidos até aqui. Eu não sou guardador do meu irmão! Nós procuramos até falar, temos o culto aqui, devocional, que o senhor já participou, temos outras manifestações, mas acho que essa situação perante o escândalo, para nós, é uma situação de cautela, de alerta, para nós, de cuidado e até de exemplo, de ensino para nós. Para nós tirarmos lições desse procedimento.[766]

O deputado Pedro Ribeiro procurou, apenas, minimizar a questão:

> Quanto a deputados participarem do escândalo, eu acho que a sua pergunta fortaleceu. Foi forte demais para a realidade. Porque só quem apareceu, de evangélico, nessa questão foi o bispo Rodrigues, que era de antes, que era problema anterior e não desses problemas agora, que era possível, está provado, que ele pediu propina para aquele bicheiro e tal, tal, tal. Ele não era mais bispo da Universal na época, ele já havia caído e colocaram também o Wanderval, que é bispo da Universal também. Era. Que disse que era para o outro. Se defendeu muito bem e acho que até nem vai ser cassado pela defesa dele. Apareceu o irmão Neuton Lima, de São Paulo, mas que foi jogado covardemente, porque aventaram, presumiram, por conta de o deputado Roberto Jefferson ter assumido que recebeu quatro milhões e nunca ter dito para onde foram os quatro milhões, eles aventaram que ele teria dado para candidatos a prefeito. Facilmente foi provado que não recebeu coisa nenhuma. Então, graças a Deus, isso foi alvo das minhas constantes orações e choro na presença de Deus, como coordenador da bancada da Assembléia de Deus e vice da Frente [Parlamentar], para não sermos envolvidos em escândalos. Nós temos passado incólumes, praticamente,

[766] Entrevista do deputado Adelor Vieira, em Brasília, 22 de novembro de 2005.

> porque os casos dos meninos já eram velhos. Então nós passamos incólumes com isso aí. Não apareceu ninguém com "mensalão" nem coisa nenhuma. Nenhum evangélico.[767]

O deputado Marcos Abramo, da Igreja Universal, usou um argumento de que o bom procedimento de uns, no presente, vai cobrir erros que tenham sido praticados por outros, no passado:

> Veja bem. A partir do momento em que você erra, você está sujeito a penalidades. Eles, como lideranças políticas que erraram, eles tiveram suas penalidades. Então, o próprio povo da Igreja tem essa consciência. E a gente ensina isso para as pessoas. "Olha, você está bem, é claro que vai colher o bem. Fez o mal, é certo que irá colher o mal". Ele tem o princípio dele, ainda, que é ajudar as pessoas, beneficiar as pessoas, mas a Igreja tem princípios. Se você fere esses princípios, claramente você estará sendo colocado fora. *(Mas o senhor não sentiu que a queda do bispo Rodrigues abalou dentro da Igreja ou não?)*. Olha, eu penso o seguinte: O melhor cobre o pior. Hoje nós temos vários representantes. Hoje o senhor ouve falar muito de Collor? Mas o senhor sabe que o Collor existiu. Nós temos o Fernando Henrique, mas o senhor ouve falar muito de Fernando Henrique? Hoje o senhor ouve falar do Lula. O importante é o hoje. O hoje é o importante, o hoje mostra a diferença. Eu olho para o passado como uma experiência. Eu olho para o passado como uma direção que aquilo mostrou o que acontece, o que se passa, que o ser humano é falho. Nós somos sujeitos a erros, mas nós somos sujeitos também a ter a coisa mais importante, que é o perdão. Perdão então ele teve. Agora, se você quer seguir o seu caminho, quem vai poder te impedir? [768]

O deputado Francisco Olímpio foi ufanista. Entende que a Frente Evangélica tem sido uma grande bênção para as Casas do Congresso:

> Olha, eu acho que hoje nós estamos mais fortalecidos do que nunca. Porque hoje já se diz em uma sessão solene da Frente Evangélica: "Vocês estão abençoando esta Casa". Porque, graças a Deus, não tem um evangélico envolvido nessas coisas. Apareceu o nome de um ou dois e foi coisas que... Apareceu um que ia com uma mala de dinheiro e que a mala de dinheiro era da Igreja. Não era de dinheiro público tomado. Era uma oferta que ele fez. Botaram na mala dele. Podia ter dez, mas a mala era da Igreja. Está entendendo? Não há envolvimento. Aquele outro caso daquele presbítero de São Paulo que foi inocentado, não havia coisa. Então, quando saiu esse escândalo, eu, como crente, recebi o choque; o choque natural. Mas hoje eu agradeço até a Deus, por ter havido essas coisas, porque veio à tona uma miséria que existe aí, um mar de lama, e os nossos irmãos estão, graças a Deus, isentos

[767] Entrevista do deputado Pedro Ribeiro, em Brasília, 24 de novembro de 2005.
[768] Entrevista do deputado Marcos Abramo, Brasília, novembro de 2005.

> e fortalecidos nas suas bases. E as igrejas estão reconhecendo que elegeram homens de Deus. Agora, se alguém cai – o senhor está dizendo que caiu, está certo? – se alguém cai, a queda [gera] conseqüências. Mas, 90%, 99%, estão, graças a Deus, isentos disso daí, sem fazer os conchavos. Entendeu?[769]

Para os deputados Gilberto Nascimento e Zelinda Novaes, os escândalos haviam sido mínimos. Argumentavam que essas coisas sempre iriam existir e que restava a todos ter mais cuidado para aprender com os erros:

> Deputado Gilberto – Veja: o envolvimento, ainda, graças a Deus, ele tem sido mínimo. Não deveria ter tido nenhum, correto? Mas o envolvimento hoje é mínimo, o envolvimento do nome de alguns evangélicos aí em recentes escândalos. Por outro lado, o político evangélico no parlamento ele, logicamente, tem que ser diferenciado na sua maneira de agir, na sua maneira de ser, evitando envolvimento com aquilo que possa ferir os princípios da igreja. É bem nessa direção.
>
> Deputada Zelinda – Não, não abalou porque a gente acompanhando a evolução dos tempos, inclusive, até na Bíblia, você vê que sempre houve escândalos. Davi foi um homem segundo o coração de Deus, Davi tinha uma fé como ninguém, no entanto Davi se envolveu em escândalos. A família de Davi foi uma família que foi fragmentada. [...] Tudo teve na família dele: crime, estupro, mas as coisas continuaram a andar. Em qualquer lugar, eu passo a dizer que a natureza humana é corruptível. Agora, a gente influencia sim. O pessoal vê a postura, a seriedade. Agora, tivemos essa crise. Nunca vamos viver sem crise, de repente podemos ter até maiores. A gente tem orado, tem pedido para que isso não aconteça, mas essa daí aconteceu. Sei lá, de repente isso tenha vindo para abrir mais os olhos da gente, para vigiar mais, para ter mais cuidado.[770]

Não obstante, percebia-se que, quando se insistia na indagação sobre a forma como foram feitas as emendas individuais de 2005, havia deputado que respondia com evasivas, como foi o caso do próprio deputado Gilberto Nascimento, que tentara minimizar o escândalo do envolvimento de membros da Frente Parlamentar Evangélica no "mensalão":

> Olhe, as igrejas hoje estão procurando ter o seu trabalho voltado para o social, inclusive com fundações, com OSCIPs[771]. Durante muito tempo a igreja não teve essa participação. Então, isso também para a igreja é uma coisa nova. [...] Veja, se nós pegarmos, por exemplo, as

[769] Entrevista do deputado Francisco Olímpio, Brasília, novembro de 2005.
[770] Entrevistas dos deputados Gilberto Nascimento e Zelinda Novaes, em Brasília, novembro de 2005.
[771] A sigla OSCIP se refere a Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

> fundações, elas são muito poucas. Fundações que têm um trabalho. Fundações que têm um trabalho social muito forte, mas que tudo isso para nós ainda é muito novo. [...] *(O senhor poderia dizer como o senhor orientou suas emendas?)* Olha, eu acabei orientando as minhas emendas, logicamente, para alguns municípios. Eu não tive muita emenda direcionada a essas fundações, porque ainda são muito poucas, então eu não fiz nenhum direcionamento para... em pouca coisa, por exemplo, eventualmente, para, nessa coisa, por exemplo, de unidade de saúde, de atenção à saúde, essas são algumas emendas que nós colocamos que dá para colocar nessas entidades.[772]

Ao contrário do deputado Gilberto, seu colega Zequinha Marinho (PSC-PA) descreveu com desenvoltura a estratégia usada para fazer que suas emendas chegassem ao destino desejado. O deputado paraense direcionou uma parte de suas emendas orçamentárias para um hospital da Assembléia de Deus, recém-instalado em Belém, mas havia dificuldades burocráticas que poderiam inviabilizar a liberação da verba pelo Ministério da Saúde, mas foram contornadas através de um procedimento que o parlamentar explicou. O diálogo foi o seguinte:

> Entrevistador – O hospital da AD tem apoio do Governo do Estado?
> Deputado Marinho – Tem apoio do Governo do Estado, ele nos cede os convênios, nos cedeu parte dos equipamentos que já estão lá, vai fazer um conveniozinho, pelo menos no primeiro ano, para a gente se estruturar, com parte de funcionários, para que a gente possa embalar, andar com as próprias pernas e depois tocar a vida.
> Entrevistador – Ele está credenciado para receber verba de emendas individuais?
> Deputado Marinho – Não. Nós usamos da seguinte forma para jogar a emenda lá. Você joga no Governo do Estado, na Secretaria de Estado da Saúde Pública e a Secretaria convenia com a instituição do hospital lá, que é a Associação Amazônica Evangélica. Essa instituição que cuida e comanda o hospital é quem manda e recebe os recursos e presta contas ao Governo. Então, tem que fazer uma curva, você joga a bola para o Estado e o Estado faz o restante lá.[773]

O artifício de preparar emendas genéricas passou a ser adotado para evitar a perda do recurso, quando a emenda designada para uma instituição deixava de ser aplicada porque a beneficiária deixava de preencher algum requisito. Ao ser adotado este procedimento, todavia, abriu-se uma brecha para a ação de empresas como a do esquema

[772] Entrevista do deputado Gilberto Nascimento, Brasília, novembro de 2005.
[773] Entrevista do deputado Zequinha Marinho, em Brasília, no dia 25/11/2005.

dos "sanguessugas" que será apresentado a seguir. No relatório da Comissão de Inquérito que analisou este esquema, consta o seguinte:

> Com o passar dos anos, verificou-se um aumento de emendas individuais com localização indefinida, dando maior flexibilidade ao parlamentar para a escolha do município beneficiado no momento da execução orçamentária. Não por acaso várias emendas utilizadas pelo esquema da Planam têm essa natureza genérica, pois flexibilizavam a escolha de prefeituras e entidades envolvidas.[774]

5.4.3 – Esquema dos "Sanguessugas"

Se no caso do "mensalão" apenas dois deputados da Frente Parlamentar Evangélica foram acusados de recebimento de propinas para votarem segundo a vontade do Governo, no caso dos "sanguessugas" o impacto das denúncias foi avassalador contra os integrantes dos blocos pentecostal e neopentecostal: metade da bancada da Assembléia de Deus e quase a totalidade da bancada da IURD foram acusadas de receberem "comissões" para favorecerem uma quadrilha que operava, simultaneamente, no Congresso, Ministério da Saúde e junto a prefeituras, conforme será descrito nas páginas a seguir. Foi como se tivesse caído o véu de santidade da face desses parlamentares evangélicos. Já não havia mais como dissimular suas operações escusas, realizadas com a proteção do mandato que haviam obtido com empenho da cúpula de suas igrejas, da qual eram (ou ainda são) partícipes, mas de fato concedido a eles pelos membros e freqüentadores, por confiarem que se tratavam de "servos de Deus", de quem se espera a melhor conduta.

A este respeito, se manifestou o sociólogo Alexandre Brasil Fonseca, em agosto de 2006:

> Dos 72 parlamentares denunciados pela CPI da máfia das ambulâncias, quase 40% (28) se proclamam "deputados evangélicos" e 36% (26) participam da Frente Parlamentar Evangélica, segundo folheto distribuído pelo gabinete de seu presidente, o deputado (também denunciado) Adelor Vieira (PMDB-SC) e que é composta por 60 parlamentares. Quase 15% de todos os deputados foram denunciados, enquanto entre os parlamentares evangélicos – que ocupam cerca de 11% das cadeiras do Congresso Nacional – esta cifra chega a impressionantes 45%. Praticamente a metade da bancada dos evangélicos parece ter

[774] CONGRESSO NACIONAL. Relatório dos trabalhos da CPMI "das Ambulâncias". Brasília, 2006, p. 87.

> se envolvido no escândalo dos sanguessugas. O problema não reside exatamente na confissão religiosa professada, mas pelo fato de que boa parte deles acionou suas redes e estruturas eclesiásticas em sua atuação político-eleitoral, a qual, desde a bancada evangélica na Constituinte de 1986, tem se tornado cada vez mais significativa no cenário eleitoral e partidário brasileiro. [...] Candidatos oficiais são apoiados pelas lideranças eclesiásticas, e, dessa forma, toda ação eleitoral fica semelhante a uma pescaria no aquário. Isso ocorre pelo acesso facilitado desses candidatos aos eleitores, os quais consideram seriamente a questão de "representante de grupo" para a votação proporcional.[775]

A ação do Ministério Público, no caso "sanguessuga" começou por iniciativa da Procuradoria da República no Acre, quando comunicou, em 2002, à Procuradoria em Mato Grosso, que um grupo de pessoas estava fraudando licitações, a fim de utilizar recursos do Fundo Nacional de Saúde, liberados a partir de emendas individuais de parlamentares, acolhidas no Orçamento da União. O grupo denunciado pertencia a uma empresa com sede em Cuiabá, que operava como fornecedora de ambulâncias, mas praticava preços superfaturados.

A Procuradoria determinou a instauração de 77 inquéritos policiais para apurar os fatos e identificar os envolvidos. Em outubro de 2004, enquanto os trabalhos de investigação tramitavam no Ministério Público Federal, Polícia Federal e Secretaria da Receita Federal, a Controladoria Geral da União produziu documento sobre fiscalizações realizadas em Rondônia pelo critério de sorteios públicos. A partir do 5º e 6º sorteios o órgão fiscalizador constatou "coincidência de fornecedores e participantes de processos de licitação de unidades móveis de saúde em vários municípios, em diferentes Estados, e passou a monitorar esses acontecimentos".[776] Constatou, além disto, que havia direcionamentos de licitações, fraudes, superfaturamentos, adulteração de documentos e outras irregularidades nos processos, sempre que "um seleto grupo de empresas [...] se revezavam entre si na tarefa de contratar com o Poder Público".[777]

Observou, também, a Corregedoria que a ação do grupo formado pelas empresas SANTA MARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., COMERCIAL RODRIGUES, LEAL

---

[775] Email circular de Alexandre Brasil Fonseca, remetido aos participantes do grupo mepconsultores@grupos.com.br, em 30/08/2006.
[776] MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Denúncia ao Excelentíssimo Senhor Juiz Federal da 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 1º de junho de 2006, p.26.
[777] Ibidem.

MÁQUINAS LTDA., KLASS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES E PLANAM COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA., mais um conjunto de outras que entraram depois, se estendera a outros Estados da Federação. Estava-se, portanto, diante de uma organização criminosa complexa, atuando com desenvoltura na apropriação de verbas públicas. A partir daí, o Ministério Público obteve autorização do Poder Judiciário para quebrar o sigilo telefônico dos empresários da família TREVISAN-VEDOIN, líderes das operações.

O esquema já vinha funcionando há alguns anos e sua consistência se devia aos cuidados do grupo empresarial em: monitorar a elaboração do Orçamento Geral da União, cooptar deputados e assessorá-los na preparação de emendas, elaborar projetos junto às prefeituras, acompanhar a execução orçamentária nos ministérios, cuidar da realização de convênios entre União, municípios e organizações sociais de interesse público. Por último, o grupo cuidava dos processos licitatórios para que as prefeituras convidassem somente as empresas que pertenciam a eles. Com isto era possível superfaturar centenas de contratos de compra e venda de veículos hospitalares, de modo que o excedente pecuniário gerado pelas fraudes permitisse pagar "comissões" aos parlamentares e outros envolvidos na rede de corrupção. Os preços dos produtos fornecidos pela quadrilha eram 120% superiores aos valores vigentes no mercado, conforme planilhas da denúncia apresentada pelo Ministério Público.

Este processo criminoso funcionava porque havia deputados e assessores parlamentares que liberavam senhas privativas para elaboração das emendas, funcionários do Ministério da Saúde a serviço da quadrilha e, na ponta, prefeitos e auxiliares, bem como dirigentes de organizações sociais, envolvidos em maior ou menor grau com essa rede de corrupção. Foram aliciados analistas de projetos, membros de comissões de licitação e responsáveis por aprovação de prestações de contas. O esquema operou quase totalmente na área de saúde, mas também entrou na área de ciência e tecnologia com projetos de inclusão digital. No total foram movimentados cerca de 110 milhões de reais desviados dos cofres públicos.

No relatório da CPMI, a amplitude da ação criminosa dos Vedoin é apresentada com os seguintes dados:

> Somente no período de 2000 a 2004, quando se especializou em unidades móveis de saúde e em equipamentos médico-hospitalares [o grupo PLANAM]:
> - alcançou várias dezenas de parlamentares;
> - constituiu laços na estrutura do Governo Federal, em mais de um mandato presidencial;
> - envolveu quase 600 prefeituras e inúmeras entidades privadas;
> - manipulou quase um terço dos convênios vinculados às ambulâncias, realizados pelo Governo Federal no período (cerca de 900 de um total de 3.048);
> - recebeu quase R$ 80 milhões de dotações orçamentárias da Saúde.[778]

Na denúncia, os Procuradores do Ministério Público Federal explicaram que as fraudes prosperaram devido ao estabelecimento de quatro núcleos: uma base empresarial consolidada, setores-chave no Ministério da Saúde sob comando de membros da quadrilha, uma enorme rede de políticos motivados para receberem propinas, e uma equipe de confiança da quadrilha escolhida para fazer a circulação e distribuição do dinheiro arrecadado ilicitamente.[779]

O modo de operar dessa rede criminosa, com base em depoimento do senhor Luiz Antônio Trevisan Vedoin, prestado à Justiça Federal de Mato Grosso, em julho de 2006, consistia do seguinte:

1º) Técnicos da PLANAM e de cerca de 20 empresas ligadas ao esquema elaboravam projetos para a compra de ambulâncias pelas prefeituras.

2º) Os Vedoin acertavam com deputados e senadores as emendas em benefício das prefeituras.[780] Luiz Antônio Vedoin declarou ter aliciado 77 prefeitos e agido em mais de 450 cidades de 22 Estados. Os Estados onde a quadrilha teve maior atuação foram Mato Grosso, com 110 municípios; Minas Gerais, 42; Rondônia, 36, e Rio de Janeiro, 29. Foram pagos mais de um milhão de reais em suborno só para prefeituras.

---

[778] CONGRESSO NACIONAL. Relatório dos trabalhos da CPMI "das Ambulâncias. Brasília, agosto, 2006, p. 58.
[779] MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Denúncia ao Excelentíssimo Senhor Juiz Federal da 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 1º de junho de 2006, p.32.
[780] Houve caso de emendas em que a PLANAM não fez contato com o parlamentar. Entretanto, como esta empresa fazia acompanhamento da execução orçamentária, tomava conhecimento de emendas de parlamentares (envolvidos ou não com o esquema) e fazia contato direto com a prefeitura, caso houvesse receptividade desta, a PLANAM fraudava a licitação, superfaturava os bens fornecidos e deixava de pagar os 10% de comissão do parlamentar autor da emenda, auferindo, assim, lucro maior, nestes casos.

3º) O acerto com os parlamentares implicava em pagamento de comissão de 10% e em alguns casos 15% ou mais do valor dos bens superfaturados. Uma parte do valor podia ser adiantada ao deputado, enquanto o complemento era quitado quando a verba do Ministério estava liberada para o município, a licitação concluída e os pagamentos efetuados aos Vedoin. Segundo o relatório da CPMI: "Houve também diversas negociações no 'mercado futuro de emendas', basicamente ocorridas durante o período de campanha eleitoral de 2002, quando os parlamentares aceitavam o 'adiantamento' sob promessa de, uma vez eleitos, apresentarem as emendas para aquisição de unidades móveis de saúde". [781]

4º) No caso de 62 parlamentares, os Vedoin conseguiram ter o controle das senhas de uso exclusivo dos parlamentares, que permitiam alterar projetos, planilhas etc. Com isto, a quadrilha detinha maior controle sobre o processo. Consta no relatório da CPMI:

> Luiz Antônio [Vedoin] disse que tinha as senhas, uma para a indicação e outra para o acompanhamento, dos seguintes parlamentares: João Mendes, José Divino, Vieira Reis, Reginaldo Germano, Raimundo Santos, Edna Macedo, Elaine Costa, Enivaldo Ribeiro e Ricarte de Freitas. Segundo o Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin, todas as senhas dos parlamentares, em seu poder, foram apreendidas durante a operação policial, as quais lhe foram passadas pelos próprios parlamentares. Todas as vezes que fez uso dessas senhas, na indicação de municípios e entidades, definição de valores e finalidades das emendas, se deu em perfeito acordo com os próprios parlamentares.[782]
>
> .....
>
> Luiz Antônio afirmou que tinha as senhas, uma para a indicação e outra para o acompanhamento, dos seguintes parlamentares: João Mendes, José Divino, Vieira Reis, Reginaldo Germano, Raimundo Santos, Edna Macedo, Elaine Costa, Enivaldo Ribeiro e Ricarte de Freitas.[783]
>
> .....
>
> Sobre a acusada Adarildes, afirmou o Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin que era seu contato em relação aos seguintes deputados, pertencentes à bancada da Igreja Universal do Reino de Deus: Marcos de Jesus, Wanderval Santos, Vieira Reis, Paulo

[781] CONGRESSO NACIONAL. Relatório dos trabalhos da CPMI "das Ambulâncias". Brasília, agosto, 2006, p. 54.
[782] Idem, p. 632.
[783] Idem, p. 655.

> [Gouvêa]. Disse que Adarildes possuía a senha individual desses parlamentares, necessária para elaboração das emendas individuais. Segundo ele, tanto as entidades beneficiadas como os valores das emendas decidia em conversas com Adarildes. Aduziu, ademais, que era Adarildes a responsável por essas definições. Pelos serviços que prestava, Adarildes recebia 3% (três por cento) sobre o valor das emendas (fl. 1008). Luiz Antônio disse que os parlamentares da bancada recebiam 10% (dez por cento) sobre o valor das emendas gerenciadas por Adarildes. Com efeito, ele próprio pagou diretamente esse percentual aos parlamentares, como: Paulo Gouvêa, Aldir Cabral, Wagner Salustiano, De Velasco, Pastor Jorge Pinheiro, Reginaldo Germano e Bispo Wanderval Santos (fl. 1086).[784]

5º) A máfia dos sanguessugas aliciou funcionários do Ministério da Saúde em postos-chave e conseguiu colocar a funcionária pública Maria da Penha Lino como assessora especial do Ministério, para acelerar a execução das emendas dos parlamentares ligados ao grupo. A indicação desta servidora para o Ministério foi feita pelo deputado José Divino, da Igreja Universal.

6º) Os pagamentos de comissões e outras verbas a parlamentares e assessores, bem como suborno para funcionários das áreas de projetos, licitações, prestações de contas e outras, eram feitos em espécie e contas bancárias dos envolvidos ou de familiares e pessoas usadas como "laranjas". Houve também quem recebesse carro como pagamento.

[784] Idem, p. 921.

5.4.4 – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

Enquanto prosseguiam investigações para apurar responsabilidades criminais do bando Vedoin no âmbito do Judiciário, inclusive de ex-parlamentares participantes, foi instalada no Congresso uma Comissão Mista Parlamentar de Inquérito – a "CPMI das Ambulâncias" – com o objetivo de "apurar as denúncias envolvendo a 'Operação Sanguessuga', realizada pela Polícia Federal, para investigar quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde", conforme Requerimento nº 77/2006 – CN, aprovado em sessão plenária do Congresso Nacional, no dia 14 de junho de 2006.[785]

Cabe aqui um comentário. Sabe-se que a sociedade tem reagido com ceticismo quando ouve falar de CPI, pois se sente frustrada, visto que os culpados raramente são punidos. O fato é que não há um conhecimento, suficientemente disseminado, sobre os limites deste tipo de processo legislativo. Por falta deste conhecimento, espera-se, equivocadamente, que uma Comissão de Inquérito investigue, apure os delitos e aplique sanções aos delinqüentes. Ocorre que a separação de poderes impede tal abrangência de ação no Legislativo. O procedimento penal é exclusivo do Judiciário. Mesmo assim, a investigação de uma CPI tem poderes adicionais para acelerar a reunião de provas, manifestar-se sobre infrações e seus autores e encaminhar suas conclusões para que a Justiça tome as medidas cabíveis. As Casas do Congresso têm obrigação de zelar pela ética na política, exigir dos seus integrantes conduta exemplar e aplicar sanções, inclusive cassar mandatos, quando o caso exigir. É por esta razão que o comportamento corporativo de parlamentares que se protegem mutuamente, dentro do Congresso, é repugnante para a sociedade que os elegeu.

Em menos de dois meses de trabalho, a CPMI das Ambulâncias arrolou nomes de uma centena de deputados e senadores, supostamente envolvidos. As investigações se processaram sob "segredo de justiça", até que, no dia 8 de agosto de 2006, o juiz da 2ª Vara

[785] CONGRESSO NACIONAL. Relatório dos trabalhos da CPMI "das Ambulâncias". Brasília, agosto, 2006, p. 15.

Federal em Cuiabá, Jeferson Schneider, afastou este obstáculo, possibilitando acesso público aos resultados das investigações, ainda que estes fossem apenas parciais.

Segundo o relatório da CPMI divulgado em agosto de 2006, a empresa PLANAM começou a fornecer ambulâncias às prefeituras de Mato Grosso, em 1998, com unidades de transporte que eram equipadas no Paraná. A partir de 2000, com o objetivo de ampliar ganhos e ter flexibilidade para superfaturar os bens fornecidos, a família Vedoin criou as empresas SANTA MARIA, KLASS e EPP – ENIR RODRIGUES DE JESUS, em nome de terceiros, mas efetivamente controlada pelos mesmos titulares da PLANAM. Nessa mesma época, atraíram o deputado federal Lino Rossi, evangélico batista, para apresentar emendas ao Orçamento e ganhar comissão de 10% sobre o valor do faturamento. Bem cedo o grupo sentiu necessidade de ampliar seu mercado para fora do território matogrossense e diversificar operações, com fornecimentos, também, de insumos hospitalares. Foi em função destas demandas que os Vedoin trouxeram outras empresas para o grupo.

No âmbito parlamentar, Lino Rossi tornou-se aliciador de outros deputados, como Nilton Capixaba e Renildo Leal, ambos da Assembléia de Deus. Neste começo das atividades da rede, eram conquistados dois ou três parlamentares por semana. Em alguns casos o contato era feito indiretamente, através de assessores e chefes de gabinete.

Em entrevista para esta pesquisa, uma assessora que ingressou na Câmara em 1999, explicou que o esquema já funcionava bem antes, mas sem pagamento de comissões. Outros esclarecimentos dessa relação entre lobistas-fornecedores e políticos, que não constaram do relatório da CPMI, estão na gravação. Quando começou o esquema dos "sanguessugas", em 1999 e 2000, a PLANAM operava com um grupo pequeno de parlamentares, que não chegava a uma dezena. Seus operadores tinham tanta certeza que iam ganhar as licitações, que o parlamentar já recebia antecipada sua comissão. Como explica essa fonte:

> Eles tinham tanta certeza que eles iam ganhar a licitação, que aquele parlamentar que indicasse que eles iam ganhar um milhão já recebia antecipado. Então muitos deputados, na hora que a empresa procurava[-os] diziam: "eu vou indicar um milhão em ambulância para o meu Estado e você vai participar da licitação". Só o fato de prometer, a pessoa já trazia o dinheiro e já dava para o parlamentar [a comissão]. Aí, você pergunta: "que garantia eles

> tinham que aquele parlamentar iria liberar as suas emendas?" Todas! Eles tinham esquema dentro do Ministério da Saúde que garantia que os projetos que eles estavam cuidando seriam examinados primeiro e seriam liberados, independente de partido. Era um esquema com técnicos do Ministério. Então, foi assim que começou, foi assim que eu vi crescer. Vi muita gente se envolver. E não concordava muito com aquela história da comissão de vendas. [786]

Não há dúvida que era uma forma de disfarçar desvio de dinheiro público, sob a justificativa que era para ajudar municípios pobres. "Eu mostrava para os parlamentares que uma licitação dirigida era muito perigosa", mas esses alertas, segundo a fonte, não eram levados a sério. No começo o esquema envolvia poucos parlamentares, mas nesse grupo original o conjunto de evangélicos já era muito representativo. De duas dezenas de envolvidos, segundo a informante, pelo menos oito eram evangélicos. Esses foram trazidos pelo deputado Lino Rossi e foram entrando no esquema.

> Aqueles oito já tinham levado vantagem. Começaram a contar para os evangélicos que o negócio era bom, quente e que tinha retorno. O que acontece? Aquele grupo menor começou a contar para o grupo maior que valia a pena. Então o que aquele grupo de evangélicos fez? Pegou o pessoal da PLANAM e começou a levar nos outros deputados evangélicos eleitos, "fechando" a PLANAM com os deputados evangélicos.[787]

Deve-se reconhecer que este tipo de corrupção é pequeno em valores movimentados, se comparado com outros esquemas que existem no Congresso Nacional. Ocorre que esse esquema pequeno é acessível a parlamentares do chamado "baixo clero", enquanto as grandes negociatas estão fora do alcance deles. A assessora Mônica comenta:

> Há parlamentares que se "queimaram" por causa de quatro mil reais. Isto daqui é muito pequeno em relação aos grandes esquemas com operadoras de telefonia, aos grandes esquemas de construção de grandes obras, aos grandes esquemas do agro-negócio. Aos grandes esquemas que existem no País, infelizmente, com relação à recuperação e construção de estradas, aos grandes esquemas de construção de aeroportos, a grandes brigas pelos pedágios... [788]

---

[786] Entrevista da assessora parlamentar de deputado da FPE, Mônica, em Brasília, setembro de 2006.
[787] Ibidem.
[788] Ibidem.

De fato, estes grandes negócios são privativos do pessoal do "alto clero". É coisa de elite. O esquema dos "sanguessugas" era acessível aos parlamentares de pouca expressão no cenário econômico. E o dinheiro vinha rápido, de tal maneira que os evangélicos quiseram assegurar somente para eles essa forma de ganho, como se dissessem aos poderosos, segundo as palavras da assessora: "vocês se divertem com o 'pirulito' de vocês que a gente se diverte com o nosso". "Era um irmão querendo beneficiar o outro".[789]

É importante dar espaço para um comentário sobre a origem e o contexto social dos parlamentares evangélicos, conforme análise da mesma assessora, embora nenhuma explicação justifique o que aconteceu:

> A maioria desses deputados evangélicos não são ricos. Eles são pastores e quando chegam aqui no Congresso eles são cobrados. É igreja que quer construção de telhado, é igreja que quer aparelho de som, é igreja que quer que ele pague a excursão do grupo de jovens. Os membros que deram [o voto] começam a cobrar. É um jogo de troca: sujo, feio, fedido! E esses pastores não têm de onde tirar e precisam, às vezes, por mão nessas coisas aí dos sanguessugas. [...] Um deputado chegava para o outro [e dizia:] "Cara, tem um homem aí que quer abençoar o seu mandato, com recurso". Eles usavam a palavra "abençoar". E o cara do sanguessuga até usava esse discurso: "Olha, eu vim aqui porque eu quero abençoar o senhor, lhe ajudando". Era esse o discurso. Então um passava para o outro, porque era uma coisa rápida, fácil, e que estava gerando dinheiro.[790]

O esquema se propagou como uma "ação entre amigos", ou, melhor dizendo, "uma ação entre irmãos". Isto explica porque a incidência de envolvidos foi maior entre os parlamentares evangélicos. "Eles [os evangélicos] não queriam dividir esse bolo, essa fatia, com outro grupo. Tipo assim: 'olha, isso aqui é uma coisa entre nós'." O problema se alastrou a tal ponto entre os evangélicos e fora deste grupo

> que chegou uma hora [quando] seu Darci [Vedoin] disse que ele não agüentava mais o assédio dos deputados. E é verdade. Teve uma hora em que, especialmente no governo Lula, a liberação dos recursos começou a demorar muito. E esses parlamentares começaram a cobrar do seu Darci antecipado, como ele fazia no governo FHC. E o que acontece: ele não tinha dinheiro e os parlamentares [o pressionavam]. Ele queria parar. Por exemplo, ele queria parar num número de 40 parlamentares, 50. Mas sempre tinha um evangélico para

[789] Ibidem.
[790] Ibidem.

> apresentar um irmão para ele: "olha aqui o meu irmão, tem que abençoar o meu irmão, tem que por o meu irmão no esquema". Infelizmente, foi dessa forma que tudo aconteceu.[791]

Apenas para provocar a informante e induzi-la a desenvolver uma vertente de análise com base em "teorias de conspiração e perseguição", foi feita a seguinte pergunta: "Assessora, essa 'operação sanguessuga' teria sido uma armadilha contra os evangélicos?" A resposta dela foi a seguinte:

> Não acredito que exista um esquema montado. O que eu acredito é o seguinte. Começou a se investigar os sanguessugas, certo? E descobriram que tinha nomes de todos os partidos. No início, não creio que foi para pegar os evangélicos, não. Porque é difícil você saber no começo quem é e quem não é evangélico, a não ser aqueles que têm nomes de pastores ou bispos. O que aconteceu com o esquema dos sanguessugas não era para pegar os deputados evangélicos. Era um esquema descoberto, que tinha gente de todos os partidos envolvidos e apenas um do PT. No princípio, nem esse do PT estava envolvido, depois é que ele foi descoberto, que é o deputado João Grandão de Mato Grosso do Sul. Então, veja o que acontece com o esquema. Esse esquema ele era assim um esquema pesado, mas se a gente for pensar bem com relação ao esquema do "mensalão", em números e valores, ele não era tão alto quanto o "mensalão", não. De jeito nenhum. Falar que o que foi desviado é aquilo tudo, não. Não foi não. Porque um número bem grande de emendas não foram liberadas, só que, na hora de computar, computou-se tudo que ele ganhou em licitação. Mas nem tudo que ele ganhou em licitação ele levou ainda. Não foi liberado o recurso ainda. Temos que entender o seguinte: quando foi visto que esse esquema do sanguessuga podia ser explorado, para que se esquecesse um pouco o do "mensalão", eu acho que a intenção maior foi esta. Foi pegar os sanguessugas para pegar outros partidos que não o PT. Só que, por infelicidade nossa, uma grande maioria era evangélico. Mas não creio que foi uma espécie de armadilha, não.[792]

Também havia uma hipótese de jogo de interesses localizados, sendo o principal caso o que envolvia o deputado Nilton Capixaba. Ou seja, as denúncias teriam sido patrocinadas por interessados em incriminar o deputado Nilton Capixaba de Rondônia, visto que lá a luta pelo Senado era muito grande, envolvendo os espaços políticos de Romero Jucá e de outros líderes da região e o movimento dos garimpeiros. Os negócios da

[791] Ibidem.
[792] Ibidem.

mineração e o ingresso do candidato Nilton Capixaba poderiam desbancar grupos muito fortes de Rondônia. De fato, a assessora afirma que:

> A investigação começou muito nessa linha, de pegar o Nilton Capixaba. Não os evangélicos, mas o Nilton Capixaba. Tanto é que se você acompanha o jornal Correio Braziliense vai ver que quem primeiro estourou o esquema de ambulâncias foi o jornal Correio Braziliense em cima do Nilton Capixaba. Só que a partir dele se pegou todo mundo.[793]

Não se pode descartar, sumariamente, a hipótese da exploração do caso para atingir, também, a imagem dos evangélicos, pois de fato havia uma presença expressiva de evangélicos no esquema. Ao explorar o caso, a imprensa fazia questão de mencionar que o parlamentar era evangélico. Houve caso de evangélico cujo envolvido era o assessor e não o parlamentar. No caso da assessora Ada[794], que havia trabalhado com o deputado Carlos Rodrigues e depois foi para o gabinete do deputado Pedro Ribeiro, a divulgação da imprensa ligando o nome dela ao fato de estar lotada no gabinete do deputado cearense prejudicou a imagem dele, de tal modo que ele não conseguiu ser reeleito. Posteriormente, porém, foi descoberto que Ribeiro também estava envolvido no esquema.

A condição de "baixo clero" dos evangélicos favoreceu, de fato, o envolvimento maior deles na máfia dos sanguessugas. Alguns parlamentares foram mais atuantes do que outros nas atividades do grupo. De acordo com a assessora entrevistada e outras fontes citadas, a forma de participação de cada um consistiu no seguinte:

5.4.5 – Lino Rossi

Este parlamentar de Mato Grosso foi um dos articuladores no início das operações, quando a família Vedoin resolveu ampliar suas atividades. Este deputado foi um dos campeões de emendas para as prefeituras de Mato Grosso. Seu papel foi decisivo para que o grupo ampliasse negócios em outros Estados, visto que era ele quem arrebanhava seus colegas para participarem de operações com a PLANAM, embora não fosse o único a assumir esta atividade. Segundo a assessora Mônica:

---

[793] Ibidem.

[794] "ADARILDES MARIA DE MORAES COSTA, conhecida como 'ADA', brasileira, servidora pública federal, [...] conforme denúncia do Ministério Público." (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Denúncia ao Excelentíssimo Senhor Juiz Federal da 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 1º de junho de 2006).

> Foi ele quem ensinou praticamente esse esquema à PLANAM, tipo: "olha, vou por alguém com você lá no Congresso; vamos aumentar seu escritório". E a forma como Lino Rossi conheceu o pessoal da PLANAM é muito engraçada. Eles no aeroporto trocaram as malas e na hora de destrocar as malas se conheceram.[795]

Em seguida, conforme o relato, cada um se apresentou e colocou seus préstimos profissionais à disposição do outro: "O que você faz? – Ah, eu sou deputado. – Ah, eu tenho um escritório de consultoria para projetos". A partir daí Rossi propõe uma espécie de sociedade: "De que forma eu posso ajudar mais seu escritório e o senhor pode me ajudar?".[796]

Essa história do encontro de Darci Vedoin com Lino Rossi consta do depoimento do primeiro, prestado em Cuiabá, durante a 6ª reunião da CPMI, no dia 11/07/2006:

> **O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN –**Às vezes eu estou rindo aqui, mas é por causa do modo como eu conheci o Deputado Lino Rossi. Estava relembrando e veio o sorriso. Nós estávamos esperando a bagagem e tinha três malas iguais: a do Senador Jonas, Lino Rossi e a minha. Pegando essa mala, eu peguei a mala trocada. Peguei a do Lino Rossi, que não tinha feito a cirurgia ainda. Eu cheguei em casa. Quando abri a mala, a roupa era bem maior do que eu. Liguei para o Lino, que ficou de ir lá no escritório e foi lá no escritório. E aí nós começamos... Aí ele me perguntou o que eu fazia. Digo: estou fazendo unidades móveis de saúde. "Rapaz, é uma boa! Ambulância e tal. Vamos fazer?" – Vamos fazer. E aí começamos a fazer as emendas para Mato Grosso.[797]

O jornal O Globo, em edição de 1º de agosto de 2006, resumiu depoimento de Luiz Antônio Vedoin, que revela a avidez do deputado Rossi para alcançar recursos da área saúde, tendo, para tanto, estabelecido empresa própria, depois de se desligar da PLANAM:

> Para ampliar seus negócios no Congresso, o chefe da máfia dos sanguessugas criou braços para alcançar parlamentares em todos os partidos. Segundo Luiz Antônio Vedoin, os deputados Lino Rossi (licenciado), Ricarte de Freitas (PTB-MT), Nilton Capixaba (PTB-RO) e o ex-deputado Carlos Rodrigues (sem partido) cresceram tanto no esquema que passaram a trabalhar na cooptação de outros parlamentares. Segundo Vedoin, Lino Rossi, ex-apresentador de TV, chegou a propor que, além das propinas cobradas sobre suas

[795] Entrevista da assessora parlamentar de deputado da FPE, Mônica, em Brasília, setembro de 2006.
[796] Ibidem.
[797] CONGRESSO NACIONAL. Relatório dos trabalhos da CPMI "das Ambulâncias. Brasília, agosto, 2006, pág. 540.

> próprias emendas, recebesse mais 2% de comissão sobre as emendas de cada parlamentar que levasse para o esquema. Em seu depoimento à Justiça Federal, Vedoin disse ter considerado o percentual alto e ter rompido com Lino Rossi depois de dar de presente a ele uma carreta, um Fiat Ducato e fazer cerca de 70 repasses de comissões pelas emendas apresentadas pelo parlamentar em cinco anos. O Fiat Ducato de fato está no nome da mulher de Lino Rossi. Após o racha, aproveitando-se dos conhecimentos adquiridos com os sanguessugas, segundo Vedoin, Rossi teria criado um esquema particular. Segundo o empresário, Rossi conseguiu R$650 mil de recursos extra-orçamentários para o município de Chapada dos Guimarães (MS) e R$300 mil para Luciara (MS) para a compra de equipamentos médicos hospitalares. "A empresa vencedora, nessas licitações, pertence à esposa do deputado Lino Rossi", denunciou Vedoin, em seu depoimento.

5.4.6 – Nilton Capixaba

Uma outra pessoa que atuou muito nesse esquema foi o deputado Nilton Capixaba. "Ele faz parte do PTB e foi ele quem apresentou o pessoal do esquema sanguessuga para o deputado Josué Bengtson, na época [1999]"[798]. O deputado Nilton é evangélico e chegou a ocupar a segunda-secretaria da Câmara dos Deputados, através de uma estratégia bem sucedida do PTB. A distribuição de cargos na Câmara segue regras já acordadas entre os partidos: a presidência é geralmente garantida para o partido majoritário. No biênio 2001-2002, o deputado Nilton Capixaba ganhou a indicação do PTB para ser o segundo-secretário. O PTB na época era um partido pequeno. A segunda-secretaria era tradicionalmente reservada para a região norte do Brasil. O deputado Nilton Capixaba, muito esperto e persuasivo, convenceu o PTB que ele deveria ser o nome do norte do Brasil para este cargo na Mesa da Câmara. Havia outros evangélicos da Amazônia, na época, que reuniam credenciais de representatividade, como Josué Bengtson, da Igreja Quadrangular, e Renildo Leal, da Assembléia de Deus, ambos, também, indiciados, posteriormente, no escândalo sanguessuga. Como Josué Bengtson era presidente da Comissão da Amazônia e Renildo fazia parte do Instituto Getúlio Vargas, a segunda-secretaria ficou com Nilton Capixaba. Ele conseguiu ser reeleito para o biênio seguinte e permanecer na Mesa, como terceiro-secretário, no biênio 2005-2006. Prossegue o depoimento da assessora:

> O PTB era um partido com muitos evangélicos. Nilton Capixaba já estava trabalhando com o pessoal da PLANAM e tinha ambições de se eleger senador. Fez o seguinte acordo com a

[798] Entrevista da assessora Mônica. Brasília, set. 2006.

> PLANAM: "Cada parlamentar que eu lhe apresentar você dá para o parlamentar 8% e para mim 2%". Começou agora a terceirizar indicação. [...] Eu sei disso porque ouvi muitas histórias de assessores. Depois, e aí foi o Nilton Capixaba quem levou a PLANAM para conhecer o deputado Josué Bengtson e lá o deputado Josué Bengtson não pediu recurso nenhum para ele, mas houve uma promessa que ele indicaria, sim, a PLANAM para algumas prefeituras. E se a PLANAM podia fazer o seguinte: [para] aquelas obras sociais que o deputado tinha, [a empresa] doaria ambulâncias para as obras sociais. E você sabe que nas regiões ribeirinhas do Pará há muito problema de saúde e a Igreja Quadrangular fazia um trabalho com relação à malária e precisava de "ambulancha", são ambulâncias em lanchas. Posteriormente, ficou-se sabendo que a cada lote de uma certa quantidade de ambulâncias para as prefeituras indicadas pelo deputado Bengtson, a IEQ ganhava uma para sua obra social. Não houve propina para o deputado paraense, mas o Nilton Capixaba ganhou comissão. O deputado Josué Bengtson parece que teve na conta da Igreja 19 mil reais depositado para compra de uma ambulancha, que acabou entrando até como uma espécie de oferta para a igreja, para a obra social, mas o Nilton Capixaba ganhou sim seus dez por cento, seus dois, seus três, em cima do Josué Bengtson.[799]

Em 2003, o deputado Nilton Capixaba tentou envolver um outro deputado:

> O mesmo Nilton Capixaba, em 2003, levou para o meu parlamentar o esquema de sanguessuga. Só que em 2003 eu já sabia do que estava ocorrendo nos bastidores. Eu não deixei o meu parlamentar fechar com a PLANAM. E até me lembro que o meu deputado, muito ingenuamente, disse assim para mim: "Eu acho que você está exagerando [...]. Você acha que o irmão Nilton Capixaba, segundo-secretário da Câmara, me colocaria numa fria?" Então era a minha palavra contra a palavra do Nilton Capixaba, o irmão "querido" que queria abençoá-lo. Só que aí, mesmo contra a minha vontade, a PLANAM começou a freqüentar o nosso gabinete e no [caso desse deputado] a promessa também não era dinheiro. Era o seguinte: "Eu tenho uma empresa de consultoria e eu consigo liberar suas emendas". Então estava entrando nas prefeituras do [deputado] para agilizar projetos. E [esse deputado] não teria nenhuma vantagem financeira nisso. Só que eu acho e tenho certeza hoje, depois de tudo que eu fiquei sabendo, que [o deputado] não teria o dinheiro, mas o Nilton Capixaba, de cada emenda que [ele] passasse para a PLANAM a comissão iria para o Nilton Capixaba.[800]

---

[799] Entrevista da assessora parlamentar Mônica. Brasília, setembro de 2006.
[800] Ibidem. (Com a intenção de proteger a fonte, retirou-se, neste trecho da entrevista, o nome do deputado para quem Mônica trabalhava).

No jornal *O Globo*, de 28/07/2006, há a seguinte nota sobre Capixaba: "Considerado por Vedoin peça-chave na máfia, o deputado Nilton Capixaba (PTB-RO) teria dívida 'ao redor de R$150 mil' com a quadrilha. Foi ele que, segundo o empresário, apresentou a primeira emenda do esquema, em 1999, para a compra de uma ambulância pela prefeitura de Cacoal, em Rondônia". O jornal *O Estado de S. Paulo*, de 19 de julho de 2006, traz um resumo das atividades desse parlamentar:

> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO) – Na contabilidade da Planam, constam repasses de pelo menos R$ 437 mil atribuídos ao deputado e a seus assessores. Ajudaria a expandir o esquema dentro da Câmara. Tem inquérito aberto no STF. Nilton foi afastado das funções de integrante da Mesa Diretora da Câmara. PPS, PV e PSOL pediram ao Conselho de Ética abertura de processo de perda de mandato por envolvimento no esquema dos sanguessugas.

5.4.7 – Bispo Rodrigues

Outro nome chave do esquema da PLANAM foi o deputado Carlos Rodrigues, porque, devido à forma como ele comandava a bancada da Igreja Universal, como um rebanho que lhe obedecia às ordens cegamente, o seu ingresso significou, praticamente, o ingresso de todo o grupo dessa Igreja. Segundo a assessora: "O outro nome, que eu já falei, é o bispo Rodrigues, porque lá atrás ele começou... Alguns evangélicos [foram] contar para ele do esquema, ele entrou e, ele entrando, todos da Universal acabaram entrando com ele"[801].

Sobre as atividades do deputado Rodrigues e sua assessora, Adarildes Moraes Costa, o jornal *O Globo* publicou em 28/07/2006 o seguinte:

> Na bancada do PL, segundo Vedoin, quando o ex-deputado Carlos Rodrigues era o líder, cabia a ele coordenar e administrar as emendas apresentadas na bancada dos evangélicos. Rodrigues negociava o percentual de propina e as emendas que seriam apresentadas por cada um. Sempre em favor da Planam. Segundo Vedoin, ele operava o esquema junto com a chefe de gabinete da liderança do PL, Adarildes Moraes Costa. Em certo momento, contou o empresário, a assessora teria ficado mais forte no esquema que o próprio Rodrigues e teria passado a negociar pessoalmente as emendas. Além de cobrar comissão de 3% sobre o valor das emendas negociadas de cada parlamentar que ela controlava, segundo Vedoin, Adarildes vendia a emenda para esquemas concorrentes do grupo e passou a chantagear a Planam,

[801] Entrevista da assessora Mônica. Brasília, set. 2006.

> ameaçando revelar o esquema. Rodrigues convenceu Vedoin a pagar R$200 mil. "Caso contrário denunciaria o esquema da bancada da Igreja Universal; que esse incidente ocorreu logo após o deputado Bispo Rodrigues ter renunciado ao mandato, em outubro de 2005; que Bispo Rodrigues, diante dessas chantagens, procurou o interrogando pedindo para que ajudasse a resolver essa situação de Adarildes e chegou a reunir-se com ela e o interrogando no flat Meliá Brasília; que para Adarildes não denunciar aceitou receber R$200 mil em cheques garantia", diz o depoimento de Vedoin.

5.4.8 – Neuton Lima

A assessora Mônica atribui certa importância ao papel do deputado Neuton Lima na operação "sanguessuga", devido a sua proximidade com pessoas da cúpula da Assembléia de Deus do Estado de São Paulo:

> O Neuton Lima, que é aquele de São Paulo, da Assembléia de Deus, filho do pastor-presidente da Assembléia de Deus ali de uma região próxima de São Paulo, da capital, muito atuante. Ele, por ser da Assembléia de Deus, influenciou os demais da Assembléia de Deus, como Gilberto Nascimento, Isaías Silvestre...[802]

No "Estadão" de 19/07/2006, há um resumo sobre a denúncia de Luiz Vedoin, divulgada pela CPMI: "Deputado Neuton Lima (PTB-SP) - Nos grampos, Luiz Antônio informa a seu pai que mandou 'dez' (R$ 10 mil) para o deputado. Foi coordenador da bancada Parlamentar da Igreja Assembléia de Deus (1999-2002)". O jornal *Correio Popular,* de Campinas, pólo da região onde o deputado tem seu reduto eleitoral, trouxe artigo de Fábio Gallacci, em 28/07/2006, com informações sobre doação de ambulâncias para entidade da Assembléia de Deus de São Paulo e explicações de Neuton Lima sobre a questão:

> Em 2003, o deputado federal Neuton Lima (PTB), de Indaiatuba, "presenteou" seus eleitores ligados à igreja Assembléia de Deus de Campinas com uma van zero-quilômetro, da marca Iveco, transformada em ambulância. O veículo, agora, desperta suspeitas da CPI dos Sanguessugas, em Brasília, que já investiga Neuton. Uma fonte da Agência Anhangüera de Notícias (AAN) afirmou que Luiz Antônio Vedoin, sócio da empresa Planam, envolvida no escândalo das compras superfaturadas de ambulâncias, garantiu — em conversa gravada,

[802] Ibidem.

segundo a fonte — ter dado de presente a Neuton um veículo com as mesmas características no mesmo ano de 2003.

A entrega da ambulância, que chegou até com um grande laço de presente vermelho, foi registrada — inclusive com fotos — em um informativo da Assembléia de Deus chamado Clarim. A reportagem da AAN obteve uma cópia deste informativo e confirmou que o veículo foi realmente cedido como forma de agradecimento de Neuton aos votos recebidos nas eleições de 2002 [...] "Em gratidão aos 6.983 eleitores de Campinas que contribuíram para sua reeleição (de Neuton) à Câmara Federal e os 4.777 votos que também contribuíram para a eleição do deputado estadual Adilson Rossi, o irmão Neuton Lima presenteou a Assistência Social de nossa igreja com uma UTI móvel", relata o informativo. O veículo, segundo o jornal da igreja, foi cedido à Associação Beneficente Daniel Berg (ADB), que faz parte do "braço social" da Assembléia de Deus, e era presidida na época por Lea Cornélio da Costa. Ela é mulher de Paulo Roberto Freire da Costa, pastor, líder deste grupo religioso em Campinas e presidente estadual da Comissão Política da Convenção Geral das Assembléias de Deus Ministério Belém (CGADB). Em uma foto estampada no informativo, o casal Lea e Paulo Roberto aparece dentro da ambulância, com o próprio pastor na direção do veículo. Freire foi procurado pela reportagem para comentar o assunto, mas não retornou as ligações. As tentativas de contato da reportagem foram feitas durante mais de um mês. A capa do Clarim ainda apresenta uma carta enviada da Câmara dos Deputados pelo próprio Neuton em que ele agradece a uma pessoa identificada como "irmão Amaro", por ele ter coordenado a sua campanha em Campinas. "Obrigado pela confiança em nós depositada", agradeceu Neuton em sua nota oficial. Logo abaixo da notícia da entrega da ambulância e da carta do deputado federal petebista, o informativo ainda apresenta um outro texto que traz uma convocação: "Abençoe Campinas com seu voto". O texto que vem logo em seguida tenta mobilizar os participantes da igreja a escolher um candidato para as eleições municipais de 2004. "Pela primeira vez, o povo de Deus poderá indicar um candidato 'gente da gente'", informa o texto.

Em uma informação repassada por integrantes da própria CPI esta semana, o deputado Neuton teria supostamente recebido de presente da Planam um veículo avaliado em R$ 67 mil, que tanto poderia ser um microônibus como uma van. Os parlamentares da comissão ouvidos pela AAN não fizeram qualquer ligação formal entre o veículo supostamente dado a Neuton com a ambulância que chegou de presente aos eleitores da Assembléia de Deus campineira, mas uma linha de investigação para saber se os dois veículos em questão são, na verdade, um só já foi aberta em Brasília. Em 2004, Neuton teve a sua candidatura a prefeito de Indaiatuba impugnada pela Justiça Eleitoral por ter percorrido a cidade com uma frota de ambulâncias. O deputado recorreu e conseguiu revalidar a sua posição de candidato.[...]

Em entrevista à AAN em seu gabinete em Brasília esta semana, o deputado federal Neuton Lima (PTB) admitiu que enviou uma ambulância da marca Iveco à Assembléia de Deus de

> Campinas. “É uma ambulância e uma unidade odontológica. Estão lá servindo a comunidade”, disse. “Eu estive lá na entrega.” Ele negou ter recebido qualquer veículo da Planam. Questionado sobre os trâmites legais que fizeram com que a viatura chegasse até a igreja, Neuton afirmou que a ambulância é resultado de uma emenda parlamentar de autoria dele onde o beneficiado era o Ministério Belém de São Paulo, grupo que abriga as Assembléias de Deus. O deputado citou um projeto chamado Centro de Evangelismo Unido (CEU) onde, segundo o petebista, são feitos consórcios com vários municípios do Estado de São Paulo e, a partir disso, ambulâncias e unidades odontológicas percorrem as cidades para atender a população necessitada, oferecendo medicamentos e consultas gratuitas. “Isso acontece na periferia de Campinas também. Temos tudo devidamente registrado com fotografias e relatórios.” Apesar de o informativo Clarim informar em seu texto que o veículo entregue em Campinas em 2003 tratava-se de uma UTI móvel, Neuton desmentiu esta informação. “Ela até teria corpo para ser uma UTI, mas faltam os equipamentos.” Entre 2003 e 2004, Neuton apresentou duas emendas ao Orçamento solicitando a liberação de verbas para a compra de ambulâncias para a Instituição Filantrópica e Educacional Parábola, sediada na Vila Ester, em São Paulo. O valor total liberado foi de R$ 1,6 milhão. Em um preço estipulado de R$ 50 mil cada veículo, seria possível comprar 32 viaturas. A direção da entidade beneficiada, que sequer tem uma garagem para um veículo, afirma que não recebeu nada até agora. Na semana passada, a reportagem da AAN localizou sete ambulâncias que seriam da Parábola em um galpão na periferia de Capela do Alto. (FG/AAN).

5.4.9 – Outras informações

Para a assessora Mônica, que presenciou durante pelo menos cinco anos as movimentações do grupo PLANAM em gabinetes de Brasília, os nomes de maior destaque foram os apresentados acima. Não obstante, há outras informações no seu depoimento, que merecem ser apresentadas.

> Então eu destacaria esses nomes. E o Nilton Capixaba, por ser do PTB, acabou influenciando o pastor Reinaldo do PTB, [...] que [...] não entrou no esquema [mas] influenciou o Jefferson Campos, que é da Quadrangular e do PTB. Jefferson Campos foi envolvido no esquema, não só pelo Nilton Capixaba como também pelo deputado Gilberto Nascimento da Assembléia de Deus. Tanto é que as emendas do Jefferson Campos e do Gilberto Nascimento são para a mesma entidade, uma tal de Associação Alfa Comunitária. E aí [vai] uma crítica, porque: como é que uma associação comunitária, que não desenvolve nenhum projeto na área da saúde, recebe em torno de quatro milhões de reais e é liberado? E

> hospitais que têm credenciais aí na área da saúde não conseguem liberar? O que mostra que o esquema da sanguessuga tinha uma grande ramificação dentro do Ministério da Saúde, porque a entidade que você indicasse para ter uma ambulância ganhava. Você podia ter uma padaria comunitária, sua padaria comunitária ganharia uma ambulância! E como justificar isso? Então eram esquemas e regras que eram burladas dentro do Ministério da Saúde, com ramificação dentro do Executivo, que eu acho que logo isso vai ser descoberto. [...] Então está aí. Por que que acabou os da Quadrangular envolvidos? Os três da Quadrangular são do PTB; foram aí aliciados por Nilton Capixaba. Os da Universal pelo bispo Rodrigues, que estava no esquema no passado. E os da Assembléia de Deus assim, porque Nilton Capixaba é da Assembléia de Deus".[803]

Em seguida Mônica apresenta um exemplo de como um deputado recém-eleito, ao fazer os primeiros contatos para se instalar em Brasília – tratar de apartamento, obter sala para instalar seu gabinete na Câmara, tentar constituir uma equipe de trabalho, escolher chefe de gabinete e assessores – tinha grande probabilidade de ser cercado por pessoas que participavam da "operação sanguessuga". Foi o que ocorreu com o deputado Isaías Silvestre, de Minas Gerais, e outros:

> Eu vou contar uma particularidade para você. Deixe eu citar dois nomes, que aí você vai entender o que eu estou falando: o deputado Renildo Leal, ele era médico, jovem, da Assembléia de Deus do Pará e do PTB. Ele não foi reeleito para 2003. Como ele não foi reeleito, o seu gabinete ficou sem emprego. Os seus funcionários ficaram sem emprego. Chegou na Casa o deputado Isaías Silvestre, filho do pastor de Minas Gerais. Isaías Silvestre acho que é do PSC, não tenho certeza do partido dele... ou PPS, alguma coisa assim. Quando Isaías Silvestre chegou na Casa, pastor, dinâmico, querendo fazer algum trabalho [...] nos primeiros momentos que ele esteve na Casa, logo depois de eleito, ainda em novembro de 2002, [...]. O que acontece? Ele recebe um telefonema do amigo que não foi eleito, que é o Renildo Leal do Pará, indicando o chefe de gabinete dele para trabalhar com ele... Ia ficar desempregado: "O menino é bom, é inteligente, fez Direito, chama-se [Fulano]". O deputado Isaías Silvestre claro que acatou a sugestão do amigo, porque seria "um menino que é formado em Direito, inteligente", que já estava na Casa. Então Isaías Silvestre contratou o [Fulano]. Detalhe: Este funcionário estava no esquema com Renildo Leal. Então quando Isaías Silvestre entra na Câmara, o assessor também convence ele a entrar no esquema. E, do mesmo jeito que o Renildo Leal se deu mal, o Isaías Silvestre também se deu mal por causa de um assessor. Agora, a exemplo [deste], existiram outros casos de parlamentares. Por exemplo, o pastor Pedro Ribeiro [...] quando o bispo Rodrigues

[803] Ibidem.

> foi cassado, a assessora dele ficou desempregada, a irmã Ada. E o pastor Pedro Ribeiro gostava muito da irmã Ada. O pastor Pedro Ribeiro deu emprego a ela, só que ela estava no esquema. Só que nem deu tempo dela convencer o pastor Pedro entrar no esquema, porque o pastor Pedro não se envolvia com questões de saúde. Ele tinha um outro trabalho lá no Estado dele. Então, alguns parlamentares [...] foram vítimas de assessores corruptos, ambiciosos, que acabaram colocando os chefes nos esquemas, tão somente para que eles pudessem também ganhar, porque alguns assessores também ganhavam com isso. Tipo assim: você chama o rapaz da PLANAM e fala: "Olha, não precisa oferecer dez por cento com o meu deputado. Ele é novo, não entende... Oferece cinco: cinco para ele e cinco para mim". Por isso que há muito dinheiro entrando em conta de assessores. Não pensa que são assessores que recebem para entregar para o deputado não. Não. São assessores que também ficam com parte do dinheiro do esquema.[804]

A assessora Mônica recapitula os nomes de deputados mais atuantes e aproveita para lembrar de outros e, também, para declarar que houve assessores bastante ativos nessas operações:

> Citei alguns nomes: Nilton Capixaba, Lino Rossi, Neuton Lima, Gilberto Nascimento, Isaías Silvestre, Josué Bengtson, o Jefferson Campos. Esses são os da bancada evangélica, que eu vejo assim mais articulados com o esquema. E, destacando um também que é o Wanderval, o bispo Wanderval, que esteve envolvido, e o bispo... o Vieira Reis, o deputado Vieira Reis, do Rio de Janeiro, e que o maior articulador nessa história foi o assessor dele, foi o que foi preso. E você vai identificar a imagem do assessor dele. É aquele que, quando aparecem as imagens da prisão, é um barbudo, gordinho, algemado para trás, vestido de bermuda. Aquele é assessor do deputado Vieira Reis, é o Cristiano. Um menino que a gente gostava muito, mas que a gente sempre soube que estava no esquema.[805]

Sobre existência de outras redes de empresas envolvidas com atividades de corrupção, a fonte confirmou que existem:

> É verdade sim. Deixa eu te contar uma coisa. No Estado do Rio Grande do Sul o esquema da sanguessuga não prosperou muito, [...] porque o Ministério Público Estadual é muito, muito exigente. O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul é tido para mim como o mais eficiente do Brasil. Inclusive foi uma grande surpresa para mim. Bom, que o Judiciário do Rio Grande do Sul é pioneiro no Brasil em jurisprudências, em julgado, isso todo mundo sabe. Mas o controle lá, também, é muito maior. E o Tribunal de Contas do

[804] Ibidem.
[805] Ibidem.

Estado não aceitava que uma prefeitura do Rio Grande do Sul comprasse ambulâncias de uma empresa do Mato Grosso, sendo que no Estado tem fabricantes, tem montadoras de ambulâncias. Então os prefeitos que tentaram comprar com a PLANAM tiveram suas prestações de contas recusadas. A partir daí o Estado do Rio Grande do Sul não prosperou no esquema. Só que, ao saber que empresas de fora não podiam ganhar, empresas locais do Rio Grande do Sul começaram a se organizar, para oferecerem para os parlamentares do Rio Grande e os prefeitos o mesmo esquema. Então, de repente vai ser estourado ali no Rio Grande uma outra PLANAM, que não tem nada a ver com seu Darci, mas copiou o modelo. E aí, isso na área da Saúde, mas eu quero te lembrar que o mesmo esquema, parecido com o das ambulâncias, já está sendo diagnosticado no Ministério da Ciência e Tecnologia, empresas que pegavam ônibus e transformavam em escolas de informática. Então outros segmentos vão surgir também: os ônibus de informática, como eu creio que vai estourar logo a questão de umas emendas na área da Cultura, e aí vai pegar alguns evangélicos. Se você olhar as emendas dos evangélicos, você vai ver que alguns deles colocaram uma emenda para um tal de "Show na..." é... "Word Gospel Brasil", alguma coisa assim. E o mesmo grupo que está fazendo o Word Gospel no Paraná está fazendo em São Paulo, é a mesma empresa que organiza. Então essa empresa veio procurar o deputado para oferecer uma emenda ao Ministério da Cultura, para um evento gospel, que eles conseguiam liberar a emenda, mas desde que eles organizassem o evento no Estado. Então existem sim outros esquemas, que eu creio que vão começar a surgir logo, logo, e que vai começar a estourar, que vai envolver deputados evangélicos, não-evangélicos. Eu creio que agora pode se fazer uma análise criteriosa nas emendas dos parlamentares. E nesse sentido, Saulo, eu mesma comecei a investigar algumas coisas. E... descobri assim uma coisa superchata, (até vou te mandar algumas matérias sobre isso). Por exemplo, o deputado Mário de Oliveira ele não está envolvido diretamente com os sanguessugas. Eu sei que ele negociou, mas o nome dele não apareceu. Mas se você olhar as emendas dele de 2002 e 2003, ele mandou as emendas na íntegra para o Hospital Fábio Varela, que é do deputado Lael Varela. Entendeu? Como é que você pega todas as suas emendas, você que teve votos no Estado inteiro e joga todas as suas emendas em um único hospital do seu amigo? E esse Lael Varela já está sendo investigado por outros casos de corrupção, inclusive na questão do "mensalão". Então, se a Justiça quiser, a Controladoria Geral da União quiser, o TCU quiser, não precisa ir longe, uma pequena análise na indicação das emendas vai observar que havia muitos esquemas no Congresso Nacional que envolviam as emendas. Aí você pergunta: "e por que não veio à tona até agora?" E aqui, Saulo, eu termino a minha entrevista te falando o seguinte: é muito fácil se diagnosticar, simples, se descobre. Mas, as entranhas de um processo desses vai requerer provas e vai requerer denúncias.[806]

[806] Ibidem.

Sobre outros parlamentares citados nas denúncias apuradas pela CPMI, transcreve-se resumos do jornal O Estado de S. Paulo, publicados em 19/07/2006, para que se possa ter uma visão abrangente da extensão do problema no âmbito daqueles que compuseram a Frente Parlamentar Evangélica, durante a 52ª legislatura:

> Deputado Almeida de Jesus (PL-CE) - No livro caixa eletrônico da Planam, é atribuído ao deputado um repasse de R$ 10 mil por intermédio de um terceiro. "Dep. Almeidinha de Jesus - CE", informa a planilha. Está sob investigação em inquérito no Supremo. Membro e Obreiro da Igreja Universal do Reino de Deus. Foi filiado ao PDT, PFL, PMDB e ao PTB.
>
> Deputado Almir Moura (PFL-RJ) - Os integrantes do esquema tinham as senhas dos projetos de Moura. Nos grampos, o empresário Nilton Simões, ligado ao esquema, conversa com Luiz Antônio Vedoin sobre consultar Moura a respeito de uma terceira pessoa que está "querendo pegar dinheiro" fora do combinado. É radialista e ministro evangélico. Foi filiado ao PL e ao PMDB.
>
> Deputado Cabo Júlio (PMDB-MG) - Dois repasses, no total de R$ 4,8 mil, são registrados. Nos grampos, Alessandra Vedoin, empresária do esquema, reclama de um prefeito mineiro e diz que em represália, vai suspender "o cheque do Cabo Júlio". Sua conta bancária está nos arquivos da Planam. Está sob investigação em inquérito no STF. É policial militar e integrante da bancada da segurança. Foi filiado ao PL, PSB, PSC e ao PST.
>
> Deputado Cleonâncio Fonseca (PP-SE) - Documentos apreendidos pela PF indicam que o esquema das ambulâncias tinha as senhas do deputado para acompanhamento de projetos. Um funcionário de seu gabinete tem os dados bancários registrados nos arquivos da Planam. Foi filiado a UDN, Arena, PDS, PFL, PMDB, PP, PPB, PPR, PRN e ao PSDB.
>
> Deputada Edna Macedo (PTB-SP) - As escutas mostram contato constante e direto da deputada com a quadrilha. Luiz Antônio pede (e obtém) os dados bancários de Otávio Bezerra, filho de Edna, preso na Operação Sanguessuga. É irmã do bispo Edir Macedo da Igreja Universal do Reino de Deus.
>
> Deputado Isaías Silvestre (PSB-MG) - Os grampos indicam contato direto do deputado com Darci Vedoin. Os documentos mostram que em 2004, os empresários do esquema detinham a senha para acompanhar uma de suas emendas no Ministério da Saúde. Vice-líder do PSB, está em seu primeiro mandato político.
>
> Deputado Jefferson Campos (PTB-SP) - Em novembro de 2005, o deputado liga para Darci Vedoin marcando um encontro. Outros empresários do esquema demonstram, nas escutas, conhecer o deputado. É radialista, advogado, e Ministro do Evangelho. Foi secretário de Ação Política do Estado de São Paulo.

Deputado João Batista (PP-SP) - Há referência, nas escutas, a um suposto pagamento de R$ 5 mil para "Marcelo do João Batista". De fato, o deputado tem em seu gabinete funcionário com esse nome. Os grampos mostram que Darci teria agendado encontros com o deputado e que acompanhava de perto suas emendas. Está em seu primeiro mandato político.

Deputado João Mendes de Jesus (PSB-RJ) - Nas escutas da PF, Darci e seu filho Luiz Antônio combinam, em 13 de fevereiro, de levar R$ 20,3 mil para o deputado na semana seguinte. Uma planilha intitulada "em espécie", atribui R$ 21,7 mil a "João Mendes", que, segundo a PF, seria "provavelmente" o deputado. Já foi bispo evangélico. Foi filiado ao PDT, PL e ao PSL.

Deputado José Divino (PTB-RR) - Os grampos indicam contato direto do deputado com o empresário Darci Vedoin. O número da conta corrente de Divino no Banco do Brasil estava registrado nos arquivos da Planam. Radialista, exerce seu primeiro mandato como deputado federal. Foi vice-líder do PMDB em 2004 e 2005.

Deputado Marcos Abramo (PP-SP) - Nos grampos, Jô, contadora de uma entidade paulista favorecida com ambulâncias diz a Alessandro, empresário do esquema, que o deputado Abramo "brigou, querendo a parte dele" na entrega de um veículo. "Quem fica em cima quando vai entrar dinheiro para comprar veículo é o Marcos Abramo, através da Viviane e do Júnior". Afirmou a contadora. Exerce seu primeiro mandato como deputado federal.

Deputado Pastor Amarildo (PSC-TO) - A contabilidade registra dois repasses de R$ 30 mil no total. Tem emendas acompanhadas pelos empresários dos esquema. Amarildo é integrante da bancada evangélica.

Deputado Paulo Baltazar (PSB-RJ) - Na contabilidade da Planam, os repasses para o deputado e alguns assessores somam R$ 87,5 mil somente entre 2001 e 2002. Está sob investigação formal no STF.

Deputado Raimundo Santos (PL-PA) - Nas escutas, um funcionário do gabinete de Santos manda um recado para Darci. Se a ambulância destinada ao município de São Felix não for entregue rápido, o deputado perde a eleição e Darci "não precisa procurar ele para mais nada em Brasília". Raimundo é mencionado na coluna "observações" junto ao nome de Ubiratan Novelino Filho. Novelino tinha seus dados bancários arquivados nos computadores da Planam. Raimundo Santos exerce seu terceiro mandato como deputado federal.

Deputado Reginaldo Germano (PP-BA) - Nos grampos, Luiz Antônio orienta sua irmã Alessandra a depositar R$ 15 mil na conta do deputado. Dita CPF, agência e conta. A conversa ocorreu no dia 22 de dezembro de 2005. Germano é radialista e vice-líder do PP.

Deputado Vieira Reis (PRB-RJ) - Teve um funcionário seu – Cristiano de Souza Bernardo – preso da Operação Sanguessuga. Conforme os documentos da PF, os integrantes do

> esquema tinham as senhas pessoas do deputado para acompanhar emendas na Saúde. Reis é radialista e está em seu primeiro mandato político.
>
> Deputado Wanderval Santos (PL-SP) - No livro-caixa, há um repasse de R$ 50 mil. Tem as emendas acompanhadas pelo grupo. Está sob investigação em inquérito do STF. Seu assessor sacou R$ 100 mil das contas de Marcos Valério. O deputado foi absolvido pelo plenário da Câmara que o livrou de perder o mandato por envolvimento no esquema do mensalão, mas foi denunciado pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza.
>
> Deputada Zelinda Novaes (PFL-BA) - Nos grampos, empresários do esquema comentam que falaram com a deputada e ela "vai fazer (emendas) também". Em 2004, o esquema tinha senha para acompanhar pelo menos uma emenda de sua autoria. A deputada foi integrante do Conselho de Ética e presidiu o PFL Mulher.

A CPMI procedeu à apuração a partir de trabalhos realizados pelo Ministério Público Federal, Corregedoria Geral da União e Polícia Federal. Ouviu depoimentos dos proprietários da Planam e grupo de empresas ligadas a ela, bem como ouviu servidores públicos denunciados. Remeteu essas denúncias aos parlamentares e recebeu suas manifestações. Valeu-se ainda a Comissão de uma imensa quantidade de documentos: "Apenas para referir-se a arquivos digitais, à parte a documentação em papel, a CPMI recebeu mais de 33.000 arquivos, entre gravações de áudio, transcrições de depoimentos, fotocópias digitalizadas de documentos, etc". [807] A Comissão teve acesso a gravações de escutas telefônicas, foi obtida a quebra de sigilo bancário dos envolvidos. Também foram consultados registros contábeis das firmas ligadas à grande rede de fraudes. A pesquisa incluiu, também, o histórico de emendas individuais e coletivas de cada parlamentar citado.

Após esses trabalhos, foi redigido e divulgado o relatório parcial da CPMI que tem sido citado nesta tese. Nele consta a natureza dos crimes cometidos, em diferentes "níveis de comprometimento", para cada pessoa investigada. O conjunto de delitos permite que o relator conclua:

> Os elementos objetivos inferidos a partir da leitura do apurado e comprovado, tanto nas instâncias policial e judicial, como no âmbito deste órgão investigatório,

[807] CONGRESSO NACIONAL. Relatório dos trabalhos da CPMI "das Ambulâncias". Brasília, agosto, 2006, p. 190-191.

> configuram, fundamentalmente, crimes contra a administração pública, sejam elas do tipo penal capitulado como delitos praticados por servidor, sejam elas do tipo definido como crimes de particular contra a coisa pública. No que diz respeito à primeira categoria de ilícitos, o conjunto probatório, inquestionavelmente, aponta para a ocorrência dos crimes de concussão (art.316 CP); corrupção passiva (317 CP); condescendência criminosa (320 CP) e advocacia administrativa (321 CP). No que diz respeito à segunda categoria de ilícitos, a materialidade comprovada indica, pelo menos, ter havido exploração de prestígio (332 CP) e corrupção ativa (333 CP).[808]

Sobre possíveis penas a serem aplicadas aos culpados, pelos órgãos competentes, referiu-se o mesmo documento:

> O texto da Lei Maior reputa como gravíssimas as ofensas aos princípios éticos reitores da atividade administrativa. Tanto é assim que o §4º do citado art. 37 prevê o apenamento com a suspensão dos direitos políticos, a perda do cargo público, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário pela prática de ato que infrinja tal dever de conduta, tudo sem prejuízo da ação penal cabível. Reiterando o preceito, o inciso V, do artigo 15, excepciona das garantias relativas à intangibilidade dos direitos políticos os casos de improbidade. Para preservar a moralidade no exercício dos mandatos legislativos é prevista a sanção máxima (perda da representação) quando o congressista atentar contra o decoro parlamentar (art. 55, inciso I), como tal entendido o abuso das prerrogativas ou a percepção de vantagem indevida (art. 55, § 1º)".[809]

O relatório da CPMI esclareceu os limites de sua atividade e as providências que lhe cabia cumprir após a apuração das denúncias:

> Pelas razões de direito amplamente expostas, tem esta CPMI o dever de analisar, com cuidado e precisão, os elementos de prova existentes capazes de legitimar uma recomendação de abertura de processo no âmbito do Conselho de Ética das Casas do Congresso Nacional. Inegavelmente, a materialidade de fatos ilícitos está comprovada além de qualquer sombra de dúvida. O ordenamento jurídico foi fraudado em diversos aspectos para legitimar compras espúrias, por diversos Municípios, de ambulâncias e equipamentos médicos. No curso dos acontecimentos diversas pessoas se locupletaram. Não cabe a esta Comissão indiciar ou decretar a culpabilidade de quem quer que seja. No exercício da sua função investigadora cumpre, apenas e tão somente,

[808] Idem, p. 958.
[809] Idem, p. 960.

> identificar se os elementos de prova obtidos configuram **justa causa** para recomendar à Mesa da Casa à qual pertence o parlamentar o encaminhamento da matéria ao Conselho de Ética ou à continuidade das investigações pela Corregedoria Parlamentar competente. Nesta instância, após amplo contraditório, concluir-se-á pela culpabilidade ou não, recomendando o que de direito for ao plenário. O que resta a esta Comissão fazer no momento é, com base nas provas disponíveis relativamente ao elemento subjetivo, apontar os congressistas contras os quais há indícios suficientes de participação no esquema delituoso. Em relação a estes, e tão somente a estes, cabe recomendar à Mesa da Casa à qual pertença o encaminhamento da documentação ao Conselho de Ética para as providências da sua alçada. [810]

5.4.10 – Encaminhamentos da CPMI

Na parte final do relatório da CPMI foram feitos dois tipos de encaminhamentos para as Mesas do Congresso. Um grupo de 72 parlamentares foi considerado suspeito de "conduta incompatível com o decoro parlamentar". Outro grupo bem menor, composto por 18 deputados, foi poupado, por falta de indícios que justificassem apurações pelo Conselho de Ética da Câmara. No que concerne aos evangélicos, a Comissão de Inquérito enquadrou 29 deles no primeiro grupo e apenas três no segundo.[811] A seguir são transcritos os trechos do relatório, com os nomes dos 32 evangélicos citados, conforme classificação mencionada:

> **Encaminhamento às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para instauração de processos disciplinares**
>
> Com fundamento no disposto no Capítulo 5 deste Relatório, esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito decide, com relação aos parlamentares abaixo listados, **enviar os elementos de prova colhidos à Mesa da Casa Legislativa a que pertença o parlamentar, com recomendação da respectiva remessa ao Conselho de Ética para apuração e adoção das medidas regimentais da sua competência em razão de conduta incompatível com o decoro parlamentar, com fundamento no art. 14, §4o, I da**

[810] Idem, p. 962.

[811] Por oportuno, cabe lembrar que, em depoimento ao Juiz da 2ª Vara da Justiça Federal de Mato Grosso, o réu Darci José Vedoin havia citado 39 parlamentares evangélicos como participantes das operações de direcionamento de emendas e recebimento de comissões. E havia relacionado 15 nomes de evangélicos sobre os quais ele negava qualquer envolvimento com o esquema. Portanto, pode-se concluir que sete dos nomes de evangélicos denunciados por Vedoin foram isentados de suspeição pela CPMI.

Resolução no 25/2001 da Câmara dos Deputados e no art. 15, I, da Resolução no 20/1993.

1. Deputado Adelor Vieira
2. Deputado Agnaldo Muniz
4. Deputado Almeida de Jesus
6. Deputado Almir Moura
10. Deputado Cabo Júlio
12. Deputado Carlos Nader
15. Deputado Cleonâncio Fonseca
20. Deputada Edna Macedo
26. Deputado Heleno Silva
30. Deputado Isaias Silvestre
31. Deputado João Batista
36. Deputado João Mendes de Jesus
38. Deputado Jorge Pinheiro
39. Deputado José Divino
40. Deputado José Militão
41. Deputado Josué Bengtson
44. Deputado Lino Rossi
47. Deputado Marcos Abramo
48. Deputado Marcos de Jesus
50. Deputado Neuton Lima
51. Deputado Nilton Capixaba
53. Deputado Pastor Amarildo
54. Deputado Paulo Baltazar
56. Deputado Paulo Gouveia
58. Deputado Raimundo Santos
59. Deputado Reginaldo Germano
66. Deputado Vieira Reis
67. Deputado Wanderval Santos
70. Senador Magno Malta

Arquivamento das imputações em relação aos parlamentares contra os quais não foram apurados indícios suficientes de prática de condutas incompatíveis com o decoro parlamentar

Com fundamento no disposto no Capítulo 5 deste Relatório, bem como nas manifestações prévias apresentadas, esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito decide, com relação aos parlamentares abaixo listados, **deixar de encaminhar as respectivas imputações,**

> **determinando seu arquivamento, em virtude da inexistência de provas para recomendar a instauração de procedimento disciplinar.**
> 5. Deputado Gilberto Nascimento
> 8. Deputado Jefferson Campos
> 18. Deputada Zelinda Novaes. [812]

5.4.11 – Breve comentário

O objetivo desta pesquisa não foi o de analisar vulnerabilidades do sistema de emendas ao Orçamento, nem fragilidades dos instrumentos de fiscalização do Estado, que se têm mostrado insuficientes para acompanhar a execução de programas e convênios entre entidades do Governo, prefeituras e organizações civis. Mesmo assim, convém tecer algumas observações. Fica evidenciado, por este episódio dos "sanguessugas", que não há um compromisso de prefeitos e parlamentares com o planejamento de políticas públicas, enquanto se destaca forte interesse, tanto no Executivo como no Legislativo, para que o sistema de saúde se mantenha à mercê de clientelismos, porque isto dá maior espaço para práticas populistas. Este vício, foi fator, dentre outros, que permitiu relações promíscuas da quadrilha Vedoin com as instituições do Estado, conforme mencionou a servidora Maria da Penha Lino, quando explicava o *modus operandi* da quadrilha à Justiça Federal:

> ... QUE normalmente, possuem maior prioridade nas análises os projetos decorrentes de emendas parlamentares; QUE pelo fato do orçamento ser autorizativo, o efetivo pagamento dependerá de negociações políticas junto à Casa Civil e ao Planalto; QUE as emendas parlamentares individuais, na área de saúde, incluídas na lei orçamentária, não levam em consideração os planos de saúde elaborados e aprovados pelos respectivos conselhos de saúde dos municípios; QUE essa falta de sintonia entre as emendas e o plano municipal é que dá espaço para que os parlamentares possam eleger outras prioridades, as quais nem sempre coincidem com as prioridades eleitas pelo conselho de saúde; QUE essa margem de liberdade é que, também, permitiu, em certa medida, com que a empresa Planam atuasse de forma tão efetiva na elaboração

[812] CONGRESSO NACIONAL. Relatório dos trabalhos da CPMI "das Ambulâncias. Brasília, agosto, 2006, p. 965-973. Manteve-se a numeração das listas de parlamentares citados e os grifos do documento original. Foram omitidos, obviamente, os nomes dos parlamentares não-evangélicos.

> dos projetos e na definição de seus objetos, sem que fossem levadas em consideração as necessidades das entidades beneficiadas; ... [813]

O relatório da CPMI também destaca essa prática de liberação de emendas em troca de voto do parlamentar em favor do Governo, pratica esta que, embora antiga, tem a mesma lógica do "mensalão" mais recente. Consta no relatório o seguinte parágrafo:

> Ao longo dos anos, diversos atores que começaram a participar do processo de elaboração de emendas parlamentares e posterior formalização e execução de convênios tornaram-se profundos conhecedores desses trâmites e exigências, passando a atuar na assessoria de parlamentares exclusivamente nessa área, tornando-se, por sua qualificação, profissionais valorizados. Na outra perspectiva, as emendas parlamentares individuais foram tendo seus valores aumentados de exercício a exercício, chegando hoje a R$ 5 milhões por deputado por ano. Ao longo de diversos Governos, [para] sua aprovação estabeleceu-se mediação na relação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, e são inúmeras as denúncias veiculadas na imprensa, nos últimos anos, de liberação de valores altíssimos a título de emendas parlamentares em datas próximas às votações de matérias do interesse do Poder Executivo, ou em anos eleitorais. Nesse contexto, proliferaram, portanto, a ocorrência de ilícitos, mediante a participação de atores como o Grupo Planam, que representa a dimensão empresarial de um esquema que conta com servidores do Poder Executivo que facilitam a tramitação dos processos em seus respectivos órgãos, e com os agentes especializados que atuam como assessores parlamentares ou mesmo na qualidade de consultores para elaboração de projetos, e parlamentares. [814]

5.5 – Parlamentares evangélicos (1999-2007): avaliações.

Nesta seção são apresentadas avaliações externas e auto-avaliações do que foi o grupo de parlamentares evangélicos nas legislaturas de 1999-2003 e 2003-2007, bem como se tece considerações sobre a nova safra de políticos evangélicos eleitos para o quatriênio 2007-2011, provenientes do mesmo subcampo religioso.

---

[813] Idem, p. 59.
[814] Idem, p. 116.

O conjunto de parlamentares evangélicos pode variar em quantidade, dentro de uma legislatura, devido a vários motivos. Além dos titulares eleitos, há suplentes, que aguardam oportunidades para assumirem o posto, o que de fato ocorre, seja por impedimento do titular, seja como resultado de acordos que envolvem partidos, forças políticas regionais e estratégias das próprias igrejas. Há casos de parlamentares que se afastam para assumir ministérios e secretárias de governo, por exemplo, e há situações em que o parlamentar se afasta na metade do mandato, porque foi eleito para o cargo de prefeito ou vice-prefeito. Deste modo, as listas de parlamentares de 1999-2003, 2003-07 e 2007-11, apresentadas nos anexos, referentes à 51ª, 52ª e 53ª legislaturas, constituem tentativa de incluir todos os titulares e suplentes que, em algum momento, assumiram o mandato. No caso de apenas quatro dos 115 identificados, não foi possível definir a igreja que freqüentam, embora fontes consultadas registrem que se trata de "parlamentar evangélico", no sentido estrito que se adota nesta pesquisa, ou seja, aquele que pertence a igrejas protestantes, pentecostais e neopentecostais.

No efetivo exercício parlamentar, pode-se afirmar que, em média, a 51ª legislatura contou com 51 deputados federais e dois senadores, a 52ª teve 58 deputados e três senadores e a 53ª legislatura, que será iniciada em março de 2007, deve apresentar algo da ordem de 40 deputados e dois senadores. No Senado, para esta próxima legislatura, deixou-se de incluir a ministra Marina Silva, titular do Ministério do Meio Ambiente, e Paulo Octávio, vice-governador eleito do Distrito Federal.[815]

Essa safra de políticos das três últimas legislaturas referidas é composta de 68% pertencentes a denominações pentecostais e neopentecostais.[816] Durante o período de 1999 a 2007, as Assembléias de Deus contaram com 35 parlamentares, enquanto a Igreja Universal teve o concurso de 29 representantes. Tendo em vista os modelos e práticas de funcionamento dessas igrejas, pode-se afirmar que a Universal esteve mais forte como grupo de pressão, embora sua bancada fosse menor. Examinando-se, porém, as quantidades, ao longo do período, as Assembléias contaram com 16 e 23 deputados na 51ª e 52ª legislaturas e deverá ter apenas 13, na 53ª legislatura. Os números da Igreja Universal

[815] Na data em que foi redigido este parágrafo, 02 de janeiro de 2007, havia possibilidade de Marina Silva e Paulo Octávio estarem fora do Senado da República, na legislatura de 2007-11.
[816] Do total de 111 parlamentares cuja igreja foi identificada, 76 são pentecostais ou neopentecostais.

foram de 13 e 16, devendo trazer somente seis deputados, nas legislaturas respectivas.[817] De acordo com as quantidades apresentadas, a nova bancada das Assembléias de Deus corresponderá a 57% da que expirou seu mandato em 2007, enquanto a bancada da IURD será de apenas 38% da que era, no mesmo período. Pode-se afirmar que o escândalo dos "sanguessugas" foi o principal fator dessas reduções, tendo causado maior redução relativa no grupo da Universal, porque também sua bancada foi a que teve mais parlamentares citados nos processos de corrupção.

5.5.1 – DIAP

O acompanhamento da atuação dos evangélicos no Congresso é feito, sob a ótica do movimento sindical, pelo DIAP.[818] Este departamento distingue a "bancada evangélica" como uma das sete bancadas informais mais atuantes na Câmara e Senado.[819] Sabe-se que existem outros tipos de acompanhamento, como os que são feitos para atender demandas dos setores bancário e industrial, por exemplo, e outros trabalhos de escritórios de consultoria em assuntos econômicos e políticos. Todavia, somente se teve acesso às pesquisas do DIAP, a partir das quais se examinou o que continha acerca dos evangélicos. Da série denominada *Os "Cabeças" do Congresso Nacional* foram examinadas as edições de 1998, 1999, 2002, 2003 e 2006.[820] Esta publicação tem como proposta

> identificar, anualmente, os 100 parlamentares com mais habilidades para elaborar, interpretar, debater ou dominar regras e normas do processo decisório, bem como para manipular recursos de poder, de tal modo que suas preferências ou do grupo que lideram prevaleçam no conflito político.[821]

---

[817] Os totais de 35 e 29 representantes das Assembléias e Universal, no período de 1999-2007, não correspondem, obviamente, às somas de parlamentares das três legislaturas, visto que alguns deles conseguiram ser reeleitos.
[818] DIAP é a sigla do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.
[819] As "bancadas informais" destacadas pelo DIAP são: ruralista, sindicalista, evangélica, empresarial, da saúde, da educação e dos meios de comunicação. (Cf. DIAP. **Radiografia do novo Congresso**: legislatura 2007-2011. Série Estudos Políticos. Ano IV. Brasília: DIAP, novembro de 2006.)
[820] As edições referentes a 2000, 2001, 2004 e 2005 da série *Os "Cabeças" do Congresso Nacional* já se esgotaram.
[821] DIAP. **Os "Cabeças" do Congresso Nacional**: pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes. Ano XIII. Brasília: DIAP, 2006, p. 9.

Nessas cinco edições examinadas apenas seis dos 115 perlamentares evangélicos foram reconhecidos como “cabeças” pelo DIAP, ou seja, 0,5% do conjunto, o que reforça o enquadramento dessa “bancada” na condição de “baixo clero”.

A classificação do DIAP contempla cinco categorias de atuação, assim descritas:

> FORMADORES DE OPINIÃO – São parlamentares [...] chamados a arbitrar conflitos ou conduzir negociações políticas de grande relevância. Normalmente, são deputados ou senadores experientes, com trânsito fácil entre as diversas correntes e segmentos representados no Congresso e visão abrangente dos problemas do País. [...] São os que se pode chamar de líderes de alta patente, respeitados e legitimados pelo grupo ou corrente política que lideram.
>
> ARTICULADORES / ORGANIZADORES – São parlamentares com excelente trânsito nas diversas correntes políticas, cuja facilidade de interpretar o pensamento da maioria os credencia a ordenar e criar as condições para o consenso. [...] Como interlocutores dos líderes de opinião, encarregam-se de difundir e sustentar as decisões ou intenções dos formadores de opinião. [...] Normalmente, têm livre acesso aos bastidores, ao poder institucional e alto grau de fidelidade às diretrizes partidárias ou ideológicas do grupo político que integram. [...]
>
> NEGOCIADORES – Em geral líderes partidários, os negociadores são aqueles parlamentares que, investidos de autoridade para firmar e honrar compromissos, sentam-se á mesa de negociação respaldados para tomar decisões. [...] Procuram previamente conhecer as aspirações e bases de barganha dos interlocutores para estabelecer sua tática de convencimento. [...] É bom negociador aquele parlamentar que, sem abrir mão de suas convicções políticas, respeita a vontade da maioria mantendo coeso seu grupo político.
>
> DEBATEDORES – São parlamentares ativos, atentos aos acontecimentos e principalmente com grande senso de oportunidade e capacidade de repercutir, seja no plenário ou na imprensa, os fatos políticos gerados dentro ou fora do Congresso. São, por essência, parlamentares extrovertidos, que procuram ocupar espaços e explorar os assuntos que possam ser notícia. [...] Com suas questões de ordem, de encaminhamento, discussão de matérias em votação, obstrução do processo deliberativo, dominam a cena e contribuem decisivamente na dinâmica do Congresso. São os parlamentares mais procurados pela imprensa.
>
> FORMULADORES – São os parlamentares que se dedicam à elaboração de textos com propostas para deliberação. Normalmente são juristas, economistas ou pessoas que se especializaram em determinada área. [...] O debate, a dinâmica e a agenda do Congresso são

> fornecidos basicamente pelos formuladores, que dão forma às idéias e interesses que circulam no Congresso.[822]

O reconhecimento do DIAP à atuação dos evangélicos pode ser resumido nas referências feitas aos seis parlamentares abaixo, dos quais são apresentadas informações mais detalhadas de quatro deles:

Deputado Walter Pinheiro (PT-BA), da denominação batista, assíduo freqüentador dos cultos organizados pela Frente Parlamentar Evangélica, foi o único parlamentar desta frente que constou nas cinco edições dos *"Cabeças" do Congresso* examinadas. Ele teve como característica principal reconhecida a de debatedor, em quatro edições, e de articulador-organizador, em uma. Como característica secundária ele foi apontado como negociador, por quatro vezes. A publicação de 2006 trouxe o seguinte comentário sobre o parlamentar baiano:

> Conhecedor profundo de assuntos de infra-estrutura, inclusão digital, telecomunicações, ciência e tecnologia, é muito respeitado pela qualidade de seus pronunciamentos. É autor do projeto de lei que obriga o governo a utilizar o software livre em seus computadores. Oriundo do movimento sindical, tem sido um defensor incansável dos assalariados, incluindo trabalhadores do setor privado, servidores públicos e aposentados e pensionistas. Acompanha e defende, com o mesmo empenho que nutre pelo patrimônio público e interesses nacionais, as demandas do Nordeste em geral e da Bahia em particular. Ex-líder do PT na Câmara, com excelente trânsito no Congresso, é um dos mais competentes e eficazes negociadores do partido. Destaca-se como articulador.[823]

Deputado Bispo Rodrigues (PL-RJ), coordenador da bancada da Igreja Universal até fevereiro de 2004. Nas cinco edições dos *"Cabeças" do Congresso*, ele foi classificado por três vezes como articulador-organizador, sua característica principal, e como negociador, característica secundária, em uma das ocasiões. A partir de 2004, Rodrigues teve seu nome vinculado ao escândalo do "mensalão", o que o levou a renunciar ao mandato. Em 2005, já sem mandato, ele foi citado nos processos referentes à máfia dos "sanguessugas". Devido a estes episódios, ele ficou fora das avaliações do DIAP, desde 2004. O último registro sobre sua atuação, em 2003, foi o seguinte:

---

[822] Idem, p. 13-14.
[823] Idem, p. 45.

> Fundador e coordenador político da Igreja Universal do Reino de Deus, é um dos principais líderes evangélicos no Congresso. Vice-líder do PL na Câmara e membro titular da Comissão de Constituição e Justiça, atua na defesa da imunidade tributária das entidades sociais, religiosas, filantrópicas e culturais, bem como no combate à prostituição infantil e à propaganda abusiva das indústrias tabagistas e de bebidas alcoólicas. Ativo nos trabalhos de plenário e das comissões, seus pronunciamentos abordam temas regionais e nacionais, especialmente sobre questões morais, temas da infância e verbas para programas sociais. Destaca-se como articulador.[824]

Senadora Marina Silva (PT-AC) – membro da Assembléia de Deus. Das edições dos *"Cabeças" do Congresso* examinadas, ela comparece em apenas duas, porque foi requisitada pelo Governo Lula para ocupar o Ministério do Meio Ambiente. O DIAP reconheceu-a, prioritariamente, como debatedora, e, em segundo lugar, como negociadora, em ambas as ocasiões. Em 2002, último ano em que Marina atuou no Congresso, o DIAP registrou a seguinte avaliação:

> Senadora, 1º mandato, acreana, professora. Vinculada aos movimentos ecológico e sindical, ingressou na vida pública como vereadora em Rio Branco (1989-91) e deputada estadual (1991-95). Formada em história, sua trajetória política sempre esteve voltada para a defesa dos menos favorecidos, da educação popular e dos seringueiros, além do tema que a tornou conhecida internacionalmente: meio ambiente. Ex-líder do bloco de oposição no Senado – PT, PDT, PSB e PPS – é uma parlamentar aguerrida. Debatedora qualificada, é muito ativa nos debates de plenário. Foi a única representante do Parlamento brasileiro que o presidente dos Estados Unidos, em visita ao Brasil, fez questão de conhecer. Esquerda.[825]

Senador Paulo Octávio (PFL-DF) – Vinculado à Igreja Sara Nossa Terra, teve uma indicação do DIAP, quando exercia mandato de deputado federal (1999-2003), e outra, na qualidade de senador (2003-11). Em ambas as oportunidades ele foi classificado, principalmente como articulador-organizador, mas também foi reconhecido uma vez como debatedor e outra vez como formulador, nestes casos como características secundárias. Na edição dos *"Cabeças"* de 2006, há o seguinte destaque:

> Dirigente empresarial e grande incorporador do Distrito Federal. [...] Casado com uma neta de Juscelino Kubitschek, é um defensor entusiasta de Brasília. Além da luta para manter a

[824] DIAP. **Os "Cabeças" do Congresso Nacional**: pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes. Ano X. Brasília: DIAP, 2003, p. 24.
[825] Idem. Ano IX. Brasília: DIAP, 2002, p. 40.

> sede dos órgãos federais no DF, para a inclusão de Brasília nos roteiros turísticos, foi membro da Comissão Pró-Olimpíadas Brasília 2000 e presidente da Associação Brasília Olímpica 2000 e 2004. Deputado federal por dois mandatos, estreou no Senado com desenvoltura de veterano. Com bom trânsito no Congresso, foi vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e presidente da Subcomissão de Turismo no Senado. Atual terceiro-secretário do Senado, destaca-se como articulador.[826]

Senador Íris Rezende (PMDB-GO) – Tem seu nome associado à Igreja Cristã Evangélica. Cumpriu mandato de 1995 a 2003. O DIAP registrou sua atuação nas edições de 1998, 99 e 2002, como articulador-organizador. Nesta última há a seguinte informação:

> Político experiente, foi vereador, deputado estadual, prefeito de Goiânia, governador do Estado de Goiás por dois mandatos e ministro da Agricultura no governo Sarney e da Justiça, no primeiro governo de FHC. Foi presidente das Comissões de Constituição e Justiça e de Infra-Estrutura do Senado. Parlamentar atuante, presidiu a Comissão Mista que examinou os Projetos de Segurança Pública. Grande liderança regional no Estado de Goiás, goza de excelente prestígio e trânsito no Congresso, onde se destaca como articulador. Centro.[827]

Deputado Ônyx Lorenzoni (PFL-RS) – luterano, seu nome constou na lista dos cem "cabeças" de 2003, como debatedor, contudo não há informações adicionais sobre o parlamentar nessa publicação do DIAP.

Como se pode observar, dos seis "cabeças" evangélicos do Congresso, houve apenas um deputado da Igreja Universal e uma senadora da Assembléia de Deus, Carlos Rodrigues e Marina Silva, respectivamente. O bispo Rodrigues era, de fato, a voz de comando da Universal, enquanto coordenou a bancada desta Igreja. Quanto a senadora Marina, não existe vínculo dela com a instituição Assembléia de Deus que a credencie como voz política da denominação. Durante esta pesquisa, foram feitas reiteradas tentativas para entrevistá-la, como liderança política da Assembléia. Finalmente, sua assessora e porta-voz, a antropóloga evangélica Jane Villas-Boas, esclareceu a relação entre Marina e a Assembléia de Deus, conforme se pode depreender da leitura de trechos de *emails* trocados entre dezembro de 2005 e agosto de 2006, transcritos a seguir:

---

[826] Idem. Ano XIII. Brasília: DIAP, 2006, p. 40.
[827] Idem. Ano IX. Brasília: DIAP, 2002, p. 32.

ENTREVISTADOR:

Jane, [...] as questões [...] relacionadas com política e cultura interna da Assembléia de Deus tocam em pontos sobre os quais eu gostaria de saber como a Ministra pensa, pois de qualquer maneira suponho que ela pertence a esta denominação e não concorda com muita coisa que faz parte da tradicional cultura assembleiana...

ASSESSORA DA MINISTRA MARINA:

... Em relação ao que você propõe, tenho certeza que ela não teria um depoimento sobre dificuldades de ser evangélica e de ser política. Não é essa a experiência dela. Pelo contrário, as pessoas a respeitam muito. Do Presidente Lula ao porteiro do Ministério. Nunca a vi enfrentar qualquer constrangimento por ser mulher, ou negra, ou evangélica ou política. Como ambientalista e ministra ela tem pessoas que não gostam da atuação dela, alguns que até torcem para que ela desapareça da face da terra. Mas esse não é seu tema, não é?

ENTREVISTADOR:

Jane, [...] Você me deu um ótimo esclarecimento. [...]Diante disto, veja como pode me ajudar nesta pesquisa. Suas opiniões são valiosas para mim. Quero a manifestação da Ministra, porém seus *feedbacks* como assessora e antropóloga são importantíssimos. Se vc. permitir, usarei suas opiniões, tendo o cuidado de não identificar a fonte, citando apenas que se trata de "uma assessora de ministério", ou algo semelhante.

[Percebo que] a Ministra não tem dificuldade com a questão que levantei, porque se trata da relação entre uma personalidade pública que atua neste espaço, dando um testemunho ético reconhecido. Logo, temos que mudar o enfoque. Talvez devamos procurar saber a visão crítica da Ministra em relação ao grupo religioso, no qual ela se converteu e se alimenta comunitariamente como cristã, e a forma como este grupo pratica política interna e externa. [...] No caso da entrevista com a ministra, pondere o seguinte:

1) Discute-se historicamente a relação Igreja e Política. A Assembléia de Deus, da qual a Ministra é membro (suponho), optou por atuar na política (parlamentos, prefeituras etc.) de forma corporativa, conseguindo carrear recursos e exercer influência nas legislações federal, estadual e municipal, em benefício do próprio grupo religioso. (Isto não chega a ser estranho, num País que nasceu como empresa de exploração da Coroa Portuguesa atrelada à Igreja Católica. Todavia é estranho para uma tradição protestante que pregava a separação entre Igreja e Estado. É preciso reconhecer, também, que o Pentecostalismo e o Neopentecostalismo não prezam muito esta tradição).
2) Gostaria de saber o que pensa a Ministra sobre esta opção quase constantiniana da AD, cuja meta é eleger vereadores indicados pela Igreja em cada um dos 5.600 municípios brasileiros, além de prefeitos, vice-prefeitos, deputados estaduais e federais e outros cargos mais importantes, onde for possível. Sabemos, também, que há um sonho de conseguir eleger um presidente evangélico.

3) Como a Ministra é assembleiana, pergunto se AD (e IURD) já tentaram aproximar-se dela com intuitos corporativos, por exemplo, para beneficiarem-se do seu prestígio a fim de abrir portas no governo, ou conseguir algum tipo de vantagem. (Vantagem legítima, evidentemente, pois acredito que ninguém teria coragem de procurar a Ministra sem fundamento legal e legítimo). (a) Saulo.

ASSESSORA DA MINISTRA (email de 29/08/2006):

... Penso que você já deve ter sido "estrangulado" pelo calendário de sua tese. Portanto é provável que já estejamos em um quadro de "decurso de prazo". Mas ainda assim, gostaria de agir civilizadamente com sua demanda e dar as respostas que devem ser dadas.

1. As suas linhas de investigação são muito estimulantes, e sua atuação missionária certamente irá nutrir quem busque por esse tipo de esforço que você está fazendo. Por isso mesmo a Ministra, que realmente não tem uma participação orgânica na AD, ela apenas congrega e faz pregações em cultos quando é convidada (em todas as denominações), não gostaria de emitir opiniões formadas por demanda, sem a correspondente vivência. Se assim o fizesse, estaria praticando uma leviandade com a comunidade em que ela congrega e, de certa forma, com toda a AD. A manifestação de uma visão crítica, como você coloca ser seu objetivo identificar, supõe a doação prévia de esforço e investimento pessoal na interação com os demais membros, senão ficaria vazia, talvez pernóstica, não é mesmo?

2. Não sei exatamente, da minha correspondência com você, o que você considerou "minha opinião", mas se for útil para você, desde que eu tenha escrito, pode citar. Gostarei de ajudar sua missão.

3. A pergunta 3, posso responder que quando uma pessoa tem uma imagem pública, e uma prática que sustenta essa imagem, de ser ética, dificilmente alguém aparece para fazer qualquer proposta que agrida os princípios que essa pessoa tenha. Assim, não soube jamais de qualquer tentativa de obter tráfico de influência de dirigentes da AD junto à Ministra. Há pedidos de ajuda, de membros da Igreja em que ela congrega, que para serem atendidos dependem de outros Ministérios. Mas eles vêm de pessoas simples, que não entendem do funcionamento do mundo das instituições públicas, suas etiquetas, protocolos e códigos de conduta. Não considero que sejam fruto de uma cultura organizacional ou alguma estratégia corporativa. Até porque quando explico os limites protocolares da atuação de um Ministro em relação á área de responsabilidade de outros, eles entendem, às vezes ficam envergonhados por não ter pensado sobre as circunstâncias e consequências, enfim, vê-se que foram movidos pelo objetivo de achar solução para algo que os está preocupando, nada mais.

[...] Concluindo, meu irmão: quer uma boa entrevista com a Marina? Escreva um livro sobre meio ambiente! { :-) } para circular entre os evangélicos. Vai ser uma entrevista tremenda! Carinhosamente, Jane.

(email de 31/08/2006):

> ... Pode citar-me nominalmente, porque a Ministra só tem uma assessora, os outros membros da equipe de quatro, são homens. Eu estaria identificada de qualquer forma. E não há problemas quanto a divulgação do que te escrevi...

Diante do que foi apresentado, fica patente que só havia uma liderança neopentecostal orgânica reconhecida como um dos "cabeças" do Congresso, nas avaliações do DIAP examinadas.

Outra publicação do mesmo departamento intersindical avaliou os parlamentares candidatos a prefeito e vice nas eleições municipais de 2000.[828] Consta que participaram 94 deputados e cinco senadores. Com a intenção de orientar o movimento sindical acerca do comportamento político desses candidatos, a mesma publicação incluiu "o voto dos parlamentares em dez matérias de interesse da sociedade em geral e dos assalariados em particular" [829], que tratavam dos temas abaixo:

- Previdência: ampliação da quantidade de contribuições e exigência de idade mínima para concessão de aposentadoria.

- Salário mínimo de R$ 151: rejeição de emendas que permitiam aumento do salário mínimo para R$ 177.

- Conciliação na empresa: restrições ao acesso do trabalhador à Justiça do Trabalho, obrigando-o a fazer conciliação na empresa.

- Fim do Regime Jurídico Único: extensão do regime de contratação pela CLT no serviço público, com perdas de direito a estabilidade e aposentadoria integral.

- Combate ao nepotismo: proibição de emprego de parentes no serviço público.

---

[828] Cf. DIAP. **"Prefeitáveis" 2000**: radiografia dos deputados e senadores candidatos. Série Estudos Políticos. Ano I. Brasília: DIAP, 2000.
[829] Idem, p. 7.

- Proteção ao servidor: extensão para aquele que executa atividade privativa do Poder Público da mesma proteção que usufrui o integrante de carreira do Estado.

- Critérios justos de avaliação do servidor: ampla defesa e critérios para dispensa de servidor por desempenho insuficiente.

- Redução do prazo prescricional: redução de prazo para reclamação dos direitos dos trabalhadores rurais.

- Responsabilidade fiscal: prioridade para pagamento de juros pela União, em detrimento de despesas com pessoal, investimentos em infra-estrutura e políticas sociais.

- Isenção de custas do empregado por arquivamento de ação: elimina punição ao trabalhador em razão de arquivamento de ação trabalhista (lei do rito sumaríssimo).[830]

O rol de evangélicos candidatos ao poder municipal, contou com oito deputados: cinco concorreram para prefeito e três para vice-prefeito. Apenas uma mulher evangélica esteve incluída neste grupo, como candidata a prefeita. São individualizados, a seguir, esses parlamentares, com base nos registros fornecidos pelo DIAP:

Cabo Júlio (PL) – Candidato a prefeito de Belo Horizonte (MG). [...] "Pastor evangélico, liderou o movimento dos policiais mineiros por melhores salários em 1997. Filiado ao PL desde 1997, integra a bancada evangélica no Congresso. Suas principais bandeiras de campanha foram a melhoria da segurança pública e a desmilitarização da polícia". Votou em favor dos assalariados em oito das dez matérias avaliadas pelo DIAP. [831]

Lino Rossi (PSDB) – Candidato a prefeito de Várzea Grande (MT). "Apresentador de televisão e radialista [...] há mais de 15 anos, no primeiro caso, e 26 anos, no segundo".

---

[830] A publicação do DIAP trouxe um capítulo com o título: "Notas técnicas e explicação das matérias selecionadas", com informações mais detalhadas sobre essas matérias que passaram por votação em plenário, (Cf. DIAP. **Radiografia do novo Congresso**: legislatura 2007-2011. Série Estudos Políticos. Ano IV. Brasília: DIAP, 2000, p. 15-17).
[831] Idem, p. 28.

Votou contra o trabalhador em nove matérias avaliadas e esteve ausente no caso de uma votação. [832]

Josué Bengtson (PTB) - Candidato a vice-prefeito de Belém (PA). "[...] Paulista, pastor evangélico da Igreja Quadrangular. [...] Sua principal bandeira é o combate ao tráfico de drogas. Parlamentar de atuação discreta [...]". Votou contra o assalariado em seis matérias, a favor em duas, absteve-se em uma votação e não compareceu em outra.[833]

Miriam Reid (PDT) – Candidata a prefeita de Macaé (RJ). Esteve durante a maior parte da legislatura licenciada, ocupando o cargo de Secretária da Criança e do Adolescente do Estado do Rio de Janeiro. Votou sempre a favor dos assalariados. Na única votação que não compareceu é porque estava licencidada.[834]

Paulo José Gouvêa (PL) – Candidato a prefeito de Porto Alegre. Radialista, apresentador de televisão e pastor da Igreja Universal. Votou cinco vezes a favor do trabalhador, três vezes contra e esteve ausente em duas votações.[835]

Waldir Schmidt (PMDB) – Candidato a prefeito de São Leopoldo (RS). Votou contra os trabalhadores em oito votações, ausentou-se em uma e absteve-se em uma.[836]

Bispo Wanderval Santos (PL) – Candidato a vice-prefeito de São Paulo (SP). "Empresário da área de comunicação, pastor (sic) da Igreja Universal do Reino de Deus [...] interlocutor das instituições evangélicas que desenvolvem projetos assistencialistas". Foi favorável ao trabalhador em sete votações, contrário em duas e ausentou-se em uma.[837]

Lamartine Posella (PMDB) - Candidato a vice-prefeito de São Paulo (SP). "Pastor, formado em teologia e fundador presidente da Igreja Batista Palavra Viva". Votou contra os interesses dos trabalhadores em três oportunidades e também a favor em outras três; ausentou-se em três votações e estava licenciado em uma.[838]

---

[832] Idem, p. 30.
[833] Idem, p. 31.
[834] Idem, p. 35.
[835] Idem, p. 38.
[836] Idem, p. 39.
[837] Idem, p. 41.
[838] Idem, p. 44.

Em 2003, o DIAP publicou estudo sobre *Perfil, propostas e perspectivas do governo Lula*. Neste estudo foram citados três evangélicos pertencentes a comissões responsáveis por políticas públicas. Na área social, constou o nome do deputado Gilmar Machado (PT-MG), da denominação batista. Na área de infra-estrutura, tinham assento os deputados Bispo Rodrigues (PL-RJ), da Universal, e Walter Pinheiro (PT-BA), batista. Os três pertenciam ao bloco de apoio ao governo Lula. Na seção "Quem é quem no governo Lula", foram apresentados os ministros de Estado. A ministra Maria Osmarina **Marina Silva** de Lima foi reconhecida como líder sindical que assessorava Chico Mendes, em sua luta pela sobrevivência dos povos da floresta amazônica. Como senadora, desde 1994, Marina apresentou projeto de "regulamentação do acesso aos recursos da biodiversidade" e conduziu no PT, entre 1995 e 1997, a Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento. O DIAP destacou que "segundo a ONU, [ela] está entre as vinte e cinco mulheres mais importantes do mundo na área de desenvolvimento sustentável das áreas verdes".[839] Outra evangélica mencionada foi Benedita da Silva, ministra de Assistência e Promoção Social, que se "destacou [...] no Congresso por sua atuação em prol das reivindicações dos movimentos sociais, contra a discriminação a mulheres, negros e indígenas e em defesa do meio ambiente".[840] Benedita foi senadora pelo Rio de Janeiro, eleita em 1994, e vice-governadora, durante a gestão de Anthony Garotinho, tendo exercido o governo do Estado do Rio, quando Garotinho renunciou ao cargo para ser candidato à presidência da República em 2002.

Em estudo prospectivo denominado *Radiografia do novo Congresso*, há o seguinte comentário sobre a "bancada evangélica" recém-eleita para a 53ª legislatura:

> A bancada evangélica foi a que mais diminuiu entre os grupos de pressão organizados que atuam no Congresso. Diferente do que vinha acontecendo nas últimas três eleições gerais, os evangélicos perderam quadros importantes e a bancada chegará menor à 53ª Legislatura. O DIAP classifica como integrante da bancada evangélica, além dos bispos e pastores, aquele parlamentar que professa a fé segundo a doutrina evangélica.
>
> A evolução quantitativa da bancada evangélica nas legislaturas anteriores foi resultado do êxito eleitoral de bispos e pastores da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), cuja

[839] DIAP. **Perfil, propostas e perspectivas do governo Lula**. Série Estudos Políticos. Ano III. Brasília: DIAP, fevereiro de 2003, p. 38.
[840] Idem, p. 44.

> principal liderança na Câmara era o ex-bispo Carlos Rodrigues. O ex-deputado renunciou ao mandato em 2005 quando teve seu nome envolvido no escândalo do mensalão. Em 2006, novamente a IURD sofreu desgaste de imagem por causa dos parlamentares citados na CPMI das Sanguessugas.
>
> Além da IURD, o escândalo da compra superfaturada de ambulâncias respingou sobre parlamentares integrantes de outras igrejas evangélicas, especialmente a Assembléia de Deus. Muitos deles desistiram da candidatura ou tiveram seus nomes vetados pela cúpula dessas igrejas. Outros tentaram a reeleição, mas foram barrados nas urnas. Entre os que não se reelegeram ou não se candidataram, 16 tiveram seus nomes envolvidos na máfia das ambulâncias. Não retornará para a Câmara em 2007, por exemplo, o atual coordenador da bancada evangélica, deputado Adelor Vieira (PMDB/SC), que é membro da Assembléia de Deus. Ele é um dos acusados no relatório parcial da CPMI das Sanguessugas e também está sob investigação do Ministério Público Federal.
>
> No Senado Federal, o bispo Marcelo Crivella (PRB/RJ), da IURD, continuará sendo o principal interlocutor da bancada evangélica. Derrotado na disputa ao Governo do Rio de Janeiro, Crivella tem mandato até 2011. Outro senador que integra a bancada evangélica é Magno Malta (PL/RJ), membro da Igreja Batista, cujo nome também figura entre os investigados na CPMI das Sanguessugas.
>
> Em levantamento parcial, o DIAP identificou 36 parlamentares integrantes da bancada evangélica: 17 deputados reeleitos, 15 deputados novos e 4 senadores que têm mandato até 2011.[841]

5.5.2 – Auto-avaliações: FPE e GAPE

Na própria Frente Parlamentar Evangélica houve quem opinasse sobre o desempenho dos evangélicos. Um exemplo disto foi a análise feita pelo deputado Walter Pinheiro (PT-BA):

> ... antigamente a "bancada evangélica" era constituída só para barganhar. A Frente avançou, modificou o caráter. Eu não participei da "bancada evangélica", porque discordava exatamente desse mérito... Tenho participado da Frente... Acho que a Frente ainda tem um pouco dessa distorção, mas ela já ampliou bastante, conseguiu [...] entrar nos debates,

[841] DIAP. **Radiografia do novo Congresso**: legislatura 2007-2011. Série Estudos Políticos. Ano IV. Brasília: DIAP, novembro de 2006, p. 33.

> discutir as questões, o posicionamento dos evangélicos em relação a temas como reeleição, [...] biossegurança e tal. Mesmo que aqui ou acolá vincule o tema com aspectos religiosos, mas a bancada tem avançado também do ponto de vista de políticas sociais, ainda que com dificuldades, mas acho que a própria transformação de Frente obriga a que você discuta segmentos. É como você discute informática, como você discute frente de trabalho, como você discute frente em defesa da universidade, é natural que num debate de frente tenda a se subscrever ou se ater a um tema muito correlato com esse segmento. Por isso até eu tenho ficado, eu diria, até mais no conservadorismo. Mas a bancada avançou bastante. Eu acho que a gente tem tido ganhos, a partir de uma nova cultura, de uma nova representação; e a ruptura daquela história de que "bancada evangélica" era contada como quem conta garrafa, para poder barganhar cargos, barganhar posições, aí tentar usar isso na hora de votações. Então aí eu acho que isso é um avanço importante e, principalmente, vários segmentos da bancada têm tido uma participação decisiva na Casa em projetos que não são vinculados às questões religiosas, mas, principalmente, vinculados a políticas públicas e, eu diria, à ação política na sua palavra mais direta. Então, eu acho que nós tivemos um ganho. É preciso ainda ampliar, é preciso é, melhorar bastante, qualificar, e que eu acho que essa Frente trouxe uma novidade, que não é a questão só do segmento, mas a importância do segmento ter capacidade de enxergar o todo da política e atuar inclusive sintonizando as questões do segmento com as questões da sociedade.[842]

Opinião crítica foi apresentada por uma assessora que serviu em gabinetes de deputados pentecostais e atuou, também, no Grupo de Assessoria aos Parlamentares Evangélicos (GAPE). Ao ser perguntada sobre o comportamento e influência dos políticos evangélicos no Congresso, ela respondeu:

> Se eu fosse dar uma nota de um a dez [...] eu daria três, três, considerando resultados, considerando atuação. Mas se eu fosse considerar intenção, eu daria acho que em torno de seis. Só que não é com boa intenção apenas que se faz um bom trabalho parlamentar. Não é movido de grande paixão pelos pecadores que esses homens vão chegar aqui e vão brilhar. Não! Existe dentro dos parlamentares evangélicos muita gente bem intencionada. E rotular todos eles e colocar todos num paredão como corruptos é um pecado, inclusive. Porque há pessoas ali que pensam que estão com a unção de José, vieram ao palácio e se estão no palácio têm que alimentar o seu povo. Há alguns ali que acham que estão com a unção de Daniel. Que são Daniel, que são homens que foram escolhidos, que vão influenciar num reino. Alguns até que se acham Ester, que fora trazida, que era Hadassa, e foi transformada em Ester. Então, há todo esse sentimento aí de querer fazer alguma coisa. De querer fazer a

[842] Entrevista do deputado Walter Pinheiro (PT-BA). Brasília, 17 de junho de 2004.

> obra de Deus. De querer implantar o reino de Deus. Então, se eu for considerar intenção, eu daria seis. Se eu for considerar resultado, eu reafirmo, minha nota seria três.[843]

O presidente da FPE, deputado Adelor, além de avaliar de forma positiva o desempenho da Frente, vislumbrava, em novembro de 2005, a possibilidade do grupo vir a ser ampliado para 90 ou cem deputados, nas duas próximas legislaturas:

> Hoje, no Congresso Nacional nós temos a Frente Parlamentar Evangélica, que tem 63 parlamentares, sendo 60 deputados federais; uma parcela expressiva, não é? Temos uma meta, quem sabe, nós podemos chegar a 90 parlamentares, quem sabe, cem parlamentares nas próximas legislaturas; talvez não nessa, mas na outra. Chegando, assim, mais ou menos dentro do limite do que hoje nós representamos na sociedade. Se na sociedade nós somos em torno de 25 a 30%, eu acho que dentro de mais uma ou duas legislaturas nós podemos alcançar, recuperar esse tempo perdido. Agora, é um crescimento fabuloso, considerando que nós estamos trabalhando nessa questão há mais ou menos 20 anos, apenas.[844]

O parlamentar catarinense avaliou, também, o desempenho eleitoral de sua igreja, a Assembléia de Deus, nas campanhas municipais de 2004. Sobre a atuação da igreja na política e, em particular, acerca do projeto "Cidadania AD Brasil", cujo propósito era eleger pelo menos um vereador em cada município brasileiro, Adelor Vieira respondeu o seguinte:

> Eu acho que [o projeto] deu uma grande contribuição. Eu acho que nós deveríamos aperfeiçoá-lo. Nós deveríamos estar trabalhando um pouco mais esse projeto para que pudéssemos aumentar a nossa representatividade aqui. Eu acho que já teve um avanço grande. A Casa Publicadora [das Assembléias de Deus - CPAD] já fez muito também: hoje nós temos muito acesso através do periódico *Mensageiro da Paz*, do próprio jornal *AD Brasil*, mas dá para fazer mais. Eu acho que nós temos uma estrutura muito grande, nós temos uma Assembléia, no mínimo uma, em cada município do Brasil. Nós temos capacidade de oferecer muito mais ao Governo para contribuir na área da fome, na área da educação, da alfabetização, na área da saúde, nós podemos contribuir muito, nós podemos fazer muito, nós podemos fazer muita coisa. E eu acho que a Assembléia de Deus não está explorando todo esse potencial, principalmente ao que diz respeito à credibilidade que tem a igreja Assembléia de Deus, que não se iguala a nenhuma outra. Nós mantemos ainda, graças a Deus, essa credibilidade que está acima, sem falsa modéstia, de qualquer outra denominação. *(Quantos vereadores foram eleitos, no Brasil?)* Vereadores? Em torno de mil

[843] Entrevista da assessora Mônica. Brasília, setembro de 2006.
[844] Entrevista do deputado Adelor Vieira. Brasília, 22/11/2005.

> vereadores. É expressivo. Em torno de 60 prefeitos. Esses números nós precisamos ainda quantificar mais, trabalhar mais e tal. Mas eu acho que podemos fazer muito mais.[845]

Após essas avaliações e opiniões, segue a conclusão deste capítulo sobre a Frente Parlamentar Evangélica e seus integrantes.

Conclusão

Grupos de interesse que exercem pressão sobre instituições públicas resultam, geralmente, do crescimento que algum segmento da sociedade experimenta e das ameaças que o afligem ou que supõe estejam pairando sobre sua integridade. A "bancada evangélica" no Congresso Constituinte de 1987-88 e as que lhe sucederam nas legislaturas seguintes, até se constituir como Frente Parlamentar Evangélica, nasceram e continuaram devido ao crescimento e demandas específicas do segmento evangélico, principalmente o pentecostal, frente à sociedade e ao Estado que cuida de seu ordenamento institucional.

A FPE tem servido de referência tanto para parlamentares protestantes, pentecostais e neopentecostais, como para outros grupos no Congresso e perante o Governo. Mesmo que alguns parlamentares evangélicos não freqüentem reuniões e cultos dessa Frente, quase todos os que professam essa fé se reconhecem como membros dela e tratam de questões político-religiosas levando em consideração o tipo de assessoria que ela oferece.

A atuação da FPE foi decisiva na alteração da lei do Código Civil para distinguir as igrejas de outras associações, o que sem dúvida reforçou as garantias constitucionais em prol da liberdade de culto. A Frente também atuou nos seguintes temas: estatuto do desarmamento, lei da biossegurança, ensino religioso e teoria criacionista e reforma política. A FPE manifestou apoio ao Estado de Israel, com viagem de alguns membros à chamada Terra Santa, transportando assim para o Congresso uma ideologia de igrejas evangélicas que confundem interesses geopolíticos israelenses contemporâneos com interpretações referentes ao Israel dos tempos bíblicos, como se o Estado judeu atual fosse

[845] Ibidem.

continuidade do antigo, idealizado em profecias e literaturas semelhantes, de interesse do movimento sionista.

Na 52ª legislatura (2003-2007), o grupo de evangélicos foi impactado pelo envolvimento de metade dos membros da FPE no esquema de compras superfaturadas de ambulâncias, a chamada Operação Sanguessuga, e de dois deputados da IURD no escândalo de recebimento de propinas para votar em favor do Governo, a CPMI do "mensalão", sendo que um deles foi considerado inocente. No caso dos sanguessugas, 32 deputados evangélicos foram apontados como envolvidos e apenas três tiveram processos arquivados por insuficiência de provas.

O *ethos* pentecostal não contribui para preparar políticos com uma visão republicana e comprometida com mudanças, visando tornar a sociedade brasileira menos injusta no que concerne aos aspectos de distribuição das riquezas, educação e saúde para todos, superação das disparidades econômicas regionais e outros problemas da mesma importância, cujo enfrentamento poderia ajudar a estabelecer uma efetiva democracia no País.

O mundo pentecostal reforça o autoritarismo, a partir da política praticada internamente pelas igrejas. Várias fontes da Assembléia de Deus consultadas falaram de governo interno arbitrário, prática de salários elevadíssimos para alguns pastores e falta de controle e fiscalização na aplicação do dinheiro doado pelos fiéis. Contudo, a insatisfação dessas fontes indica que já existe resistência ao caudilhismo pentecostal, mesmo que ainda não seja suficiente para promover maiores mudanças. No caso da IURD, o poder centralizado e a característica da organização, como empresa supridora de bens simbólicos para freqüentadores que se satisfazem apenas em consumir o que lhes é oferecido, não indica qualquer iniciativa de formação de grupos para discutir os problemas internos de governo da Igreja. Deste modo, parece mais distante a possibilidade de mudança nesta agência neopentecostal.

A participação de evangélicos no esquema dos sanguessugas, a maioria pertencente às igrejas desta pesquisa, foi bastante ativa e decisiva para o sucesso da máfia. Os deputados Lino Rossi, Nilton Capixaba e Carlos Rodrigues se destacaram como aliciadores de outros parlamentares. Alguns admitiam como "bênção" o esquema lucrativo de desviar

parcelas de recursos públicos em benefício próprio ou de sua igreja. Sabe-se que este esquema foi pequeno em valores desviados, se comparado aos grandes negócios da privatização de concessões de telefonia, distribuição de energia elétrica, recuperação de estradas e outros, praticados pelos “cardeais” do Congresso e outras grandes personalidades da economia e política brasileiras. Todavia, nestes casos, há suspeitas, mas não tem havido denúncias com comprovação suficiente para sensibilizar a sociedade e levá-la a reagir à corrupção praticada em grande escala.

Os parlamentares pentecostais são pressionados por suas bases para canalizarem recursos ou obterem convênios que beneficiem igrejas locais. Ao surgir a oportunidade de atender essas demandas com recursos das emendas orçamentárias e ainda sobrar alguma comissão para si, muitos se revelaram sem integridade, como cumpridores de um mandato parlamentar, indignos de exercerem qualquer função pública. Há evidências de fragilidade estrutural no processo da execução orçamentária e respectiva fiscalização. Contudo, a correção destas falhas não promoverá mudança no caráter das pessoas.

A quantidade de evangélicos envolvidos, principalmente pentecostais, é suficiente para demonstrar que organizações autoritárias sem mecanismos de controle do exercício do poder fomentam o surgimento de lideranças com graves lacunas de caráter, capazes de prejudicar coletividades inteiras. Neste aspecto, a participação pentecostal na política, ao permitir acesso apenas a seus quadros de privilegiados, não pode ser reconhecida como inclusão de um segmento social, mas apenas como reprodução contemporânea da política de currais eleitorais para beneficiar cúpulas de igrejas, estendendo privilégios do ambiente civil da religião para o espaço da política, onde se efetua uma ampliação de poderes dessas oligarquias religiosas, com prejuízos incalculáveis para os fiéis e a sociedade.

A presença pentecostal no Congresso vinha crescendo a cada legislatura e havia expectativa de que continuasse seguindo essa tendência. Todavia, devido à participação de pentecostais no escândalo do mensalão e, principalmente, na máfia dos sanguessugas, houve uma redução significativa da quantidade de deputados eleitos para a 53ª legislatura (2007-2011). Em números aproximados, houve uma queda de 60 para 40 representantes. A Assembléia de Deus reduziu de 23 para 13 deputados, enquanto a Universal encolheu de 16 para seis deputados. É possível que o eleitorado da AD tenha desviado seus votos dos

deputados que buscavam reeleição para candidatos de fora da Igreja, como demonstração de repúdio àqueles que se envolveram em práticas escandalosas, manchando o bom nome da Igreja. No caso da IURD, a situação pode ter sido diferente, embora tenha havido redução, relativamente maior, de sua bancada. A direção da Igreja resolveu trocar os candidatos envolvidos no processo dos "sanguessugas" por candidatos novatos, mas supõe-se que o breve tempo disponível não tenha sido suficiente para divulgar esses novos nomes ao público que constitui seu eleitorado cativo. Contudo, não convém descartar a hipótese, ainda que pouco provável, de que os eleitores da IURD também tenham evitado votar nos candidatos recomendados pela Igreja.

Em toda a história dos pentecostais no Congresso brasileiro o nome mais influente, pela liderança e capacidade de articulação em prol da sua igreja, foi o do ex-bispo Carlos Rodrigues. Este reconhecimento vem de fontes diferentes, como assessores, deputados e do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). Excluindo a senadora Marina Silva, que não faz política como parlamentar orgânica de igreja, o único pentecostal "cabeça" do Congresso na avaliação do DIAP foi o deputado Rodrigues. Isto corrobora a classificação dos pentecostais como participantes do chamado "baixo clero" do parlamento brasileiro. Portanto, no Congresso, os pentecostais e neopentecostais são "cauda" e não "cabeça".[846]

[846] Lideranças pentecostais e neopentecostais adotaram um discurso para justificar e incentivar a participação de suas denominações na política, baseados em Deuteronômio 28: 13, texto este escrito para o Israel antigo: "*O Senhor te porá por cabeça, e não por cauda*; e só estarás em cima, e não debaixo, se obedeceres aos mandamentos do Senhor teu Deus, que hoje te ordeno, para os guardar e cumprir" (grifo acrescentado). Esta idéia parece persistir na cultura dos judeus. A propósito, transcreve-se um ensinamento judaico sobre ingestão de cabeça de carneiro, língua ou peixe com cabeça: "Costuma-se ingerir um destes alimentos para que sejamos cabeça e não cauda: de carneiro, para lembrar o mérito do sacrifício de Yitschac que foi substituído por um carneiro; de peixe, para que o ser humano se multiplique como os peixes. 'Yehi Ratson milefanêcha shenihyê lerosh velô lezanav'. 'Possa ser Tua vontade que sejamos como a cabeça e não como a cauda'." Fonte: http://chabad.org.br/datas/rosh/rosh007.html, acesso em 2/4/2007.

CONCLUSÃO

O foco desta pesquisa foi o modo pentecostal de fazer política à luz dos caracteres da cultura brasileira. Perguntava-se, desde o início do trabalho, se o ingresso dos pentecostais na política, com suas crenças e valores e seu modo de mobilizar multidões para fins religiosos, acrescentaria aportes inovadores ao espaço público ou apenas reproduziria a forma costumeira de fazer política no Brasil. O que foi possível descobrir foram facetas do mundo pentecostal e suas estratégias para estar presente como ator coletivo nas relações com o Estado brasileiro, através de representantes escolhidos pelas comunidades espalhadas em todo o País, aos quais é entregue a missão de defender as idéias do movimento e buscar benefícios para as instituições eclesiásticas.

Nos dois primeiros capítulos procurou-se destacar que a formação social, econômica e política do Brasil, a partir do empreendimento colonial português, introduziu como componentes desta nova nação a exploração e a desigualdade. O poder se concentrou, historicamente, em oligarquias locais, subordinadas à lógica de dominação dos capitais internacionais, europeus até o século XIX, passando para a hegemonia norte-americana no século XX, sob a égide de uma globalização, definida por políticas financeiras e de mercado que suplantam barreiras nacionais. Para assegurar benefícios materiais e privilégios de toda ordem, os controladores do poder desenvolveram práticas de subsunção do espaço público pelo privado, bem como recorreram a instrumentalização das populações mais pobres, manipulando-as como massa informe. Assim se entende porque proliferaram padrões e vícios na cultura política brasileira, tais como: patrimonialismo, populismo, clientelismo, nepotismo, gregarismo e afins. Toda essa obra foi feita com o concurso de instituições e agentes religiosos do catolicismo. No século XIX ingressaram na sociedade brasileira grupos do protestantismo histórico, como presbiterianos, metodistas e batistas, e no início do século seguinte, o movimento pentecostal.

O pentecostalismo inseriu-se nesse contexto, a partir de 1910, como componente bastante identificado com os segmentos populares. Não veio, porém como movimento contestador da ordem constituída. De fato, durante seu desenvolvimento até a institucionalização, o ramo que formou a Assembléia de Deus optou por um modelo autoritário de igreja, no qual o poder foi concentrado na figura do pastor. A Congregação

Cristã no Brasil, que não foi tratada nesta pesquisa, criou uma gerontocracia. Ambas, porém, enfatizaram a dimensão escatológica da fé, afastando os fiéis de qualquer envolvimento com lutas sociais. Esta ênfase do movimento pentecostal consistia na preparação dos crentes para a volta iminente de Jesus Cristo e o desprezo para com as "coisas do mundo". No sentido organizacional, a Assembléia de Deus se estruturou como uma igreja de líderes carismáticos, inicialmente suecos, com passagem pelos Estados Unidos, depois brasileiros, que se espalharam pelo nordeste, sudeste e todas as regiões do Brasil. A dinâmica do movimento pentecostal se deveu a um voluntarismo participativo, no qual o trabalho era socializado, mas as decisões eram impostas de cima para baixo.[847] Esta característica ainda perdura, caracterizando a dominação eclesiástica assembleiana como um poder de pastores-presidente regionais, no comando de um séqüito de auxiliares de confiança.

O ativismo pentecostal adotou parte da tradição protestante do "sacerdócio universal dos crentes", quando manteve aberto a todos o acesso à divindade, ou seja, o livre acesso do crente aos bens espirituais, no espaço do templo e fora dele, sem necessariamente depender de intermediação sacerdotal. Deste modo, verifica-se que o crente pentecostal típico interpreta a Bíblia, profetiza, ora e faz prosélitos, de forma tão desenvolta quanto os próprios pastores. O pentecostal ensina, faz estudos bíblicos, participa de curas divinas e expulsão de demônios,[848] promove correntes de oração, prega, canta e dirige cultos em templos, residências e praças. Já no caso dos neopentecostais, a situação tem outros matizes, pois se nota uma substituição do acesso livre do fiel a experiências com o divino por uma crescente sacerdotalização em que o crente passa a depender cada vez mais da mediação de pastores e obreiros para obter as bênçãos que procura. Contudo as sessões de descarrego, vigílias, cultos de prosperidade, terapias do amor e uma variedade de reuniões oferecidas durante toda a semana nos milhares de templos dessas igrejas são realizadas com entusiasmo e participação. O fato é que tanto o pentecostalismo como o neopentecostalismo promovem participação dos fiéis nos atos religiosos, mas negam a estes o direito de

[847] Sobre este assunto, recomenda-se leitura da dissertação: ALENCAR, Gedeon Freire. **Todo poder aos pastores, todo trabalho ao povo, todo louvor a Deus.** Assembléia de Deus – 1911-46: origem, implantação e militância. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião. Universidade Metodista de São Paulo, 2000.

[848] Em Ciências Sociais não cabe discutir a fé em si mesma e a autenticidade de fenômenos sobrenaturais que constituem conteúdos dessa crença. Compete ao cientista examinar os efeitos que convicções religiosas são capazes de produzir no comportamento social dos crentes, comunidades e sociedades em que vivem.

compartilharem do governo da igreja, por se estruturarem de forma autoritária, através de uma oligarquia de bispos ou pastores que tudo decidem e apenas comunicam aos seguidores aquilo que compete a estes tomar conhecimento para cumprirem, como servos obedientes. No caso tanto da Assembléia de Deus como da Igreja Universal, se pode afirmar que as lideranças assembleianas e iurdianas assimilaram o caudilhismo latino-americano e o coronelismo brasileiro.

Os pastores e bispos são mais caudilhos do que clérigos. Embora muitos, por vocação, exerçam bem a função pastoral, de cuidar e consolar suas ovelhas, o modelo de organização requer que eles se imponham de forma autoritária, o que faz com que a relação entre líder e liderados se caracterize como tutela e dependência, respectivamente. A organização pentecostal assimilou, de fato, o padrão mandonista do chefe político brasileiro. Na Assembléia de Deus a força de presidentes de "ministérios", convenções e distritos impediu o fortalecimento de um centro de poder, mas possibilitou a formação de uma rede gigante de "feudos" com seus suseranos, senhores, vassalos e súditos. Ou seja, o maior grupo pentecostal do Brasil, a Assembléia de Deus, com suas duas convenções nacionais – CGADB e CONAMAD – mas, principalmente a primeira, parece constituir uma grande federação de caudilhos, cujo poder é transferido para filhos, parentes próximos e pastores de confiança, estes, em alguns casos, sem vínculos de parentesco, quando não há vocacionados dentro do clã para manter a sucessão familiar.

Na Igreja Universal, todo o poder emana do bispo Edir Macedo, que constitui a equipe de bispos auxiliares, a seu bel prazer, para governarem o complexo religioso-empresarial-midiático espalhado em dezenas de países. Os freqüentadores da IURD não parecem cogitar de discutir o governo da igreja, visto que não foram registrados sinais de iniciativas com esta finalidade de abrir o governo na dimensão horizontal da base da IURD. Para que alguém entre no circuito fechado da gestão da Igreja, terá que entrar no esquema de recrutamento de obreiros auxiliares, ganhar aos poucos a confiança dos superiores e ascender, fazendo carreira interna como profissional do empreendimento de Edir Macedo, pois fora desta trajetória o freqüentador, mesmo o mais dedicado e assíduo, será apenas um a mais na grande massa de consumidores dos bens simbólicos que a Igreja produz.

Uma organização autoritária que exclui os fiéis de participarem de todas as decisões, embora sejam eles que a sustentam, se não tiver uma estrutura burocrática adequada, com instâncias equilibradas de segregação de funções e instrumentos de controle e fiscalização, torna-se campo propício para o abuso de poder e práticas de corrupção e escândalos. O indivíduo inteligente e capaz, ao participar de uma organização fechada, cujos códigos de comando e conduta são compartilhados por poucos, tende a fazer acordos para benefício de si mesmo e da cúpula à qual pertence. Este tipo de ambiente desenvolve caracteres antidemocráticos e uma cultura contrária ao bem-estar coletivo.

Um exemplo do que foi afirmado encontra-se no ex-bispo Carlos Rodrigues, coordenador da bancada da IURD na Câmara, até 2003, e que foi o maior destaque entre os líderes pentecostais e neopentecostais nas duas últimas legislaturas (51ª e 52ª). Ele era reconhecidamente autoritário e implantou um regime de disciplina e hierarquia na bancada da Igreja Universal, no qual tirou toda a autonomia dos seus pares. Sem precisar fazer referência aos processos de corrupção em que Rodrigues foi citado, basta lembrar o confisco da representação popular que ele fez, ao tolher os liderados, para indicar a deformação do sentido de fazer política que tem vigorado nessa Igreja. Deputados eleitos pelo voto secreto de milhares de eleitores foram transformados em meros despachantes de um poderoso bispo, que era braço direito do chefe da denominação. Pergunta-se: esta Igreja mudará seu modo de fazer política, depois da revelação destes fatos? Pode-se responder que dificilmente haverá essa mudança, pois para que isto acontecesse, teria que ser reformulada a estrutura de comando da Igreja, que hoje concentrada e personalizada no bispo Macedo. A face pública da Universal reflete a natureza de suas relações internas de poder. Até o final desta pesquisa não se observou sinais de abertura nesse sistema de poder da IURD.

As igrejas Assembléia de Deus e Universal do Reino de Deus souberam aproveitar seus modelos autoritários, comentados nesta tese, como instrumento para conquistar votos junto aos fiéis e, conseqüentemente, ocupar cadeiras nos parlamentos brasileiros, a partir dos anos de 1980. O projeto político de ambas perseguiu dois objetivos principais: em primeiro lugar, mobilizar recursos e apoios do poder público em benefício das respectivas denominações religiosas e, em segundo, exercer influência nos parlamentos para que a legislação ali elaborada viesse a expressar propósitos dessas igrejas no que tange à defesa da própria corporação e da família brasileira, segundo suas concepções de moralidade.

Deste modo, essas bancadas pentecostais tem-se posicionado, constantemente, contra a liberação do aborto, união civil de homossexuais e pesquisas com utilização de embriões humanos. Por outro lado, lutaram a favor do desarmamento, inclusão do criacionismo bíblico na educação escolar, e garantia de preservação de suas práticas religiosas.[849] Além de preocupações dessa natureza, não se constatou, durante a pesquisa, interesse da Frente Parlamentar Evangélica na elaboração de um projeto de legislação mais abrangente e transformador para a sociedade brasileira. Diante disto, pode-se afirmar a respeito dessas lideranças da Assembléia de Deus e Igreja Universal que elas têm fomentado um movimento com ênfase em comportamentos e não em princípios.

Na condição de movimento de massas, o pentecostalismo tem dado mais ênfase a regras do que a princípios. O moralismo pentecostal é reconhecidamente forte, mas a fundamentação ética dos costumes que ele prega é fraca. Para as oligarquias que comandam o movimento pentecostal é mais cômodo alimentar esse modelo baseado em receitas de comportamento do que promover uma educação libertadora. Regras são exteriorizadas e enunciadas de forma objetiva, mas não têm inspiração em conteúdos éticos que dêem sentido profundo para a vida. A política pentecostal pode ser exemplificada como segue: para um seguidor de regras, é pecado fumar e consumir bebida alcoólica, mas não é pecado legislar em favor de banqueiros, como ocorre no Brasil, e sonegar recursos para alimentação, moradia e saúde, que supririam multidões de necessitados. No sentido ético, participar de um esquema de corrupção não é tão condenável, desde que beneficie a igreja com ambulâncias ou concessões de rádio, por exemplo, porque isto amplia sua capacidade de "ganhar almas para Cristo".

A fraqueza ética da política pentecostal se manifesta, também, na forma como utiliza eventos religiosos para fins eleitorais, como *shows gospel*, concentrações evangelísticas em estádios e ginásios, "marchas para Jesus", além do uso do púlpito para convencer os fiéis a votarem no "candidato oficial", embora, neste caso, já exista proibição do Conselho Político Nacional da Assembléia de Deus (CGADB), até porque tal prática

[849] Sobre liberdade de culto e práticas pentecostais, tem havido dificuldade, em alguns municípios, para igrejas com poucos recursos materiais obterem licenças de construção e adaptação de templos, face exigências contidas em códigos de edificações específicas de cada localidade. Quanto a práticas de culto, alguns grupos pentecostais se sentem reprimidos devido a exigências legais que estabelecem limite no nível de emissão de sons, em determinados horários. Conforme observou a deputada Zelinda Novaes, as autoridades costumam ser mais tolerantes com escolas de samba e blocos carnavalescos do que com igrejas, embora estas sejam mais ordeiras em suas reuniões.

provoca rejeição ao candidato, por parte de fiéis que fazem questão de distinguir entre espaço sagrado e espaço profano, como lhes havia sido ensinado pela própria denominação, em passado recente, como até 20 ou 30 anos atrás.

O ativismo pentecostal não desenvolve consciências críticas. A atuação do crente na igreja prepara-o para dirigir reuniões, falar em público, cantar, organizar eventos, e coisas similares, mas não o prepara para exercitar um pensamento questionador, ou discernir as ideologias que fundamentam grupos econômicos e partidos, para garantir a consecução de seus interesses pela sociedade.

Em pesquisa realizada no início dos anos de 1960, Emílio Willems ouviu pastores presbiterianos acerca do desempenho de políticos evangélicos. As respostas revelaram ausência de crítica e até uma visão ufanista e triunfalista sobre o comportamento desses protestantes nos parlamentos. Mesmo que não se registrasse, na época, fatos desabonadores contra aqueles políticos, era injustificável tanto entusiasmo, face os poucos resultados de sua atuação, diante dos problemas sociais que, em geral, eles não tratavam como prioridade. De fato, a ideologia da superioridade moral do evangélico na política persistiu nas décadas seguintes e se expressou no ambiente pentecostal, em que pese freqüentes envolvimentos desses parlamentares em processos de corrupção. A mesma concepção deturpada da realidade serviu para fomentar, dentro e fora do Brasil, a idéia de que é possível salvar uma nação, desde que se constitua um messias evangélico para governá-la, apoiado por parlamentares também evangélicos. Deste modo, tem-se observado que boa parte dos líderes pentecostais busca um “salvador da pátria” e se sente satisfeita em ser cooptada por essa figura carismática.

A política recente da América Latina registra pentecostais nas fileiras dos simpatizantes e seguidores de Augusto Pinochet, no Chile; Alberto Fujimori, no Peru; Rios Montt e Jorge Serrano, na Guatemala, e Fernando Collor, no Brasil. O pentecostalismo tem atração por regimes autoritários, devido a afinidades entre estes e suas estruturas de organização eclesiástica. De fato, há componentes culturais comuns entre a tradição de caudilhos, coronéis e chefes políticos latino-americanos e tradicionais pastores-presidentes das igrejas pesquisadas.

Ainda relacionado à formulação messiânica como solução para os males da sociedade brasileira, constatou-se um distanciamento dos pentecostais da tradição protestante radical, leia-se, sobretudo, batista, quanto ao princípio de separação entre Igreja e Estado, associado a uma idéia de que os evangélicos podem trazer a solução para os problemas do Brasil, desde que se eleja um presidente que professe a fé evangélica. Portanto, neste sentido lideranças pentecostais alimentam certo constantinismo.

As denominações pentecostais e neopentecostais sonham com a possibilidade de elegerem um presidente evangélico para o Brasil. Em 2002, a Assembléia de Deus apoiou Anthony Garotinho no primeiro turno. Durante as campanhas municipais de 2004, Garotinho acompanhou os fóruns de preparação dos candidatos da AD, fez doações para viabilizar esses eventos, marcou presença em alguns e deixou evidente que suas ações eram parte de uma preparação bem antecipada para se lançar candidato à presidência em 2006, o que de fato não se concretizou por motivos alheios à sua vontade, como a imposição de obstáculos contra sua candidatura dentro do seu próprio partido, o PMDB, os quais ele não conseguiu superar.

A tentação constantiniana dos pentecostais se concretizou na Guatemala, com as ditaduras de Rios Montt e Jorge Serrano. Essas experiências serviram de péssimos exemplos aos que acompanham a política na América Latina, mas não foram suficientes para eliminar o sonho dos pentecostais brasileiros, que, em geral, desconhecem a história dos ditadores guatemaltecos. A possibilidade de eleger um evangélico à presidência do Brasil é algo, porém, que parece estar cada vez mais distante.

Passada a época dos governos militares, os pentecostais se adaptaram à nova ordem da democratização e rapidamente encontraram um nicho de participação no sistema democrático. Quando assim o fizeram foi com muito sucesso, pois no caso brasileiro vigorou a disciplina de “curral eleitoral”, imposta nas igrejas pesquisadas e em outras, como a Igreja do Evangelho Quadrangular e Assembléia de Deus Madureira, para garantir a eleição dos “candidatos oficiais”, embora se deva relativizar esta observação, haja vista o caso da última eleição, em 2006. Após os escândalos do “mensalão” e dos “sanguessugas”, os membros da Assembléia de Deus da Missão e os fiéis da Igreja Universal reagiram contra os corruptos, diminuindo a votação para “candidatos oficiais” de suas denominações.

As posições políticas dos pentecostais e neopentecostais são bastante maleáveis. A Igreja Universal demonizava Lula em 1989, mas foi decisiva com seu apoio para eleger o mesmo Lula em 2002. Pode-se afirmar que mudou o modo de se comportar do candidato petista nesse interregno, mas, sem dúvida, a cúpula da Universal alterou radicalmente seu discurso durante o período. Os parlamentares da Assembléia de Deus têm-se distribuído entre oposição e governo. Aliás, o mesmo ocorre com a IURD. E o fato se dá, em ambas, por conveniência das igrejas e seus políticos, em face de arranjos que conjugam conjunturas regionais e nacional. As bancadas dessas igrejas se posicionam em função de circunstâncias e acordos, os quais passam também pelas instâncias dos partidos onde seus representantes se congregam.

Outra constatação que resultou da pesquisa foi a da crescente disputa dos atores coletivos, no campo religioso, em busca de reconhecimento e, no campo político, à procura de mais recursos para fortalecerem suas denominações. Essas disputas constituem parte da construção de identidades coletivas, na qual a tradição é inventada e a história é revista, segundo versões oficiais de cada grupo. A afirmação da identidade implica criação e nomeação de inimigos. Daí poder-se afirmar que o comando do movimento pentecostal tem necessidade de nomear inimigos.

Tendo superado o estágio de seita e constituído suas igrejas e denominações, o movimento pentecostal renova sua motivação e acumula energias com a afirmação de identidade, através da nomeação de inimigos históricos, sempre atualizados conforme a necessidade. O catolicismo é um desses inimigos tradicionais, sempre reativados pelo movimento. Para afirmar-se numa sociedade católica, os pentecostais têm buscado a aprovação de títulos honoríficos, em favor de pastores com certo destaque local ou regional. Além disto; já conseguiram implantar praças da Bíblia em diversas cidades, aprovar datas comemorativas como Dia do Pastor, Dia do Diácono, Dia da Reforma (Protestante) e assemelhados, em muitos municípios brasileiros.

Antes da derrocada do “socialismo real”, evidenciada na dissolução da União Soviética e queda do muro de Berlim, ao final dos anos de 1980, os pentecostais eram sectariamente anticomunistas. Diante do fracasso desses regimes na Europa e das vitórias de presidentes de centro-esquerda no Brasil e América Latina, houve uma perda de ênfase

no discurso anticomunista, mas a idéia de que o comunismo é um arquiinimigo em estado latente que ainda pode voltar não desapareceu de todo. Daí a distância que pentecostais e neopentecostais continuam mantendo com relação aos movimentos populares, pois vêem resquícios de comunismo nessas formas de organização das lutas sociais.

No mesmo sentido se inclui, também, a falta de enfrentamento das questões sociais e a espiritualização ideológica dos problemas da sociedade, remetendo-os ao mundo das causas sobrenaturais. Através deste artifício, as igrejas e seus representantes excluem de suas agendas políticas ou tratam de forma equivocada o problema das desigualdades econômicas, sociais e regionais, que afligem a sociedade brasileira.

Foi examinada na pesquisa a atuação do Estado brasileiro, desde a passagem de uma república de oligarquias rurais para uma república de capitães de indústria e seus desdobramentos posteriores. A Assembléia de Deus nasceu na República Velha e assimilou práticas de mandonismo dos coronéis e caudilhos, de modo que ainda mantém, na atualidade, chefes regionais que seguem esse padrão autoritário. A Igreja Universal, de origem mais recente, nascida durante o regime militar (1964-85), organizou-se em contexto da globalização financeira e de mercados, no qual se instituiu como empresa ágil sob um forte comando centralizado.

A ideologia pentecostal da Assembléia de Deus contribuiu para o absenteísmo social e político até os anos de 1980, mas a dimensão autoritária e anticomunista da mesma ideologia facilitou uma opção de suas autoridades da Igreja em prol do regime militar.

Ao ingressarem de forma corporativa na política tanto a Assembléia de Deus como a Igreja Universal adotaram o comportamento populista de manobrar fiéis para obterem ganhos eleitorais, segundo objetivos determinados pelas cúpulas das respectivas igrejas. A presença dessas corporações religiosas no espaço público tem repetido vícios da cultura brasileira, no modo populista, clientelista, patrimonialista e nepotista de fazer política. Esse conjunto de observações foi resumido no quadro seguinte, que mostra o que aconteceu de 1964 até 2006, nos subcampos pentecostal e neopentecostal, em relação com a política, e as reações protestantes face a emergência desses novos atores sociais.

Tabela 5 – Transformações nos subcampos pentecostal e neopentecostal e emergência dos seus agentes no campo político (1964-2006)

Anos de 1960	Anos de 1970 até 1985	De 1986 a 2006
Igrejas pentecostais e protestantes alarmadas com as mobilizações populares fazem vigílias de oração e sermões pela Pátria.	Igrejas pentecostais convivem de forma tranqüila com a ditadura militar.	O movimento pentecostal e neopentecostal (MPN) se adapta ao processo de democratização e busca reconhecimento no espaço público.
Dirigentes pentecostais professam o anticomunismo em contexto de delação (*) e definem o catolicismo como heresia ou falso cristianismo.	O MPN mantém o anticomunismo como parte da definição de identidade e assume o antipetismo, por identificar esse partido (o PT) como agente do comunismo. O MPN persiste na identificação do catolicismo como inimigo.	Verifica-se um arrefecimento do anticomunismo e antipetismo, no MPN, mas persiste o anticatolicismo.
Líderes pentecostais são cooptados pelo regime militar. Algumas lideranças cursaram a Escola Superior de Guerra.	Algumas lideranças pentecostais transformam suas igrejas em curral eleitoral de candidatos do regime militar.	Lideranças pentecostais e neopentecostais investem o capital religioso de suas denominações em candidatos próprios. Cria-se a figura do "candidato oficial" dessas igrejas. Igrejas e políticos pentecostais e neopentecostais revelam pragmatismo político, em alianças casuísticas com governos estaduais e federal.
Os pentecostais são sistematicamente marginalizados pelos protestantes históricos	Neste período, surgem e se desenvolvem movimentos neopentecostais. Estes declaram guerra espiritual contra religiões afrobrasileiras e atacam a Igreja Católica por causa do uso de imagens (ícones dos santos). Também adotam a **teologia da prosperidade** e a **batalha espiritual,** com suas respectivas promessas de felicidade imediata e retiradas de encosto, descarregos e correlatos.	No neopentecostalismo, continua a guerra espiritual expressa na agressividade contra religiões afrobrasileiras e contra as imagens do panteão católico. Continua a pregação da **teologia da prosperidade** e os exorcismos, sendo estes realizados como performances teatrais.
Neste período, os pentecostais ainda eram pouco representativos no conjunto dos evangélicos.	Pentecostais e neopentecostais experimentam grande expansão material e promovem manifestações de ufanismo e triunfalismo, durante o período. O crescimento do MPN torna-se preocupação para os protestantes históricos. Ocorrem dissidências em denominações protestantes e partes delas se pentecostalizam.	Pentecostais e neopentecostais obtêm concessões públicas de rádio e televisão. Igrejas neopentecostais fazem ampla utilização da mídia para conquistar adeptos. Igrejas protestantes tentam imitar o estilo neopentecostal em suas práticas e celebrações. A música *gospel* invade as liturgias dessas igrejas.

(*) Houve líderes protestantes no período militar (1964-85) que delataram seus parceiros, principalmente na Igreja Presbiteriana do Brasil. (Cf. CAMPOS, 2002, p. 83-140).

O ingresso dos pentecostais e neopentecostais na política brasileira indica ampliação do processo democrático, apesar dos limites e vícios de suas práticas, apresentados na pesquisa e nestas considerações conclusivas. Suas lideranças têm enorme capacidade

mobilizadora, sabem negociar e fazer o jogo da pressão nos espaços dos poderes legislativos e executivos.

No conjunto, os parlamentares pentecostais e neopentecostais no Congresso Nacional têm escolaridade um pouco abaixo da média dos seus pares. Essa presença de atores com nível de escolaridade abaixo da média geral do grupo, no principal espaço de elaboração das leis do País, revela que as igrejas pentecostais e neopentecostais, ao participarem da esfera pública, estão contribuindo para que as "casas do povo" promovam inclusão de segmentos menos favorecidos da população no sistema representativo da política brasileira.

A presença pentecostal também tem contribuído para inflamar debates sobre políticas de costumes, novas composições familiares, reconhecimento de identidades coletivas emergentes, ampliação de direitos básicos em áreas como educação, saúde, e outras igualmente importantes para repensar e redefinir o sentido de nação, em meio a tantas injustiças. Uma sociedade controlada historicamente por grupos privilegiados não está preparada para lidar com pessoas tão diferentes, que alçaram os parlamentos e agora interpelam o caráter restritivo estabelecido nos espaços de poder da sociedade brasileira. Esta é uma contribuição nova que se verifica com a presença de novos atores coletivos no Congresso Nacional, não só pentecostais e neopentecostais, mas também sindicalistas e representantes de outros movimentos populares.

O ingresso das igrejas pentecostais e neopentecostais na política, através de "candidatos oficiais", exigiu a criação de dinâmicas no interior de suas denominações, para escolha de representantes, e condicionou o calendário religioso ao calendário eleitoral. Adicionalmente, essa nova atuação pública tem exigido que lideranças de igrejas e de partidos dialoguem e tomem decisões conjuntas, a fim de obterem ganhos mútuos nas disputas pelas diversas fatias de poder.

O carisma das igrejas desta pesquisa, reconhecido por membros e freqüentadores, tem garantido a realização de campanhas eleitorais com baixos custos financeiros para os padrões do setor no Brasil. Todavia, esse mesmo carisma não tem sido usado para promover uma educação cívica que exalte a liberdade do cidadão, o compromisso com a

democracia e o respeito aos valores republicanos, até porque a retórica religiosa tem sido direcionada para absolutizar o discurso de cada igreja, que se comporta como sendo "a melhor agência do evangelho", "a mais fiel intérprete da verdade", ainda que não adote esses enunciados de modo explícito.

Ainda com relação aos partidos, a pesquisa indicou que as igrejas agem em duas direções, procurando tirar proveito das circunstâncias: por um lado, distribuem seus candidatos em algumas legendas, a fim de ampliarem suas chances de vitória e formarem uma rede ampliada de influência nos legislativos; por outro, selecionam legendas pequenas, em que possam exercer efetivo controle, havendo casos em que conseguiram conquistar cargos-chave de diretórios regionais e até do nacional.

A pesquisa revelou, também, que os parlamentares pentecostais somente conseguem compor o chamado "baixo clero" do Congresso Nacional, o que já era previsível, porque eles não provêm de famílias "tradicionais", não estão ligados aos grandes grupos que controlam a economia, nem são veteranos nos meandros da política nacional. A condição de "baixo clero" coloca-os mais vulneráveis à cooptação pelas forças da situação, porque estas controlam os recursos e cargos da máquina burocrática do País, mas também coloca-os como alvo de assédio da oposição, que conta com essa mesma massa de parlamentares para enfrentar o governo.

As igrejas da pesquisa não apresentaram afinidades com partidos de disciplina interna mais rigorosa, principalmente as agremiações consideradas de esquerda. Estes partidos, além de primarem por uma razoável disciplina, têm reconhecida atuação nos movimentos sociais. As lideranças pentecostais defrontam-se com enormes dificuldades para apoiarem greves e outras manifestações populares, de caráter contestatório, além de não poderem controlar esses partidos, como eventualmente têm conseguido fazer com legendas sem ênfase em princípios doutrinários. O espectro do comunismo ainda paira no imaginário de algumas lideranças pentecostais.

A migração partidária e o envolvimento da maioria dos parlamentares pentecostais em esquemas de corrupção, constatada na 52ª legislatura, indicam que esses políticos são tão vulneráveis, ou até mais, do que seus colegas de outras religiões ou sem-religião, que

compõem igualmente o chamado "baixo clero". Um dos motivos para esta vulnerabilidade é o assédio de alguns pastores e suas comunidades por recursos e cargos, conforme relato de entrevistados, o que comprova a carência de educação republicana nas igrejas pesquisadas.

A legislatura de 2003-2007 registrou a constituição da Frente Parlamentar Evangélica logo no primeiro ano. Para que isto acontecesse, já vinha amadurecendo uma discussão entre parlamentares evangélicos sobre a melhor forma de se organizarem no Congresso, mas também contribuíram outros fatores, tais como:

- Esses políticos se encontravam com freqüência e participavam juntos dos cultos semanais, realizados no espaço da Câmara de Deputados, o que foi promovendo um sentimento de unidade entre os membros do grupo;
- Eles também se reuniam para discutir matérias legislativas de interesse comum;
- A maioria desses parlamentares pertencia à maioria menos influente do Congresso, identificada como o "baixo clero" da Instituição.

Embora o Congresso registrasse na 52ª legislatura cerca de 113 frentes parlamentares (v. anexo respectivo), a FPE adquiriu mais visibilidade do que a maioria das outras frentes por sua atuação e pelo interesse de outros grupos políticos em observarem seu desempenho. Os evangélicos se autodenominam diferentes e são considerados assim por observadores externos, independentemente de possíveis juízos de valor.

A citação de membros da Frente Parlamentar Evangélica em esquemas de corrupção abalou a imagem do grupo dentro do Congresso, junto às comunidades religiosas e perante a nação brasileira. A queda de votação sofrida pela maioria dos candidatos à reeleição pode ser tomada como um indicador desse abalo de imagem.[850]

A atuação política de parlamentares pentecostais e neopentecostais, da Assembléia de Deus e Igreja Universal, respectivamente, foi marcada pelas características já examinadas em destaque nesta conclusão. Não obstante, no processo democrático que se

[850] Sobre as votações obtidas em 2002 e 2006 por candidatos a deputado federal das Assembléias de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus, conferir anexo específico.

desenrola no País, a presença desses novos atores sinaliza contribuições para a sociedade, as quais são destacadas ou reiteradas nos pontos abaixo:

1º) O conteúdo religioso do movimento pentecostal confere esperança e novo sentido de vida para milhões de brasileiros.

2º) A capacidade de mobilizar pessoas semanalmente e até diversas vezes por semana cria um sentido de solidariedade e compromisso nessas comunidades religiosas, pouco encontrado em outras organizações sociais.

3º) A entrada dessas comunidades na política significou inclusão de parcelas da população outrora marginalizadas dos processos de decisão do País, ainda que se reconheça que a estrutura hierárquica das igrejas enfraquece o significado dessa participação, pois os representantes eleitos pertencem a oligarquias religiosas e tratam de fortalecer suas posições com os novos recursos mobilizados, através da política.

4º) Os pentecostais, assim como os sindicalistas, ingressaram no Congresso provocando dois fatos: redução, ainda que pequena, da presença dos capitalistas, e diminuição tímida, mas real, do caráter elitista das "Casas do Povo". Sabe-se que as conseqüências dessa composição "mais popular" do Parlamento são de pouca monta, porque os burgueses costumam delegar a representação política, cooptando parlamentares de outras classes, através de financiamento de campanhas, negociação de cargos públicos e outras medidas aliciadoras.

5º) A presença dos pentecostais tem revelado aos demais parlamentares e à sociedade, outras faces do Brasil: a das chamadas "religiões do Espírito", com ênfase em curas divinas, línguas estranhas, prosperidade e batalhas contra demônios. Ou seja, uma visão de mundo oposta à mentalidade "esclarecida" dos mais elevados na pirâmide social, que propagam "idéias fora do lugar", porque se mantêm de costas para esses brasis da luta cotidiana pela sobrevivência, os quais se reproduzem sem acesso aos bens da cultura erudita e geram suas identidades nas escolas da bricolagem social e da sabedoria popular.

6º) Os pentecostais estão aprendendo a prática da convivência democrática e, junto com ela, as velhas manhas e artimanhas dos grupos que se engalfinham no Congresso, um

microcosmo imperfeito e muito limitado da própria sociedade, mesmo admitindo que haja representatividade em sua composição, coisa bastante discutível. Os políticos pentecostais não são melhores nem piores do que seus pares. Eles são semelhantes aos parlamentares de outras religiões e aos sem religião. Os pentecostais têm atuado dentro de um Estado de direito e procuram respeitar as regras do jogo democrático. Nos episódios em que tentaram fraudar os cofres públicos, foram devidamente denunciados e indiciados, da mesma maneira como ocorreu com outros atores que cultivavam imagens também moralistas, como era o caso de integrantes da bancada do Partido dos Trabalhadores, arrolados no esquema do "mensalão". Espera-se que o desenrolar dos processos disciplinares a que eles respondem possa trazer como resultado a inibição de práticas corruptas ou, na melhor hipótese, a depuração dos quadros políticos das igrejas e partidos envolvidos. Como efeito imediato, pôde-se observar que as bancadas da Assembléia de Deus e da Universal do Reino de Deus, eleitas para 2007-2011, diminuíram para menos da metade do contingente que possuíam na 52ª legislatura.

Como última observação, pode-se afirmar que a democracia brasileira avança timidamente, porém amplia suas bases, e os pentecostais e neopentecostais, que participam destas bases, estão aprendendo mais com os próprios erros do que com eventuais acertos. As igrejas do movimento pentecostal e neopentecostal também são participantes ativas neste aprendizado. Quem sabe, em futuro não muito distante, seus membros poderão repensar e repudiar os modelos oligárquicos e absolutistas de funcionamento de suas organizações. A sociedade política também está aprendendo a acolher novos atores, respeitá-los e, pelo menos, discutir políticas de reconhecimento para executar ações afirmativas em favor de grupos que tiveram perdas ao longo da história de injustiças que tem marcado esta Nação. Isto representa pouco, mas já é um passo importante, enquanto a sociedade não conseguir superar o modelo de "democracia" vigente, que conserva privilégios para poucos e exclui de direitos básicos a maioria da população brasileira.

REFERÊNCIAS

A VOZ PROFÉTICA NA POLÍTICA. Órgão de divulgação do mandato do deputado estadual Édino Fonseca (PSC-RJ). Rio de Janeiro: Assembléia Legislativa, Ano 1, jun. 2004.

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **O sindicalismo rural em Pernambuco**. http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_pernambuco_01.pdf. Acesso em 20/01/2007.

AÇÃO PARLAMENTAR. Revista do gabinete do Dep. Adelor Vieira. Brasília: Câmara dos Deputados, 2005.

ALENCAR, Francisco; RAMALHO, Lúcia Carpi; RIBEIRO, Marcus Venício Toledo. **História da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

ALENCAR, Gedeon Freire. **Todo poder aos pastores, todo trabalho ao povo, todo louvor a Deus.** Assembléia de Deus – 1911-46: origem, implantação e militância. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião. Universidade Metodista de São Paulo, 2000.

ALMEIDA, Antônio Batista de. **80 anos construindo para a glória de Deus**. Belém, <s. n.>, ca 1981.

ALVES, Rubem. **Protestantismo e repressão**. São Paulo: Ática, 1979.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Lisboa: Edições 70, 2005.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1989.

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (orgs.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Unesp, 2004.

AZEVEDO, Fernando. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

AZEVEDO, Thales de. Catolicismo no Brasil. **Revista Vozes**, Petrópolis, ano 63, n.2, fev. 1969.

BANDEIRA, Moniz**. O governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil (1961-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. **Fundamentalismo como ideologia**: a Igreja Batista Regular no Brasil. Trabalho de conclusão de curso. Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais – Universidade Federal do Pará, Belém, 2000, 136 p

BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. **"Fora do mundo", dentro da política:** Identidade e "missão parlamentar" da Assembléia de Deus em Belém. Dissertação de Mestrado em Sociologia – Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

BAQUERO, Marcello (org.). **Reinventando a sociedade na América Latina**: cultura política, gênero, exclusão e capital social. Porto Alegre/Brasília: UFRGS/Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), 2001.

BARBOSA, Lívia. **O jeitinho brasileiro** – A arte de ser mais igual que os outros. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BARBOSA, Maria Lúcia Victor. **O voto da pobreza e a pobreza do voto**: a ética da malandragem. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BELLAH, R. Civil religion in America, DAEDALUS 96, winter 1967. _____. et al. **Habits of heart**. Individualism and commitment in American life. Berkeley: University of California Press, 1985.

BERGER, Peter. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. S. Paulo: Paulinas, 1985.

BETTO, Frei. **A mosca azul**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BÍBLIA SAGRADA com anotações do Dr. Scofield. São Paulo: Imprensa Batista Regular, 1983.

BÍBLIA SAGRADA. THE SCOFIELD REFERENCE BIBLE. New York: Oxford University Press, 1945.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969. Edição revista e atualizada no Brasil.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. S. Paulo: Perspectiva, 1982.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**: os pólos da prática metodológica. Tradução de Ruth Joffily. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

BURITY, Joanildo A. (org.). **Cultura e identidade**: perspectivas interdisciplinares. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 187 p.

BURITY, Joanildo A. **Identidade e política no campo religioso**: estudos sobre cultura, pluralismo e o novo ativismo eclesial. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997.

BURITY, Joanildo A. Religião,voto e instituições políticas: notas sobre os evangélicos nas eleições 2002. In: _____, MACHADO, Maria das Dores C. (org.). **Os votos de Deus**:

evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006, p. 173-4.

BURITY, Joanildo A.; MACHADO, Maria das Dores C. (org.). **Os votos de Deus**: evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.

CAMPOS, Leonildo Silveira. De "políticos evangélicos" a "políticos de Cristo": la trayectoria de las acciones y mentalidad política de los evangélicos brasileños en el paso del siglo XX al siglo XXI. In: **Ciencias Sociales y Religión.** Porto Alegre, n. 7, p.157-86, set. 2005.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Os *políticos de Cristo* – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: BURITY, Joanildo A.; MACHADO, Maria das Dores C. (org.). **Os votos de Deus**: evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006, p. 29-89.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Protestantes na primeira fase do regime militar brasileiro – atos e retórica da Igreja Presbiteriana Independente (1964-1969). **Estudos de Religião**, São Bernardo do Campo (SP), Ano XVI, n. 23, p. 83-140, jul./dez. 2002.

CAMPOS, Leonildo Silveira. **Teatro, templo e mercado:** organização e marketing de um empreendimento neopentecostal. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Simpósio e Umesp, 1997.

CAMPOS, Leonildo Silveira; GUTIÉRREZ, Benjamin F. **Na força do Espírito: os pentecostais na América Latina**: um desafio às igrejas históricas. São Paulo: AIPRAL/ Pendão Real, 1996.

CARDOSO, Fernando Henrique. Entrevista concedida a Cristovam Buarque. Disponível em http://www.cebela.org.br/imagens/Materia/195-216%20entrevista%20fhc.pdf, acesso em 15/08/2006.

CARONE, Edgar. **O tenentismo**. São Paulo: Difel, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004-a.

CARVALHO, José Murilo de. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (orgs.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Unesp, 2004-b.

CAVALCANTI, Robinson. **Cristianismo e política**: teoria bíblica e prática histórica. São Paulo: Nascente, 1985.

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina**: velhos e novos paradigmas. Brasília: Instituto de Relações Internacionais (IBRI), Universidade de Brasília, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil** – Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência** – Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CHESNUT, R. Andrew. **Born again in Brazil**: the pentecostal boom and the pathogens of poverty. New Jersey: Rutgers University Press, 1997.

CHILCOTE, Ronald H. **Teorias de política comparativa**: a busca de um paradigma reconsiderado. Petrópolis: Vozes, 1997.

CONGRESSO NACIONAL. Relatório dos trabalhos da CPMI "das Ambulâncias". Brasília, agosto, 2006.

CONSORTE, Josildeth Gomes. Mentalidade messiânica. In: _____ et al. **A vida em meio à morte em um país do terceiro mundo**. São Paulo: Paulinas; São Bernardo do Campo: IMS, 1983.

CORTEN, André. **Os pobres e o Espírito Santo:** o pentecostalismo no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1996.

COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília**: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

CRABTREE, A. R. **História dos baptistas do Brasil até o anno de 1906**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Baptista, 1937.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1936.

D'EPINAY, Christian Lalive. **O refúgio das massas:** estudo sociológico do protestantismo chileno. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti; DA VIÁ, Sarah Chucid. **Pesquisa empírica em ciências humanas**: com ênfase em comunicação. São Paulo: Futura, 2001.

DESROCHE, Henri. **Dicionário de messianismos e milenarismos**. São Bernardo do Campo: Umesp, 2000.

DEUTSCH, Karl. **Análise das relações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982

DI LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi. **O gattopardo**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

DI LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi**. O leopardo**. Barcarena, Portugal: Presença, 1997.

DI LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi. **O leopardo**. São Paulo: DIFEL, 1960.

DIAP. **"Prefeitáveis" 2000**: radiografia dos deputados e senadores candidatos. Série Estudos Políticos. Ano I. Brasília: DIAP, 2000.

DIAP. **Os "Cabeças" do Congresso Nacional**: pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes. Ano XIII. Brasília: DIAP, 2006.

DIAP. **Os "Cabeças" do Congresso Nacional**: pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes. Ano X. Brasília: DIAP, 2003.

DIAP. **Os "Cabeças" do Congresso Nacional**: pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes. Ano IX. Brasília: DIAP, 2002.

DIAP. **Perfil, propostas e perspectivas do governo Lula**. Série Estudos Políticos. Ano III. Brasília: DIAP, fevereiro de 2003.

DIAP. **Radiografia do novo Congresso**: legislatura 2007-2011. Série Estudos Políticos. Ano IV. Brasília: DIAP, novembro de 2006.

DOWSE, Robert E.; HUGHES, John A. **Sociologia política**. Madrid: Alianza Editorial, 1975.

DREHER, Martim N. (org). **500 anos de Brasil e igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST/Cehila, 2002.

DREHER, Martin. **Igreja e germanidade**. São Leopoldo: Sinodal, 1984.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUVERGER, Maurice. **Sociologia política**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FERNANDES, Rubem Cesar (coord.) et alli. **Novo nascimento:** os evangélicos em casa, na igreja e na política. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

FONSECA, Alexandre Brasil Carvalho da. **Secularização, pluralismo religioso e democracia no Brasil**: um estudo sobre evangélicos na política nos anos 90. Tese de doutorado em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002.

FONSECA, Alexandre Brasil. A maior bancada evangélica. **Tempo e Presença**, revista de Koinonia. Rio de Janeiro, nº 302, v. 20, nov-dez/1998.

FONSECA, Alexandre Brasil. Disponível em mepconsultores@grupos.com.br, 19/07/2006.

FONSECA, Alexandre Brasil. Disponível em mepconsultores@grupos.com.br, 30/08/2006.

FONSECA, Alexandre Brasil. **Evangélicos e mídia no Brasil**. Bragança Paulista: Edusf; Curitiba: Ifan, 2003.

FORJAZ, Maria Cecília S. **Tenentismo e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FOUCAULT, Michel et al. **Estruturalismo**: antologia de textos teóricos. Lisboa: Portugália; Martins, 1965.

FREIXO, Adriano de; MUNTEAL Filho, Oswaldo (org.). **A ditadura em debate:** estado e sociedade nos anos do autoritarismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. **Revista da Frente Parlamentar Evangélica**. Brasília: Câmara dos Deputados, ano 1, nº 1, nov. 2004.

FRESTON, Paul. Entre o pentecostalismo e o declínio do denominacionalismo: o futuro das igrejas históricas no Brasil. In: CAMPOS, Leonildo Silveira; GUTIÉRREZ, Benjamin F. (org.). **Na força do Espírito: os pentecostais na América Latina**: um desafio às igrejas históricas. São Paulo: AIPRAL/ Pendão Real, 1996.

FRESTON, Paul. **Evangelicals and Politics in Asia, Africa and America Latina**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2001.

FRESTON, Paul**.** Evangélicos na política brasileira. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro: ISER, nº 16/1-2, 1992.

FRESTON, Paul. **Evangélicos na política brasileira**: história ambígua e desafio ético. Curitiba: Encontrão, 1994.

FRESTON, Paul. **Fé bíblica e crise brasileira**. São Paulo: ABU, 1992.

FRESTON, Paul.**Protestantes e política no Brasil**: da Constituinte ao *impeachment*. Tese de doutorado em Sociologia. Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

FREUD, Sigmund. **Totem e tabu**: alguns pontos de concordância entre a vida mental dos selvagens e dos neuróticos. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FRIDMAN, Luiz Carlos (org.). **Política e cultura**: século XXI. Rio de Janeiro: Relume Dumará; ALERJ, 2002.

FURTADO, Celso. **A Operação Nordeste**. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

GALLINO, Luciano (dir.). **Dicionário de sociologia**. São Paulo: Paulus, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Robson Franco. **Os últimos dias**: crenças, sentimentos e atitudes dos pentecostais da igreja Assembléia de Deus diante da volta de Cristo. Monografia – Mestrado. São Bernardo do Campo: Umesp, julho/2003. (Inédita).

GURZA LAVALLE, Adrián. **Vida pública e identidade nacional**: leituras brasileiras. São Paulo: Globo, 2004.

HACK, Osvaldo H. **Protestantismo e educação brasileira**: presbiterianismo e seu relacionamento com o sistema pedagógico. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1985.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HERMANN, Jacqueline , **No reino do desejado** – A construção do sebastianismo em Portugal (séculos XVI e XVII). São Paulo: 1998.

HOBSBAUM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

HOLLENWEGER, Walter. **El pentecostalismo**: historia y doctrinas. Buenos Aires: La Aurora, 1976.

HOLSTON, James. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: Anpocs, n. 21, 1993.

HOUAISS, Antônio (dir.) **Pequeno Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse**. Rio de Janeiro: Larousse do Brasil, 1979.

http://chabad.org.br/datas/rosh/rosh007.html. Acesso em 2/4/2007.

http://congressoemfoco.ig.com.br/Noticia.aspx?id=12394. Acesso em 6/12/2006.

http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI584976-EI306,00.html. Acesso em 23/3/2007.

http://pt.wikinews.org/wiki/Deputado_envolvido_no_esc%C3%A2ndalo_da_cueca_%C3%A9_absolvido. Acesso em 23/3/2007.

http://pt.wikinews.org/wiki/Dirigente_do_Partido_dos_Trabalhadores_%C3%A9_preso_com_mala_cheia_de_dinheiro_no_aeroporto_de_S%C3%A3o_Paulo. Acesso em 23/3/2007.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Centralismo_democr%C3%A1tico. Acesso em 5/9/2006.

http://veja.abril.uol.com.br/idade/corrupcao/orcamento/resultado.html. Acesso em 30/9/2006.

http://www.camara.gov.br/internet/agencia/materias.asp?pk=%2070179. Acesso em 12/12/2006.

http://www.evangelica.com.br/Artigos/artigos.painel.asp?tp=185&sg=52. Acesso em 11/10/2006.

http://www.ipcb.org.br/Publicacoes/o_dispensacionalismo.htm. Acesso em 12/09/2006.

http://www.montesiao.pro.br. Acesso em 24/7/2006.

http://www.municipionline.com.br/default.htm. Acesso em 05/09/2006.

http://www.senado.gov.br/agencia/print.aspx?codNoticia=50023. Acesso em 27/12/2006.

http://www.tse.gov.br/partidos/partidos_politicos/prb/estatuto_prb_alterado.doc. Acesso em 11/10/2006.

http://www.tse.gov.br/partidos/partidos_politicos/prb/estatuto25805.doc. Acesso em 20/12/2006.

http://www1.folha.uol.com.br/folha/Brasil/ult96u72183.shtml. Acesso em 6/1/2007.

http://www1.folha.uol.com.br/folha/Brasil/ult96u78224.shtml. Acesso em 6/1/2007.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

JACOB, César Romero *et alli*. **Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: PUC; São Paulo: Loyola, 2003.

JULIÃO, Francisco. Entrevista. **Pasquim**, nº 497, 5/11/1979.

KOTHE, Flávio R. Introdução. In: _____ (org.) **Walter Benjamin**. São Paulo: Ática, 1991. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

LACLAU, Ernesto. **Política e ideologia na teoria marxista**: capitalismo, fascismo e populismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. São Paulo: Ática, 1992.

LÉONARD, Émile. **O protestantismo brasileiro**. São Paulo: ASTE, 1963.

LESSA, Carlos. **Auto-estima e desenvolvimento social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

LEY, Willy; CAMP, Spragna de. **Da Atlântida ao Eldorado**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.

LIMA, Carlos Alberto de. http://www.diarionews.com.br/exibenoticia.php?id=15184, em 26/10/2004, acesso em 15/08/2006.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. **Dados**, vol. 38, nº 3, 1995.

LÖWY, Michael. **Redenção e utopia**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**. Porto: Escorpião; São Paulo: Martins Fontes, 1974.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Carismáticos e pentecostais**: adesão religiosa na esfera familiar. Campinas: ANPOCS; Editores Associados, 1996.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Evangélicos e as eleições de 2002 no Rio de Janeiro: as disputas pelo poder legislativo em perspectiva. In: BURITY, Joanildo A.; _____ (org.). **Os votos de Deus**: evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.

MACPHERSON, C. B. **A democracia liberal**: origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MAINWARING, Scott; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Disciplina Partidária: O Caso da Constituinte. **Lua Nova**, n° 44,1998.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. São Paulo: Nova Cultural, 1987 (Os pensadores).

MARCUSE, Herbert. **Ideologia da sociedade industrial.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 1999.

MARIZ, Cecília Loreto. Alcoolismo, gênero e pentecostalismo, em **Religião e sociedade.** Rio de Janeiro, ISER, nº 16/3, 1994.

MARIZ, Cecília Loreto. Perspectivas sociológicas sobre o pentecostalismo e neopentecostalismo. **Revista de Cultura Teológica**, São Paulo, ano III, nº 3, out/dez 1995, p. 37-52.

MARIZ, Cecília Loreto. Religião e pobreza: uma comparação entre CEBs e Igrejas Pentecostais. **Comunicações do ISER**, Rio de Janeiro, nº 30, 1988.

MARTIN, David. **Tongues of fire**: the explosion of protestantism in Latin American. Oxford: Blackwell, 1990.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARTINS, Paulo Henrique. Cultura autoritária e aventura da brasilidade. In: BURITY, Joanildo A. (org.) **Cultura e identidade**: perspectivas interdisciplinares. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MATOS, Alderi Souza. "Fazei o bem a todos": os cristãos e a responsabilidade social. http://www.mep.org.br/fazei_o_bem_a_todos.htm, acesso em 5/9/2006.

MEIRELLES, Domingos. **1930: os órfãos da Revolução**. Rio de Janeiro: 2005.

MEIRELLES, Domingos. **As noites das grandes fogueiras**: uma história da Coluna Prestes. Rio de Janeiro: Record, 1995.

MELO, Carlos Ranulfo. **Retirando as cadeiras do lugar**: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002). Belo Horizonte: UFMG, 2004.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa e VELASQUES Filho, Prócoro. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1990.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. **Protestantes, pentecostais e ecumênicos:** o campo religioso e seus personagens. São Bernardo do Campo: Umesp, 1997.

MESQUIDA, Peri. **Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil**: um estudo de caso. Juiz de Fora: EDUFJF; São Bernardo do Campo: EDITEO, 1994.

MEYNAUD, Jean. **Os grupos de pressão**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1966.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Denúncia ao Excelentíssimo Senhor Juiz Federal da 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 1º de junho de 2006.

MIRANDA, Júlia. Nós, vocês e eles: os desafios de uma convivência (in)desejada. In: BURITY, Joanildo A.; MACHADO, Maria das Dores C. (org.). **Os votos de Deus**: evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira**: pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo: Ática, 1977.

NABUCO, Joaquim. O abolicionismo. In: SANTIAGO, Silviano (org.) **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. (Biblioteca Luso-Brasileira, Série Brasileira).

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. São Paulo: Nova Fronteira; Publifolha, 2000.

NICOLAU, Jairo Marconi (org). **Dados eleitorais do Brasil (1982-1996).** Rio de Janeiro: Iuperj/Revan, 1998.

NOVAES, Regina Reyes. Crenças religiosas e convicções políticas: fronteiras e passagens. In: FRIDMAN, Luiz Carlos (org.). **Política e cultura**: século XXI. Rio de Janeiro: Relume Dumará; ALERJ, 2002.

NOVAES, Regina Reyes**. Os escolhidos de Deus**: pentecostais, trabalhadores e cidadania. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

NOVAES, Regina. Pentecostalismo, política, mídia e favela. In: VALLA, Victor Vincent (org.). **Religião e cultura popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 41-74.

O'DONELL, Guillermo. Situações – Microcenas da privatização do público em São Paulo. **Novos Estudos**, nº 22, CEBRAP, p. 45-52, outubro 1988.

ORO, Ari Pedro. A Igreja Universal e a política. In: BURITY, Joanildo A.; MACHADO, Maria das Dores C. (org.). **Os votos de Deus**: evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.

ORO, Ari Pedro. **Avanço pentecostal e reação católica**. Petrópolis: Vozes, 1996.

PADILHA, Anivaldo. Depoimento. http://www.cese.org.br/Campanhas/juventude.doc.doc, acesso em 24/7/2006.

PAGE, Joseph. **A revolução que nunca houve**: O Nordeste do Brasil 1955-1964. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PEDROSO, Elizabeth M. Kieling. Movimento sindical e de defesa dos direitos humanos como grupos de pressão. In: PETERSEN, Áurea T.; _____; ULRICH, M. Alayde A. **Política brasileira**: regimes, partidos e grupos de pressão. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. In: _____; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil**: religião, sociedade e política. São Paulo: USP/Hucitec, 1996, p. 163-191.

PIERUCCI, Antônio Flavio; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil**: religião, sociedade e política. São Paulo: USP/Hucitec, 1996.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PRESTES, Anita L. **A Coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Movimentos messiânicos no Brasil e no mundo**. São Paulo: Dominus/USP, 1965.

QUEIROZ, Maurício Vinhas. Os grupos multibilionários. **Revista do Instituto de Ciências Sociais**, v. 2, n. 1, Rio de Janeiro, 1965, p. 47-77.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

REILY, Duncan Alexander. **História documental do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Aste, 1993.

REIS, Fábio Wanderley. Dilemas da democracia no Brasil. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (orgs.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Unesp, 2004.

RINGER, Fritz. **A metodologia de Max Weber**: unificação das ciências culturais e sociais. São Paulo: EDUSP, 2004.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Mudanças na classe política brasileira**. São Paulo: Publifolha, 2006.

ROLIM, Francisco Cartaxo. **O que é pentecostalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ROLIM, Francisco Cartaxo. **Pentecostais no Brasil:** uma interpretação sócio-religiosa. Petrópolis: Vozes, 1985.

ROLIM, Francisco Cartaxo. **Pentecostalismo:** Brasil e América Latina. Petrópolis: Vozes, 1994.

ROMEIRO, Paulo. **Super crentes**: o evangelho segundo Kenneth Hagin, Valnice Milhomens e os profetas da prosperidade, S. Paulo: Mundo Cristão, 1993.

SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ANPOCS, nº 25, p. 26-37, jun. 1994.

SANTA ROSA, Virgínio. **O sentido do tenentismo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidade, identidade e cultura de fronteira. In: _____. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Fabiano. Patronagem e poder de agenda na política brasileira. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000300007&lng=pt&nrm=iso. Acesso 12/12/2006.

SANTOS, Lyndon de Araújo. O púlpito, a praça e o palanque: os evangélicos e o regime militar brasileiro. In: FREIXO, Adriano de; MUNTEAL Filho, Oswaldo (org.). **A ditadura em debate:** estado e sociedade nos anos do autoritarismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1994.

SCHERER, Elenise. **Tempo de contra-reforma**. Manaus: Valer, 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: EdiUFSC, 1989.

SCHMITT, Carl. **O conceito de político**. Petrópolis: Vozes, 1992.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SÉMAN, Pablo. A Igreja Universal do Reino de Deus: um ator e suas costuras da sociedade brasileira contemporânea. **Debates do NER**, nº 3, PPGAS/UFRGS, Porto Alegre, setembro/2001, p. 87-96.

SIEPIERSKI, Paulo Donizéti. Mutações no protestantismo brasileiro: o surgimento do pós-pentecostalismo. In: DREHER, Martim N. (org). **500 anos de Brasil e igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST/Cehila, 2002.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**, 1930-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES, Luiz Eduardo. Dimensões democráticas do conflito religioso no Brasil: a guerra dos pentecostais contra o afro-brasileiro. In: _____. **Os dois corpos do presidente e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

SOARES, Luiz Eduardo. **Os dois corpos do presidente e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

SORJ, Bernardo. **A democracia inesperada**: cidadania, direitos humanos e desigualdade social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

SORJ, Bernardo. **A nova sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SOUZA, Beatriz M. de; GOUVEIA, Eliane H.; JARDILINO, José Rubens L. (orgs.). **Sociologia da religião no Brasil:** revisitando metodologias, classificações e técnicas de pesquisa. São Paulo: PUC; Umesp, 1998.

STANLEY, Harold; NIEMI, Richard. **Vital Statistics on American Politics.** Washington: CQ Press, 1995.

STOLL, David. **Is Latin America turning protestant?** Berkeley: University of Califórnia Press, 1990.

SYLVESTRE, Josué. **Irmão vota em irmão**: os evangélicos, a Constituinte e a Bíblia. Brasília: Pergaminho, 1986.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracia na América.** São Paulo: Edusp, 1969.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**. Debates do NER**, Porto Alegre, ano 2, n. 3, setembro, 2001.

VALLA, Victor Vincent (org.). **Religião e cultura popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VIEIRA, Cesar Romero Amaral. Política e educação na primeira República: influências, utopias e ideologias liberais norte americanas na Reforma da Instrução Pública Paulista de 1890. **Anais do III Simpósio de Dissertações e Teses**. Piracicaba: PPGE/UNIMEP, 2003.

WARDE, Mirian. **Americanismo e educação**: a fabricação do homem novo. São Paulo, PUC, 2000 (Projeto de Pesquisa do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade).

WEBER, Max. A "objetividade" do conhecimento na ciência social e na ciência política – 1904. In: _____. **Metodologia das Ciências Sociais** – Parte I. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1993, p. 107-54.

WEBER, Max. A "objetividade" do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, Gabriel (org.). **Weber**. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Coleção Os Economistas).

WEBER, Max. **Economía y sociedad**: esbozo de sociología compreensiva. México: FCE, 1999.

WEBER, Max. Rejeições religiosas do mundo e suas direções. In: COHN, Gabriel (org.). **Weber**. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Coleção Os Economistas), p. 155-189.

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. In: FURTADO, Celso. **Brasil**: tempos modernos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 49-75.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

WILLEMS, Emilio. **Followers of the new faith:** culture change and the rise of protestantism in Brazil and Chile. Nashville: Vanderbilt University Press, 1967.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA – IDENTIFICAÇÃO E QUESTÕES

Ref.: Data:

Dados sociográficos do entrevistado:

1 - Nome: ----------

2 - Sexo: ---------- 3 - Idade: ----------

4 - Trajetória religiosa (denominações e tempo em cada):

5 - Estado civil: ----------

6 - Família (esposa, filhos, citando idade, sexo e religião):

7 - Instrução: ----------

8 - Naturalidade: ----------

9 - Profissão: ----------

10 - Outras informações (opcional):

Caso necessite de mais espaço para as respostas, use o verso.

Tópicos para Entrevista com Parlamentares Pentecostais e Neopentecostais

1. Papel da religião no sistema político.
2. Comportamento dos (neo)pentecostais na política.
3. Projeto político dos (neo)pentecostais.
4. Atuação preferencial: legislativo ou executivo.
5. Benefícios da política para a Igreja/Denominação.
6. Conscientização para a cidadania.
7. Participação de membros de igreja em partidos, sindicatos etc.
8. Interesse público e interesse das igrejas.
9. Parcerias entre igrejas e outras instituições em projetos sociais.
10. Voto distrital e candidaturas (neo)pentecostais.
11. Transformação de prestígio religioso em capital político.
12. Representatividade e legitimidade do líder (neo)pentecostal no espaço político.
13. Influência do político evangélico nos parlamentos. Situação perante os escândalos.
14. Como político (neo)pentecostal escolhe atuar na situação ou na oposição?
15. Escolha de partidos. Legendas de aluguel. Partido de evangélicos.
16. Como o político (neo)pentecostal decide seu voto? (Mencionar alguns casos).
17. Estratégia eleitoral de sua Igreja/Denominação nas eleições de 2004 e anteriores.
18. Projeto eleitoral da Igreja/Denominação: histórico e estágio atual.
19. Diferenças entre as formas de fazer política da Assembléia e da Universal e de seus respectivos políticos.
20. Relacionamento entre essas igrejas e os poderes públicos.
21. Como sua Igreja/Denominação interpreta as desigualdades sociais? E o que ela faz?
22. A Igreja e as relações entre esfera privada e esfera pública. Relação entre líder religioso e elite local/regional.
23. Afirmação e reconhecimento da identidade (neo)pentecostal na sociedade.

QUESTÕES

Grupo 1

Perguntas sobre as relações Igreja e Sociedade, Igreja e Política, dirigidas a parlamentares e líderes das denominações religiosas objeto da pesquisa:

1. Parlamentar/Pastor: Qual é o papel da religião no sistema político?

2. Parlamentar/Pastor: Como se comportam os evangélicos (pentecostais) na política brasileira?

3. Parlamentar/Pastor: Têm os evangélicos um Projeto político ou agem de uma forma reativa, somente?

4. Parlamentar/Pastor: Por que os evangélicos pentecostais estão mais presentes na área legislativa e não na executiva?

5. Parlamentar/Pastor: Que recompensa a ação política traz para as igrejas evangélicas que indicam os seus políticos ao Parlamento?

6. Parlamentar/Pastor: Como se situam os membros de sua Igreja/Denominação em relação aos direitos de cidadania? (Acesso à educação, saúde, habitação, proteção social, etc.) Eles têm consciência disto? Eles têm-se organizado para reivindicar seus direitos?

7. Parlamentar/Pastor: O senhor tem levado os membros de sua Igreja/Denominação a participarem do seu partido político? Tem estimulado a participarem de outras organizações, tipo: sindicatos, movimentos sem terra, sem teto, associações de bairro, etc.? Por que? Como o senhor estimula participação dos membros de sua Igreja/Denominação na sociedade? Como o senhor os ensina a praticarem sua condição de cidadania?

8. Parlamentar/Pastor: Que relação existe entre os interesses dos pentecostais e os interesses públicos?

9. Parlamentar/Pastor: Que tipos de parceria sua Igreja/Denominação realiza com outros grupos na sociedade, para projetos sociais comuns, ou para reivindicações perante os poderes públicos?

10. Parlamentar: Sobreviveriam os deputados evangélicos em um sistema de voto distrital?

11. Parlamentar: De que forma o capital político é acumulado no Brasil e como os evangélicos (pentecostais) dele participam? Como converter capital religioso em capital político?

12. Parlamentar: O líder político que tem um capital pessoal excepcional (exemplo: Edir Macedo) consegue transferir o seu capital adquirido em uma tradição religiosa para o campo da política?

13. Parlamentar: O político evangélico tem representatividade e legitimidade aceita pelos demais políticos no Parlamento brasileiro?

14. Parlamentar: Que influência os políticos evangélicos exercem no Parlamento?

15. Parlamentar: O senhor mantém uma posição sistemática de oposição ou de apoio ao governo? Por quê?

16. Parlamentar: Quando o senhor negocia a votação de algum projeto ou qualquer matéria a ser decidida no Parlamento, quais os fatores que o levam a tomar uma decisão? Pode citar alguns casos específicos?

17. Parlamentar: Quais as semelhanças e diferenças no modo de fazer política entre um político da Assembléia de Deus e um político da Igreja Universal do Reino de Deus? O senhor poderia discorrer sobre outras variações no modo de fazer política dos evangélicos em geral?

18. Atuação externa: Como funciona a relação entre a liderança da Igreja/Denominação e a autoridade (municipal, estadual, federal)? Há troca de algum benefício, verba, cargo no governo, por voto ou outros apoios políticos? Como os membros em geral se comportam a respeito deste assunto?

19. Atuação externa: Como sua Igreja/Denominação encara a participação de seus membros nos movimentos sociais (sindicatos, partidos, centros comunitários, movimentos de sem terra, de sem teto, etc.)?

20. Atuação externa: Como sua Igreja/Denominação interpreta as desigualdades sociais? O que ela faz em relação a isto?

21. Atuação externa: Como sua Igreja/Denominação lida com o Estado, a coisa pública? Tenta usá-lo para benefício da Igreja, ou defende a separação entre esfera privada (a Igreja) e esfera pública (o Estado)?

22. Atuação externa: Descreva a relação entre o líder da Igreja/Denominação e a elite local ou regional.

23. Atuação externa: Pelo conhecimento que você tem de sua Igreja/Denominação, existe uma compreensão generalizada do que é coisa pública e coisa privada? Por exemplo: é bem aceita a utilização de verba da União, do Estado ou da Prefeitura, para ser aplicada em projetos da Igreja? É normal a apropriação de um espaço (tipo praça, prédio público, etc.) para uso permanente dos evangélicos?

24. Atuação externa: Como o povo pentecostal tem procurado construir e afirmar sua identidade coletiva na sociedade brasileira?

Grupo 2

Perguntas sobre costumes, relações de gênero e etnia, vigilância grupal, política interna e externa, mais direcionadas aos membros das Igrejas/Denominações objeto da pesquisa:

1. Controle social: Há algum tipo de controle do grupo sobre a vida de cada família ou de cada indivíduo? Descreva como funciona isto?

2. Cultura e costumes: Que aspectos, vícios e virtudes, da cultura brasileira você identifica na vida cotidiana de sua Igreja/Denominação?

3. Etnia: Como é tratada a condição do negro em sua Igreja/Denominação? Tem uma pastoral ou ministério específico para tratar desta questão? Há pastores negros na mesma proporção da população de membros negros?Gênero: Como tem sido tratada a questão da mulher em sua Igreja/Denominação? (Retrospecto, situação atual e perspectiva futura).

5. Gênero: Qual o espaço político interno e externo que a mulher tem em sua Igreja/Denominação?

6. Sexualidade: Como são tratadas as questões da sexualidade: sexo antes e fora do casamento, aborto, homossexualismo, etc., em sua Igreja/Denominação? Como sobrevivem pessoas que se enquadram nessas situações dentro de sua Igreja? E quando há líderes nestes casos, como a Igreja lida com esta realidade?

7. Política interna: Como acontecem conspirações para liquidar ou afastar uma liderança? Líder afastado tem chance de reabilitação?

8. Política interna: De que modo alguém faz carreira na Igreja/Denominação, considerando a trajetória de simples membro a pastor, bispo e presidente? Que relacionamentos essa pessoa precisa criar, cultivar, etc.? O que pode destruir uma carreira? Qual a receita para alguém se manter no poder *ad aeternum*?

9. Política interna: Existe um círculo de cortesãos em volta do líder, uma espécie de séqüito palaciano?

10. Política interna: Existem estratificações dentro da Igreja? Em outras palavras: Há famílias/membros mais importantes e influentes, que gozam de privilégios, na Igreja? Há, também, famílias/membros que são marginalizados? Analise essa realidade. Cada pessoa conhece o seu lugar e o aceita? O que determina essas desigualdades? (Condição econômica, tradição familiar, cor, condição social, outros motivos?).

11. Política interna: Há nepotismo na Igreja/Denominação? Explique como isto tem funcionado.

12. Política interna: O que dá *status* para uma pessoa em sua Igreja/Denominação? Em outras palavras: O que é valorizado, de fato, em sua Igreja/Denominação? (Poder, ostentação, dinheiro, bens, conhecimento, oratória, posição social, dom de línguas, profecia, humildade, ou outros valores? Quais valores você identifica?).

13. Política interna: Quem é mal visto pelo grupo? Quem está fora da mentalidade pentecostal? Essas pessoas diferentes conseguem permanecer e sobreviver dentro do grupo, mesmo pensando e agindo de forma contrária aos padrões?

14. Política interna: Quem são os “donos do poder” ou os “donos da igreja” ? Existe ou não existe isto?

15. Política interna: Você considera que existe um regime autoritário em sua Igreja/Denominação? Descreva-o. Por que ele existe? Como é que funciona este regime? Como os membros se comportam face a isto? Como se perpetua este sistema? Você acha que ele é indispensável para a existência da Instituição? Como as novas gerações reagem a este regime? Têm sido criadas estratégias para contornar/burlar este sistema sem que a pessoa tenha que sair da Igreja?

16. Relacionamentos: Analise o relacionamento patrão-empregado, quando ambos são evangélicos. Comente a situação específica de empregada doméstica, caseiro, etc. cujo patrão/patroa é evangélico/a.

17. Relacionamentos: Como são tratadas as desigualdades sociais em sua Igreja/Denominação, tendo em consideração o que ensina Atos 2: 42-7? (Os cristãos vendiam suas propriedades e repartiam o produto entre todos. Não havia necessitado algum entre eles. Não havia propriedade privada etc.). A pergunta é feita porque o Pentecostalismo se considera um movimento restaurador do cristianismo primitivo.

18. Retrospectiva: Compare a Igreja/Denominação de hoje com a de 30 anos atrás, nos relacionamentos internos, nas relações com a sociedade e em outros aspectos que desejar. O que restou da herança dos fundadores ou, pelo menos, das gerações que você conheceu no passado?

19. Atuação externa: Como o povo pentecostal tem procurado construir e afirmar sua identidade coletiva na sociedade brasileira?

Anexo 2

Decálogo Evangélico do Voto Ético

I. O voto é intransferível e inegociável. Com ele o cristão expressa sua consciência como cidadão. Por isso, o voto precisa refletir a compreensão que o cristão tem de seu País, Estado e Município;

II. O cristão não deve violar a sua consciência política. Ele não deve negar sua maneira de ver a realidade social, mesmo que um líder da igreja tente conduzir o voto da comunidade noutra direção;

III. Os pastores e líderes têm obrigação de orientar os fiéis sobre como votar com ética e com discernimento. No entanto, a bem de sua credibilidade, o pastor evitará transformar o processo de elucidação política num projeto de manipulação e indução político-partidário;

IV. Os líderes evangélicos devem ser lúcidos e democráticos. Portanto, melhor do que indicar em quem a comunidade deve votar é organizar debates multipartidários, nos quais, simultânea ou alternadamente, representantes das correntes partidárias possam ser ouvidos sem preconceitos;

V. A diversidade social, econômica e ideológica que caracteriza a igreja evangélica no Brasil impõe que não sejam conduzidos processos de apoio a candidatos ou partidos dentro da igreja, sob pena de constranger os eleitores (o que é criminoso) e de dividir a comunidade;

VI. Nenhum cristão deve se sentir obrigado a votar em um candidato pelo simples fato de ele se confessar cristão evangélico. Antes disso, os evangélicos devem discernir se os candidatos ditos cristãos são pessoas lúcidas e comprometidos com as causas de justiça e da verdade. E mais: é fundamental que o candidato evangélico queira se eleger para propósitos maiores do que apenas defender os interesses imediatos de um grupo religioso ou de uma denominação evangélica. É óbvio que a igreja tem interesses que passam também pela dimensão político-institucional. Todavia, é mesquinho e pequeno demais pretender eleger alguém apenas para defender interesses restritos às causas temporais da igreja. Um político de fé evangélica tem que ser, sobretudo, um evangélico na política e não apenas um "despachante" de igrejas. Ao defender os direitos universais do homem, a democracia, o estado leigo, entre outras conquistas, o cristão estará defendendo a Igreja.

VII. Os fins não justificam os meios. Portanto, o eleitor cristão não deve jamais aceitar a desculpa de que um evangélico político votou de determinada maneira porque obteve a promessa de que, em assim fazendo, conseguiria alguns benefícios para a igreja, sejam rádios, concessões de TV, terrenos para templos, linhas de crédito bancário, propriedades, tratamento especial perante a lei ou outros "trocos", ainda que menores. Conquanto todos assumamos que nos bastidores da política haja acordos e composições de interesse, não se pode, entretanto, admitir que tais "acertos" impliquem na prostituição da consciência cristã, mesmo que a "recompensa" seja, aparentemente, muito boa para a expansão da causa evangélica. Jesus Cristo não aceitou ganhar os "reinos deste mundo" por quaisquer meios, Ele preferiu o caminho da cruz.

VIII. Os votos para Presidente da República e para cargos majoritários devem, sobretudo, basear-se em programas de governo, e no conjunto das forças partidárias por detrás de tais candidaturas que, no Brasil, são, em extremo, determinantes; não em função de "boatos" do tipo: "O candidato tal é ateu"; ou: "O fulano vai fechar as igrejas"; ou: "O sicrano não vai dar nada para

os evangélicos"; ou ainda: "O beltrano é bom porque dará muito para os evangélicos". É bom saber que a Constituição do país não dá a quem quer que seja o poder de limitar a liberdade religiosa de qualquer grupo. Além disso, é válido observar que aqueles que espalham tais boatos, quase sempre, têm a intenção de induzir os votos dos eleitores assustados e impressionados, na direção de um candidato com o qual estejam comprometidos.

IX. Sempre que um eleitor evangélico estiver diante de um impasse do tipo: "o candidato evangélico é ótimo, mas seu partido não é o que eu gosto", é compreensível que dê um "voto de confiança" a esse irmão na fé, desde que ele tenha as qualificações para o cargo. Entretanto, é de bom alvitre considerar que ninguém atua sozinho, por melhor que seja o irmão, em questão, ele dificilmente transcenderá a agremiação política de que é membro, ou as forças políticas que o apoiem.

X. Nenhum eleitor evangélico deve se sentir culpado por ter opinião política diferente da de seu pastor ou líder espiritual. O pastor deve ser obedecido em tudo aquilo que ensina sobre a Palavra de Deus, de acordo com ela. No entanto, no âmbito político-partidário, a opinião do pastor deve ser ouvida apenas como a palavra de um cidadão, e não como uma profecia divina.

(Extraído de www.montesiao.pro.br, acesso em 24/07/2006. Este decálogo pode ser encontrado, também, em diversos sites, como: www.teologiabrasileira.com.br/Materia.asp?MateriaID=80, www.urrodoleao.com.br/materia_133.htm, http://pitocos.blogspot.com/2002_07_01_pitocos_archive.htm, e outros, o que indica o impacto positivo que o documento causou e a demanda por este tipo de proposta no ambiente evangélico).

Anexo 3

SENADORES EVANGÉLICOS (1999-2007)

N°	Nome Senador	Igreja	Partido	UF	Profissão	Mandato
1	ÍRIS REZENDE	Cristã Evangélica	PMDB	GO	Advogado e Agropecuarista	1995-2003
2	MARINA SILVA	Assembléia de Deus	PT	AC	Professora	1995-2003

SENADORES EVANGÉLICOS (2003-2007)

N°	Nome Senador	Igreja	Partido	UF	Profissão	Mandato
1	FRANCISCO PEREIRA[1]		PL	ES		2003-2011
2	ÍRIS REZENDE (DONA)[1]	Cristã Evangélica	PMDB	GO	Empresária	2003-2011
3	MAGNO MALTA	Batista Renovada	PL	ES	Teólogo e Cantor	2003-2011
4	MARCELO CRIVELA	Universal	PRB	RJ	Engenheiro	2003-2011
5	MARINA SILVA[2]	Assembléia de Deus	PT	AC	Professora	2003-2011
6	PAULO OCTÁVIO	Sara Nossa Terra	PFL	DF	Empresário, Construtor Civil	2003-2011

(1) Suplente que assumiu durante parte do mandato. (2) Licenciada. Ministra do Meio Ambiente.

SENADORES EVANGÉLICOS (2007-2011)

N°	Nome Senador	Igreja	Partido	UF	Profissão	Mandato
1	MAGNO MALTA	Batista Renovada	PL	ES	Teólogo e Cantor	2003-2011
2	MARCELO CRIVELA	Universal	PRB	RJ	Engenheiro	2003-2011
3	MARINA SILVA	Assembléia de Deus	PT	AC	Professora	2003-2011
4	PAULO OCTÁVIO[1]	Sara Nossa Terra	PFL	DF	Empresário, Construtor Civil	2003-2011

(1)Eleito vice-governador do DF, para o quatriênio 2007-2011.

Anexo 4

DEPUTADOS EVANGÉLICOS / MANDATOS ATÉ 2007 / CLASSIFICAÇÃO POR NOME

	Nome Deputado	Igreja	UF	1999 / 2003	2003 / 2007	2007 / 2011	Mandatos até 2007
1	ADELOR VIEIRA (PRESBÍTERO)	Assembléia de Deus	SC		x		1
2	ADÍLSON SOARES (DR.)	Internacional da Graça de Deus	RJ			x	1
3	AGNALDO MUNIZ	Assembléia de Deus	RO	x	x		2
4	ALDIR CABRAL	Universal	RJ	x			3
5	ALMEIDA DE JESUS	Universal	CE	x	x		2
6	ALMIR MOURA (PASTOR)	Internacional da Graça	RJ		x		1
7	AMARILDO (PASTOR)	Assembléia de Deus	TO	x	x		2
8	ANA ALENCAR	Presbiteriana	TO		x		1
9	ANDRÉ ZACHAROW (DIÁCONO)	Batista	PR		x		1
10	ANDRÉIA ZITO	Batista	RJ			x	1
11	ANTÔNIO BULHÕES (BISPO)	Universal	SP			x	1
12	ANTONIO CRUZ (DR. E PRESB.)	Assembléia de Deus	MS	x	x	x	3
13	AROLDE DE OLIVEIRA	Batista	RJ	x		x	6
14	CABO JÚLIO (PASTOR)	Assembléia de Deus Independente	MG	x	x		2
15	CARLOS MANNATO	Maranata	ES		x	x	2
16	CARLOS NADER	Assembléia de Deus	RJ	x	x		2
17	CARLOS RODRIGUES (BISPO)	Universal	RJ	x	x		2
18	CARLOS WILLIAN (PASTOR)	Quadrangular/Maranata	MG		x	x	2
19	CLEBER VERDE	Assembléia de Deus Madureira	MA			x	1
20	CLEONÂNCIO FONSECA	Assembléia de Deus	SE	x	x		5
21	COSTA FERREIRA (DIÁCONO)	Assembléia de Deus	MA	x	x		5

Anexo 4

DEPUTADOS EVANGÉLICOS / MANDATOS ATÉ 2007 / CLASSIFICAÇÃO POR NOME

	Nome Deputado	Igreja	UF	1999 / 2003	2003 / 2007	2007 / 2011	Mandatos até 2007
22	EBER SILVA	Batista	RJ	x			1
23	EDINHO MONTEMOR	Batista	SP		x	x	2
24	EDNA MACEDO	Universal	SP		x		1
25	EDUARDO CUNHA	Sara Nossa Terra	RJ		x	x	2
26	ERALDO TINOCO	Batista	BA	x			5
27	EULER MORAIS		GO	x			1
28	FÁTIMA PELAES	Assembléia de Deus	AP	x		x	4
29	FILIPE RIO DE CARA NOVA	Assembléia de Deus	RJ			x	1
30	FLÁVIO BEZERRA	Universal	CE			x	1
31	FRANCISCO OLÍMPIO (PASTOR)	Assembléia de Deus	PE		x		1
32	FRANCISCO ROSSI	Comunidade de Carisma	SP			x	1
33	FRANKEMBERGEN (PASTOR)	Assembléia de Deus	RR		x		1
34	GÊ TENUTA	Renascer em Cristo	SP			x	1
35	GEORGE HILTON	Universal	MG			x	1
36	GERSON GABRIELLI	Batista	BA	x	x		2
37	GESSIVALDO ISAÍAS	Universal	PI	x			1
38	GILBERTO NASCIMENTO	Assembléia de Deus	SP		x		1
39	GILMAR MACHADO	Batista	MG	x	x	x	3
40	GLYCON TERRA PINTO	Batista Renovada	MG	x			1
41	HELENO SILVA (PASTOR)	Universal	SE		x		1
42	HENRIQUE AFONSO (PASTOR)	Presbiteriana	AC		x	x	2
43	HERCULANO ANGHINETTI	Batista Renovada	MG	x	x		3

Anexo 4

DEPUTADOS EVANGÉLICOS / MANDATOS ATÉ 2007 / CLASSIFICAÇÃO POR NOME

	Nome Deputado	Igreja	UF	1999 / 2003	2003 / 2007	2007 / 2011	Mandatos até 2007
44	ÍRIS REZENDE (DONA)	Cristã Evangélica	GO			x	1
45	ISAÍAS SILVESTRE (PASTOR)	Assembléia de Deus	MG		x		1
46	JAIR DE OLIVEIRA (PASTOR)	Verdade que Liberta	ES		x		1
47	JEFFERSON CAMPOS (PASTOR)	Quadrangular	SP		x		1
48	JOÃO BATISTA (BISPO)	Universal	SP		x		1
49	JOÃO CAMPOS (PASTOR)	Assembléia de Deus Madureira	GO		x	x	2
50	JOÃO MENDES DE JESUS (BISPO)	Universal	RJ		x		1
51	JOÃO OLIVEIRA	Assembléia de Deus	TO			x	1
52	JOÃO PAULO GOMES DA SILVA	Universal	MG		x		1
53	JORGE PINHEIRO (PASTOR)	Universal	DF		x		1
54	JORGE TADEU MUDALEN	Internacional da Graça	SP			x	1
55	JORGE WILSON	Universal	RJ	x			2
56	JOSÉ ALEKSANDRO	Assembléia de Deus	AC	x			1
57	JOSÉ DIVINO (PASTOR)	Universal	RJ		x		1
58	JOSUÉ BENGTSON (PASTOR)	Quadrangular	PA	x	x		2
59	JÚLIO REDECKER	Luterana	RS	x	x	x	4
60	JURANDYR LOUREIRO	Assembléia de Deus	ES			x	1
61	JUSMARI OLIVEIRA	Batista	BA			x	1
62	LAMARTINE POSELLA	Batista	SP	x			2
63	LÉO VIVAS	Universal	RJ			x	1
64	LEONARDO QUINTÃO	Batista (Lagoinha)	MG			x	1
65	LIDIA QUINAN	Presbiteriana	GO	x			2

Anexo 4

DEPUTADOS EVANGÉLICOS / MANDATOS ATÉ 2007 / CLASSIFICAÇÃO POR NOME

	Nome Deputado	Igreja	UF	1999 / 2003	2003 / 2007	2007 / 2011	Mandatos até 2007
66	LINCOLN PORTELA (PASTOR)	Batista Renovada	MG	x	x	x	3
67	LINO ROSSI	Batista	MT	x	x		2
68	LUÍS CARLOS HEINZE	Luterana	RS	x	x	x	3
69	LUIZ MOREIRA	Universal	BA	x			3
70	MAGNO MALTA	Batista	ES	x			1
71	MANOEL FERREIRA (PASTOR)	Assembléia de Deus	RJ			x	1
72	MARCOS ABRAMO (PASTOR)	Universal	SP		x		1
73	MARCOS ANTÔNIO	Metodista Wesleyana	PE			x	1
74	MARCOS DE JESUS (PASTOR)	Universal	PE	x	x		2
75	MÁRIO DE OLIVEIRA	Quadrangular	MG	x		x	6
76	MATTOS NASCIMENTO		RJ	x			1
77	MILTON BARBOSA (PASTOR)	Assembléia de Deus	BA		x		1
78	MILTON CARDIAS (PASTOR)	Assembléia de Deus	RS		x		1
79	MIRIAM REID	Comunidade	RJ	x			1
80	NATAN DONADON	Batista	RO		x	x	2
81	NECHAR (DR.)	Assembléia de Deus	SP			x	1
82	NEUCIMAR FRAGA (PASTOR)	Batista	ES		x	x	2
83	NEUTON LIMA (PRESBÍTERO)	Assembléia de Deus	SP	x	x		2
84	NILTON CAPIXABA	Assembléia de Deus	RO	x	x		2
85	OLIVEIRA FILHO (PASTOR)	Universal	PR	x	x		2
86	ONYX LORENZONI	Luterana	RS		x	x	2
87	PAULO BALTAZAR	Metodista	RJ	x	x		2

Anexo 4

DEPUTADOS EVANGÉLICOS / MANDATOS ATÉ 2007 / CLASSIFICAÇÃO POR NOME

	Nome Deputado	Igreja	UF	1999 / 2003	2003 / 2007	2007 / 2011	Mandatos até 2007
88	PAULO BAUER	Luterana	SC		x		3
89	PAULO DE VELASCO	Universal	SP	x			2
90	PAULO GOUVÊA (PASTOR)	Universal	RS	x	x		2
91	PAULO OCTÁVIO	Sara Nossa Terra	DF	x			2
92	PAULO ROBERTO	Universal	RS			x	1
93	PEDRO RIBEIRO (PASTOR)	Assembléia de Deus	CE		x		1
94	PHILEMON RODRIGUES	Assembléia de Deus	MG	x	x		4
95	RAIMUNDO SANTOS	Assembléia de Deus	PA	x	x		3
96	REGINALDO GERMANO (PASTOR)	Universal	BA	x	x		2
97	REINALDO (PASTOR)	Quadrangular	RS		x		1
98	RENILDO LEAL	Assembléia de Deus	PA	x			1
99	ROBSON RODOVALHO (BISPO)	Sara Nossa Terra	DF			x	1
100	SABINO CASTELO BRANCO	Assembléia de Deus	AM			x	1
101	SALATIEL CARVALHO	Assembléia de Deus	PE	x			4
102	SÉRGIO BRITO	Batista	BA			x	2
103	SÉRGIO CARVALHO		RO	x	x		2
104	SILAS BRASILEIRO	Presbiteriana	MG	x	x		3
105	SILAS CÂMARA	Assembléia de Deus	AM	x	x	x	3
106	SUELI VIDIGAL	Batista	ES			x	1
107	TAKAYAMA (PASTOR)	Assembléia de Deus	PR		x	x	2
108	VALDECI PAIVA	Universal	RJ	x			1
109	VALDENOR GUEDES	Assembléia de Deus	AP	x	x		3

Anexo 4

DEPUTADOS EVANGÉLICOS / MANDATOS ATÉ 2007 / CLASSIFICAÇÃO POR NOME

	Nome Deputado	Igreja	UF	1999 / 2003	2003 / 2007	2007 / 2011	Mandatos até 2007
110	VIEIRA REIS (BISPO)	Universal	RJ		x		1
111	VINÍCIUS CARVALHO	Universal	RJ			x	1
112	WAGNER SALUSTIANO	Universal	SP	x			2
113	WALTER PINHEIRO	Batista	BA	x	x	x	4
114	WANDERVAL SANTOS (BISPO)	Universal	SP	x	x		2
115	WASNY DE ROURE (DIÁCONO)	Batista	DF		x		1
116	WERNER WANDERER		PR	x			3
117	WILSON SANTOS	Adventista	MT	x	x		2
118	ZELINDA NOVAES	Universal	BA		x		1
119	ZEQUINHA MARINHO	Assembléia de Deus	PA		x	x	2
120	ZICO BRONZEADO	Batista	AC		x		1

Anexo 5

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (1999 - 2003) / CLASSIFICAÇÃO POR NOME

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
1	AGNALDO MUNIZ	Assembléia de Deus	PPS	RO	Advogado
2	ALDIR CABRAL	Universal	PFL	RJ	Policial Federal
3	ALMEIDA DE JESUS	Universal	PL	CE	Servidor Público, Obreiro IURD
4	AMARILDO (PASTOR)	Assembléia de Deus	PPB	TO	Empresário
5	ANTÔNIO CRUZ (DR.)	Assembléia de Deus	PMDB	MS	Médico
6	AROLDE DE OLIVEIRA	Batista	PFL	RJ	Engenheiro e Economista
7	CABO JÚLIO	Assembléia de Deus Independente	PST	MG	Policial Militar
8	CARLOS NADER	Assembléia de Deus	PL	RJ	Advogado e Empresário
9	CARLOS RODRIGUES (BISPO)	Universal	PL	RJ	Bispo e Radialista
10	CLEONÂNCIO FONSECA	Assembléia de Deus	PPB	SE	Agropecuarista e Citricultor
11	COSTA FERREIRA	Assembléia de Deus	PFL	MA	Torneiro Mecânico, Advogado, Professor, Pastor
12	DE VELASCO	Universal	PSL	SP	Advogado
13	EBER SILVA	Batista	PST	RJ	Pastor
14	ERALDO TINOCO	Batista	PFL	BA	Administrador e Professor
15	EULER MORAIS		PMDB	GO	Economista, Servidor Público
16	FÁTIMA PELAES	Assembléia de Deus	PSDB	AP	Socióloga
17	GERSON GABRIELLI	Batista	PFL	BA	Comerciante
18	GESSIVALDO ISAÍAS	Universal	PMDB	PI	Pastor
19	GILMAR MACHADO	Batista	PT	MG	Professor
20	GLYCON TERRA PINTO	Batista Renovada	PMDB	MG	Empresário, Construtor Civil
21	HERCULANO ANGHINETTI	Batista Renovada	PPB	MG	Produtor Rural

Anexo 5

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (1999 - 2003) / CLASSIFICAÇÃO POR NOME

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
22	JORGE WILSON	Universal	PSDB	RJ	Advogado
23	JOSÉ ALEKSANDRO	Assembléia de Deus	PSL	AC	Professor
24	JOSUÉ BENGTSON	Quadrangular	PTB	PA	Pastor
25	JÚLIO REDECKER	Luterana	PPB	RS	Advogado
26	LAMARTINE POSELLA	Batista	PMDB	SP	Pastor
27	LIDIA QUINAN	Presbiteriana	PSDB	GO	Empresária e Enfermeira
28	LINCOLN PORTELA	Batista (apoio IURD)	PSL	MG	Radialista e Pastor
29	LINO ROSSI	Batista	PSDB	MT	Radialista e Apresentador de TV
30	LUÍS CARLOS HEINZE	Luterana	PPB	RS	Produtor Rural
31	LUIZ MOREIRA	Universal	PFL	BA	Médico Militar
32	MAGNO MALTA	Batista	PL	ES	Pastor, Cantor
33	MARCOS DE JESUS	Universal	PL	PE	Radialista
34	MÁRIO DE OLIVEIRA	Quadrangular	PST	MG	Pastor
35	MATTOS NASCIMENTO		PST	RJ	Músico
36	MIRIAM REID	Comunidade	PSB	RJ	Assistente Social
37	NEUTON LIMA	Assembléia de Deus	PFL	SP	Advogado
38	NILTON CAPIXABA	Assembléia de Deus	PTB	RO	Comerciante
39	OLIVEIRA FILHO	Universal	PL	PR	Radialista, Pastor
40	PAULO BALTAZAR	Metodista	PSB	RJ	Médico e Bancário
41	PAULO JOSÉ GOUVÊA	Universal	PL	RS	Pastor e Radialista
42	PAULO OCTÁVIO	Sara Nossa Terra	PFL	DF	Empresário, Construtor Civil
43	PHILEMON RODRIGUES	Assembléia de Deus	PL	MG	Servidor Público e Teólogo

Anexo 5

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (1999 - 2003) / CLASSIFICAÇÃO POR NOME

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
44	RAIMUNDO SANTOS	Assembléia de Deus	PL	PA	Advogado
45	REGINALDO GERMANO	Universal	PFL	BA	Radialista (Militante Negro)
46	RENILDO LEAL	Assembléia de Deus	PTB	PA	Médico
47	SALATIEL CARVALHO	Assembléia de Deus	PMDB	PE	Engenheiro Eletricista
48	SÉRGIO CARVALHO		PSDB	RO	Médico
49	SILAS BRASILEIRO	Presbiteriana	PMDB	MG	Cafeicultor
50	SILAS CÂMARA	Assembléia de Deus	PTB	AM	Técnico de Construção Civil
51	VALDECI PAIVA	Universal	PSL	RJ	Radialista
52	VALDENOR GUEDES	Assembléia de Deus	PP	AP	Professor e Químico Industrial
53	WAGNER SALUSTIANO	Universal	PPB	SP	Advogado
54	WALTER PINHEIRO	Batista	PT	BA	Técnico em Telecomunicação
55	WANDERVAL SANTOS (BISPO)	Universal	PL	SP	Agricultor e Empresário de Comunicação
56	WERNER WANDERER		PFL	PR	Agricultor
57	WILSON SANTOS	Adventista	PSDB	MT	Professor

Anexo 6

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (2003 - 2007) / CLASSIFICAÇÃO POR NOME

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
1	ADELOR VIEIRA (PRESBÍTERO)	Assembléia de Deus	PMDB	SC	Professor e Securitário
2	AGNALDO MUNIZ	Assembléia de Deus	PPS	RO	Advogado
3	ALMEIDA DE JESUS	Universal	PL	CE	Servidor Público
4	ALMIR MOURA (PASTOR)	Internacional da Graça	PL	RJ	Pastor
5	AMARILDO (PASTOR)	Assembléia de Deus	PP	TO	Empresário
6	ANA ALENCAR	Presbiteriana	PSDB	TO	Cirurgiã Dentista
7	ANDRÉ ZACHAROW (DIÁCONO)	Batista	PP	PR	Economista e Advogado
8	ANTONIO CRUZ (DR. E PRESB.)	Assembléia de Deus	PTB	MS	Médico
9	CABO JÚLIO (PASTOR)	Assembléia de Deus	PSB	MG	Policial Militar
10	CARLOS MANNATO	Maranata	PDT	ES	Médico
11	CARLOS NADER	Assembléia de Deus	PL	RJ	Advogado e Empresário
12	CARLOS RODRIGUES (BISPO)	Universal	PL	RJ	Radialista
13	CARLOS WILLIAN (PASTOR)	Quadrangular	PST	MG	Advogado
14	CLEONÂNCIO FONSECA	Assembléia de Deus	PPB	SE	Agropecuarista e Citricultor
15	COSTA FERREIRA (DIÁCONO)	Assembléia de Deus	PFL	MA	Advogado e Professor
16	EDINHO MONTEMOR	Batista	PSB	SP	Advogado
17	EDNA MACEDO	Universal	PTB	SP	Servidora Pública
18	EDUARDO CUNHA	Sara Nossa Terra	PMDB	RJ	Economista
19	FRANCISCO OLÍMPIO (PASTOR)	Assembléia de Deus	PSB	PE	Pastor
20	FRANKEMBERGEN (PASTOR)	Assembléia de Deus	PTB	RR	Pastor
21	GERSON GABRIELLI	Batista	PFL	BA	Empresário
22	GILBERTO NASCIMENTO	Assembléia de Deus	PMDB	SP	Jornalista

Anexo 6

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (2003 - 2007) / CLASSIFICAÇÃO POR NOME

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
23	GILMAR MACHADO	Batista	PT	MG	Professor
24	HELENO SILVA (PASTOR)	Universal	PL	SE	Pastor
25	HENRIQUE AFONSO (PASTOR)	Presbiteriana	PT	AC	Professor
26	HERCULANO ANGHINETTI	Batista Renovada	PPB	MG	Produtor Rural
27	ISAÍAS SILVESTRE (PASTOR)	Assembléia de Deus	PSB	MG	Comerciante
28	JAIR DE OLIVEIRA (PASTOR)	Verdade que Liberta	PMDB	ES	Pastor
29	JEFFERSON CAMPOS (PASTOR)	Quadrangular	PMDB	SP	Pastor
30	JOÃO BATISTA (BISPO)	Universal	PFL	SP	Economista
31	JOÃO CAMPOS (PASTOR)	Assembléia de Deus	PSDB	GO	Servidor Público Estadual
32	JOÃO MENDES DE JESUS (BISPO)	Universal	PSB	RJ	Economista
33	JOÃO PAULO GOMES DA SILVA	Universal	PL	MG	Advogado
34	JORGE PINHEIRO (PASTOR)	Universal	PL	DF	Pastor
35	JOSÉ DIVINO (PASTOR)	Universal	PMDB	RJ	Pastor
36	JOSUÉ BENGTSON (PASTOR)	Quadrangular	PTB	PA	Pastor
37	JÚLIO REDECKER	Luterana	PP	RS	Advogado
38	LINCOLN PORTELA (PASTOR)	Batista	PL	MG	Radialista e TV
39	LINO ROSSI	Batista	PP	MT	Radialista e Apresentador de TV
40	LUIS CARLOS HEINZE	Luterana	PPB	RS	Engenheiro e Produtor Rural
41	MARCOS ABRAMO (PASTOR)	Universal	PFL	SP	Técnico Em Telecomunicações
42	MARCOS DE JESUS (PASTOR)	Universal	PL	PE	Radialista
43	MILTON BARBOSA (PASTOR)	Assembléia de Deus	PFL	BA	Pastor
44	MILTON CARDIAS (PASTOR)	Assembléia de Deus	PTB	RS	Pastor

Anexo 6

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (2003 - 2007) / CLASSIFICAÇÃO POR NOME

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
45	NATAN DONADON	Batista	PMDB	RO	Servidor Público
46	NEUCIMAR FRAGA	Batista	PL	ES	Representante Comercial
47	NEUTON LIMA (PRESBÍTERO)	Assembléia de Deus	PTB	SP	Advogado
48	NILTON CAPIXABA	Assembléia de Deus	PTB	RO	Comerciante
49	OLIVEIRA FILHO (PASTOR)	Universal	PL	PR	Radialista
50	ONIX LORENZONI	Luterana	PFL	RS	Veterinário
51	PAULO BALTAZAR	Metodista	PSB	RJ	Médico
52	PAULO BAUER	Luterana	PFL	SC	Administrador de Empresas e Contador
53	PAULO GOUVÊA (PASTOR)	Universal	PL	RS	Radialista
54	PEDRO RIBEIRO (PASTOR)	Assembléia de Deus	PMDB	CE	Radialista
55	PHILEMON RODRIGUES	Assembléia de Deus	PTB	PB	Servidor Público
56	RAIMUNDO SANTOS	Assembléia de Deus	PL	PA	Advogado
57	REGINALDO GERMANO (PASTOR)	Universal	PFL	BA	Radialista
58	REINALDO (PASTOR)	Quadrangular	PTB	RS	Pastor
59	SÉRGIO CARVALHO		PSDB	RO	Médico
60	SILAS BRASILEIRO	Presbiteriana	PMDB	MG	Empresário
61	SILAS CÂMARA	Assembléia de Deus	PTB	AM	Empresário
62	TAKAYAMA (PASTOR)	Assembléia de Deus	PMDB	PR	Empresário
63	VALDENOR GUEDES	Assembléia de Deus	PP	AP	Professor e Químico Industrial
64	VIEIRA REIS (BISPO)	Universal	PMDB	RJ	Pastor
65	WALTER PINHEIRO	Batista	PT	BA	Técnico Em Telecomunicações
66	WANDERVAL SANTOS (BISPO)	Universal	PL	SP	Empresário

Anexo 6

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (2003 - 2007) / CLASSIFICAÇÃO POR NOME

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
67	WASNY DE ROURE (DIÁCONO)	Batista	PT	DF	Economista e Servidor Público
68	WILSON SANTOS	Adventista	PSDB	MT	Professor
69	ZELINDA NOVAES	Universal	PFL	BA	Economista e Professora
70	ZEQUINHA MARINHO	Assembléia de Deus	PSC	PA	Contador
71	ZICO BRONZEADO	Batista	PT	AC	Estudante

Anexo 7

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (2007 - 2011) / CLASSIFICAÇÃO POR NOME

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
1	ADÍLSON SOARES (DR.)	Internacional da Graça de Deus	PL	RJ	Esp. de Segurança Pública
2	ANDRÉIA ZITO	Batista	PSDB	RJ	Estudante de Direito
3	ANTÔNIO BULHÕES (BISPO)	Universal	PMDB	SP	Administrador
4	ANTONIO CRUZ (DR.)	Assembléia de Deus	PP	MS	Médico
5	AROLDE DE OLIVEIRA	Batista	PFL	RJ	Engenheiro e Professor
6	CARLOS MANATO	Maranata	PDT	ES	Médico
7	CARLOS WILLIAN	Maranata / Quadrangular	PTC	MG	Advogado
8	CLEBER VERDE	Assembléia de Deus Madureira	PAN	MA	
9	EDINHO MONTEMOR	Batista	PSB	SP	Advogado
10	EDUARDO CUNHA	Sara Nossa Terra	PMDB	RJ	Economista
11	FÁTIMA PELAES	Assembléia de Deus	PMDB	AP	Socióloga
12	FILIPE RIO DE CARA NOVA	Assembléia de Deus	PSC	RJ	Estudante
13	FLÁVIO BEZERRA	Universal	PMDB	CE	Bispo
14	FRANCISCO ROSSI	Comunidade de Carisma	PMDB	SP	Empresário
15	GÊ TENUTA (BISPO)	Renascer em Cristo	PFL	SP	
16	GEORGE HILTON	Universal	PP	MG	Teólogo, Radialista e Apresentador de TV
17	GILMAR MACHADO	Batista	PT	MG	Professor
18	HENRIQUE AFONSO	Presbiteriana	PT	AC	Professor
19	ÍRIS REZENDE (DONA)	Cristã Evangélica	PMDB	GO	Empresária
20	JOÃO CAMPOS	Assembléia de Deus Madureira	PSDB	GO	Delegado de Polícia
21	JOÃO OLIVEIRA	Assembléia de Deus	PFL	TO	Pecuarista
22	JORGE TADEU MUDALEN	Internacional da Graça de Deus	PFL	SP	

Anexo 7

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (2007 - 2011) / CLASSIFICAÇÃO POR NOME

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
23	JÚLIO HEDECKER	Luterana	PSDB	RS	Advogado
24	JURANDYR LOUREIRO	Assembléia de Deus	PSC	ES	Pastor
25	JUSMARI OLIVEIRA	Batista	PFL	BA	
26	LÉO VIVAS	Universal	PRB	RJ	Bispo
27	LEONARDO QUINTÃO	Batista (Lagoinha)	PMDB	MG	Adm. de Empresa e Economista
28	LINCOLN PORTELA	Batista Renovada	PL	MG	Radialista
29	LUIS CARLOS HEINZE	Luterana	PP	RS	Engenheiro e Produtor Rural
30	MANOEL FERREIRA (PASTOR)	Assembléia de Deus Madureira	PTB	RJ	Advogado
31	MARCOS ANTÔNIO	Assembléia de Deus ou Metodista Wesleyana	PSC	PE	Cantor e Compositor
32	MÁRIO DE OLIVEIRA	Quadrangular	PSC	MG	Pastor
33	NATAN DONADON	Batista	PMDB	RO	Servidor Público
34	NECHAR (DR.)	Assembléia de Deus	PV	SP	Médico
35	NEUCIMAR FRAGA	Batista	PL	ES	Representante Comercial
36	ONYX LORENZONI	Luterana	PFL	RS	Veterinário
37	PAULO ROBERTO	Universal	PTB	RS	Professor
38	ROBSON RODOVALHO (BISPO)	Sara Nossa Terra	PFL	DF	Professor
39	SABINO CASTELO BRANCO	Assembléia de Deus	PTB	AM	
40	SÉRGIO BRITO	Batista	PDT	BA	Policial Civil e Engenheiro
41	SILAS CÂMARA	Assembléia de Deus	PTB	AM	Empresário
42	SUELI VIDIGAL	Batista	PDT	ES	Estudante de Jornalismo
43	TAKAYAMA	Assembléia de Deus	PMDB	PR	Empresário
44	VINÍCIUS CARVALHO	Universal	PT do B	RJ	Empresário

Anexo 7

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (2007 - 2011) / CLASSIFICAÇÃO POR NOME

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
45	WALTER PINHEIRO	Batista	PT	BA	Técnico em Telecomunicações
46	ZEQUINHA MARINHO	Assembléia de Deus	PSC	PA	Contador

Anexo 8

DEPUTADOS EVANGÉLICOS / MANDATOS ATÉ 2007 / CLASSIFICAÇÃO POR IGREJA

	Nome Deputado	Igreja	1999 / 2003	2003 / 2007	2007 / 2011	Mandatos até 2007
1	WILSON SANTOS	Adventista	x	x		2
2	ADELOR VIEIRA (PRESBÍTERO)	Assembléia de Deus		x		1
3	AMARILDO (PASTOR)	Assembléia de Deus	x	x		2
4	ANTONIO CRUZ (DR. E PRESB.)	Assembléia de Deus	x	x	x	3
5	CARLOS NADER	Assembléia de Deus	x	x		2
7	CLEONÂNCIO FONSECA	Assembléia de Deus	x	x		5
8	COSTA FERREIRA (DIÁCONO)	Assembléia de Deus	x	x		1
9	FILIPE RIO DE CARA NOVA	Assembléia de Deus			x	1
10	FRANCISCO OLÍMPIO (PASTOR)	Assembléia de Deus		x		1
12	FRANKEMBERGEN (PASTOR)	Assembléia de Deus		x		1
14	GILBERTO NASCIMENTO	Assembléia de Deus		x		1
15	ISAÍAS SILVESTRE (PASTOR)	Assembléia de Deus		x		1
16	JOÃO OLIVEIRA	Assembléia de Deus			x	1
18	JOSÉ ALEKSANDRO	Assembléia de Deus	x			1
19	JURANDYR LOUREIRO	Assembléia de Deus			x	1
21	MANOEL FERREIRA (PASTOR)	Assembléia de Deus			x	1
23	MILTON BARBOSA (PASTOR)	Assembléia de Deus		x		1
24	MILTON CARDIAS (PASTOR)	Assembléia de Deus		x		1
25	NECHAR (DR.)	Assembléia de Deus			x	2
26	NEUTON LIMA (PRESBÍTERO)	Assembléia de Deus	x	x		2
27	NILTON CAPIXABA	Assembléia de Deus	x	x		1

Anexo 8

DEPUTADOS EVANGÉLICOS / MANDATOS ATÉ 2007 / CLASSIFICAÇÃO POR IGREJA

	Nome Deputado	Igreja	1999 / 2003	2003 / 2007	2007 / 2011	Mandatos até 2007
28	PEDRO RIBEIRO (PASTOR)	Assembléia de Deus		x		4
29	PHILEMON RODRIGUES	Assembléia de Deus	x	x		3
30	RAIMUNDO SANTOS	Assembléia de Deus	x	x		1
31	RENILDO LEAL	Assembléia de Deus	x			4
32	SABINO CASTELO BRANCO	Assembléia de Deus			x	1
33	SALATIEL CARVALHO	Assembléia de Deus	x			3
34	SILAS CÂMARA	Assembléia de Deus	x	x	x	2
35	TAKAYAMA (PASTOR)	Assembléia de Deus		x	x	3
36	VALDENOR GUEDES	Assembléia de Deus	x	x		2
37	ZEQUINHA MARINHO	Assembléia de Deus		x	x	4
38	FÁTIMA PELAES	Assembléia de Deus	x		x	2
39	AGNALDO MUNIZ	Assembléia de Deus	x	x		2
40	CABO JÚLIO (PASTOR)	Assembléia de Deus Independente	x	x		2
6	CLEBER VERDE	Assembléia de Deus Madureira			x	1
41	JOÃO CAMPOS (PASTOR)	Assembléia de Deus Madureira		x	x	1
22	MARCOS ANTÔNIO	Assembléia de Deus ou Metodista Wesleyana			x	1
20	JUSMARI OLIVEIRA	Batista			x	1
42	ANDRÉ ZACHAROW (DIÁCONO)	Batista		x		1
43	ANDRÉIA ZITO	Batista			x	6
44	AROLDE DE OLIVEIRA	Batista	x		x	1
45	EBER SILVA	Batista	x			2
46	EDINHO MONTEMOR	Batista		x	x	5

Anexo 8

DEPUTADOS EVANGÉLICOS / MANDATOS ATÉ 2007 / CLASSIFICAÇÃO POR IGREJA

	Nome Deputado	Igreja	1999 / 2003	2003 / 2007	2007 / 2011	Mandatos até 2007
47	ERALDO TINOCO	Batista	x			2
48	GERSON GABRIELLI	Batista	x	x		3
49	GILMAR MACHADO	Batista	x	x	x	2
50	LAMARTINE POSELLA	Batista	x			1
52	LINO ROSSI	Batista	x	x		1
53	MAGNO MALTA	Batista	x			2
54	NATAN DONADON	Batista		x	x	2
55	NEUCIMAR FRAGA (PASTOR)	Batista		x	x	2
56	SÉRGIO BRITO	Batista			x	1
57	SUELI VIDIGAL	Batista			x	4
58	WALTER PINHEIRO	Batista	x	x	x	1
59	WASNY DE ROURE (DIÁCONO)	Batista		x		1
60	ZICO BRONZEADO	Batista		x		1
51	LEONARDO QUINTÃO	Batista (Lagoinha)			x	2
61	GLYCON TERRA PINTO	Batista Renovada	x			3
62	HERCULANO ANGHINETTI	Batista Renovada	x	x		3
63	LINCOLN PORTELA (PASTOR)	Batista Renovada	x	x	x	1
64	MIRIAM REID	Comunidade	x			1
11	FRANCISCO ROSSI	Comunidade de Carisma			x	1
65	ÍRIS REZENDE (DONA)	Cristã Evangélica			x	1
66	ALMIR MOURA (PASTOR)	Internacional da Graça		x		1
17	JORGE TADEU MUDALEN	Internacional da Graça de Deus			x	1

Anexo 8

DEPUTADOS EVANGÉLICOS / MANDATOS ATÉ 2007 / CLASSIFICAÇÃO POR IGREJA

	Nome Deputado	Igreja	1999 / 2003	2003 / 2007	2007 / 2011	Mandatos até 2007
67	ADÍLSON SOARES (DR.)	Internacional da Graça de Deus			x	4
68	JÚLIO REDECKER	Luterana	x	x	x	3
69	LUÍS CARLOS HEINZE	Luterana	x	x	x	2
70	ONYX LORENZONI	Luterana		x	x	3
71	PAULO BAUER	Luterana		x		2
72	CARLOS MANNATO	Maranata		x	x	2
73	PAULO BALTAZAR	Metodista	x	x		1
74	ANA ALENCAR	Presbiteriana		x		2
75	HENRIQUE AFONSO (PASTOR)	Presbiteriana		x	x	2
76	LIDIA QUINAN	Presbiteriana	x			3
77	SILAS BRASILEIRO	Presbiteriana	x	x		1
78	JEFFERSON CAMPOS (PASTOR)	Quadrangular		x		2
79	JOSUÉ BENGTSON (PASTOR)	Quadrangular	x	x		6
80	MÁRIO DE OLIVEIRA	Quadrangular	x		x	1
81	REINALDO (PASTOR)	Quadrangular		x		2
82	CARLOS WILLIAN (PASTOR)	Quadrangular/Maranata		x	x	2
13	GÊ TENUTA (BISPO)	Renascer em Cristo			x	1
83	EDUARDO CUNHA	Sara Nossa Terra		x	x	2
84	PAULO OCTÁVIO	Sara Nossa Terra	x			1
85	ROBSON RODOVALHO (BISPO)	Sara Nossa Terra			x	3
86	ALDIR CABRAL	Universal	x			2
87	ALMEIDA DE JESUS	Universal	x	x		1

Anexo 8

DEPUTADOS EVANGÉLICOS / MANDATOS ATÉ 2007 / CLASSIFICAÇÃO POR IGREJA

	Nome Deputado	Igreja	1999 / 2003	2003 / 2007	2007 / 2011	Mandatos até 2007
88	ANTÔNIO BULHÕES (BISPO)	Universal			x	2
89	CARLOS RODRIGUES (BISPO)	Universal	x	x		1
90	EDNA MACEDO	Universal		x		1
91	FLÁVIO BEZERRA	Universal			x	1
92	GEORGE HILTON	Universal			x	1
93	GESSIVALDO ISAÍAS	Universal	x			1
94	HELENO SILVA (PASTOR)	Universal		x		1
95	JOÃO BATISTA (BISPO)	Universal		x		1
96	JOÃO MENDES DE JESUS (BISPO)	Universal		x		1
97	JOÃO PAULO GOMES DA SILVA	Universal		x		1
98	JORGE PINHEIRO (PASTOR)	Universal		x		2
99	JORGE WILSON	Universal	x			1
100	JOSÉ DIVINO (PASTOR)	Universal		x		1
101	LÉO VIVAS	Universal			x	3
102	LUIZ MOREIRA	Universal	x			1
103	MARCOS ABRAMO (PASTOR)	Universal		x		2
104	MARCOS DE JESUS (PASTOR)	Universal	x	x		2
105	OLIVEIRA FILHO (PASTOR)	Universal	x	x		2
106	PAULO DE VELASCO	Universal	x			2
107	PAULO GOUVÊA (PASTOR)	Universal	x	x		1
108	PAULO ROBERTO	Universal			x	2
109	REGINALDO GERMANO (PASTOR)	Universal	x	x		1

Anexo 8

DEPUTADOS EVANGÉLICOS / MANDATOS ATÉ 2007 / CLASSIFICAÇÃO POR IGREJA

	Nome Deputado	Igreja	1999 / 2003	2003 / 2007	2007 / 2011	Mandatos até 2007
110	VALDECI PAIVA	Universal	x			1
111	VIEIRA REIS (BISPO)	Universal		x		1
112	VINÍCIUS CARVALHO	Universal			x	2
113	WAGNER SALUSTIANO	Universal	x			2
114	WANDERVAL SANTOS (BISPO)	Universal	x	x		1
115	ZELINDA NOVAES	Universal		x		1
116	JAIR DE OLIVEIRA (PASTOR)	Verdade que Liberta		x		1
117	EULER MORAIS		x			1
118	MATTOS NASCIMENTO		x			2
119	SÉRGIO CARVALHO		x	x		3
120	WERNER WANDERER		x			1

Anexo 9

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (1999 - 2003) / CLASSIFICAÇÃO POR IGREJA

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
1	WILSON SANTOS	Adventista	PSDB	MT	Professor
2	AMARILDO (PASTOR)	Assembléia de Deus	PPB	TO	Empresário
3	ANTÔNIO CRUZ (DR.)	Assembléia de Deus	PMDB	MS	Médico
4	CARLOS NADER	Assembléia de Deus	PL	RJ	Advogado e Empresário
5	CLEONÂNCIO FONSECA	Assembléia de Deus	PPB	SE	Agropecuarista e Citricultor
6	COSTA FERREIRA	Assembléia de Deus	PFL	MA	Torneiro Mecânico, Advogado, Professor, Pastor
7	JOSÉ ALEKSANDRO	Assembléia de Deus	PSL	AC	Professor
8	NEUTON LIMA	Assembléia de Deus	PFL	SP	Advogado
9	NILTON CAPIXABA	Assembléia de Deus	PTB	RO	Comerciante
10	PHILEMON RODRIGUES	Assembléia de Deus	PL	MG	Servidor Público e Teólogo
11	RAIMUNDO SANTOS	Assembléia de Deus	PL	PA	Advogado
12	RENILDO LEAL	Assembléia de Deus	PTB	PA	Médico
13	SALATIEL CARVALHO	Assembléia de Deus	PMDB	PE	Engenheiro Eletricista
14	SILAS CÂMARA	Assembléia de Deus	PTB	AM	Técnico de Construção Civil
15	VALDENOR GUEDES	Assembléia de Deus	PP	AP	Professor e Químico Industrial
16	FÁTIMA PELAES	Assembléia de Deus	PSDB	AP	Socióloga
17	AGNALDO MUNIZ	Assembléia de Deus	PPS	RO	Advogado
18	CABO JÚLIO	Assembléia de Deus Independente	PST	MG	Policial Militar
19	AROLDE DE OLIVEIRA	Batista	PFL	RJ	Engenheiro e Economista
20	EBER SILVA	Batista	PST	RJ	Pastor
21	ERALDO TINOCO	Batista	PFL	BA	Administrador e Professor

Anexo 9

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (1999 - 2003) / CLASSIFICAÇÃO POR IGREJA

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
22	GERSON GABRIELLI	Batista	PFL	BA	Comerciante
23	GILMAR MACHADO	Batista	PT	MG	Professor
24	LAMARTINE POSELLA	Batista	PMDB	SP	Pastor
25	LINO ROSSI	Batista	PSDB	MT	Radialista e Apresentador de TV
26	MAGNO MALTA	Batista	PL	ES	Pastor, Cantor
27	WALTER PINHEIRO	Batista	PT	BA	Técnico em Telecomunicação
28	LINCOLN PORTELA	Batista (apoio IURD)	PSL	MG	Radialista e Pastor
29	GLYCON TERRA PINTO	Batista Renovada	PMDB	MG	Empresário, Construtor Civil
30	HERCULANO ANGHINETTI	Batista Renovada	PPB	MG	Produtor Rural
31	MIRIAM REID	Comunidade	PSB	RJ	Assistente Social
32	JÚLIO REDECKER	Luterana	PPB	RS	Advogado
33	LUÍS CARLOS HEINZE	Luterana	PPB	RS	Produtor Rural
34	PAULO BALTAZAR	Metodista	PSB	RJ	Médico e Bancário
35	LIDIA QUINAN	Presbiteriana	PSDB	GO	Empresária e Enfermeira
36	SILAS BRASILEIRO	Presbiteriana	PMDB	MG	Cafeicultor
37	JOSUÉ BENGTSON	Quadrangular	PTB	PA	Pastor
38	MÁRIO DE OLIVEIRA	Quadrangular	PST	MG	Pastor
39	PAULO OCTÁVIO	Sara Nossa Terra	PFL	DF	Empresário, Construtor Civil
40	ALDIR CABRAL	Universal	PFL	RJ	Policial Federal
41	ALMEIDA DE JESUS	Universal	PL	CE	Servidor Público, Obreiro IURD
42	CARLOS RODRIGUES (BISPO)	Universal	PL	RJ	Bispo e Radialista
43	DE VELASCO	Universal	PSL	SP	Advogado

Anexo 9

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (1999 - 2003) / CLASSIFICAÇÃO POR IGREJA

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
44	GESSIVALDO ISAÍAS	Universal	PMDB	PI	Pastor
45	JORGE WILSON	Universal	PSDB	RJ	Advogado
46	LUIZ MOREIRA	Universal	PFL	BA	Médico Militar
47	MARCOS DE JESUS	Universal	PL	PE	Radialista
48	OLIVEIRA FILHO	Universal	PL	PR	Radialista, Pastor
49	PAULO JOSÉ GOUVÊA	Universal	PL	RS	Pastor e Radialista
50	REGINALDO GERMANO	Universal	PFL	BA	Radialista (Militante Negro)
51	VALDECI PAIVA	Universal	PSL	RJ	Radialista
52	WAGNER SALUSTIANO	Universal	PPB	SP	Advogado
53	WANDERVAL SANTOS (BISPO)	Universal	PL	SP	Agricultor e Empresário de Comunicação
54	EULER MORAIS		PMDB	GO	Economista, Servidor Público
55	MATTOS NASCIMENTO		PST	RJ	Músico
56	SÉRGIO CARVALHO		PSDB	RO	Médico
57	WERNER WANDERER		PFL	PR	Agricultor

Anexo 10

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (2003 - 2007) / CLASSIFICAÇÃO POR IGREJA

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
1	WILSON SANTOS	Adventista	PSDB	MT	Professor
2	ADELOR VIEIRA (PRESBÍTERO)	Assembléia de Deus	PMDB	SC	Professor e Securitário
3	AGNALDO MUNIZ	Assembléia de Deus	PPS	RO	Advogado
4	AMARILDO (PASTOR)	Assembléia de Deus	PP	TO	Empresário
5	ANTONIO CRUZ (DR. E PRESB.)	Assembléia de Deus	PTB	MS	Médico
6	CABO JÚLIO (PASTOR)	Assembléia de Deus	PSB	MG	Policial Militar
7	CARLOS NADER	Assembléia de Deus	PL	RJ	Advogado e Empresário
8	CLEONÂNCIO FONSECA	Assembléia de Deus	PPB	SE	Agropecuarista e Citricultor
9	COSTA FERREIRA (DIÁCONO)	Assembléia de Deus	PFL	MA	Advogado e Professor
10	FRANCISCO OLÍMPIO (PASTOR)	Assembléia de Deus	PSB	PE	Pastor
11	FRANKEMBERGEN (PASTOR)	Assembléia de Deus	PTB	RR	Pastor
12	GILBERTO NASCIMENTO	Assembléia de Deus	PMDB	SP	Jornalista
13	ISAÍAS SILVESTRE (PASTOR)	Assembléia de Deus	PSB	MG	Comerciante
14	JOÃO CAMPOS (PASTOR)	Assembléia de Deus	PSDB	GO	Servidor Público Estadual
15	MILTON BARBOSA (PASTOR)	Assembléia de Deus	PFL	BA	Pastor
16	MILTON CARDIAS (PASTOR)	Assembléia de Deus	PTB	RS	Pastor
17	NEUTON LIMA (PRESBÍTERO)	Assembléia de Deus	PTB	SP	Advogado
18	NILTON CAPIXABA	Assembléia de Deus	PTB	RO	Comerciante
19	PEDRO RIBEIRO (PASTOR)	Assembléia de Deus	PMDB	CE	Radialista
20	PHILEMON RODRIGUES	Assembléia de Deus	PTB	PB	Servidor Público
21	RAIMUNDO SANTOS	Assembléia de Deus	PL	PA	Advogado
22	SILAS CÂMARA	Assembléia de Deus	PTB	AM	Empresário

Anexo 10

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (2003 - 2007) / CLASSIFICAÇÃO POR IGREJA

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
23	TAKAYAMA (PASTOR)	Assembléia de Deus	PMDB	PR	Empresário
24	VALDENOR GUEDES	Assembléia de Deus	PP	AP	Professor e Químico Industrial
25	ZEQUINHA MARINHO	Assembléia de Deus	PSC	PA	Contador
26	ANDRÉ ZACHAROW (DIÁCONO)	Batista	PP	PR	Economista e Advogado
27	EDINHO MONTEMOR	Batista	PSB	SP	Advogado
28	GERSON GABRIELLI	Batista	PFL	BA	Empresário
29	GILMAR MACHADO	Batista	PT	MG	Professor
30	LINCOLN PORTELA (PASTOR)	Batista	PL	MG	Radialista e TV
31	LINO ROSSI	Batista	PP	MT	Radialista e Apresentador de TV
32	NATAN DONADON	Batista	PMDB	RO	Servidor Público
33	NEUCIMAR FRAGA	Batista	PL	ES	Representante Comercial
34	WALTER PINHEIRO	Batista	PT	BA	Técnico Em Telecomunicações
35	WASNY DE ROURE (DIÁCONO)	Batista	PT	DF	Economista e Servidor Público
36	ZICO BRONZEADO	Batista	PT	AC	Estudante
37	HERCULANO ANGHINETTI	Batista Renovada	PPB	MG	Produtor Rural
38	ALMIR MOURA (PASTOR)	Internacional da Graça	PL	RJ	Pastor
39	JÚLIO REDECKER	Luterana	PP	RS	Advogado
40	LUIS CARLOS HEINZE	Luterana	PPB	RS	Engenheiro e Produtor Rural
41	ONIX LORENZONI	Luterana	PFL	RS	Veterinário
42	PAULO BAUER	Luterana	PFL	SC	Administrador de Empresas e Contador
43	CARLOS MANNATO	Maranata	PDT	ES	Médico
44	PAULO BALTAZAR	Metodista	PSB	RJ	Médico

Anexo 10

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (2003 - 2007) / CLASSIFICAÇÃO POR IGREJA

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
45	ANA ALENCAR	Presbiteriana	PSDB	TO	Cirurgiã Dentista
46	HENRIQUE AFONSO (PASTOR)	Presbiteriana	PT	AC	Professor
47	SILAS BRASILEIRO	Presbiteriana	PMDB	MG	Empresário
48	CARLOS WILLIAN (PASTOR)	Quadrangular	PST	MG	Advogado
49	JEFFERSON CAMPOS (PASTOR)	Quadrangular	PMDB	SP	Pastor
50	JOSUÉ BENGTSON (PASTOR)	Quadrangular	PTB	PA	Pastor
51	REINALDO (PASTOR)	Quadrangular	PTB	RS	Pastor
52	EDUARDO CUNHA	Sara Nossa Terra	PMDB	RJ	Economista
53	ALMEIDA DE JESUS	Universal	PL	CE	Servidor Público
54	CARLOS RODRIGUES (BISPO)	Universal	PL	RJ	Radialista
55	EDNA MACEDO	Universal	PTB	SP	Servidora Pública
56	HELENO SILVA (PASTOR)	Universal	PL	SE	Pastor
57	JOÃO BATISTA (BISPO)	Universal	PFL	SP	Economista
58	JOÃO MENDES DE JESUS (BISPO)	Universal	PSB	RJ	Economista
59	JOÃO PAULO GOMES DA SILVA	Universal	PL	MG	Advogado
60	JORGE PINHEIRO (PASTOR)	Universal	PL	DF	Pastor
61	JOSÉ DIVINO (PASTOR)	Universal	PMDB	RJ	Pastor
62	MARCOS ABRAMO (PASTOR)	Universal	PFL	SP	Técnico Em Telecomunicações
63	MARCOS DE JESUS (PASTOR)	Universal	PL	PE	Radialista
64	OLIVEIRA FILHO (PASTOR)	Universal	PL	PR	Radialista
65	PAULO GOUVÊA (PASTOR)	Universal	PL	RS	Radialista
66	REGINALDO GERMANO (PASTOR)	Universal	PFL	BA	Radialista

Anexo 10

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (2003 - 2007) / CLASSIFICAÇÃO POR IGREJA

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
67	VIEIRA REIS (BISPO)	Universal	PMDB	RJ	Pastor
68	WANDERVAL SANTOS (BISPO)	Universal	PL	SP	Empresário
69	ZELINDA NOVAES	Universal	PFL	BA	Economista e Professora
70	JAIR DE OLIVEIRA (PASTOR)	Verdade que Liberta	PMDB	ES	Pastor
71	SÉRGIO CARVALHO		PSDB	RO	Médico

Anexo 11

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (2007 - 2011) / CLASSIFICAÇÃO POR IGREJA

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
1	ANTONIO CRUZ (DR.)	Assembléia de Deus	PP	MS	Médico
2	FILIPE RIO DE CARA NOVA	Assembléia de Deus	PSC	RJ	Estudante
4	JOÃO OLIVEIRA	Assembléia de Deus	PFL	TO	Pecuarista
5	JURANDYR LOUREIRO	Assembléia de Deus	PSC	ES	Pastor
7	NECHAR (DR.)	Assembléia de Deus	PV	SP	Médico
8	SILAS CÂMARA	Assembléia de Deus	PTB	AM	Empresário
9	TAKAYAMA	Assembléia de Deus	PMDB	PR	Empresário
10	ZEQUINHA MARINHO	Assembléia de Deus	PSC	PA	Contador
11	FÁTIMA PELAES	Assembléia de Deus	PMDB	AP	Socióloga
12	SABINO CASTELO BRANCO	Assembléia de Deus	PTB	AM	
13	CLEBER VERDE	Assembléia de Deus Madureira	PAN	MA	
14	JOÃO CAMPOS	Assembléia de Deus Madureira	PSDB	GO	Delegado de Polícia
15	MANOEL FERREIRA (PASTOR)	Assembléia de Deus Madureira	PTB	RJ	Advogado
6	MARCOS ANTÔNIO	Assembléia de Deus ou Metodista Wesleyana	PSC	PE	Cantor e Compositor
16	JUSMARI OLIVEIRA	Batista	PFL	BA	
17	ANDRÉIA ZITO	Batista	PSDB	RJ	Estudante de Direito
18	AROLDE DE OLIVEIRA	Batista	PFL	RJ	Engenheiro e Professor
19	EDINHO MONTEMOR	Batista	PSB	SP	Advogado
20	GILMAR MACHADO	Batista	PT	MG	Professor
21	NATAN DONADON	Batista	PMDB	RO	Servidor Público
22	NEUCIMAR FRAGA	Batista	PL	ES	Representante Comercial
23	SÉRGIO BRITO	Batista	PDT	BA	Policial Civil e Engenheiro

Anexo 11

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (2007 - 2011) / CLASSIFICAÇÃO POR IGREJA

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
24	SUELI VIDIGAL	Batista	PDT	ES	Estudante de Jornalismo
25	WALTER PINHEIRO	Batista	PT	BA	Técnico em Telecomunicações
26	LEONARDO QUINTÃO	Batista (Lagoinha)	PMDB	MG	Adm. de Empresa e Economista
27	LINCOLN PORTELA	Batista Renovada	PL	MG	Radialista
3	FRANCISCO ROSSI	Comunidade de Carisma	PMDB	SP	Empresário
28	ÍRIS REZENDE (DONA)	Cristã Evangélica	PMDB	GO	Empresária
29	JORGE TADEU MUDALEN	Internacional da Graça de Deus	PFL	SP	
30	ADÍLSON SOARES (DR.)	Internacional da Graça de Deus	PL	RJ	Esp. de Segurança Pública
31	JÚLIO HEDECKER	Luterana	PSDB	RS	Advogado
32	LUIS CARLOS HEINZE	Luterana	PP	RS	Engenheiro e Produtor Rural
33	ONYX LORENZONI	Luterana	PFL	RS	Veterinário
34	CARLOS MANATO	Maranata	PDT	ES	Médico
35	CARLOS WILLIAN	Maranata / Quadrangular	PTC	MG	Advogado
36	HENRIQUE AFONSO	Presbiteriana	PT	AC	Professor
37	MÁRIO DE OLIVEIRA	Quadrangular	PSC	MG	Pastor
38	GÊ TENUTA (BISPO)	Renascer em Cristo	PFL	SP	Empresário
39	EDUARDO CUNHA	Sara Nossa Terra	PMDB	RJ	Economista
40	ROBSON RODOVALHO (BISPO)	Sara Nossa Terra	PFL	DF	Professor
41	ANTÔNIO BULHÕES (BISPO)	Universal	PMDB	SP	Administrador
42	FLÁVIO BEZERRA	Universal	PMDB	CE	Bispo
43	GEORGE HILTON	Universal	PP	MG	Teólogo, Radialista e Apres. de TV
44	LÉO VIVAS	Universal	PRB	RJ	Bispo

Anexo 11

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (2007 - 2011) / CLASSIFICAÇÃO POR IGREJA

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
45	PAULO ROBERTO	Universal	PTB	RS	Professor
46	VINÍCIUS CARVALHO	Universal	PT do B	RJ	Empresário

Anexo 12

DEPUTADOS EVANGÉLICOS / MANDATOS ATÉ 2007 / CLASSIFICAÇÃO POR ESTADO

	Nome Deputado	Igreja	UF	1999 / 2003	2003 / 2007	2007 / 2011	Mandatos até 2007
1	HENRIQUE AFONSO (PASTOR)	Presbiteriana	AC		x	x	2
2	JOSÉ ALEKSANDRO	Assembléia de Deus	AC	x			1
3	ZICO BRONZEADO	Batista	AC		x		1
4	SABINO CASTELO BRANCO	Assembléia de Deus	AM			x	1
5	SILAS CÂMARA	Assembléia de Deus	AM	x	x	x	3
6	FÁTIMA PELAES	Assembléia de Deus	AP	x		x	4
7	VALDENOR GUEDES	Assembléia de Deus	AP	x	x		3
8	ERALDO TINOCO	Batista	BA	x			5
9	GERSON GABRIELLI	Batista	BA	x	x		2
10	JUSMARI OLIVEIRA	Batista	BA			x	1
11	LUIZ MOREIRA	Universal	BA	x			3
12	MILTON BARBOSA (PASTOR)	Assembléia de Deus	BA		x		1
13	REGINALDO GERMANO (PASTOR)	Universal	BA	x	x		2
14	SÉRGIO BRITO	Batista	BA			x	2
15	WALTER PINHEIRO	Batista	BA	x	x	x	4
16	ZELINDA NOVAES	Universal	BA		x		1
17	ALMEIDA DE JESUS	Universal	CE	x	x		2
18	FLÁVIO BEZERRA	Universal	CE			x	1
19	PEDRO RIBEIRO (PASTOR)	Assembléia de Deus	CE		x		1
20	JORGE PINHEIRO (PASTOR)	Universal	DF		x		1
21	PAULO OCTÁVIO	Sara Nossa Terra	DF	x			2

Anexo 12

DEPUTADOS EVANGÉLICOS / MANDATOS ATÉ 2007 / CLASSIFICAÇÃO POR ESTADO

	Nome Deputado	Igreja	UF	1999 / 2003	2003 / 2007	2007 / 2011	Mandatos até 2007
22	ROBSON RODOVALHO (BISPO)	Sara Nossa Terra	DF			x	1
23	WASNY DE ROURE (DIÁCONO)	Batista	DF		x		1
24	CARLOS MANNATO	Maranata	ES		x	x	2
25	JAIR DE OLIVEIRA (PASTOR)	Verdade que Liberta	ES		x		1
26	JURANDYR LOUREIRO	Assembléia de Deus	ES			x	1
27	MAGNO MALTA	Batista	ES	x			1
28	NEUCIMAR FRAGA (PASTOR)	Batista	ES		x	x	2
29	SUELI VIDIGAL	Batista	ES			x	1
30	EULER MORAIS		GO	x			1
31	ÍRIS REZENDE (DONA)	Cristã Evangélica	GO			x	1
32	JOÃO CAMPOS (PASTOR)	Assembléia de Deus Madureira	GO		x	x	2
33	LIDIA QUINAN	Presbiteriana	GO	x			2
34	CLEBER VERDE	Assembléia de Deus Madureira	MA			x	1
35	COSTA FERREIRA (DIÁCONO)	Assembléia de Deus	MA	x	x		5
36	CABO JÚLIO (PASTOR)	Assembléia de Deus Independente	MG	x	x		2
37	CARLOS WILLIAN (PASTOR)	Quadrangular/Maranata	MG		x	x	2
38	GEORGE HILTON	Universal	MG			x	1
39	GILMAR MACHADO	Batista	MG	x	x	x	3
40	GLYCON TERRA PINTO	Batista Renovada	MG	x			1
41	HERCULANO ANGHINETTI	Batista Renovada	MG	x	x		3
42	ISAÍAS SILVESTRE (PASTOR)	Assembléia de Deus	MG		x		1
43	JOÃO PAULO GOMES DA SILVA	Universal	MG		x		1

Anexo 12

DEPUTADOS EVANGÉLICOS / MANDATOS ATÉ 2007 / CLASSIFICAÇÃO POR ESTADO

	Nome Deputado	Igreja	UF	1999 / 2003	2003 / 2007	2007 / 2011	Mandatos até 2007
44	LEONARDO QUINTÃO	Batista (Lagoinha)	MG			x	1
45	LINCOLN PORTELA (PASTOR)	Batista Renovada	MG	x	x	x	3
46	MÁRIO DE OLIVEIRA	Quadrangular	MG	x		x	6
47	PHILEMON RODRIGUES	Assembléia de Deus	MG	x	x		4
48	SILAS BRASILEIRO	Presbiteriana	MG	x	x		3
49	ANTONIO CRUZ (DR. E PRESB.)	Assembléia de Deus	MS	x	x	x	3
50	LINO ROSSI	Batista	MT	x	x		2
51	WILSON SANTOS	Adventista	MT	x	x		2
52	JOSUÉ BENGTSON (PASTOR)	Quadrangular	PA	x	x		2
53	RAIMUNDO SANTOS	Assembléia de Deus	PA	x	x		3
54	RENILDO LEAL	Assembléia de Deus	PA	x			1
55	ZEQUINHA MARINHO	Assembléia de Deus	PA		x	x	2
56	FRANCISCO OLÍMPIO (PASTOR)	Assembléia de Deus	PE		x		1
57	MARCOS ANTÔNIO	Assembléia de Deus ou Metodista Wesleyana	PE			x	1
58	MARCOS DE JESUS (PASTOR)	Universal	PE	x	x		2
59	SALATIEL CARVALHO	Assembléia de Deus	PE	x			4
60	GESSIVALDO ISAÍAS	Universal	PI	x			1
61	ANDRÉ ZACHAROW (DIÁCONO)	Batista	PR		x		1
62	OLIVEIRA FILHO (PASTOR)	Universal	PR	x	x		2
63	TAKAYAMA (PASTOR)	Assembléia de Deus	PR		x	x	2
64	WERNER WANDERER		PR	x			3
65	ADÍLSON SOARES (DR.)	Internacional da Graça de Deus	RJ			x	1

Anexo 12

DEPUTADOS EVANGÉLICOS / MANDATOS ATÉ 2007 / CLASSIFICAÇÃO POR ESTADO

	Nome Deputado	Igreja	UF	1999 / 2003	2003 / 2007	2007 / 2011	Mandatos até 2007
66	ALDIR CABRAL	Universal	RJ	x			3
67	ALMIR MOURA (PASTOR)	Internacional da Graça	RJ		x		1
68	ANDRÉIA ZITO	Batista	RJ			x	1
69	AROLDE DE OLIVEIRA	Batista	RJ	x		x	6
70	CARLOS NADER	Assembléia de Deus	RJ	x	x		2
71	CARLOS RODRIGUES (BISPO)	Universal	RJ	x	x		2
72	EBER SILVA	Batista	RJ	x			1
73	EDUARDO CUNHA	Sara Nossa Terra	RJ		x	x	2
74	FILIPE RIO DE CARA NOVA	Assembléia de Deus	RJ			x	1
75	JOÃO MENDES DE JESUS (BISPO)	Universal	RJ		x		1
76	JORGE WILSON	Universal	RJ	x			2
77	JOSÉ DIVINO (PASTOR)	Universal	RJ		x		1
78	LÉO VIVAS	Universal	RJ			x	1
79	MANOEL FERREIRA (PASTOR)	Assembléia de Deus	RJ			x	1
80	MATTOS NASCIMENTO		RJ	x			1
81	MIRIAM REID	Comunidade	RJ	x			1
82	PAULO BALTAZAR	Metodista	RJ	x	x		2
83	VALDECI PAIVA	Universal	RJ	x			1
84	VIEIRA REIS (BISPO)	Universal	RJ		x		1
85	VINÍCIUS CARVALHO	Universal	RJ			x	1
86	AGNALDO MUNIZ	Assembléia de Deus	RO	x	x		2
87	NATAN DONADON	Batista	RO		x	x	2

Anexo 12

DEPUTADOS EVANGÉLICOS / MANDATOS ATÉ 2007 / CLASSIFICAÇÃO POR ESTADO

	Nome Deputado	Igreja	UF	1999 / 2003	2003 / 2007	2007 / 2011	Mandatos até 2007
88	NILTON CAPIXABA	Assembléia de Deus	RO	x	x		2
89	SÉRGIO CARVALHO		RO	x	x		2
90	FRANKEMBERGEN (PASTOR)	Assembléia de Deus	RR		x		1
91	JÚLIO REDECKER	Luterana	RS	x	x	x	4
92	LUÍS CARLOS HEINZE	Luterana	RS	x	x	x	3
93	MILTON CARDIAS (PASTOR)	Assembléia de Deus	RS		x		1
94	ONYX LORENZONI	Luterana	RS		x	x	2
95	PAULO GOUVÊA (PASTOR)	Universal	RS	x	x		2
96	PAULO ROBERTO	Universal	RS			x	1
97	REINALDO (PASTOR)	Quadrangular	RS		x		1
98	ADELOR VIEIRA (PRESBÍTERO)	Assembléia de Deus	SC		x		1
99	PAULO BAUER	Luterana	SC		x		3
100	CLEONÂNCIO FONSECA	Assembléia de Deus	SE	x	x		5
101	HELENO SILVA (PASTOR)	Universal	SE		x		1
102	ANTÔNIO BULHÕES (BISPO)	Universal	SP			x	1
103	EDINHO MONTEMOR	Batista	SP		x	x	2
104	EDNA MACEDO	Universal	SP		x		1
105	FRANCISCO ROSSI	Comunidade de Carisma	SP			x	1
106	GÊ TENUTA (BISPO)	Renascer em Cristo	SP			x	1
107	GILBERTO NASCIMENTO	Assembléia de Deus	SP		x		1
108	JEFFERSON CAMPOS (PASTOR)	Quadrangular	SP		x		1
109	JOÃO BATISTA (BISPO)	Universal	SP		x		1

Anexo 12

DEPUTADOS EVANGÉLICOS / MANDATOS ATÉ 2007 / CLASSIFICAÇÃO POR ESTADO

	Nome Deputado	Igreja	UF	1999 / 2003	2003 / 2007	2007 / 2011	Mandatos até 2007
110	JORGE TADEU MUDALEN	Internacional da Graça de Deus	SP			x	1
111	LAMARTINE POSELLA	Batista	SP	x			2
112	MARCOS ABRAMO (PASTOR)	Universal	SP		x		1
113	NECHAR (DR.)	Assembléia de Deus	SP			x	1
114	NEUTON LIMA (PRESBÍTERO)	Assembléia de Deus	SP	x	x		2
115	PAULO DE VELASCO	Universal	SP	x			2
116	WAGNER SALUSTIANO	Universal	SP	x			2
117	WANDERVAL SANTOS (BISPO)	Universal	SP	x	x		2
118	AMARILDO (PASTOR)	Assembléia de Deus	TO	x	x		2
119	ANA ALENCAR	Presbiteriana	TO		x		1
120	JOÃO OLIVEIRA	Assembléia de Deus	TO			x	1

Anexo 13

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (1999 - 2003) / CLASSIFICAÇÃO POR ESTADO

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
1	JOSÉ ALEKSANDRO	Assembléia de Deus	PSL	AC	Professor
2	SILAS CÂMARA	Assembléia de Deus	PTB	AM	Técnico de Construção Civil
4	VALDENOR GUEDES	Assembléia de Deus	PP	AP	Professor e Químico Industrial
3	FÁTIMA PELAES	Assembléia de Deus	PSDB	AP	Socióloga
5	ERALDO TINOCO	Batista	PFL	BA	Administrador e Professor
6	GERSON GABRIELLI	Batista	PFL	BA	Comerciante
7	LUIZ MOREIRA	Universal	PFL	BA	Médico Militar
8	REGINALDO GERMANO	Universal	PFL	BA	Radialista (Militante Negro)
9	WALTER PINHEIRO	Batista	PT	BA	Técnico em Telecomunicação
10	ALMEIDA DE JESUS	Universal	PL	CE	Servidor Público, Obreiro IURD
11	PAULO OCTÁVIO	Sara Nossa Terra	PFL	DF	Empresário, Construtor Civil
12	MAGNO MALTA	Batista	PL	ES	Pastor, Cantor
13	EULER MORAIS		PMDB	GO	Economista, Servidor Público
14	LIDIA QUINAN	Presbiteriana	PSDB	GO	Empresária e Enfermeira
15	COSTA FERREIRA	Assembléia de Deus	PFL	MA	Torneiro Mecânico, Advogado, Professor, Pastor
22	PHILEMON RODRIGUES	Assembléia de Deus	PL	MG	Servidor Público e Teólogo
18	GLYCON TERRA PINTO	Batista Renovada	PMDB	MG	Empresário, Construtor Civil
23	SILAS BRASILEIRO	Presbiteriana	PMDB	MG	Cafeicultor
19	HERCULANO ANGHINETTI	Batista Renovada	PPB	MG	Produtor Rural
20	LINCOLN PORTELA	Batista (apoio IURD)	PSL	MG	Radialista e Pastor
16	CABO JÚLIO	Assembléia de Deus Independente	PST	MG	Policial Militar

Anexo 13

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (1999 - 2003) / CLASSIFICAÇÃO POR ESTADO

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
21	MÁRIO DE OLIVEIRA	Quadrangular	PST	MG	Pastor
17	GILMAR MACHADO	Batista	PT	MG	Professor
24	ANTÔNIO CRUZ (DR.)	Assembléia de Deus	PMDB	MS	Médico
25	LINO ROSSI	Batista	PSDB	MT	Radialista e Apres. de TV
26	WILSON SANTOS	Adventista	PSDB	MT	Professor
28	RAIMUNDO SANTOS	Assembléia de Deus	PL	PA	Advogado
27	JOSUÉ BENGTSON	Quadrangular	PTB	PA	Pastor
29	RENILDO LEAL	Assembléia de Deus	PTB	PA	Médico
30	MARCOS DE JESUS	Universal	PL	PE	Radialista
31	SALATIEL CARVALHO	Assembléia de Deus	PMDB	PE	Engenheiro Eletricista
32	GESSIVALDO ISAÍAS	Universal	PMDB	PI	Pastor
34	WERNER WANDERER		PFL	PR	Agricultor
33	OLIVEIRA FILHO	Universal	PL	PR	Radialista, Pastor
35	ALDIR CABRAL	Universal	PFL	RJ	Policial Federal
36	AROLDE DE OLIVEIRA	Batista	PFL	RJ	Engenheiro e Economista
37	CARLOS NADER	Assembléia de Deus	PL	RJ	Advogado e Empresário
38	CARLOS RODRIGUES (BISPO)	Universal	PL	RJ	Bispo e Radialista
42	MIRIAM REID	Comunidade	PSB	RJ	Assistente Social
43	PAULO BALTAZAR	Metodista	PSB	RJ	Médico e Bancário
40	JORGE WILSON	Universal	PSDB	RJ	Advogado
44	VALDECI PAIVA	Universal	PSL	RJ	Radialista
39	EBER SILVA	Batista	PST	RJ	Pastor

Anexo 13

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (1999 - 2003) / CLASSIFICAÇÃO POR ESTADO

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
41	MATTOS NASCIMENTO		PST	RJ	Músico
45	AGNALDO MUNIZ	Assembléia de Deus	PPS	RO	Advogado
47	SÉRGIO CARVALHO		PSDB	RO	Médico
46	NILTON CAPIXABA	Assembléia de Deus	PTB	RO	Comerciante
50	PAULO JOSÉ GOUVÊA	Universal	PL	RS	Pastor e Radialista
48	JÚLIO REDECKER	Luterana	PPB	RS	Advogado
49	LUÍS CARLOS HEINZE	Luterana	PPB	RS	Produtor Rural
51	CLEONÂNCIO FONSECA	Assembléia de Deus	PPB	SE	Agropecuarista e Citricultor
54	NEUTON LIMA	Assembléia de Deus	PFL	SP	Advogado
56	WANDERVAL SANTOS (BISPO)	Universal	PL	SP	Agricultor e Empresário de Comunicação
53	LAMARTINE POSELLA	Batista	PMDB	SP	Pastor
55	WAGNER SALUSTIANO	Universal	PPB	SP	Advogado
52	DE VELASCO	Universal	PSL	SP	Advogado
57	AMARILDO (PASTOR)	Assembléia de Deus	PPB	TO	Empresário

Anexo 14

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (2003 - 2007) / CLASSIFICAÇÃO POR ESTADO

Nº	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
1	HENRIQUE AFONSO (PASTOR)	Presbiteriana	PT	AC	Professor
2	ZICO BRONZEADO	Batista	PT	AC	Estudante
3	SILAS CÂMARA	Assembléia de Deus	PTB	AM	Empresário
4	VALDENOR GUEDES	Assembléia de Deus	PP	AP	Professor e Químico Industrial
5	GERSON GABRIELLI	Batista	PFL	BA	Empresário
6	MILTON BARBOSA (PASTOR)	Assembléia de Deus	PFL	BA	Pastor
7	REGINALDO GERMANO (PASTOR)	Universal	PFL	BA	Radialista
8	WALTER PINHEIRO	Batista	PT	BA	Técnico Em Telecomunicações
9	ZELINDA NOVAES	Universal	PFL	BA	Economista e Professora
10	ALMEIDA DE JESUS	Universal	PL	CE	Servidor Público
11	PEDRO RIBEIRO (PASTOR)	Assembléia de Deus	PMDB	CE	Radialista
12	JORGE PINHEIRO (PASTOR)	Universal	PL	DF	Pastor
13	WASNY DE ROURE (DIÁCONO)	Batista	PT	DF	Economista e Servidor Público
14	CARLOS MANNATO	Maranata	PDT	ES	Médico
15	JAIR DE OLIVEIRA (PASTOR)	Verdade que Liberta	PMDB	ES	Pastor
16	NEUCIMAR FRAGA	Batista	PL	ES	Representante Comercial
17	JOÃO CAMPOS (PASTOR)	Assembléia de Deus	PSDB	GO	Servidor Público Estadual
18	COSTA FERREIRA (DIÁCONO)	Assembléia de Deus	PFL	MA	Advogado e Professor
19	CABO JÚLIO (PASTOR)	Assembléia de Deus	PSB	MG	Policial Militar
20	CARLOS WILLIAN (PASTOR)	Quadrangular	PST	MG	Advogado
21	GILMAR MACHADO	Batista	PT	MG	Professor
22	HERCULANO ANGHINETTI	Batista Renovada	PPB	MG	Produtor Rural

Anexo 14

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (2003 - 2007) / CLASSIFICAÇÃO POR ESTADO

Nº	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
23	ISAÍAS SILVESTRE (PASTOR)	Assembléia de Deus	PSB	MG	Comerciante
24	JOÃO PAULO GOMES DA SILVA	Universal	PL	MG	Advogado
25	LINCOLN PORTELA (PASTOR)	Batista	PL	MG	Radialista e TV
26	SILAS BRASILEIRO	Presbiteriana	PMDB	MG	Empresário
27	ANTONIO CRUZ (DR. E PRESB.)	Assembléia de Deus	PTB	MS	Médico
28	LINO ROSSI	Batista	PP	MT	Radialista e Apres. de TV
29	WILSON SANTOS	Adventista	PSDB	MT	Professor
30	JOSUÉ BENGTSON (PASTOR)	Quadrangular	PTB	PA	Pastor
31	RAIMUNDO SANTOS	Assembléia de Deus	PL	PA	Advogado
32	ZEQUINHA MARINHO	Assembléia de Deus	PSC	PA	Contador
33	PHILEMON RODRIGUES	Assembléia de Deus	PTB	PB	Servidor Público
34	FRANCISCO OLÍMPIO (PASTOR)	Assembléia de Deus	PSB	PE	Pastor
35	MARCOS DE JESUS (PASTOR)	Universal	PL	PE	Radialista
36	ANDRÉ ZACHAROW (DIÁCONO)	Batista	PP	PR	Economista e Advogado
37	OLIVEIRA FILHO (PASTOR)	Universal	PL	PR	Radialista
38	TAKAYAMA (PASTOR)	Assembléia de Deus	PMDB	PR	Empresário
39	ALMIR MOURA (PASTOR)	Internacional da Graça	PL	RJ	Pastor
40	CARLOS NADER	Assembléia de Deus	PL	RJ	Advogado e Empresário
41	CARLOS RODRIGUES (BISPO)	Universal	PL	RJ	Radialista
42	EDUARDO CUNHA	Sara Nossa Terra	PMDB	RJ	Economista
43	JOÃO MENDES DE JESUS (BISPO)	Universal	PSB	RJ	Economista
44	JOSÉ DIVINO (PASTOR)	Universal	PMDB	RJ	Pastor

Anexo 14

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (2003 - 2007) / CLASSIFICAÇÃO POR ESTADO

Nº	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
45	PAULO BALTAZAR	Metodista	PSB	RJ	Médico
46	VIEIRA REIS (BISPO)	Universal	PMDB	RJ	Pastor
47	AGNALDO MUNIZ	Assembléia de Deus	PPS	RO	Advogado
48	NATAN DONADON	Batista	PMDB	RO	Servidor Público
49	NILTON CAPIXABA	Assembléia de Deus	PTB	RO	Comerciante
50	SÉRGIO CARVALHO		PSDB	RO	Médico
51	FRANKEMBERGEN (PASTOR)	Assembléia de Deus	PTB	RR	Pastor
52	JÚLIO REDECKER	Luterana	PP	RS	Advogado
53	LUIS CARLOS HEINZE	Luterana	PPB	RS	Engenheiro e Produtor Rural
54	MILTON CARDIAS (PASTOR)	Assembléia de Deus	PTB	RS	Pastor
55	ONIX LORENZONI	Luterana	PFL	RS	Veterinário
56	PAULO GOUVÊA (PASTOR)	Universal	PL	RS	Radialista
57	REINALDO (PASTOR)	Quadrangular	PTB	RS	Pastor
58	ADELOR VIEIRA (PRESBÍTERO)	Assembléia de Deus	PMDB	SC	Professor e Securitário
59	PAULO BAUER	Luterana	PFL	SC	Administrador de Empresas e Contador
60	CLEONÂNCIO FONSECA	Assembléia de Deus	PPB	SE	Agropecuarista e Citricultor
61	HELENO SILVA (PASTOR)	Universal	PL	SE	Pastor
62	EDINHO MONTEMOR	Batista	PSB	SP	Advogado
63	EDNA MACEDO	Universal	PTB	SP	Servidora Pública
64	GILBERTO NASCIMENTO	Assembléia de Deus	PMDB	SP	Jornalista
65	JEFFERSON CAMPOS (PASTOR)	Quadrangular	PMDB	SP	Pastor
66	JOÃO BATISTA (BISPO)	Universal	PFL	SP	Economista

Anexo 14

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (2003 - 2007) / CLASSIFICAÇÃO POR ESTADO

Nº	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
67	MARCOS ABRAMO (PASTOR)	Universal	PFL	SP	Técnico Em Telecomunicações
68	NEUTON LIMA (PRESBÍTERO)	Assembléia de Deus	PTB	SP	Advogado
69	WANDERVAL SANTOS (BISPO)	Universal	PL	SP	Empresário
70	AMARILDO (PASTOR)	Assembléia de Deus	PP	TO	Empresário
71	ANA ALENCAR	Presbiteriana	PSDB	TO	Cirurgiã Dentista

Anexo 15

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (2007 - 2011) / CLASSIFICAÇÃO POR ESTADO

Nº	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
1	HENRIQUE AFONSO	Presbiteriana	PT	AC	Professor
2	SABINO CASTELO BRANCO	Assembléia de Deus	PTB	AM	
3	SILAS CÂMARA	Assembléia de Deus	PTB	AM	Empresário
4	FÁTIMA PELAES	Assembléia de Deus	PMDB	AP	Socióloga
5	JUSMARI OLIVEIRA	Batista	PFL	BA	
6	SÉRGIO BRITO	Batista	PDT	BA	Policial Civil e Engenheiro
7	WALTER PINHEIRO	Batista	PT	BA	Técnico em Telecomunicações
8	FLÁVIO BEZERRA	Universal	PMDB	CE	Bispo
9	ROBSON RODOVALHO (BISPO)	Sara Nossa Terra	PFL	DF	Professor
10	CARLOS MANATO	Maranata	PDT	ES	Médico
11	JURANDYR LOUREIRO	Assembléia de Deus	PSC	ES	Pastor
12	NEUCIMAR FRAGA	Batista	PL	ES	Representante Comercial
13	SUELI VIDIGAL	Batista	PDT	ES	Estudante de Jornalismo
14	ÍRIS REZENDE (DONA)	Cristã Evangélica	PMDB	GO	Empresária
15	JOÃO CAMPOS	Assembléia de Deus Madureira	PSDB	GO	Delegado de Polícia
16	CLEBER VERDE	Assembléia de Deus Madureira	PAN	MA	
17	CARLOS WILLIAN	Maranata / Quadrangular	PTC	MG	Advogado
18	GEORGE HILTON	Universal	PP	MG	Teólogo, Radialista e Apresentador de TV
19	GILMAR MACHADO	Batista	PT	MG	Professor
20	LEONARDO QUINTÃO	Batista (Lagoinha)	PMDB	MG	Adm. de Empresa e Economista
21	LINCOLN PORTELA	Batista Renovada	PL	MG	Radialista
22	MÁRIO DE OLIVEIRA	Quadrangular	PSC	MG	Pastor

Anexo 15

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (2007 - 2011) / CLASSIFICAÇÃO POR ESTADO

Nº	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
23	ANTONIO CRUZ (DR.)	Assembléia de Deus	PP	MS	Médico
24	ZEQUINHA MARINHO	Assembléia de Deus	PSC	PA	Contador
25	MARCOS ANTÔNIO	Assembléia de Deus ou Metodista Wesleyana	PSC	PE	Cantor e Compositor
26	TAKAYAMA	Assembléia de Deus	PMDB	PR	Empresário
27	ADÍLSON SOARES (DR.)	Internacional da Graça de Deus	PL	RJ	Esp. de Segurança Pública
28	ANDRÉIA ZITO	Batista	PSDB	RJ	Estudante de Direito
29	AROLDE DE OLIVEIRA	Batista	PFL	RJ	Engenheiro e Professor
30	EDUARDO CUNHA	Sara Nossa Terra	PMDB	RJ	Economista
31	FILIPE RIO DE CARA NOVA	Assembléia de Deus	PSC	RJ	Estudante
32	LÉO VIVAS	Universal	PRB	RJ	Bispo
33	MANOEL FERREIRA (PASTOR)	Assembléia de Deus Madureira	PTB	RJ	Advogado
34	VINÍCIUS CARVALHO	Universal	PT do B	RJ	Empresário
35	NATAN DONADON	Batista	PMDB	RO	Servidor Público
36	JÚLIO HEDECKER	Luterana	PSDB	RS	Advogado
37	LUIS CARLOS HEINZE	Luterana	PP	RS	Engenheiro e Produtor Rural
38	ONYX LORENZONI	Luterana	PFL	RS	Veterinário
39	PAULO ROBERTO	Universal	PTB	RS	Professor
40	ANTÔNIO BULHÕES (BISPO)	Universal	PMDB	SP	Administrador
41	EDINHO MONTEMOR	Batista	PSB	SP	Advogado
42	FRANCISCO ROSSI	Comunidade de Carisma	PMDB	SP	Empresário
43	GÊ TENUTA (BISPO)	Renascer em Cristo	PFL	SP	Empresário
44	JORGE TADEU MUDALEN	Internacional da Graça de Deus	PFL	SP	

Anexo 15

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (2007 - 2011) / CLASSIFICAÇÃO POR ESTADO

Nº	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
45	NECHAR (DR.)	Assembléia de Deus	PV	SP	Médico
46	JOÃO OLIVEIRA	Assembléia de Deus	PFL	TO	Pecuarista

Anexo 16

DEPUTADOS EVANGÉLICOS / MANDATOS ATÉ 2007 / CLASSIFICAÇÃO POR PARTIDO

	Nome Deputado	Igreja	UF	Partido	Mandatos até 2007
1	CLEBER VERDE	Assembléia de Deus Madureira	MA	PAN	1
2	SÉRGIO BRITO	Batista	BA	PDT	2
3	CARLOS MANNATO	Maranata	ES	PDT	2
4	SUELI VIDIGAL	Batista	ES	PDT	1
5	ERALDO TINOCO	Batista	BA	PFL	5
6	GÊ TENUTA (BISPO)	Renascer em Cristo	SP	PFL	1
7	GERSON GABRIELLI	Batista	BA	PFL	2
8	JORGE TADEU MUDALEN	Internacional da Graça de Deus	SP	PFL	1
9	JUSMARI OLIVEIRA	Batista	BA	PFL	1
10	LUIZ MOREIRA	Universal	BA	PFL	3
11	MILTON BARBOSA (PASTOR)	Assembléia de Deus	BA	PFL	1
12	REGINALDO GERMANO (PASTOR)	Universal	BA	PFL	2
13	ZELINDA NOVAES	Universal	BA	PFL	1
14	PAULO OCTÁVIO	Sara Nossa Terra	DF	PFL	2
15	ROBSON RODOVALHO (BISPO)	Sara Nossa Terra	DF	PFL	1
16	COSTA FERREIRA (DIÁCONO)	Assembléia de Deus	MA	PFL	5
17	WERNER WANDERER		PR	PFL	3
18	ALDIR CABRAL	Universal	RJ	PFL	3
19	AROLDE DE OLIVEIRA	Batista	RJ	PFL	6
20	ONYX LORENZONI	Luterana	RS	PFL	2
21	PAULO BAUER	Luterana	SC	PFL	3

Anexo 16

DEPUTADOS EVANGÉLICOS / MANDATOS ATÉ 2007 / CLASSIFICAÇÃO POR PARTIDO

	Nome Deputado	Igreja	UF	Partido	Mandatos até 2007
22	JOÃO BATISTA (BISPO)	Universal	SP	PFL	1
23	MARCOS ABRAMO (PASTOR)	Universal	SP	PFL	1
24	JOÃO OLIVEIRA	Assembléia de Deus	TO	PFL	1
25	ALMEIDA DE JESUS	Universal	CE	PL	2
26	JORGE PINHEIRO (PASTOR)	Universal	DF	PL	1
27	MAGNO MALTA	Batista	ES	PL	1
28	NEUCIMAR FRAGA (PASTOR)	Batista	ES	PL	2
29	JOÃO PAULO GOMES DA SILVA	Universal	MG	PL	1
30	LINCOLN PORTELA (PASTOR)	Batista Renovada	MG	PL	3
31	RAIMUNDO SANTOS	Assembléia de Deus	PA	PL	3
32	MARCOS DE JESUS (PASTOR)	Universal	PE	PL	2
33	OLIVEIRA FILHO (PASTOR)	Universal	PR	PL	2
34	ADÍLSON SOARES (DR.)	Internacional da Graça de Deus	RJ	PL	1
35	ALMIR MOURA (PASTOR)	Internacional da Graça	RJ	PL	1
36	CARLOS NADER	Assembléia de Deus	RJ	PL	2
37	CARLOS RODRIGUES (BISPO)	Universal	RJ	PL	2
38	PAULO GOUVÊA (PASTOR)	Universal	RS	PL	2
39	HELENO SILVA (PASTOR)	Universal	SE	PL	1
40	WANDERVAL SANTOS (BISPO)	Universal	SP	PL	2
41	FÁTIMA PELAES	Assembléia de Deus	AP	PMDB	4
42	FLÁVIO BEZERRA	Universal	CE	PMDB	1
43	PEDRO RIBEIRO (PASTOR)	Assembléia de Deus	CE	PMDB	1

Anexo 16

DEPUTADOS EVANGÉLICOS / MANDATOS ATÉ 2007 / CLASSIFICAÇÃO POR PARTIDO

	Nome Deputado	Igreja	UF	Partido	Mandatos até 2007
44	JAIR DE OLIVEIRA (PASTOR)	Verdade que Liberta	ES	PMDB	1
45	EULER MORAIS		GO	PMDB	1
46	ÍRIS REZENDE (DONA)	Cristã Evangélica	GO	PMDB	1
47	GLYCON TERRA PINTO	Batista Renovada	MG	PMDB	1
48	LEONARDO QUINTÃO	Batista (Lagoinha)	MG	PMDB	1
49	SILAS BRASILEIRO	Presbiteriana	MG	PMDB	3
50	SALATIEL CARVALHO	Assembléia de Deus	PE	PMDB	4
51	GESSIVALDO ISAÍAS	Universal	PI	PMDB	1
52	TAKAYAMA (PASTOR)	Assembléia de Deus	PR	PMDB	2
53	EDUARDO CUNHA	Sara Nossa Terra	RJ	PMDB	2
54	JOSÉ DIVINO (PASTOR)	Universal	RJ	PMDB	1
55	VIEIRA REIS (BISPO)	Universal	RJ	PMDB	1
56	NATAN DONADON	Batista	RO	PMDB	2
57	ADELOR VIEIRA (PRESBÍTERO)	Assembléia de Deus	SC	PMDB	1
58	ANTÔNIO BULHÕES (BISPO)	Universal	SP	PMDB	1
59	FRANCISCO ROSSI	Comunidade de Carisma	SP	PMDB	1
60	GILBERTO NASCIMENTO	Assembléia de Deus	SP	PMDB	1
61	JEFFERSON CAMPOS (PASTOR)	Quadrangular	SP	PMDB	1
62	LAMARTINE POSELLA	Batista	SP	PMDB	2
63	VALDENOR GUEDES	Assembléia de Deus	AP	PP	3
64	GEORGE HILTON	Universal	MG	PP	1
65	ANTONIO CRUZ (DR. E PRESB.)	Assembléia de Deus	MS	PP	3

Anexo 16

DEPUTADOS EVANGÉLICOS / MANDATOS ATÉ 2007 / CLASSIFICAÇÃO POR PARTIDO

	Nome Deputado	Igreja	UF	Partido	Mandatos até 2007
66	LINO ROSSI	Batista	MT	PP	2
67	ANDRÉ ZACHAROW (DIÁCONO)	Batista	PR	PP	1
68	LUÍS CARLOS HEINZE	Luterana	RS	PP	3
69	AMARILDO (PASTOR)	Assembléia de Deus	TO	PP	2
70	HERCULANO ANGHINETTI	Batista Renovada	MG	PPB	3
71	CLEONÂNCIO FONSECA	Assembléia de Deus	SE	PPB	5
72	WAGNER SALUSTIANO	Universal	SP	PPB	2
73	AGNALDO MUNIZ	Assembléia de Deus	RO	PPS	2
74	LÉO VIVAS	Universal	RJ	PRB	1
75	CABO JÚLIO (PASTOR)	Assembléia de Deus Independente	MG	PSB	2
76	ISAÍAS SILVESTRE (PASTOR)	Assembléia de Deus	MG	PSB	1
77	FRANCISCO OLÍMPIO (PASTOR)	Assembléia de Deus	PE	PSB	1
78	JOÃO MENDES DE JESUS (BISPO)	Universal	RJ	PSB	1
79	MIRIAM REID	Comunidade	RJ	PSB	1
80	PAULO BALTAZAR	Metodista	RJ	PSB	2
81	EDINHO MONTEMOR	Batista	SP	PSB	2
82	JURANDYR LOUREIRO	Assembléia de Deus	ES	PSC	1
83	MÁRIO DE OLIVEIRA	Quadrangular	MG	PSC	6
84	ZEQUINHA MARINHO	Assembléia de Deus	PA	PSC	2
85	MARCOS ANTÔNIO	Assembléia de Deus ou Metodista Wesleyana	PE	PSC	1
86	FILIPE RIO DE CARA NOVA	Assembléia de Deus	RJ	PSC	1
87	JOÃO CAMPOS (PASTOR)	Assembléia de Deus Madureira	GO	PSDB	2

Anexo 16

DEPUTADOS EVANGÉLICOS / MANDATOS ATÉ 2007 / CLASSIFICAÇÃO POR PARTIDO

	Nome Deputado	Igreja	UF	Partido	Mandatos até 2007
88	LIDIA QUINAN	Presbiteriana	GO	PSDB	2
89	WILSON SANTOS	Adventista	MT	PSDB	2
90	ANDRÉIA ZITO	Batista	RJ	PSDB	1
91	JORGE WILSON	Universal	RJ	PSDB	2
92	SÉRGIO CARVALHO		RO	PSDB	2
93	JÚLIO REDECKER	Luterana	RS	PSDB	4
94	ANA ALENCAR	Presbiteriana	TO	PSDB	1
95	JOSÉ ALEKSANDRO	Assembléia de Deus	AC	PSL	1
96	VALDECI PAIVA	Universal	RJ	PSL	1
97	PAULO DE VELASCO	Universal	SP	PSL	2
98	EBER SILVA	Batista	RJ	PST	1
99	MATTOS NASCIMENTO		RJ	PST	1
100	HENRIQUE AFONSO (PASTOR)	Presbiteriana	AC	PT	2
101	ZICO BRONZEADO	Batista	AC	PT	1
102	WALTER PINHEIRO	Batista	BA	PT	4
103	WASNY DE ROURE (DIÁCONO)	Batista	DF	PT	1
104	GILMAR MACHADO	Batista	MG	PT	3
105	VINÍCIUS CARVALHO	Universal	RJ	PT do B	1
106	SABINO CASTELO BRANCO	Assembléia de Deus	AM	PTB	1
107	SILAS CÂMARA	Assembléia de Deus	AM	PTB	3
108	PHILEMON RODRIGUES	Assembléia de Deus	MG	PTB	4
109	JOSUÉ BENGTSON (PASTOR)	Quadrangular	PA	PTB	2

Anexo 16

DEPUTADOS EVANGÉLICOS / MANDATOS ATÉ 2007 / CLASSIFICAÇÃO POR PARTIDO

	Nome Deputado	Igreja	UF	Partido	Mandatos até 2007
110	RENILDO LEAL	Assembléia de Deus	PA	PTB	1
111	MANOEL FERREIRA (PASTOR)	Assembléia de Deus	RJ	PTB	1
112	NILTON CAPIXABA	Assembléia de Deus	RO	PTB	2
113	FRANKEMBERGEN (PASTOR)	Assembléia de Deus	RR	PTB	1
114	MILTON CARDIAS (PASTOR)	Assembléia de Deus	RS	PTB	1
115	PAULO ROBERTO	Universal	RS	PTB	1
116	REINALDO (PASTOR)	Quadrangular	RS	PTB	1
117	EDNA MACEDO	Universal	SP	PTB	1
118	NEUTON LIMA (PRESBÍTERO)	Assembléia de Deus	SP	PTB	2
119	CARLOS WILLIAN (PASTOR)	Quadrangular/Maranata	MG	PTC	2
120	NECHAR (DR.)	Assembléia de Deus	SP	PV	1

Anexo 17

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (1999 - 2003) / CLASSIFICAÇÃO POR PARTIDO

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
1	ALDIR CABRAL	Universal	PFL	RJ	Policial Federal
2	AROLDE DE OLIVEIRA	Batista	PFL	RJ	Engenheiro e Economista
3	COSTA FERREIRA	Assembléia de Deus	PFL	MA	Torneiro Mecânico, Advogado, Professor, Pastor
4	ERALDO TINOCO	Batista	PFL	BA	Administrador e Professor
5	GERSON GABRIELLI	Batista	PFL	BA	Comerciante
6	LUIZ MOREIRA	Universal	PFL	BA	Médico Militar
7	NEUTON LIMA	Assembléia de Deus	PFL	SP	Advogado
8	PAULO OCTÁVIO	Sara Nossa Terra	PFL	DF	Empresário, Construtor Civil
9	REGINALDO GERMANO	Universal	PFL	BA	Radialista (Militante Negro)
10	WERNER WANDERER		PFL	PR	Agricultor
11	ALMEIDA DE JESUS	Universal	PL	CE	Servidor Público, Obreiro IURD
12	CARLOS NADER	Assembléia de Deus	PL	RJ	Advogado e Empresário
13	CARLOS RODRIGUES (BISPO)	Universal	PL	RJ	Bispo e Radialista
14	MAGNO MALTA	Batista	PL	ES	Pastor, Cantor
15	MARCOS DE JESUS	Universal	PL	PE	Radialista
16	OLIVEIRA FILHO	Universal	PL	PR	Radialista, Pastor
17	PAULO JOSÉ GOUVÊA	Universal	PL	RS	Pastor e Radialista
18	PHILEMON RODRIGUES	Assembléia de Deus	PL	MG	Servidor Público e Teólogo
19	RAIMUNDO SANTOS	Assembléia de Deus	PL	PA	Advogado
20	WANDERVAL SANTOS (BISPO)	Universal	PL	SP	Agricultor e Empresário de Comunicação
21	ANTÔNIO CRUZ (DR.)	Assembléia de Deus	PMDB	MS	Médico

Anexo 17

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (1999 - 2003) / CLASSIFICAÇÃO POR PARTIDO

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
22	EULER MORAIS		PMDB	GO	Economista, Servidor Público
23	GESSIVALDO ISAÍAS	Universal	PMDB	PI	Pastor
24	GLYCON TERRA PINTO	Batista Renovada	PMDB	MG	Empresário, Construtor Civil
25	LAMARTINE POSELLA	Batista	PMDB	SP	Pastor
26	SALATIEL CARVALHO	Assembléia de Deus	PMDB	PE	Engenheiro Eletricista
27	SILAS BRASILEIRO	Presbiteriana	PMDB	MG	Cafeicultor
28	VALDENOR GUEDES	Assembléia de Deus	PP	AP	Professor e Químico Industrial
29	AMARILDO (PASTOR)	Assembléia de Deus	PPB	TO	Empresário
30	CLEONÂNCIO FONSECA	Assembléia de Deus	PPB	SE	Agropecuarista e Citricultor
31	HERCULANO ANGHINETTI	Batista Renovada	PPB	MG	Produtor Rural
32	JÚLIO REDECKER	Luterana	PPB	RS	Advogado
33	LUÍS CARLOS HEINZE	Luterana	PPB	RS	Produtor Rural
34	WAGNER SALUSTIANO	Universal	PPB	SP	Advogado
35	AGNALDO MUNIZ	Assembléia de Deus	PPS	RO	Advogado
36	MIRIAM REID	Comunidade	PSB	RJ	Assistente Social
37	PAULO BALTAZAR	Metodista	PSB	RJ	Médico e Bancário
38	FÁTIMA PELAES	Assembléia de Deus	PSDB	AP	Socióloga
39	JORGE WILSON	Universal	PSDB	RJ	Advogado
40	LIDIA QUINAN	Presbiteriana	PSDB	GO	Empresária e Enfermeira
41	LINO ROSSI	Batista	PSDB	MT	Radialista e Apres. de TV
42	SÉRGIO CARVALHO		PSDB	RO	Médico
43	WILSON SANTOS	Adventista	PSDB	MT	Professor

Anexo 17

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (1999 - 2003) / CLASSIFICAÇÃO POR PARTIDO

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
44	DE VELASCO	Universal	PSL	SP	Advogado
45	JOSÉ ALEKSANDRO	Assembléia de Deus	PSL	AC	Professor
46	LINCOLN PORTELA	Batista (apoio IURD)	PSL	MG	Radialista e Pastor
47	VALDECI PAIVA	Universal	PSL	RJ	Radialista
48	CABO JÚLIO	Assembléia de Deus Independente	PST	MG	Policial Militar
49	EBER SILVA	Batista	PST	RJ	Pastor
50	MÁRIO DE OLIVEIRA	Quadrangular	PST	MG	Pastor
51	MATTOS NASCIMENTO		PST	RJ	Músico
52	GILMAR MACHADO	Batista	PT	MG	Professor
53	WALTER PINHEIRO	Batista	PT	BA	Técnico em Telecomunicação
54	JOSUÉ BENGTSON	Quadrangular	PTB	PA	Pastor
55	NILTON CAPIXABA	Assembléia de Deus	PTB	RO	Comerciante
56	RENILDO LEAL	Assembléia de Deus	PTB	PA	Médico
57	SILAS CÂMARA	Assembléia de Deus	PTB	AM	Técnico de Construção Civil

Anexo 18

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (2003 - 2007) / CLASSIFICAÇÃO POR PARTIDO

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
1	CARLOS MANNATO	Maranata	PDT	ES	Médico
2	COSTA FERREIRA (DIÁCONO)	Assembléia de Deus	PFL	MA	Advogado e Professor
3	GERSON GABRIELLI	Batista	PFL	BA	Empresário
4	JOÃO BATISTA (BISPO)	Universal	PFL	SP	Economista
5	MARCOS ABRAMO (PASTOR)	Universal	PFL	SP	Técnico Em Telecomunicações
6	MILTON BARBOSA (PASTOR)	Assembléia de Deus	PFL	BA	Pastor
7	ONIX LORENZONI	Luterana	PFL	RS	Veterinário
8	PAULO BAUER	Luterana	PFL	SC	Administrador de Empresas e Contador
9	REGINALDO GERMANO (PASTOR)	Universal	PFL	BA	Radialista
10	ZELINDA NOVAES	Universal	PFL	BA	Economista e Professora
11	ALMEIDA DE JESUS	Universal	PL	CE	Servidor Público
12	ALMIR MOURA (PASTOR)	Internacional da Graça	PL	RJ	Pastor
13	CARLOS NADER	Assembléia de Deus	PL	RJ	Advogado e Empresário
14	CARLOS RODRIGUES (BISPO)	Universal	PL	RJ	Radialista
15	HELENO SILVA (PASTOR)	Universal	PL	SE	Pastor
16	JOÃO PAULO GOMES DA SILVA	Universal	PL	MG	Advogado
17	JORGE PINHEIRO (PASTOR)	Universal	PL	DF	Pastor
18	LINCOLN PORTELA (PASTOR)	Batista	PL	MG	Radialista e TV
19	MARCOS DE JESUS (PASTOR)	Universal	PL	PE	Radialista
20	NEUCIMAR FRAGA	Batista	PL	ES	Representante Comercial
21	OLIVEIRA FILHO (PASTOR)	Universal	PL	PR	Radialista

Anexo 18

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (2003 - 2007) / CLASSIFICAÇÃO POR PARTIDO

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
22	PAULO GOUVÊA (PASTOR)	Universal	PL	RS	Radialista
23	RAIMUNDO SANTOS	Assembléia de Deus	PL	PA	Advogado
24	WANDERVAL SANTOS (BISPO)	Universal	PL	SP	Empresário
25	ADELOR VIEIRA (PRESBÍTERO)	Assembléia de Deus	PMDB	SC	Professor e Securitário
26	EDUARDO CUNHA	Sara Nossa Terra	PMDB	RJ	Economista
27	GILBERTO NASCIMENTO	Assembléia de Deus	PMDB	SP	Jornalista
28	JAIR DE OLIVEIRA (PASTOR)	Verdade que Liberta	PMDB	ES	Pastor
29	JEFFERSON CAMPOS (PASTOR)	Quadrangular	PMDB	SP	Pastor
30	JOSÉ DIVINO (PASTOR)	Universal	PMDB	RJ	Pastor
31	NATAN DONADON	Batista	PMDB	RO	Servidor Público
32	PEDRO RIBEIRO (PASTOR)	Assembléia de Deus	PMDB	CE	Radialista
33	SILAS BRASILEIRO	Presbiteriana	PMDB	MG	Empresário
34	TAKAYAMA (PASTOR)	Assembléia de Deus	PMDB	PR	Empresário
35	VIEIRA REIS (BISPO)	Universal	PMDB	RJ	Pastor
36	AMARILDO (PASTOR)	Assembléia de Deus	PP	TO	Empresário
37	ANDRÉ ZACHAROW (DIÁCONO)	Batista	PP	PR	Economista e Advogado
38	JÚLIO REDECKER	Luterana	PP	RS	Advogado
39	LINO ROSSI	Batista	PP	MT	Radialista e Apres. de TV
40	VALDENOR GUEDES	Assembléia de Deus	PP	AP	Professor e Químico Industrial
41	CLEONÂNCIO FONSECA	Assembléia de Deus	PPB	SE	Agropecuarista e Citricultor
42	HERCULANO ANGHINETTI	Batista Renovada	PPB	MG	Produtor Rural
43	LUIS CARLOS HEINZE	Luterana	PPB	RS	Engenheiro e Produtor Rural

Anexo 18

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (2003 - 2007) / CLASSIFICAÇÃO POR PARTIDO

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
44	AGNALDO MUNIZ	Assembléia de Deus	PPS	RO	Advogado
45	CABO JÚLIO (PASTOR)	Assembléia de Deus	PSB	MG	Policial Militar
46	EDINHO MONTEMOR	Batista	PSB	SP	Advogado
47	FRANCISCO OLÍMPIO (PASTOR)	Assembléia de Deus	PSB	PE	Pastor
48	ISAÍAS SILVESTRE (PASTOR)	Assembléia de Deus	PSB	MG	Comerciante
49	JOÃO MENDES DE JESUS (BISPO)	Universal	PSB	RJ	Economista
50	PAULO BALTAZAR	Metodista	PSB	RJ	Médico
51	ZEQUINHA MARINHO	Assembléia de Deus	PSC	PA	Contador
52	ANA ALENCAR	Presbiteriana	PSDB	TO	Cirurgiã Dentista
53	JOÃO CAMPOS (PASTOR)	Assembléia de Deus	PSDB	GO	Servidor Público Estadual
54	SÉRGIO CARVALHO		PSDB	RO	Médico
55	WILSON SANTOS	Adventista	PSDB	MT	Professor
56	CARLOS WILLIAN (PASTOR)	Quadrangular	PST	MG	Advogado
57	GILMAR MACHADO	Batista	PT	MG	Professor
58	HENRIQUE AFONSO (PASTOR)	Presbiteriana	PT	AC	Professor
59	WALTER PINHEIRO	Batista	PT	BA	Técnico Em Telecomunicações
60	WASNY DE ROURE (DIÁCONO)	Batista	PT	DF	Economista e Servidor Público
61	ZICO BRONZEADO	Batista	PT	AC	Estudante
62	ANTONIO CRUZ (DR. E PRESB.)	Assembléia de Deus	PTB	MS	Médico
63	EDNA MACEDO	Universal	PTB	SP	Servidora Pública
64	FRANKEMBERGEN (PASTOR)	Assembléia de Deus	PTB	RR	Pastor
65	JOSUÉ BENGTSON (PASTOR)	Quadrangular	PTB	PA	Pastor

Anexo 18

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (2003 - 2007) / CLASSIFICAÇÃO POR PARTIDO

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
66	MILTON CARDIAS (PASTOR)	Assembléia de Deus	PTB	RS	Pastor
67	NEUTON LIMA (PRESBÍTERO)	Assembléia de Deus	PTB	SP	Advogado
68	NILTON CAPIXABA	Assembléia de Deus	PTB	RO	Comerciante
69	PHILEMON RODRIGUES	Assembléia de Deus	PTB	PB	Servidor Público
70	REINALDO (PASTOR)	Quadrangular	PTB	RS	Pastor
71	SILAS CÂMARA	Assembléia de Deus	PTB	AM	Empresário

Anexo 19

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (2007 - 2011) / CLASSIFICAÇÃO POR PARTIDO

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
1	CLEBER VERDE	Assembléia de Deus Madureira	PAN	MA	
2	CARLOS MANATO	Maranata	PDT	ES	Médico
3	SÉRGIO BRITO	Batista	PDT	BA	Policial Civil e Engenheiro
4	SUELI VIDIGAL	Batista	PDT	ES	Estudante de Jornalismo
5	AROLDE DE OLIVEIRA	Batista	PFL	RJ	Engenheiro e Professor
6	GÊ TENUTA (BISPO)	Renascer em Cristo	PFL	SP	Empresário
7	JOÃO OLIVEIRA	Assembléia de Deus	PFL	TO	Pecuarista
8	JORGE TADEU MUDALEN	Internacional da Graça de Deus	PFL	SP	
9	JUSMARI OLIVEIRA	Batista	PFL	BA	
10	ONYX LORENZONI	Luterana	PFL	RS	Veterinário
11	ROBSON RODOVALHO (BISPO)	Sara Nossa Terra	PFL	DF	Professor
12	ADÍLSON SOARES (DR.)	Internacional da Graça de Deus	PL	RJ	Esp. de Segurança Pública
13	LINCOLN PORTELA	Batista Renovada	PL	MG	Radialista
14	NEUCIMAR FRAGA	Batista	PL	ES	Representante Comercial
15	ANTÔNIO BULHÕES (BISPO)	Universal	PMDB	SP	Administrador
16	EDUARDO CUNHA	Sara Nossa Terra	PMDB	RJ	Economista
17	FÁTIMA PELAES	Assembléia de Deus	PMDB	AP	Socióloga
18	FLÁVIO BEZERRA	Universal	PMDB	CE	Bispo
19	FRANCISCO ROSSI	Comunidade de Carisma	PMDB	SP	Empresário
20	ÍRIS REZENDE (DONA)	Cristã Evangélica	PMDB	GO	Empresária
21	LEONARDO QUINTÃO	Batista (Lagoinha)	PMDB	MG	Adm. de Empresa e Economista

Anexo 19

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (2007 - 2011) / CLASSIFICAÇÃO POR PARTIDO

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
22	NATAN DONADON	Batista	PMDB	RO	Servidor Público
23	TAKAYAMA	Assembléia de Deus	PMDB	PR	Empresário
24	ANTONIO CRUZ (DR.)	Assembléia de Deus	PP	MS	Médico
25	GEORGE HILTON	Universal	PP	MG	Teólogo, Radialista e Apres. de TV
26	LUIS CARLOS HEINZE	Luterana	PP	RS	Engenheiro e Produtor Rural
27	LÉO VIVAS	Universal	PRB	RJ	Bispo
28	EDINHO MONTEMOR	Batista	PSB	SP	Advogado
29	FILIPE RIO DE CARA NOVA	Assembléia de Deus	PSC	RJ	Estudante
30	JURANDYR LOUREIRO	Assembléia de Deus	PSC	ES	Pastor
31	MARCOS ANTÔNIO	Assembléia de Deus ou Metodista Wesleyana	PSC	PE	Cantor e Compositor
32	MÁRIO DE OLIVEIRA	Quadrangular	PSC	MG	Pastor
33	ZEQUINHA MARINHO	Assembléia de Deus	PSC	PA	Contador
34	ANDRÉIA ZITO	Batista	PSDB	RJ	Estudante de Direito
35	JOÃO CAMPOS	Assembléia de Deus Madureira	PSDB	GO	Delegado de Polícia
36	JÚLIO HEDECKER	Luterana	PSDB	RS	Advogado
37	GILMAR MACHADO	Batista	PT	MG	Professor
38	HENRIQUE AFONSO	Presbiteriana	PT	AC	Professor
39	WALTER PINHEIRO	Batista	PT	BA	Técnico em Telecomunicações
40	VINÍCIUS CARVALHO	Universal	PT do B	RJ	Empresário
41	MANOEL FERREIRA (PASTOR)	Assembléia de Deus Madureira	PTB	RJ	Advogado
42	PAULO ROBERTO	Universal	PTB	RS	Professor
43	SABINO CASTELO BRANCO	Assembléia de Deus	PTB	AM	

Anexo 19

DEPUTADOS EVANGÉLICOS (2007 - 2011) / CLASSIFICAÇÃO POR PARTIDO

	Nome Deputado	Igreja	Partido	UF	Profissão
44	SILAS CÂMARA	Assembléia de Deus	PTB	AM	Empresário
45	CARLOS WILLIAN	Maranata / Quadrangular	PTC	MG	Advogado
46	NECHAR (DR.)	Assembléia de Deus	PV	SP	Médico

ANEXO 20

VOTAÇÃO OBTIDA PELOS DEPUTADOS FEDERAIS DA ASSEMBLÉIA DE DEUS EM 2002 E 2006

CANDIDATO	ESTADO	PARTIDO	VOTAÇÃO 2002	VOTAÇÃO 2006	ACRÉSCIMO /DECRÉSC.
ADELOR VIEIRA (PRESBÍTERO)	SC	PMDB	105.464	47.341	-58.123
AGNALDO MUNIZ	RO	PPS	35.707	21.891	-13.816
AMARILDO (PASTOR)	TO	PP	40.541	11.735	-28.806
ANTONIO CRUZ (DR. E PRESB.)	MS	PTB	76.443	57.464	-18.979
CABO JÚLIO (PASTOR)	MG	PSB	116.506	58.198	-58.308
CARLOS NADER	RJ	PL	59.914	29.559	-30.355
CLEBER VERDE	MA	PAN		71.734	71.734
CLEONÂNCIO FONSECA	SE	PP	41.075	25.892	-15.183
COSTA FERREIRA	MA	PFL	64.719	55.131	-9.588
FÁTIMA PELAES	AP	PMDB		17.297	17.297
FILIPE RIO DE CARA NOVA	RJ	PSC		51.062	51.062
FRANCISCO OLÍMPIO (PASTOR)	PE	PSB	57.544	33.483	-24.061
FRANKEMBERGEN (PASTOR)	RR	PTB	9.198	7.033	-2.165
GILBERTO NASCIMENTO	SP	PMDB	240.664	72.320	-168.344
ISAÍAS SILVESTRE (PASTOR)	MG	PSB	68.058	21.912	-46.146
JOÃO CAMPOS (PASTOR)	GO	PSDB	61.323	67.573	6.250
JOÃO OLIVEIRA	TO	PFL		32.704	32.704
JURANDYR LOUREIRO	ES	PSC		33.863	33.863
MANOEL FERREIRA (BISPO)	RJ	PTB		80.016	80.016
MILTON BARBOSA (PASTOR)	BA	PFL	47.661	30.640	-17.021
MILTON CARDIAS (PASTOR)	RS	PTB	40.804	14.262	-26.542
NECHAR (DR.)	SP	PV		42.173	42.173
NEUTON LIMA (PRESBÍTERO)	SP	PTB	127.677	13.314	-114.363
NILTON CAPIXABA	RO	PTB	36.129	14.623	-21.506
PEDRO RIBEIRO (PASTOR)	CE	PMDB	51.278	44.280	-6.998
PHILEMON RODRIGUES	PB	PTB	37.224	24.602	-12.622
RAIMUNDO SANTOS	PA	PL	68.526	59.683	-8.843
SABINO CASTELO BRANCO	AM	PTB		138.932	138.932
SALATIEL CARVALHO	PE	PMDB	39.296	20.997	-18.299
SILAS CÂMARA	AM	PTB	71.578	104.965	33.387
TAKAYAMA (PASTOR)	PR	PMDB	110.856	85.093	-25.763
VALDENOR GUEDES	AP	PP	6.653	6.202	-451
ZEQUINHA MARINHO	PA	PSC	76.177	91.577	15.400
SOMA			1.691.015	1.487.551	-203.464

Fonte: TSE

Obs.: Constam da tabela candidatos que venceram pelo menos uma das eleições. Embora a tabela não inclua todos os candidatos da AD, é possível afirmar-se que o eleitorado cativo dessa denominação decresceu na comparação entre 2002 e 2006.

ANEXO 21

VOTAÇÃO OBTIDA PELOS DEPUTADOS FEDERAIS DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS EM 2002 E 2006

CANDIDATO	ESTADO	PARTIDO	VOTAÇÃO 2002	VOTAÇÃO 2006	ACRÉSCIMO /DECRÉSC.
ALDIR CABRAL	RJ	PFL	50.281		-50.281
ALMEIDA DE JESUS	CE	PL	85.727		-85.727
ANTÔNIO BULHÕES (BISPO)	SP	PMDB		109.978	109.978
CARLOS RODRIGUES (BISPO)	RJ	PL	192.640		-192.640
EDNA MACEDO	SP	PTB	118.474		-118.474
FLÁVIO BEZERRA	CE	PMDB		51.136	51.136
GEORGE HILTON	MG	PP		83.109	83.109
HELENO SILVA (PASTOR)	SE	PL	45.158		-45.158
JOÃO BATISTA (BISPO)	SP	PP	121.255		-121.255
JOÃO MENDES DE JESUS (BISPO)	RJ	PSB	59.740		-59.740
JOÃO PAULO GOMES DA SILVA	MG	PSB	71.197	36.922	-34.275
JORGE PINHEIRO (PASTOR)	DF	PL	41.288		-41.288
JORGE WILSON	RJ	PSDB	8.148		-8.148
JOSÉ DIVINO (PASTOR)	RJ	PMDB	77.489		-77.489
LÉO VIVAS	RJ	PRB		83.127	83.127
MARCOS ABRAMO (PASTOR)	SP	PP	109.468		-109.468
MARCOS DE JESUS (PASTOR)	PE	PL	80.084		-80.084
OLIVEIRA FILHO (PASTOR)	PR	PL	67.945	56.248	-11.697
PAULO JOSÉ GOUVÊA	RS	PL	103.959	7.724	-96.235
PAULO ROBERTO	RS	PTB		84.123	84.123
REGINALDO GERMANO (PASTOR)	BA	PFL	65.607	2.090	-63.517
VIEIRA REIS (BISPO)	RJ	PMDB	79.203		-79.203
VINÍCIUS CARVALHO	RJ	PT do B		59.524	59.524
WANDERVAL SANTOS (BISPO)	SP	PL	177.456		-177.456
ZELINDA NOVAES	BA	PFL	51.196		-51.196
SOMA			1.606.315	573.981	-1.032.334

Fonte: TSE

Obs.: Constam da tabela candidatos que venceram pelo menos uma das eleições. Embora a tabela não inclua todos os candidatos da IURD, é possível afirmar-se que o eleitorado cativo dessa denominação decresceu na comparação entre 2002 e 2006.

Anexo 22

Frentes Parlamentares (52ª Legislatura: 2003-2007)

Frentes Parlamentares
(por ordem de descrição)

PUBLICADAS EM 2003

Nº	Publicação	Descrição	Coordenador/Presidente	Telefone
1	26/11/2003	ADOÇÃO	João Matos	3215-5720/3720
2	24/4/2003	ADVOGADOS	Luiz Piauhylino	3215-8027
3	5/5/2003	AMBIENTALISTA	Fernando Gabeira	3215-5332
4	1/12/2003	ANTIDROGAS	Givaldo Carimbão	3215-5732
5	11/12/2003	APOIO AO PROGRAMA ANTÁRTICO BRASILEIRO - PROANTAR	Josias Quintal	3215-5611
6	2/12/2003	APOIO ÀS COOPERATIVAS DE SAÚDE	Serafim Venzon	3215-5245
7	2/12/2003	CENTRO-OESTE	Sen. Jonas Pinheiro e Dep. Sandro Mabel	3311-2272
8	12/3/2003	COMBATE À FOME, À POBREZA E À MISÉRIA	João Caldas	3215-5440
9	1/12/2003	COMBATE À PIRATARIA E SONEGAÇÃO FISCAL	Vanessa Grazziotin	3215-5724
10	3/12/2003	COMBATE AO USO DO CIGARRO	Alexandre Cardoso	3215-5205
11	9/12/2003	CONTRA O CÂNCER	Dr. Pinotti	3215-5525
12	19/8/2003	CRIAÇÃO DE NOVOS ESTADOS E TERRITÓRIOS NO BRASIL	Ronaldo Dimas e Sebastião Madeira	3215-5943/5405
13	20/10/2003	CULTURA	Darci Coelho	3215-5309
14	26/9/2003	DEFESA DA AQÜICULTURA E PESCA	Selma Schons	3215-5825
15	23/7/2003	DEFESA DA ATIVIDADE FÍSICA	Cláudio Cajado	3215-5630
16	1/12/2003	DEFESA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	Alex Canziani	3215-5842
17	16/10/2003	DEFESA DA IGUALDADE RACIAL	Luiz Alberto	3215-5954
18	9/12/2003	DEFESA DA INDÚSTRIA AERONÁUTICA BRASILEIRA	Marcelo Ortiz	3215-5931
19	10/9/2003	DEFESA DA INFRA-ESTRUTURA NACIONAL	Eduardo Gomes	3215-5950
20	4/11/2003	DEFESA DA MORADIA POPULAR	Ary Vanazzi	3215-5369

21	12/11/2003	DEFESA DA REGULARIZAÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO DOS TERRENOS DE MARINHA	Renato Casagrande	3215-5662
22	2/12/2003	DEFESA DA SEGURANÇA PÚBLICA	Alberto Fraga	3215-5321
23	28/11/2003	DEFESA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE	Reginaldo Lopes	3215-5565
24	4/9/2003	DEFESA DAS RODOVIAS E USUÁRIOS - TRANSFRENTE	Geraldo Thadeu	3215-5248
25	9/12/2003	DEFESA DAS SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA, HOSPITAIS E ENTIDADES FILANTRÓPICAS DA ÁREA DE SAÚDE	Marcelo Ortiz	3215-5931
26	13/8/2003	DEFESA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS MINERAIS, HÍDRICOS E SANEAMENTO AMBIENTAL	Hamilton Casara	3215-5342
27	2/12/2003	DEFESA DO FINANCIAMENTO PÚBLICO E SOBERANIA NACIONAL	Ivan Valente	3215-5716
28	28/7/2003	DEFESA DO RIO DOCE	Ivo José	3215-5573
29	2/12/2003	DEFESA DO TURISMO	Alex Canziani	3215-5842
30	27/11/2003	DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Dep. Maria do Rosário, Dep. Telma de Souza e Sen. Patrícia Saboya	3215-5471/5467
31	1/12/2003	DEFESA DOS POVOS INDÍGENAS	Eduardo Valverde	3215-3435
32	25/7/2003	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E APOIO ÀS AGENDAS 21 LOCAIS	Sen. Serys Slhessarenko e Dep. Edson Duarte	3311-2291/3215-5535
33	20/11/2003	ECOLOGIA URBANA E A QUESTÃO DOS RESÍDUOS (LIXO)	Dr. Pinotti	3215-5525
34	16/7/2003	EDUCAÇÃO	Paulo Lima	3215-5507
35	16/9/2003	EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	Professor Irapuan Teixeira	3215-5513
36	21/3/2003	ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO E DO TRABALHO INFANTIL	Paulo Rocha	3215-5483
37	2/12/2003	ESPORTE	Ivan Ranzolin	3215-5601
38	4/9/2003	EVANGÉLICA	Adelor Vieira	3215-5441/3441
39	1/7/2003	HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	Ricardo Izar	3215-8974/5634
40	20/10/2003	INDÚSTRIAS TÊXTEIS, DE CONFECÇÕES E DE MODA	Ildeu Araujo	3215-5382
41	3/12/2003	LIVRE EXPRESSÃO SEXUAL	Iara Bernardi	3215-5360
42	27/11/2003	MICRO E PEQUENA EMPRESA	Gerson Gabrielli	3215-5439

43	21/5/2003	MUNICIPALISTA	João Leão	3215-5535
44	2/12/2003	PESCA E AQÜICULTURA	Edison Andrino	3215-5703
45	16/7/2003	PRÓ-REDUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA	Giacobo	3215-5762
46	25/8/2003	PRODUÇÃO, EMPREGO E DESENVOLVIMENTO	Augusto Nardes	3215-5936
47	4/12/2003	REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	Luiz Carlos Hauly	3215-5220
48	29/9/2003	SANEAMENTO BÁSICO	Rose de Freitas	3215-5937
49	21/5/2003	SEMI-ÁRIDO	Wilson Santiago	3215-5534
50	31/7/2003	SILVICULTURA	Gervásio Silva	3215-5418

PUBLICADAS EM 2004

Nº	Publicação	Descrição	Coordenador/Presidente	Telefone
51	17/11/2004	ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA, DO SISTEMA FINANCEIRO E DA POLÍTICA DE JUROS	Dra. Clair	3215-5469
52	31/3/2004	AGÊNCIAS REGULADORAS	Ricardo Barros	3215-5412
53	12/5/2004	APOIO AO SETOR DE CELULOSE E PAPEL DO BRASIL	Antonio Carlos Pannunzio	3215-5403
54	14/5/2004	APOIO AOS LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS OFICIAIS	Carlos Willian	3215-5472
55	9/7/2004	APOIO AOS PROGRAMAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	Carlos Willian	3215-5472
56	3/2/2004	COMBATE À CORRUPÇÃO	Paulo Rubem Santiago e Antonio Carlos Biscaia	3215-5229/5414
57	13/2/2004	COOPERATIVISMO	Zonta	3215-5366
58	22/3/2004	CRIAÇÃO DA JUSTIÇA AGRÁRIA	Dr. Rodolfo Pereira	3215-5546
59	20/9/2004	DEFESA DA CARREIRA E DA PROFISSIONALIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	Carlos Mota	3215-5578
60	18/5/2004	DEFESA DA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA BRASILEIRA	Sen. Ideli Salvatti	
61	6/7/2004	DEFESA DA REFORMA POLÍTICA COM AMPLA PARTICIPAÇÃO POPULAR	Mariângela Duarte	3215-5371
62	29/1/2004	DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA	Dep. Luciana Genro e Sen. Heloísa Helena	3215-5203 e 311-3197
63	2/12/2004	DEFESA DA VASP	Ricardo Izar	3215-5634
64	18/5/2004	DEFESA DAS ÁGUAS	Odair	3215-5556
65	14/4/2004	DEFESA DO TRÂNSITO SEGURO	Beto Albuquerque	3215-5338
66	25/3/2004	DEFESA DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO - FPTF	Jaime Martins	3215-5333
67	29/4/2004	HEPATITES E TRANSPLANTES	Geraldo Thadeu, Angela Guadagnin, Nelson Proença e outros	3215-5248
68	19/11/2004	IDOSO	Fernando Coruja	3215-5245

69	20/5/2004	INFORMÁTICA	Júlio Semeghini	3215-5242
70	18/3/2004	LIVRO E LEITURA	Júlio Lopes	3215-5334
71	10/3/2004	MOBILIZAÇÃO PELA ENGENHARIA	Sen. Marcelo Crivella	3311-5730/5225
72	17/11/2004	PAZ E DESARMAMENTO	Fernando de Fabinho	3215-5904
73	27/1/2004	SAÚDE	Rafael Guerra	3215-7484/5239
74	29/3/2004	TRANSPORTE PÚBLICO	Jackson Barreto	3215-5733
75	14/5/2004	UNIVERSIDADE PARA TODOS	Vieira Reis	3215-5352
76	26/10/2004	VALORIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Augusto Nardes	3215-5936

PUBLICADAS EM 2005

Nº	Publicação	Descrição	Coordenador/Presidente	Telefone
77	11/11/2005	APOIO À AGROPECUÁRIA	Moacir Micheletto	3215-5478
78	11/4/2005	DEFESA DA BR 153	Amauri Gasques	3215-5354
79	14/3/2005	DEFESA DA BR-319	Humberto Michiles	3215-5580
80	13/4/2005	DEFESA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	Renato Casagrande	3215-9650
81	19/5/2005	DEFESA DA FERROVIA NORTE-SUL	Barbosa Neto	3215.5736
82	1/9/2005	DEFESA DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DOS ESTADOS DA AMAZÔNIA	Dr. Rodolfo Pereira	3215-5546
83	11/11/2005	DEFESA DA REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS	Mário Heringer	3215-5212
84	29/4/2005	DEFESA DA REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO	Fernando Ferro	3215-5427
85	21/10/2005	DEFESA DA VIDA - CONTRA O ABORTO	Luiz Bassuma	3215-5617
86	24/6/2005	DEFESA DO CARVÃO MINERAL	Francisco Turra e Yeda Crusius	3215-5801/3801
87	3/10/2005	DEFESA DO CONSUMIDOR	Celso Russomanno	3215-5756
88	10/8/2005	DEFESA DO LEITE	Capitão Wayne	62-9253-7027
89	20/6/2005	DEFESA DO PROJETO RONDON	Hamilton Casara	3215-5342
90	18/4/2005	DEFESA DO RIO DE JANEIRO	Eduardo Paes	3215-5742
91	11/4/2005	DEFESA DOS DIREITOS DOS SERVIDORES E POLICIAIS MILITARES DOS EX-TERRITÓRIOS FEDERAIS DO ACRE, AMAPÁ, RORAIMA E RONDÔNIA E DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL	Coronel Alves	3215-5419
92	10/8/2005	DEFESA DOS PEQUENOS E MÉDIOS LATICÍNIOS DO BRASIL - FPMLB	Capitão Wayne	62-9...
93	31/5/2005	DIREITO À LEGÍTIMA DEFESA	Alberto Fraga e Luiz Antonio Fleury	3215-5321/5945

94	21/9/2005	FORTALECIMENTO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EXTENSÃO RURAL PÚBLICA	Osvaldo Reis	3215-5835
95	14/2/2005	HIDROVIAS NACIONAIS	Raimundo Santos	3215-5809
96	6/7/2005	LATINO-AMERICANA PELO SOFTWARE LIVRE E A INCLUSÃO DIGITAL	Vanderlei Assis	3215-5935
97	14/7/2005	MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA	Vander Loubet	3215-5838
98	29/4/2005	PELO FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO	João Campos	3215-5315
99	14/3/2005	PROFISSÕES REGULAMENTADAS	Paulo Magalhães	3215-5903
100	19/5/2005	RADIODIFUSÃO	Paulo Borhausen	3215.5601
101	14/9/2005	REFORMA URBANA	Zezeu Ribeiro	3215-5571
102	12/4/2005	REGULAMENTAÇÃO E NORMATIZAÇAO DA INTERNET NO BRASIL	Marcos Abramo	3215-5311
103	2/9/2005	TRANSPORTE MULTIMODAL E LOGÍSTICO NA BACIA DO RIO PARANÁ E SEUS ENTORNOS	Vitorassi	3215-5806
104	20/6/2005	VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO	Humberto Michiles	3215-5580

PUBLICADAS EM 2006

Nº	Publicação	Descrição	Coordenador/Presidente	Telefone
105	25/7/2006	APOIO À CULTURA POPULAR BRASILEIRA	Luiz Piauhylino	3215-5224
106	6/4/2006	AVICULTURA	Carlos Batata	3215-5707
107	27/12/2006	DEFESA DA CAPOEIRA	Fernando de Fabinho	3215-5904
108	11/2/2006	DEFESA DA ENERGIA DE FONTES RENOVÁVEIS	Mauro Passos e Ivan Valente	3215-5337/5716
109	27/6/2006	DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	Gonzaga Mota	3215-5636
110	16/3/2006	DIREITOS DOS ANISTIADOS POLÍTICOS	Lucia Braga	3215-5642
111	28/12/2006	FRENTE PLURISSETORIAL EM DEFESA DAS FORÇAS ARMADAS	DEP. ALEXANDRE CARDOSO	3215-5205
112	7/6/2006	FRUTICULTURA	JORGE KHOURY	3215-5424
113	29/5/2006	PRÓ-BIOCOMBUSTÍVEIS	Antônio Carlos Mendes Thame	3215-5624

Fonte: Congresso Nacional.

ANEXO 23

CIDADANIA AD BRASIL[851]

PROJETO POLÍTICO DA CGADB

A valorização do voto evangélico

Conselho Político Nacional da CGADB

RONALDO FONSECA DE SOUZA
Presidente
PAULO FREIRE COSTA
Vice-presidente
GEREMIAS DO COUTO
Secretário
LELIS WASHINGTON MARINHOS
Relator

[851] Este Regulamento, bem como o **Jornal AD Brasil**, produzidos pelo Conselho Político Nacional da Assembléia de Deus (CGADB), estavam disponíveis no endereço eletrônico http://www.cpnad.com.br. Estranhamente, no final de 2006 ou início de 2007, a direção da Assembléia de Deus retirou essa home-page da Internet. A presente cópia foi recuperada de um original em formato .pdf, fornecido pelo jornalista Kleber Torres Soares Filho, no dia 13/4/2007.

CIDADANIA AD BRASIL

PROJETO POLÍTICO DA CGADB

O Conselho Político Nacional, órgão pertencente à estrutura organizacional da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil – CGADB, procurando dar cumprimento às atribuições que lhe foram convencionalmente designadas, almejando promover o intercâmbio de idéias e experiências políticas existentes em todo o Brasil, objetivando discutir princípios éticos e estratégias de ação, propondo apoiar, preferencialmente, os membros das Assembléias de Deus vinculados à CGADB que apresentem vocação política, bem como despertar a consciência de cidadania do nosso povo, e, sobretudo,

CONSIDERANDO que a Assembléia de Deus é uma denominação histórica que congrega o maior contigente evangélico do País, sendo representada expressivamente em cada Unidade da Federação;

CONSIDERANDO a necessidade de estimular uma consciência de maior preocupação para com as questões sócio-políticas, incentivando uma conduta pautada na ética, no respeito ao ser humano, às instituições e, acima de tudo, nos princípios cristãos;

CONSIDERANDO que as crises existentes no mundo, envolvendo a fome, a pobreza, a violência, estão a reclamar das autoridades constituídas e da sociedade organizada iniciativas mais concretas comprometidas com a solidariedade humana e o espírito de fraternidade;

CONSIDERANDO o potencial da nossa denominação, envolvendo não só a quantidade, mas também a qualidade de nossos membros congregados, para as funções ligadas à vida social e política do nosso país;

CONSIDERANDO a crise moral porque passa a Nação brasileira, evidenciada principalmente na programação, quase sempre de baixo nível, da TV brasileira e demais meios de comunicação;

CONSIDERANDO as graves denúncias que permeiam o mundo político, demonstrando a necessidade de uma mudança radical para o fim da corrupção;

CONSIDERANDO as dificuldades que as nossas lideranças enfrentam no contato com as autoridades constituídas em busca de soluções, envolvendo não só os interesses da Igreja e de seus membros, mas também da comunidade;

CONSIDERANDO que devemos manter a vigilância na defesa da liberdade religiosa e, por conseguinte, tendo em vista a necessidade de neutralizar, enquanto evangélicos, leis nocivas que venham agredir essa Liberdade;

CONSIDERANDO, finalmente, a determinação conferida a este Conselho pela Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil – CGADB, é que apresentamos o presente PROJETO CIDADANIA AD BRASIL da CGADB.

I. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional para executar o Projeto Cidadania AD Brasil da CGADB será composta do Conselho Político Nacional, dos Conselhos e Politicos das convenções e ministérios estaduais, e distrito federal, ligados à CGADB, e estes poderão criar sub-comissões à critério de cada convenção. Será aberto um Escritório Político em Brasília, bem como em cada Estado, objetivando o assessoramento espiritual, técnico e político de evangélicos, preferencialmente, das AD’s e que exerçam funções públicas. Experiências eficazes de conselhos políticos já existentes serão incorporadas na estrutura do conselho Político Nacional.

II. RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para a instalação e manutenção da estrutura organizacional para executar o Projeto Cidadania AD Brasil da CGADB poderão ser originários da CGADB, dos Ministérios, das Convenções Estaduais e Distrito Federal ligados à CGADB, de contribuições voluntárias e outros.

III. COMPETÊNCIAS

1. Compete ao Conselho Político Nacional, sempre em atenção às orientações da Mesa Diretora da Convenção Geral, no âmbito do Projeto Cidadania AD Brasil da CGADB:

   a) assessorar a Convenção Geral, Convenções Estaduais e Distrito Federal, Ministérios em matéria de sua competência;

   b) promover gestões no sentido de fornecer uma estrutura de campanha para os candidatos, dentro dos critérios estabelecidos pela legislação eleitoral vigente;

   c) assessorar o candidato eleito durante o desempenho do seu mandato;

   d) criação de uma home-page para veicular os trabalhos do Conselho;

   e) promover parcerias com os Institutos de Pesquisas para o levantamento de perfis políticos de interesse;

   f) elaborar o cadastro político nacional;

   g) criar veículo de comunicação para divulgar as atividades políticas;

   h) organizar o Fórum Nacional de Políticos das AD's, bem como os Fóruns regionais, com o objetivo de criar um ambiente permanente de debates e estudos sócio-políticos;

   i) assessorar mediante o apoio do pastor presidente de convenções ou ministérios na avaliação e indicação de candidatos;

   j) planejar, organizar, coordenar, em âmbito nacional, estadual e municipal as matérias de sua competência;

   k) manter arquivo atualizado da legislação eleitoral;

   l) promover a organização da capelania parlamentar;

   m) promover a conscientização política dos membros das Assembléias de Deus;

   n) fazer gestões no sentido de efetivar a política partidária na forma da legislação regedora da matéria;

   o) sempre que houver mais de um representante da AD, em qualquer instância do poder legislativo, o Conselho Político Nacional coordenará a escolha de um líder da bancada na câmara federal, o Conselho Político Estadual coordenará a escolha nas assembléias legislativas. O Conselho Político Municipal nas respectivas câmaras.

2. Ao Conselho Político Estadual e ao Sub-Conselho Político Municipal compete, nos seus respectivos âmbitos, as mesmas atribuições do Conselho Político Nacional, devendo, estes, seguir as diretrizes estabelecidas por aquele, no que couber.

3. Nos casos dos Estados ou Municípios em que haja mais de uma Convenção ou Ministério, o Conselho Político Nacional buscará mediar o entendimento para que se crie apenas um Conselho para gerir o processo político no Estado ou Município.

4. O Conselho Político Nacional estará presente, e à disposição quando solicitado pelo conselho político estadual, através da convenção estadual, para mediar, nas divergências existentes ou

que venham a existir, que serão dirimidas por uma Comissão mista designada pelo Conselho Político Nacional, “in loco”.

III.CRITÉRIOS DE ESCOLHA DO CANDIDATO

Define-se o candidato da Assembléia de Deus o pretendente que:

1) For preferencialmente membro da Igreja há mais de três (3) anos.
2) Der público e notório testemunho cristão.
3) Desfrutar de bom conceito.
4) Exercer liderança comunitária e tiver preparo para o cargo.
5) Tiver conhecimento da base doutrinária da Igreja.
6) Tiver seu nome submetido aos Pastores e outros Líderes da Assembléia de Deus e for recomendado e indicado para participar da triagem dos nomes.
7) Receber o credenciamento concedido pelo órgão competente da CGADB, através de encaminhamento da Convenção Estadual, após cumpridos os critérios estabelecidos pelo Conselho Político Estadual e pelo Sub-Conselho Político Municipal.
8) Assinar o Termo de Compromisso em que se explicitarão as obrigações e direitos do interessado.
9) Não comprometer seu testemunho cristão ética e moralmente.
10) Será considerado candidato nato o político detentor de mandato, que estiver de acordo com os critérios estabelecidos pela Conselho Político das convenções e Ministérios Estaduais e Distrito Federal e Conselho Político Nacional.

IV - COMPROMISSOS DO CANDIDATO

1. O candidato da Assembléia de Deus declarará o compromisso de posicionar-se intransigentemente contra:
   a) a prática de aborto;
   b) a legalização da união dita conjugal de pessoas do mesmo sexo;
   c) a corrupção de qualquer natureza;
   d) o impatriotismo dos que contrariam os legítimos interesses da nossa Pátria e outras matérias que venham a ser decididas pela Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil em assuntos que contrariem os princípios doutrinários.
2. O candidato da Assembléia de Deus declarará, por outro lado, que defenderá, constantemente, a liberdade de culto e outros interesses das Assembléias de Deus e demais igrejas, como também políticas sociais e os interesses dos humildes e necessitados.
3. O Candidato credenciado, uma vez eleito ou nomeado para cargo público, se comprometerá em contribuir com 5% (cinco porcento) dos seus subsídeos (sic) para um Fundo Nacional, adminstrado pelo Conselho Político Nacional, sendo 50% destinado para os Conselhos Políticos Estaduais e 50% para o Conselho Político Nacional, com o objetivo de viabilizar o projeto político da CGADB.
4. O candidato comprometer-se-à a defender interesses vinculados a projetos de comunicação das AD’s.

5. O político apoiado pelas igrejas obriga-se a prestar, perante à Conselho Político Nacional, e ao Conselho Político Estadual, relatório de suas atividades, em datas e ocasiões a serem estabelecidas.

V - MANUAL DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA PARA MINISTROS

Elaborar um manual de orientação para ministros, visando preservar a unidade da Igreja, a imagem do pastor, do candidato e unificar a condução do processo eleitoral do projeto cidadania AD Brasil. O manual consta em anexo.

VI - MANUAL DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA PARA CANDIDATOS

Criar um manual de orientação política para candidatos, oferecendo-lhes diretrizes sobre: Imagem do candidato, escolha de Legenda, Marketing político, Dicas de Oratória, Sugestões de Estratégias para Campanhas.

VII - MANUAL DE ORIENTAÇÃO PARA MEMBROS E CONGREGADOS DO CIDADANIA AD BRASIL – A VALORIZAÇÃO DO VOTO EVANGÉLICO

Elaborar um manual de orientação para membros e congregados, visando a conscientização da necessidade de elegermos nossos legítimos representantes entre nossos irmãos, com respaldo bíblico, despertando inclusive o espírito de cidadania de nosso povo.

VIII – DISPOSIÇÕES GERAIS

1 -Em boletim a ser editado pelo órgão competente, serão divulgados os atos de que tratam estas normas, inclusos o reconhecimento do candidato da Assembléia de Deus e a anulação do reconhecimento no caso de transgressão, assegurando-se a este o amplo direito de defesa.

2 -As igrejas ou os crentes, particularmente, terão o reconhecimento da CGADB por apoiar, sem restrição, os candidatos credenciados, respeitada a legislação eleitoral, desde que esse apoio não fira a dignidade dos que o concedem ou dos que o recebem.

3 –Os membros dos conselhos políticos nacional e estaduais e sub-conselhos municipais que pleitearem cargos eletivos deverão afastar-se a partir do início do processo de avaliação e escolha dos candidatos, sendo substituídos por outro indicados pelas respectivas convenções ou ministérios.

4 –Os casos omissos serão decididos pelo Conselho Político Nacional da CGADB.

MANUAL DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA PARA MINISTROS

I – INTRODUÇÃO:

Amigos do Evangelho: Texto transcrito do livro **Irmão vota em irmão**, de Josué Silvestre. (capítulo 6)

II – PROCESSO DE ESCOLHA DO CANDIDATO:

Considerando a afinidade entre o pastor e o pretenso candidato, é de fundamental importância o referendo do pastor no quesito de público e notório testemunho cristão, além de observar o preenchimento de todos os requisitos de critérios de escolha de candidato, que consta no projeto político da CGADB, que são;

Define-se o candidato da Assembléia de Deus o pretendente que:

a) For preferencialmente membro da Igreja há mais de três anos.

b) Der público e notório testemunho cristão.

c) Desfrutar de bom conceito.

d) Exercer liderança comunitária e tiver preparo para o cargo.

e) Tiver conhecimento da base doutrinária da Igreja.

f) Tiver seu nome submetido aos Pastores e outros Líderes, da Assembléia de Deus, e for recomendado e indicado para participar da triagem dos nomes.

g) Receber o credenciamento concedido pelo órgão competente da CGADB, através de encaminhamento da Convenção Estadual, após cumpridos os critérios estabelecidos pela Comissão Política Estadual

h) Assinar o Termo de Compromisso em que se explicitarão as obrigações e direitos do interessado.

i) Não comprometer seu testemunho cristão ética e moralmente.

j) Poderá ser considerado candidato nato, o político detentor de mandato, que estiver de acordo com os critérios estabelecidos pela Comissão Política Nacional.

k) Políticos com mandatos que, eventualmente, venham tornar-se membros das AD's, e queiram o apoio oficial da denominação, estarão sujeitos às mesmas normas aqui contidas.

1. Para preservar a sua imagem, após observados os critérios anteriores, o pastor deve escolher membros que representem toda a igreja (diretoria-ministérios-departamentos-membresia) para criar uma comissão local com o propósito de conduzir a decisão de escolha do candidato. Esta comissão ouvirá os candidatos e encaminhará ao pastor os nomes mais viáveis, o qual fará o encaminhamento para a Comissão Política Estadual e à Comissão Política Municipal, ficando o mesmo protegido dos desgastes do processo de escolha.
2. Os pretensos candidatos deverão assinar o compromisso de respeitarem a decisão da prévia ministerial, nos termos do item II, alínea f.
3. Para preservar a unidade da igreja o pastor deve efetuar uma consulta ao ministério com os nomes indicados pelas comissões respectivas, admitindo como candidatos oficiais os mais votados.
4. Com o referendo do pastor, o nome escolhido deverá ser encaminhado à apreciação da Comissão Política Estadual, para que, uma vez aprovado, o candidato tenha o apoio oficial da denominação.

III – A CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL:

1. No caso da persistência de candidaturas oficiosas, estas não terão o apoio da Igreja nem da denominação, ficando claro que esta decisão resume-se ao processo político-eleitoral, não incluindo as questões de ordem eclesiástica, o que por certo instalaria um clima de guerra dentro da igreja, prejudicando a unidade do corpo de Cristo.
2. O processo eleitoral na igreja deverá ser conduzido pelo pastor em harmonia com a Comissão Política Estadual e a Comissão Política Municipal.
3. Na condução do processo eleitoral o pastor deve observar que o púlpito da igreja, bem como os cultos, não são lugares apropriados para apresentação de propostas eleitorais, o que preservará a imagem do pastor, do candidato e a unidade da igreja.
4. O pastor que desonrar o compromisso com o candidato oficial, com atitude desonesta, desleal, comprovadamente caracterizada, responderá perante a Convenção Estadual e a Convenção Geral das Assembléias de Deus.

MANUAL DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA PARA CANDIDATOS

1. NORMAS DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA PARA CANDIDATOS

O candidato ao exercício de cargo político apoiado pelas Assembléias de Deus assumirá perante a Convenção Geral e, por conseguinte, perante as igrejas o compromisso de:

a) Ter os princípios contidos na Bíblia Sagrada como orientadores permanentes de todas as suas atividades;

b) Observar rigorosamente as normas contidas no Termo de Compromisso que assegura ao candidato prioridade no apoio da igreja;

c) Optar por partido político que, através de seus diretórios ou convenções, solicitar o apoio do órgão competente da CGADB;

d) Exercer o mandato com o reconhecimento de que "todo poder emana do povo" e de que, por isso, todo empenho deve ser no sentido de servir e não ser servido;

e) Defender a igreja e os evangélicos, prioritariamente, tendo em mente a discriminação com que sempre foram tratados pelos governantes;

f) Defender o nosso país e o seu povo, sempre que interesses opostos se levantarem contra nós, no parlamento, na administração e em qualquer segmento da sociedade;

g) Lutar intransigentemente pela moralização do país, posicionando-se contra os agentes da deteriorização dos costumes;

h) Lutar contra a corrupção na administração pública em todos os setores;

i) Integrar a bancada evangélica, se possível, sem perder de vista a autenticidade de que deve ela revestir-se;

j) Combater a injusta concentração de rendas nas mãos do pequeno grupo privilegiado que fez do Brasil um dos mais censurados países do mundo;

k) Combater a prática do aborto e da pena de morte, uma vez que a vida pertence apenas àquele que a criou, bem como matérias que venham a ser decididas pela Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil em assuntos que contrariem os princípios doutrinários;

l) Combater tudo o que favoreça o homossexualismo, sem discriminar com crueldade as criaturas que o praticam, porquanto merecem a oportunidade que Deus dá a todos de regeneração;

m) Apresentar relatório de suas atividades parlamentares e políticas, em datas e locais estabelecidos pela Mesa da CGADB, no caso de mandato federal (senador, deputado etc), e pela Convenção Regional, se for o caso (deputado estadual, vereador, prefeito e vice-prefeito).